

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO

*Hoc facit, ut longos durent bene gesta per
annos. Et possint sera posteritate frui.*



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Considerado de utilidade pública:

Estadual: Lei nº 1.068, de 14-9-1966 (*Diário Oficial do Estado*, parte I, de 20-9-1966) Federal: Decreto nº 61.251, de 30 de agosto de 1967

Av. Augusto Severo, 8, Rio de Janeiro, CEP 20021-040

Fundado em 21-10-1838, em plena Regência, por 27 sócios da prestigiosa Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o IHGB originou-se de proposta anterior do marechal de campo Cunha Matos e do cônego Januário da Cunha Barbosa. Pedro II logo o tomou sob seus auspícios.

Os objetivos estatutários eram, entre outros: coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos, promover cursos e editar a *Revista Trimestral de História e Geografia* ou o *Jornal do IHGB*.

O Arquivo é hoje um dos melhores do Brasil, graças a sucessivas doações de papéis de estadistas e historiadores, como José Bonifácio, o marquês de Olinda, Varnhagen, Cotegipe, o conde d'Eu, o visconde de Ouro Preto, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Epiácio Pessoa, Manuel Barata, Wanderley Pinho, Hélio Viana e Jackson de Figueiredo, entre outros.

A Biblioteca, por compra, doações e permutas, ultrapassa de 500 mil volumes, de grande interesse para os estudos brasileiros.

A Mapoteca dispõe de cerca de 12 mil cartas geográficas, referentes, sobretudo, ao território brasileiro.

O Museu, criado em 1851 para guardar a memória de varões ilustres em máscaras mortuárias, retratos e lembranças pessoais, exhibe hoje peças, como a espada de campanha de Duque de Caxias (modelo dos espadins dos cadetes do nosso Exército) ou a cadeira em que Pedro II, durante 40 anos, presidiu a 508 sessões do Instituto.

A Pinacoteca é rica, abrangendo desde a imensa tela da Coroação de Pedro II, de autoria do sócio Araújo Porto-Alegre, até a impressionante galeria de retratos (e bustos) de monarcas, nobres e personalidades da Colônia à República.

Os sócios, eméritos, titulares, honorários e correspondentes, no país e no estrangeiro, são eleitos vitaliciamente. O corpo social promove conferências, congressos e cursos, anunciados com antecedência, e realiza reuniões acadêmicas, de março a dezembro, todas as quartas-feiras. As atas são publicadas pela Revista no último número do ano.

R IHGB

v. 185

n. 495

mai./ago.

2024

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA – (2024-2025)

Presidente:	Victorino Chermont de Miranda
1º Vice-Presidente:	Paulo Knauss de Mendonça
2º Vice-Presidente:	João Maurício de Araújo Pinho
3º Vice-Presidente:	José Luiz Alquéres
1º Secretário:	Lucia Maria Paschoal Guimarães
2º Secretário:	Maria de Lourdes Viana Lyra
Tesoureiro:	Fernando Tasso Fragoso Pires
Orador:	José Almino de Alencar e Silva

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos: Guilherme de Andréa Frota, Marcos Guimarães Sanches, Miridan Britto Falci

Membros suplentes: Dora Monteiro e Silva Alcântara, João Eurípedes Franklin Leal, Vera Lucia Cabana de Andrade

DIRETORIAS ADJUNTAS

Arquivo:	Jaime Antunes da Silva
Biblioteca:	Ana Virgínia da Paz Pinheiro
Cursos:	Antonio Celso Alves Pereira
Iconografia:	Pedro Corrêa do Lago
Informática e Dissem. da Informação:	Carlos Eduardo de Almeida Barata
Museu:	Paulo Knauss de Mendonça
Patrimônio:	Julio Bandeira Marques Ferreira
Projetos Especiais:	Ana Maria Pessoa dos Santos
Relações Externas:	Christian Edward Cyril Lynch
Relações Institucionais:	Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão
Representação em Brasília:	André Heráclio do Rêgo

Coordenação da CEPHAS: Maria de Lourdes Viana Lyra, Lucia Maria Paschoal Guimarães (subcoord.) e Vera Lucia Cabana de Andrade (*ad hoc*)

Editor do Noticiário: Victorino Chermont de Miranda

COMISSÕES PERMANENTES		
ADMISSÃO DE SÓCIOS:	CIÊNCIAS SOCIAIS:	ESTATUTO:
Ana Maria Pessoa Dos Santos Christian Edward Cyril Lynch Jaime Antunes da Silva Lucia Maria Paschoal Guimarães Maurício Vicente Ferreira Junior	Antônio Celso Alves Pereira José Almino de Alencar e Silva Joaquim de Arruda Falcão Neto Maria Cecília Londres Maria Luiza Penna Marques Moreira	Antônio Celso Alves Pereira Alberto Venancio Filho Gustavo Siqueira João Maurício A. Pinho José Bernardo Cabral
GEOGRAFIA:	HISTÓRIA:	PATRIMÔNIO:
Armando de Senna Bittencourt Guilherme de Andrea Frota Miridan Britto Falci Pedro Pinchas Geiger Vera Lúcia Cabana de Andrade	Arno Wehling Angela de Castro Gomes Maria de Lourdes Vianna Lyra Mary Lucy Del Priore Paulo Knauss de Mendonça	Guilherme de Andréa Frota João Eurípedes Franklin Leal Marcus Antonio Monteiro Nogueira Vera Lucia Bottrel Tostes Vera Lúcia Cabana de Andrade

CONSELHO EDITORIAL

António Manuel Dias Farinha – Universidade de Lisboa – Portugal
Arno Wehling – Universidade Veiga de Almeida – Rio de Janeiro-RJ – Brasil
Carlos Petit – Universidade de Helva - Espanha
Eduardo Silva – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro-RJ – Brasil
Esther Caldas Bertoletti – Ministério da Cultura – Rio de Janeiro-RJ – Brasil
José Murilo de Carvalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil (*in memoriam*)
Lucia Maria Bastos Pereira das Neves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ-Brasil
Manuela Mendonça – Universidade de Lisboa – Portugal
Maria Beatriz Nizza da Silva – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil
Maria José Wehling – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro - Brasil
Mary del Priore – Universidade Salgado de Oliveira – Niterói-RJ – Brasil
Mônica Dantas – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP - Brasil
Ricardo Marcelo Fonseca – Universidade Federal do Paraná – Paraná - Brasil
Tamar Herzog – Harvard University – Estados Unidos da América

DIRETOR DA REVISTA

Gustavo Silveira Siqueira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

SECRETARIA E ASSISTÊNCIA DA REVISTA

Bruna Mariz Bataglia Ferreira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil
Gabriel Fialho Oliveira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Alfredo Flores – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil
Amy Chazkel – Universidade da Columbia – Estados Unidos
António Manuel Botelho Hespanha – Universidade Nova Lisboa – Lisboa – Portugal (*in memoriam*)
Avanete Pereira Souza – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil
Beatriz Gallotti Mamigonian – Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil
Clarice Speranza – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil
Cristiano Paixão – Universidade de Brasília – Brasil
Eric Palma – Universidade do Chile – Chile
Fernando Camargo – Universidade Federal de Pelotas – Pelotas-RS – Brasil
Geraldo Mártires Coelho – Universidade Federal do Pará – Belém-PA – Brasil
Guilherme Pereira das Neves – Universidade Federal Fluminense – Niterói-RJ – Brasil
Helen Osório – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil
Henrique Espada Lima – Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil
Jeannie Menezes – Universidade Federal Rural de Pernambuco – Brasil
Junia Ferreira Furtado – Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte-MG – Brasil
Leticia Vita – Universidade de Buenos Aires – Argentina
Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos – Ministério das Relações Exteriores – Brasília-DF – Brasília
Luis González Alvo – Universidade Nacional de Tucumán – Argentina
Marcus Joaquim Maciel de Carvalho – Universidade Federal de Pernambuco – Recife-PE – Brasil
Maria de Fátima Sá e Mello Ferreira – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa – Lisboa – Portugal
Maria Pia Guerra – Universidade de Brasília – Brasil
Mariana Dantas – Universidade Federal Rural de Pernambuco – Brasil
Matthias Rohrig Assunção – Universidade de Essex – Reino Unido
Otávio Luiz Rodrigues Júnior – Universidade de São Paulo – Brasil
Pollyana Mendonça Muniz – Universidade Federal do Maranhão - Brasil
Rafael Lamera Giesta Cabral – Universidade Federal Rural do Semi-árido – Brasil
Renata da Cruz Duran – Universidade Estadual de Londrina – Brasil
Renato Pinto Venâncio – Universidade Federal de Ouro Preto – Ouro Preto-MG – Brasil
Sébastien Rozeaux - Universidade Toulouse - Jean Jaurès - França
Sol Calandria – Universidade Nacional de La Plata – Argentina
Stuart Schwartz – Universidade de Yale-Connecticut – Estados Unidos da América
Ulpiano Bezerra de Menezes – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil
Victor Tau Anzoategui – Universidade de Buenos Aires – Buenos Aires – Argentina (*in memoriam*)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.185, n.495, 2024.

Indexada por/Indexed by

*Ulrich's International Periodicals Directory – Handbook of Latin American Studies (HLAS) –
Sumários Correntes Brasileiros – Google Acadêmico – EBSCO*

Correspondência:

Rev. IHGB – Av. Augusto Severo, 8-10º andar – Glória – CEP: 20021-040 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil Fone/fax.
(21) 2509-5107 / 2252-4430 / 2224-7338 e-mail: revista@ihgb.org.br home page: www.ihgb.org.br

© Copyright by IHGB

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Revisora: Marana Vitória

Secretária da Revista: Tupiara Machareth



REGISTRO NACIONAL DO BRASIL DO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO – MOW DA UNESCO
Pensar O Brasil: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839-2011

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. - Tomo 1, n. 1 (1839) -
Rio de Janeiro: O Instituto, 1839-
v. : il. ; 23 cm

Quadrimestral

ISSN 2526-1347

Ind.: T. 1 (1839) – n. 399 (1998) *em* ano 159, n. 400. – Ind.: n. 401 (1998) – 449 (2010)
em n. 450 (2011)

1. Brasil – História. 2. História. 3. Geografia. I. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ESTE NÚMERO CONTOU COM O APOIO DE:



Sumário
Summary

CARTA AOS LEITORES E LEITORAS

Letter to the readers

Gustavo Silveira Siqueira

Editor-Chefe

I – ARTIGOS

ARTICLES

O LIVRO PERDIDO DE PONTES DE MIRANDA: CEM ANOS DE UMA BUSCA BIBLIOGRÁFICA

The lost book of Pontes de Miranda: one hundred years of a bibliographical search

Antonio do Passo Cabral

PONTES DE MIRANDA, UM JURISTA ENTRE DUAS DITADURAS (1937-1979)

Pontes de Miranda, a jurist between two dictatorships (1937-1979)

Gustavo Silveira Siqueira

Mayara de Carvalho Siqueira

O HERÓI IMPROVÁVEL E O ELIXIR DAS CONCÓRDIAS: NEOINTEGRALISMO E DEFESA DO ESTADO CORPORATIVO EM GOFFREDO TELLES JUNIOR

The improbable hero and the elixir of social harmony: Neointegralism and the defense of corporatist state in Goffredo Telles Junior

Airton Cerqueira-Leite Seelaender

A “REVISTA DE LEJISLACION Y JURISPRUDENCIA”: UM PROJETO EDITORIAL NOS ALBORES DA CODIFICAÇÃO (ARGENTINA, 1869-1880)*

The “Revista de Lejislacion y Jurisprudencia”: an editorial project in the dawn of Codification (Argentine, 1869-1880)

Viviana Kluger

II – DOSSIÊ: IMPRENSA E CIRCULAÇÃO DE IDEIAS: DEZENOVE - O SÉCULO DO JORNAL

DOSSIER

APRESENTAÇÃO

Isabel Lustosa

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ALVES: A HISTÓRIA DA IMPRENSA COMO PROJETO DE VIDA

José Augusto dos Santos Alves: the history of the press as a life project

João Luís Lisboa

IMPRESSOS PERIÓDICOS E ESCRITA DA HISTÓRIA: NOTAS SOBRE O CENÁRIO ATUAL

Printed periodicals and historical writing: notes on the current scenario

Tania Regina de Luca

CIRCUITOS COMUNICACIONAIS NA IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX:
TEIAS E RELAÇÕES NO MOMENTO INICIAL

Communication circuits in the press of 19th century Rio de Janeiro: webs and relationships at the initial stage

Marialva Barbosa

O *BILL* PALMERSTON E O BRASIL: OS DEBATES SOBRE A POLÍTICA ANTITRÁFICO
BRITÂNICA NA IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO, 1839

The Palmerston Act and the Empire of Brazil: Debates on British Anti-Slave trade Policy in the Rio de Janeiro Press, 1839

Alain El Youssef

SARAIVA, COTEGIPE E A LEI DOS SEXAGENÁRIOS: DOIS PRESIDENTES DO CONSELHO
DE MINISTROS DO IMPÉRIO DO BRASIL NAS PÁGINAS DA IMPRENSA ILUSTRADA
OITOCENTISTA DO RIO DE JANEIRO

Saraiva, Cotegipe and the law of the sexagenarians: two presidents of the Council of Ministers of the Empire of Brazil on the pages of the nineteenth century illustrated press of Rio de Janeiro

Aristeu Lopes

QUEM ENFIA AS CARAPUÇAS? SÁTIRA SOCIAL E ESTEREÓTIPOS SOCIAIS N' *O PIOLHO*
VIAJANTE (1802-1804)

Who wears the cap? Social satire and social stereotypes in O Piolho Viajante (1802-1804)

João Pedro Ferreira

A TIPOGRAFIA DE PIERRE PLANCHER E A CRÍTICA TEATRAL EM LÍNGUA FRANCESA
NO RIO DE JANEIRO DO PRIMEIRO REINADO

Pierre Plancher's typography and French-language theater criticism in Rio de Janeiro during the reign of Pedro I

Fernando Santos Berçot

O VIOLÃO NA IMPRENSA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

The guitar in Rio de Janeiro's 19th - century newspapers

Marcia Tabora

A EMPREITADA DE CAMILLE ADOLPHE GOUBAUD NA FORMAÇÃO DE UMA REDE DE
IMPRESSOS DE MODA FRANCESA NO SÉCULO XIX

Camille Adolphe Goubaud's endeavor to create a French fashion printing network in the 19th century

Everton Vieira Barbosa

A MODA ENQUANTO ESPAÇO DA ESCRITA PARA JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

Fashion as a writing space for Júlia Lopes de Almeida

Ana Cláudia Suriani da Silva

“DA BOCA DO POVO, NA LÍNGUA ERRADA DO POVO, LÍNGUA CERTA DO POVO”. (A
DISCUSSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA IMPRENSA ENTRE 1922 E 1955)

“From the mouth of the people, in the wrong language of the people, the right language of the people”. (the discussion of the Portuguese language in the press between 1922 and 1955)

Elizabeth Olegário da Silva

III – RESENHAS

Review Essay

RESENHA: BIONDI, LUIGI; LUCHESE, TERCIANE ANGELA; GUIMARÃES, VALÉRIA DOS SANTOS (ORGS.). *MEDIAÇÕES TRANSNACIONAIS E IMPRENSA ESTRANGEIRA PUBLICADA NO BRASIL*. - SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2022.

Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira

RESENHA: BARBOSA, MARIALVA CARLOS; RIBEIRO, ANA PAULA GOULART; HOHLFELDT, ANTONIO (ORGS.). *HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL DO SÉCULO XIX*. PORTO ALEGRE: EDIPUCRS; RIO DE JANEIRO: PUC-RIO, 2024.

Maria de Fátima Tomaz

RESENHA: HERZOG, TAMAR. *UMA BREVE HISTÓRIA DO DIREITO (A MATRIZ EUROPEIA NOS ÚLTIMOS DOIS MILÊNIO E MEIO)*. – SÃO PAULO: CONTRACORRENTE, 2024.

Arno Wehling



CARTA AOS LEITORES E LEITORAS

GUSTAVO SILVEIRA SIQUEIRA
Editor

Após um esforço hercúleo dos profissionais do IHGB, desta Revista e da Fundação Biblioteca Nacional, todos os números da Revista do IHGB, desde a sua fundação, em 1838, estão disponíveis on-line.

Esse é um passo fundamental para a divulgação da produção científica e para o acesso universal às publicações da Revista.

É com essa alegria que tomo a liberdade de apresentar o número 495, no 186º aniversário de fundação da revista mais antiga das Américas.

Esta edição, em especial, conta com três seções igualmente interessantes. Na primeira, temos 4 trabalhos que discutem a relações entre juristas e história do Direito. Antonio do Passo Cabral abre o número apresentando a sua pesquisa sobre o “livro perdido” de Pontes de Miranda. Este, talvez um dos mais famosos juristas do século XX, também é objeto de pesquisa do trabalho de Mayara de Carvalho Siqueira e Gustavo Siqueira, que investigam as manifestações de Pontes de Miranda antes, durante e depois das ditaduras. Airton Seelaender apresenta as narrativas e complexidades em torno de Goffredo Telles Júnior, um importante jurista que teve destaque durante e após a ditadura militar no Brasil. Encerrando esta breve seção, Viviana Kluger apresenta um panorama da Revista de Legislação e Jurisprudência na Argentina do século XIX.

Na segunda seção da Revista, o dossiê “Imprensa e circulação de ideias”, coordenado e apresentado por Isabel Lustosa, uma das maiores historiadoras do Brasil, traz, de forma inédita no país, um dossiê sobre o século dos jornais. Os textos reunidos, como serão apresentados por Lustosa, representam as comunicações e os debates do “Simpósio internacional Imprensa e circulação de ideias: o jornal e o jornalismo no século XIX”, realizado na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, nos dias 29 e 30 de novembro de 2023, e que temos a honra de publicar aqui.

Na terceira seção, sobre resenhas, temos a alegria de colaborar com a divulgação de três importantes livros que são destaques por sua distinta qualidade nos últimos anos: “Mediações Transacionais e Imprensa estrangeira”, organizado por Luigi Biondi, Terciane



Luchese, Valéria dos Santos; “A História da Imprensa no Brasil do século XIX”, de Marialva Barbosa, Ana Paula Ribeiro e Antonio Hohfeld; e do já clássico “Uma breve história do Direito” de Tamar Herzog, traduzido por Ariel Engel Pessa e Samuel Barbosa.

Como vocês podem perceber, a imprensa tomou um lugar especial nessa edição. Espero que a leitura contribua para o desenvolvimento da pesquisa nacional e seja mais um número clássico da nossa revista.

Obrigado por chegar até aqui! Boa leitura!

Gustavo Silveira Siqueira
Editor da Revista do IHGB



O LIVRO PERDIDO DE PONTES DE MIRANDA: CEM ANOS DE UMA BUSCA BIBLIOGRÁFICA

THE LOST BOOK OF PONTES DE MIRANDA: ONE HUNDRED YEARS OF A BIBLIOGRAPHICAL SEARCH

ANTONIO DO PASSO CABRAL¹

Resumo

O texto relata a busca que o autor conduziu para tentar encontrar o livro "Método de análise sócio-psicológica", de Pontes de Miranda, livro que desapareceu em 1924 em circunstâncias misteriosas, e que até hoje não foi encontrado em bibliotecas públicas ou privadas em qualquer lugar do mundo. A pesquisa durou dez anos, consultou acervos em seis países e passou por manuscritos e correspondências do autor e outras personagens relevantes.

Palavras-chave: Livro perdido; Pontes de Miranda; método de análise sócio-psicológica.

Abstract

The text reveals the search the author conducted to find the book "Method of social-psychological analysis", from Pontes de Miranda, a book that disappeared in 1924 in unknown circumstances, and which until today could not be found either in public or private libraries in any place in the world. The research lasted ten years, checked archives in six countries and has gone through manuscripts and mail from the author to other relevant characters of the story.

Keywords: *Lost book; Pontes de Miranda; method of socio-psychological analysis.*

¹ Professor Titular de Direito Processual Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Livre-Docente pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Direito Processual pela UERJ, em cooperação com a Universidade de Munique, Alemanha (Ludwig-Maximilians-Universität). Mestre em Direito Público pela UERJ. Pós-doutorado na Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Professor Visitante nas Universidades de Passau (2015) e Kiel (2016, 2017), Alemanha, e na Universidade Ritsumeikan, Japão (2018). Senior Lecturer na Peking University, China (2019 e 2021). Procurador da República. E-mail: antoniocabral@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9863-5922>.



1. Introdução

Reza a lenda que, há cem anos, Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, um dos maiores juristas da história do nosso país, teria escrito um livro chamado *Methodo de Analyse Socio-Psychologica*,² uma das suas incursões nos campos da sociologia e da psicologia.³ Como se sabe, embora fosse jurista de formação, Pontes de Miranda era um polímata, com obras publicadas em muitas outras áreas, como física, matemática, filosofia, epistemologia, história, biologia etc.⁴

Essa estória poderia parar por aqui. Ocorre que o livro desapareceu. Busco encontrá-lo há cerca de dez anos, desde os idos de 2014. Comecei a interessar-me pela lenda em torno do *Methodo* quando pesquisei sobre Pontes de Miranda para a confecção de outro texto,⁵

^{2*} Agradeço a Oswaldo Zaidan Filho, Carla Carruba, Carlos Alberto Molinaro, Lúcia Valladares, Gustavo Siqueira e às famílias de Pontes de Miranda, Lafayette Pereira e Clóvis Beviláqua.

Aqui e ali há variação não apenas na grafia (devido às alterações na língua portuguesa), mas até no nome do livro. Embora o título mais frequentemente referido seja “Methodo de Analyse Socio-Psychologica”, encontra-se também a variante “Methodo de Analyse Socio-Psychologico”. Durante a pesquisa, buscamos todos os possíveis títulos.

³ O *Methodo* não foi a primeira incursão de Pontes de Miranda na psicologia e na sociologia. Em sua obra, já se encontravam reflexões a respeito desde PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *A moral do futuro*. Rio de Janeiro: F. Briguet, 1913, *passim*. Sua obra no campo da sociologia talvez tenha sido, depois dos textos jurídicos, aquela de maior repercussão. Cf. TENÓRIO, Oscar. A obra sociológica de Pontes de Miranda. in *A Manhã*, edição de 05/02/1927; CARVALHO, Delgado de. *Sociologia experimental*. Rio de Janeiro: Sauer, 1934, p.12, 223-226; LELLI, Marcello. Sociologia e scienze sociali in Pontes de Miranda. in CALCATERRA, Gaetano; LELLI, Marcello; SCHIPANI, Sandro (org.). *Scienza giuridica e scienze sociali in Brasile: Pontes de Miranda*. Padova: Cedam, 1985, p.101 ss.

⁴ Muitos biógrafos e estudiosos da obra de Pontes de Miranda ressaltam a importância da sua obra nesses campos. Por todos, FERREIRA, Pinto. *Teoria do espaço social (nova contribuição à sociologia científica de Pontes de Miranda)*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1939, *passim*; MACEDO, Sylvio de. Pontes de Miranda e a universalidade de sua mensagem cultural. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p.3-7; CUNHA, Sérgio Sérvulo da. O método científico em Pontes de Miranda. in *Alguns pontos fundamentais da ciência pontiana*. Instituto de Estudos Pontes de Miranda: s/ed., 1977, p.2 ss; SILVA, Justino Adriano Farias da. Sobre Pontes de Miranda. *Revista Brasileira de Direito Processual*, vol.26, 1981, p.79; BASTOS, Aurélio Wander. Pontes de Miranda: a Escola do Recife e o direito moderno. *Revista do Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará*, vol.21, n.2, jul-dez, 1982, p.218-220; MOREIRA ALVES, José Carlos. O romanismo em Pontes de Miranda. in CALCATERRA, Gaetano; LELLI, Marcello; SCHIPANI, Sandro (org.). *Scienza giuridica e scienze sociali in Brasile: Pontes de Miranda*. Padova: Cedam, 1985, p.3-4; REALE, Miguel. Pontes de Miranda, um metafísico que se ignora. *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, vol. 18, n. 4, 2006, p.17-25. MELLO, Marcos Bernardes de. A genialidade de Pontes de Miranda. *Getúlio: Revista da GVlaw*, 2008, p.45. Alguns salientam também a capacidade de unir essas áreas. Menezes emite juízo sobre o pioneirismo de Pontes de Miranda no desenvolvimento de uma “concepção matemática da sociologia”. Cf. MENEZES, Djacir. *Pontes de Miranda*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1946, p.169 ss. Há aqueles que destacam suas obras em prosa e poesias. Cf. MEIRA, Silvío. Pontes de Miranda, pensador e poeta. *Ciência & Trópico*, vol.19, n.2, jul-dez, 1991, p.257 ss.

⁵ Trata-se do texto em que descrevo a descoberta de provas sobre a acusação de plágio feita por Haroldo Valladão contra Pontes na disputa pela cátedra de direito internacional privado na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Confira-se CABRAL, Antonio do Passo. Alguns mitos do processo (III): a disputa entre Pontes de Miranda e Haroldo Valladão em concurso para professor catedrático na Universidade do Rio de Janeiro entre 1936 e 1940. *Revista Brasileira de Direito Processual*, vol.24, n.96, out-dez, 2016, p.11-47.



ocasião em que, ao ler muitos textos sobre a vida e a obra do autor, tropecei em referências sobre o “livro perdido”. Desde então, tento montar um mapa de como encontrar algum exemplar.

Neste ano, quando a suposta edição do livro faria cem anos, animei-me a tentar reconstruir alguns fatos em torno da procura pelo livro, seu conteúdo, seu desaparecimento e as pistas existentes de sua localização.

2. Dados do livro

2.1. Editora e as dúvidas sobre o ano de publicação

O livro “Methodo de Analyse Socio-Psychologica” teria sido editado pela Livraria Pimenta de Mello,⁶ que posteriormente se tornaria a Editora Pimenta de Mello & Cia, uma empresa familiar centrada na figura do editor, José Pimenta de Mello.⁷

As informações sobre o ano de publicação do livro perdido não são precisas, sendo provável que o *Methodo* tenha sido publicado em 1924 ou 1925. Vários autores que mencionam o livro referem-se a anos de publicação diferentes.⁸ O próprio Pontes de Miranda não é preciso sobre a data, tendo algumas vezes se referido a um ou outro ano.⁹ Aliás, em uma entrevista feita por San Tiago Dantas com Pontes de Miranda em 1930, o próprio Pontes disse que o *Methodo* ainda não tinha sido publicado até então, e que o livro sairia somente no ano de 1932.¹⁰

⁶ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti *et alii*. *Debate* - A Filosofia do Direito na formação profissional do advogado e do juiz. Revista de Ciência Política, vol 18, n.4, out-dez, 1975, p.82-83.

⁷ Pontes de Miranda não só imprimiu várias de suas obras na livraria, mas era cliente da tipografia para outros serviços. No acervo familiar, encontrei notas de cobranças da livraria, do ano de 1926, pela compra de livros e encadernação de obras estrangeiras e brasileiras, inclusive pela editoração do famoso *Introdução à Sociologia Geral*. Todos os documentos pessoais referidos aqui foram digitalizados e disponibilizados em <https://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Pontes-de-Miranda>.

⁸ Falando em 1925, ALVES, Vilson Rodrigues. *Vida e obra de Pontes de Miranda*. Santos: s/ed., 1980, p.65. Fernando Azevedo mencionara o ano de 1926: AZEVEDO, Fernando de. *Princípios de Sociologia*. São Paulo: Duas Cidades, 11. ed., 1973, p.319, nota 1.

⁹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Sistema de Ciência Positiva do Direito*. Campinas: Bookseller (reimpressão da 2ª edição, de 1972), tomo I, 2000, p.354; PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti *et alii*. *Debate* - A Filosofia do Direito na formação profissional do advogado e do juiz. *Op. cit.*, p.82-83.

¹⁰ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *A visita de Pontes de Miranda*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930, p.6.

2.2. Conteúdo provável da obra. Incerteza acerca dos potenciais entrevistados

Como o próprio título indica, no livro perdido, Pontes de Miranda pretendia unir psicologia e sociologia. Na entrevista que concedeu a Otto Lara Resende em 1977, Pontes afirmou que o livro investigava e calculava a “medida do que a sociedade põe dentro do indivíduo”.¹¹ Nele se propunha um método pelo qual, mediante entrevista com uma pessoa, direcionada por perguntas preestabelecidas, poder-se-ia matematicamente medir as características de sua personalidade e sua inserção/adaptação social. Algumas perguntas seriam pessoais, outras relacionadas às relações sociais do entrevistado (por isso, a análise seria “sócio-psicológica”). Com as respostas, o resultado viria pelo cômputo de notas numa matriz bipartite, possivelmente em duas colunas, medindo-se a afeição ou apego da pessoa à religião, à ciência, à arte, à moral, à política e ao direito.

Pontes sustentava que os exames psicológicos são incompletos porque descuidam dos fatores sociais, que se alojam nos indivíduos por meio de sete processos adaptativos: Religião (R), Moral (M), Arte (A), Ciência (C), Direito (D), Política (P) e Economia (E). Esses fatores fariam uma espécie de escala ou série na qual os extremos são de maior valor (Religião-Economia), onde – segundo ele – a evolução social começaria. Os fatores ao centro da escala, como “Ciência” e “Direito”, seriam os mais “evoluídos”. Pontes então defende que haveria índices numéricos de estabilidade (+) e de instabilidade (-), e os sete processos adaptativos apontariam tendencialmente para uma ou outra (R = +3; M = +2; A = +1; C = 0; D = - 1; P = - 2; E = - 3). Vale dizer, religião, moral e arte estabilizam, “freiam”; já o direito, a política e a economia seriam “libertadores”, desestabilizam, “soltam”.

Falando do *Methodo*, Pontes de Miranda afirmou que:

“Neste meu trabalho, mostro como existem os pesos de estabilidade: a religião, mais três; a moral, mais dois e a arte, mais um. Do lado de cá: menos três, economia; menos dois, política; menos um, o direito, e zero, a ciência. Quando a economia sente que está fazendo mal a si mesma – a concorrência e outros fatores – ela fica trepidante, porque ela é trepidante. Ela recorre à política. Antigamente ela recorria à religião, mas hoje ela recorre à política e a política recorre ao direito. Nem sempre ao direito”.¹²

“A religião é estabilizante. Digamos, estabilidade + 3. É o que muda menos. Ela estabiliza. Por isso na Idade Média, quando a economia estava perturbada, pedia à religião. Porque do lado de cá a economia é -3. Ela trepida. Ela perturba tudo. Do lado de cá tem a Moral: +2 e a arte: +1. Do lado de cá, depois da economia: -3, a política: -

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=0IanYDsa6sw>, acessado em 03/01/2024, a partir do 22º minuto.

¹² PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti *et alii*. Debate - A Filosofia do Direito na formação profissional do advogado e do juiz, *Op. cit.*, p.82-83.



2, o direito: -1. Hoje, quando a economia precisa de alguma coisa, recorre ao direito. Mas como? Através da política. Então, fazem essas leis todas que os senhores vêem que são os economistas que exigem que façam. Perturba tudo. Por quê? Porque os homens de agora não têm ainda os elementos de estabilidade que deviam ter. Neste livro que desapareceu do mundo, eu mostro que todos nós temos os sete elementos. Esquecia-me de dizer que a ciência não estabiliza nem instabiliza. Porque a ciência diz é ou não é. O senhor aceita ou não aceita.. Ela não força nada. E há ainda os elementos que eu chamei de 'quantum' despótico e que um grande matemático alemão disse que eu tinha absoluta razão. A política é o que tem mais 'quantum' despótico, depois vem a economia; depois vem a religião, porque ela não admite que se infrinjam aqueles princípios. Ela é estável. Depois vem o direito: depois vem a moral e a arte. A ciência não tem 'quantum' despótico, porque o senhor aceita ou não aceita o que o cientista diz. Pois bem, quando se faz uma análise de uma pessoa e que se faz o cálculo depois se sabe bem o que é o homem (...).¹³

“Uma sociedade em que prepondera a religião é mais estável que as outras. Todo movimento tem que vencer a resistência social correspondente ao valor global da estabilidade (...). Aquela em que domina a economia é singularmente instável. O processo cognoscitivo (Ciência) é o que mais se aproxima do equilíbrio”.¹⁴

E, relacionando os processos de adaptação social com o indivíduo, disse o autor:

“A sociedade entra; aloja-se no indivíduo (educar não significa outra coisa!), mas o que entra de fato não é ela, mas sim os seus tentáculos, os processos adaptativos. A análise do complexo psicológico será falha se não se associar à análise sociológica. Não basta medir o espírito, para satisfazer o físiopsicologista. É preciso proceder a certa distribuição qualitativa e quantitativa, que nos diga os valores dos processos sociais de adaptação dentro de cada ser humano. O aproveitamento social da psicologia será sempre falho se não utilizar os dados da sociologia. (...) Com o método exposto, sonda-se o que a sociedade depositou no indivíduo, ou melhor, o que as circunstâncias interiores e exteriores permitiram que a sociedade deixasse dentro dos espíritos”.¹⁵

O *Methodo* teria pouco mais de 50 páginas. Após a exposição do método proposto, o livro supostamente conteria alguns testes práticos que Pontes de Miranda teria conduzido ele mesmo, por meio de entrevistas pessoais pelas quais aplicava um questionário aos entrevistados. O autor dizia ter conduzido tais testes com personalidades da época, como Epiácio Pessoa (que fora Presidente da República), Lafayette Rodrigues Pereira (o famoso jurista conhecido como Conselheiro Lafayette),¹⁶ Clóvis Beviláqua (jurista autor do Código

¹³ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Discurso no ato do recebimento da qualificação de Professor honorário da Universidade Federal de Alagoas, *apud* ALVES, Wilson Rodrigues. *Op. cit.*, p.65.

¹⁴ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Introdução à Sociologia Geral*. Rio de Janeiro: Livraria Pimenta de Mello, 1926, p.241.

¹⁵ Conferência proferida por Pontes de Miranda em 07/03/1974, provavelmente em uma universidade do Rio de Janeiro (local não identificado), datilografada, p.2-3, 6.

¹⁶ A referência a Epiácio Pessoa e Lafayette Pereira está, dentre outros lugares, em PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Discurso no ato do recebimento da qualificação de Professor honorário da Universidade Federal de Alagoas, *apud* ALVES, Wilson Rodrigues. *Op. cit.*, p.65: “Neste meu livro eu fiz o teste dos grandes personagens daquela ocasião. Uma delas, Epiácio Pessoa, Presidente da República. Epiácio, deputado, senador e



Civil de 1916), Luis Carlos Prestes (que fora senador e líder político de esquerda), dentre outros.¹⁷

Porém, quem foi efetivamente entrevistado não se sabe com certeza. As referências que temos são quase todas do próprio Pontes de Miranda.

Alguns dos supostos entrevistados eram amigos íntimos de Pontes. É o caso de Clóvis Beviláqua e Lafayette Pereira. Sendo assim, não se duvida que, como seus amigos, pudessem ter sido efetivamente entrevistados. Mas há dados inverossímeis. Por exemplo, o Conselheiro Lafayette morreu em 1917, ou seja, era improvável que tivesse sido o entrevistado.¹⁸ Seu filho de mesmo nome nasceu em 1914 e, quando da publicação do livro teria cerca de 10 anos, logo não poderia ser o entrevistado.

Portanto, algumas informações sobre os potenciais entrevistados levantam dúvidas sobre se todas as referidas entrevistas realmente ocorreram, e quem foram as pessoas a que Pontes efetivamente aplicou o questionário na prática.

ministro de Estado. Presidente da República. Meus ilustres patrícios alagoanos, Epitácio Pessoa tinha em primeiro lugar, moral; depois, religião; depois, direito; depois política. Chegou a presidente. Tem Lafayette Rodrigues Pereira e outras pessoas nesse livro”.

¹⁷ A referência a Clóvis Beviláqua e Luis Carlos Prestes está em PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti *et alii*. *Debate - A Filosofia do Direito na formação profissional do advogado e do juiz*. *Op. cit.*, p.82-83. Em outra oportunidade, Pontes se referiu a um “chefe comunista” que teria entrevistado, mas não declina seu nome. Talvez fosse Prestes, mas não conseguimos confirmar o fato: “Bem, fiz o teste com um chefe comunista que estava hospedado no Hotel Avenida. Mas quando eu fiz a pergunta primeira a ele, 'que Deus, Deus não existe', foi a primeira resposta que ele me deu. De modo que eu fiz o teste dele, durante uns três dias, somente perguntando outros assuntos, porque perguntar religião a um homem que já começou a dizer isso, eu não podia - perder tempo. Pois bem, quando eu acabo de fazer o teste, no 3º ou 4º dia, não me lembro bem, verifico que todo o cálculo que eu fiz, restava dois e meio de religião para ele. Eu disse: eu errei, estou erradíssimo. Saí e fui pela Rua da Carioca, no Rio de Janeiro. Tinha uma casa que vendia imagens. Eu vi duas Nossas Senhoras muito bonitas, iguaizinhas. Cheguei, comprei uma e levei para o Hotel Avenida e entreguei a ele. Ele ia saindo e eu disse não, dá-me cinco minutos. Ele me recebeu e quando estávamos lá dentro eu disse: – olha, vê isto aqui? Abra aquela janela, ali quase não passa ninguém, quebre isto na janela. Ah vou quebrar! Levantou-se. Quando chegou à janela, levantou a mão com a Nossa Senhora, baixou e não quebrou. Eu disse: – Quebra! Segunda vez ele tentou. Terceira vez, eu disse quebra, não passa ninguém nessa rua, olha para a rua. Não quebro não porque ela é muito bonita Ah é! Então você quebra agora, tem outra igual, eu trago para você. Não quebro. Eu disse: – Olha, eu acertei. Acertou em que? Você tem dois e meio de religião. Por que? Você deve ter lido muito São Francisco ou Cristo quando era jovem e, vendo que no Ocidente não se dá igualdade ao homem, não se cuida de acabar com a pobreza, você ficou emocionado e pensou que indo para o comunismo resolvia o problema. Fica com essa imagem para você que eu vou-me embora. Isto está no meu livro” (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Discurso no ato do recebimento da qualificação de Professor honorário da Universidade Federal de Alagoas, *apud* ALVES, Vilson Rodrigues. *Op. cit.*, p.65-66). Curiosa a menção ao Hotel Avenida, que parece verossímil. Marialzira Perestrello, filha de Pontes de Miranda, revelou que a casa em que moravam no bairro de Santa Teresa sofreu uma inundação, justamente na época da confecção do *Methodo*, e a família foi residir provisoriamente no Hotel Avenida. Veja-se a transcrição disponível em <https://uerj.academia.edu/AntonioCabrал/Pontes-de-Miranda>. O hotel não existe mais, ficava onde hoje é o Edifício Avenida Central, na Avenida Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro.

¹⁸ A não ser que a entrevista tivesse ocorrido pelo menos oito anos antes da publicação do *Methodo*, sendo que entre 1917 e 1924, Pontes de Miranda dedicou-se a vários outros trabalhos, dentre eles o *Sistema de Ciência Positiva do Direito*, publicado em 1922.



3. O suposto desaparecimento do livro: referências do próprio Pontes de Miranda

Outro caminho para tentar encontrar o livro seria tentar desvendar as circunstâncias de seu desaparecimento. Como se verá, os fatos são deveras nebulosos.

Foi o próprio Pontes de Miranda que, em várias oportunidades, afirmou que o livro teria sido publicado comercialmente, que ele possuía dois volumes encadernados em sua residência, mas que ambos os exemplares teriam desaparecido.¹⁹

3.1. Suposta subtração da casa do autor

Pontes narrava o fato como sendo um “roubo” (*rectius*: furto): segundo ele, os livros teriam sido subtraídos sorrateiramente de sua residência.²⁰

Todas as outras referências de estudiosos e biógrafos de Pontes de Miranda, ao afirmarem que o livro é desaparecido, foram decorrentes não da consulta ao *Methodo* (original ou fotocópia), mas por referências do próprio Pontes de Miranda e pelas listas de publicações do autor incluídas repetidamente nas obras posteriores.²¹

Ou seja, a narrativa do desaparecimento foi iniciada pelo próprio Pontes, e apenas replicada pelos seus leitores. Ninguém, até onde nos consta, investigou as provas do desaparecimento, tampouco se esforçou para perquirir outras hipóteses que não fossem alternativas à do furto.

¹⁹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti *et alii*. *Debate - A Filosofia do Direito na formação profissional do advogado e do juiz*. *Op. cit.*, p.82-83.

²⁰ Por exemplo, na entrevista que concedeu a Otto Lara Resende em 1977 (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0IanYDsa6sw>), falando dos livros que escreveu, Pontes de Miranda afirma: "inclusive um (livro) que desapareceu (...), que roubaram de todas as bibliotecas do Brasil, inclusive os dois exemplares da minha casa" (a partir do 22º minuto).

²¹ Assim, por todos, FERNANDES, André Lucas. *Entre Sistema e Tratado: enfrentando o desafio da episteme de Pontes de Miranda*. Universidade Federal de Pernambuco: Dissertação de Mestrado em Direito, 2018, p.59 (há versão comercial: FERNANDES, André Lucas. *Entre sistema e tratado: o pensamento de Pontes de Miranda e a modelização da sociedade global*. Curitiba: CRV, 2018, p.78); ALVES, Vilson Rodrigues. *Op. cit.*, p.25, 65; ROSA JR., Faustino da. Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda: biografia, mimeografado, s/d, p.4; SILVA, Justino Adriano Farias da. *Op. cit.*, p.82.



3.2. Suposto complô internacional para esconder as ideias defendidas no livro. Reunião secreta de “sumidades da ciência” para deliberadamente desaparecer com o livro

Chamou atenção na pesquisa a versão de que o furto teria sido um plano meticuloso de acadêmicos internacionais. Em debate público registrado em revista científica, cujo objeto era a potencial inserção de matérias propedêuticas, em especial a filosofia, como disciplina obrigatórias nos cursos de direito, Pontes de Miranda aproveitou para falar do *Methodo*. Disse que o livro teria sumido não só da sua casa, mas de todo o Brasil.

Em uma das oportunidades que usou da palavra, relatou uma suposta promessa de recompensa pelo livro, mas não revela quem seria o autor do “anúncio” em que tal promessa fora externada, nem onde foi publicado.²² Após dizer que o livro esteve na posse de várias pessoas mas desapareceu, Pontes de Miranda narra ainda que “um irmão francês” teria revelado a explicação para o sumiço. E passa a descrever uma espécie de complô internacional de alemães, ingleses, franceses e norte-americanos para “roubaram” (sic) o livro. Veja o leitor a íntegra, pela curiosidade da passagem:

“Um irmão francês me deu uma explicação: na *Académie de Sciences* de Paris houve uma sessão secreta, de que participaram 14 sumidades, que assinaram um juramento. Disse-me: ‘Não vou dizer porque fiz um juramento’. Mas ele citou o Miranda - *Méthode d'analyse de psychologie et sociologie*. Disse ele: ‘Provavelmente, alemães, ingleses, franceses e americanos roubaram’. Bem, estou contando isso para mostrar o que é a importância para o direito”.²³

Imagine o leitor que quatorze “sumidades”, suponho que como tal se referisse a grandes cientistas, reunidos na Academia de Ciências francesa numa sessão secreta, teriam citado “o Miranda” e uma versão francesa do *Methodo*. Porque o conteúdo do livro era tão importante, revolucionário e quiçá perigoso, uniram-se franceses, alemães, ingleses e norte-americanos para furtar todos os exemplares das bibliotecas públicas e coleções privadas de alguns brasileiros. E ainda fizeram todos um juramento solene de jamais revelarem ao mundo tal conspiração. Ora, como se vê, era algo absolutamente inacreditável.

²² “Um anúncio, há muitos anos, ofereceu Cr\$ 2 000,00, depois Cr\$ 2 500,00 pelas 50 e tantas páginas desse livro” (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti *et alii*. Debate - A Filosofia do Direito na formação profissional do advogado e do juiz. *Op. cit.*, p.82-83).

²³ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti *et alii*. Debate - A Filosofia do Direito na formação profissional do advogado e do juiz. *Op. cit.*, p.82-83.



De todo modo, por mais estapafúrdia que fosse tal versão, a fim de seguir na pesquisa com seriedade, parti da premissa de que tal fato, ainda que de ocorrência improvável, poderia ter ocorrido e busquei pistas que pudessem infirmar ou confirmar o complô.²⁴

Consultei o acervo da Academia francesa para encontrar o livro. Fiz buscas por “Francisco” ou “Miranda”, mas sequer o nome de Pontes de Miranda foi encontrado. Não havia no acervo da instituição nenhum livro dele, nem o *Methodo*, nem qualquer outro. No ano de 1926, encontrei menção a um cientista português, Francisco Miranda da Costa Lobo, astrônomo e professor da Universidade de Coimbra, que estudava a superfície solar. Tal cientista seria referido em anos posteriores. No ano de 1957, fala-se de um mexicano “F. Miranda”, ligado à área da botânica.²⁵

Em seguida, examinei todas as atas e os anuários da Academia de Ciências da França desde o ano de publicação do livro (a partir de 1924) até a referência feita por Pontes de Miranda àquele concílio (1975). Inexiste qualquer registro da tal reunião.

Ora bem, pensará o leitor, se a sessão tivesse sido secreta, muito provavelmente não iriam registrá-la em ata. Sem dúvida, e para eliminar essa possibilidade, enviei correspondência à Academia, entidade muito tradicional e antiga (criada em 1666), informando da pesquisa e perguntando se alguma parte do acervo poderia não estar digitalizada, e se talvez registros das reuniões (mesmo as secretas) pudessem hoje ser revelados, com levantamento da confidencialidade depois de tantos anos. Em resposta, a *Académie de Sciences* registrou que não há notícia de quaisquer reuniões secretas em toda sua história. Ademais, esclareceu que aquela instituição é destinada à análise das ciências naturais (ciências “duras”), e nunca foi dedicada às ciências humanas e sociais. Por isso, nunca nenhum acadêmico foi ligado às áreas de direito, sociologia ou psicologia, nem a Academia possui em seus acervos livros relacionados a essas disciplinas.

A conclusão a que se pode chegar é que a versão da “conspiração das sumidades” para fazer o *Methodo* desaparecer não tem nenhum respaldo em evidências concretas.

²⁴ Primeiramente, notei que havia na passagem uma ligeira diferença no título do *Methodo* traduzido ao francês, para aquele que em outras fontes apareceria como uma suposta tradução do texto à língua francesa. Procurei então a suposta versão com essa variação no título, que poderia ter levado a um resultado negativo em pesquisas anteriores. Nada foi encontrado, e portanto inexistente prova de qualquer versão do livro em francês. Sobre as traduções possíveis do livro perdido, veja-se adiante o item 5.2.

²⁵ O acervo encontra-se digitalizado e está disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb343481087/date>, acessado em 03/01/2024.



4. Buscas pelo livro em instituições brasileiras

Pois bem, diante da narrativa do desaparecimento do livro, e das obscuras pistas desse acontecimento, formulei uma estratégia de busca, e comecei pelas instituições que, no Brasil, poderiam tê-lo em seu acervo.

4.1. Arquivos da própria editora

Era natural, na largada, procurar os registros da própria editora. Encontrei informações de que, por dificuldades financeiras, a Editora Pimenta de Mello teria sido extinta nos anos de 1950. Não encontrei registros judiciais ou qualquer notícia da massa falida ou de algum inventário de bens, como sobras de estoque, que poderiam ter sido preservadas.

Consegui contatar Sérgio Pimenta de Mello, filho do fundador da editora, que informou que o acervo literário de seu pai foi doado para a Biblioteca Municipal de Ribeirão Preto-SP (hoje denominada Biblioteca Sinhá Junqueira). Porém, o *Methodo* não está lá, nem qualquer livro de Pontes de Miranda.²⁶

Como vários livros de Pontes foram editados pela Livraria Pimenta de Mello, era estranho que não houvesse um só título do autor naquela biblioteca. Suspeitei de que a informação da instituição donatária não estivesse correta, e fiz buscas em outras duas bibliotecas de uso público de Ribeirão Preto, também sem sucesso.²⁷

4.2. Doações da família ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região e ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região

A família de Pontes de Miranda fez doação de livros, documentos, objetos pessoais (cartas, manuscritos etc), no ano de 2007, ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, em Alagoas, onde se localiza o Memorial Pontes de Miranda.²⁸ Conversei com os servidores que supervisionam o memorial, que me enviaram listagem completa dos livros constantes de seu acervo, mas o *Methodo* não é um deles.

²⁶ <https://bsj.org.br/acervo/?url=acervo>, acessada em 03/01/2024.

²⁷ Procurei a Biblioteca Municipal Guilherme de Almeida (que estava em obras) e na Biblioteca Padre Euclides (instituição privada mas de uso público), mas não encontrei o livro perdido.

²⁸ <https://site.trt19.jus.br/mpm>, acessado em 03/01/2024.



Acessei também o acervo bibliográfico doado no ano de 2009 ao Centro Cultural da Justiça Federal e à Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro,²⁹ na esperança de encontrar algo, outra vez sem sucesso.

4.3. Biblioteca Nacional

Em uma das referências ao desaparecimento do *Methodo*, Pontes de Miranda diz que o livro teria desaparecido também do acervo da Biblioteca Nacional.³⁰

Como se sabe, sempre foi comum que os autores de livros registrassem suas publicações na Biblioteca Nacional para preservar direitos autorais. Como um autor de livros contumaz, preocupado como era com o mercado editorial, seria de imaginar que Pontes de Miranda registraria seu livro na Biblioteca Nacional. De outro lado, em 1924, não devia haver tantos livros publicados por ano como atualmente, o que não dificultaria a pesquisa.

Pois bem, animado por essas suposições, fui atrás do depósito que Pontes poderia ter feito no Escritório de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional, órgão responsável pelo registro das obras. Pedi que fizessem buscas no acervo pelo nome do autor e o título do livro. A certidão que me foi encaminhada no dia 13/04/2023 registra que inexistem qualquer indicação do *Methodo* nos assentamentos daquele banco de dados, nem qualquer registro em nome do autor.

Busquei ainda consultar os arquivos digitalizados da Biblioteca Nacional, e na sua hemeroteca digital há quatro ocorrências sobre o *Methodo*, todas referentes a uma palestra. Em 16 de maio de 1928, ou seja, quatro anos depois da suposta publicação do livro, Pontes de Miranda deu conferência sobre o tema na Liga Brasileira de Higiene Mental, organização da qual era associado desde 1925.³¹ A palestra foi registrada no periódico “O Jornal” do mesmo dia,³² e posteriormente no Globo,³³ na Gazeta de Notícias³⁴ e no Correio da Manhã.³⁵

²⁹ <https://www.cjf.jus.br/cjf/outras-noticias/2012-1/janeiro/herdeiros-de-pontes-de-miranda-doam-parte-da-biblioteca-do-jurista-ao-trf2>, acessado em 03/01/2024.

³⁰ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti *et alii*. *Debate - A Filosofia do Direito na formação profissional do advogado e do juiz*. *Op. cit.*, p.82-83: “Mas esse livro, *Método de análise sociopsicológica*, que eu escrevi e que foi publicado pela Livraria Pimenta de Mello, este desapareceu da minha casa, da Biblioteca Nacional e de todo o Brasil”.

³¹ A nomeação de Pontes de Miranda para a Seção de Estudos da Liga Brasileira de Higiene Mental consta dos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, 1925, p.214.

³² O Jornal, 16/05/1928, p.7.

³³ O Globo, 17/05/1928, p.2.

³⁴ Gazeta de Notícias, 18/05/1928, p.6.

³⁵ Correio da Manhã, 20/05/1928, p.11.



A Liga Brasileira de Hygiene Mental editava, à época, os Arquivos Brasileiros de Hygiene Mental, e neles também há registros em ata da palestra proferida.³⁶ A sessão na qual Pontes palestrou foi presidida por Edmundo Muniz Barreto, então Ministro do Supremo Tribunal Federal. As informações obtidas dão conta de que, na conferência, Pontes expôs suas ideias a respeito dos sete processos adaptativos e, ao final, apresentou várias fichas individuais de personalidades conhecidas, propondo que os psiquiatras aplicassem o método a doentes mentais.

Portanto, as provas mostram que o evento aconteceu. De fato, a palestra foi proferida algum tempo depois da suposta publicação do livro.

4.4. Possível incorporação do conteúdo do *Methodo* a outros livros. Busca na Academia Brasileira de Letras

Durante minha busca ao *Methodo*, por intermédio do Professor Marco Félix Jobim, da PUC-RS, conheci em Porto Alegre o Professor Carlos Alberto Molinaro, que foi estagiário de Pontes de Miranda no Rio de Janeiro, frequentava sua casa e tinha acesso à sua biblioteca. Conversei com ele várias vezes acerca do livro perdido. Molinaro disse a mim que nunca viu pessoalmente o *Methodo* na casa de Pontes, até porque se interessava por outros títulos da produção pontiana, e por isso nunca cuidou de procurar aquele livro específico na biblioteca.

Disse ainda que o conteúdo do livro não teria sido perdido, porque Pontes de Miranda o teria incorporado as reflexões de outros dois livros: primeiro, ao *Introdução à Sociologia Geral*, publicado em 1926 e premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1927; e, posteriormente, à segunda edição do *Sistema de Ciência Positiva do Direito*, publicado originalmente em 1922 (antes do *Methodo*), mas que teria tido acréscimos na edição seguinte, de 1972.

De fato, é sabido que Pontes de Miranda costumava repetir parcialmente o conteúdo de suas ideias em livros posteriores e, portanto, a afirmação não apenas era verossímil, mas a transcrição posterior poderia representar um indicativo de que o *Methodo* teria sido efetivamente publicado em algum momento pretérito.

³⁶ Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, 1929, p.106-107; Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, 1930, p.74-75.



Fui então à Academia Brasileira de Letras, tendo visitado suas duas bibliotecas.³⁷ Ali consultei o *Introdução à Sociologia Geral* no exemplar autografado pelo autor e doado pelo próprio Pontes à biblioteca da Academia em maio de 1926 e, de fato, o conteúdo que sempre se descreveu para o *Methodo* está parcialmente lá, com exceção das supostas entrevistas que teriam sido realizadas. No *Introdução à Sociologia Geral*, Pontes de Miranda fala de interdisciplinariedade e outras ciências e métodos que auxiliam o sociólogo, inclusive a psicologia, descreve os processos de adaptação social, destaca-lhes a interdependência e acentua sua capacidade de (des)estabilização social,³⁸ mas não há qualquer relato das entrevistas documentadas para a confecção do *Methodo*.

Na segunda edição do *Sistema de Ciência Positiva do Direito*, Pontes também fez referências aos processos sociais de adaptação³⁹ e ao *quantum* despótico.⁴⁰ As entrevistas que supostamente teriam sido conduzidas por ele, todavia, também não foram transcritas.

Assim, a indicação de que o conteúdo do *Methodo* teria sido integralmente incluído em obras posteriores não parece acertada. Alguma parcela – pelo menos o conjunto das entrevistas – não foi reproduzida. Sem dúvida que, desde a década de 1920 até o fim da vida, Pontes de Miranda se referiu aos processos de adaptação social.⁴¹ Mas as referências específicas da ligação desses processos com a *psique* do indivíduo, além dos testes em que teria sido aplicado o questionário, nada disso foi encontrado. Aliás, se as entrevistas com pessoas tão importantes, personalidades famosas à época, tivessem sido inseridas em qualquer outra obra posterior, seria improvável que algum leitor atento da bibliografia pontiana não tivesse esbarrado em tais trechos.⁴²

³⁷ Lá encontrei uma obra editada em 1924 com a palavra “método” no título. Mas era uma das edições do livro de GÓES, Carlos. *Methodo de analyse (lexica e logica) ou syntaxe das relações*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 5. ed., 1924.

³⁸ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Introdução à Sociologia Geral*. *Op. cit.*, p.68-70, 76-80, 88; 183-198, 214-218, 225 ss, 241-242. Referências ao *quantum* despótico, por suas vez, podem ser vistas nas páginas 180, 213. Os processos sociais adaptativos eram referência constante em manifestações orais do autor, como discursos. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Discurso proferido na sessão de 4 de junho de 1970 da Câmara dos Deputados. Brasília: Imprensa Nacional, 1970, p.11-12.

³⁹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Sistema de Ciência Positiva do Direito*. *Op. cit.*, p.241-252, 282-285, 302, 316 ss, 350 ss.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 244, 292 ss.

⁴¹ Além dos livros citados, a referência era encontrada em artigos e conferências. Veja-se p. ex. os textos “Centro de inércia e valores sociais de estabilidade” e “Nota prévia sobre uma lei de evolução social”, ambos publicados em Separata do Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências, ano 1, n.II e III, s/d. Confirma-se ainda conferência proferida por Pontes em 07/03/1974 em alguma universidade brasileira (ele refere-se a um Reitor na saudação inicial).

⁴² Por exemplo, Delgado de Carvalho, sociólogo contemporâneo de Pontes de Miranda, estudou os métodos de investigação sociológica, inclusive do uso de entrevistas, mencionando vários autores como Palmer, Cooley, Mac-Iver, Chapin, Lundberg, Lindeman, Dewey e outros. Entre os brasileiros, refere-se p. ex. a Fontenelle, mas não



4.5. Biblioteca do Supremo Tribunal Federal. Redes de bibliotecas públicas

A biblioteca do Supremo Tribunal Federal, Min. Victor Nunes Leal, tem uma “coleção Pontes de Miranda”, composta de obras que pertenceram ao jurista. Seu acervo está digitalizado e a consulta é possível também pelas redes de bibliotecas às quais está vinculada. Acessei os bancos de dados por meio dessas redes, via biblioteca da Procuradoria-geral da República, mas o *Methodo* não foi encontrado.

5. Pesquisas da existência do livro em bibliotecas estrangeiras

Na impossibilidade de encontrar algum exemplar no Brasil, valia a pena perquirir se, por alguma dessas ironias do destino, o livro desaparecido por aqui apareceria no estrangeiro. Atualmente, muitos acervos das bibliotecas estrangeiras têm consulta online e muitas entidades estão interconectadas em rede a outras bibliotecas, pelas quais o leitor pode obter livros de outras bases por empréstimo. Pesquisei em bases de dados dos EUA, França, Alemanha e Espanha. Mesmo com esse nível de informatização e integração, não obtive sucesso em encontrar o livro.

No entanto, havia pistas de algumas bibliotecas estrangeiras específicas que poderiam ter o *Methodo* em seu acervo, e, assim, foquei nessas instituições para pesquisas mais detalhadas.

5.1. Indicações de Pontes de quais entidades poderiam ter o livro em seu acervo: bibliotecas do Congresso dos EUA e do Kremlin na União Soviética

Uma das referências do próprio Pontes de Miranda acerca do provável destino do livro, ou pelo menos de onde o leitor poderia encontrar algum exemplar, é de que o *Methodo* estaria

cita nem Pontes, nem o *Methodo* nesta parte de sua obra. CARVALHO, Delgado de. *Op. cit.*, p.131 ss, 169 ss. Pinto Ferreira, em livro dedicado às formulações sociológicas de Pontes de Miranda, cita diversas de suas obras, mas o *Methodo* não estava entre elas. FERREIRA, Pinto. *Teoria do espaço social (nova contribuição à sociologia científica de Pontes de Miranda)*. *Op. cit.*, p.2-8, 20-26, 110-111, 117-118, 128-130, 137. Também, mais recentemente, CARNIO, Henrique Garbellini. O método científico na sociologia de Pontes de Miranda. *Revista dos Tribunais*, vol. 944, 2014, p.233-248. Embora sua obra sociológica tenha tido excelente repercussão na primeira metade do séc.XX, o próprio Pontes de Miranda, em um certo momento, reconheceu que o método proposto por ele no livro perdido foi ignorado entre os sociólogos. Cf. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Sistema de Ciência Positiva do Direito*. *Op. cit.*, p.354.



nos acervos da biblioteca do Congresso norte-americano e na biblioteca do Kremlin, em Moscou, na então União Soviética.

O primeiro estranhamento ao investigar essa pista é que a Rússia tem três bibliotecas nacionais, nenhuma delas é nem nunca foi localizada no Kremlin, nem no tempo da antiga União Soviética. De todo modo, segui adiante. A maior de todas as instituições é a Biblioteca Estatal Russa. Situada em Moscou, antigamente era chamada de “Biblioteca Estatal Lenin da União Soviética”, tem o maior acervo da Europa e o segundo maior do mundo (disponível online), com mais de 40 milhões de publicações, mapas, livros etc.⁴³ A segunda biblioteca estatal russa é a Biblioteca Nacional da Rússia, que fica em São Petersburgo, também com seus arquivos totalmente digitalizados.⁴⁴ A última das três é a Biblioteca Presidencial, também localizada em São Petersburgo, cujo acervo igualmente consultei.⁴⁵

Em nenhuma das bibliotecas estatais russas há qualquer livro de Pontes de Miranda. Tomando cuidado de que não houvesse problemas de indexação (quicá algum erro de grafia), ou que alguma parcela do acervo não estivesse digitalizada, enviei e-mails para todas as bibliotecas, tendo recebido respostas detalhadas, sempre pela negativa. A meu pedido, fizeram ainda pesquisa nas bases de dados de outras bibliotecas públicas e privadas do país, com resultado também negativo.

Também fui em busca do livro na biblioteca do Congresso norte-americano, a maior biblioteca do mundo, com milhões de títulos e documentos. Lá também não está o *Methodo*, nem nenhum livro de Pontes de Miranda.⁴⁶ Contatei os bibliotecários, novamente para evitar que minha falta de familiaridade com o *website* pudesse prejudicar a pesquisa. Pedi auxílio para que consultassem pelo título (nas suas variações) e pelo nome do autor. O livro não está lá.

5.2. Possíveis traduções alemã, francesa e espanhola do livro. Pesquisas nesses países

Era hábito sabido de Pontes de Miranda inserir listas de publicações anteriores ao final de cada uma de suas obras. Como mencionado anteriormente, desses índices inclusive decorreram as referências posteriores feitas por biógrafos ao desaparecimento do *Methodo*.

⁴³ <https://www.rsl.ru/en>, acessado em 03/01/2024.

⁴⁴ <https://nlr.ru/eng>, acessado em 03/01/2024.

⁴⁵ <https://www.prilib.ru/en>, acessado em 03/01/2024.

⁴⁶ <https://www.loc.gov>, acessado em 03/01/2024.



Pois bem, nessas listas, aqui e ali encontramos também referências a possíveis traduções do *Methodo* para o alemão, o francês e o espanhol.

No *Epiküre der Weisheit*, livro de Pontes de Miranda publicado na Alemanha, na seção que lista as obras do autor, há registro de um “*Methode zur sozial-psychologischen Analyse*”, que teria sido publicado em 1925.⁴⁷ Procurei esta tradução nas bases de dados alemãs sem sucesso. Nem nos catálogos das universidades e centros de pesquisa, hoje altamente informatizados, nem nos acervos das principais bibliotecas públicas, houve resposta positiva à pesquisa. Aparentemente, a lista de publicações do *Epiküre der Weisheit* apontava não uma versão do livro, mas apenas uma tradução do seu título, a fim de divulgá-lo de modo mais palatável para o público de língua alemã.

Aprofundando a pesquisa, encontrei referência a uma potencial tradução francesa do *Methodo* no *Recueil des Cours*, prestigiosa publicação da Academia de Direito Internacional da Haia. A referência vinha a título de “notice biographique” numa edição da revista de 1932, mesmo ano de um curso ministrado naquela academia pelo autor, e na qual foi publicado um artigo de Pontes de Miranda.⁴⁸ O título era “*Méthode d'analyse socio-psychologique*”. Não se sabe se o próprio Pontes de Miranda enviou a tal referência para serem apresentadas com o seu currículo, ou se alguém havia efetivamente consultado a versão comercial do *Methodo*.

Em outro texto de 1975, Pontes de Miranda fez referência a uma tradução francesa com título parcialmente diverso: “*Méthode d'analyse de psychologie et sociologie*”.⁴⁹ Pois busquei nas bases de dados francesas a tradução, consultando pelos dois possíveis títulos. Nada foi encontrado.

Além disso, inúmeros biógrafos de Pontes de Miranda, ao reproduzirem listagens das obras publicadas pelo biografado, enumeravam trabalhos do autor publicados na Espanha, e dentre eles estaria uma obra cujo conteúdo chamou atenção. Tratar-se-ia de “*Los principios y leyes de simetria en Sociologia General*”, que teria sido publicado em Madri em 1926. O título e a data da suposta publicação batem com uma possível tradução, ainda que parcial, do *Methodo*.

⁴⁷ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Epiküre der Weisheit*. 2. ed. München: Griff, 1973, p.205.

⁴⁸ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. La conception du droit international privé d'après la doctrine et la pratique au Brésil. *Recueil des Cours, Collected Courses 1932. The Hague Academy of International Law*, 1968, p.553.

⁴⁹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti *et alii*. Debate - A Filosofia do Direito na formação profissional do advogado e do juiz. *Op. cit.*, p.82-83.



Lancei-me atrás deste livro, porém mais uma vez a busca foi infrutífera. No acervo da *Biblioteca Nacional de España*, não se encontra nem o livro de introdução à sociologia, nem o *Methodo*. De Pontes de Miranda, só há registro de uma conferência intitulada “Os novos rumos do direito”, que provavelmente teria sido proferida no Chile e que foi publicada em 1923 nos *Anales de la Universidad de Chile*.⁵⁰

Tampouco há qualquer registro de Pontes de Miranda, nem de seus livros, na biblioteca da Universidade Complutense de Madri, uma das mais antigas do país.⁵¹

6. Acervos privados

Exauridas minhas possibilidades de encontrar o livro em repositórios, bases de dados digitalizadas e bibliotecas, no Brasil e no exterior, pensei que houvesse alguma chance de encontrar o livro perdido em acervos privados, em especial: (a) da família do autor; (b) de quem tivesse citado o livro em outros trabalhos acadêmicos; ou ainda (c) de algum dos possíveis entrevistados, que poderiam ter sido presenteados com um exemplar pelo próprio autor, ou de repente ter adquirido um livro após sua publicação, por curiosidade ou interesse pessoal em guardar a obra da qual constavam como uma personalidade entrevistada.

6.1. Contatos com a família de Pontes de Miranda

Resolvi procurar a família de Pontes de Miranda. Quiçá algum filho, neto ou parente mais próximo tivesse guardado em casa parte dos livros do autor, e o *Methodo* estivesse empoeirado em alguma prateleira.

Uma de suas filhas, Maria da Penna Pontes de Miranda Albuquerque, faleceu em 2022, pouco antes de eu ter ido procurá-la em sua residência. Falei por telefone com sua filha (portanto neta de Pontes de Miranda), Márcia Pontes de Miranda de Albuquerque, que disse não se lembrar de alguém da família ter mencionado qualquer livro escrito por seu avô sobre psicologia. Disse que, além de sua mãe (Maria da Penna),⁵² outras duas filhas de Pontes também

⁵⁰ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Los nuevos rumbos del derecho. *Anales de la Universidad de Chile*, ano 1, serie 2, jan-jun, 1923, p.33-53.

⁵¹ <https://biblioteca.ucm.es>, acessado em 03/01/2024.

⁵² De fato, pesquisas posteriores mostraram que, examinando-se as sessões da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, pode-se encontrar a participação ativa de Maria da Penna Pontes de Miranda de Albuquerque, como consta da Ata da sessão ordinária de 31 de maio de 1955, publicada nos Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, p.72.



eram psicanalistas (Rosa Beatriz e Maria Alzira). Além disso, a própria Márcia (neta) é psicanalista, e me contou esse fato para dizer que, com tantos filhos e netos especialistas, um tal livro sobre psicologia não teria passado despercebido no acervo familiar.

Em outra ocasião, conversei por telefone longamente com uma das poucas filhas vivas de Pontes, Maria Beatriz Pontes de Miranda Menegale, a qual, além de frustrar a expectativa de quem imaginava que algum parente pudesse ter a guarda do livro, também me confirmou esse dado acerca da ignorância geral da família sobre a publicação de qualquer livro na área da psicologia. Como se vê, não era algo que a família de Pontes soubesse ou tivesse ciência.

Elucidativa foi ainda a conversa que tive com o neto do autor, Francisco Pontes de Miranda Ferreira, que me disse ter doado todos os livros do avô que ainda estavam na sua guarda. Foi ele que comandou as doações, feitas pela família, tanto ao Memorial Pontes de Miranda, mantido pelo TRT da 19ª Região em Alagoas, quanto para a biblioteca do TRF da 2ª Região no Rio de Janeiro.

6.2. Supostas citações ao *Methodo* por psiquiatras e sociólogos de expressão. Buscas de descendentes e acervo familiar

Ao falar diversas vezes sobre o livro perdido, Pontes referiu-se a citações do *Methodo* por profissionais de grande expressão nos campos da psiquiatria e da sociologia. Era possível que o livro perdido tivesse sido distribuído por Pontes de Miranda a figuras influentes nessas duas outras áreas do conhecimento, ou que eles próprios tivessem adquirido exemplares da versão comercial da obra, e que o livro perdido pudesse ser encontrado na coleção privada de médicos, psicólogos ou sociólogos. Era relevante, portanto, perseguir tais pistas.

Pontes de Miranda disse, por exemplo, que o famoso psiquiatra Júlio Pires Porto Carrero, Professor da Faculdade Nacional de Medicina da UFRJ e um dos pioneiros da introdução da psicanálise de matriz freudiana no Brasil, teria se referido ao *Methodo* em uma conferência proferida (“em português e inglês”) no 3º Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, realizado no Rio de Janeiro em 1929.⁵³ O evento teria integrado

⁵³ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti *et alii*. *Debate* - A Filosofia do Direito na formação profissional do advogado e do juiz. *Op. cit.*, p.82-83: “Por exemplo, Porto Carrero, professor de medicina legal, quis que eu colaborasse com ele, para vermos qual seria a cátedra que iríamos propor para ser comum às universidades. Porto Carrero, num congresso de psiquiatria, neurologia e medicina legal, fez um discurso em português e inglês (eu tenho as duas versões) em que dizia que o meu livro, *Método de análise sociopsicológica*, devia ser consultado pelos próprios médicos quando não chegassem a uma solução”. Na entrevista que concedeu a Otto Lara Resende



as comemorações do centenário da Academia Nacional de Medicina, e foi realizado juntamente com o 10º Congresso de Medicina.⁵⁴

Procurei muito pelos anais de tal congresso e a dificuldade foi grande, pois os originais não estavam disponíveis em bibliotecas com acervo digitalizado. Consegui encontrá-los na íntegra (documento de mais de 700 páginas) no acervo físico da biblioteca de História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. O material está em deterioração e a consulta só é permitida no local. Outro obstáculo foi que, aparentemente por falta de recursos, juntaram-se os anais do 2º e do 3º Congressos Brasileiros de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, realizados respectivamente em 1926 e 1929, para publicação conjunta que só foi possível no ano de 1932.

Analisando o material, constata-se que, no 3º Congresso de 1929, Porto Carrero apresentou duas comunicações. A primeira é intitulada “Práticas anticoncepcionaes e neuroses”,⁵⁵ em que analisa como a abstinência sexual e restrições nas relações íntimas têm papel neurosígeno para homens e mulheres. A segunda é “Contribuição brasileira á psychanalyse”, uma apresentação curta e bem mais genérica sobre os precursores da psicanálise no país.⁵⁶ Em nenhum dos dois estudos há qualquer menção a Pontes de Miranda, nenhuma citação ao livro perdido, nem qualquer referência à aplicabilidade da metodologia pontiana. Tampouco há qualquer registro de algum discurso de Porto Carrero em língua inglesa.

em 1977, Pontes de Miranda também fez referência a um discurso que Porto Carrero teria feito, e cujo objeto seria exclusivamente a técnica desenvolvida no *Methodo* (<https://www.youtube.com/watch?v=0IanYDsa6sw>, acessado em 03/01/2024, a partir do 22º minuto). Pontes transcreveu trechos do discurso de Porto Carrero na 2ª edição do Sistema de Ciência Positiva do Direito, nos anos 1970 (vol.3). Alguns biógrafos de Pontes de Miranda também se referiram a tal palestra. Vejam-se as passagens de Vilson Alves: “Não bastasse a amplitude dos campos abordados pela ciência pontiana, eleva-se de tal maneira na Psicologia Científica, a ponto de ter uma de suas obras estudadas no 3º Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, pelo Prof. e Dr. J. P. Porto Carrero, no Rio de Janeiro, em 1929 (Trata-se da obra desaparecida, inclusive das estantes do Autor, "Metodo de Análise Sócio-Psicológica"(ALVES, Vilson Rodrigues. *Op. cit.*, p.25); e “Sobre esse livro, o Prof. J. P. Pôrto Carrero pronunciou brilhante discurso, em junho de 1929, no 3º Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal no Rio de Janeiro, traçando interessantíssimo paralelo entre a teoria de Pontes de Miranda e a de Freud, de que seria complemento” (*Ibidem*, p.66).

⁵⁴ CERQUEIRA, Ede Conceição Bispo. *A Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal: debates sobre ciência e assistência psiquiátrica* (1907-1933). Fundação Oswaldo Cruz: Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde, 2014, p.118-119, e anexo 8 constante da p.222.

⁵⁵ PORTO CARRERO, Júlio Pires. Práticas anticoncepcionaes e neuroses. in *Annaes do Congresso de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal*. Rio de Janeiro: Academia Nacional de Medicina, 1932, p.279-292. Esse trabalho por vezes é referido, em publicações posteriores que destacavam as conferências daquele congresso, com o título equivocado de intitulada “Perturbações anticoncepcionais e neuroses”.

⁵⁶ PORTO CARRERO, Júlio Pires. Contribuição brasileira á psychanalyse. in *Annaes do Congresso de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal*. Rio de Janeiro: Academia Nacional de Medicina, 1932, p.321-328, posteriormente republicado na Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, vol.V, n.3, 2002, p.154-157.

Busquei consultar também outras obras de Porto Carrero daquele período. Afinal, se as ideias de Pontes o tivessem mesmo influenciado, outros estudos poderiam citar o livro, o que comprovaria que Porto Carrero efetivamente lera o *Methodo*. Todavia, não logrei confirmar essa informação: nos *Ensaio de Psychanalyse*, livro robusto publicado em 1929 com inúmeros estudos sobre a obra de Freud, Porto Carrero não se refere ao *Methodo* nem a qualquer texto de Pontes de Miranda, embora tenha inclusive citado alguns juristas no ensaio intitulado “O conceito psicanalítico da pena”.⁵⁷

Pontes de Miranda também mencionava uma citação do *Methodo* pelo sociólogo Fernando de Azevedo, Professor da USP nas áreas de sociologia e educação, cujas pesquisas tiveram aparentemente grande impacto nessas áreas. Azevedo teria citado o *Methodo* no livro “Princípios de Sociologia”. E aqui, a citação de fato se verificou.

Fernando de Azevedo conhecia Pontes de Miranda, sua obra e seus estudos na área de sociologia. Tinha-no em alta conta, ao ponto de dedicar o livro *Princípios de Sociologia* a Pontes de Miranda, Silvio Romero e Delgado de Carvalho, qualificando-os de “pioneiros da sociologia no Brasil”. A obra dedica muitas páginas ao debate sobre a metodologia da investigação científica no campo da sociologia, inclusive da matemática e da psicologia, e cita o *Methodo* expressamente.⁵⁸

Não obstante, embora cite o *Methodo* em nota de rodapé, Azevedo não incluiu o livro de Pontes na bibliografia consultada, listada ao final dos *Princípios*.⁵⁹

Outro dado curioso é que Fernando Azevedo citaria o *Methodo* ainda em outros textos posteriores,⁶⁰ mas em nenhuma das citações indicava páginas do livro referenciado, como Azevedo fazia regularmente com outras obras citadas em seus trabalhos científicos.

Assim, não só pela falta de citação precisa de páginas, como pela omissão em listar o livro nas referências bibliográficas, fica a dúvida sobre se o *Methodo* teria sido consultado efetivamente por Azevedo ou se foi referido genericamente como uma obra a ser lida a respeito do tema.

⁵⁷ PORTO CARRERO, Júlio Pires. *Ensaio de psychanalyse*. Rio de Janeiro: Flores & Mano, 1929, p.177-186.

⁵⁸ AZEVEDO, Fernando de. *Princípios de Sociologia*. *Op. cit.*, p.V, 318-319 e nota 1, onde se lê: “Dando-se o balanço em todas as publicações, algumas notáveis, anteriores ao estabelecimento do ensino da sociologia no país, verifica-se que os únicos trabalhos teóricos sobre ciências sociais são os de Paulo Egídio, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e os de Pontes de Miranda, que, com Silvio Romero, podem ser considerados os precursores da sociologia no Brasil”. Esse enaltecimento já foi percebido por VENÂNCIO FILHO, Alberto. Perfil de Pontes de Miranda. *Revista Brasileira*, vol. 2, n.8, 1996, p.48-49.

⁵⁹ AZEVEDO, Fernando de. *Princípios de Sociologia*. *Op. cit.*, p.328.

⁶⁰ AZEVEDO, Fernando de. A sociologia na América Latina, e particularmente, no Brasil. *Revista de História*, vol.1, n.3, 1950, p.353, nota 13.



De todo modo, até pelo pioneirismo que Azevedo atribuía a Pontes de Miranda, e o notável respeito por sua produção científica ao ponto de dedicar seu livro a ele, é possível que Azevedo tivesse efetivamente lido o *Methodo*.

Ora, as constantes menções de Pontes de Miranda a Porto Carrero e Azevedo, afirmando categoricamente que teriam lido e citado o *Methodo*, animaram-me a tentar encontrar parentes vivos daqueles acadêmicos, na esperança, outra vez mais, de que o livro perdido se encontrasse na biblioteca privada de seus descendentes.

Júlio Porto Carrero morreu relativamente jovem, em 1937, aos 50 anos. Teve dois filhos, ambos falecidos. Localizei duas netas e cinco bisnetos do psiquiatra, e entrei em contato com todos, mas não há registro de quem tenha ficado com sua biblioteca. Sua neta, Gilda Maria Barbastefano Porto Carrero, disse que, por ter seu pai falecido há muitas décadas, qualquer acervo pessoal que o avô tivesse deixado perdeu-se com o tempo.

Em relação a Fernando de Azevedo, a busca poderia ser mais ingrata. Isso porque Pontes de Miranda, constatando o desaparecimento dos seus exemplares do *Methodo*, e sabedor da citação de Azevedo, afirmou que chegou a procurar o sociólogo, escrevendo-lhe uma carta, para pedir que lhe fizesse uma fotocópia. Disse ainda que o livro de Azevedo também teria desaparecido.⁶¹

De todo modo, não desanimei. Encontrei o neto de Fernando de Azevedo, Arturo Alcorta, que me informou que a família não possui mais livros do sociólogo e educador. Descobri, contudo, que o acervo pessoal de seus documentos foi doado ao Instituto de Estudos Brasileiros da USP.⁶² Pesquisei os mais variados itens constantes deste conjunto de documentos, mas o *Methodo* não foi encontrado.⁶³ Tive especial interesse em analisar as cartas e correspondências que constam do acervo, procurando aquela que Pontes afirmou ter-lhe escrito para relatar a subtração do *Methodo* da sua biblioteca, quando supostamente foi

⁶¹ Em 1975, Pontes afirmou que: “Ainda há pouco, em Belo Horizonte, quando fui receber o título de cidadão honorário, compro um livro de Fernando de Azevedo e vejo que ele citava, exatamente, meu livro. Escrevo a ele. Desapareceu, também, o livro da casa de Fernando de Azevedo” (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti *et alii*. *Debate - A Filosofia do Direito na formação profissional do advogado e do juiz*. *Op. cit.*, p.82-83). Alguns anos depois, em 1979, no discurso de sua posse na Academia Brasileira de Letras, Pontes de Miranda disse: “Fernando de Azevedo, no livro *Princípios de Sociologia* (11.ª ed., 1973), refere-se ao que lançamos há mais de meio século, *Método de Análise Sócio-Psicológica*, que desapareceu do mundo, e nem na minha casa ou na de Fernando de Azevedo se pode encontrar”, disponível em <https://www.academia.org.br/academicos/pontes-de-miranda/discurso-de-posse>, acessado em 03/01/2024.

⁶² <https://www.ieb.usp.br/>

⁶³ O acervo de Fernando de Azevedo pode ser consultado em http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaUnidadesLogicas.asp?Tipo_Unidade_Logica_Codigo=35&Setor_Codigo=1&Acervo_Codigo=38&Numero_Documentos=, acessado em 03/01/2024.



informado por Azevedo que o seu exemplar também teria sumido. Encontrei uma carta escrita por Fernando de Azevedo e endereçada a Pontes de Miranda em 1971. A carta comprova a relação próxima entre ambos, mas era uma conversa sobre poemas escritos por Pontes. Nada foi encontrado sobre qualquer comunicação a respeito do livro perdido.

A biblioteca pessoal de Fernando de Azevedo, todavia, não se sabe onde foi parar. Conversei com alguns especialistas na sua vida e obra, e recebi pistas difusas de que os livros da biblioteca de Azevedo poderiam ter ido para a Biblioteca Mário de Andrade, da Prefeitura de São Paulo. Entretanto, lá também não encontrei o *Methodo*.⁶⁴

Informaram-me que talvez o livro estivesse na Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP, em especial nas coleções Paulo Bourroul ou Macedo Soares. Segundo as informações que obtive, essas coleções compunham a biblioteca da Escola Normal, onde Azevedo ministrou os cursos que deram origem ao livro *Princípios de Sociologia*, livro no qual o *Methodo* de Pontes foi citado.

Em outras bases de dados da USP que poderiam ter títulos na área de filosofia, sociologia etc., consultei a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, e também a Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Todavia, em nenhum desses acervos o livro perdido pôde ser encontrado.

6.3. Buscas junto às famílias dos possíveis entrevistados e repositórios de seus acervos pessoais

Como visto anteriormente, dentre os potenciais entrevistados no *Methodo*, estariam Epitácio Pessoa, Lafayette Pereira, Clóvis Beviláqua, Luiz Carlos Prestes, ainda que parem dúvidas sobre se as entrevistas efetivamente ocorreram.

Lafayette Rodrigues Pereira, conhecido como Conselheiro Lafayette, foi diplomata, advogado e Primeiro-Ministro do Brasil (1883-1884). Pontes de Miranda e Lafayette Pereira eram amigos,⁶⁵ e era possível que este tivesse sido um dos entrevistados para a confecção do

⁶⁴ A base de dados da biblioteca Mário de Andrade é mal organizada e de acesso não intuitivo. Telefonei para lá e tive ajuda de vários bibliotecários, que posteriormente me indicaram o website onde o acervo poderia ser consultado: <http://bibliotecacircula.prefeitura.sp.gov.br/PesquisaRarosePeriodicos>, acessado em 03/01/2024. Vasculhei ainda o catálogo geral da rede de bibliotecas municipais de São Paulo, também sem êxito, em: <http://bibliotecacircula.prefeitura.sp.gov.br/pesquisa>, acessado em 03/01/2024.

⁶⁵ Em 1977, por ocasião do centenário do livro “Direito das cousas”, de Lafayette Pereira (PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Direito das Coisas*. Ed. histórica. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977), Pontes de Miranda discursou. Encontrei o manuscrito, posteriormente datilografado, de seu discurso. Pontes destacava como se conheceram em



Methodo e que, após a publicação, tivesse recebido um exemplar do autor. Conversei com sua bisneta, Lúcia Maria Lafayette Rodrigues Pereira, que me disse que a família não possui o *Methodo* nem seu pai mencionara qualquer livro com entrevistas de seus antepassados. A mesma informação foi confirmada por Lafayette Rodrigues Pereira Filho.

Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa também foi uma figura muito importante. Dentre várias funções que exerceu no mundo jurídico e político, foi Ministro do Supremo Tribunal Federal (1902-1912), Procurador-geral da República (1902-1905) e Presidente da República (1919-1922). Faleceu apenas em 1942, portanto poderia ter sido entrevistado por Pontes de Miranda, e poderia ter recebido dele uma cópia do *Methodo*. Descobri que Pontes e Epitácio eram amigos: em uma carta escrita por Marialzira Perestrello, filha de Pontes de Miranda, ela revela que Epitácio Pessoa frequentava sua casa, e as crianças o chamavam de “tio Pita”.⁶⁶

Fui em busca do acervo pessoal de Epitácio Pessoa, que foi afetado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição que possui material riquíssimo referente a grandes personalidades da história do país.⁶⁷ Lá existem documentos que comprovam a relação entre Pontes de Miranda e Epitácio Pessoa,⁶⁸ mas não há qualquer referência ao livro perdido.

Clóvis Beviláqua foi um jurista famoso, autor intelectual do Código Civil de 1916, falecido em 1944. Ele e Pontes eram amigos, como demonstram vários documentos históricos.⁶⁹ Então, até por essa proximidade com Pontes de Miranda, poderia ter sido sem dúvida um dos entrevistados, e portanto fui atrás de seus descendentes para conferir se a família não teria um exemplar do livro perdido, quiçá presenteado pelo autor aos entrevistados.

1912 e como iniciaram uma amizade que cultivariam até o falecimento de Lafayette Pereira. Veja-se o manuscrito e o discurso datilografado e corrigido à mão por Pontes em <https://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Pontes-de-Miranda>.

⁶⁶ Veja-se a transcrição em <https://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Pontes-de-Miranda>.

⁶⁷ Inventário Analítico do Acervo Presidencial Epitácio Pessoa. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2022, disponível em <https://ihgb.org.br/publicacoes/instrucoes-aos-autores/9-publicacoes.html>, acessado em 03/01/2024.

⁶⁸ Há cartas e telegramas de Pontes de Miranda convidando Epitácio Pessoa para escrever em coletânea de comentários a leis civis, pedindo seu apoio para concorrer à Academia Brasileira de Letras, felicitando o Presidente pelo transcurso das eleições sem intercorrências, dentre outras.

⁶⁹ Em 26 de fevereiro de 1923, um grupo de prestigiosos amigos de Pontes de Miranda – dentre eles Clóvis Beviláqua – ofereceu um banquete em homenagem à publicação, no ano anterior, do livro *Systema de Sciencia Positiva do Direito*. O banquete ocorreu no Palace Hotel do Rio de Janeiro. O convite e a lista dos organizadores encontra-se em <https://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Pontes-de-Miranda>. Naquela oportunidade, Beviláqua havia preparado discurso, mas não pôde comparecer por motivo de luto recente. O discurso foi lido por Celso Vieira e há trechos registrados no Jornal do Commercio do dia 27/02/1923. Beviláqua registrou a inteligência superior de Pontes, sua capacidade de trabalho, e o nível elevado a que trazia o pensamento jurídico brasileiro com a obra ali celebrada, e uma nova era que inaugurava com suas ideias sofisticadas.



Descobri uma filha e duas netas vivas de Beviláqua. Mantive contato com uma delas, Maria Teresa Beviláqua de Paiva, que me informou que doaram os livros do avô para o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Em contato com a Biblioteca Histórica e o Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, informaram-me que nunca houve tal doação, caso em que teriam os termos da doação documentados. O acervo e os arquivos não estão digitalizados, mas os bibliotecários gentilmente buscaram pelo livro, sem sucesso.

7. Uma guinada na pesquisa: A hipótese do *Methodo* como um possível manuscrito não publicado em versão comercial

Após chegar a diversos becos sem saída, resolvi catalogar algumas conclusões, ainda que provisórias, que pudessem ajudar na busca.

Pois bem, Pontes de Miranda desenvolveu suas ideias sobre o método de análise sócio-psicológica, isso não se pode negar, ideias que foram referidas posteriormente em obras e conferências. As propostas de Pontes de Miranda sobre os processos sociais de adaptação, que estariam também no *Methodo*, foram difundidas em outros livros e artigos do autor. Há evidências históricas de palestras proferidas por Pontes de Miranda acerca do tema. Pode ser que fossem conferências sobre o livro já publicado, a fim de divulgá-lo; pode ser que fossem conferências em que o autor estivesse pondo a teste o conteúdo do livro que ainda estava em elaboração ou no prelo.

Cheguei a suspeitar de que o livro *Methodo de Analyse Socio-Psychologica*, pelo menos nos termos descritos por Pontes de Miranda, sequer chegou a ser escrito, e algumas constatações levariam a essa conclusão: (i) a família de Pontes de Miranda, com filhas e netas profissionais na área da psicologia e da psiquiatria, afirmam que nunca souberam da obra; (ii) não se consegue encontrar exemplar algum em bibliotecas nacionais, ou nas instituições estrangeiras que Pontes afirmou terem o *Methodo* em seu acervo; (iii) não há nenhum exemplar dentre os inúmeros livros doados pela família de Pontes para o Memorial que o TRT da 19^a Região fez em sua homenagem, ou para a biblioteca do Centro Cultural da Justiça Federal, administrado pelo TRF da 2^a Região.

De outro lado, (iv) também é duvidosa a efetiva realização das entrevistas com personalidades, referidas por Pontes de Miranda, nas quais o método teria sido aplicado. Não



se sabe realmente se essas entrevistas foram realizadas, até pela impossibilidade física e temporal de que fossem conduzidas, em razão da idade de alguns dos supostos entrevistados.

Ademais, (v) faltava confirmação de algum autor que com certeza tivesse consultado o *Methodo*. Note-se que quase todas as citações ao *Methodo* correspondiam a referências de quem não leu ou consultou o livro, ou apenas registros no elenco de “outras obras publicadas pelo mesmo autor”, listas inseridas repetidamente nos livros de Pontes de Miranda, provavelmente por ele mesmo. As afirmações de Pontes de que o psiquiatra Júlio Porto Carrero teria citado o *Methodo* não haviam sido comprovadas; as citações de Fernando de Azevedo ao livro perdido não continham indicação de páginas, ao contrário de outras referências, nem constavam da bibliografia consultada.

E mais: se o livro chegou a ser escrito, tampouco há provas de que algum exemplar circulou em versão comercial. As únicas referências à publicação do livro em 1924 ou 1925 foram feitas por Pontes de Miranda. Curiosamente, como vimos, em 1930, o próprio Pontes de Miranda disse que o *Methodo* não tinha sido publicado, e que só sairia em 1932.⁷⁰ Então, na verdade, não se sabe bem se o livro foi ou não foi publicado, muito menos a data de publicação.

Pode ser ainda que toda esta estória não passasse de nada além de um chiste de Pontes de Miranda com estudiosos das gerações seguintes: as ideias estavam lá, fragmentos delas foram inseridas em outras obras, o desejo de compilá-las em um livro cuja produção se iniciara (com título e tudo), mas talvez sem nunca ter sido levado a cabo. Ao inserir o *Methodo* nas listas de bibliografia de tantos livros, e ao mesmo tempo referir-se várias vezes ao suposto furto, Pontes criaria uma lenda, acompanhada pelo *frisson* em torno do livro. A piada estaria em potencialmente lançar algum fã ou pesquisador curioso, como este que vos escreve, a uma busca inglória fadada ao insucesso. Uma saga que, já se sabendo frustrada, apenas levaria a mais curiosidade coletiva sobre o livro e seu autor.

Tudo isso era sem dúvida possível. Mas comecei a imaginar uma outra alternativa. Diante do quadro que se configurava, outra explicação plausível seria que o *Methodo* fosse uma obra em desenvolvimento, e que tivesse circulado como um manuscrito.

Isso explicaria a ausência completa de qualquer exemplar remanescente e as dúvidas e imprecisões acerca do ano de publicação; justificaria ainda a citação do livro em mais de uma

⁷⁰ SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. *Op. cit.*, p.6: “Pretendo publicar durante o ano próximo muitos trabalhos em conclusão. Creio que publicarei os três últimos volumes do 'Tratado dos Testamentos', e, em alemão, o curso que agora fizer sobre Direito Internacional Privado. Penso também em desenvolver a Introdução que fiz às 'leis civis do presente' do prof. Heinsheimer, e igualmente em publicar o 'Método de Análise Sócio-Psicológico', 'Sociologia Estética' e 'Epistemologia Social', já prontos há três anos, só em 1932 aparecerão”.



das obras científicas do sociólogo Fernando de Azevedo, respeitado acadêmico. Note-se que as citações não indicavam a editora do *Methodo*, nem se referiam a trechos ou a páginas específicas, eram citações genéricas, diferentes inclusive daquelas que Azevedo fazia de outras obras. Se Pontes o tivesse rascunhado, é possível que Azevedo tivesse tido acesso ao manuscrito sem paginação, produzido entre 1924 (ou 1932, data em que Pontes disse que o livro seria lançado) e 1935 (data da primeira edição dos *Princípios de Sociologia* de Azevedo). Não pude confirmar se Fernando de Azevedo tinha o livro ou o manuscrito, e se realmente tal livro veio a desaparecer também de sua casa. Mas ambos se correspondiam, então era possível que Pontes pudesse ter feito chegar o manuscrito às mãos de Azevedo.

Comecei então a trabalhar com a premissa de que o *Methodo* nunca fora publicado em versão comercial. E, se essa hipótese do manuscrito estivesse correta, era necessário retornar às pesquisas nos acervos familiares que foram doados ao TRT da 19ª Região e ao TRF da 2ª Região, porque destes arquivos constam diversos manuscritos não indexados. Assim, era possível que o livro perdido estivesse naqueles acervos, sem que aparecesse nas buscas pela internet ou nas listas do material que me haviam sido enviadas anteriormente.

8. O retorno aos arquivos doados pelas famílias: em busca dos manuscritos

Fui diversas vezes ao Centro Cultural da Justiça Federal, que funciona no prédio da antiga sede histórica do Supremo Tribunal Federal, no Rio de Janeiro, para consultar as quase cento e cinquenta caixas de pertences de Pontes de Miranda doados ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região. A consulta é penosa, depende do uso de máscara e vestimentas protetivas, em razão da idade do material em papel e pelo estado de deterioração de parte do acervo.

Pois foi neste material constante dos arquivos, que consegui surpreendentes descobertas.

8.1. A descoberta da comunicação de Julio Porto Carrero citando o *Methodo*

No acervo pessoal de Pontes de Miranda doado ao Centro Cultural da Justiça Federal, mantido pelo TRF da 2ª Região, encontrei o tal discurso de Júlio Pires Porto Carrero datilografado. De fato, Porto Carrero fez uma comunicação ao 3º Congresso Brasileiro de



Psiquiatria e Medicina Legal, relatando o método proposto por Pontes de Miranda.⁷¹ Não é sabida a razão pela qual tal comunicação não foi inserida nos anais do congresso, mas o discurso efetivamente ocorreu.

Na oportunidade, Porto Carrero destacou que, para Pontes, os processos sociais de adaptação influenciavam a *psique* do indivíduo. Afirmou que a elaboração de Pontes de Miranda alinhava-se com o método de psicanálise freudiano. Teceu vários paralelos entre o método pontiano e a teoria freudiana (p. ex., o equilíbrio da ciência no centro da escala seria uma dominância perfeita e sublimação da libido; falou dos impulsos e da criação do superego, do paralelo entre o *quantum* despótico e o sadismo na teoria de Freud, dentre outras comparações). Porto Carrero destacou ainda a utilidade do método, e exortou os psiquiatras e psicólogos a utilizarem-no, em especial nas fases tardias de tratamento terapêutico, quando fosse momento de reaproximar o paciente do convívio social, readaptando o indivíduo ao meio. Disse ainda que ele próprio teria se submetido ao “interessante questionário” que Pontes de Miranda elaborou para a entrevista, por meio do qual aplicava seu método na prática. Terminou sua comunicação dizendo que o método de Pontes deveria receber grande louvor daquele congresso.

Um detalhe captou minha atenção. Em seu discurso, Porto Carrero disse que Pontes de Miranda havia prometido a explanação completa do método “em breve tempo”. Ou seja, é possível que, em 1929, na época da conferência, o *Methodo* fosse mesmo apenas um manuscrito ainda não publicado.

8.2. Descoberta de versões inglesa e alemã de uma parte do livro perdido

E então que minha procura chegou ao ápice. Dez anos depois de iniciar uma incessante busca pelo livro perdido, encontrei, também no Centro Cultural da Justiça Federal no Rio de Janeiro, uma tradução inglesa do *Methodo*. O texto está datilografado e parcialmente revisado com anotações e correções manuscritas, elaboradas pelo próprio Pontes de Miranda.⁷²

Ao encontrar essa versão em inglês, contatei novamente os funcionários responsáveis pelo Memorial do TRT da 19ª Região. Alertei que era possível que o *Methodo* fosse um

⁷¹ Discurso disponível em <https://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Pontes-de-Miranda>.

⁷² PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Method of Social-Psychological Analysis*, datilografado, s/d, disponível em <https://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Pontes-de-Miranda>.



manuscrito. Fui pessoalmente a Alagoas. E lá encontramos uma outra versão do livro, desta vez para o alemão.⁷³

Os dois textos são muito parecidos, embora não idênticos. A versão inglesa está incompleta: o raciocínio se encerra no meio de uma oração, deixando a impressão de que haveria mais ainda a dizer na sequência. O texto em inglês tem 28 páginas, o texto em alemão é ligeiramente mais longo (uma página a mais). Ambos apresentam as ideias como um tratado, e o conteúdo corresponde, em linhas gerais, às ideias que já havíamos recolhido, em diversas obras, a respeito do que seria o suposto conteúdo do livro perdido.

Não há indicação de data em nenhum dos dois originais, mas algumas anotações manuais sugerem que o texto é contemporâneo à propalada data de confecção do *Methodo*. Pontes de Miranda acrescenta uma nota 1, logo na primeira página, fazendo referência às ideias de dois livros que publicara nos anos de 1924 e 1926, e o faz grafando a palavra “introdução” nos termos da gramática à época: “introducção”. Essa grafia só perdurou até o ano de 1943, quando uma reforma ortográfica aboliu a forma no Brasil.⁷⁴

Animei-me a fazer uma tradução de ambas as versões para o português, apontando as diferenças entre as duas variações (inglesa e alemã) em rodapé, o que permite ao menos registrar, para a posteridade, o texto que provavelmente Pontes de Miranda compreendia como a descrição fidedigna do seu método de análise sócio-psicológica.⁷⁵

Em relação ao conteúdo, o texto corresponde em larga medida às referências existentes de palestras dadas pelo próprio Pontes de Miranda a respeito das ideias defendidas na obra (inclusive há estreita sobreposição com algumas linhas transcritas da conferência dada por Pontes na Liga Brasileira de Hygiene Mental em 1928). Deve-se sublinhar, todavia, que os questionários são referidos no texto em língua estrangeira, mas tanto a versão inglesa quanto a alemã só contavam com a descrição do método; as entrevistas não foram encontradas.

⁷³ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Methodo der Sozio-Psychologischen Analyse*, datilografado, s/d. Disponibilizei o original escaneado, juntamente com o restante do material, em <https://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Pontes-de-Miranda>. Uma curiosidade, que mostra a importância da evolução da pesquisa e de voltar aos dados coletados: em uma das conversas que tive com o Professor Carlos Alberto Molinaro, este me contou que o Memorial Pontes de Miranda no TRT de Alagoas teria um exemplar do *Methodo* em seu acervo. Sabedor dessa informação, em um dos meus primeiros contatos com os responsáveis pelo memorial, indaguei-os a respeito, e me foi respondido e enfatizado que a entidade não possuía qualquer exemplar, mas apenas textos outros de conferências e entrevistas nas quais Pontes de Miranda referia-se ao método e às ideias desenvolvidas no livro. Após o encontro do texto em alemão, concluo que provavelmente foi o escrito que Molinaro manuseou.

⁷⁴ No português do Brasil, as consoantes mudas ou não articuladas, isto é, aquelas que não se pronunciam, foram oficialmente abandonadas com a Reforma Ortográfica de 1943. Nesse contexto, palavras como “introducção” perderam o “c” antes do cê-cedilha.

⁷⁵ Edição publicada online em <https://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Pontes-de-Miranda>.



Além disso, deve-se destacar que ambas as versões estrangeiras mencionavam a existência de figuras e ilustrações gráficas coloridas, que acompanhariam o texto ou seriam inseridas entremeadas aos parágrafos, para esclarecer as ideias expostas. Entretanto, tais figuras não compunham o material encontrado, tampouco foram achadas de maneira avulsa nos acervos consultados.

8.3. Descoberta de fragmentos manuscritos do *Methodo* em português

Também nos arquivos do TRF da 2ª Região, encontrei diversos manuscritos de Pontes, fragmentos de obras, às vezes organizados em fichas ou em curtos blocos de notas, e alguns deles diziam respeito à psicologia e à sociologia.

Alguns manuscritos provavelmente eram ideias esparsas e/ou trechos complementares para ulteriores edições do *Introdução à Sociologia Geral*. Pontes registrou *insights* sobre os fatos sociais, os processos de adaptação social e como isso afeta a personalidade individual, e também a evolução dos grupamentos humanos em comunidade.

Mas encontrei um texto datilografado que tem trechos idênticos que espelham parcialmente o conteúdo do livro perdido nas versões alemã e inglesa que encontrei datilografadas. O texto em português não tem título nem data, mas, conhecendo-se o conteúdo do livro, não há dúvida que se trata do *Methodo*.

É possível que fosse um rascunho original do *Methodo*, mas analisando os fragmentos, tem-se a impressão de que o texto provavelmente foi escrito em momento posterior às versões em língua estrangeira, provavelmente entre os anos 1930 e 1940.⁷⁶ Talvez Pontes de Miranda tenha em algum momento decidido retomar a ideia da publicação, e partido das traduções para reescrever o *Methodo* em português.

O manuscrito em português está incompleto, não possui as primeiras cinco páginas. E também tem trechos originais, que não constam das versões alemã ou inglesa, e não estava acompanhado dos formulários nem das entrevistas ao final. Ou seja, também aqui, nos fragmentos em português, só pudemos recuperar a primeira parte, referente à descrição do método.

⁷⁶ A grafia já não era aquela anterior ao acordo ortográfico, e o texto refere-se a obras publicadas no início da década de 1930.

9. Conclusão e um convite ao leitor

O livro perdido de Pontes de Miranda provavelmente não chegou a ser publicado em versão comercial. Foi encadernado como manuscrito e circulou entre poucas pessoas. Pontes provavelmente o enviou a psicólogos, psiquiatras e sociólogos de expressão, a fim de colher-lhes as críticas e impressões, e também para que suas ideias fossem divulgadas. Talvez o livro não tenha tido apelo editorial, ou não tenha podido ser editado no momento em que o autor desejara.

As entrevistas para colocar o método em prática provavelmente aconteceram. Se, no início da pesquisa, só havia indicações do próprio Pontes de Miranda a respeito de quem teria se submetido ao questionário, a descoberta do discurso de Júlio Pires Porto Carrero ao 3º Congresso Brasileiro de Psiquiatria mudou o cenário. Porto Carrero confirma a existência do questionário e afirmou ter se submetido ele próprio à entrevista.

Nesse quadro, é no mínimo curioso constatar como Pontes de Miranda, de forma imaginativa, referiu-se diversas vezes ao suposto furto do livro de sua biblioteca e de outras, e até mesmo criou a versão de um estapafúrdio complô internacional para fazer as ideias desaparecerem. Afinal, por que razão alemães, norte-americanos e ingleses iriam organizar uma operação criminosa internacional para tanto? Será que o *Methodo* seria uma obra que se anunciava tão espetacular a ponto de ser cobiçada por piratas literários internacionais? Confesso que a anedota sobre o esforço que agentes desconhecidos teriam empreendido para fazer sumir o livro fazem-me até duvidar da alegada carta de Pontes a Azevedo, na qual este teria dito que o *Methodo* desaparecera também de sua casa. A razão para que tais narrativas fossem divulgadas recorrentemente por Pontes não é sabida.⁷⁷

⁷⁷ Mas não é segredo para ninguém que Pontes de Miranda era um sujeito de ego inflado, com “temperamento muito amigo de si próprio”, como disse Gilberto Freyre. FREYRE, Gilberto, *Diário de Pernambuco*, 16/09/1923. Há várias histórias verídicas, experimentadas por diversos interlocutores, que o retratavam como uma pessoa capaz de inventar episódios fantasiosos a fim de estufar artificialmente a importância de seus feitos. Confira-se a respeito a crítica contundente que lhe fez certa vez HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Os instintos da sabedoria: algumas considerações à margem da recente viagem do Dr. Pontes de Miranda a Berlim. *O Jornal*, 23/11/1930, p.2. Alguns biógrafos e estudiosos de Pontes de Miranda defendem-no dizendo que Pontes inventava a si mesmo, criando uma personagem. Por todos, FERNANDES, André Lucas. *Entre sistema e tratado: o pensamento de Pontes de Miranda e a modelização da sociedade global. Op. cit.*, p.37. Curioso perceber que, a despeito da crítica ácida anteriormente referida, Gilberto Freyre posteriormente se aproximaria de Pontes de Miranda. Encontrei no acervo pessoal de Pontes algumas cartas que Freyre lhe escrevera posteriormente. Em uma delas, datada de 04/05/1931, quando estava estudando no departamento de História da Universidade de Stanford, nos EUA, Freyre falou sobre os cursos que estaria lecionando sobre história do Brasil, e que pretendia falar sobre a “nova cultura brasileira”, na qual os estudos de Pontes figuravam com “tanto relevo”. Em outra, datada de 24/02/1956, Freyre saúda a família de Pontes



Também não se pode afirmar que o manuscrito em português desapareceu. Pelo menos a primeira parte do *Methodo*, descritiva da metodologia sustentada pelo autor, esteve todo este tempo na posse do próprio Pontes de Miranda, e foi doada para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região pela sua família. Não desconsidero que Pontes pudesse ter reescrito o livro, pelo menos nessa primeira parte, após o desaparecimento dos originais de sua biblioteca. Mas, pelas características do texto em português, da grafia utilizada (comparada àquela das versões inglesa e alemã), aparentemente se trata de uma obra escrita posteriormente às versões em língua estrangeira encontradas, estas provavelmente escritas ainda na década de 1920.

Pode ser que alguma impressão dos originais do *Methodo*, continente dos formulários com os testes aplicados por meio de entrevistas às personalidades da época, tenha simplesmente desaparecido da casa do autor. Se assim fosse, porém, talvez tivesse sido por negligência do próprio Pontes de Miranda, ou de residentes e empregados, do que por furto, até porque é lugar comum entre bibliófilos ser improvável que alguém furtasse livros, ainda mais manuscritos de livros desconhecidos e ultra-especializados. Imagine-se, na década de 1920 ou 1930, quantas pessoas teriam interesse em subtrair um manuscrito encadernado de cinquenta páginas sobre sociologia e psicologia! Lamentavelmente os livros (ainda mais em nichos técnico-científicos) não costumam despertar tamanha paixão.

De todo modo, ainda que o livro mesmo, o original integral ou manuscrito, não tenha sido descoberto, minha aventura de tentar encontrá-lo, cem anos depois de sua possível publicação, encerra-se aqui. Em longo trabalho de uma arqueologia bibliográfica, encontrei dois originais inéditos, nunca publicados; duas versões parciais do *Methodo* redigidas pelo próprio autor em língua estrangeira. Traduzi-as ao português e as publiquei. Descobri ainda fragmentos de um texto em português que, embora não tenha título, corresponde parcialmente às versões em língua estrangeira. Trata-se, sem sombra de dúvidas, de manuscrito parcial do livro perdido. Entremeei o texto em português às traduções das versões estrangeiras, não só porque havia trechos inéditos, que não constam daquelas, mas também para preservar as expressões do autor em nossa língua mãe. Esse conjunto de três textos combinados corresponde a uma parte significativa do livro, com exceção das entrevistas que teriam sido feitas para aplicação do método.

e o convida para participar de obra coletiva que estava organizando. As cartas manuscritas encontram-se para consulta em <https://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Pontes-de-Miranda>.



O sumiço do *Methodo* certamente não foi o primeiro nem será o último caso de um livro desaparecido. Na história da humanidade, há vários episódios de obras literárias que se perderam. Há aquelas que foram deliberadamente destruídas e existem obras que simplesmente sumiram por intempéries ou pela negligência na sua guarda ao longo do tempo. Algumas foram encontradas, até mesmo recentemente; outras continuam perdidas.

Para todo bibliófilo como eu, é tocante ouvir sobre um livro perdido. A obra desaparecida não é apenas o livro que não se folheia. É a palavra não dita, os pensamentos que se esvaem, as críticas e debates que sequer vêm a existir, ideias enterradas. Talvez tenha sido o sentimento que me lançou na empreitada de encontrar o mais célebre dos livros científicos desaparecidos no Brasil.

A busca, os achados e o esforço, penso eu, são suficientes para salvar, ao menos parcialmente, as ideias. Creio ter cumprido a missão senão de modo absolutamente exitoso, pelo menos a contento. De todo modo, foi uma grande aventura, e aproveitei tanto o processo do descobrimento quanto a descoberta em si.

Por fim, como última mensagem, advirto que algumas das minhas conclusões podem estar erradas. É possível que o livro exista também em versão comercial, com figuras e gráficos coloridos, e esteja intacto na casa dos criminosos que efetivamente o tenham furtado; ou, se não foi furtado, mas simplesmente perdido, é possível que o livro se encontre em alguma biblioteca, sem identificação precisa do título e do autor; ou em alguma instituição que ainda não digitalizou seu acervo, integrando-o a outras bases de dados. É possível ainda que os formulários com as entrevistas e testes aplicados sejam encontrados em algum momento futuro, completando a obra.

Então, pode ser que você, leitor, seja o próximo a procurá-lo, ou ainda melhor, seja aquele que venha a encontrá-lo na sua integralidade. A quem fizer as descobertas seguintes, fica o convite para que complemente a pesquisa, conte mais um capítulo e emende este artigo, fechando quem sabe totalmente o ciclo de uma busca parcialmente inacabada. Se há alguma beleza nas aventuras incompletas, é que outros exploradores podem animar-se a seguir a trilha, apropriando-se de alguma maneira dos rastros de quem os antecedeu.

E torço para que curtam como eu o caminho até a próxima estação. Afinal, frequentemente, na vida, o verdadeiro tesouro está no percurso caminhado.



Referências bibliográficas

- ALVES, Vilson Rodrigues. *Vida e obra de Pontes de Miranda*. Santos: s/ed., 1980.
- AZEVEDO, Fernando de. A sociologia na América Latina, e particularmente, no Brasil. *Revista de História*, vol.1, n.3, 1950.
- _____. *Princípios de Sociologia*. São Paulo: Duas Cidades, 11. ed., 1973.
- BASTOS, Aurélio Wander. Pontes de Miranda: a Escola do Recife e o direito moderno. *Revista do Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará*, vol.21, n.2, jul-dez, 1982.
- CABRAL, Antonio do Passo. Alguns mitos do processo (III): a disputa entre Pontes de Miranda e Haroldo Valladão em concurso para professor catedrático na Universidade do Rio de Janeiro entre 1936 e 1940. *Revista Brasileira de Direito Processual*, vol.24, n.96, out-dez, 2016.
- CARNIO, Henrique Garbellini. O método científico na sociologia de Pontes de Miranda. *Revista dos Tribunais*, vol. 944, 2014.
- CARVALHO, Delgado de. *Sociologia experimental*. Rio de Janeiro: Sauer, 1934.
- CERQUEIRA, Ede Conceição Bispo. *A Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal: debates sobre ciência e assistência psiquiátrica (1907-1933)*. Fundação Oswaldo Cruz: Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde, 2014.
- CUNHA, Sérgio Sérvulo da. O método científico em Pontes de Miranda. *in Alguns pontos fundamentais da ciência pontiana*. Instituto de Estudos Pontes de Miranda: s/ed., 1977.
- FERNANDES, André Lucas. *Entre Sistema e Tratado: enfrentando o desafio da episteme de Pontes de Miranda*. Universidade Federal de Pernambuco: Dissertação de Mestrado em Direito, 2018.
- _____. *Entre sistema e tratado: o pensamento de Pontes de Miranda e a modelização da sociedade global*. Curitiba: CRV, 2018.
- FERREIRA, Pinto. *Teoria do espaço social (nova contribuição à sociologia científica de Pontes de Miranda)*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1939.
- FREYRE, Gilberto, *Diário de Pernambuco*, 16/09/1923.
- GÓES, Carlos. *Methodo de analyse (lexica e logica) ou syntaxe das relações*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 5. ed., 1924.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Os instintos da sabedoria: algumas considerações à margem da recente viagem do Dr. Pontes de Miranda a Berlim. *O Jornal*, 23/11/1930.
- LELLI, Marcello. Sociologia e scienze sociali in Pontes de Miranda. *in* CALCATERRA, Gaetano; LELLI, Marcello; SCHIPANI, Sandro (org.). *Scienza giuridica e scienze sociali in Brasile: Pontes de Miranda*. Padova: Cedam, 1985.



MACEDO, Sylvio de. Pontes de Miranda e a universalidade de sua mensagem cultural. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

MEIRA, Silvio. Pontes de Miranda, pensador e poeta. *Ciência & Trópico*, vol.19, n.2, jul-dez, 1991.

MELLO, Marcos Bernardes de. A genialidade de Pontes de Miranda. Getúlio: Revista da GVlaw, 2008.

MENEZES, Djacir. *Pontes de Miranda*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1946.

MOREIRA ALVES, José Carlos. O romanismo em Pontes de Miranda. in CALCATERRA, Gaetano; LELLI, Marcello; SCHIPANI, Sandro (org.). *Scienza giuridica e scienze sociali in Brasile: Pontes de Miranda*. Padova: Cedam, 1985.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Direito das Coisas*. Ed. histórica. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1977.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Centro de inércia e valores sociais de estabilidade. Separata do Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências, ano 1, n.II e III, s/d.

_____. Discurso proferido na sessão de 4 de junho de 1970 da Câmara dos Deputados. Brasília: Imprensa Nacional, 1970.

_____. *A moral do futuro*. Rio de Janeiro: F. Briguet, 1913.

_____. *Epiküre der Weisheit*. 2. ed. München: Griff, 1973.

_____. *Introdução à Sociologia Geral*. Rio de Janeiro: Livraria Pimenta de Mello, 1926.

_____. *Método de análise sócio-psicológica*. Tradução e organização de Antonio do Passo Cabral. Rio de Janeiro, 2024, disponível em <https://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Pontes-de-Miranda>.

_____. *Method of Social-Psychological Analysis*, datilografado, s/d, disponível em <https://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Pontes-de-Miranda>.

_____. *Methode der Sozio-Psychologischen Analyse*, datilografado, s/d, disponível em <https://uerj.academia.edu/AntonioCabral/Pontes-de-Miranda>.

_____. La conception du droit international privé d'après la doctrine et la pratique au Brésil. *Recueil des Cours, Collected Courses 1932. The Hague Academy of International Law*, 1968.

_____. Los nuevos rumbos del derecho. *Anales de la Universidad de Chile*, ano 1, serie 2, jan-jun, 1923.



_____. Nota prévia sobre uma lei de evolução social. Separata do Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências, ano 1, n.II e III, s/d.

_____. *Sistema de Ciência Positiva do Direito*. Campinas: Bookseller (reimpressão da 2ª edição, de 1972), tomo I, 2000.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti *et alii*. *Debate* - A Filosofia do Direito na formação profissional do advogado e do juiz. *Revista de Ciência Política*, vol.18, n.4, out-dez, 1975.

PORTO CARRERO, Júlio Pires. Contribuição brasileira á psychanalyse. *in Annaes do Congresso de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal*. Rio de Janeiro: Academia Nacional de Medicina, 1932, posteriormente republicado na *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol.V, n.3, 2002.

_____. *Ensaio de psycanalyse*. Rio de Janeiro: Flores & Mano, 1929.

_____. Praticas anticoncepçionaes e neuroses. *in Annaes do Congresso de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal*. Rio de Janeiro: Academia Nacional de Medicina, 1932.

REALE, Miguel. Pontes de Miranda, um metafísico que se ignora. *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, vol. 18, n. 4, 2006.

ROSA JR., Faustino da. Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda: biografia, mimeografado, s/d, p.4.

SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. A visita de Pontes de Miranda. Rio de Janeiro: [s.n.], 1930.

SILVA, Justino Adriano Farias da. Sobre Pontes de Miranda. *Revista Brasileira de Direito Processual*, vol.26, 1981.

TENÓRIO, Oscar. A obra sociológica de Pontes de Miranda. *in A Manhã*, edição de 05/02/1927.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Perfil de Pontes de Miranda. *Revista Brasileira*, vol. 2, n.8, 1996.



PONTES DE MIRANDA, UM JURISTA ENTRE DUAS DITADURAS (1937-1979)
PONTES DE MIRANDA, A JURIST BETWEEN TWO DICTATORSHIPS (1937-1979)

GUSTAVO SILVEIRA SIQUEIRA¹
MAYARA DE CARVALHO SIQUEIRA²

Resumo

O Brasil viveu duas ditaduras durante o século XX (1937-1945 e 1964-1985) e Pontes de Miranda foi um dos mais importantes juristas brasileiros desse período. A partir de reportagens de jornais, cartas, documentos e escritos do autor, pretendemos entender a relação entre o jurista e ditadura naquele período. O artigo se propõe a reconstruir o pensamento de Pontes de Miranda, relacionando-o aos regimes políticos de cada período. Dessa forma, podemos entender o que ele pensava sobre as ditaduras durante e após elas.

Palavras-chave: Pontes de Miranda; juristas e ditaduras; história do direito brasileiro.

Abstract

Brazil lived through two dictatorships in the 20th century (1937–1945 and 1964–1985), and Pontes de Miranda was one of the most important Brazilian jurists of that period. Based on newspaper articles, documents, and the author's writings, this paper seeks to understand the relationship between jurists and dictatorships during those years. This paper proposes to reconstruct Pontes de Miranda's personal thoughts and relate them to each of the dictatorial period's political regime. The article also aims to help readers understand his opinions both during and after the end of those dictatorships.

Keywords: Pontes de Miranda; jurists and dictatorships; Legal history of Brazil.

¹ Professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie e Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É Bolsista de Produtividade 1D do CNPQ, Pesquisador do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ-JCE), Coordenador da área do Direito na FAPERJ e Diretor da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Foi Visiting Scholar no Departamento de História da Harvard University (2019-2022 e 2022-2023) e tem estágio de pós-doutorado no Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte (2017). Foi Secretário do Instituto Brasileiro de História do Direito (2016-2024), Coordenador da CAPES para Mestrados Profissionais em Direito (2016-2018), Coordenador do Programa de Pós-graduação em Direito da UERJ (2015-2022) e Coordenador de Graduação da Faculdade de Direito da UERJ (2013-2016). E-mail: gustavosiqueira@uerj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1968-5639>.

² Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-Doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá. Pesquisadora contemplada com bolsa de fomento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro –FAPERJ. E-mail: mdecarvalho@live.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3603-0522>.



“Nunca fui a favor de qualquer quebra da Constituição, mas a Constituição que está diante de nós é um castelo de janelas arrebitadas pelos falsos esquerdistas, pelos esquerdistas extremos.”

Pontes de Miranda, 05 de abril de 1964

Introdução

Como os juristas reagem às ditaduras? Como eles respondem à violação a legalidade? De que maneira os juristas descrevem o fim das ditaduras? Essas perguntas costumam instigar os historiadores do Direito³. Os momentos de ruptura da legalidade e aqueles em que essa legalidade é reestabelecida sinalizam períodos importantes para entender os juristas e os lugares que eles ocupam contra ou a favor do Estado de Direito.

Infelizmente, o Brasil, país que viveu grande parte do século XX governado por ditadores (1937-1945 e 1967-1985), pode ser um lugar privilegiado para tentar responder às questões acima.

E, para tanto, pretendemos descrever aqui a partir do exemplo de um autor muito conhecido por juristas brasileiros, Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda. Pontes de Miranda, como é conhecido no Brasil, nasceu em 1892 e morreu em 1979, foi juiz, embaixador, advogado e é autor de centenas de livros. Lido e citado até hoje nas Faculdades de Direito, Pontes de Miranda viveu parte da sua vida adulta durante as duas ditaduras e o mais importante para a pesquisa: ele escreveu livros e deu entrevistas nesses períodos.

O pensamento do autor é complexo e sua participação na vida política e jurídica do Brasil foi muito grande. Dessa forma, o que tentamos fazer aqui foi reconstruir, através de fragmentos encontrados, uma parte do pensamento no autor expresso nos seus livros e nas reportagens de periódicos. Tendo certeza da complexidade e das contradições de um personagem que atravessou duas ditaduras e que pôde testemunhar e influir em grande parte da história brasileira do século XX, pretendemos compreender suas ideias sobre democracia e direito durante esses momentos. Dessa forma, focaremos as perguntas apresentadas no primeiro parágrafo do texto na figura de Pontes de Miranda, acreditando que esse estudo pode nos ajudar a compreender o papel dos juristas nas complexidades dos períodos ditatoriais.

³ See: HERZOG, Tamar; DUVE, Thomas. *The Cambridge History of Latin American Law in Global Perspective* (Cambridge: Cambridge University Press, 2023).

Acusado de plágio em concurso para a Universidade do Rio de Janeiro⁴ e descrito por Roscoe Pound, em 1944, como “the outstanding men in Latin America”⁵, as narrativas sobre Pontes de Miranda são também plurais e complexas. Aqui, conforme o ensinamento de Hespanha, tentamos ouvir as fontes e, quando possível, apresentamos um pensamento crítico sobre elas, comparando as narrativas e os diversos dados sobre os fatos⁶. A ideia central do texto, influenciado metodologicamente pelo autor português, foi tentar entender a multiplicidades de fontes e narrativas que podem explicar o fenômeno histórico jurídico e apresentar um pensamento problematizante sobre o objeto aqui pesquisado.

Pontes de Miranda que escreveu sobre diversos temas, é famoso pelas suas obras de direito privado, em especial, pelo Tratado de Direito Civil, também escreveu sobre direito constitucional. Por mais que sejam poucos os trabalhos que estudem Pontes de Miranda como constitucionalista, seu pensamento é importante para compreender a história constitucional brasileira⁷.

Nas duas ditaduras que o Brasil teve no século XX, Pontes de Miranda escreveu sobre as quatro constituições que o país teve antes e durante os regimes autoritários (1934, 1937, 1946 e 1967). Foi tradição, durante a história brasileira, elaborar uma nova constituição a cada mudança de regime. Sendo assim, o Brasil teve “novas” constituições com a Independência, com a Primeira república, com o fim desta, com a ditadura do Estado Novo, com o início da democratização, com a ditadura militar e com a redemocratização, esta em 1988.

No decorrer do trabalho, serão utilizados os textos que Pontes de Miranda escreveu sobre as constituições, assim como documentos, cartas, entrevistas e notícias veiculadas na imprensa. Famoso nos meios jurídicos desde os anos 20, o autor foi imediatamente entrevistado após os dois golpes de Estado que aconteceram no Brasil, 1937 e 1964. Dessa forma, o olhar sobre ele é também privilegiado: Pontes de Miranda era um jurista que tinha destaque nos tribunais e nos jornais. Sua presença era constante em eventos públicos, palestras e eventos universitários. Ao final da sua vida, por exemplo, Pontes de Miranda

⁴ Vide: CABRAL, Antonio do Passo. Alguns mitos do Processo (III): Pontes de Miranda e Haroldo Valladão em concurso para professor catedrático na Universidade do Rio de Janeiro 1936 e 1940. **Revista Brasileira de Direito Processual**, Belo Horizonte, ano 24, n.96, p-11-47, out/dez, 2016.

⁵ Carta de Roscoe Pound para Edwin Patterson, 17 de março de 1944, arquivo Roscoe Pound Papers, Harvard Law Library, Historical & Special Collections.

⁶ Vide: HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2019.

⁷ Um dos poucos trabalhos é de Diego Nunes que analisa a liberdade de cátedra no pensamento dos constitucionalistas brasileiros: NUNES, Diego. Academic freedom in the Brazilian constitutional history. *Historia constitucional*, n. 22, 2021, p. 791-809.

concedeu entrevistas à emissoras de TV, entrevistas essas que podem ser encontradas no YouTube⁸.

Para essa pesquisa, compararemos suas entrevistas, seus textos e os artigos que foram escritos sobre suas obras, assim como o relatório que a polícia política da ditadura militar brasileira escreveu sobre o jurista. Também consultados as cartas enviadas e recebidas por Pontes de Miranda que estão guardadas no Centro Cultural da Justiça Federal do Rio de Janeiro e as cartas enviadas pelo autor para Getúlio Vargas, que estão armazenadas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, na cidade do Rio de Janeiro. Selecionamos, para citar no presente trabalho, as cartas que tinham relações com conjuntura política e jurídica da presente pesquisa.

Fugiremos das pesquisas que focam apenas nos livros e artigos acadêmicos dos autores e tentaremos apresentar uma pluralidade de fontes para compreendermos de forma mais complexa e plural o pensamento do autor.

Dessa forma, o objetivo do artigo é entender como autor reagiu à ditadura de 1937-1945 e como ele manifestou-se quando a ditadura terminou; suas manifestações com o início da ditadura de 1964 e como ele descreveu o seu desenvolvimento.

A ideia do texto é evitar narrativas laudatórias e apresentar um olhar crítico sobre o pensamento de um importante jurista brasileiro, que já foi chamado de “gênio”, “o mais profundo jurista que a língua portuguesa já produziu”⁹ e já foi comparado com Leonardo Da Vinci.¹⁰

Pontes de Miranda era nome constante na imprensa brasileira. Uma consulta na Hemeroteca Nacional brasileira¹¹ mostrou milhares de resultados. Pontes de Miranda foi noticiado como juiz, como diploma, como jurista, mas até mesmo quando almoçava com amigos¹² ou na situação em que advogava para escolas de samba¹³. As citações com seu nome são plurais e dos mais variados tempos.

⁸ Vide: Tempo e História - Pontes de Miranda. [S. l.: s. n.], 15/03/2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fmEy_gmSbvc. Acesso em: 29 set. 2024.

⁹ COSTA, Adriano Soares da Costa. Pontes de Miranda e a acusação de plágio: anotações à margem de Antonio do Passo Cabral. Revista brasileira de processo. Belo Horizonte, ano 26, n. 101, p. 19-28, jan/mar. 2018

¹⁰ Vide: FRENTE A FRENTE COM PROF OSWALDO ZAIDAN. [S. l.: s. n.], 30/04/2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lnkplxT4HNU>. Acesso em: 29 set. 2024.

¹¹ Repositório da Biblioteca Nacional brasileira que publica a imprensa brasileira do século XX e XIX.

¹² Jornal do Brasil, 18 de novembro de 1971, p. 10.

¹³ Jornal do Brasil, 22 de junho de 1970, p. 10.

Dentre milhares de reportagens e notícias sobre o autor, decidimos limitar a procura para quatro periódicos que circulavam no Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*. Acreditamos que essa pluralidade de veículos de comunicação, pode nos ajudar a ter um melhor entendimento do jurista. Nesse sentido, selecionamos informações que auxiliam a compreensão sobre os regimes políticos que o autor vivia, e, em especial, sobre as relações que ele tinha com o poder.

Na primeira parte do texto, mostramos a empolgação do autor com a ditadura do Estado Novo, que dura entre 1937 e 1945, e a sua desilusão com o descumprimento da Constituição de 10 de novembro de 1937. Na segunda parte, destacamos como o jurista descreveu a ditadura do Estado Novo após o seu fim. Na terceira parte, mostramos as expectativas e as desilusões de Pontes de Miranda com a ditadura militar que assolou o Brasil entre 1964 e 1985.

1. Pontes de Miranda e a empolgação com o Estado Novo: Um jurista descrevendo a ditadura durante a ditadura

Getúlio Vargas¹⁴, presidente do Brasil, no dia 10 de novembro de 1937, decretou a ditadura do Estado Novo, fechando o Congresso Nacional, outorgando uma nova Constituição e cassando o mandato de governadores de estados.

Vargas, que em 1930 já tinha derrubado o presidente Washington Luís e que em 1934 tinha sido eleito presidente indiretamente, rasga a constituição de 1934 que ele tinha jurado. O Estado Novo brasileiro, influenciado pelos movimentos autoritários europeus do período, outorgou uma série de dispositivos legais e uma constituição que foi publicada no mesmo dia do golpe e que levou o seu nome, a Constituição de 10 de novembro de 1937. Aqui, vale a pena lembrar que parte desses textos legais, outorgados pela ditadura do Estado Novo, como o Código Penal brasileiro (1940) e o Código de Processo Penal brasileiro (1941), são vigentes até hoje.

¹⁴ Presidente provisório do Brasil entre 1930 e 1934, presidente eleito indiretamente entre 1934 e 1937 e ditador entre 1937 e 1945. Aposto ser derrubado como ditador, foi presidente democraticamente eleito entre 1951 e 1954, quando se suicidou com um tiro no meio dentro do palácio presidencial.

Pontes de Miranda, então desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, com aproximadamente 45 anos, já tinha uma série de livros publicados e era autor de um conhecido livro sobre a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934.

Pontes de Miranda, tinha uma relação próxima com o ditador. Em 07 de agosto de 1935, por exemplo, escreveu para Getúlio Vargas colocando o seu nome à disposição para nomeação como embaixador ao “ouvir de Vossa Excelência que cogitava meu nome para o cargo”. Escrevendo da sua casa, na Rua Prudente de Moraes, 536, na cidade do Rio de Janeiro, o jurista se colocava pronto para ir “ao posto que for designado”. Ao final, o autor da carta assim se despede: “o amigo devoto, e admirador de sempre, Pontes de Miranda”.¹⁵

No dia 24 de novembro de 1937, poucos dias após a outorga da Constituição ditatorial de 1937, Pontes de Miranda publicou, no Correio da Manhã, o artigo Visão Sociológica da Constituição de 1937¹⁶. O texto, que era descrito como *Copyright* do Departamento Nacional de Propaganda¹⁷, tinha a chamada: “Póde-se dizer que a Carta de 1937 é a primeira Carta da Revolução Brasileira”.

No texto, o autor criticava a permissão de múltiplas correntes partidárias adotada pela constituição anterior, além de apresentar críticas ao seu texto. Pontes de Miranda defendia que a Constituinte de 1934 tornou “impossível, no Brasil, o pluripartidarismo”. Em seguida, o autor se perguntava: “qual atitude teve o legislador de 1937 diante das crises?” O legislador de 1937, é importante lembrar, era o governo que outorgava uma Constituição com o congresso fechado e que tinha encerrado as atividades de todos os partidos políticos do país.

Para o autor, “a Constituição de 1937 reconciliou as unidades componentes da Federação e a Pátria Comum, o homem civil e o homem militar(...)”. E continua, “a Constituição de 1937 entregou ao presidente da República a coordenação da atividade dos órgãos representativos, dando-lhe a promoção e a orientação da política legislativa de interesse nacional”.

Ou seja, Pontes acreditava que a Constituição, outorgada pelo ditador, concedeu ao próprio a coordenação do país. Em outros termos, era a aceitação de que o ditador podia outorgar o poder que ele mesmo teria.

¹⁵ PONTES DE MIRANDA (1935): Carta de Pontes de Miranda para Getúlio Vargas, 5 de Agosto de 1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

¹⁶ Correio da Manhã, 24 de novembro de 1937, p. 4.

¹⁷ Departamento criado para divulgar as informações da ditadura e para censurar objetos contrários aos interesses do governo.

Neste sentido, Pontes de Miranda continuou o texto dizendo que o Brasil necessitava de um Estado Novo, que deveria substituir o velho Estado individualista. Desta forma, para ele, a Carta de 1937 é a “primeira Carta da Revolução Brasileira e a sua função histórica transcende, talvez, á visão dos seus contemporâneos”. Aqui é importante lembrar que essa frase, dita em novembro de 1938, seria repetida diversas vezes pelo autor nas décadas seguintes. Pontes de Miranda aderiu à ideia da ditadura do Estado Novo e acreditava no poder revolucionário da ditadura e da sua Constituição. Nesse sentido, defendia que cabia a todos “tornar vivos” os artigos da Constituição de 1937 “e que ao movimento de 10 de novembro,” se caminhava para “o desenvolvimento e a plena floração de uma era nova para o Brasil”.

Ao final, o autor lembrava que todos deveriam servir à Carta Constitucional “outorgada sem resistência e com aplausos gerais”.

Publicada poucos dias depois do golpe do Estado Novo, o texto de Pontes de Miranda era uma ode à ditadura do Estado Novo e à Constituição outorgada no dia 10 de novembro de 1937. É possível perceber a empolgação do jurista com aquele movimento que surgia: uma nova Constituição, um novo modelo de Estado, uma nova ditadura.

Já do dia 26 do mesmo mês e ano, informava o Jornal do Brasil que, no dia anterior, Pontes de Miranda tinha feito palestra pelo rádio no programa “Hora do Brasil” do Departamento de Imprensa e Propaganda. O autor explicava a Constituição de 10 de novembro no programa de rádio. Destacamos a última frase reproduzida no periódico: “Façamos votos para que o fiel cumprimento da Carta de 1937 sirva a um Brasil mais instruído, mais técnico, mais próspero e, portanto, mais forte”.¹⁸

No ano seguinte, 1938, Pontes de Miranda fazia comentários técnicos ao texto constitucional na imprensa¹⁹ e era homenageado pelo ditador Getúlio Vargas no Dia do Soldado²⁰.

Pontes de Miranda publicou, no mesmo ano de 1938, pela editora Irmãos Pongetti do Rio de Janeiro, o livro Comentários à Constituição de 10 de novembro de 1937²¹. O livro foi motivo de elogios por Homero Pires, professor da Faculdade de Direito da Bahia: a

¹⁸ Jornal do Brasil, 26 de novembro de 1937, p. 7.

¹⁹ Jornal do Commercio, 23 de janeiro de 1938 p.4.

²⁰ Correio da Manhã, 26 de agosto de 1938, p. 01.

²¹ PONTES DE MIRANDA Francisco Cavalcanti. Comentários à Constituição federal de 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1938.

publicação é “um serviço valoroso à nossa cultura jurídica”, “surge o Sr. Pontes de Miranda a analisar e explicar doutrinariamente o instrumento com que os srs. Getúlio Vargas e Francisco Campos deram rumos diferentes à democracia brasileira”²²,

No livro, com repetições da entrevista dada no ano anterior, Pontes de Miranda, em geral, elogia a técnica da Constituição e defende que esta é a continuação de muitos preceitos presentes nas constituições anteriores. No texto, ele ainda volta à ideia do texto como a primeira Carta da Revolução brasileira e de sua função histórica. Para ele, o texto Constitucional não excluiu a democracia, sendo em alguns quesitos, como a atuação sindical, “menos fascista do que a Constituição de 1934”. Os elementos fascistas no texto de 1937 “aparecem como uma possibilidade de estruturação administrativa e como um programa a realizar-se”²³.

Veja-se que a característica fascista não aparece no texto de Pontes de Miranda como uma qualidade pejorativa do texto constitucional, mas como um elemento de explicação. Daí a não surpresa ao perceber que o texto brasileiro é comparado por ele aos estados Italiano e alemão da época.

Continuando, o autor acredita que positavação do plebiscito previsto no texto, “deu nova feição às instituições democráticas no Brasil”. Fazendo comentários apenas do texto constitucional, Pontes descrevia os seus “benefícios”: as noções de Estado Federal, de liberdade individual, de democracia e a “programaticidade social-democrática”²⁴.

O que podemos dizer é que, durante o Estado Novo, Pontes de Miranda tece uma série de elogios ao sistema ditatorial brasileiro, perpassando do golpe do Estado Novo à Constituição outorgada em 10 de novembro de 1937. Não há, nos textos consultados,

²² Correio da Manhã, 03 de junho de 1938, p.4.

²³ Ibidem, p. 165. Luis Rosenfield, p. 748, descreve a convicção do autor em textos de 1933 em não acreditar na democracia parlamentar, apostando na proposta corporativista, vide: ROSENFIEDL, Luis, ABREU, Luciano Aronne. Conservadorismo, autoritarismo e legitimação político do Estado Novo: notas sobre os “Comentários à Constituição de 1937” de Pontes de Miranda. **Novos Estudos Jurídicos**. v. 24, nº 3, pp , 736-756, set./dez. 2019. Já sobre a ideia de ideia de jurisdição estatal de direitos fundamentais no pensamento de Pontes de Miranda, sugiro: DINIZ, Márcio Augusto de Vasconcelos. Absentes, adsunt: Pontes de Miranda, Hans Kelsen e os debates sobre a jurisdição constitucional na Assembleia Constituinte de 1933-1934. **Direito & Justiça**, v. 40, nº 1, pp. 46-64, jan./jun. 2014.

²⁴ Ibidem, p. 181 e p. 14.

nenhuma crítica contundente²⁵. Sem dúvida, podemos dizer que Pontes de Miranda adere à ideologia jurídica da ditadura do Estado, escrevendo elogios ao sistema.

Então Desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, Pontes de Miranda foi nomeado por Getúlio Vargas como embaixador brasileiro na Colômbia em novembro de 1939²⁶, tendo tomado posse em dezembro daquele ano, desligando-se da magistratura brasileira²⁷. No dia 02 de janeiro de 1940, Pontes de Miranda foi até o Palácio do Catete receber os cumprimentos de ano novo com outras autoridades²⁸, de onde se despediu para a viagem até o país sul-americano²⁹.

No ano de 1941, Pontes de Miranda foi nomeado para representar o Brasil na Repartição Internacional do Trabalho, com encontro no Canadá³⁰, e na Conferência Internacional do Trabalho³¹.

No dia 17 de setembro de 1941, de Nova Iorque, Pontes de Miranda escreveu para Getúlio Vargas e descreveu “o péssimo ambiente contra o governo de Vossa Excelência nos jornais” americanos. Pontes afirmava ainda que tinha conseguido “alterações de artigos mais ou menos anunciados e até a retirada de alguns” por “felicidade de obtenção de amizades”. A caminho do Canadá, Pontes se despedida “como soldado que respeita a voz de comando” e informava que ficava “primado de velar pelo bom nome do Brasil”.³²

Ainda na cidade americana, em 03 de outubro de 1941, em correspondência descrita como secreta na época, Pontes descrevia a crítica dos americanos ao Estado Novo brasileiro e informava os contatos que fazia no país. Ao final, assina o brasileiro: “Adeus, meu chefe (...) Seu amigo, Pontes de Miranda.”³³

²⁵ Na página 16, Pontes de Miranda usa o termo “golpe de 1937”, na página 19, “golpe de 10 de novembro”, são expressões que pouco se repetem no texto, mas que são descritas, sem uma crítica. Nesse sentido é o entendimento também de Rosenfield: “sua visão sobre o golpe do Estado Novo e sobre a legitimidade de sua Carta outorgada é mais obscura e nuançada”, *Ibidem*, p. 745.

²⁶ *Jornal do Brasil*, 05 de novembro de 1939, p. 1.

²⁷ *Jornal do Brasil*, 07 de dezembro de 1939, p. 11.

²⁸ *Diário de Notícias* 03 de janeiro de 1940, p. 4.

²⁹ *Correio da Manhã*, 03 de janeiro de 1940, p. 2. No dia 04 de janeiro de 1940, o mesmo jornal noticiou a nomeação de desembargador substituindo a exoneração de Pontes de Miranda.

³⁰ *Diário de Notícias*, 12 de setembro de 1941, p. 3 e 4.

³¹ *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 1941, p. 3.

³² PONTES DE MIRANDA (1941): Carta de Pontes de Miranda para Getúlio Vargas, 17 de Setembro de 1941. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

³³ PONTES DE MIRANDA (1941): Carta de Pontes de Miranda para Getúlio Vargas, 3 de Outubro de 1941. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

A correspondência de Pontes de Miranda de Nova Iorque para Getúlio Vargas foi intensa entre 1941 e 1942. O primeiro sempre tentando atualizar o presidente de notícias e, em especial, colocando-se como “soldado” e “amigo” de Getúlio Vargas.

2. Um jurista descrevendo a ditadura após a ditadura: Pontes de Miranda e as críticas à Constituição de 1937

A ditadura do Estado Novo acabou em 1945, quando o ditador Getúlio Vargas foi derrubado.

A queda do ditador foi seguida de eleições para o poder executivo e para o parlamento, que seria reaberto após fechamento durante toda a ditadura. O parlamento eleito também recebeu a tarefa de elaborar uma nova Constituição para o Brasil. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil foi promulgada em 18 de setembro de 1946 pelo parlamento, que cumulo a atividade de assembleia nacional constituinte.

No mesmo dia, “no apagar das luzes da sua capacidade de legislar”, “resolveu o presidente da República fazer um fazer pessoal” ao “dr. Pontes de Miranda”, nas palavras do Correio da Manhã.³⁴ O periódico questionava o decreto nº 9.876, do mesmo dia, que transferia Pontes de Miranda definitivamente para os quadros da diplomacia brasileira, nomeando-o diplomata de carreira. O presidente eleito Eurico Gaspar Dutra³⁵, que tomou posse no dia 31 de janeiro de 1946, nos moldes da Constituição da ditadura Vargas, poderia legislar por decreto até a aprovação da nova Constituição, em setembro do mesmo ano.

Por decreto, Pontes de Miranda deixava de ser embaixador, cargo instável com possibilidade de demissão ao critério do governo, para se tornar diploma dos quadros do Ministério das Relações Exteriores³⁶. Essa era a crítica apresentada pelo periódico Correio da Manhã que ironizava a situação: “quem tem padrinho não morre pagão! Um decreto-lei acertou a vida desse ilustre cultor do direito”³⁷.

³⁴ Correio da Manhã, 19 de setembro de 1946, p. 4.

³⁵ Presidente eleito democraticamente entre 1946 e 1951.

³⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 9.876, de 16 de setembro de 1946. Dispõe sobre a transferência de Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda para a carreira diplomática. [S. l.], 16 set. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9876-16-setembro-1946-457375-publicacao-origina-1-pe.html>. Acesso em: 29 set. 2024.

³⁷ Correio da Manhã, 19 de setembro de 1946, p. 4. Pontes de Miranda estava presente no aniversário de 85 anos de ex-presidente segundo o Jornal do Brasil de 19 de maio de 1970, p. 4.

Em 1947, Pontes de Miranda, com quase 55 anos de idade, escreveu o livro *Comentários à Constituição de 1946*. A obra, publicado no Rio de Janeiro por Henrique Cahen, é uma oportunidade de entender como o autor descreve a ditadura e a Constituição de 1937 pouco tempo após os tempos de exceção. No geral, é importante frisar que o autor copia diversos trechos do livro de 1938. Nesse sentido, não é possível perceber se Pontes de Miranda continua tendo a mesma ideia ou simplesmente repete o livro anterior. São diversos parágrafos repetidos – o que acontecerá também com o seu livro de 1967. Dessa forma, tentaremos encontrar compreensões nas ambiguidades e contradições que o autor e o texto apresentam.

Já no prefácio, Pontes de Miranda se propõe a fazer uma exposição com o “máximo de lealdade”, não escrevendo um “comentário pessoal”, mas um “desenvolvimento lógico e técnico” da Constituição³⁸. Interessante perceber que a mesma frase existe no prefácio do livro que comenta a Constituição de 1937³⁹.

Apesar de ser um livro que se propõe a comentar o texto constitucional de 1946, podemos perceber uma série de referências ao texto de 1937 ao longo da obra. Logo no prefácio, o autor afirma que “todos sabemos que a Constituição de 1937 não foi cumprida”. Aqui nasce uma ideia que seria muito repetida por Pontes de Miranda e por outros autores brasileiros: a tese de que a Constituição de 1937 não existiu ou não foi aplicada, que ela teve uma existência apenas formal. Essa tese é falsa e já foi desacreditada por pesquisas recentes⁴⁰ que comprovam que a Constituição de 1937 era muito utilizada pelos Tribunais brasileiros, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal. Ademais, as eleições posteriores à ditadura do Estado Novo foram organizadas nos moldes da Constituição de 1937 e a própria nomeação dele como diplomata foi feita com base nesse texto.

Essa tese será repetida pelo autor por décadas, se consolidando como um senso comum para diversos juristas brasileiros até as pesquisas mais recentes sobre o tema. Isso mostra, por outro lado, a importância do argumento de autoridade de Pontes de Miranda e como suas afirmações, por muito tempo, foram aceitas acriticamente no Brasil.

³⁸ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários à Constituição de 1946*. Rio de Janeiro, Cahen Editor, 1947, p. 9.

³⁹ PONTES DE MIRANDA Francisco Cavalcanti. *Comentários à Constituição federal de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1938, p 13.

⁴⁰ SIQUEIRA, Gustavo Silveira; CUNDARI, Guilherme; MARQUES, Francisca Maria. A “Constituição esquecida”: o tratamento histórico da Constituição de 1937 nos livros de direito constitucional. *Revista Argumentum*, v. 21, n° 2, pp. 531-559, mai./agos. 2020.

Voltando ao livro de 1947, Pontes de Miranda apresentou uma relação ambígua com a Constituição anterior. Ao mesmo tempo acreditava que os benefícios da constituição outorgada pela ditadura: “A Constituição de 1937 reconciliou as unidades componentes da Federação e a Pátria comum, o homem civil e o homem militar” e “entregou ao Presidente da República, a coordenação da atividade os órgãos representativos, dando-lhes a promoção e a orientação da política legislativa de interesse nacional”⁴¹, ou seja, repetindo o texto de 1938⁴²; em outros momentos afirmou que “só a ossatura ditatorial prevaleceu”⁴³ no e que a “Constituição de 1937 procurou dar solução aos problemas” entre os três Poderes no Brasil, “mas a mentalidade fascista predominou no texto e na interpretação”⁴⁴.

Em um livro com repetições do seu texto de 1938, Pontes de Miranda deixa expresso seu duplo sentido: acredita nos benefícios do texto outorgado pela ditadura, mas faz crer que a ditadura violou o próprio texto que criou. Logo, a saída mais fácil é recorrer à tese de que a Constituição não havia sido cumprida. Assim o autor não precisou fazer uma discussão mais profunda entre a outorga de uma constituição e a ditadura, apenas culpava a não aplicabilidade do texto pelo seu fracasso, assim como fará outras vezes ao longo de suas obras. Nesse sentido, ele volta a repetir no final da ditadura: “A constituição de 1937 poderia ter sido a primeira Carta da Revolução brasileira. A sua função histórica transcenderia, então, à visão dos seus contemporâneos”⁴⁵.

Em nenhum momento a crítica do autor é direta ao ditador Getúlio Vargas. Em nenhum momento sua crítica é veemente ao fechamento do congresso, às torturas e à violência ditatorial que se instalou no país entre 1937 e 1945. Aparentemente, o ressentimento de Pontes de Miranda foi não ter visto a Constituição da Ditadura do Estado Novo sendo aplicada.

Durante toda a obra de 1947, é interessante perceber que o autor repete alguns elogios ao texto de 1937, destacando e repetindo uma série de artigos que já tinha destacado do livro de 1938. Ou seja, a Constituição de 1937 está a todo tempo no pensamento de Pontes de Miranda e a todo momento é elemento de comparação com a nova Constituição. O livro de

⁴¹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários à Constituição de 1946. Rio de Janeiro, Cahen Editor, 1947, p. 20 e 21.

⁴² PONTES DE MIRANDA Francisco Cavalcanti. Comentários à Constituição federal de 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1938, p. 24.

⁴³ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários à Constituição de 1946. Rio de Janeiro, Cahen Editor, 1947, p. 142.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 167.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 22.

1947, é descrito por Pontes de Miranda como “técnico” e “lógico”, da forma que ele descreveu o livro de 1938 mas, da sua leitura, é possível perceber ressentimento do autor com o passado constitucional do país.

Ironicamente, mais uma dessas repetições de Pontes de Miranda será citada por diversos constitucionalistas no Brasil: “Mas... a Constituição de 1937 foi solapada, logo depois, pelos seus próprios autores. Não se realizou; não foi respeitada – quase toda, nem seque, existiu”⁴⁶.

Na mesma ironia, aquele que Pontes de Miranda chamou de legislador em 1937 e 1938, o ditador, foi o responsável, segundo ele, por solapar, desrespeitar o texto outorgado. Como demonstraremos a seguir, o autor nunca deixou de ter essa descrição ambígua sobre o texto de 1937. Passadas décadas, poderemos ver que Pontes de Miranda manterá, de uma forma ou de outra, uma coerência em admirar o texto e criticar o suposto “não cumprimento” da Constituição de 1937.

Aliás, a relação entre Pontes de Miranda e Getúlio Vargas parece ter sido estreita, ao ponto de o Diário de Notícias chamá-los de primos⁴⁷ e de ambos se encontrarem para congratulações de aniversários em 1952⁴⁸.

Em 1957, quando o presidente do Brasil era Juscelino Kubitschek de Oliveira, uma criança de 4 anos foi sequestrada no Rio de Janeiro. Notícias do crime estampavam os jornais e as rádios do país⁴⁹. Poucos dias depois do sequestro, Pontes de Miranda foi entrevistado pelo Correio da Manhã, quando afirmou: “precisamos adotar trabalhos forçados e pena de morte”, “precisamos de ditadura para fazer respeitar a lei”⁵⁰. As frases de Pontes de Miranda reproduzidas no jornal foram fortes, tendo sido, na mesma reportagem, questionadas por outros juristas.

A defesa da ditadura, desta vez, de forma expressa, seria uma questão que será comum na sua carreira. O autor se pronunciará muitas vezes sobre o tema e, em muitas delas, será contraditório. De uma forma ou de outra, acreditamos que a contradição existia no pensamento do autor, que talvez tenha alterado sua forma de pensar algumas vezes.

⁴⁶ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários à Constituição de 1946. Rio de Janeiro, Cahen Editor, 1947, p. 23.

⁴⁷ Diário de Notícias, 18 de agosto de 1950, p. 3.

⁴⁸ Jornal do Comércio, 06 de maio de 1952.

⁴⁹ OLIVEIRA, Wanessa Monteiro Canellas de Oliveira. Memória, Subjetividade e Afeto nos Bastidores do Rádio. 2008. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

⁵⁰ Correio da Manhã, 17 de novembro de 1957, p. 1 e 16.

Já em 1960, Pontes de Miranda criticava a ditadura na República Dominicana e afirmava que o “povo brasileiro é um povo liberal e fundamentalmente democrático”⁵¹. Por outro lado, no dia 06 de setembro de 1961, quando o Brasil discutia a substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo, o autor disse que considerava “o presidencialismo um regime ditatorial disfarçado de democracia”⁵².

Aqui, não queremos abrir uma discussão sobre os possíveis conceitos de democracia e ditadura na obra de Pontes de Miranda, o que já foi feito por outros autores⁵³. Mas, o que acreditamos ser importante destacar é que as posições, percepções, opiniões e conceitos do autor mudam no tempo e no espaço, como demonstraremos ao longo do trabalho.

Em 1962, durante o governo do presidente João Goulart, um político ligado aos movimentos trabalhistas e considerado de esquerda, Pontes de Miranda defendia a qualquer custo a manutenção da Constituição de 1946: “Ter-se-ia golpe de Estado (se) derrubada a Constituição de 1946”, “o que mais interessa ao Brasil hoje é a sua tradição de amor à lei e à estabilidade constitucional”⁵⁴.

3. Pontes de Miranda e a ditadura militar: esperanças e decepções

A triste história brasileira ilustra uma outra ditadura no século XX. Em 1º de abril de 1964, militares derrubam o presidente eleito e instalam uma longa e violenta ditadura.

Poucos dias depois do golpe militar que derrubou o governo democraticamente eleito, Pontes de Miranda, com 72 anos de idade, deu uma entrevista para o *Jornal do Brasil*, um dos principais jornais do país. A entrevista foi publicada em um domingo, 05 de abril de 1964, com o seguinte título: “Pontes de Miranda diz que Forças Armadas violaram Constituição para poder salvá-la”⁵⁵. Ou seja, o golpe militar faz com que o autor mude completamente o seu entendimento sobre a Constituição.

Como o título já explica, no texto, Pontes afirmava que os militares “violaram por um momento um princípio constitucional para salvar a integridade da Constituição” de 1946. Para o jurista, caberia ao congresso “apontar” os crimes do presidente deposto. Acreditava Pontes

⁵¹ Diário de Notícias, 09 de julho de 1960, p. 2.

⁵² *Jornal do Commercio*, 06 de setembro de 1961, p. 3.

⁵³ See: LIMONGI, Dante Braz. *O projeto político de Pontes de Miranda: Estado e democracia na obra de Pontes de Miranda*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

⁵⁴ *Correio da Manhã*, 10 de maio de 1962, p. 1.

⁵⁵ *Jornal do Brasil*, 05 de abril de 1964, p. 16.

de Miranda, que após a deposição do presidente, o “ritmo da vida pública” e a “ordem constitucional” seriam retomadas.

Perguntado sobre o afastamento e prisão do governador de Pernambuco, estado onde viveu parte da vida, Pontes afirmou que o afastamento foi legal e constitucional, sendo apenas a prisão ilegal.

Apesar de ter sido um defensor da Constituição de 1937, Pontes de Miranda faz questão de encontrar os supostos culpados para que pudesse novamente defender a quebra constitucional do país: “nunca fui a favor de qualquer quebra da Constituição, mas a Constituição que está diante de nós é um castelo de janelas arrebentadas pelos falsos esquerdistas, pelos esquerdistas extremos”.

Ou seja, mais uma vez na história do Brasil, o jurista defende a quebra constitucional sob a suposta fragilidade da constituição e a ameaça de “inimigos internos”. A mesma “suposta ameaça comunista” que muitos enxergaram também em 1937 estava pairando na memória daqueles que apoiavam mais um golpe no país.

Falando sobre os presidentes e vice-presidente que o governo ditatorial iria escolher, Pontes sentenciou “estes dois homens poderão fazer em pouco mais de um ano o que 30 não fizeram e arrancar as raízes dos males que esses 30 anos semearam”.

Ou seja, Pontes de Miranda parecia sonhar com um retorno ao Estado Novo, quase 30 anos distante daquele golpe militar. Ao encerrar a entrevista com a frase acima, Pontes de Miranda parece profetizar sobre um Brasil que nem mesmo a ditadura do Estado Novo não conseguiu implementar.

Um dia antes, Pontes de Miranda se posicionou de forma contraditória em dois periódicos. No *Jornal do Comércio*, dizia que o país não vivia uma plena ditadura e criticava as pessoas que assim diziam, ao mesmo tempo que chamava de aberração o “Ato Institucional”⁵⁶ – ato jurídico sem precedentes, inventando pelos golpistas militares para alterar a Constituição sem qualquer participação do parlamento.

Já no dia 10 de abril de 1964, Pontes de Miranda defendeu a constitucionalidade da eleição indireta, pelo Congresso Nacional, do ditador Castelo Branco⁵⁷. Por outro lado, em outubro daquele mesmo ano, mudando de posição, no *Diário de Notícias*, chamava o Ato Institucional de “monstruosidade” e diz que o ditador Castelo “teria um fim bem pior que” o

⁵⁶ *Jornal do Comércio*, 04 de outubro de 1964, p. 3.

⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 10 de abril de 1964, p. 3.

presidente deposto João Goulart⁵⁸. Mas a notícia, já no dia 08 de outubro, foi desmentida por Pontes. Em carta enviada ao ditador Castelo Branco, Pontes de Miranda dizia que nunca tinha dado tal entrevista e que nunca tinha falado com qualquer pessoa sobre o assunto. O autor informava que a finalidade da carta era apenas evitar intrigas, despedindo-se assim: “Sou, Excelência, o seu admirador”.⁵⁹

Em novembro, ainda do mesmo ano, Pontes de Miranda se dizia “afinado com a linha dura” – grupo que defendia o endurecimento da ditadura militar – e afirmava que “ao invés” do Ato institucional, os “revolucionários” deveriam exigir que “o Congresso fizesse o impeachment de João Goulart” e elegeisse o Presidente “que faria o trabalho de limpeza no País, dentro da Constituição e das leis”⁶⁰. Aparentemente, sua principal crítica era sobre o instituto jurídico inventado pela ditadura, o Ato Institucional. Segundo o autor, o Ato Institucional, “enterrou uma Revolução que tanto bem poderia ter feito a esse país”⁶¹.

Em junho de 1966, Pontes de Miranda afirmava que tinha sido convidado, em janeiro de 1964, para participar do movimento “que se tornaria vitorioso em março” e que este não cumpriu as promessas de “impeachment do Presidente João Goulart, fechamento do Congresso Nacional e convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte”⁶². Agora, Pontes de Miranda fazia parte de um movimento de advogados que desejava conhecer o projeto que o governo elaborava secretamente de constituição⁶³ e coordenava uma comissão de advogados para elaborar um subprojeto alternativo⁶⁴.

Em visita ao Sul do país, em outubro daquele ano, segundo o *Jornal do Brasil*, Pontes de Miranda afirmava que o “único remédio agora é esperar pelo gaúcho que foi eleito presidente da República, pois só os gaúchos podem tirar o país da situação”. E continua o autor: “se fosse eleito um mineiro como qualquer Milton Campos, venderia o que tem e se

⁵⁸ Diário de Notícias, 04 de outubro de 1964, p. 3. Castelo Branco, primeiro ditador da ditadura militar brasileira, morreu em 1967, poucos meses depois de deixar o governo em um acidente aéreo. João Goulart, presidente deposto pela ditadura, morreu na Argentina, onde vivia exilado, vítima de um ataque cardíaco em 06 de dezembro de 1976.

⁵⁹ PONTES DE MIRANDA (1964): Carta de Pontes de Miranda para Castelo Branco, 8 de Outubro de 1964. Arquivo Pontes de Miranda, Centro Cultural, Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro.

⁶⁰ *Jornal do Brasil*, 24 de novembro de 1964, p. 3.

⁶¹ *Jornal do Brasil*, 02 de dezembro de 1964, p.3.

⁶² *Jornal do Brasil*, 25 de junho de 1966, p. 1.

⁶³ *Jornal do Brasil*, 23 de agosto de 1966, p. 4.

⁶⁴ *Jornal do Brasil*, 08 de setembro de 1966, p. 4.

mudaria do país”⁶⁵. Apostava mais uma vez em um ditador: o gaúcho Costa e Silva⁶⁶ tomaria posse como chefe do executivo em 15 de março de 1967.

Costa e Silva, que já trocava cartas com Pontes de Miranda, pelo menos desde julho de 1964, em dezembro de 1967, escreveu ao autor para agradecer o envio do livro *Comentários à Constituição de 1967*.⁶⁷

Em 14 de dezembro de 1966, no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Pontes de Miranda recebeu o título de “Professor Honorário” da instituição. A sessão foi aberta por Alfredo Buzaid e a saudação foi feita por Canuto Mendes de Almeida. No seu discurso, Pontes de Miranda agradeceu aos Professores Alfredo Buzaid e Gama e Silva, dois juristas que dariam amplo suporte jurídico para a ditadura militar⁶⁸.

Em pouco mais de 3 anos, ao contrário do que dizia em 1964, a ditadura mudou de ideia e agora defendem oficialmente que seria necessária uma nova Constituição para o país. A Constituição de 1967 foi praticamente outorgada pelo Ato Institucional nº 4. Os Atos Institucionais tinham força superior ao texto constitucional e serviam para que grandes alterações constitucionais fossem feitas teoricamente sem se alterar o texto da Constituição. Na prática, a ditadura mostrava a sua falsa legalidade antes do fechamento do Congresso Nacional, o que aconteceria algum tempo depois. Vale lembrar que foram pelos Atos Institucionais que a pena de morte, o fim do pluripartidarismo político, a censura e a suspensão dos habeas corpus foram instituídas no país.

O ditador Castelo Branco convocou o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República. A convocação foi feita durante o período tradicional de férias parlamentares no Brasil.

O processo de elaboração da Constituição foi singular: o Presidente do Senado Federal deveria nomear uma comissão mista (de deputados e senadores) que, em 72 horas, emitiria parecer sobre o projeto de Constituição. Apenas 72 horas. Esse parecer seria votado em 4 dias pelo Congresso Nacional e, após sua aprovação, deveria voltar à comissão, onde deveriam ser

⁶⁵ Jornal do Brasil, 14 de outubro de 1966, p. 2.

⁶⁶ Ditador do Brasil entre 1967 e 1969.

⁶⁷ COSTA E SILVA (1967): Carta de Costa e Silva para Pontes de Miranda, 4 de Dezembro de 1967. Arquivo Pontes de Miranda, Centro Cultural, Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro.

⁶⁸ EDITOR, O. Outorgado o título de professor honorário ao Dr. Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 62, n. 2, p. 381-392, 1966.

apresentadas eventuais emendas. As emendas deveriam ser submetidas a um parecer da comissão antes da sua votação pelo plenário do Congresso.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 foi promulgada no dia 24 de janeiro de 1967. Para o leitor menos atento: em pouco mais de 45 dias, a ditadura “aprovou” o novo projeto de Constituição.

Pontes de Miranda, que fazia parte da comissão da Ordem dos Advogados que tinha a intenção de conhecer o projeto antecipadamente e participar da elaboração de uma proposta de anteprojeto, via a ditadura aprovar de forma surpreendente um novo texto constitucional. Por isso, sua indignação que pôde ser vista nos jornais⁶⁹ e no livro que publicaria no mesmo ano.

Em 1967, Pontes de Miranda publicou, pela Revista dos Tribunais, em São Paulo, o livro “Comentários à Constituição de 1967”. Em cerca de 3 anos, o autor mudou completamente sua percepção sobre a ditadura militar e passou a fazer críticas diretas.

Para ele, na Constituição de 1967 “há mais subversividade do que revolucionariedade”, o texto não “avança para o futuro”, sendo a “chamada revolução de 1964”, como os militares intitulavam o movimento que depôs o presidente eleito, “apenas um golpe”, segundo o autor.

Continuando as críticas, Pontes de Miranda afirma que o “Ato Institucional de 1964 foi um erro grave na história do Brasil e produziu os outros erros”. Segundo ele, este ato, feito pelo movimento golpista, gerou uma série de outros atos jurídicos que macularam a história jurídica nacional.

No livro de 1967, Pontes repete trechos dos textos de 1946 e de 1938 e retoma um tema distante, mas aparentemente nunca esquecido por ele: a Constituição de 1937. Com quase 75 anos, Pontes de Miranda fazia questão de insistir na tese, após 30 anos e duas outras constituições, de que a Constituição de 1937 não foi cumprida e que ela “poderia ter sido a primeira Carta da Revolução brasileira”.

Aqui vale a pena lembrar que são raras publicações de juristas criticando a ditadura militar que governou o Brasil de 1964-1985. As principais críticas vinham de textos políticos e da imprensa ilegal, já que a imprensa oficial era censurada pela ditadura. Foi surpreendente encontrar uma crítica veemente de Pontes de Miranda à ditadura militar em plena ditadura militar.

⁶⁹ Jornal do Brasil, 11 de dezembro de 1966, p. 4.

Voltando ao livro de 1967: o texto mostra a desilusão que o autor sentiu com a ditadura militar. Se ele tinha esperanças de que, em um ano, 30 anos pudessem acontecer, em menos de 3 anos todas as suas ilusões frente à ditadura militar caíram. Se ele tinha esperança em protagonizar a elaboração de um esboço de Constituição do regime, esse sonho também se frustrou.

Em 1968, Pontes de Miranda chamava de “malditos” os Atos Institucionais e criticava o texto constitucional de 1967, assim como os anteriores.⁷⁰

Em 17 de outubro de 1969, a ditadura militar aprovou uma Emenda Constitucional que continha apenas dois artigos: o primeiro dava uma nova redação a diversos artigos da Constituição de 1967 e o segundo simplesmente datava o vigor das medidas para 30 de outubro do mesmo ano. Ou seja, uma simples emenda alterava diversos e importantes artigos do texto. A ditadura, mais uma vez, mostrava a sua violência e a sua mobilidade para alterar um texto constitucional. Em poucos dias, muito era alterado. De fato, o texto constitucional era apenas palavras vazias para aquele regime pautado pela ilegalidade, corrupção, tortura e crimes.

É nesse contexto que Pontes de Miranda publica a segunda edição dos seus Comentários à Constituição de 1967, agora atualizada de acordo com a emenda nº 1 de 1969⁷¹. No texto, o autor republica as críticas anteriores e inclui novas. Aqui destacamos algumas:

Não nos interessa, aqui, o que no Brasil se passou entre o 1º de abril de 1964 e 15 de março de 1967. Importa-nos que o Congresso Nacional haja resistido, nas últimas horas, contra propósitos de ditadura do tipo alemão ou italiano antes de acabar a Segunda Guerra Mundial, *mas sem nacionalismo*⁷². (grifo original)

Pontes de Miranda, agora de outra forma, compara a ditadura brasileira com o nazismo e o fascismo existentes durante a Segunda Guerra Mundial e adiciona, em destaque, que a ditadura brasileira não tinha sequer o nacionalismo que aquelas duas supostamente defendiam. Como em 1967, o autor apresenta uma crítica direta à ditadura militar. Insiste que “o fascismo e o nazismo passaram, mas suas concepções permanecem” e que “há interesses

⁷⁰ Jornal do Brasil, 17 de março de 1968, p. 24.

⁷¹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969. Tomo I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1969.

⁷² PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969. Tomo I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1969, p. 167.

das grandes potências em que não se desenvolvam as democracias que existem ou democracias não se criem definitivamente”⁷³.

Ainda, segundo ele, com o “golpe”, “não se conseguiu fechar Congresso Nacional: só o deturpou, só lhe fez pressões, só o vilipendiou e permitiu escolhas eleitorais, para dar ensejo à continuação da ditadura”⁷⁴. Aqui, como crítico do regime, Pontes de Miranda também defende que “em 1968 o Brasil sofreu outro golpe”. Essa frase é repetida diversas vezes durante o texto. Em dezembro de 1968, a ditadura militar outorgou o Ato Institucional nº 5, possibilitando o recesso do Congresso Nacional, a suspensão da garantia do habeas corpus, a possibilidade de confisco de bens, a possibilidade de aposentadoria compulsória e a suspensão de diversas garantias e direitos dos cidadãos brasileiros.

É interessante destacar que os comentários de Pontes de Miranda à ditadura militar estão em meio a diversos comentários técnicos e jurídicos. Ou seja, o texto pretende ser uma obra técnica de interpretação e análise da Constituição e possui, durante esses comentários, diversas críticas do autor.

Não foi um livro escrito apenas para criticar a ditadura militar, mas é um texto que revela o desejo do autor de criticar expressamente o regime. Em 1969, com cerca de 77 anos de idade, Pontes de Miranda não media palavras para criticar o regime que, na sua opinião, lembrava o nazismo e o fascismo.

No mesmo sentido estão suas ideias de “Congresso mutilado” pela ditadura. Em diversas partes do texto, Pontes de Miranda repete as restrições, pressões e cassações que a ditadura promoveu no congresso, também abordando como o Poder Legislativo foi pressionado, conforme destaca Limongi⁷⁵.

É nesse livro, em 1969, em especial no volume IV, que Pontes de Miranda apresenta críticas à ditadura de 1937, acusando-a, por exemplo, de “estrangular o congresso” e que seus “elementos ainda estavam vivos”, que se transformaram em um “pecado maior, 1964”⁷⁶.

Não colocaremos aqui todos os trechos em que o jurista critica a ditadura militar no seu livro. Seguramente, seja em 1967, seja em 1969, ele foi um crítico direto do sistema. Suas críticas estão expressas e misturadas nos seus textos com comentários jurídicos. Nesses

⁷³ Ibidem, p. 168.

⁷⁴ Ibidem, p. 209.

⁷⁵ LIMONGI, Dante Braz. O projeto político de Pontes de Miranda: Estado e democracia na obra de Pontes de Miranda. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 136.

⁷⁶ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969. Tomo IV 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1969, p. 642.

mesmos textos, ele critica a ditadura de 1937 e reforça o que ele já escreveu em outros momentos, que o regime poderia ter sido a primeira revolução brasileira caso o texto constitucional de 1937 tivesse sido aplicado.

Mas a relação de Pontes de Miranda com a ditadura de 1964 não era simples. Ao mesmo tempo que se dizia “amigo” “dos meus mais íntimos” do Ministro da Justiça da Ditadura Militar, Alfredo Buzaid, Pontes de Miranda criticava severamente⁷⁷ o decreto nº 1077 de 1970, que instituía a censura no Brasil⁷⁸. O jurista criticaria por diversas vezes, em diferentes momentos, a censura que se instalava no país⁷⁹ ao mesmo tempo que recebia homenagens da Câmara Federal no dia do seu aniversário⁸⁰.

Em 22 de abril de 1969, Pontes de Miranda escreveu ao ditador Costa e Silva, criticando a elaboração de um Código de Processo Civil. O autor afirmava que o novo código iria “arrebentar com mediocridade a tradição jurídica do país”. Criticava também “os falsos juristas do Brasil” que eram os “maiores inimigos do nosso progresso”: “nada estudam, nada escrevem; querem copiar leis, ou fazê-las sem técnicas”. Pontes se levantava contra o que ele chamava de “italianização” do Direito brasileiro e defendia o Código Processual de 1939.⁸¹

Em dezembro de 1969 - quando os Atos Institucionais já chegavam ao número 17 e previam o banimento, a pena de morte e a suspensão do habeas corpus -, o *Jornal do Brasil* publicou uma grande reportagem sobre Pontes de Miranda. Ele era descrito como “a mais lúcida expressão do Direito”. A reportagem, de página inteira e com uma grande foto do autor, traçava o perfil do advogado como cristão, humanista e defensor do direito⁸².

Em 1971, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, outorgou ao jurista o título de “professor honoris causa”⁸³. A mesma instituição, em 1972, concedeu o título de doutor honoris causa ao ditador Emílio Garrastazu Médici⁸⁴ – título anulado em 2015 por decisão do Conselho Universitário.

⁷⁷ *Jornal do Brasil*, 13 de fevereiro de 1970, p. 7.

⁷⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. [S. l.], 26 jan. 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em: 29 set. 2024.

⁷⁹ *Correio da Manhã*, 28 de maio de 1970, p.1.

⁸⁰ *Correio da Manhã*, 21 de abril de 1970, p.11. No mesmo sentido, *Jornal do Comércio*, 18 de setembro de 1970, p. 10. O periódico, afirmava que Pontes de Miranda era o “maior jurista do nosso tempo, em todo mundo”.

⁸¹ PONTES DE MIRANDA (1969): Carta de Pontes de Miranda para Costa e Silva, 22 de Abril de 1969. Arquivo Pontes de Miranda, Centro Cultural, Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro.

⁸² *Jornal do Brasil*, 01 de dezembro de 1969, p. 30.

⁸³ https://consuni.ufrj.br/images/Titulos/PROF_HONORIS_CAUSA-DIVDADOS_31-03-2023.pdf A notícia foi veiculada pelo *Correio da Manhã* de 23 de junho de 1971, p.8.

⁸⁴ Ditador do Brasil entre 1969 e 1974.

Ao completar 80 anos, em 1972, Pontes de Miranda recebeu diversas homenagens em todo o país. Tribunais, associações profissionais e juristas se reuniam para saudar o autor. O *Jornal do Brasil*, em 24 de abril de 1972, aclamava o autor com uma reportagem de duas páginas, descrevendo-o como “um dos maiores juristas de todos os tempos” e citando uma frase sua: “Para Pontes de Miranda o segredo de sua longevidade está no seu amor pelo Brasil e na certeza de ter dormido sempre com uma consciência tranquila”.⁸⁵ Em outubro do mesmo ano, o jurista recebeu a insígnia do Grã-Cruz da Justiça Militar⁸⁶.

Na V Conferência dos Advogados do Brasil, que aconteceu entre os dias 11 e 16 de agosto de 1974, no Rio de Janeiro, a polícia política da ditadura militar mapeou todos os advogados que fizeram palestras. Pontes de Miranda, que viria a falecer cinco anos depois, era descrito como inimigo do regime por ter criticado “jocosamente” a Junta Militar, a censura à imprensa e o Ato Institucional nº 5, assim como por “ter simpatia dos elementos ligados ao comunismo”.⁸⁷

“Nunca traí minha consciência”. Era assim que o *Jornal do Brasil* anunciava uma grande reportagem sobre a vida de Pontes de Miranda em maio de 1975. Aos 83 anos de idade, o autor falava sobre a sua vida, obra e rotina de trabalho⁸⁸.

Em 1977, mais uma vez, Pontes de Miranda muda o tom sobre a ditadura e suas construções jurídicas. Na capa do jornal e com uma foto estampada, afirmava que “tanto na Constituição de 1967, como na Emenda nº 1 houve medidas acertadas e medidas reprováveis”. Já quanto à censura, afirmou: “o que mais importa é que se puna a ofensa do que se deixar à mercê de burocratas o exame do que vai se publicar”. Sobre o Brasil, no auge da ditadura militar, defendeu que “o Brasil está progredindo e o povo brasileiro trabalhando”⁸⁹.

Nesse período, Pontes de Miranda estava concorrendo com Rachel de Queiroz para a Academia Brasileira de Letras. Era a primeira vez que uma mulher concorria à cadeira da Academia, uma das mais antigas instituições acadêmicas do país.

⁸⁵ *Jornal do Brasil*, 24 de abril de 1972, p. 18 e 19.

⁸⁶ *Jornal do Brasil*, 03 de outubro de 1972, p. 4. A premiação criada pelo Superior Tribunal Militar (STM) e destinada-se a homenagear pessoas pelos serviços prestados à Justiça Militar do Brasil.

⁸⁷ BRASIL, Serviço Nacional de Informação, Agência Central, Informação nº 0636/19/AC/1974, Relatório da V Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil, 1974.

⁸⁸ *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1975, p. 10.

⁸⁹ *Jornal do Brasil*, 30 de abril de 1977, p.1.

Raquel de Queiroz foi eleita, em 4 de agosto de 1977, por 23 votos contra 15 de Pontes de Miranda⁹⁰. O autor, que já tinha perdido uma eleição na Academia Brasileira de Letras em 1926, assim reagiu à derrota: “Você pode me perguntar se quem venceu foi uma mulher. Eu lhe responderei: não, quem ganhou foi o governo”⁹¹.

Em 13 de março de 1978, Pontes de Miranda voltava a criticar a ditadura e o Ato Institucional nº 5 e afirmava: “nem no tempo de Getúlio Vargas a ditadura foi tão autêntica como está sendo agora”⁹². A mesma crítica foi feita no mês seguinte, quando ele afirmou que o Ato Institucional nº 5 é “um crime a herança cultural brasileira” e que nem “Getúlio Vargas que não era um ditador autêntico fez isso”. Naquele momento, segundo ele, estava-se “vivendo um clima de verdadeira ditadura” no Brasil⁹³.

Nesse mesmo período, Pontes de Miranda fazia parte de uma comissão da Ordem dos Advogados do Brasil que pedia o fim das “leis de exceção”⁹⁴ e tentava constitucionalizar o país⁹⁵.

Ao mesmo tempo, em abril de 1978, seu nome voltava a ser cotado para uma nova eleição na Academia Brasileira de Letras⁹⁶. As notícias sobre as eleições iriam ocupar a imprensa durante todo aquele ano.

Em agosto de 1978, Pontes de Miranda concedeu uma outra entrevista ao *Jornal do Brasil*. Nela, afirmava que “os responsáveis pelos erros da Revolução foram os Ministros da Justiça e não os Presidentes”, que via com “otimismo o futuro do país” e que “confiava na sinceridade do Presidente Geisel”⁹⁷. Ademais, afirmava que “foi amigo” de Costa de Silva e que o recebia para jantares em casa com sua esposa: “não era um homem ditatorial, de maneira nenhuma. Por isso, afirmo que ele não assinou o Ato Institucional nº 5. Foi o Ministro Gama e Silva quem tratou disso”⁹⁸.

⁹⁰ *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1977, p. 1.

⁹¹ *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1977, p. 23. Raquel de Queiroz foi uma importante escritora brasileira. Autora de diversos livros importantes para a literatura nacional, teve suas obras traduzidas e publicadas em diversos países. Em 1978, já tinha vencido diversos prêmios de literatura, entre eles, o Jabuti, o concurso literário mais importante do Brasil. A relação de Queiroz com a ditadura militar pode ser consultada em: <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/rachel-e-o-golpe/>

⁹² *Jornal do Brasil*, 13 de março de 1978, p. 2.

⁹³ *Jornal do Brasil*, 05 de abril de 1978, p. 4.

⁹⁴ *Jornal do Brasil*, 08 de maio de 1978, p. 4.

⁹⁵ *Jornal do Brasil*, 09 de maio de 1978, p.8.

⁹⁶ *Jornal do Brasil*, 27 de abril de 1979, p. 3.

⁹⁷ Ditador do Brasil entre 1974 e 1979.

⁹⁸ *Jornal do Brasil*, 03 de agosto de 1978, p. 2.

A simples conferência no documento mostra que a afirmação não é verdadeira. O ditador Costa e Silva foi o primeiro a assinar o Ato Institucional nº5. Mais uma vez, Pontes de Miranda mudava o tom em relação à ditadura militar. Agora, tentava mostrar contato próximo com os ditadores e contradizia o que já tinha dito sobre o próprio Costa e Silva.

Pontes de Miranda foi eleito, em 8 de março de 1979, para a Academia Brasileira de Letras. Ele venceu a escritora Dinah Silveira de Queiroz por 20 votos contra 16⁹⁹. Com a morte do acadêmico, Queiroz venceria a eleição poucos anos depois e seria a segunda mulher a ser eleita para a academia brasileira de letras.

Tomando posse em 15 de março de 1979, Pontes de Miranda foi recebido por Miguel Reale, jurista que apoiava a ditadura militar¹⁰⁰. Assim iniciou o seu discurso de posse: “Nunca, em toda a minha vida, me candidatei a qualquer cargo ou função, aqui ou no estrangeiro. Os que exerci no Poder Judiciário e no Ministério das Relações Exteriores, de que sou aposentado, me foram excepcionalmente destinados, sem concurso e sem pedido meu”¹⁰¹. Eleito na terceira tentativa, Pontes de Miranda ocuparia a cadeira por menos de um ano.

Pontes de Miranda faleceu em casa, vítima de ataque cardíaco no dia 22 de dezembro de 1979. Sua morte foi anunciada na primeira página do *Jornal do Brasil*¹⁰². No dia 6 de janeiro de 1980, o mesmo periódico fez uma homenagem ao autor, publicado sua última entrevista em uma matéria que cobriu uma página inteira do exemplar de domingo¹⁰³.

Em 07 de abril de 1981, na posse da escritora Dinah Silveira de Queiroz, o nome de Pontes de Miranda não foi citado pelo acadêmico Raimundo Magalhães Pinto. Autor polêmico, Pinto rompia uma tradição da instituição, pois era “inimigo fidalgo” de Pontes de Miranda, segundo o *Jornal do Brasil*. Também segundo o periódico, Pinto afirmou que deixaria de frequentar a Academia Brasileira de Letras por conta da eleição de Pontes de Miranda, descrito por ele como o “maior mentiroso do Brasil, além de péssimo escritor”¹⁰⁴.

⁹⁹ *Jornal do Brasil*, 09 de março de 1979, p. 1.

¹⁰⁰ Vide: SEELAENDER, Airton. *Juristas e ditaduras: uma leitura brasileira* In FONSECA, Ricardo. SEELAENDER, Airton. **História do Direito em perspectivas: do antigo regime à modernidade**. Curitiba: Juruá, 2009.

¹⁰¹ <https://www.academia.org.br/academicos/pontes-de-miranda/discurso-de-posse>. Vide também a crítica de CABRAL, Antonio do Passo. Alguns mitos do Processo (III): Pontes de Miranda e Haroldo Valladão em concurso para professor catedrático na Universidade do Rio de Janeiro 1936 e 1940. **Revista Brasileira de Direito Processual**, Belo Horizonte, ano 24, n.96, p-11-47, out/dez, 2016.

¹⁰² *Jornal do Brasil*, 23 de dezembro de 1979, p.1.

¹⁰³ *Jornal do Brasil*, 06 de janeiro de 1980, p. 3.

¹⁰⁴ *Jornal do Brasil*, 23 de julho de 1980, p. 3

Muito conhecido como autor de direito civil e processual civil, Pontes de Miranda ainda é pouco conhecido e estudado no Brasil como autor de direito constitucional. Testemunha e jurista que conheceu de perto o sistema jurídico das duas ditaduras que existiram no Brasil no século XX e defensor, por décadas, da Constituição de 1937, Pontes de Miranda não viveu para ver o fim da ditadura militar na década de 80.

Em 1981, ainda no curso da ditadura militar, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul realizaram o “Congresso Pontes de Miranda”. O evento “visou a elaboração de uma proposta de Constituição para o Brasil, como colaboração e estímulo à convocação da Assembleia Nacional Constituinte”, indispensável “à conquista da plenitude do Estado de Direito”. O primeiro artigo da proposta democrática de Constituição defendia: “A soberania reside no povo, que é a fonte de todo o poder. Os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos ou por consulta popular”.

Palavras Finais

São raros os juristas brasileiros que testemunharam e escreveram sobre as duas ditaduras que o Brasil viveu no século XX. As obras e falas de Pontes de Miranda são um ótimo recurso para identificar a relação inexata entre juristas e ditaduras em diversos momentos da história brasileira.

O presente trabalho ilustra isso. Nos primeiros dias das duas ditaduras brasileiras, Pontes de Miranda apresentou-se como um dos seus principais defensores. Em ambas as ditaduras, 1937 e 1964, o autor mostrou-se empolgado, mesmo diante de violação constitucional flagrante.

Mas essa empolgação inicial gera, no exemplo de Pontes de Miranda, duas reações diferentes: a tristeza de não ver a Constituição de 1937 plenamente aplicada – desejo que ele manteve durante grande parte da vida - e a decepção com a vigência da ditadura militar de 1964 e da constituição de 1967.

Sendo assim, a pesquisa demonstrou que a relação entre juristas e ditaduras é não-linear e complexa: existe aderência, existe esperança, mas também existe desilusão. Ou seja, podemos dizer que, tomando o exemplo de Pontes de Miranda, os juristas são um dos

primeiros a apoiar as ditaduras, mesmo que elas se apresentem como quebras de paradigmas legais ou como quebras de constituições. Mas esses juristas reagem diferentemente com o caminhar dessas ditaduras, ora se queixando que ela foi pouco aplicada, ora se queixando que foi simples golpe.

Não acreditamos que Pontes de Miranda possua um rótulo de autoritário ou de adaptável ao regime. Explicamos: o autor tinha um canal de contato com os ditadores, era um jurista importante no período, mas não liderou nenhum grande monumento jurídico. Pontes de Miranda não foi ministro da Justiça, não escreveu uma constituição, não coordenou nenhum grande processo legislativo. Ou seja, ele não foi um jurista a serviço da ditadura como outros. Ele elogiou ambas as ditaduras, mas apenas da ditadura Vargas ele recebeu um cargo, que não era do primeiro escalão dentro do país.

Ou seja, Pontes de Miranda foi um jurista que tinha uma relação ambígua com os regimes. Criticava as leis e, em outros momentos, não se isentava de tecer grandes elogios aos ditadores. Foi um jurista que circulava dentro do poder, mas nunca sendo o principal de nenhum regime. Talvez por isso fosse possível a crítica, talvez por isso tenha existido a crítica, os dados aqui não nos permitem concluir.

Não percebemos na obra dele uma concepção autoritária de direito. Pelos livros analisados, mesmo no livro em que elogia a Constituição do Estado Novo, a impressão é que o autor é um defensor, nos seus livros, das ideias de democracia. Não foi possível perceber, neste momento da pesquisa, uma relação da perspectiva técnica de Pontes de Miranda com as formas autoritárias de Estado, por mais que sempre existisse um elogio expresso ou levado ao governo ditatorial de Getúlio Vargas, seu amigo pessoal.

Por outro lado, nas entrevistas e cartas, Pontes de Miranda demonstra-se uma pessoa que mantém simpatia pelos ditadores, fato que ele nunca fez questão de esconder. Próximo dos ditadores, crítico e elogioso das ditaduras. Todos esses rótulos contraditórios são possíveis, mas nenhum deles explica bem sozinho o jurista. Pontes de Miranda flutuava e mostrava contradições que são possíveis em todos ser humano. Como nunca foi principal jurista de nenhum regime, a impressão é que ele tinha a liberdade de apresentar críticas, pois tinha créditos como famoso jurista e como pessoa conhecida dos altos escalões do poder para não sofrer represálias.

A obra de Pontes de Miranda, em especial, gera uma dificuldade maior de entendimento. Constantemente, o autor repete os mesmos textos em diversos livros.

Informações e parágrafos que estão no texto de 1938 são repetidas em 1947 e em 1967, por exemplo. Para o leitor, a aparência é de que ele manteve o pensamento e o mesmo texto em diferentes momentos históricos. Mas uma percepção mais abrangente da sua obra demonstra como ele se mostrou ambíguo e contraditório, o que não é de se surpreender, tendo em vista a quantidade e a longevidade de sua obra.

De uma forma ou de outra, os juristas não se apresentam, no caso brasileiro e tomando Pontes de Miranda como exemplo, como críticos iniciais de ditaduras, como poderíamos imaginar. Considerando o exemplo dele, podemos dizer que são os primeiros a aderir e que levam consigo pensamentos e contradições das ditaduras durante grande parte da sua carreira.

Se entender a participação dos juristas em ditaduras é essencial para a história democrática de um país, apresentá-los como complexos, contraditórios e cambiantes, torna possível o aprendizado e o olhar crítico sobre o passado jurídico e seus atores.

Referências

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.876, de 16 de setembro de 1946. Dispõe sobre a transferência de Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda para a carreira diplomática. [S. l.], 16 set. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9876-16-setembro-1946-457375-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. [S. l.], 26 jan. 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL, Serviço Nacional de Informação, Agência Central, Informação nº 0636/19/AC/1974, Relatório da V Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil, 1974.

CABRAL, Antonio do Passo. Alguns mitos do Processo (III): Pontes de Miranda e Haroldo Valladão em concurso para professor catedrático na Universidade do Rio de Janeiro 1936 e 1940. *Revista Brasileira de Direito Processual*, Belo Horizonte, ano 24, n.96, p-11-47, out/dez, 2016.

Correio da Manhã.

COSTA, Adriano Soares da Costa. Pontes de Miranda e a acusação de plágio: anotações à margem de Antonio do Passo Cabral. *Revista brasileira de processo*. Belo Horizonte, ano 26, n. 101, p. 19-28, jan/mar. 2018.



COSTA E SILVA (1967): Carta de Costa e Silva para Pontes de Miranda, 4 de Dezembro de 1967. Arquivo Pontes de Miranda, Centro Cultural, Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Diário de Notícias.

DINIZ, Márcio Augusto de Vasconcelos. Absentes, adsunt: Pontes de Miranda, Hans Kelsen e os debates sobre a jurisdição constitucional na Assembleia Constituinte de 1933-1934. *Direito & Justiça*, v. 40, n° 1, pp. 46-64, jan./jun. 2014.

DUVE, Thomas; HERZOG, Tamar (Ed.). *The Cambridge History of Latin American Law in Global Perspective*. Cambridge University Press, 2024.

EDITOR, O. Outorgado o título de professor honorário ao Dr. Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 62, n. 2, p. 381-392, 1966.

FRENTE A FRENTE COM PROF OSWALDO ZAIDAN. [S. l.: s. n.], 30/04/2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lnkplxT4HNU>. Acesso em: 29 set. 2024.

HESPAHHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Coimbra: Almedina, 2019.

Jornal do Brasil.

Jornal do Comércio.

LIMONGI, Dante Braz. *O projeto político de Pontes de Miranda: Estado e democracia na obra de Pontes de Miranda*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

NUNES, Diego. Academic freedom in the Brazilian constitutional history. *Historia constitucional*, n. 22, 2021, p. 791-809.

OLIVEIRA, Wanessa Monteiro Canellas de Oliveira. *Memória, Subjetividade e Afeto nos Bastidores do Rádio*. 2008. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PONTES DE MIRANDA (1935): Carta de Pontes de Miranda para Getúlio Vargas, 5 de Agosto de 1935. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

PONTES DE MIRANDA (1941): Carta de Pontes de Miranda para Getúlio Vargas, 17 de Setembro de 1941. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

PONTES DE MIRANDA (1941): Carta de Pontes de Miranda para Getúlio Vargas, 3 de Outubro de 1941. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.



PONTES DE MIRANDA (1964): Carta de Pontes de Miranda para Castelo Branco, 8 de Outubro de 1964. Arquivo Pontes de Miranda, Centro Cultural, Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro.

PONTES DE MIRANDA (1969): Carta de Pontes de Miranda para Costa e Silva, 22 de Abril de 1969. Arquivo Pontes de Miranda, Centro Cultural, Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro.

PONTES DE MIRANDA Francisco Cavalcanti. Comentários à Constituição Federal de 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1938.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários à Constituição de 1946. Rio de Janeiro, Cahen Editor, 1947.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969. Tomo IV 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1969.

ROSCOE POUND (1944): Carta de Roscoe Pound para Edwin Patterson, 17 de março de 1944, arquivo Roscoe Pound Papers, Harvard Law Library, Historical & Special Collections.

ROSENFELD, Luis, ABREU, Luciano Aronne. Conservadorismo, autoritarismo e legitimação político do Estado Novo: notas sobre os “Comentários à Constituição de 1937” de Pontes de Miranda. *Novos Estudos Jurídicos*. v. 24, nº 3, pp , 736-756, set./dez. 2019.

SEELAENDER, Airton. Juristas e ditaduras: uma leitura brasileira In FONSECA, Ricardo. SEELAENDER, Airton. *História do Direito em perspectivas: do antigo regime à modernidade*. Curitiba: Juruá, 2009.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira; CUNDARI, Guilherme; MARQUES, Francisca Maria. A “Constituição esquecida”: o tratamento histórico da Constituição de 1937 nos livros de direito constitucional. *Revista Argumentum*, v. 21, nº 2, pp. 531-559, mai./agos. 2020.

Tempo e História - Pontes de Miranda. [S. l.: s. n.], 15/03/2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fmEy_gmSbvc. Acesso em: 29 set. 2024.



O HERÓI IMPROVÁVEL E O ELIXIR DAS CONCÓRDIAS– NEOINTEGRALISMO E DEFESA DO ESTADO CORPORATIVO EM GOFFREDO TELLES JUNIOR¹

THE IMPROBABLE HERO AND THE ELIXIR OF SOCIAL HARMONY:
NEOINTEGRALISM AND THE DEFENSE OF CORPORATIST STATE IN GOFFREDO
TELLES JUNIOR.

AIRTON CERQUEIRA-LEITE SEELAENDER²

Resumo

Reproduzir mitos agradáveis, fabricar heroicos predecessores para embates políticos atuais e preservar mentiras úteis para causas nobres não podem ser as metas de um historiador do direito. Pelo contrário, é seu dever científico evidenciar o descabimento dessas condutas e a usual inverossimilhança dos relatos assim produzidos. Analisando como o meio jurídico paulistano tem forjado a sua memória, nosso trabalho reinterpreta o percurso de Goffredo Telles Jr. como militante político e teórico do Estado, ao longo de quatro décadas. Reexaminando vestígios olvidados e relendo- à luz do contexto de cada época- as fontes já conhecidas, procuramos demonstrar que, longe de ter sido um passageiro e insignificante capricho juvenil, sua adesão ao Integralismo foi um momento decisivo em sua formação ideológica. De fato, dos anos 30 até a fase mais dura do regime militar, abundam nos textos do autor elementos típicos do pensamento antidemocrático de matriz ultradireitista: a obsessão pelo corporativismo como suposto antídoto contra a luta de classes, a

Abstract

The reproduction of pleasant myths, the fabrication of heroic predecessors for present political movements and the upkeep of useful lies for the defence of noble causes should not constitute the aim of legal historians. On the contrary, it is their scientific duty to point out the inappropriateness of such conducts and the lack of plausibility of narratives produced this way. Showing how the legal community of São Paulo has reconstructed its memory, the article offers a new interpretation about the path of Goffredo Telles Junior as a political militant and State theorist. Re-examining forgotten remains of such path and reinterpreting the already known sources, we aim at demonstrating that his adherence to Integralismo, far from having been an insignificant and episodic juvenile whim, was a decisive moment which affected his ideological views along four decades. From the thirties to the hardest times of the Military Dictatorship, his texts abounded with typical elements of the far-right antidemocratic thought: the obsession with corporatism as a supposed

¹ Substancialmente inédito, o presente artigo incorpora, todavia, palestras feitas sobre Goffredo Telles Jr. em 2010, 2022 e 2024. Disponibilizado na internet, o conteúdo das duas primeiras tem sido recentemente confirmado por colegas mais jovens. em uma nova leva de trabalhos dos quais o mais original, inovador e digno de menção é, de longe, DIAS, T.A. *Ditadura legalizada*. Tese de doutoramento em Direito. Fortaleza: Unifor, 2024. Sem clonar a abertura de nossa segunda palestra (equivalente à Parte 1, “infra”) nem reescrever trecho algum de nossa lavra, Thaís Araújo Dias ousou buscar novas fontes e interpretações, dando uma contribuição efetiva- e não desprezível- aos estudos de nosso tema.

² Professor de História do Direito na UNB. Pesquisador do CNPQ. Graduado pela USP. Possui mestrado em Direito (1995) e doutorado em Direito - Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt (2001), tendo sido orientado por Michael Stolleis (WGUF/MPI) e E.R. Lewandowski (USP/STF). Foi pesquisador visitante do Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte, Presidente do Instituto Brasileiro de História do Direito (IBHD, 2005-2007) e pesquisador visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Münster (2009-2010). E-mail: airton.seelaender@unb.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4597-4960>.



repulsa à democracia liberal, o desprezo aos juízos do homem comum, o desejo de limitar e dirigir as decisões dos governados em seu conjunto, o forte apego à hierarquia e ao Princípio da Autoridade, a denúncia do individualismo e a crença de que uma microelite superior à “massa” deveria indicar à Nação o seu rumo. Óbvio na AIB e no PRP, a persistente lealdade de Goffredo ao Integralismo e a seu Chefe Nacional tende a ser desconsiderada por seus admiradores, apagando-se, assim, várias décadas de intensa militância partidária.

Palavras-chave: Pensamento jurídico antidemocrático; integralismo; corporativismo; Goffredo da Silva Telles Junior; Partido de Representação Popular; mitos (construção de).

antidote against class struggle, the repugnance for liberal democracy, the disdain for the opinions of the average citizen, the strong attachment to hierarchy and to the “Principle of Authority”, the rejection of individualism and the belief that small élites, superior to the “mass”, should show the Nation its way. Obvious as well in the first integralist party as in its postwar successor, Goffredo’s longstanding loyalty to that far-right movement tends to be disregarded by his admirers, thus wiping out decades of the jurist’s political activity.

Keywords: Antidemocratic legal thought; Integralism; Corporatism; Goffredo da Silva Telles Junior; Partido de Representação Popular; myths (making of).

1. Tarefa científica incontornável e urgente³, a análise, pelos historiadores do direito, das ideias e percursos dos juristas brasileiros que se vincularam a movimentos antidemocráticos comporta óbvias dificuldades. Algumas delas se referem a situações específicas do meio jurídico nacional⁴; outras são análogas às que ocorreram, no século XX, nos países da Europa Ocidental em que faculdades e tribunais se adaptaram a ditaduras ou com elas colaboraram⁵.

O trabalho do historiador do direito é particularmente difícil em sociedades onde se acrescenta, ao silêncio sobre as opções antidemocráticas passadas, a tendência à mistificação em larga escala. Em tais sociedades, a falsidade pode vir mesmo a se converter em moeda corrente- na imprensa, entre os profissionais do Direito e até naquela instituição que mais busca se legitimar como espaço da reflexão crítica: a Universidade⁶.

Nos estertores do governo Bolsonaro, quando os riscos de enfrentá-lo já pareciam bem menores e mais calculáveis, setores da imprensa passaram a alavancar menos hesitantemente as iniciativas contrárias a suas manobras antidemocráticas⁷. Foi então que surgiu um manifesto

³ Sobre a importância de tal análise para reduzir falhas no ensino jurídico brasileiro e nas obras de direito público e privado, v. SEELAENDER, A. “Meios de pesquisa, formas de pensar”. *Revista da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza* v.12 (2004): pp.19-39, esp. pp.26ss, e SEELAENDER, A. “Juristas e ditaduras”. *História do direito em perspectiva* (Ricardo Fonseca e Aírton Seelaender, coord.) Curitiba: Juruá, 2008, pp.419-420 e 426-430.

⁴ Sobre essas já tratamos anteriormente, destacando, entre outros pontos, a lentidão da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em produzir estudos sérios sobre o pensamento antidemocrático de seus catedráticos vindos do Integralismo- os quais, em 1964, também aderiram ao golpe que destruiu a ordem constitucional pós-1946 (v. SEELAENDER, “Juristas”, p.419, e SEELAENDER, A. “Francisco Campos (1891-1968)- Uma releitura”. *As formas do direito* (R.M. Fonseca, coord.). Curitiba: 2013, pp.491ss).

⁵ Como demonstrou Rütters, o silêncio sobre as ações e as ideias de diversos juristas do nazismo foi muitas vezes garantido por colegas, discípulos e instituições. Teria sido decisiva, aqui, a conduta de redes pessoais, profissionais e acadêmicas, por vezes derivadas de laços geracionais e de “*cohortes de sociabilização*” (v., entre outras obras, RÜTTERS, B. *Entartetes Recht*. München: Beck, 1994 e RÜTTERS, B. *Geschönte Geschichten*, Tübingen: Mohr Siebeck, 2001). Em tais circunstâncias, houve até um célebre constitucionalista que, sem precisar temer muito os questionamentos sobre seu passado, voltou a colaborar, discretamente, com o extremismo antidemocrático (sobre o “Caso Maunz” v. sobretudo STOLLEIS, M. *Recht im Unrecht*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994, pp.57 ss e 68ss).

⁶ As mesmas universidades públicas brasileiras que souberam rejeitar os mitos e teorias conspiratórias do bolsonarismo têm revelado vergonhosa condescendência face às demais fraudes históricas recentes. Em tais instituições, mal se ouvem críticas, por exemplo, à a-histórica invenção, em escala industrial, de *antiquíssimos prenúncios* para moderníssimos movimentos identitários. Pior ainda é a tentativa de legitimar, por devoção ideológica ou cômica ingenuidade, *comoventes lendas úteis* fabricadas às pressas para facilitar a defesa judicial e política de lideranças partidárias e empresariais (sobre a “invenção da tradição” como fenômeno social, v. a introdução de Hobsbawm a HOBSBAWM, E., RANGER, T. (org.) *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, , pp.9ss).

⁷ É interessante registrar o contraste dessa nova postura com a omissão dos grandes jornais de São Paulo diante da anterior onda de protestos formais de faculdades de direito contra ações autoritárias do período bolsonarista. Iniciado na Universidade de Brasília em 12 de março de 2021 com uma “Declaração sobre a liberdade de ensino”, tal movimento já havia se espalhado por diversas universidades federais do país, graças ao apoio de professores do Paraná, Minas Gerais, Pará e Pernambuco.



de professores e ex-alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, iniciado com invocações a um dos ex-catedráticos da instituição, Goffredo da Silva Telles Júnior. Obtendo centenas de milhares de adesões, o texto, lançado em ato público na Faculdade de Direito da USP em agosto de 2022, logo viria a ser divulgado nas redes sociais por artistas contrários ao bolsonarismo: trechos dele foram lidos, por exemplo, por Anitta, Marisa Monte, Antônio Pitanga e Marcos Palmeira⁸.

O principal silêncio do manifesto de 2022 se referia, justamente, ao catedrático invocado, por seus redatores e repetidores, como heróico modelo de democrata. Quem havia sido ele? E por que nos interessa tratar dele aqui, quando falamos de Corporativismo e modelos de Estado Corporativo?

Tendo nascido no cerne da oligarquia paulista e integrado, por várias décadas, a elite do meio jurídico nacional, o jusfilósofo Goffredo da Silva Telles Jr. foi, no pensamento jurídico brasileiro, um dos mais persistentes adeptos do Corporativismo. Defendeu-o frequentemente, quer escrevendo, quer atuando de modo direto na vida política. Como autor de projetos constitucionais, jovem integralista antes da Segunda Guerra e um dos líderes do partido neointegralista criado depois dela, o jurista marchou com a tocha do Corporativismo dos anos 30 até o final da década de 60. E talvez tenha, mesmo depois, conservado algo de suas brasas, com a discrição dos apegos sinceros- como se pode intuir, inclusive, a partir de suas memórias⁹.

Examinar as fontes deixadas por Goffredo nos ajuda, pois, a entender um pouco mais a ascensão e queda do Corporativismo no Brasil- desde a moda corporativista dos anos 30¹⁰, quando muitos o miravam como promessa de transformação e elixir da concórdia social, até sua desmoralização e quase total abandono, no direito constitucional brasileiro do Pós-Guerra.

2. Oriundo de família com conexões na cúpula estatal, influente e muito rica¹¹, Goffredo entusiasmou-se, desde sua juventude, pelo Integralismo, movimento de extrema direita de óbvia

⁸ V. “Carta às brasileiras e aos brasileiros” em <https://youtu.be/GFVDq5cPG20?si=UWDAyJL7n2ylWkVb>.

⁹ Tendo falecido só em junho de 2009, o jurista as publicou antes da virada do milênio (v. TELLES JR., G. da S. *A folha dobrada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999).

¹⁰ Sobre tal moda v., entre muitos outros, DARD, O., “O corporativismo na França de Vichy”. *A onda corporativa* (Pinto, A.C. e Martinho, F.P., org.), Rio de Janeiro: FGV, 2016, p.148, e- na mesma obra coletiva- PINTO, A.C. “Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária”, p.32.

¹¹ Descendente de prósperas famílias de latifundiários agraciados com títulos nobiliárquicos imperiais, Goffredo teve, desde a infância, o privilégio social das oportunidades extraordinárias. Sua avó levou-o, desde cedo, a ter amplos contatos no mundo artístico e intelectual; após ter sido “o mais rico de nossos vereadores”, prefeito de São Paulo e exilado político por curto período (como outras lideranças da Revolução Constitucionalista), seu pai, “o



inspiração fascista¹², dotado de um “*Chefe Nacional*” (Plínio Salgado), de uma *milícia uniformizada* (os “camisas-verdes”), de uma uniformizada *juventude “pliniana*”, de um *símbolo omnipresente* (o Sigma) e de *ritos e formas de saudar* específicos¹³.

Segundo o próprio “Chefe Nacional”, a adesão de Goffredo- bem como de um “grupo magnífico da Faculdade de Direito”- deu-se cedo, já no início do movimento¹⁴. O jovem

abastado Goffredo Teixeira da Siva Telles”, ocuparia cargos na cúpula da administração estadual durante a ditadura do Estado Novo, chegando a ser condecorado- como Filinto Müller e Francisco Campos- pela Itália de Mussolini (cf. “O Vice-Prefeito da Capital”. *Diário da Noite* n.997, 27/12/1927, p.3; DULLES, J.W.F. *A Faculdade de Direito de São Paulo*. S. Paulo: Edusp, 1984, pp.69 e 170; REALE, M. *Memórias*. S. Paulo: Saraiva, 1987, v.1, p.169; ANÔNIMO. “Professor Goffredo da Silva Telles Junior” *Revista da Faculdade de Direito* n.49 (1954): pp.45-49; e CANCELLI, E. “Ação e repressão policial”. *Repensando o Estado Novo* (D. Pandolfi org.). Rio de Janeiro: FGV, 1999, pp.321-322).

Talvez a posição da família e suas conexões expliquem, ao menos em parte, porque Goffredo não enfrentou os mesmos problemas que Miguel Reale nem com a repressão anti-integralista nem à hora de tornar-se professor na Faculdade de Direito (cf. REALE, *Memórias*, v.1, pp.141-143 e 151ss, com TELLES JR., *A folha dobrada*, pp.145, 170-173 etc.). De qualquer modo, cumpre recordar que Reale, nos anos 30, já tinha maior impacto intelectual e político que seu correligionário, tendendo também por isso a gerar mais reações desfavoráveis.

¹² Deve-se advertir, todavia, que essa inspiração não levava, dentro do Integralismo, a um predomínio da corrente mais próxima do italo-fascismo (a de Miguel Reale). O próprio líder máximo do movimento combinava, como muitos de seus seguidores, características fascistas com elementos do ultraconservadorismo católico. Havia mesmo uma terceira vertente, a de Gustavo Barroso, que tinha por singularidade fazer do combate aos judeus uma de suas preocupações principais, assemelhando-se nisso ao nazismo.

A coexistência, no movimento, de correntes diversas e de modelos alternativos ao italiano- como o português e o nazista- indica a sua relativa complexidade. O Integralismo brasileiro não foi mero pastiche do fascismo, ainda que o imitasse de maneira tão óbvia, que pudesse ser descrito, nos jornais da direita liberal, como um “partido (...) fascista no programa, fascista nos métodos, até no uniforme e no ritual macaqueados dos modelos italiano e alemão” (apud BERTONHA, J.F. *Plínio Salgado*. S.Paulo: Edusp, 2019, p.315).

Ainda que se destacasse pela intensidade, o antisemitismo de Gustavo Barroso não era um caso isolado. A “Bibliografia Integralista” recomendada nos jornais da AIB em 1933 incluía os “Protocolos dos Sábios de Sião”, “O Judeu Internacional” e “As Bases do Nacional-Socialismo” (cf. CAVALARI, R.M.F. *Integralismo*. Bauru: Edusc, 1999, p.110). As passagens antissemitas de Reale e Plínio Salgado não pareciam, no entanto, ter papel central em seu pensamento, não havendo faltado tentativas do “Chefe Nacional” de distanciar-se do arianismo nazista já nos anos 30 (cf. – além das explicações posteriores de um dos interessados em frisar a contraposição, em REALE, “O Estado Moderno”, p.165; REALE, “ABC do Integralismo”, pp.212 e 216; e REALE, “Nós e os fascistas da Europa”, pp.231-232 - MAIO, M.C. “Qual anti-semitismo?”. *Repensando o Estado Novo* (D. Pandolfi org.) Rio de Janeiro: FGV, 1999, pp.236-239 e 243; DULLES, *A Faculdade*, p.69; e MAIO, M.C. e CYTRYNOWICZ, R. “Ação Integralista Brasileira”. *O Brasil republicano* (J. Ferreira e L. Delgado org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.56).

¹³ Sobre a ritualística do integralismo e seu relevo para o movimento v.- além da obra clássica de H. Trindade (*Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*)- CAVALARI, *Integralismo*, pp.121-125, 163ss, 186ss, 212 etc.; MAIO e CYTRYNOWICZ, “Ação Integralista”, p.50-51; RAMOS, A.P. *Intelectuais, carisma e Ação Integralista Brasileira*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, pp.35, 84, 88-89, 98-99, 101ss, 119ss, 236ss etc.; BERTONHA, *Plínio Salgado*, pp.210, 213, 307, 325-326 e 365ss e- destacando a “imagem de Plínio Salgado como o Führer”- LAUERHASS JR., L. *Getúlio Vargas*. S. Paulo: Edusp, 1986, pp.126-127. Sobre a meta integralista de envolver “a tudo e a todos, de forma permanentemente ilimitada”, cf. a descrição do movimento por R.B. de Araújo (apud MAIO e CYTRYNOWICZ, “Ação Integralista”, p.46). Sobre a pretensão do Integralismo de usar o Brasil como “nova luz” e base de uma “nova civilização” em tempos de “decadência do Ocidente”, MAIO e CYTRYNOWICZ, “Ação Integralista”, p.55. Sobre a milícia do partido e o uso de cadáveres para dar-lhe coesão- apresentando-se as mortes como *transferências* para uma “Milícia do Além”- v. TRINDADE, *Integralismo*, p.226.

¹⁴ apud CAVALARI, *Integralismo*, p.13. Sobre a fidelidade de Goffredo a Plínio Salgado mesmo após a Segunda

estudante logo participou de numerosas expedições de campanha política integralista, descritas décadas depois, em suas memórias, como “uma extraordinária experiência de fraternidade humana, de idealismo e de coragem”¹⁵.

Anunciava-se ali uma nova “doutrina”, que superaria a luta de classes e a farsa das eleições do coronelismo¹⁶, trazendo ao Brasil uma “Câmara Corporativa”. Sendo uma “miniatura, a imagem reduzida, da sociedade global”, tal “Câmara Corporativa” se comporia de “deputados (...) eleitos pelos corpos sociais, ou corporações, de que o povo é naturalmente constituído”¹⁷. Em tal órgão atuariam não os infieis políticos dos partidos, mas sim “grupos de deputados (...) ligados aos corpos de que a sociedade é feita”¹⁸.

Mesmo tendo sido o primeiro grande partido de massas do país¹⁹ e formado quadros para a “elite do poder” de períodos autoritários²⁰, o Integralismo não teve o êxito de seus homólogos europeus. A proibição dos partidos políticos pelo Estado Novo, o fracasso de um golpe integralista em 1938²¹, a repressão subsequente e a posterior adesão do Brasil aos Aliados

Guerra, cf., entre outros, CALIL, G.G. *O integralismo no Pós-Guerra*. Porto Alegre, Edipucrs, 2001, p.100.

¹⁵ TELLES JR., *A folha dobrada*, p.119. Cf. também BRAGA, S.S. “Problemas da representação política”. *Revista de Sociologia e Política* n.6/7 (1996), pp.115-116. Prática usual na AIB, prosseguiria na sigla que abarcaria o movimento após sua proibição (1938) e a derrota final do Eixo (1945)- cf. CALIL, *Integralismo*, p.176.

¹⁶ Com algumas características específicas e nuances, o fenômeno brasileiro do “coronelismo” guarda parentesco com o “caciquismo” espanhol. Sobre o “coronelismo”, v. LEAL, V.N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012. Sobre Leal e a recepção de sua obra, a melhor síntese recente se encontra em HOCHHEIM, B.A. “Leal, Victor Nunes” *Entender a Independência* (A. Seelaender e A. Wehling, org.). Rio de Janeiro: Processo, 2022, pp.193-201.

¹⁷ TELLES JR., *A folha dobrada*, p.112. Para uma comparação com a visão predominante no Integralismo dos anos 30, cf. REALE, “Perspectivas integralistas”, p.19, e MAIO e CYTRYNOWICZ, “Ação Integralista”, p.55.

¹⁸ TELLES JR., *A folha dobrada*, p.112.

¹⁹ Embora não seja de todo confiável um número de filiados fornecido por fontes partidárias interessadas em exagerá-lo, há certa verossimilhança na avaliação geral feita em CAVALARI, *Integralismo*, p.34. Na mesma linha, mas alertando para a existência de conflitantes estimativas da quantidade de aderentes, MAIO e CYTRYNOWICZ, “Ação Integralista”, pp.42-43. O próprio Goffredo teria chegado a afirmar que, na AIB, “éramos mais de um milhão de inscritos” – número, porém, desmentido na correspondência de Plínio Salgado (cf. “Deputados integralistas na Câmara...”. *Diário de S. Luiz* n.493, 23/8/1946, p.1; e GONÇALVES, L.P. e OLIVEIRA, A. “Não é vergonha nenhuma...” *História e cultura* v.5, n.3 (dez.2016), p.168.

²⁰ Resultado de um golpe precipitado pelo ex-integralista Mourão Filho em 1964, a Ditadura teria levado à cúpula do Executivo, à época da Junta Militar (1969), outro oficial simpático ao Integralismo (v. BERTONHA, *Plínio Salgado*, p.351). Também o ex-militante Alfredo Buzaid, destacado processualista da Universidade de São Paulo, seria Ministro da Justiça na fase mais dura do regime, cujos textos constitucionais seu colega e ex-correligionário Miguel Reale ajudaria a remoldar. Voando menos alto, o próprio “Chefe Nacional” do Integralismo acabaria virando um parlamentar governista, no fraco Congresso deixado aberto – com poucas interrupções- pela Ditadura Militar (sobre a atuação de Plínio Salgado na ARENA, partido situacionista do regime, v. BERTONHA, *Plínio*, pp.343ss).

²¹ O movimento incluía sobretudo integralistas e militares antigetulistas a eles ocasionalmente aliados, como Euclides Figueiredo, pai daquele que viria a ser o último presidente da ditadura militar, o General João Figueiredo. Decisiva para o *putsch*, a tentativa de tomar o palácio e assassinar o Presidente Getúlio Vargas acabou fracassando. Sobre o assim chamado “golpe integralista”, a atuação de Figueiredo e o julgamento dos implicados, cf., entre outros depoimentos de coetâneos, LINS E SILVA, E. *O salão dos passos perdidos*. Rio de Janeiro: FGV, 1997,



inviabilizaram a marcha triunfal tantas vezes aguardada. Fato que não impediu, todavia, que alguns integralistas simplesmente seguissem suas vidas e carreiras²², livrando-se do incômodo fardo da fidelidade ao “Chefe Nacional” ou- como no caso de Goffredo- mantendo-a de modo ora discreto, ora mais óbvio²³.

A lealdade do jovem jurista²⁴ foi recompensada: redemocratizado o país e finda a guerra, as vastas sobras de eleitorado integralista ajudaram a elegê-lo deputado, com apoio expresso de seus ex-correligionários, por um partido de centro-direita²⁵. Goffredo da Silva Telles Jr. pôde, assim, dedicar-se, na Constituinte de 1946, à árdua missão de lavar a imagem do Integralismo – tratava-se basicamente de salvar o que sobrara do movimento, tentando-se apagar seus paralelos com o nazi-fascismo²⁶ e ressaltar suas semelhanças com o conservadorismo católico²⁷

pp.161 e 189, REALE, *Memórias*, v.1, pp.125ss, e os textos coligidos em CARONE, E. *A Terceira República*. S. Paulo: Difel, 1982, pp.28ss. e 461-2. Sobre as tentativas, após 1945, de relativizar a participação integralista do movimento, cf. CALIL, *Integralismo*, pp.111ss.

²² Embora Plínio Salgado afirmasse, em 1939, que os integralistas não teriam “o interesse mesquinho das posições cômodas e tranquilas” (v. o seu manifesto de maio desse ano in CARONE, *Terceira República*, pp.461-465, esp. p.464), não faltaram casos de eficiente cooptação pelo Estado Novo de Vargas, com ofertas de cargos relevantes e de apoio em litígios administrativos (v., e.g., Reale, M. *Memórias*. S.Paulo: Saraiva, 1987, v.1, pp.152 e 164).

²³ Sobre essas posturas em geral, cf. CARONE, *Terceira República*, p.466, e CALIL, *Integralismo*, p.100.

²⁴ Tal lealdade veio a ser reconhecida até nos jornais antipáticos ao Integralismo: inconformado com ela, um parcialíssimo “cronista parlamentar” dizia que Goffredo e seus correligionários “hão de sempre fazer e ver ‘tudo que seu mestre mandar’” (“Tambores silenciosos”. *Diário Carioca* n.5.630, 31/10/1946, p.3). Quanto à marcante afinidade ideológica de Goffredo com Plínio Salgado desde os anos 30, v. REALE, *Memórias*, v.1, p.82).

²⁵ Sobre sua eleição e a ocasional estratégia neointegralista de aproximação com o PSD e uso de sua legenda, cf. DULLES, *A Faculdade*, pp.357-8 e 368, TELLES JR., *A folha dobrada*, p.223, LACERDA, C. *Na Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.265, e CALIL, *Integralismo*, pp.151 e 349. Sobre a reorganização política dos integralistas e a tentativa de fechar o seu novo partido (o PRP) invocando seu caráter antidemocrático, laços do integralismo com o nazi-fascismo, ofensas aos ex-combatentes brasileiros na 2ª Guerra e mesmo subvenções de Mussolini à organização anterior, cf. CALIL, pp.90ss, 123ss, 129ss, 134, 142ss, 153ss, 161ss, 171, 360ss e 373. Sobre o estreito vínculo dos seguidores de Salgado com o deputado oriundo do Integralismo, cf. CALIL, *Integralismo*, pp.151, 156 e 352. Sobre a persistente ocultação, no meio jurídico de S. Paulo, do passado integralista de Goffredo, v. SEELAENDER, “Juristas e ditaduras”, pp.419-421, e “Francisco Campos”, pp.771ss.

²⁶ Nas memórias de Goffredo, ainda se nota um tardio eco desse empenho em negar paralelos (v., por exemplo, TELLES JR., *A folha dobrada*, pp.105-6, 120-121, 226 etc.).

A “Carta de Princípios” do PRP já tentava separar os integralistas do “totalitarismo” (cf.- em sua transcrição em CARONE, *Terceira República*- as pp.469 e 478-9). E, como o ataque parecia então a melhor defesa, logo Plínio Salgado e seus seguidores passaram a denunciar publicamente o “totalitarismo”, o “fascismo”, os “fascistas vermelhos” e até mesmo um “nazismo russo” (sic) (cf. CALIL, *Integralismo*, p.300; “Preferência para o integralismo”. *Correio da Manhã* n.15.949, 30/10/1946, p.1; e o anúncio “A Secretaria Nacional (...) informa” em *A Noite* n.12.421, 20/11/1946, p.6). Dentro desse quadro, Goffredo não hesitou em criticar o “fascismo vermelho” e em denunciar o “fascismo do governo” e de adversários (v. “Voto de congratulações na Câmara”. *Jornal de Notícias*. 30/10/1946, p.3; e CALIL, *Integralismo*, p.300).

Indo na direção oposta e destacando os contatos da AIB com os “nacistas” chilenos, os fascistas italianos e os rexistas belgas, um antigo correligionário de Goffredo e Plínio, Gerardo Mourão, diria em 1948: “A verdade é que éramos todos fascistas (...) Só por hipocrisia ou ignorância se pode distinguir o integralismo do fascismo, como fazem quase todos os integralistas” (“Eu acuso Plínio Salgado”. *Diário da Noite* n.7.193, 18/5/1948, p.5).

²⁷ Essa estratégia nem sempre enganou as forças do próprio conservadorismo católico. Voz pública deste, Gustavo



no anticomunismo²⁸, na “defesa da família”²⁹ e no apego à “espiritualidade”³⁰.

Como constituinte e parlamentar, Goffredo parece ter seguido entusiasticamente tal estratégia³¹. Seu era o Projeto de Lei 1067/1947- malgrado e arquivado- que queria dar, aos comunistas e seus aliados, *tratamento idêntico ao recebido pelos não-comunistas nas nações sob regime soviético*. Também foram suas as propostas de entronizar na Câmara, de modo solene, imagens religiosas³². Coerentes com as crenças do jovem deputado, esses ataques bombásticos aos comunistas e esse empenho em esvaziar simbolicamente o Estado Laico Republicano logo se tornariam marcas características do neointegralismo do Pós-Guerra. Este-

Corção via o êxito eleitoral do PRP em Curitiba como uma “epidemia de estupidez” (apud BERTONHA, *Plínio Salgado*, p.321). Plínio Salgado lhe parecia um camaleão oportunista que- depois de se ter supostamente vendido a Mussolini- tentava aliciar, de modo cínico, católicos para o seu novo partido (v. BERTONHA, *Plínio*, p.291). Nos anos 60, no entanto, alguns setores mais extremados da direita católica estudantil, ligados ao movimento *Tradição, Família e Propriedade*, esforçar-se-iam para eleger Goffredo paraninfo, para que o ex-deputado do PRP derrotasse a alternativa democrata-cristã (“Novos bachareis assumem compromissos perante a Nação”. *O Diário* (Santos) n.111, 16/5/1965, p.5).

²⁸ O sistemático anticomunismo do deputado não o levou, porém, a chancelar a proibição do Partido Comunista. Reflexo, talvez, do temor de gerar precedentes invocáveis contra o novo partido dos integralistas, tal postura foi apresentada como uma defesa da liberdade intelectual ou de mandatos concedidos pelo povo (cf. as frases de Telles Jr. em CALIL, *Integralismo*, p.339, e em TELLES JR., *A folha dobrada*, p.226- onde o ex-parlamentar neointegralista chega a falar em um “fechamento fascista do PC” (sic)). Curiosamente, Goffredo viria a apoiar, logo a seguir, a cassação dos mandatos dos comunistas levados ao Congresso pelo voto popular.

²⁹ Segundo a “Carta de Princípios” do neointegralista “Partido de Representação Popular” (1945), a “sociedade” (ou a “sociedade civil”) era “uma união de famílias”, “um agrupamento de famílias”. O Estado deveria “se curvar ante a realidade familiar, mais antiga do que ele”, prestigiando essa instituição, “fonte ética perene” que forneceria aos homens “o princípio da ordem” e “a noção da autoridade”. Impunha-se, assim, defender a “família legítima e indissolúvel” como “alicerce da organização social” e “centro irradiador das energias e sentimento que caracterizam as raças” (v. transcrição em CARONE, *Terceira República*, pp.475-477. Embasando também na família “o princípio da ordem, a noção da autoridade”, ver o texto de Goffredo, datado de 1948, parcialmente transcrito em CALIL, *Integralismo*, p.271).

³⁰ Cf. CALIL, *Integralismo*, pp.237, 239-240 e 352. Há plena identidade, nesse ponto, entre a atuação parlamentar de Goffredo, suas palavras na publicação neointegralista “Idade Nova” em maio de 1948 e o trecho intitulado “Deus” no programa do PRP de 1945. De acordo com este documento, “o problema político dos povos é, antes de tudo, um problema religioso”; segundo o texto de 1948, “as soluções políticas são decorrências de soluções religiosas” (comparem-se, aqui, as transcrições constantes de CALIL, *Integralismo*, p.239, e CARONE, *Terceira República*, p.481).

³¹ Talvez fosse parte de tal estratégia, inclusive, o frequente recurso ao pensamento católico- que levou Goffredo até mesmo a ser acusado, por um jornal pernambucano, de plagiar passagens de Jacques Maritain (cf. “Clima novo, velhas torturas”. *Jornal Pequeno* n.162, 22/7/1946, p.5).

³² Cf. os Requerimentos 182/1947 e 496/1997 do parlamentar. Em uma breve biografia escrita provavelmente ao gosto do biografado, atribuiu-se também a Goffredo, como grande feito “no terreno espiritual” (sic), “a introdução da palavra ‘Deus’ no preâmbulo da Constituição” de 1946 (v. ANÔNIMO, “Professor Goffredo”, p.48. No mesmo sentido a notícia “Pedido de decretação da Magna Carta em nome de Deus”. *A Cruz* n.14, 07/04/1946, p.4). Sobre a dedicação do deputado a esse tipo de causa, v. também CALIL, *Integralismo*, pp.239-240. Vendo na proposta goffrediana de “entronizar a imagem de Cristo na Câmara” uma “leviandade que blasfema”, seu ex-correligionário Gerardo Mourão afirmava que “O ‘catolicismo’ integralista ou é ingenuidade ou esperteza” (“Eu acuso Plínio Salgado”. *Diário da Noite* n.7.193, 18/5/1948, p.5). Para o deputado e jurista Hermes Lima, o “integralismo, na pessoa do sr. Goffredo Teles”, buscava sobreviver “explorando a religião”- impondo-se expor à luz esse “jogo dos integralistas” (“Denunciada a tática integralista de exploração dos sentimentos religiosos do povo”. *Diário Carioca* n.5.798, 24/5/1947, p.2).

frisemos- necessitava fabricar com estridência fatos políticos novos, para assim ganhar espaço nos mares do conservadorismo católico e, lavando-se neles, reconstruir a imagem pública do movimento³³.

O relevo de Goffredo para os neointegralistas reflete-se até hoje no imaginário do movimento³⁴. Sua imagem de representante deste lhe ocasionava, então, a hostilidade não só de lideranças comunistas³⁵, mas também de liberais muito distantes da esquerda³⁶, como Carlos Lacerda³⁷. Ridicularizando-o com as ofensas aplicadas aos “camisas-verdes” do Integralismo, Lacerda descrevia Goffredo como “esse outro galinha-verde”³⁸, “demagogo” e “antigo integralista metido na chapa do PSD paulista”³⁹.

³³ Sem anteriores passagens por movimentos de feições fascistas e notoriamente oriundo de um catolicismo político tão sincero quanto conservador, Salazar não precisava *se promover como “clerical” sabotando o Estado Laico* de modo tão bombástico como tinham de fazê-lo o neointegralismo brasileiro do Pós-Guerra e sua vanguarda parlamentar. O que vemos aqui é o movimento pliniano, lutando contra ventos desfavoráveis, acentuar a sua tendência a “abusar da religião” para fins partidários- prática já denunciada nos anos 30 pelo Bispo de S. Carlos, D. Gastão L. Pinto (v. GONÇALVES, L.P. “O integralismo de Plínio Salgado”, p.267. Sobre o ditador português v. REBELO, J. *Formas de legitimação do poder no salazarismo*. Lisboa: Livros e Leituras, 1998, p.141).

³⁴ Cf. a “Carta à TV Cultura” subscrita por Victor Emanuel V. Barbuy, apresentando-se como Presidente Nacional da Frente Integralista Brasileira. Segundo Barbuy, tendo atuado “no Movimento Integralista, inicialmente na AIB e depois no PRP”, “o autor da *Carta aos brasileiros* jamais se tornou um anti-integralista, tendo apenas buscado outros caminhos para a divulgação de suas ideias quando o integralismo perdeu muito da força que antes tivera”. Isso explicaria, segundo tal líder neointegralista, a colaboração de Goffredo, “até o final de sua existência terrena”, com a “Casa de Plínio Salgado” (v. <https://integralismo.org.br/cotidiano/carta-a-tv-cultura-goffredo-telles-junior/>, acesso em 26/8/2024).

Sobre o uso da memória de Goffredo em movimentos políticos atuais, cf., porém, a advertência feita abaixo, na nota 61.

³⁵ V. TELLES JR., *A folha dobrada*, pp.224ss. Ridicularizado em textos jornalísticos simpáticos ao Partido Comunista, Goffredo era neles apresentado até como “o correligionário do finado Hitler” (cf., e.g., “Correia e Castro e Morvan condenados na Câmara”. *Tribuna Popular* n.511, 29/01/1947, p.2; e “Inconstitucional e falha a mensagem...”. *Tribuna Popular* n.449, 20/11/1946, p.7). Em meio a tiradas de humor, a revista “Divulgação Marxista” anunciava que iria refutar as “impagáveis tolices do integralista Goffredo” (cf. *Tribuna Popular* n.349, 11/7/1946, p.6).

³⁶ Cf., por exemplo, as referências às manifestações do líder da UDN, Prado Kelly, reproduzidas em “Tópicos & notícias”. *Correio da Manhã*, 23/5/1947, p.4, e em “O mundo em marcha”. *Revista da Semana* n.29, 17/7/1948, p.5.

³⁷ Destacado jornalista, intelectual e militante antigetulista, este orador agressivo e carismático, egresso do marxismo, tornou-se uma das principais lideranças da direita liberal no Pós-Guerra. Sua permanente invocação da democracia não o impediu de tentar reverter, com golpes militares, resultados eleitorais favoráveis a seus adversários nas décadas de 50 e 60. Ativo participante do Golpe de 64, não conseguiu chegar à presidência depois dele- tão logo se tornou incômodo ao regime, foi proibido de exercer funções políticas e até preso. Sobre sua aversão aos integralistas, v., e.g., CALIL, *Integralismo*, pp.104, 362, 372 etc.

³⁸ Tal insulto vinha de diferentes pontos do espectro político. Após ouvir que Goffredo, como orador, gerara “uma peça de ouro”, Plínio Barreto teria retrucado que haveria ali “um bom tipo de galinha-verde, que põe ovos de ouro” (“Sobre assuntos municipais”. *A Manhã* n.50, 11/4/1946, p.3). Em 1949, para caçoar de um ato solene do PRP com Plínio Salgado e Goffredo, militantes de esquerda soltaram “galinhas pintadas de verde” e “espalharam milho pelo chão” (“Tentaram os comunistas impedir a (...) reunião do PRP”. *O Diário* n.208, 07/9/1949, p.7).

³⁹ LACERDA, *Na Tribuna da Imprensa*, p.55- em texto datado de fevereiro de 1946. Como mostra o *Diário Carioca* (n.5653, 28/11/1946, p.1), era notório que Goffredo, “eleito pelo PSD”, pertencia “na verdade (...) ao Partido de Representação Popular, sucessor da Ação Integralista Brasileira”. Confirmado por petições do PSD à



Afirmado que o deputado “fizera” em um discurso “sua confissão pública de integralismo”, um cronista parlamentar duvidava das inclinações democráticas dos apoiadores de Plínio Salgado: “Democratas assim” teriam sido “também Benito Mussolini” e até Hitler, propunha-se como resposta⁴⁰. Mesmo “inclinados à resignação”, “o sr. Salgado e seus numerosos ‘fans’” não seriam sinceros adeptos do pluripartidarismo⁴¹. Tanto sua visão dos partidos, quanto seu “corporativismo”, revelariam “idéias em tudo análogas às que Mussolini implantou”- ainda que “o sr. Goffredo” achasse que nada teriam “de comum com o fascismo”⁴².

O campo político de Goffredo era mesmo, porém, o de Plínio Salgado⁴³. Daí sua adesão, sincera e voluntária, ao partido neointegralista surgido no Pós-Guerra, o “Partido de Representação Popular” (PRP). Neste, sua ortodoxia integralista parece não ter gerado maiores dúvidas: em momentos de crise, Goffredo chegaria a ser visto como um potencial sucessor do *Chefe Nacional*⁴⁴.

Nesses novos tempos, as crenças corporativistas de Goffredo tinham pouco espaço para avançar⁴⁵. Com a derrota do Eixo⁴⁶, a revalorização do discurso individualista e a crescente

Justiça Eleitoral, esse óbvio vínculo não foi ocultado sequer nas memórias do jurista (v. TELLES JR., *A folha dobrada*, p.223).

Os integralistas já se queixavam dos “insultos e calúnias” da “imprensa (...) liberal-democrática” antes da Segunda Guerra (cf. o “Manifesto de Maio de 1939”, de Plínio Salgado).

⁴⁰ “Integralismo, orçamento e mídia”. *Diário Carioca* n.5.654, 29/11/1946, p.3. Sobre Goffredo como “deputado declaradamente integralista”, v. *Diário Carioca*, 09/07/1948.

⁴¹ “Os extremos se tocam”. *Diário Carioca* n.5.653, 28/11/1946, p.3.

⁴² Idem, ibidem. Frente ao jurisconsulto e deputado socialista Hermes Lima, que atribuía aos integralistas da AIB e do PRP uma “filosofia totalitária” inspirada por “Roma e Berlim”, Goffredo teria mesmo afirmado: “se existe um partido anti-fascista, é justamente o Partido de Representação Popular” (“Preferência para o integralismo”. *Correio da Manhã* n.15.949, 30/10/1946, p.1).

⁴³ Não por acaso, ainda em 1957 Goffredo e seus correligionários do PRP podiam ser chamados quase que naturalmente de “integralistas”, em mornas matérias jornalísticas sobre nomeações no Município de São Paulo (cf. “Os integralistas estão arredios”. *Diário da Noite* n.10.018, 25/09/1957, p.3).

⁴⁴ Sobre a proposição do nome de Goffredo para substituir Plínio Salgado após um escândalo envolvendo o genro deste último, cf. BERTONHA, *Plínio Salgado*, p.309- que situa o jurista entre os “adeptos e amigos mais fiéis” que compareceriam, muitos anos depois, ao velório do antigo líder (pp.363-364). Sobre o destacado papel de Goffredo nos atos públicos e nas convenções nacionais do PRP, cf. “A próxima convenção”. *A Noite* n.12.397, 22/10/1946, p.8; “Instala-se hoje a 2a Convenção Nacional do PRP”. *Diário da Noite* n.4.232, 24/10/1946, p.2; e “Tentaram os comunistas impedir a (...) reunião do PRP”. *O Diário* n.208, 07/9/1949, p.7.

⁴⁵ Talvez isso explique seu esforço para dizer que as abandonara com “o passar dos anos”, tendo “logo” (sic) entendido as desvantagens de uma Câmara Corporativa (v. TELLES JR., *A folha dobrada*, pp.112-113).

⁴⁶ O Integralismo tendia a combinar a defesa do corporativismo e a simpatia (em variáveis graus) pelos regimes europeus do Eixo. Um dos principais líderes do movimento- Gustavo Barroso, autor da obra antissemita “A Sinagoga Paulista”- distinguia o “Corporativismo” do sindicalismo vulgar, definindo aquele como “a organização de todos que trabalham em cooperação”, constituindo “pessoas de direito publico, em cuja solidariedade material, fraternidade espiritual, liberdade, dignidade e homogeneidade desaparece a luta de classes”. Trazendo tal cooperação e outros elementos inovadores, o Integralismo teria tornado antiquados tanto o liberalismo como o comunismo- “As classes em luta do marxismo são da época do lenço de rapé” (BARROSO, G. “O que é o integralismo”. *O Nacionalista*. Araraquara, Ano I, n.4, 27/01/1935, fl.1- com reprodução em CAVALARI,

influência cultural norte-americana⁴⁷, o Estado Corporativo havia perdido prestígio, deixando de exercer protagonismo no debate constitucional brasileiro. Se não faltavam juristas e políticos que achassem importante conservar, na esfera das relações de trabalho, instrumentos corporativistas de proteção dos trabalhadores e de gestão de conflitos sociais⁴⁸, a representação político-corporativa já caminhava para desaparecer do plano constitucional⁴⁹: objeto de fascínio à época da Constituição democrática de 1934, ela não ressurgiria, com igual intensidade, na redemocratização em 1945/1946⁵⁰.

Dentro desse quadro, o ex-“Chefe Nacional”, Plínio Salgado, passou a apresentar, em seu novo partido, a representação classista como uma questão programática menor e uma meta adiável⁵¹. Mesmo o ex-“Chefe de Doutrina” dos integralistas, o jusfilósofo Miguel Reale, agora descartava o Corporativismo. Lembrando seu voluntário exílio na Itália de Mussolini-eufemisticamente descrito como “minha viagem à Itália”⁵²-, Reale afirmou que lá tivera “a oportunidade de ver o corporativismo. Não nos livros, mas na realidade burocrática decepcionante. Desde então me convenci da inviabilidade de qualquer representação de tipo corporativo, sem a espora de um partido único aparente ou oculto, dominando-se (as) forças do Estado com o sacrifício das liberdades individuais”.⁵³

Integralismo, p.229).

⁴⁷ Mesmo os integralistas, na formação de seu novo partido (o PRP), passaram a defender, ao lado do anticomunismo usual, a “Confraternização Americana” como base dos posicionamentos internacionais (cf. o Ponto 102 de seu programa, referido por CALIL, *Integralismo*, p.158).

⁴⁸ Sintomaticamente, mesmo abrigados em um “Partido da Representação Popular”, os integralistas agora se focavam mais em temas como “a ampliação do âmbito da Justiça do Trabalho” e a defesa, em tese, de uma autonomia sindical que na prática esvaziavam, rejeitando em 1948 o restabelecimento das eleições sindicais (cf. CALIL, *Integralismo*, pp.336-7).

⁴⁹ É importante lembrar que, mesmo à época do Estado Novo, não faltaram liberais que propalasses a sinonímia entre Corporativismo e Fascismo: um deles dizia temer, em 1939, um (imaginário) alinhamento de Vargas aos integralistas, mediante o “compromisso” de adotar “um puro Estado Corporativo, isto é, de fascitizar em regra o Brasil” (OLIVEIRA, A. de S. “Diagrama”. *Escritos políticos*. S.Paulo, Arx, 2002, p.530).

⁵⁰ O Ato Adicional de 28 de fevereiro de 1945 (cf. suas alterações aos arts.46 e 48 da Constituição) e o texto produzido pela comissão de juristas encarregada de esboçar a nova legislação eleitoral (cf. sua transcrição em CARONE, *Terceira República*, pp.165-172) já indicavam o desprestígio da representação política corporativa, que não seria prevista na Constituição de 1946.

⁵¹ Cf. CALIL, *Integralismo*, p.119. Sobre a crença de outro integralista, Olbiano de Melo, na impraticabilidade da solução nacional-corporativa no Pós-Guerra, cf. BERTONHA, *Plínio Salgado*, p.326.

⁵² V. sua declaração- feita ao “Diário de Notícias” em 1945- transcrita em CALIL, *Integralismo*, p.97. No mesmo tom, REALE, *Memórias*, v.1, p.141.

⁵³ *apud* CALIL, *Integralismo*, p.97. Décadas depois dessa declaração, em suas “Memórias”, o autor tentaria se afastar do “corporativismo de tipo fascista”, passando ao leitor a impressão de que este seria, como uma “perversão”, algo no fundo distinto do “corporativismo puro pelo qual optara” (REALE, *Memórias*, v.1, p.93).



3. Na Constituinte, Goffredo da Silva Telles Jr. fez a defesa do município⁵⁴, visto pelo neointegralismo como corporação de famílias⁵⁵. O ambiente não era, em todo caso, favorável ao Corporativismo como ideologia de aplicação geral. A perda de protagonismo da representação política corporativa se evidenciava até no manifesto de lançamento do partido sucessor da Aliança Integralista Brasileira, o neointegralista “Partido de Representação Popular” (PRP), também liderado por Plínio Salgado⁵⁶.

Em suas memórias, Telles Jr. descrevia o surgimento do PRP como um fato distante e já concluído: provocada por um singelo telefonema, sua adesão surgia quase que como um simples reencontro com antigos “companheiros”, com “caros amigos de antigas campanhas, na Ação Integralista Brasileira”⁵⁷. O fato, porém, é que a “Carta de Princípios” do novo partido dava impressão bem diversa. O texto acumulava frases em estilo semelhante ao de Goffredo, expressões típicas do jurista e ideias que ele continuaria apresentando ao longo da sua vida⁵⁸.

Saturado de formulações jusfilosóficas, o texto trazia passagens que soavam a *aulas de Introdução ao Estudo do Direito*. Era um manifesto que *incessantemente ensinava, em tom professoral*. O eleitor-destinatário devia aprender, por exemplo, o que era abuso de direito- e o redator, mestre consumado, fazia isso mais fácil, mostrando-lhe que o “absoluto” direito do dono sobre um automóvel não o autorizava, porém, a “dirigir seu carro por cima das calçadas”⁵⁹.

⁵⁴ Sobre o municipalismo do jurista, cf. ANÔNIMO, “Professor Goffredo”, p.48; CALIL, *Integralismo*, p.221; e TELLES JR., *A democracia no Brasil*, pp.31ss e 73. Para uma comparação com o papel atribuído ao município na constituição corporativista do regime de Salazar, v. FREITAS DO AMARAL, “Corporativismo, Fascismo e Constituição”, p.84.

⁵⁵ Cf. a “Carta de Princípios” do Partido da Representação Popular (1945) em CARONE, *Terceira República*, p.476. Segundo tal documento, como “As famílias (...) não são autárquicas” e “Umam necessitam das outras”, desenvolvem “relações de vizinhança”, das quais “surtem os municípios, que são as células da nação” (idem, *ibidem*).

Esse atar dos municípios às “famílias” já havia sido comum na Ação Integralista e em movimentos antidemocráticos europeus do Entreguerras (v., e.g., CAVALARI, *Integralismo*, p.15, e, sobre a Espanha de Primo de Rivera, PINTO, “Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária”, p.34). Em um livro de 1965 Goffredo ainda imaginaria o “povo de cada Município” como “um organismo social” composto não de “indivíduos humanos”, mas de grupos sociais. Entre estes, ainda estariam os “grupos domésticos” constituídos por “uma família (...) e por todos quantos residam no domicílio familiar e se achem sujeitos à disciplina doméstica” (TELLES JR., *A democracia no Brasil*, p.33).

⁵⁶ Segundo Bertonha (v. *Plínio Salgado*, pp.280 e 305), hesitações à parte, Salgado teria discretamente comandado o processo de reorganização integralista para garantir seu controle sobre a nova estrutura partidária. Dentro dela ele teria reconstruído, “em boa medida, a velha Ação Integralista”.

⁵⁷ TELLES JR., *A folha dobrada*, p.223. Essa versão dos fatos já estava preparada por Goffredo pelo menos desde 1996 (v. sua entrevista em BRAGA, “Problemas da representação”, p.118).

⁵⁸ Há trechos inteiros que simplesmente se repetem- o final do art.1. de um projeto constitucional de Goffredo publicado em 1965 é, por exemplo, idêntico a frases do anterior documento integralista (cf. TELLES JR., *A democracia no Brasil*, p.63, c/ a “Carta...”, em CARONE, *Terceira República*, p.468).

⁵⁹ Cf. o trecho da “Carta de Princípios” reproduzido em CARONE, *Terceira República*, p.473. Certo tom professoral transparece na Carta, também, em passagens sobre a correlação direitos/obrigações, a definição de



Em breve exame de modernos sites e blogs neointegralistas, percebe-se que a memória interna do movimento ainda aponta Goffredo como o principal autor da “Carta de princípios” de 1945, ainda que também mencione certa participação do “Chefe Nacional”, Plínio Salgado (verossímil “in casu” e de conveniente admissão em uma corrente política com “Führerprinzip”)⁶⁰. Todos esses indícios convidam-nos- com as devidas precauções⁶¹- a duvidar um pouco dos relatos do autor sobre sua suposta distância do processo de reconstrução do integralismo- não estaria ele, à época da redação de suas memórias, mais interessado em resguardar sua *imagem de democrata-modelo* construída nos anos 70 do que em destacar sua associação a Plínio Salgado?

Frisando que o trabalho devia libertar⁶², a “Carta de Princípios” exaltava-o como forma de domínio humano sobre “a matéria e as forças cósmicas” e via de estreitamento dos “vínculos da fraternidade universal”⁶³. “Empreiteiros do progresso humano e da grandeza nacional”, os trabalhadores deveriam ficar livres da “submissão servil” criada “pelo capitalismo materialista”⁶⁴. O PRP não lhes ensinaria, porém, “os métodos da covardia, da vingança e do ódio”, que seriam próprios do comunismo e “contrários à natureza humana” – um desejo de evitar confrontos de classe marcaria a posição do partido, inclusive face ao direito de greve⁶⁵.

O partido dizia querer o trabalhador como um homem livre, “de olhar iluminado”, “capaz de influir diretamente nas decisões do governo”⁶⁶. Segundo a Carta de Princípios, o

“liberdade” e os fundamentos da propriedade (cf. pp.468, 470 e 472).

⁶⁰ Para evidências do “Führerprinzip” no Integralismo, cf., e.g., CAVALARI, *Integralismo*, pp.53, 55, 189 etc. Segundo um “site” neointegralista, “Escrita por Goffredo Telles Junior com a colaboração de Plínio Salgado, a Carta retoma muitas passagens e teses dos manifestos integralistas e dos livros dos dois autores, aperfeiçoando-as e expandindo-as. É um resumo sistemático dos principais pontos da Doutrina Integralista.” (<https://integralismo.org.br/documentos/carta-de-prncipios> - último acesso em 26/8/2024).

A tese da autoria goffrediana lastreia-se também em fontes do PRP localizadas por um destacado pesquisador da história desse partido, Gilberto Calil (cf. CALIL, *Integralismo*, p.156, n.165). Além disso, nós mesmos encontramos em um periódico a referência a uma carta- atribuída a Goffredo- que praticamente confirmaria essa mesma tese (“Um dia depois do outro. Posta restante”. *Correio Paulistano* n.28.136, 24/12/1947, p.1).

⁶¹ Convém advertir, aliás, que própria glorificação do finado Goffredo no meio jurídico torna conveniente, ao neointegralismo contemporâneo, ressaltar ainda mais a influência desse pensador na construção do PRP, visto como ponte entre o grande partido dos anos 30 e seus diminutos sucessores de hoje.

⁶² V. “Carta...” in CARONE, *Terceira República*, p.474.

⁶³ “Carta...” in CARONE, *Terceira República*, p.473.

⁶⁴ “Carta...” in CARONE, *Terceira República*, p.474.

⁶⁵ Uma análoga antipatia às greves já levava, na experiência ditatorial lusitana, a um desejo de usar a constituição para torná-las ilícitas (v. ROSAS, F. “O corporativismo enquanto regime”. *Corporativismo, fascismos, Estado Novo* (F. Rosas e A. Garrido coord.). Coimbra: Almedina, 2012, p.27).

Sobre a oposição de Goffredo, quando parlamentar neointegralista, ao direito de greve cf, BRAGA, S.S. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946*. Brasília: CDI/Câmara dos Deputados, 1998, v.2, p.670.

⁶⁶ “Carta...” in CARONE, *Terceira República*, p.474-5.

“grupo profissional” deveria “ser considerado, como a família, um grupo natural”⁶⁷, um núcleo gerado pela “organização espontânea da sociedade”⁶⁸. Mas onde ficava, agora, a enfeitada ponte fascista entre a atuação política desse nebuloso trabalhador genérico e seu órgão corporativo?

Isso a Carta não dizia, limitando-se o programa partidário a uma rápida e vaga menção à “manifestação da autêntica vontade nacional, com a representação das correntes partidárias e das classes produtoras”⁶⁹. Talvez razões estratégicas expliquem essa timidez. O PRP precisava distinguir-se do fascismo em alguns pontos centrais deste⁷⁰. Além disso, os sindicatos haviam-se tornado um inóspito areal para o neointegralismo- tendiam a ser controlados pelos getulistas ou mesmo, em fins dos anos 40, pelos comunistas⁷¹.

Como voz parlamentar do adocicado neointegralismo do Pós-Guerra, Goffredo- assim como o neointegralista “Partido de Representação Popular”⁷² com que veio a identificar-se falava frequentemente de “democracia”⁷³. Sua visão negativa da capacidade popular e das eleições democráticas no Brasil seguia, porém, evidente. Em 1947, o jurista e deputado destacava serem “os países incultos (...) como as crianças”⁷⁴; cerca de duas décadas depois, em um livro favorável ao Golpe Militar de 1964, afirmaria: “em cada eleição, o Brasil piora”⁷⁵.

⁶⁷ Na parte intitulada “A Família”, ela e o “grupo econômico ou profissional” eram definidos como “os *grupos naturais* da sociedade”. A ideia era retomada na parte “O Grupo Profissional”, onde se frisava que “a sociedade” se teria dividido, “naturalmente, em grupos de trabalho”. Por mais banais que fossem, todos esses trechos e concepções repetiam o teor de escritos anteriores de Goffredo (cf., por exemplo, TELLES JR, G. da S.- *Justiça e jury no estado moderno*. S. Paulo: RT, 1938, pp.93-95).

⁶⁸ “Carta...” in CARONE, *Terceira República*, p.476.

⁶⁹ Apud CALIL, *Integralismo*, p.119.

⁷⁰ Politicamente conveniente, tal distinção também importava no plano jurídico: sucedendo a Ação Integralista em um ambiente hostil, o partido tinha de afastar-se do que parecesse “totalitário” inclusive para defender-se melhor contra represálias parlamentares e contra pedidos de cancelamento de registro na Justiça Eleitoral (cf. “Apresentada a defesa do partido integralista”. *Correio da Manhã* n.17.004, 24/8/1948, p.3; “Eu acuso Plínio Salgado”. *Diário da Noite* n.7.193, 18/5/1948, p.1). Sobre a tentativa de Goffredo de negar as inclinações totalitárias do PRP apresentando-o até como “antifascista”, v. “Debates na Câmara”. *Correio da Manhã* n.15.949, data pouco legível (30/10/1946?), p.1.

⁷¹ Sobre a percepção, no movimento, de um certo avanço dos comunistas no meio sindical, cf. CALIL, *Integralismo*, pp.337-338. Sobre as dificuldades do Integralismo para se impor no meio operário, cf. MAIO e CYTRYNOWICZ, “Ação Integralista”, p.52.

⁷² Sobre a sua condição de partido sucessor da AIB na defesa do Integralismo, cf.- além de Reale. M. *Memórias*, v.1, p.216- o relevante estudo de CALIL, *Integralismo*, pp.142ss., 159ss, 198ss etc.

⁷³ Esse uso estratégico- e algo solto- do termo “democracia” já ocorria, por sinal, no Integralismo dos anos 30. Citando Pareto, o ideólogo oficial da AIB admitia, em obra datada de 1934, que convinha mesmo “usar, em benefício próprio e com outro intuito”, uma palavra tão associada “à ideia de aprovação”. Não surpreende, pois, que Miguel Reale ousasse descrever em 1936 a Alemanha hitlerista (!) como um lugar que acolhia o “ideal da Democracia Corporativa”. Ou que afirmasse, em 1937: “de maneira alguma colide com o regime democrático o nosso ardente desejo de ordem, de disciplina e de hierarquia” (v. REALE, “O Estado Moderno”, p.61; “Nós e os fascistas da Europa”, p.226; e “Integralismo e democracia”, p.245).

⁷⁴ Apud CALIL, *Integralismo*, p.324.

⁷⁵ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.17.

O diagnóstico do jurista embasava-se, em primeiro lugar, em seu declarado ascot moralista à demagogia e à corrupção⁷⁶ – o qual não o impediu, porém, de aceitar um alto cargo justamente do líder carismático então popularmente associado à divisa “Rouba, mas faz”⁷⁷. Em segundo lugar, Goffredo justificava sua crítica às eleições brasileiras no suposto artificialismo das instituições democráticas nacionais, ao menos na sua forma usual: existiria um teatro da representação sem representação efetiva, viva e concreta⁷⁸.

Na “Carta de Princípios” e nos livros de Goffredo não faltam metáforas organicistas⁷⁹, apelos à “realidade”⁸⁰ e à “vida”⁸¹, invocações da “natureza das coisas” e da “natureza humana”⁸², críticas à “massa”⁸³ e ao individualismo⁸⁴. Na “Carta” neointegralista se evidencia,

⁷⁶ cf. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.16.

⁷⁷ Sobre seu período de subordinado direto de Adhemar de Barros, após ter sido nomeado Secretário Municipal em 1957, v. TELLES JR., *A folha dobrada*, pp.488ss. e 538. Mesmo defendendo Adhemar, Telles Jr. admite, quanto a seu antigo aliado e superior imediato, que havia uma “confusão incorrigível, por ele mantida, entre o dinheiro *seu* e o dinheiro *do Governo*” (TELLES JR., *A folha dobrada*, p.489). Sobre o “Rouba, mas faz”, ver além da referência indireta de Goffredo (TELLES JR., *A folha*, p.454)- as numerosas menções na imprensa na época (por exemplo, em “Adhemar em ‘Preto no Branco’”. *Última Hora* n.3643, 11/05/1962, p.10) e mesmo a divertida canção adhemarista que tentava, em benefício do político, associar sua imagem pública de corrupto a seu dinamismo administrativo e sensibilidade social (*Caixinha do Adhemar*, em <https://youtu.be/aezbNb1L9LM?si=m3KTRV9uAKjaxDKe>, com acesso em 24/8/2024). Sobre os meios de cooptação, por Adhemar, do partido de Goffredo e de Plínio Salgado- o neointegralista “Partido de Representação Popular”- cf. ainda BERTONHA, *Plínio Salgado*, p.333-334.

⁷⁸ Cf., entre várias outras passagens, TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.29.

⁷⁹ Cf. a “Carta ...” in CARONE, *Terceira República*, pp.469, 476 e 477. Cf. também TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.24, 33, 53, 96, 105, 182, 187 etc; TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.31, 32 e 58; e TELLES JR., “Resistência violenta”, pp.107 e 110 (na ed.1965).

⁸⁰ Cf., e.g., TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.88, 91-92, 95, 96, 102, 107 etc.; e TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.13ss, 19, 28, 30, 35, 46, 49, 58, 61 etc. Em 1965, no preâmbulo de um “Projeto de Constituição realista para o Brasil”, Goffredo escreveria: “o Brasil é uma realidade que não pode ser contrafeita por mitos constitucionais” (cf. TELLES JR., *A democracia*, p.61).

Compartilhada por diversas correntes ideológicas, essa fixação no que seria a (no fundo, muito diversamente imaginada) “realidade” não era exclusiva do antiliberalismo católico (v., por exemplo, o trecho do líder fascista Giuseppe Bottai transcrito em ALPA, “La costruzione del corporativismo”, p.293).

⁸¹ Cf., por exemplo, TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.58; e *Justiça e jury*, p.256. O truque de apelar vagamente à *espontaneidade da vida* ou aos *atos vividos* não foi inventado pelo Integralismo, mas era nele frequentemente empregado- segundo o ideólogo oficial da AIB, com o triunfo do “Fascismo”, “as soluções foram brotando dos fatos profundamente vividos da experiência de todos os dias” (REALE, “O Estado Moderno”, p.122).

⁸² Cf. a “Carta...” in CARONE, *Terceira República*, pp.467, 471, 472-3 e 478. Cf. ainda TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.31, 33, 49, 52, 63-64, 73, 84-85, 107, 117 etc.; e TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.42 e 45. Analisando a invocação da *natureza das coisas* nos juristas do nazismo, já mostrava Rùthers que ela servia sobretudo para mascarar motivações ideológicas, fazendo passar por vinculantes *imposições da realidade* meros reflexos de uma unilateralíssima concepção de mundo (cf. *Entartetes Recht*, pp.203-204).

⁸³ Cf. a “Carta...” in CARONE, *Terceira República*, pp.478-9, e TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.15 e 36.

⁸⁴ Cf., por exemplo, TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.31 e 99. Cf. também a “Carta” in CARONE, *Terceira República*, pp.469, 478 etc.



sobretudo, uma forte repulsa à “massa”, vista como “dócil instrumento a serviço dos politiquinhos”⁸⁵.

Tal repulsa era manifesta em Goffredo. Quando voltou a atacar, em um livro de 1965, o sufrágio universal, acusou-o de ser o “sistema da amassadeira”, que desfigurava “o povo, transformando-o em massa”⁸⁶. Tal “massa”, na “liberal democracia”, recusava sistematicamente “quase todos os candidatos mais idôneos, mais capazes e mais competentes”, afastando do poder as “elites morais” e a “aristocracia intelectual” da “Nação”⁸⁷ - grupo em que talvez se visse o jurista e ex-deputado⁸⁸.

Se o sufrágio universal da liberal-democracia - que “faz *tabula rasa* de tudo quanto divide a sociedade em grupos de interesse ou em corpos sociais”⁸⁹ - fracassou no Brasil⁹⁰, para que insistir na “tragicomédia dos partidos políticos e do sufrágio universal”⁹¹? O Parlamento nada mais era, na verdade, do que a “cúpula do castelo mitológico do liberalismo”⁹². Cega à real “estrutura grupalista” da sociedade brasileira, a Constituição democrática de 1946 era, pois, um estorvo, pois tratava o povo, com o “sufrágio universal”, como mera “massa”⁹³.

⁸⁵ Cf. “Carta...” in CARONE, *Terceira República*, p.479.

⁸⁶ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.15 (sobre a “amassadeira”, cf. também pp.8, 28 e 36). Ainda em 1996, ao exaltar “o Integralismo” como “a doutrina de uma Democracia realista” (sic), o jusfilósofo voltaria a investir contra “o mito demagógico da representação política da *massa*” (apud BRAGA, “Problemas da representação política”, p.115).

Curiosamente, a posição aqui não destoa de todo da assumida pelo ditador Salazar em uma entrevista dada em 1958 ao *Le Figaro*: “se a democracia consiste em acreditar que o Poder encontra a sua origem na massa e que o Governo deve ser obra da massa e não do escol, então, efectivamente, eu considero a democracia uma ficção. Não creio no sufrágio universal (...)” (apud TORGAL, *Estados*, v.1, p.349. Sobre o salazarismo como espaço de um *fascismo de cátedra* próprio para uma *ditadura bélico-escolástica*, v. as opiniões de Unamuno transcritas em TORGAL, *Estados*, v.1, p.294).

⁸⁷ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.17-18.

⁸⁸ O jurista se queixa, por exemplo, da ignorância jurídica dos “legisladores” e defende a inserção de “jurisconsultos” e “filósofos do Direito” dotados de cátedra em um restrito “Colégio Eleitoral”(cf. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.11 e 55).

⁸⁹ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.8.

⁹⁰ Cf. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.28 – que acrescenta: “e, evidentemente, em muitos outros países também”.

⁹¹ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.13- parecendo ainda ecoar, aqui, o discurso da extrema direita do Entreguerras, expresso nas “Perspectivas Integralistas” de 1936 (v. REALE, “Perspectivas”, p.35), no “ABC do Integralismo” de 1935 (v. REALE, “ABC”, p.185) e na “Cartilha do Integralista Brasileiro” de 1933 (apud REALE, “Integralismo”, p.247). Em texto de 1938, Goffredo já receava que “o velho tabu do sufrágio universal” fizesse o “Estado Moderno” *decair* “até o caos do liberalismo” (TELLES JR., *Justiça e jury*, p.110).

⁹² TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.13.

⁹³ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.35-36. Sobre as concepções “grupalistas” de sociedade do Integralismo e do Fascismo, cf. REALE, “O Estado Moderno”, pp.152 e 155.



4. O relativo predomínio da esquerda nas faculdades de Ciências Humanas da década de 60 em diante⁹⁴ teve óbvios reflexos nos estudos sobre a Ação Integralista Brasileira. Já corroída pela usual associação da AIB ao nazifascismo, a imagem do Integralismo tampouco foi favorecida, nesse contexto, pela presença de seus antigos militantes na cúpula da ditadura pós-64. Ex-integralistas e ex-simpatizantes do movimento chegaram a ministérios⁹⁵ e reitorias- e talvez mesmo a posições ainda mais altas⁹⁶.

Após tal período, uma análise mais fria do Integralismo permitiu que surgissem novos enfoques e que passassem a receber mais atenção algumas importantes características do movimento⁹⁷. Novos trabalhos destacaram que a AIB havia sido, no Brasil, um dos primeiros partidos de massa e o maior deles antes de 1945⁹⁸. E lembraram-nos da notável capacidade do Integralismo de atrair jovens intelectuais antipáticos ao “establishment” da Primeira República e ao que dele sobrara após 1930⁹⁹.

Numerosos e dedicados, os jovens intelectuais integralistas apresentavam, muitas vezes, origens tendencialmente semelhantes. Em um país por décadas dominado pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, provinham não raro das tacanhas oligarquias dos estados menos influentes (como Ceará, Santa Catarina ou Rio Grande do Norte) ou de grupos sociais ainda sem muito espaço para ascender ou influir na vida política (filhos de imigrantes, profissionais de classe média, militares, funcionários públicos)¹⁰⁰. Se Goffredo, nos anos 30, distinguia-se de seus correligionários por vir do núcleo plutocrático da oligarquia de São Paulo¹⁰¹, a eles se

⁹⁴ SCHWARZ, R. *Cultura e política*. S. Paulo: Paz e Terra, 2001, pp.7-9.

⁹⁵ No Ministério da Justiça, a presença de ex-integralistas não se teria restringido ao notório caso do processualista Alfredo Buzaid- mesmo durante a chamada *Abertura* do regime teria sido ministro outro ex-adepto do movimento (cf. BERTONHA, *Plínio Salgado*, p.343).

⁹⁶ O suposto *passado integralista* de um dos membros da Junta Militar de 1969 teria sido registrado pelo próprio Plínio Salgado, em documentação analisada por J.F. Bertonha (v. BERTONHA, *Plínio Salgado*, p.351).

⁹⁷ Cf. SILVA, G.B. “A interpretação na história”. *Antíteses* v.3, n.6 (jul./dez. 2010): pp.1125-1127; e GONÇALVES, L.P. “Un ensayo bibliografico sobre el integralismo brasileño”. *Ayer* n.105.1 (2017): pp.246ss.

⁹⁸ A partir dessa nova literatura pôde-se inclusive superar a bruma dos preconceitos ideológicos e reconhecer um fato: Plínio Salgado, com a AIB, “conseguiu moldar um movimento de massas, fascista, num país ainda agrário e atrasado” (BERTONHA, *Plínio Salgado*, p.376. Sobre o tema v. também CAVALARI, *Integralismo*, p.34).

⁹⁹ Sobre o peso dos jovens no movimento, cf. CAVALARI, *Integralismo*, p.157, e sobretudo TRINDADE, *Integralismo*, pp.178 e 193. Sobre a efetiva relação de vários integralistas com o “establishment” pré-1930 cf., entretanto, também as ponderações de MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. S.Paulo: Cia. das Letras, 2001, pp. 133-4 e 139-140.

¹⁰⁰ Sobre o peso, na adesão à AIB, de fatores educacionais, regionais e de classe, cf., entre outros, TRINDADE, *Integralismo*, pp.163ss; BERTONHA, *Plínio Salgado*, p.188, e RAMOS, *Intelectuais*, pp.55ss, 78-79 e 97.

¹⁰¹ Aberto a pessoas de diferentes níveis de riqueza e status em um país muito desigual, a AIB logo percebeu que sua rígida hierarquia interna tinha de ser imposta ao militante e por ele internalizada. Segundo Plínio Salgado, cabia ao integralista “Ferir de morte a (própria) vaidade, aceitando muitas vezes o comando de um companheiro que tem uma posição social inferior à sua” (apud RAMOS, *Intelectuais*, p.85). Dentro desse quadro, o uniforme



assemelhava, contudo, no desprezo à herança constitucional da Primeira República e na fusão da militância política com os esforços literários.

Mais do que a má aplicação da ordem constitucional de 1891, era o seu caráter liberal-democrático que parecia causar repulsa a Goffredo. Feroz crítico da representação política demoliberal, o jurista já anunciava a falência do liberalismo em uma tese de 1938, intitulada *Justiça e Jury no Estado Moderno*¹⁰².

Fruto dos tempos do Estado Novo, essa “these de concurso para a cathedra de Direito Judiciario Penal” na Universidade de São Paulo tinha por questão central a compatibilidade ou não do júri com o “Estado Moderno”, que seria “anti-individualista”, fazendo “prevalecer o Social sobre o Nacional e o Nacional sobre o individual”¹⁰³. Caracterizado pela “organicidade”, tal modelo de Estado estaria sendo construído, com “normas redemptoras”, pelas “grandes nações do mundo actual, (já) debilitadas pelas praticas licenciosas do liberalismo”¹⁰⁴.

Não sendo “propriedade de nenhum partido e de nenhuma classe”, o “Estado Moderno” tampouco seria *totalitário* no “sentido inicial” dado ao termo por Mussolini¹⁰⁵. Goffredo, no entanto, registrava aqui a ocorrência de uma “evolução do fascismo”, que teria feito a própria “palavra *totalitario*” acabar se tornando “a qualidade distintiva” do “*Estado organico*”, na acepção de Antonio Navarra e Ugo Redanó.¹⁰⁶

devia apagar simbolicamente as diferenças de classe, vindo depois os ritos e as insígnias a imporem novas distinções (não muito distante de tal conclusão CAVALARI, *Integralismo*, p.197).

¹⁰² TELLES JR., G. da S. *Justiça e Jury no Estado Moderno*. S. Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

¹⁰³ TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.31-32. Não é de se descartar que a terminologia de Goffredo simplesmente copie, aqui, a do ideólogo oficial do Integralismo, cujas obras ele já lia à época. Poucos anos antes, Miguel Reale já optara por falar do “Estado Moderno” afastando-o da Idade Moderna: o “Estado Moderno” seria aquele que, no século XX, estaria suplantando o fracassado “Estado Liberal” (v.- além do livro *O Estado Moderno*, de 1934-REALE, “Perspectivas integralistas”, pp.57ss, e TELLES JR., *A folha dobrada*, pp.78 e 123).

¹⁰⁴ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.33. O autor não explicou quais eram essas “grandes nações” cujas “normas redemptoras” elogiava, por terem posto fim às “praticas licenciosas do liberalismo”. Imagine-se, porém, o leitor em 1938, que logo tudo lhe soará mais claro.

¹⁰⁵ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.31. Embora exalte o “Estado Moderno” como a “colmeia, onde impéra o espirito da sociedade”, o autor busca diferenciá-lo do “Estado Totalitario”- aquele seria, no fundo, essencialmente um instrumento dos homens; já este os instrumentalizaria, arvorando-se em *fim último* da existência humana (*Justiça e jury*, p.53).

¹⁰⁶ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.31. De onde Goffredo de fato tirou, em favor de um *fascismo supostamente mais evoluído*, essa dissociação do “totalitarismo”, é difícil saber- o livro de 1938 não indica as passagens de Navarra e Redanó. Em 1934, todavia, quatro anos antes de cair politicamente em desgraça e fugir para a Itália de Mussolini, Miguel Reale já divulgava, no Brasil, esses intelectuais fascistas e a sua *releitura não-totalitária* do regime do Duce (v. “O Estado Moderno”, pp.107, 131 e 138. V. também REALE, *Memórias*, v.1, p.90).

Muito menos famoso do que Rocco, Antonio Navarra é ainda hoje estudado, em seu país, como parte da “riflessione giuridica dell’Italia fascista” (v. ADINOLFI, “O corporativismo na ditadura fascista italiana”. *A onda corporativa* (A.C. Pinto e Martinho, F.P., org.). Rio de Janeiro: FGV, 2016, p.51).

Compreensível em uma tese destinada a um corpo docente não-fascistizado, esse dúbio distanciamento do fascismo não impedia o autor de ver no triunfo de Mussolini o fim da “ultima anarchia italiana”¹⁰⁷. Nem de reconhecer “a tendencia moderna dos Estados anti-liberaes (...) de abandonar o methodo do suffragio universal”, que fazia do “deputado eleito (...) um advogado que não conhece seu cliente”.¹⁰⁸ Afinal, já chegara o tempo de abandonar o “velho tabú do suffragio universal”¹⁰⁹, que entregava “o destino das sociedades ao capricho variavel das multidões livres”, à “vontade inconstante das maiorias ephemerass”¹¹⁰ e ao “eleitor, esse velho instrumento cego da machina liberal”¹¹¹. Vista como espelho da “famigerada doutrina do *Contracto Social*” e de um liberalismo amorfo que contemplaria “todas as idéas (...) com a mesma soberana indiferença”¹¹², a democracia liberal surgia no livro como uma espécie de farsa indigna e obsoleta¹¹³.

O principal acusado de *Justiça e Jury* é, sem dúvida, o liberalismo. Segundo Goffredo, ele “géra a tyrannia” na vida social¹¹⁴, mas também faz do Estado um “fantoche” e um “eunucho”¹¹⁵. Suas “practicass licenciosass”, no ver do autor, degradam e debilitam nações, afastando-as até da direção de Jesus Cristo¹¹⁶. Não se estranhe, pois, que o jurista transcreva, como modelares, até opiniões destinadas a favorecer a censura à imprensa¹¹⁷: a “liberdade” que tanto invoca estrategicamente muitas vezes não é a liberal.

“A experiencia liberal fracassou. Ella (...) esqueceu-se da verdadeira natureza das cousass”¹¹⁸. Socialismo e liberalismo não podiam dar certo, pois eram “theorias inventadas, artificiaes, architectadas arbitrariamente pelos homens”¹¹⁹ - ambas fundadas no erro de associar

¹⁰⁷ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.144. O mérito de extirpar a “anarquia” já fora, anos antes, atribuído a Mussolini e a Hitler pelo ideólogo oficial do movimento integralista (v. REALE, *O Estado Moderno*, p.110).

¹⁰⁸ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.44.

¹⁰⁹ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.110.

¹¹⁰ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.83. Por sinal, advertia o autor que “não pode haver maior ingenuidade do que a de se falar em *vontade do povo*” (p.90).

¹¹¹ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.108. Negando a possibilidade de todos os governados serem governantes, cf. *Justiça e jury*, p.49. Duvidando da capacidade do homem comum de saber o “que lhe é realmente útil”, v. *Justiça e jury*, p.50.

¹¹² V. TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.55 e 73.

¹¹³ Talvez seja sintoma dessa crença, também, a ausência, entre as funções primordiais do Estado, da viabilização de um autogoverno dos governados (cf. TELLES JR., *Justiça e jury*, p.18).

¹¹⁴ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.48.

¹¹⁵ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.51.

¹¹⁶ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.33.

¹¹⁷ V., por exemplo, a transcrição de Leão XIII feita em TELLES JR., *Justiça e jury*, p.128.

¹¹⁸ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.84.

¹¹⁹ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.88.



“a liberdade” à “ideia de independencia ou de *autonomia do individuo*”¹²⁰. Contra tal associação, Goffredo citava uma liderança intelectual do conservadorismo católico dos anos 30: “Não há liberdade contra a lei natural. (...) Numa sociedade organizada, cada grupo possui as suas funções e só dentro dellas é soberano. A liberdade encontra, portanto, um correctivo na lei natural que rege as funções de cada um desses organismos”.¹²¹

Em 1937, quando o governo queria obter apoio militar para o fechamento do Congresso e a revogação da Constituição democrática de 1934, um outro integralista, Olímpio Mourão Filho, redigira o chamado *Plano Cohen*- um documento no qual o Komintern e seus agentes no Brasil supostamente organizavam saques, depredações e assassinatos de autoridades¹²². Impressa no ano seguinte, a tese de Goffredo, escorando-se em uma encíclica papal, classificava o comunismo e o socialismo como “monstros medonhos e horríveis da sociedade humana”¹²³. Assim como as conexões familiares e a ascensão política de seu pai na ditadura de Vargas, esse anticomunismo do jurista pode haver contribuído para sua vida tranquila no Estado Novo, enquanto outros integralistas, menos prudentes ou apenas mais pobres, podiam acabar na cadeia ou no exílio.¹²⁴

Tratando do júri no “Estado Moderno”, a tese deixava subentendido que o Estado Novo se conectaria a tal classificação¹²⁵. O texto, no entanto, nem sempre favorecia tal regime ditatorial- pelo contrário, criticava-o por sua suposta moderação no expurgo da herança liberal-

¹²⁰ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.123 (grifado no texto original).

¹²¹ Trechos da “Política” de Alceu de Amoroso Lima (1932), transcritos por Goffredo em TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.126-127.

¹²² A fraude foi confessada posteriormente por quem a usara no Exército para preparar o Golpe de 1937- o General Góis Monteiro- e pelo próprio autor da documentação. Este último, chegando a general décadas mais tarde, teria importante participação no Golpe de 1964- imprecisamente descrito por Plínio Salgado, por essa mesma razão, como uma “aurora magnífica (...) despertada por um integralista” (apud BERTONHA, *Plínio Salgado*, p.341).

¹²³ V. TELLES JR., *Justiça e jury*, p.74.

¹²⁴ Ex-prefeito da cidade de São Paulo, “misto de empresário e de fazendeiro”, “figura alta e elegante”, o pai de Goffredo foi posto pela ditadura do Estado Novo na direção do poderoso Departamento Administrativo do Estado de S. Paulo (v. Reale, *Memórias. Destinos cruzados*, p.169). Com o ocaso do regime, converter-se-ia em um dos líderes estaduais de um grande partido de centro-direita (PSD).

Quanto aos Silva Telles que apostaram no Integralismo, ainda não localizamos evidência alguma de terem sofrido uma dura repressão- embora Marcel da Silva Telles, como Chefe Provincial, houvesse sido a “maior autoridade integralista do estado de São Paulo” (RAMOS, *Intelectuais*, p.101. Sobre Marcel como dirigente “arquiprovincial” v. também TRINDADE, *Integralismo*, p.340- que encontrou, no órgão diretivo “Câmara dos Quarenta”, mais um outro Silva Telles na cúpula da AIB, com o prenome Maurício- v. p.339).

¹²⁵ Essencialmente “anti-individualista” e “anti-liberal”, o “Estado Moderno”- assim como o Estado Novo de Vargas- não se apresenta como “propriedade” de um “partido” ou de uma “classe” (TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.31 e 266). O autor confessa ter pensado primeiro no “exame particularista” (do júri na ordem constitucional do Estado Novo brasileiro) e só depois disso haver ampliado o tema para o caso geral (o da “legitimidade do Jury”, como instituição, “dentro do Estado Moderno”). Assim teria evitado “limitar demasiado o campo” de suas observações (TELLES JR., *Justiça e jury*, p.30).



democrática. Até mesmo a “Polaca”, a Constituição de 1937 preparada por Francisco Campos¹²⁶ a partir de modelos antidemocráticos europeus, irritava o jovem integralista, por dizer que o poder político emanava do povo. Segundo Goffredo, essa “surpreendente anomalia (...) no primeiro artigo da constituição autoritária” destinada a “abolir o liberalismo no Brasil” estaria pondo em perigo o próprio “Estado Moderno” em construção, porque o assentava não na ética, mas sim no “velho tabú do suffragio universal”¹²⁷.

Cabia, porém, abandonar este último e enfim aceitar, na ordem constitucional, o que seria a “natureza das coisas”. Por sinal, ao lado da invocação incessante da “realidade”, o apelo à “natureza das coisas” era indispensável, na tese, para a sustentação das opiniões ideológicas de Goffredo¹²⁸. Credo poder passar do *ser* ao *dever-ser* a partir de seus juízos pessoais, o jovem jusfilósofo acreditava que o “reconhecimento” de uma “serie de realidades” estivesse modelando e devesse modelar “a política do Estado Moderno”¹²⁹. “Realidades” como a da “família”¹³⁰ e a da “classe profissional”- ambas “grupos naturaes da sociedade”¹³¹, desrespeitados por uma “democracia liberal” que mergulhara no “erro” da “atomização social” individualista¹³².

Como “nucleo entreado na organização natural da sociedade” e autêntica “cellula do corpo social”, a “classe profissional” teria surgido de um processo natural de divisão social, no qual “Cada homem” havia começado “a fazer aquillo que mais condizia com sua indole

¹²⁶ Sobre Campos e a Constituição do Estado Novo, v., além de SEELAENDER, “Francisco Campos”, a útil análise de SANTOS, “Ditadura”, pp.291ss.

¹²⁷ TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.70-71 e 110. É curioso observar o mesmo, jurista, décadas depois, criticando a “tirania do Estado Novo” e seus “déspotas” (v. TELLES JR., G. da S. “Pronunciamento”. *Revista da Faculdade de Direito* n.63 (1968), pp.410-411).

¹²⁸ O argumento da “natureza das coisas” é usado em ataques a Rousseau, à democracia, ao sufrágio universal e ao liberalismo. É também com ele que o autor embasa a defesa de instituições específicas, buscando ainda fundamentar suas opiniões políticas no Direito Natural e até mesmo em Deus (TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.31, 33, 49, 52, 63-64, 73, 84-85, 101, 107, 117 etc.). Sobre a função mascaradora do topos da “natureza das coisas”, v., porém, RÜTHERS, *Entartetes Recht*, p.203.

¹²⁹ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.96.

¹³⁰ Em uma sociedade vista como “união de famílias”, o “Estado Moderno” deveria “se curvar deante d’essa realidade”, a “realidade” da “família” como “sociedade doméstica”, de existência natural e incontornável (TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.91-92). Poucos anos antes, um célebre discurso do ditador português Salazar já apresentava a família entre as cinco “verdades indiscutíveis” da nova ordem antiliberal que se construía nos anos 30 (cf.ROSAS, F., “Saber durar”. *O Estado Novo* (F. Rosas org.). Lisboa, 1998, p.260). Sobre a valorização da família como *comunidade orgânica* e *estrutura natural* no regime de Vichy, v. VIELFAURE, P. “Note introductive au corporativisme sous Vichy”. *Korporativismus in den südeuropäischen Diktaturen* (A. Mazzacane, A. Somma e M. Stolleis, org.). Frankfurt a.M.: Klostermann, 2005, p.26.

¹³¹ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.92.

¹³² TELLES JR., *Justiça e jury*, p.92.



particular”¹³³. Configurados tais agrupamentos profissionais, deviam estes ser levados em conta na construção da ordem social e na própria estrutura do Estado, cabendo aqui uma “oficialização da espontânea organização social”¹³⁴.

No Estado Corporativo, os “partidos políticos”- “meros artificios de propaganda” e “criações artificiais de um regimen” liberal ou demoliberal- podiam enfim ser “substituídos pelos grupos de trabalho, cellulas naturaes da sociedade”¹³⁵. Pondo termo ao debate sobre essa forma típica de “Estado Moderno”, a Igreja já a teria definitivamente legitimado¹³⁶. A história recente comprovava que o Estado Corporativo também correspondia às “exigencias do tempo presente”¹³⁷, inclusive por rejeitar, na esfera da representação política, “a expressão liberal e chimerica de *povo uno*”¹³⁸.

Constituídas, ao que parece, por representantes sindicais dos trabalhadores e dos patrões¹³⁹, as corporações favoreceriam a harmonia no todo social. Harmonia que deveria imperar, também, dentro do próprio “Estado Moderno”, concebido como “Estado ethico”¹⁴⁰ (logo independente dos egoísticos interesses da burguesia) e “colmeia” de notável

¹³³ TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.93 e 95. A passagem em tela nos permite imaginar o nível de conhecimento histórico do jovem jurista e o grau de realismo de sua análise social.

¹³⁴ V. TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.45 e 96. Os trechos aqui atribuídos aos “detractores do suffragio universal” refletem a posição do autor no campo político, mas não suas opiniões específicas sobre o júri (cf. TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.45-46).

¹³⁵ TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.101-102. Tal substituição já era exigida, nesses anos, pelo “Chefe Nacional” da AIB e pelo ideólogo oficial desta (v. REALE, “Perspectivas integralistas”, p.64; REALE, “ABC do Integralismo”, pp.193ss. e 203-205; e- com referências a Plínio Salgado- REALE, “Integralismo e democracia”, pp.246-247). Que a Ação Integralista preconizava, à época, “a substituição de todos os partidos por uma organização corporativa”, isso veio a ser admitido expressamente pelo próprio Goffredo, nos embates parlamentares do Pós-Guerra (“Foi integralista...”. *Diário Carioca* n.5.653, 28/11/1946, p.3).

¹³⁶ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.104.

¹³⁷ Segundo Maritain, aqui transcrito por Goffredo (TELLES JR., *Justiça e jury*, p.98).

¹³⁸ TELLES JR., *Justiça e jury*, p.118. Lembremos que a *história recente*, à época do livro, era a dos anos 1920 e 1930, quando boa parte da Europa se cobriu de ditaduras.

¹³⁹ Quanto à estrutura interna, Goffredo apenas transcrevia a Encíclica “Quadragesimo Anno”, sem criticar a composição ali defendida (v. TELLES JR., *Justiça e jury*, p.101). Não distante disso era a composição sugerida, à época, pela ultradireita católica na França (cf. DARD, “O corporativismo na França de Vichy”, p.155).

¹⁴⁰ TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.31, 53, 105 e 182. Advirta-se que esse uso, contra o liberalismo, da mística do “Estado ethico” não remetia exclusivamente, nos anos 30, aos *topoi* do jusnaturalismo da direita católica: como destaca G. Adinolfi, “O corporativismo fascista não é dissociável do conceito de Estado orgânico e do de Estado ético (...)” (ADINOLFI, “O corporativismo na ditadura fascista italiana”, p.60). Sobre o “Estado Moderno”- inclusive no “Fascismo”- como “um realizador de fins morais” (sic), v. REALE, “Perspectivas integralistas”, p.59. Sobre o “Estado ético, da concepção fascista e integralista” (sic), v. REALE, “O Estado Moderno”, p.138, além de pp.135 e 139.



“organicidade”¹⁴¹. Nesse “organismo dominado pelo sentimento da cooperação”¹⁴², as partes- vistas como “órgãos”- não deveriam, claro está, funcionar conflitando entre si¹⁴³.

Muito embora a “estructura (...) fundamentalmente organica” do Estado e as “relações constantes” entre “os órgãos e o organismo” estatal não bastassem, por si sós, para impor a adoção da modalidade corporativista de “Estado Moderno”¹⁴⁴, sua conjunção com o reconhecimento dos grupos profissionais tendia a gerar tal efeito e consequência¹⁴⁵. Evitando burocratizar-se em excesso ou abafar a livre iniciativa, o Estado Corporativo conseguiria, inclusive, ser “organico” sem ser “tyrannico”¹⁴⁶.

A defesa do Estado Corporativo por Goffredo correspondia, nessa época, a um discurso internacionalmente compartilhado tanto pelo fascismo quanto pelo integrista católico¹⁴⁷. A exaltação da harmonia orgânica e da “ordem”, o emprego de ideológicas metáforas organicistas, a naturalização das desigualdades estruturantes da sociedade de classes e a rejeição do individualismo liberal marcavam a tese do jovem jurista.

Tirando a esforçada tentativa de justificar a sobrevivência do júri, a tese não primava pela criatividade e rigor científico, chegando a pôr Grotius no século errado¹⁴⁸, a errar a grafia do nome de Locke¹⁴⁹ e a chamar Feuerbach de “Fuerback” e “Fuerbach”¹⁵⁰. O sobrenome Kant até surgia correto, mas a tese- com sua entusiástica defesa dos juramentos, com suas frequentes passagens do *Sein* ao *Sollen* e com seu embaralhar da Moral com a legalidade penal- mostrava

¹⁴¹ TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.33 e 53.

¹⁴² TELLES JR., *Justiça e jury*, p.53.

¹⁴³ Cf., e.g., TELLES JR., *Justiça e jury*, p.187- só aparentemente incompatível com o teor da p.182. Nesta, o autor apenas preparava, com sutis distinções a respeito do que seria a “liberdade”, a compatibilização do “órgão” do júri com um “Estado Moderno” cujo “organismo” lhe parecia ser “necessariamente uno e harmonico”.

¹⁴⁴ TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.96-97.

¹⁴⁵ Cf. TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.98-105. A conclusão do trecho e as citações, nele, das fontes que a tese mais exaltava indicam que o aparente distanciamento da fórmula “muitos autores modernos entendem” consistia em simulação de imparcialidade científica ou em mero artifício retórico.

¹⁴⁶ V. TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.104-105.

¹⁴⁷ Não por acaso, ainda que deturpado na prática, o Corporativismo era um dos fundamentos ideológicos daqueles regimes que conseguiam reunir discípulos dessas duas correntes- como o “Austrofascismo” de Dolfuss, o Franquismo e o Salazarismo (sobre este, cf., e.g., ROSAS, “Saber durar”, pp.169-170, 180-181, 229-240 e 248-250. Sobre a possibilidade de composição de elementos fascistas e integristas no corporativismo espanhol, v., e.g., SANCHEZ RECIO, G. “O corporativismo na ditadura franquista”. *A onda corporativa* (A.C. Pinto e Martinho, F.P., org.). Rio de Janeiro: FGV, 2016, pp.137 e 141. Sobre as bases teóricas e a prática concreta do corporativismo austríaco, v. BOTZ, G. “Estado corporativo e ditadura autoritária”. *A onda corporativa*, pp.69-70, 77ss, 90-92 e 96-97, bem como TÁLOS, E. e MANOSCHEK, W. “Aspekte der politischen Struktur des Austrofascismus”. *Austrofascismus* (E. Tálos e W. Neugebauer, org.). Wien, Berlin: LIT, 2014, pp.125-127, 130ss e 157).

¹⁴⁸ Cf. TELLES JR., *Justiça e jury*, p.226.

¹⁴⁹ Cf. TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.200 e 282. Na p.226, o nome chega a ser escrito de duas formas diferentes.

¹⁵⁰ Cf. TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.200 e 228.



ter assimilado muito pouco do rico legado kantiano e neokantiano¹⁵¹. A notória tendência do júri para refletir desproporcionalmente certas classes e seus preconceitos tampouco era percebida pelo jurista que tanto invocava a “realidade”¹⁵². Preso a dogmatismos religiosos¹⁵³, fundamentava não raro de maneira tardo-escolástica¹⁵⁴ suas opiniões sobre a sociedade contemporânea e o “Estado Moderno”, apoiando-se em autoridades intelectuais da Antiguidade, da Idade Média e do mais conservador neotomismo¹⁵⁵.

A obra em tela nos interessa, porém, não por seu nível científico, mas como um texto pró-Corporativismo repleto de vestígios ou indícios de práticas discursivas, crenças e estratégias. Não temos, pois, de descobrir como o “homem”, ao qual- segundo o autor- “adviria o extermínio” na ausência do Estado, conseguiu sobreviver o suficiente para poder criá-lo¹⁵⁶- se a banca que aprovou a tese foi capaz ou não de fazer tal descoberta, tampouco nos importa. Nossa função principal, aqui, é outra: consiste em entender o que o autor *estava fazendo*, ao escrever sua defesa antiliberal do Corporativismo.

O exame disso demanda um rápido mapeamento do público-alvo, do gênero do texto e das circunstâncias deste último. É fundamental notar que estamos diante de uma “these de concurso para a cathedra de Direito Judiciário Penal”, destinada a seduzir uma banca de professores e a legitimar a entrada de um filho estudioso da oligarquia estadual em uma instituição de prestígio¹⁵⁷.

Tal instituição, se à época não se destacava no plano científico internacional, ainda assim tinha seus níveis de exigência em matéria de erudição: ali, para ter êxito, havia que se citar, muitas vezes, muitas fontes que parecessem respeitáveis. Mussolini não estava entre

¹⁵¹ V. TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.177-181 e 271-272.

¹⁵² Para ele, os jurados “não vao defender os interesses de ninguém”. “Sua profissão e as condições em que vivem podem ser completamente ignoradas” (TELLES JR., *Justiça e jury*, p.118).

¹⁵³ Tratando do “Estado Moderno” e de sua relação com a “abolição do suffragio universal”, o autor se preocupava em “fundamentar tudo” que dizia nos “inabalaveis ensinamentos da Igreja” (TELLES JR., *Justica e jury*, pp.56). Desta e de sua “voz infallível” vinham “citações indiscutíveis”; ao jovem jurista só restava “deduzir”, de tais fontes e de seus leais intérpretes da “sciencia social catholica”, “a solução ao problema da representação popular nos governos” (TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.60-61).

¹⁵⁴ Cf., por exemplo, a estrutura da argumentação em TELLES JR., *Justiça e jury*, p.217.

¹⁵⁵ Vemos aqui, além de longas transcrições de encíclicas e de autores da Ação Católica, invocações de Aristóteles (por vezes tratado como “O Philosopho”) e de Tomás de Aquino (por vezes chamado de “o Santo”)- cf., por exemplo, TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.37, 79, 80, 84, 91, 130, 148, 173, 183-185, 191, 203-204, 216-217, 219, 231, 239 e 261.

¹⁵⁶ V. TELLES JR., *Justiça e jury*, p.54.

¹⁵⁷ Também com sobrenomes indicativos de boas conexões, disputavam a cátedra com Goffredo um professor já livre-docente (Joaquim Canuto Mendes de Almeida) e dois promotores (um deles João de Deus Cardoso de Mello)- cf. ANÔNIMO. “Professor Goffredo”, pp.45-49, esp. p.46.



elas¹⁵⁸ e parecer próximo demais de suas fogueiras ali podia queimar: mesmo o mais capaz dos jusfilósofos integralistas- Miguel Reale- teve de enfrentar enorme resistência à hora de ingressar no corpo docente da faculdade¹⁵⁹.

Goffredo não era desprezado como filho de imigrantes nem havia sido, como Reale, o ideólogo oficial da Ação Integralista Brasileira- mas a prudência recomendava evitar ao máximo, nos ataques à democracia liberal e na defesa do Corporativismo, o recurso a juristas e pensadores fascistas, nazistas ou integralistas. Estes praticamente não apareciam no texto¹⁶⁰, que era, todavia, soterrado de citações de fontes do integrismo católico. O autor examinava as questões “à luz dos princípios catholicos”; *Justiça e jury* pretendia “ser uma these rigorosamente catholica”.¹⁶¹

Em que medida tal opção do autor resultava de sua visão de mundo, de sua estratégia de adaptação ao meio ou de ambas as coisas, isso é difícil saber. Nem sempre é só a conveniência que faz alguém seguir um caminho menos desgastante ou moldar-se ao ambiente em que quer ter êxito. Citações podem indicar preferências, mas também ocultá-las de forma hábil e deliberada.

De qualquer modo, é preciso notar que o catolicismo político do período, com seu culto à ordem hierárquica e confesso desprezo aos legados da Revolução Francesa e do Liberalismo¹⁶², podia conviver com o fascismo, apoiá-lo e até fundir-se com ele gerando

¹⁵⁸ Nos anos 30, mesmo apresentando a Itália fascista como *modelo de êxito*, as obras do Integralismo já buscavam invocar, mais do que Mussolini, os *supostos precursores nacionais do movimento*. Feita de início para atenuar a imagem um tanto ítalo-fascista da AIB, tal substituição- assim como a apropriação abusiva da herança intelectual alheia- acentuar-se-ia após a derrota do Eixo (sobre isso v. SEELAENDER, A.C.L. “Alberto Torres”. *Entender a Independência* (A. Seelaender e A. Wehling, org.). Rio de Janeiro: Processo, 2022, pp.310-311).

¹⁵⁹ V. REALE, *Memórias*, v.1, pp.149 e 151-152; e DULLES, *A Faculdade*, pp.167-168.

¹⁶⁰ Há, aqui, somente pontuais exceções (como os autores italianos que, desde Reale, eram usados pelo Integralismo para negar o caráter totalitário do modelo fascista- v.TELLES JR., *Justiça e jury*, p.31).

Embora então já conhecesse e apreciasse M. Manoilescu, autor da moda em matéria de Corporativismo, Goffredo não o citava- talvez porque já se soubesse, a essa altura, da comprometedor adesão desse pensador ao antissemitismo nazista de Rosenberg, à defesa do partido único e a movimentos romenos de inspiração fascista (sobre Manoilescu e sua influência como teórico da economia e do Estado, cf., entre outros, TELLES JR., *A folha dobrada*, p.113, MANN, M. *Fascistas*. S. Paulo: Record, 2008, pp.372-373, e TORRALBA, *Estados*, v.1, pp.267, 350, 381, 651 etc.).

¹⁶¹ V. TELLES JR., *Justiça e jury*, pp.55 e 216.

¹⁶² Para exemplos brasileiros desse fenômeno sem fronteiras, v. DIAS, R. *Imagens de ordem*. S. Paulo: Unesp, 1996, pp.69ss.



regimes híbridos¹⁶³. O advento do “Austrofascismo” de Dolfuss (1933)¹⁶⁴, do “Étair français” de Pétain (1940) e da ditadura eslovaca do Padre Tiso (1938/1939) indicavam possibilidades de simbiose e mescla. Diz-se que o conservador católico Salazar, ditador de Portugal dos anos 30 aos 60, teria deixado em seu gabinete, por um bom tempo, uma foto de Mussolini¹⁶⁵; com apoio armado do Terceiro Reich e da Itália, falangistas e militares antidemocráticos podiam lutar lado a lado com legitimistas católicos e carlistas ultramontanos em uma Espanha cujo “Caudillo por la Gracia de Dios” viria depois a enviar *voluntários* para ajudar Hitler na Rússia¹⁶⁶.

No Brasil dos anos 30, não parecia absurda excentricidade a adesão de jovens clérigos ao Integralismo¹⁶⁷. De qualquer modo, já no início do Estado Novo ficou claro que apostar no Integralismo para apressar a carreira eclesiástica, política ou acadêmica não era para todos os jovens a opção mais sensata. Com sua influente família redesenhando seus investimentos políticos, o jovem Goffredo podia seguir caminhando por vias distintas da AIB, sem

¹⁶³ É controverso o uso do conceito de “Klerikofaschismus” no debate teórico sobre os regimes que mesclaram, no mundo oficial, características do fascismo com um discurso político católico refratário ao liberalismo e à democracia (cf., e.g., HANISCH, E. “Der politische Katholizismus als ideologischer Träger des ‘Austrofaschismus’”. *Austrofaschismus* (E. Tálos e W. Neugebauer, org.). Wien, Berlin: LIT, 2014, p.67). Relevante ou não, tal controvérsia não ilide o fato de que combinações desse tipo ocorreram, refletindo-se tanto na história institucional de várias ditaduras quanto na formação de alianças políticas e redes internacionais de apoio mútuo- que teriam funcionado em países como o nosso até mesmo depois da Segunda Guerra, em benefício de extremistas condenados por crimes contra a humanidade, por crimes de guerra ou por colaboração com os nazistas (cf., além dos casos mais notórios de Eichmann e Ante Pavelic, o pronto apoio que teria obtido, para ser solto em nossos portos e no Uruguai, um dos mais destacados dirigentes da imprensa antisemita da França Ocupada, o foragido C. Lesca(t)- v. “Lista de agentes inimigos refugiados na Espanha”. *A Manhã*, n.1.588, 10/10/1946, p.4; “Um perigoso espião nazista andou à solta no Rio”. *Tribuna Popular* n.410, 04/10/1946, p.6; Medidas excepcionais durante a chegada do ‘Serpa Pinto’. *Diário de Notícias* n.7.376, 09/11/1946, p.9; e- necessitando confirmações- GOÑI, U. *La auténtica Odessa*. Buenos Aires: Paidós, 2002, p.261. Sobre esse colaboracionista e seu influente jornal, cf., e.g., “Laval- traficante da política”. *Correio da Manhã* n.15.130, 01/03/1944, p.1; “Um processo importante”. *Jornal do Commercio* n.41, 17/11/1946, p.1; REBELO, *Formas de legitimação*, p.204; e DUQUESNE, J. *Os católicos franceses e a Resistência*. S. Paulo: Moraes, 1968, pp.74 e 244).

¹⁶⁴ Sobre a evolução da imagem de Dolfuss no catolicismo político brasileiro, cf. CALIL, *Integralismo*, p.362.

¹⁶⁵ Isso poderia ter realmente ocorrido, se confiarmos nos relatos de historiadores profissionais como Filipe Ribeiro de Meneses e Luís Reis Torgal (v.- além de MENESES, F.R. *Salazar*. Amadora: D. Quixote, 2010- TORGAL, L.R., “Discurso sull’Estado Novo portoghese” *Storicamente* 6 (2010): pp.1-20, esp. p.12, e TORGAL, *Estados*, v.1, p.353. Nessa direção, também, o testemunho – decerto interessado- de um contendor político, o intelectual e líder comunista Álvaro Cunhal (invocado em RAMPINELLI, W.J., “A revolução traída”. *Projeto História* 33 (dez.2006): pp.381-385, esp. p.382).

¹⁶⁶ Cabem aqui, todavia, duas importantes advertências. O grau de fascistização efetiva dos regimes ditatoriais que imitavam Mussolini podia estar muito abaixo das aparências; por outro lado, o próprio fascismo era obrigado, na Itália, a ser menos moderno do que parecia, conciliando-se com aspectos conservadores e oligárquicos da sociedade local, sobretudo fora dos centros urbanos mais desenvolvidos (cf., entre outros, PAXTON, R. “The five stages of fascism”. *Journal of Modern History* 70-1 (1998), pp.1-23, esp. p.17, e BOSWORTH, R.J.B. *Mussolini’s Italy*. New York: Penguin, 2006, p.192).

¹⁶⁷ Sobre a militância integralista de clérigos v., por exemplo, TRINDADE, *Integralismo*, p.180.



comprometer, à sua família e a si mesmo, com uma tese ortodoxamente integralista e fascistizante.

Qualquer que seja a causa disso, o livro, lido hoje, nos parece mais distante do imaginário fascista do que se esperaria mesmo da ala mais moderada da AIB. Se o situarmos, porém, no ambiente político e acadêmico de 1938, veremos que tal distanciamento podia ser compensador. Foi nessa época que a AIB, como organização e movimento que buscava se associar ao novo regime, veio a ser desprestigiada, esvaziada e por fim perseguida pelo Estado Novo. Na Faculdade de Direito de S. Paulo, não faltavam católicos conservadores e liberais anticomunistas- mas a Congregação ainda não recebia, de braços abertos, os seguidores de Plínio Salgado e os admiradores tropicais do *Duce*.

Seria ingenuidade, em todo caso, fechar os olhos para as óbvias conexões existentes, nos anos 20 e 30, entre o corporativismo da ultradireita católica e o do fascismo. Este havia sido criado em uma sociedade em que aquele já circulava como modelo teórico; além disso, mesmo os autores mais ciosos da autonomia do catolicismo político desenvolveram e reconfiguraram suas propostas corporativistas levando em conta as inovações doutrinárias, legais e políticas do regime de Mussolini¹⁶⁸. É preciso lembrar que “o fascismo italiano” havia sido “o primeiro sistema a concretizar institucionalmente essa doutrina”¹⁶⁹, tendo os intelectuais e os ditadores adeptos do catolicismo integrista no fundo optado, àquela época, entre *buscar fusões absorvendo muito*¹⁷⁰ e *disfarçar as cópias e empréstimos* para frisar distinções ideológicas ou o “caráter espontaneamente nacional” de movimentos e regimes¹⁷¹.

Na verdade, na Ação Francesa de Maurras ou na Ação Integralista de Plínio Salgado, declarar-se seguidor de Leão XIII e Pio XI em nada excluía, do ponto de vista lógico, a admiração pela ditadura italiana¹⁷², cujo *Duce* teria, supostamente, *salvo seu país da anarquia*.

¹⁶⁸ Nessa direção, entre outros, TORGAL, *Estados*, v.1, p.362; e SCHIERA, “Il corporativismo”, pp.46-47.

¹⁶⁹ TORGAL, *Estados*, v.1, p.380.

¹⁷⁰ Na opinião de Schiera, “por muitos anos” não teria havido de fato, nas Penínsulas Ibérica e Itálica, uma ideologia corporativista católica realmente distinta daquela dos regimes fascistas (SCHIERA, “Corporativismo”, pp.46-47).

¹⁷¹ Essa segunda alternativa tendia a ser seguida, por exemplo, por ditadores com prévia passagem por partidos católicos, como os da Áustria e Portugal- onde existiu, até 1974, para cuidar das corporações, um ministério copiado do original ítalo-fascista instituído em 1926 (v. TORGAL, *Estados*, v.1, pp.382-383). De qualquer modo, mesmo fora do catolicismo conservador, entre pensadores nacionalistas muito próximos do extremismo fascista, havia também certa necessidade de desmentir o caráter estrangeirado e “italiano” de suas posturas e crenças pessoais (para um exemplo espanhol disso, v. TORGAL, *Estados*, v.1, p.365-366; para um exemplo brasileiro, v. nossa análise de M. Reale em SEELAENDER, “Alberto Torres”, p.311).

¹⁷² Nos anos 20, um dos guias intelectuais da ultradireita católica brasileira- Jackson de Figueiredo- já via no “erro” encarnado em Mussolini um ótimo meio para restringir “outros erros, ainda mais nefastos”, como a “soberania



Tampouco se excluiria, aqui, o desejo de imitar, do fascismo, as *normas supostamente redentoras*, mormente aquelas contrapostas às assim chamadas *práticas licenciosas do liberalismo*.

5. O corporativismo do autor também se evidenciou, mesmo que de forma menos abertamente antidemocrática, em textos publicados nos anos 50 e 60. Não nos alongaremos muito sobre os artigos escritos nesse período, mas deles faremos, aqui, breve menção.

Em 1954, com o suicídio de um presidente ameaçado de golpe militar, encerrava-se um governo por muitos visto como *subversivo*, por ter reforçado vínculos com os sindicatos, buscado apoio nas massas trabalhadoras e ousado duplicar o salário mínimo. Em 1955, em tempos de contínua instabilidade política, Goffredo publicava “Resistência violenta aos governos injustos”, defendendo esta última, em princípio, contra “o governo” que passasse a ser “fator, ativo ou passivo, de subversão social”¹⁷³. Imperante em uma dada sociedade uma “idéia de ordem” ou “idéia de ordem social”, seria injusto todo governo que contra esta se insurgisse ou apenas a olvidasse¹⁷⁴.

O “mal de *não quererem* se regenerar” legitimava, a seu ver, o uso da força contra governos injustos de natureza aparentemente oposta: os marcados pela “ambição depravada” e aqueles que, destituídos de ambição alguma, tudo deixassem correr “como barco sem vela e sem leme”¹⁷⁵. De qualquer modo, com a prudência que marcou, naqueles anos, o oportunismo de seu partido neointegralista, Goffredo optou por seguir uma linha mais moderada, com balizas e ressalvas típicas do neotomismo: só excepcionalmente aceitável, a resistência armada não se justificaria sequer contra governos injustos ainda corrigíveis; além disso, teria de ser claramente “*necessária, útil e proporcional*”¹⁷⁶.

Como Goffredo dizia dedicar-se, nesse artigo, à “mera especulação científica”, em uma “Pátria das Ideias” distante de “qualquer fato real da política brasileira”, cautelosamente optou

popular”, os “três poderes” e a “liberdade de imprensa” (apud DIAS, *Imagens de ordem*, p.74). Nos conflitos ocorridos nas décadas seguintes, apoiando o “autoritarismo social”, muitos dos “melhores elementos do nosso catolicismo” teriam desejado- segundo um jurista deles próximo- a “vitória de Franco, (...) de Hitler (...)” (apud DULLES, J.W.F. *Sobral Pinto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p.210).

¹⁷³ TELLES JR., “Resistência violenta aos governos injustos”. *Revista da Faculdade de Direito* v.50 (1955): pp.192-219.

¹⁷⁴ TELLES JR., “Resistência”, pp.218-219.

¹⁷⁵ TELLES JR., “Resistência”, p.215.

¹⁷⁶ TELLES JR., “Resistência”, pp.217-219.



por não mencionar as crises políticas do momento¹⁷⁷. Esse distanciamento, porém, logo era desmentido pelo próprio texto, como já ocorrera antes, na tese de 1938¹⁷⁸.

Para nosso tema, o que mais importa do artigo são esse elipsismo estratégico e- de novo- a insistente pregação corporativista, feita com um vocabulário organicista destinado a dar *aparência natural a opções ideológicas*. “Hoje”, frisava Goffredo, “a sociedade se apresenta a nossos olhos como um gigantesco organismo, composto de um sem número de órgão diferentes”¹⁷⁹. Dentro desse todo tendente à harmonia e cooperação poderia existir, com o status de verdadeira “sociedade política” parcial, “uma corporação de sindicatos operários e patronais”, desde que ela buscasse “realizar a comunhão entre operários e patrões”¹⁸⁰. Já em uma esfera mais ampla, como fim do inteiro organismo social, a “comunhão humana” era a real finalidade do Estado, cujo “governo legítimo” precisaria ter “um certo caráter aristocrático”: afinal, se poucos podiam ser artistas, filósofos ou cientistas, por que teriam de ser muitos os “homens realmente capazes de encarnar o poder político”, superando suas “inclinações egoísticas” e identificando os “autênticos interesses coletivos”¹⁸¹?

No ano seguinte, em 1956, Goffredo proferiu, na “abertura dos Cursos Jurídicos”, uma “Aula Solene” sobre suas convicções no campo político-constitucional. Crendo adequado expô-las “em forma de lei”, publicou em 1959 “Lineamentos de uma constituição realista para o Brasil”, propondo o abandono do que chamou de “estruturas artificiais” e de “formulas políticas do século XIX”¹⁸².

O texto se iniciava com uma “Declaração de direitos” que pareceria talvez pouco inovadora, se não houvesse incluído dispositivos sobre “estado de sítio”, “ritos nos cemitérios” e “Corporações domésticas, econômicas, culturais e religiosas”¹⁸³. Colocados em outra parte do texto, os “direitos políticos”, por sua vez, tinham sua aquisição condicionada ao término do ensino primário e ao ingresso e permanência em “uma Corporação”¹⁸⁴. A despeito disso, os

¹⁷⁷ TELLES JR., “Resistência”, p.193.

¹⁷⁸ O artigo, confessava seu redator, era uma resposta a questionamentos de “grupos diversos de estudantes”, que “desejam (ou desejavam) uma justificação doutrinária para certas atitudes que haviam tomado, ou queriam tomar (...)” (v. TELLES JR., “Resistência”, p.192).

¹⁷⁹ TELLES JR., “Resistência”, p.204.

¹⁸⁰ TELLES JR., “Resistência”, p.208.

¹⁸¹ V. TELLES JR., “Resistência”, p.208.

¹⁸² V. TELLES JR., G. da S. “Lineamentos para uma constituição” *Revista da Faculdade de Direito* n.54/2 (1959), p.140.

¹⁸³ TELLES JR., “Lineamentos”, pp.141-148 (esp. arts.5, 6 e 20). De cemitérios também se tratava no art.64 (p.169).

¹⁸⁴ TELLES JR., “Lineamentos”, p.19 (arts.23 e 24). No que tange à escolaridade- mas não quanto à filiação às



“Senadores”, mesmo sendo agentes políticos estatais, eram proibidos de “filiar-se a Corporação”¹⁸⁵.

Com bombástica e contraditória excentricidade, anunciava-se que “O Brasil é um Império”, mesmo sendo “A forma de seu governo (...) republicana”.¹⁸⁶ Junto com um Senado cuja composição inicial dependeria na prática de sua vontade¹⁸⁷, o Presidente desse *império republicano* devia, nele, “combater e extirpar o que possa debilitar as suas forças produtivas”, resguardando a “segurança nacional” e “os princípios éticos tradicionais da civilização brasileira”¹⁸⁸. O Presidente poderia, ainda, reorganizar os estados- agora rebaixados a “províncias”-, inclusive destituindo, em nome do “interesse público”, seus governadores já eleitos pelo povo¹⁸⁹.

Essa concessão a um único homem de poderes tão vagamente amplos devia combinar-se com uma série de contrapesos institucionais de base elitista e antidemocrática. Goffredo sugeriu a dissolução da Câmara dos Deputados e do Senado popularmente eleitos, suprimindo-se o voto popular na escolha do novo Legislativo, que se reduziria a um Senado com vinte membros vitalícios¹⁹⁰. Afastado do povo por eleições indiretas, um “Conselho Nacional” herdaria algumas das funções clássicas de controle parlamentar¹⁹¹. Temido ou desprezado, o voto popular direto só subsistiria- como viria a ocorrer na fase mais dura da Ditadura Militar- no âmbito municipal¹⁹².

Como na Áustria de Dolfuss ou na ditadura de Salazar, todo alarde sobre *democratização via corporativismo* revelar-se-ia aqui infundado. O Estado podia, em última análise, negar reconhecimento a corporações ou impor o domínio exclusivo, em um território municipal, daquela entidade que mais lhe agradasse¹⁹³. Maioria popular a ser afastada da luta

corporações- o projeto previa caminhos para preservar o direito adquirido ao voto (cf. art.24, parte final).

¹⁸⁵ TELLES JR., “Lineamentos”, p.160, art.46.

¹⁸⁶ TELLES JR., “Lineamentos”, p.151, art.27.

¹⁸⁷ TELLES JR., “Lineamentos”, pp.164 e 167, arts.51 e 56.

¹⁸⁸ TELLES JR., “Lineamentos”, p.164, art.51.

¹⁸⁹ TELLES JR., “Lineamentos”, p.167, art.57. Consolidada a nova ordem constitucional, os governadores passariam a ser escolhidos em eleições indiretas (TELLES JR., “Lineamentos”, p.154, art.33).

¹⁹⁰ Após um multifásico “concurso de títulos”, efetuado por vários tribunais, 60 candidatos seriam apresentados pelo Supremo Tribunal ao Presidente, que deles escolheria os primeiros 20 senadores. A partir daí, atuando como um *moto perpétuo antidemocrático*, o próprio Senado predefiniria os potenciais novos senadores, fornecendo listas quántuplas para uma escolha final a ser feita no Supremo Tribunal (v. TELLES JR., “Lineamentos”, pp.159 e 166-167, arts.43, 55 e 56).

¹⁹¹ TELLES JR., “Lineamentos”, pp.161-163, esp. arts.47 e 48.

¹⁹² TELLES JR., “Lineamentos”, p.153, art.30.

¹⁹³ Cf. a redação dos incisos I e IV do art.28 em TELLES JR., “Lineamentos”, p.152.



de classes, os trabalhadores viam seus sindicatos forçados, no projeto goffrediano, a se unirem aos sindicatos patronais¹⁹⁴.

Pomposamente proclamadas “fontes do direito” e entes com “função legislativa”¹⁹⁵, na prática as corporações e seus agregados provinciais e nacionais mal tinham poder decisório. Confederações e federações corporativas só eram autorizadas a propor- “não excluída a competência paralela” da Chefia do Executivo- leis “sobre sua respectiva categoria de atividade”¹⁹⁶. Nem tais entes nem os trabalhadores tinham, porém, representantes com poder de voto no antidemocrático Senado que Goffredo idealizava¹⁹⁷.

6. Em suas memórias, Goffredo dizia ter tido, no ano seguinte ao do Golpe de 64, “um sonho”- “e se aproveitássemos – sonhei eu – esse golpe de Estado para mudar o processo de *representação política* no Brasil?” Após ter escrito a obra “A Democracia e o Brasil- Uma doutrina para a revolução de março”, complementava Telles Jr., “providenciei a remessa do livro (...) aos Generais do Governo e aos generais comandantes de todas as Regiões Militares.”¹⁹⁸

E o que propunha tal obra, como “representação *verdadeira*”, como via de “uma Democracia *nova*” que suplantaria “a mentira que a Democracia velha sempre adotou”¹⁹⁹? O Corporativismo, mais uma vez o Corporativismo²⁰⁰ – até porque, para Telles Jr., “na liberal

¹⁹⁴ Note-se que, sem tal união, um sindicato de trabalhadores não se poderia ligar a uma “Corporação”- o que poria em risco até os direitos políticos dos seus associados, dentro da ordem constitucional sonhada por Goffredo (v. TELLES JR., “Lineamentos”, pp.149 e 152, arts.23, 24-3 e 28-III).

Coerente com suas devoções ideológicas de décadas, o jurista voltaria a propor, após o Golpe de 1964, a vinculação do voto à filiação a um sistema corporativo em que trabalhadores e empresários teriam de se agregar (v. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.71 e 74, arts.23, 24 e 28-III). O texto de 1965 diferia do anterior, no entanto, por esclarecer que era só a corporação *econômica* que importava, à hora de conferir direitos políticos.

¹⁹⁵ TELLES JR., “Lineamentos”, p.152, art.28-VI.

¹⁹⁶ TELLES JR., “Lineamentos”, p.165, art.52. O final do dispositivo indica o real sentido de sua má redação.

¹⁹⁷ TELLES JR., “Lineamentos”, pp.159 e 165-167, arts.43, 52, 53 e 56.

¹⁹⁸ TELLES JR., *A folha dobrada*, p.813. O livro se inicia exaltando o golpe como “Revolução Vitoriosa” e “sublevação do Brasil autêntico”. “Agora, no Brasil Novo, o que cumpre é não retornar às obsoletas, enganosas e nefastas fórmulas constitucionais, que iam levando o nosso País à desgraça” (TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, “Nota Preliminar”, s/p.).

À vista do subtítulo da obra observa, aliás, Thaís Araújo Dias: “Goffredo de fato formulou”, aqui, “uma doutrina, mas não da revolução, e sim da ditadura” (v. DIAS, *Ditadura* legalizada, p.143).

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*. Sobre o Corporativismo como suposto caminho para a “verdadeira democracia”, v., já na década de 30, REALE, “ABC do Integralismo”, p. 197.

²⁰⁰ Cf. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.57ss- onde o autor anuncia “um ESTADO CORPORATIVO, mas inédito, absolutamente inédito, uma vez que seria : O ESTADO CORPORATIVO SEM CÂMARA CORPORATIVA” (p.57).



democracia, (...) Tudo é quimera.”²⁰¹

Cabia substituir a democracia liberal por um regime fundado não nos votos da “massa” de eleitores, mas na “vontade ORGANIZADA dos governados”²⁰². O Corporativismo voltaria ao centro do sistema político, ainda que não na forma- vinculada ao já desgastado pacote fascista- de uma “Câmara Corporativa”. Uma estrutura de tal natureza, advertia agora Goffredo, acabaria mantendo um dos piores vícios dos farsescos e “aéreos Parlamentos” da democracia liberal²⁰³: a ignorância da maioria de seus membros sobre os temas específicos sucessivamente tratados²⁰⁴.

Substituindo a iniciativa parlamentar da democracia liberal, que o projeto constitucional de Goffredo eliminava, as “Corporações” compartilhariam, com o Presidente da República, a competência para a propositura das leis²⁰⁵. Ao lado das *Corporações Econômicas* referentes a grupos profissionais e empresariais²⁰⁶, seriam reconhecidas, como representantes oficiais de “grupos sociais”, “*Corporações Domésticas*, como a Corporação dos Chefes de Família; *Corporações Culturais*, como (...) a Corporação das Letras e das Artes, a Corporação dos Esportes; (...) *Corporações Religiosas*, como a Corporação da Igreja Católica, a Corporação dos Espíritas.”²⁰⁷

²⁰¹ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.14.

²⁰² TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.36 (com maiúsculas no original). Sobre a busca de uma distinção, já dentro do ideário do “Fascismo”, entre “povo em massa” e “povo organizado em uma unidade superior”, v. REALE, “O Estado Moderno”, p.108.

Visando à superação dos parlamentos resultantes do sufrágio universal, essa ênfase na *organização corporativa*- dos governados não era novidade no Ocidente: ela já surgia na década de 30, por exemplo, nos livros de Sergio Panunzio e em seus artigos em “Crítica Fascista” (v. ADINOLFI, “O corporativismo na ditadura fascista italiana”, pp.56-57).

²⁰³ Como “Na eleição de parlamentares, tudo (*sic*) é ficção, quimera, mentira”, os “aéreos Parlamentos” não corresponderiam, nem poderiam corresponder, às “matrizes verdadeiras” da lei (v. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.45 e 48. Para uma crítica à qualidade do Congresso Nacional, cf. ainda TELLES JR., *A democracia*, pp.47-8).

²⁰⁴ Cf. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.37-38. Em 1963, um pluralista “Congresso Brasileiro para Definição das Reformas de Base” já teria rejeitado uma proposta goffrediana de suprimir “o poder legislativo da Câmara e Senado, tornando-os órgãos meramente fiscalizadores dos atos do Executivo” (v. “Sessões plenárias do Congresso mostraram as soluções ao país”. *Correio da Manhã* n.21.418, 29/01/1963, p.8).

²⁰⁵ Invocando a “natural divisão do povo em grupos” e a “natureza das coisas”, Goffredo arranca dos parlamentares a iniciativa das leis, dando-a apenas às corporações e ao Chefe do Executivo (v. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.38, 42, 45 e 86, art.51). Um nada evidente “evidentemente” justifica a supressão da iniciativa senatorial; já da Câmara dos Deputados, mantida como simples concessão “à índole do povo brasileiro”, o jurista arranca todo o “poder legislativo” (v. TELLES JR., *A democracia*, pp.42 e 45).

²⁰⁶ Cf. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.38-39. O projeto de constituição sinaliza indiretamente o particular relevo das corporações desse tipo, ao condicionar à filiação a elas a condição de eleitor (cf. o art.24 em TELLES JR., *A democracia*, p.71).

²⁰⁷ V. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.38-39, 67 (art.11) e 73 (art.28). Sobre a definição da família como *célula-base da organização corporativa* na constituição feita pela ditadura salazarista, v. TORGAL, *Estados*, v.1, p.185. Não muito distante dessa linha, REALE, “Perspectivas integralistas”, p.21.



Os trabalhadores até podiam, em tese, criar livremente sindicatos. Tal direito era esvaziado, todavia, pelas regras da “Organização corporativa”, as quais condicionavam ao reconhecimento governamental o exercício da representação— jurídica e política- da categoria profissional²⁰⁸. Goffredo imaginava aqui, inclusive, a existência de pacificadoras corporações que defenderiam simultaneamente os patrões e os empregados, representando conjuntamente os seus respectivos sindicatos, no “mesmo ramo econômico”²⁰⁹.

Ainda que a lei estatal lhe devesse impor uma estrutura hierárquica e o “plano fundamental da organização”, a “Corporação” não seria, tecnicamente, órgão público²¹⁰. Era pela invocação de seu suposto caráter “natural”, como fruto da “natural organização da sociedade”, que se justificava sua faculdade de propor projetos de lei nos campos que lhe dissessem respeito²¹¹. Segundo Goffredo, os “grupos sociais” concretos, sendo “fontes profundas e autênticas do Direito”, mereceriam tomar, do Parlamento liberal-democrático fundado no “mito do povo uno”, a iniciativa das leis²¹².

Às “Corporações” caberia contratar, com “todos os poderes do mandato jurídico”, “Procuradores” para a defesa de seus projetos no Senado²¹³. Como Goffredo impedia a Câmara dos Deputados de fazer leis, era ali que as “Corporações” deveriam apresentar e defender seus

Compartilhado com o catolicismo político, o imaginário da família patriarcal tinha um papel relevantíssimo na Ação Integralista Brasileira, movimento de que provinha Goffredo. A ala feminina da AIB se reunia sob o lema “Crer, obedecer e preservar” (cf. MAIO e CYTRYNOWICZ, “Ação Integralista”, p.52). A divisa principal do Integralismo era “Deus, Pátria, Família”.

²⁰⁸ Cf. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.73-74 (art.28). No que tange à representação jurídica *stricto sensu*, o projeto pouco alterava a linha adotada desde os anos 30 no direito trabalhista.

²⁰⁹ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.74 (art.28-III). Tal composição já era proposta, por citações, na sua tese da década de 30 (cf. TELLES JR., *Justiça e jury*, p.101).

²¹⁰ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.39. Sobre a “autonomia das corporações”, cf. também, nessa obra, as pp.67 (art.11) e 74 (art.28-II). Que Goffredo, talvez inspirando-se na Encíclica *Quadragesimo Anno*, negasse à corporação o caráter de órgão público não ilidia o fato de que ela, na prática, atuaria como tal no sistema político do “Estado Corporativo”. Análoga contradição entre a orientação papal e o real papel das corporações no Estado já fora apontada, aliás, por Merkl, em sua análise da “Constituição estamental-autoritária” do chamado “Austrofascismo” (v.TÁLOS e MANOSCHEK, “Aspekte” pp.126-127 e 157).

²¹¹ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.38. Na década anterior seus escritos já frisavam a “natural evolução” para a formação de “grupos” (cf. TELLES JR., “Resistência” (versão rep.), p.106).

²¹² TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.38. A influência do Institucionalismo é evidente no textos aqui examinados— mas de um Institucionalismo um tanto adaptado à ideologia do autor, muito marcada por seu percurso político na Ação Integralista dos anos 30 e no neointegralismo do Pós-Guerra.

²¹³ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.39 e 87 (art.52). Esse Senado jamais teria, porém, a iniciativa da lei (cf. o art.43 em TELLES JR., *A democracia*, p.80)- no projeto, à maneira do direito constitucional do “Austrofascismo” de Dollfuss/Schuschnigg, arrancava-se do que restava de estrutura parlamentar o direito de proposição de novas leis (cf. TÁLOS e MANOSCHEK, “Aspekte”, p.127).



projetos, atuando os “Procuradores das Corporações” à maneira dos advogados nos Tribunais de Justiça²¹⁴.

Dizendo fazer do Estado o instrumento do povo organizado em corporações, o catedrático e jurista Goffredo da Silva Telles Jr. no fundo tentava elitizar o sistema político e impor a ele a pesada influência dos catedráticos e profissionais do Direito. Exaltado por sua suposta espontaneidade, o Corporativismo era tecnicamente filtrado, em sua ação legislativa, por “Procuradores” com “poderes de mandato jurídico”²¹⁵. Com “função (...) rigorosamente técnica”, os Senadores- vitalícios “como os magistrados” – deveriam ter “notável saber”; informados por “Procuradores das Corporações” e “Procuradores da República”, bem como assessorados por “Departamentos ou Conselhos” de especialistas, deveriam atuar como “tranqüilo, estável e grave órgão técnico, isento de injunções políticas”²¹⁶.

Acabara o tempo dos parlamentares sem comprovada “competência na arte de legislar”²¹⁷ ou dos presidentes “aventureiros e demagogos”²¹⁸. Na *democracia goffrediana*²¹⁹, não teria muito espaço, tampouco, o “vulgo” supostamente incapaz de “discernir e apontar os cidadãos aptos” à tarefa legislativa²²⁰.

Destituído da “rara aptidão de legislar”²²¹ e mesmo da capacidade de perceber quem a tivesse, o cidadão comum perderia, nesse regime, o direito de eleger diretamente os deputados²²². Tampouco poderia escolher os senadores- estes seriam selecionados por um “Colégio Eleitoral” composto de “filósofos do Direito”, “jurisconsultos”, “Desembargadores dos Tribunais de Justiça”, “Ministros do Supremo Tribunal”, “especialistas em Ciência do

²¹⁴ Cf. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.39 e 45. Já radicalmente esvaziada por perder todo o seu “poder legislativo”, a Câmara ainda seria afastada do povo por meio de uma eleição indireta, que Goffredo restringia aos vereadores de cidades interioranas (TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.45-6 e 76, art.29).

²¹⁵ V. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.39, 44 e 87.

²¹⁶ V. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.39, 43-45 e 87. Tais “Departamentos” deveriam, segundo o art.42 do projeto, ser “altamente especializados nas questões brasileiras, em jurisprudência e em técnica legislativa” (TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.80).

²¹⁷ Registrando sua presença até então, TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.47.

²¹⁸ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.50.

²¹⁹ O art.24 do projeto de Goffredo excluía mais gente do eleitorado do que os diplomas constitucionais da Ditadura Militar. Eliminando o voto popular para o Senado e o voto direto para a Câmara, as propostas do jurista também superavam em radicalismo as invenções antidemocráticas do regime, no que tange à conformação do Congresso Nacional.

²²⁰ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.53. Posto que não fosse exclusiva dos neointegralistas, essa postura elitista refletia as concepções do movimento desde o seu início. Em 1934, já advertia o ideólogo oficial da AIB: “No *regimen* fascista, integralista ou hitlerista, o indivíduo (só) deve exercer direitos até onde a sua capacidade permite” (REALE, “O Estado Moderno”, p.100).

²²¹ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.55.

²²² TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.84 (art.48).



Estado e em Direito Constitucional, em Ciências das Finanças e em Economia Política”, “sociólogos” e “historiadores” aprovados em concursos universitários²²³. Esse elitista²²⁴ colegiado de letrados também definiria previamente, “com um *sim* ou um *não*”, quem o povo poderia e quem o povo não poderia eleger Presidente da República²²⁵.

Dizendo proteger a sociedade civil com suas corporações, o Estado goffrediano talvez tendesse na prática, como o Estado Integralista, a absorvê-la, no fundo convertendo os “grupos sociais” em “órgãos” a serviço de seu “organismo”. Ramificando controles sociais e servindo para dar uma aparência pseudodemocrática ao processo legislativo, na prática as corporações tenderiam a atuar, neste último, como fontes de legitimação e informação²²⁶ para o Estado. Quando os projetos de lei viessem do Executivo, a oposição das corporações decerto seria inócua, pois Goffredo as excluía da votação e não previa sanções jurídicas²²⁷ a quem optasse por desconsiderar as opiniões de tais entidades. Além disso, a corporação não tinha nenhum protagonismo na produção normativa que mais tinha impacto real na era do Estado Interventor-na definição dos rumos da economia, o campo, agora importantíssimo, dos decretos e demais atos normativos estatais escapava, na fase decisória, a seu controle.

No projeto de Goffredo para os gerais, parecia prosseguir o velho apego integralista à hierarquia, que o Estado imporia aos grupos sociais quando, de modo só aparentemente doce, os oficializasse como “Corporações” e legislasse sobre a estrutura básica destas últimas²²⁸.

²²³ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.55, bem como o art.46 (p.83). O autor cogita, inclusive, de usar aqui o Tribunal do Júri como modelo, à hora de definir concretamente os integrantes desse Colégio Eleitoral (cf. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.54).

²²⁴ Para indícios de certa adesão à Teoria das Elites, cf. TELLES JR., “Resistência violenta” (1955), p.208 (p.112 na versão de 1965). Já nos anos 30 concepções políticas antidemocráticas se conjugavam, na ala mais fascizante da AIB, com propostas de inserção de elites culturais em órgãos da cúpula do Estado (v. REALE, “Perspectivas integralistas”, p.23).

²²⁵ V. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.53 e 83 (art.46). Na conjuntura do início do regime militar, isso poderia ser um modo - menos desgastante - de antecipar na prática as “cassações” dos líderes políticos ainda não exilados e que pudessem, em tese, derrotar eleitoralmente o situacionismo.

²²⁶ O projeto vai um pouco além, nesse ponto, da estratégia- típica de certas ditaduras do Entreguerras- de usar as corporações como um mecanismo de obtenção, pelo Estado, de dados, opiniões e mesmo pareceres (para tal uso no “Austrofascismo”, v. TÁLOS e MANOSCHEK, “Aspekte”, pp.130ss).

²²⁷ Inspirando-se tanto no fascismo italiano quanto nas concepções da ala ultraconservadora do catolicismo político, o direito público do “Austrofascismo” tampouco sancionava o Governo quando ignorasse, na produção normativa, as opiniões de corporações e órgãos de representação corporativa (cf. TÁLOS e MANOSCHEK, “Aspekte”, p.127).

²²⁸ Estruturado em degraus de comando, o Integralismo dos anos 30 já exaltava a hierarquia como se fosse um valor em si, pregando sua adoção como modelo de ordem no Estado e nos “grupos sociais”. O movimento reforçava aqui, inclusive, a moda- também seguida no fascismo e na ultradireita católica do Entreguerras- da defesa do assim chamado “Princípio da Autoridade” (v., e.g., REALE, “Nós e os fascistas da Europa”, p.230; DIAS, *Imagens de ordem*. pp.76, 90 etc.; CAVALARI, *Integralismo*, pp.15, 17, 55, 71 etc.; e RAMOS, *Intelectuais*, pp.93-94).



Algo havia, talvez, sobrado da fascistizante concepção de Miguel Reale nos anos 30: “Corporativismo implica autoridade do Estado, antiindividualismo, ordem, hierarquia”²²⁹.

Como em muitas ditaduras europeias dos anos 30, via-se aqui uma conjunção de três elementos: *elitismo político*, *desprezo pelo homem comum* e um *projeto corporativista de representação popular* que, na prática, pouco ou nada democratizava²³⁰. Ausente estava, é verdade, o esforço totalitário para promover uma ilimitada “mobilização do entusiasmo”²³¹: conciliando localmente as classes, filtrando demandas sociais e traduzindo-as em projetos, as corporações deveriam pacatamente aguardar as decisões finais técnicas de um Senado não-democrático, após processos decisórios que mesclavam os estilos da tecnocracia e os dos tribunais. Contrapondo-se à incômoda combatividade dos sindicatos e centrais sindicais que haviam multiplicado greves e manifestações nos últimos anos antes do Golpe de 1964, as corporações goffredianas ofereciam-se como pilares da ordem social²³², servindo em última análise para legitimar e oxigenar um regime fechado, cujos principais polos decisórios só podiam ser ocupados por pessoas previamente aceitas por um “Colégio Eleitoral” não-democrático.

Presenteado aos generais do Golpe, esse modelo de “Estado Corporativo Inédito”²³³ não despertou entusiasmo nem mesmo na elite jurídica a que daria tanta influência. Explicaria sua baixa ressonância a persistente imagem do autor, até hoje, como modelo da resistência democrática? Ou estaria ocorrendo exatamente o contrário, vindo as questionáveis

Mesmo proclamando a “autonomia das Corporações”, o projeto goffrediano de 1965 parecia assumir um pressuposto distinto: real protagonista, o Estado podia (e devia) impor-lhes uma “hierarquia corporativa”, uma composição socialmente harmonizadora, modos domesticados de atuação política e vedações de concorrência no mesmo âmbito territorial (cf. TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, pp.39, 74, 87 etc.).

²²⁹ REALE, “Nós e os fascistas da Europa”, p.230.

²³⁰ Já em 1935, em prefácio a uma obra sobre a “mística do corporativismo”, anotava J. Barthélemy, jurista liberal e futuro ministro de Pétain: “parece-me que o corporativismo tem por objeto, sobretudo, mascarar a supressão das liberdades políticas” (apud VIELFAURE, “Note introductive”, p.20).

²³¹ Já diagnosticada por Halévy em uma palestra de 1936, tal mobilização precisa ser sistemática e intensa no totalitarismo, constituindo uma das suas marcas características. Para este, como lembra Arendt, a “mumificação” do “movimento”, após a conquista do Estado, é um dos “perigos (...) mortais” (cf. HALÉVY, É. *L'Ère des Tyrannies*. Saint-Amand: SEPC, 1990, pp.214 e 227; e ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2012, p.528).

²³² Já se observou, com perspicácia, que “o corporativismo enquanto doutrina legitimava moral e politicamente o ataque ao movimento operário organizado” (ROSAS, F. “O corporativismo enquanto regime”. *Corporativismo, fascismos, Estado Novo* (F. Rosas e A. Garrido, coord.). Coimbra: Almedina, 2012, p.24).

No Brasil pós-Golpe, não era uma *atitude cientificamente neutra* propor- logo após o esmagamento do sindicalismo mais combativo- a criação de corporações. Por mais que essa proposta fosse coerente com os escritos de Goffredo desde os anos 30, era óbvio que o jurista não estava, naquelas circunstâncias, limitando-se a promover um debate teórico objetivo e desinteressado.

²³³ TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, p.58.



circunstâncias do envio do projeto e o seu questionabilíssimo teor a serem convenientemente varridos para debaixo do tapete, por atrapalharem a remoldagem do passado, a fabricação interesseira de heróis e a invenção de cômodos mitos de resistência institucional?²³⁴.

A Ditadura Militar, força é reconhecê-lo, era mais moderna do que essa atualização suavizadora do corporativismo clerical-integralista²³⁵. O direito do regime era, além disso, bem mais moderado do que o projeto de Goffredo no corte dos direitos sociais e nos bloqueios à reforma agrária²³⁶. Com todos os defeitos que tivesse, pelo menos excluía pseudoantiquarismos bizarros como declarar o Brasil republicano um “Império” (art.27), revalorizar “cemitérios” de “entidades privadas de boa tradição” (art.61), constitucionalizar a “representação diplomática junto à Santa Sé” (art.62) e inserir, no compromisso de posse presidencial, uma promessa de “defender a ordem social fundada nos princípios tradicionais da civilização brasileira” (art.35)²³⁷.

A iniciativa do ex-militante integralista não teve, pois, êxito. Nem as tentativas subsequentes²³⁸. Mesmo tendo ido- em 1970, portanto após o AI-5 e a “profunda indignação” que teria sentido com o expurgo do professorado em 1968-1969²³⁹- pessoalmente entregar ao Chefe de Gabinete da Presidência um novo documento sugerindo uma “Representação política

²³⁴ Sobre as causas, modos e funções do processo de heroização de Goffredo no meio jurídico paulistano e na sua antiga faculdade, já tratamos brevemente em uma palestra de 2010, intitulada “O herói e o *território livre*. Representações e mitos sobre a resistência democrática no Largo S. Francisco”. Sobre o apoio entusiástico de numerosos professores da Faculdade de Direito da USP ao Golpe Militar de 1964, ver, porém, DULLES, A *Faculdade*, p.375.

²³⁵ Também na França do Pós-Guerra o corporativismo já havia caído “em descrédito”, só tendo restado “como referência”- e só por mais algumas décadas- “para as direitas radicais, nomeadamente para a *Frente Nacional* de Jean-Marie Le Pen” (DARD, “O corporativismo na França de Vichy”, p.147. Sobre a tentativa- também fracassada- de dar ao regime colaboracionista de Vichy uma constituição corporativista, v. pp.167-168).

²³⁶ Cf., e.g, os arts.8 e 43 do projeto em TELLES JR., *A democracia no Brasil*, pp.64-65 e 81.

²³⁷ V. TELLES JR., *A democracia no Brasil*, pp.73, 77, 89 e 90. Parecendo sugerir, de modo discreto, a existência de algum vínculo da “segurança nacional” com os “princípios éticos tradicionais da civilização brasileira”, cf. ainda o art.50 em TELLES JR., *A democracia no Brasil*, p.86. Quanto à preocupação de Goffredo com os cemitérios e com o status da Santa Sé, sua persistência também se evidencia em TELLES JR., “Lineamentos”, pp.141 e 169 (arts.5, 64 e 66).

²³⁸ Cf. TELLES JR., *A folha dobrada*, pp.814-816.

²³⁹ V. TELLES JR., *A folha dobrada*, p.826. Em 1969, como dirigente da Associação Paulista dos Professores do Ensino Superior, Goffredo já teria protestado contra a inativação compulsória de professores dissidentes. No mesmo ano, já se sentia perseguido por desafetos entre juristas alinhados ao regime (cf. TELLES JR., *A folha*, p.879).

É importante recordar, contudo, que os expurgos e perseguições a professores já haviam se iniciado bem antes, no mesmo Governo Castello Branco (1964-1967) ao qual Goffredo oferecera, em 1965, um projeto constitucional. Além disso, novas tentativas de aproximação pessoal com a cúpula da Ditadura (inclusive por meio de uma carta ao General Médici) foram feitas após a onda de expurgos de 1968/1969 (cf. “infra”). Contornada pelo silêncio dos apologistas e hagiógrafos, a real sequência cronológica dos eventos é, porém, o rochedo que não pode mais ser apagado da paisagem.



autêntica”, o juriconsulto nada mais obteve do que uma carta do Ministro da Justiça, “Agradecendo a colaboração”²⁴⁰.

Que esse intuito de *colaboração com o regime* ainda existia em setembro de 1970, prova-o a própria carta com a qual Goffredo remeteu ao General Médici o documento supracitado²⁴¹. Nela exortava o Chefe do Executivo ditatorial a evitar a volta “à sinistra situação em que nos achávamos, antes da Revolução” de 1964²⁴². Como “pessoa (...) em quem a Nação aprendeu a confiar”²⁴³, Emílio Médici deveria ser o canal de aplicação do constitucionalismo corporativista²⁴⁴ de Goffredo, mais uma vez fundamentado em ataques à “*amassadeira* do sufrágio universal”, à “quimerica e impossível vontade nacional” e ao “mito do povo uno, do povo massa”²⁴⁵.

Segundo o jusfilósofo e ex-deputado neointegralista, não era um mítico “povo uno” que deveria moldar a legislação por meio de seus representantes, mas sim um profissionalizado “Departamento Legislativo” tecnicamente capaz de elaborar leis à vista dos interesses da Nação e dos grupos sociais organizados. O país não deveria, portanto, redemocratizar-se pela via usual, retornando “às obsoletas, enganosas e nefastas formulas constitucionais” que, antes do Golpe (“Revolução”), “iam levando o nosso País à desordem”.²⁴⁶ A própria constituição da Ditadura

²⁴⁰ Transcrita em TELLES JR., *A folha dobrada*, p.816. Nas páginas seguintes Goffredo descreve sua conduta após 1964 destacando suas passagens pela Diretoria da Faculdade de Direito da USP (1967/1968), onde teria imperado, por algum tempo, a “mais completa ordem” devido ao “perfeito entendimento entre alunos e Diretoria” (TELLES JR., *A folha*, p.822).

²⁴¹ V. TELLES JR., G. da S. “Carta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, General Emílio Garrastazu Médici”. S. Paulo, 03/9/1970. Proc.CEL 7.658/71 (SECOR 68 973/70), fls.03/04. Arquivo Nacional: BR RJANRIO TT.0.JUS, PRO.483. Agradecemos a Thaís Araújo Dias, que localizou tal documento, a oportunidade de consultar o seu teor.

²⁴² Idem, *ibidem* (fl.03).

²⁴³ Idem, *ibidem* (fl.04).

²⁴⁴ Livrando-se agora do incômodo peso de uma terminologia que podia soar tardofascista, Goffredo não mais exaltava abertamente, porém, as *corporações* quando defendia o corporativismo. No trabalho enviado ao General Médici junto com a carta do jusfilósofo, o termo-tabu era substituído por “*associações-representantes*” ou (em linguagem ainda mais vaga) “*instituições representativas*” (cf., por exemplo, no expediente acima referido, o texto “Um poder legislativo autêntico”, pp.7, 9-10, 15 e 19-20.- às fls.11, 13-14, 19 e 23-24).

Essa estratégica troca de palavras merece atenção- provenha o trabalho só de Goffredo ou de uma comissão por ele composta. O texto, em todo caso, surge no expediente governamental como se fosse apenas do professor paulista (cf. DIAS, *Ditadura legalizada*, p.136). Além disso, reproduz várias passagens de seus escritos anteriores (cf., e.g., TELLES JR., *A democracia e o Brasil*, “Nota Preliminar”, s/p.).

Essa astuta fuga dos nomes desgastados voltaria a ocorrer décadas mais tarde, em 1996: em nova apologia do corporativismo, Goffredo voltaria a designar as corporações como “*Instituições-Representativas*” (cf. suas respostas em BRAGA, “Problemas”, p.122-1233).

²⁴⁵ TELLES JR., “Um poder legislativo autêntico”, pp.4-6 (fls.08/10 do expediente ora examinado). Em 1996, já consolidada a redemocratização, Goffredo focaria seus ataques no que denominou “sufrágio universal *cego*” (g.n.), culpando-o pela *massificação do povo* (apud BRAGA, “Problemas”, p.120).

²⁴⁶ TELLES JR., “Carta ao Excelentíssimo Senhor Presidente...”, fl.03.



parecia a Goffredo demasiado generosa com o Congresso, como sede do Poder Legislativo: “Retirem-se, pois, do Parlamento, a iniciativa das leis e a competência de elaborá-las”.²⁴⁷

Toda a insistência, todos os esforços de Goffredo foram, aqui, em vão. Por mais polido que fosse, o *agradecer ministerial pela colaboração* não impedia arquivamentos. O investimento político feito nos governos militares não teve, para esse infatigável elaborador de projetos, o retorno desejado.

Encontrando portas fechadas e tendo recebido sinais, desde 1969, de ter inimigos dentro do novo regime²⁴⁸, Goffredo baixou um pouco suas bandeiras corporativistas. Construiria, a partir daí, uma sólida imagem como *resistente*, convertendo-se, ao menos no meio jurídico, em um dos ícones da democracia²⁴⁹. Curioso papel para quem já afirmara que “Não é próprio de um Governo ser dirigido pelos governados”²⁵⁰.

Confessadas com sinceridade pelo próprio jurista, essas tentativas de aproximação com a Ditadura Militar mediante a entrega de projetos têm sido, há décadas, ocultadas por seus admiradores, tanto ou mais do que a militância integralista de Goffredo antes da Guerra e a neointegralista após a derrota do Eixo. À parte uma apologia afetuosa- mas pouco convincente- feita por um destacado intelectual de esquerda²⁵¹, um livro de 191 páginas sobre Silva Telles praticamente apaga tais fatos ou deixa comodamente de mencioná-los²⁵². Aliado no combate ao governo dos generais, outro ex-aluno, importante voz da advocacia oposicionista, é, nessa obra, o único coautor que busca explicar o empenho de Goffredo de influenciar o regime autoritário- em termos vagos, descreve como “contribuição generosa e ingênua” (sic) a ação de quem teria sido, ao final, o “arauto da liberdade” e “padroeiro da minha geração”²⁵³.

²⁴⁷ TELLES JR., “Um poder legislativo autêntico”, p.16, fl.20.

²⁴⁸ Cf. TELLES JR., *A folha dobrada*, pp.880-883. Dos juristas egressos do Integralismo que a ela aderiram, a Ditadura preferiu, claramente, dar maior espaço ao jusfilósofo e juspublicista mais relevante (M. Reale) e ao grande processualista cujo radicalismo lhe parecia mais útil na repressão (A. Buzaid). À época, o pensamento constitucional situacionista também podia contar com novos talentos (como Manuel Gonçalves Ferreira Filho), capazes de fornecer ao governo autoritário criativas propostas sem o mofo do corporativismo da AIB (para uma delas, de óbvia funcionalidade para perpetuar o regime à custa dos direitos de setores da oposição, cf. FERREIRA FILHO, M.G. *A democracia possível*. S. Paulo: Saraiva, 1979, pp.72ss).

²⁴⁹ Para típicos exemplos cf. os depoimentos reunidos pela Folha de S. Paulo em “Livro relembra os 30 anos da ‘Carta aos Brasileiros’” (FSP, Caderno “Brasil”, p. A-16, 05/08/2007), bem como aqueles constantes da obra coletiva *Evocações* (2015), que examinaremos mais adiante.

²⁵⁰ TELLES JR., “Resistência violenta”, p.210 (p.114 na versão revista de 1965).

²⁵¹ V. BUCCI, E. “Goffredo, a solidão e a liberdade”. in VVAA, *Evocações*. S. Paulo: Migalhas, 2015, pp.102 e 104ss.

²⁵² Cf., por exemplo, VVAA, *Evocações*, pp.17ss, 48, 56-57, 73, 130, 145, 159-160, 163 etc.

²⁵³ BIERRENBACH, F.F. da C. “O preceptor”. *Evocações*, pp.122 e 124. Bierrenbach teria tido importante papel na iniciativa oposicionista que geraria a “Carta aos Brasileiros” (cf. SILVA TELLES, M.E. da, “O retrato e o destino”. *Evocações*, p.189).



Esse incômodo com aparentes incongruências biográficas não parece ter afetado a maioria dos demais coautores. Elas não parecem haver angustiado sequer um ex-discípulo de Hannah Arendt- filósofa que não se esquivara de verdades inconvenientes em *Eichmann em Jerusalém* nem apagara o passado em *As Origens do Totalitarismo*. É por isso que podemos hoje aprender, em um texto intitulado *Mesa de Amigos* (2010), que tudo o que fez e pregou Goffredo- das décadas militando ao lado de Plínio Salgado até voltar-se contra a última ditadura- merece ser resumido como um “percurso existencial rico e interessante”²⁵⁴. E que, antes e depois de 1964, o catedrático já plantava “rosas no pátio de pedra da Faculdade”, como fizera seu antecessor, Spencer Vampré²⁵⁵.

A impressão de discursos de admiradores e a republicação de artigos encomiásticos pouco ou nada nos dirão de útil, como vemos, sobre o pensamento corporativista de Goffredo ou sobre sua intensa atividade política nas agremiações integralistas. Mais lembradas têm sido, na verdade, sua elegância, sua simpatia pessoal e sua impressionante eloquência²⁵⁶. Designado como “mestre”, “o Mestre” (com letra maiúscula)²⁵⁷ ou mesmo o “Mestre de todos os nossos mestres”²⁵⁸, era amado por arrebatá-lo e comover²⁵⁹, por ensinar “a viver com elevação”²⁶⁰. Sua aula era uma “missa leiga”²⁶¹, uma “obra de arte”, um “espetáculo sem falhas”, uma eterna “Aula Magna” que podia acabar com palmas²⁶². Daí, também, sua conversão em “ídolo”²⁶³ e “ícone”²⁶⁴.

²⁵⁴ V. LAFER, C. “Mesa de Amigos”. *Evocações*, p.73. Cf. também LAFER, C. “Mestre Goffredo aos 90”, *Evocações*, p.19.

²⁵⁵ LAFER, C. “Professor Goffredo”. *Evocações*, p.64 (aqui reproduzindo metáforas do próprio Goffredo).

²⁵⁶ Sobre a elegância do jurista e seus dons de orador, v., na obra coletiva *Evocações*, as pp.64, 79, 90, 111-112, 120, 138, 167, 168 etc.

²⁵⁷ V., em *Evocações*, pp.37, 21-22, 41, 42, 43, 47-49, 51, 56, 57, 71, 83, 93, 97-99, 103-104, 133-135, 137, 139, 148, 152, 153, 155, 57 e 177-179.

²⁵⁸ STRAUSS, F.A.S. “O Mestre sempre Estudante”. *Evocações*, p.47.

²⁵⁹ Ressaltando sua capacidade de emocionar auditórios, BIERRENBACH, “O Preceptor”, pp.111, 113 e 115; FERRAZ JR., T.S. “Goffredo”. *Evocações*, pp.125-126.

²⁶⁰ BUCCI, “Goffredo, a solidão e a liberdade”, pp.103-104. Bierrenbach lembra que as aulas de Telles Jr. “sempre provocavam emoção” (“O Preceptor”, p.111).

²⁶¹ GOES FILHO, S.S. “Lembranças do Goffredo”. *Evocações*, p.138.

²⁶² V. GOES FILHO. “Lembranças”, p.138; BIERRENBACH, “O Preceptor”, pp.111 e 115; FERRAZ JR., “Goffredo”, p.125; KUJAWSKI, G. de M. “Goffredo Telles”. *Evocações*, p.158; MATOS, M., “O primeiro migalheiro”. *Evocações*, p.177 e SOUZA, J.C.M. de, “Goffredo vive”. *Evocações*, p.181.

²⁶³ Goffredo “foi nosso ídolo nos anos 50, nosso Mestre por toda a vida” (BETTIOL, L.C. “Goffredo, o Meio da Travessia”. *Evocações*, p.93).

²⁶⁴ Segundo o jusfilósofo Eduardo Bittar, Goffredo é “um ícone. É um símbolo” para sua faculdade. “Precisamos deles” (dos “ícones, de lendas, de símbolos”) por serem “faróis na tempestade da existência (...)”, são portos-seguros, são referências” (BITTAR, E. “Mesa de amigos de Goffredo”. *Evocações*, pp.83-84).



Se Goffredo teve ou não uma “presença cintilante na cultura jurídica brasileira”²⁶⁵, é algo que se pode debater. Foi dela, sem dúvida, uma das figuras mais conhecidas e admiradas. Comparando-o a Platão, Kant, Galileu, Descartes, Hegel, Einstein, Voltaire, Marx, Mill, Rousseau e “tantos nomes (...) para os quais o mundo já não tem segredo”, um poema chegou a concluir, em rima triunfal: “Não sei d’outro Mestre maior que Goffredo!”²⁶⁶. O fato desses outros pensadores ainda serem mais lidos no mundo não decorreu, pois, da ausência de um vibrante culto à personalidade.

O impacto político e acadêmico da personalidade de Goffredo é hoje bem mais lembrado do que suas contribuições à Teoria do Direito e à Teoria do Corporativismo. Há uma injusta- e provavelmente involuntária- ironia na associação, feita por um professor de Filosofia do Direito, entre Silva Telles e José Bonifácio, o Moço, *cintilante orador oitocentista* que foi uma mediocridade no campo científico²⁶⁷. Idolatrado pelos estudantes no século XIX, esse antigo professor segue sendo glorificado com uma imponente estátua em São Paulo, na mesma faculdade onde não se encontra mais ninguém que cite suas ideias no campo jurídico²⁶⁸.

7. Reconhecer em Goffredo o teórico e adepto- por longo tempo- de um corporativismo antidemocrático não elimina do mundo suas manifestações contrárias à Ditadura nos anos 70, como a “Carta aos Brasileiros”, na qual exigiu um retorno ao “Estado de Direito” e a convocação de uma Assembleia Constituinte²⁶⁹. Tal reconhecimento é, sem embargo, um ponto de partida indispensável para estudar os posicionamentos que o jurista assumiu nas quatro décadas anteriores, suas raízes ideológicas e suas movimentações nos campos da política e da

²⁶⁵ Nesse sentido a opinião da civilista Maria Helena Diniz (v. DINIZ, M.H., “Goffredo”. *Evocações*, p.151).

²⁶⁶ Poema dedicado ao jurisconsulto, por ocasião de seu nonagésimo aniversário, por um ex-aluno da Universidade de São Paulo (MORAES, B.B. “Ao Mestre Goffredo”. *Evocações*, pp.21-22).

²⁶⁷ LAFER, “Mesa de amigos”, p.73. Advirta-se, em favor do autor da comparação, que seu real foco no texto e o gênero literário deste último não favoreciam análises detidas de questões intelectuais.

Sobre José Bonifácio, o Moço, v. VENÂNCIO FILHO, A. *Das Arcadas ao bacharelismo*. S. Paulo: Perspectiva, 1982, pp.16, 114-115, 135-136 e 166-168. Contrastando com sua irrelevância científica seus dotes oratórios e sua impressionante memória, VENÂNCIO FILHO, *Arcadas*, pp.115 e 166-168.

²⁶⁸ O paralelo sugerido não se sustenta de todo. Note-se que a recente redução do impacto de Goffredo como teórico do Direito não oculta sua notória condição de docente dedicado, de autor prolífico e de pensador ansioso por ser intelectualmente original- características que seu suposto antecessor não parece ter tido.

²⁶⁹ Escrita não só por Goffredo- fato admitido com honestidade por sua esposa (v. SILVA TELLES, M.E. da. “O retrato e o destino”. *Evocações*, p.189)- a “Carta aos Brasileiros” foi um documento destinado a exigir a restauração da democracia e do Estado de Direito. A “Carta” foi lida publicamente por Goffredo, com repetição em coro pelos demais manifestantes, no átrio da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1977, tendo havido inclusive distribuição de cópias autografadas (cf. CINTRA, D. “Relembrando o Professor Goffredo”. *Evocações*, p.129).



teoria juspublicista. Quem oculta ou ignora, do mapa das fontes, o vasto oceano de elementos corporativistas e (neo)integralistas, não saberá boa parte do que o autor efetivamente disse em tais campos. E decerto, desse modo, pouco ou nada poderá avançar para tentar o mais importante: descobrir o que Goffredo estava realmente fazendo, ao escrevê-lo ou dizê-lo²⁷⁰.

Tal descoberta pressupõe, também, descartar a mítica descrição- fundada na má-fé ou na ignorância- de Goffredo como eterno democrata. Do Integralismo ao projeto dado aos generais após o Golpe de 1964, da tese dos anos 30 até a carta ao General Médici, acumulam-se as evidências em sentido contrário. Nos textos goffredianos aqui examinados, o que vemos realmente são elementos típicos do discurso antidemocrático: o desprezo aos juízos do homem comum, o desejo de limitar e dirigir as decisões dos governados em seu conjunto, o forte apego à hierarquia e ao Princípio da Autoridade²⁷¹, a crença de que uma *microelite superior* à “*massa*” deva indicar à Nação o seu rumo.

Que as crenças corporativistas de Goffredo afluem nas fontes juntamente com tais elementos não é um fato irrelevante²⁷². Isso indica, ao lado de sua longa participação nos movimentos integralista e neointegralista, que as matrizes de seu pensamento, nesse campo, tampouco eram democráticas²⁷³. Em 1969 o jurista ainda frisava, perante a Congregação de sua faculdade, a coerência de seu pensamento social desde seus tempos de jovem integralista²⁷⁴. E, evocando o passado de dois colegas também egressos do extremismo dos anos 30, admitia:

²⁷⁰ “We need , that is, to grasp not merely what people are saying but also what they are *doing in saying it*” (SKINNER, Q. *Visions of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p.82).

²⁷¹ Teríamos aqui mais um reflexo tardio da obsessão do Integralismo (e do reacionarismo ultramontano) em defender um nebuloso “Princípio da Autoridade” e a própria *hierarquia como um valor em si*? Difícil é sabê-lo. De qualquer modo, poucos anos antes, Goffredo ainda assinava um manifesto de professores- escrito por seu ex-correligionário na AIB, Miguel Reale- alertando para a “dissolução progressiva do princípio de autoridade”, em meio a “greves políticas” do sindicalismo esquerdista e à “subversão das hierarquias universitárias” por parte de organizações estudantis (v. a “Proclamação da Faculdade de Direito” de 09/8/1962 em FADUSP. “A Faculdade de Direito e a situação nacional”. *Revista da Faculdade de Direito* n.57 (1962): pp.272-282).

²⁷² Isso também explica sua distância das propostas corporativistas feitas anteriormente pelo pensamento brasileiro mais inclinado à democracia- do agudo e circunscrito corporativismo de Alberto Torres à concepção de João Mangabeira do corporativismo como potencial ferramenta de construção de um socialismo democrático (cf., por exemplo, TORRES, A. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: CEN, 1978, pp.307-308, e MANGABEIRA, J. *Em torno da Constituição*. S. Paulo: CEN, 1934, esp. pp.277-278. Sobre o abismo entre o pensamento de Torres e o dos integralistas, cf. SEELAENDER, “Alberto Torres”, p.311, e a precisa análise de San Tiago Dantas referida em DUTRA, P., *San Tiago Dantas*. S. Paulo: Singular, 2014, v.1, pp.305 e 623).

²⁷³ A tentativa de Goffredo de dar ao regime militar uma “base corporativa” não tem sido vista como claro indício de apego ao ideário integralista e neointegralista. Pelo que vemos, o óbvio só pode ser reconhecido fora do meio jurídico, ao tratar-se da análoga tentativa feita, na mesma época, por Plínio Salgado- por muitos anos líder e correligionário de Goffredo (v. BERTONHA, *Plínio Salgado*, pp.352-353 e 376).

²⁷⁴ V. TELLES JR., “Pronunciamento”, p.405. Para enfatizar tal coerência perante colegas que bem o conheciam, também perguntava esse persistente apoiador de Plínio Salgado: “Quem não conhece o invariável sentido de todas as minhas campanhas políticas?” (Idem, *ibidem*).



“Continuo na posição que foi a de MIGUEL REALE, em seus livros *A Formação da Política Burguesa* e o *Capitalismo Internacional*. Na posição que foi a de ALFREDO BUZAID”²⁷⁵.

A pesquisa científica não deve ter, por finalidade, a *reprodução de mitos agradáveis* ou a *preservação de mentiras politicamente úteis para causas nobres*. Quando dentro de instituições universitárias pós-iluministas muitos se lançam a forjar simbolicamente *mártires* ou *heróis*, ou a invocá-los de modo acrítico em meio a crises, algo da função social dessas mesmas instituições já começa a se dissolver. Em momentos assim, podemos até perdoar os bem-intencionados equívocos das cantoras *funk*, dos atores de novelas e dos jovens estudantes- mas esperamos de *professores universitários*- e ainda mais de *professores de direito*- que ao menos procurem, antes de deificar seus predecessores, ler o que estes deixaram à posteridade, na biblioteca comum.

Já ocupando muita gente de um amplo espectro ideológico, a *indústria brasileira dos cultos à personalidade* não precisa recrutar, também, a História do Direito. Esta deve dedicar-se, pelo contrário, a resgatar dos templos da mistificação os seres humanos ali marmorizados e incensados, os juristas de carne e osso, relendo e contextualizando seus percursos e obras.

Referências bibliográficas

ADINOLFI, Goffredo. “O corporativismo na ditadura fascista italiana”. *A onda corporativa* (A.C. Pinto e Martinho, F.P., org.). Rio de Janeiro: FGV, 2016, pp.41-60.

ALPA, Guido. “La costruzione del corporativismo tra disciplina del lavoro e disciplina delle associazioni”. *Korporativismus in den südeuropäischen Diktaturen*. (A. Mazzacane, A. Somma e M. Stolleis, org.). Frankfurt a.M.: V. Klostermann, 2005, pp.263-299.

ANÔNIMO. “Professor Goffredo da Silva Telles Junior”. *Revista da Faculdade de Direito* v.49 (1954): pp.45-49.

ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

BARROS, José Manuel de A. “Mestre Goffredo”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.31-34.

²⁷⁵ TELLES JR., “Pronunciamento”, p.406. Nesse longo discurso, o autor lembra sua oferta de modelos constitucionais ao regime militar e destaca sua distância do “totalitarismo soviético” e do marxismo em geral (TELLES JR., “Pronunciamento”, pp.405 e 409-410). Já quanto à função das críticas à “burguesia” na tradição política aqui enfocada, cf. PAXTON, “The five stages”, p.7.



BARROSO, Gustavo “O que é o integralismo”. *O Nacionalista*. Araraquara, Ano I, n.4, 27 de Janeiro de 1935, fl.1. (facsimilado em CAVALARI, p.229).

BERTONHA, João Fábio. *Plínio Salgado: Biografia política (1895-1975)*. São Paulo: Edusp, 2018.

BETTIOL, Luiz Carlos. “Goffredo, o meio da travessia”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.89-93.

BIERRENBACH, Flavio. “O preceptor”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.111-124.

BITTAR, Eduardo C.B. “Mesa de amigos de Goffredo da Silva Telles Junior”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.77-87.

_____. “Homenagem aos 100 anos”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.147-150.

BOSWORTH, Richard J. B. *Mussolini's Italy*. New York: Penguin, 2006

BOTZ, Gerhard. “Estado corporativo e ditadura autoritária”. *A onda corporativa* (A.C. Pinto e Martinho, F.P., org.). Rio de Janeiro: FGV, 2016, pp.61-99.

BRAGA, Sérgio Soares. “Problemas da representação política e da democracia na experiência constituinte” (Entrevista concedida por Goffredo (...) no dia 29/02/1996 e revista pelo entrevistado). *Revista de Sociologia e Política* n.6/7 (1996):pp.113-128.

_____. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946*. Brasília: CDI/Câmara dos Deputados, 1998, v.2.

BUCCI, Eugênio. “Goffredo, a solidão e a liberdade”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.101-109.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no Pós-Guerra*. Porto Alegre, Edipucrs, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. “Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente”. *Repensando o Estado Novo* (Dulce Pandolfi, org.) Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.309-326.

CARONE, Edgard *A Terceira república (1937-1945)*. S.Paulo: Difel, 1982.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo*. Bauru: Edusc, 1999.

CENEVIVA, Walter. “Noventa anos de Goffredo”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.51-53.

_____. “Goffredo e sua importância”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.67-69.



CINTRA, Dyrceu. “Relembrando o Professor Goffredo”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.129-132.

DARD, Olivier. “O corporativismo na França de Vichy”. *A onda corporativa* (A.C. Pinto e Martinho, F.P., org.). Rio de Janeiro: FGV, 2016, pp.147-169.

DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem*. S.Paulo: Unesp, 1996.

DIAS, Thaís Araújo. *Ditadura legalizada*. Tese (Doutorado em Direito). Fortaleza: Unifor, 2024.

DINIZ, Maria Helena. “Presença cintilante na cultura jurídica brasileira”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.151-154.

DULLES, John W.F. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas*. S. Paulo: Nova Fronteira, 1984.

_____. *Sobral Pinto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUQUESNE, Jacques. *Os católicos franceses e a Resistência*. São Paulo: Moraes, 1968.

DUTRA, Pedro. San Tiago Dantas. *A razão vencida*. S.Paulo: Singular, 2014, v.1.

ERICEIRA, João Batista. “O eterno subversivo”.VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.55-57.

FADUSP. “A Faculdade de Direito e a situação nacional”. *Revista da Faculdade de Direito* n.57 (1962): pp.272-282.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. “Goffredo: da morte à vida”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.125-127.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *A democracia possível*. 5a.ed., S.Paulo: Saraiva, 1979.

FONTES, João Roberto E.P. “Homenagem ao Professor Goffredo”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.23-30.

FREITAS DO AMARAL, Diogo. “Corporativismo, fascismos e constituição”. *Corporativismo, fascismos, Estado Novo* (F. Rosas e A. Garrido coord.). Coimbra: Almedina, 2012, pp.81-98.

GOES FILHO, Synesio. “Lembranças de Goffredo”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.137-145.



GONÇALVES, Leandro P. “O integralismo de Plínio Salgado e a busca de uma proposta corporativista para o Brasil”. *A onda corporativa* (A.C. Pinto e Martinho, F.P., org.). Rio de Janeiro: FGV, 2016, pp.255-283.

GONÇALVES, Leandro P. e OLIVEIRA, Alexandre L. ”Não é vergonha nenhuma...” *História e cultura* v.5, n.3 (dez.2016): pp.155-174.

GONÇALVES, Leandro P. “Un ensayo bibliográfico sobre el integralismo brasileño”. *Ayer* n.105.1 (2017), pp.241-256.

GOÑI, Uki. *La auténtica Odessa*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

HALÉVY, Élie. *L'Ère des Tyrannies*. Saint-Amand: SEPC, 1990.

HANISCH, Ernst. (2014) “Der politische Katholizismus als ideologischer Träger des ‘Austrofaschismus’”. *Austrofaschismus* (E. Tálos e W. Neugebauer, org.). Wien, Berlin: LIT, 2014, pp.67-85.

HOBBSAWM, Eric. “Introdução”. *A invenção das tradições*. (E. Hobsbawm e T. Ranger, org.) São Paulo: Paz e Terra, 2008, , pp.9-23.

HOCHHEIM, Bruno A. “Leal, Victor Nunes” *Entender a Independência*. (A. Seelaender e A. Wehling, coord.). Rio de Janeiro: Processo, 2022, pp.193-201.

KUJAWSKI, Gilberto. “Goffredo Telles, o Moço”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.157-168.

LACERDA, Carlos. *Na Tribuna da Imprensa. Crônicas sobre a Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LAFER, Celso. “Mestre Goffredo aos 90”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.17-20.

_____. ”Professor Goffredo”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.63-65.

_____. “Mesa de amigos”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, 71-75.

LAUERHASS JR., Ludwig. *Getúlio Vargas*. S.Paulo, Belo Horizonte: Edusp, Itatiaia, 1986.

LEAL, V.N. *Coronelismo, enxada e voto*. 7a.ed, São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. Rio de Janeiro: FGV/Nova Fronteira, 1997.

MAIO, Marcos Chor. “Qual anti-semitismo?” *Repensando o Estado Novo* (D. Pandolfi, org.). Rio de Janeiro: FGV, 1999, pp.229-256.



MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. “Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil”. *O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo* (J. Ferreira e L. Delgado, org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.39-61.

MANGABEIRA, João. *Em torno da Constituição*. S. Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1934.

MANN, Michael. *Fascistas*. São Paulo, Rio de Janeiro: Record, 2008.

MARREY, Luiz Antônio. “Homenagem ao professor”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.95-99.

MATOS, Miguel. “O primeiro migalheiro”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.177-180.

MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: uma biografia política*. Amadora: Dom Quixote, 2010.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MORAES, Bismael. “Ao Mestre Goffredo ‘90’”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.21-22.

OLIVEIRA, Armando de Salles. “Diagrama de uma situação política” in: *Escritos políticos*. 2a.ed., S.Paulo: Arx, 2002, pp.484-537.

PAXTON, Robert. “The five stages of fascism”. *Journal of Modern History* 70-1 (1998), pp.1-23.

PEREIRA, Osny Duarte. *A Constituição do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PINTO, António Costa. “Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária”. *A onda corporativa* (A.C. Pinto e Martinho, F.P., org.). Rio de Janeiro: FGV, 2016, pp.27-37.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. *Intelectuais, carisma e Ação Integralista Brasileira*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

RAPINELLI, Waldir J., “A revolução traída”. *Projeto História* 33 (dez.2006): pp.381-385.

REALE, Miguel. “O Estado Moderno”. *Obras políticas (1a fase – 1931/1937)*. Brasília: UnB, 1983, v.2, pp.3-168.

_____. “Perspectivas integralistas”. *Obras políticas (1a fase – 1931/1937)*. Brasília: UnB, 1983, v.3, pp.15-67.

_____. “ABC do integralismo”. *Obras políticas (1a fase – 1931/1937)*. Brasília: UnB, 1983, v.3, pp.151-222.



_____. “Nós e os fascistas da Europa”. *Obras políticas (1a fase – 1931/1937)*. Brasília: UnB, 1983, v.3, pp.223-233.

_____. “Integralismo e democracia”. *Obras políticas (1a fase – 1931/1937)*. Brasília: UnB, 1983, v.3, pp.243-251.

_____. *Memórias. Destinos Cruzados* 2a. ed. rev., S.Paulo: Saraiva, 1987, v.1.

REBELO, José. *Formas de legitimação do poder no salazarismo*. Lisboa: Livros e Leituras, 1998.

RODRIGUES, Walter Piva. “Oração evocativa”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.133-135.

ROSAS, Fernando. ”Saber Durar”. *História de Portugal: O Estado Novo* (F. Rosas, coord.) Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp.139-367.

_____. “O corporativismo enquanto regime”. *Corporativismo, fascismos, Estado Novo* (F. Rosas e A. Garrido, coord.). Coimbra: Almedina, 2012, pp.17-47.

ROSO, Jayme V. “Goffredo na atualidade”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.155-156.

RÜTHERS, Bernd. *Entartetes Recht*. 2a. ed., München: Beck, 1994.

_____. *Geschönte Geschichten. Geschönte Biographien*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2001.

SÁNCHEZ RECIO, Glicerio. “O corporativismo na ditadura franquista”. *A onda corporativa* (A.C. Pinto e Martinho, F.P., org.). Rio de Janeiro: FGV, 2016, pp.129-146.

SANDOVAL, Ovídio. “O Professor Goffredo Telles Junior e a Carta aos Brasileiros”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.169-175.

SANTOS, Rogério Dultra. “Ditadura e corporativismo na Constituição de 1937”. *A onda corporativa* (A.C. Pinto e Martinho, F.P., org.). Rio de Janeiro: FGV, 2016, pp.285-306.

SCHIERA, Pierangelo. “Il corporativismo”. *Korporativismus in den südeuropäischen Diktaturen* (A. Mazzacane, A. Somma e M. Stolleis, org.). Frankfurt am Main: V. Klostermann, 2005, pp.35-48.

SCHUBSKY, Cássio. “A chave da convivência humana”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.35-46.

SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política”. *Cultura e política*. S.Paulo: Paz e Terra, 2001, pp.7-58.

SCHWARTZMAN, Simon (org.) *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: Unb, Cpdoc, 1983.



SEELAENDER, A. C.-L. “Meios de pesquisa, formas de pensar”. *Revista da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza* v.12 (2004): pp.19-39.

____ “Juristas e ditaduras”. *História do direito em perspectiva* (Ricardo Fonseca e Airton Seelaender, org.) Curitiba: Juruá, 2008, pp.415-432.

____ “Francisco Campos (1891-1968)- Uma releitura”. *As formas do direito* (R.M. Fonseca, org.). Curitiba: Juruá, 2013, pp.491-525.

____ “Alberto Torres”. *Entender a Independência*. (A. Seelaender e A. Wehling, org.). Rio de Janeiro: Processo, 2022, pp.307-316.

SILVA, Giselda Brito. “A interpretação na história”. *Antíteses* v.3, n.6 (jul./dez. 2010): pp.1115-1131.

SILVA TELLES, Maria Eugenia Raposo da. “O retrato e o destino”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.183-191.

SOUZA, José Carlos M. de. “Goffredo vive”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.181-182.

STOLLEIS, Michael. *Recht im Unrecht*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

STRAUSS, Flávio. “O mestre sempre estudante e a Constituição”. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015, pp.47-49.

TÁLOS, Emmerich; MANOSCHEK, Walter. “Aspekte der politischen Struktur des Austrofaschismus”. *Austrofaschismus* (E. Tálos e W. Neugebauer, org.). Wien, Berlin: LIT, 2014, pp.123-159.

TELLES JR, Goffredo (da Silva) . *Justiça e jury no Estado Moderno*. These de concurso para a cathedra de Direito Judiciario Penal. S. Paulo: Revista dos Tribunaes, 1938.

____ “Resistência violenta aos governos injustos”. *Revista da Faculdade de Direito* n.50 (1955): pp.192-246.

____ “Lineamentos para uma constituição realista para o Brasil” *Revista da Faculdade de Direito* n.54/2 (1959): pp.140-170.

____ *A democracia e o Brasil. Uma doutrina para a revolução de março*. São Paulo: RT, 1965.

____ “Resistência violenta aos governos injustos”. In: *A democracia e o Brasil. Uma doutrina para a revolução de março*. São Paulo: RT, 1965, pp.91-122 (versão parcialmente alterada do texto de 1955).

____ “Pronunciamento”. *Revista da Faculdade de Direito* n.63 (1968), pp.401-412.



____ “Carta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, General Emílio Garrastazu Médici”. S. Paulo, 03/9/1970. Proc.CEL 7.658/71 (SECOR 68 973/70), fls.03/04. Arquivo Nacional: BR RJANRIO TT.0.JUS, PRO.483.

____ “Em nome da decência”. *Revista da Faculdade de Direito* n.84/85 (1989/1990): pp.296-299.

____ *A folha dobrada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*. 2a.ed. rev.: Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009, 2 v.

____ “Discurso sull’Estado Novo portoghese” *Storicamente* 6 (2010): pp.1-20.

____ “Os corporativismos e as ‘terceiras vias’”. *Corporativismo, fascismos, Estado Novo* (F. Rosas e A. Garrido coord.). Coimbra: Almedina, 2012, pp.49-79.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1978.

TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. 3a.ed., S. Leopoldo: Unisinos, 2016.

VENÂNCIO FILHO, A. *Das Arcadas ao bacharelismo*. S.Paulo: Perspectiva, 1982.

VIELFAURE, Pascal. “Note introductive au corporativisme sous Vichy”. *Korporativismus in den südeuropäischen Diktaturen* (A. Mazzacane, A. Somma e M. Stolleis, org.). Frankfurt am Main: V. Klostermann, 2005, pp.9-33. VVAA. *Evocações*. São Paulo, Migalhas, 2015.



**A “REVISTA DE LEJISLACION Y JURISPRUDENCIA”: UM PROJETO EDITORIAL
NOS ALBORES DA CODIFICAÇÃO (ARGENTINA, 1869-1880)¹**

*THE “REVISTA DE LEJISLACION Y JURISPRUDENCIA”:
AN EDITORIAL PROJECT IN THE DAWN OF CODIFICATION (ARGENTINE, 1869-1880)*

VIVIANA KLUGER²

Tradução

FREDERICO PAGANIN GONÇALVES³

Revisão

ALFREDO DE J. FLORES⁴

Resumo

A “*Revista de Legislacion y Jurisprudencia*” foi publicada entre 1869 e 1880 e era dirigida por quatro professores da Universidade de Buenos Aires: José M. Moreno, Ceferino Araujo, Antonio E. Malaver e Juan José Montes de Oca. Apareceu quando Vélez Sarsfield havia apresentado ao Poder Executivo o primeiro livro do Projeto de Código Civil da República Argentina, pelo que resulta de sumo interesse analisar essa publicação que começou a circular em um momento de virada da sistematização do sistema jurídico argentino. Começa-se com uma referência às publicações que existiam ao momento de aparecer a *Revista*, para passar logo a sua estrutura e a seu conteúdo. Nesse sentido, ocupou-se dos casos reproduzidos e/ou

Abstract

The “Revista de Legislacion y Jurisprudencia” was published in Buenos Aires between 1869 and 1880, and it was directed by four professors at the University of Buenos Aires: José M. Moreno, Ceferino Araujo, Antonio E. Malaver and Juan José Montes de Oca. The ‘Revista’ had appeared when Vélez Sarsfield had already submitted to the Executive Power the first book of the Argentinean Civil Code Draft. That is why it is of great interest to analyze this publication that began to be issued at a turning point of the systematization of Argentinean legal system. I begin with a reference to the publications existing at the time when the ‘Revista’ was first published, and then go on to analyze its structure and content. In this sense, I deal with the judicial decisions reproduced and /

¹ Versão original do texto, publicado em língua espanhola: KLUGER, Viviana. La “Revista de Legislacion y Jurisprudencia”. Un proyecto editorial en los albores de la codificación (1869-1880). *Revista de Historia del Derecho*, Buenos Aires, n. 57, p. 71-113, jan.-jun. 2019. Os tradutores agradecem à Professora Viviana Kluger pela autorização da publicação e estímulo para a tradução; registre-se que foram feitas pequenas modificações na estrutura do texto, para efeitos de adequação ao modelo desta Revista.

² Doutora em História do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (Argentina). Professora Titular de História do Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (Argentina). Coordenadora Acadêmica do Doutorado em Direito Privado da *Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales* (Argentina). Secretária de Redação da *Revista de Historia del Derecho* (Argentina). Membro Titular, Vice-diretora 1º e Investigadora do *Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho* (Argentina). E-mail: vkluge@hotmail.com.

³ Bacharel em Direito – UFRGS, com período de mobilidade acadêmica na Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg). E-mail: fredericopaganinogoncalves@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4359-2478>.

⁴ Professor Permanente do PPGDir-UFRGS. E-mail: ajdmf@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1854-3367>.



analisados e seus respectivos comentaristas, as obras comentadas, as discussões, as propostas de reforma e as relações da *Revista* com outras publicações, para terminar com algumas considerações finais.

Palavras-chave: Revistas jurídicas; Cultura jurídica; Código Civil de Dalmacio Vélez Sársfield.

or analyzed in the 'Revista' and their respective commentators, the scholarly writings, commented works, discussions, proposed reforms and the relations of the 'Revista' with other publications. I conclude with some final considerations.

Keywords: Legal journals; Legal culture; Dalmacio Vélez Sársfield's Civil Code.

Sumário:

1 Introdução; 2 Estrutura; 2.1 Jurisprudência; 2.2 Doutrina; 2.3 Bibliografia; 3 Grandes polêmicas e propostas de reforma; 4 Reprodução; 5 Relações com outras publicações; 6 Considerações finais; 7 Referências bibliográficas; 8 Anexos: Lista de comentários e seus respectivos autores.



1 Introdução

Entre 1869 e 1880 foi publicada em Buenos Aires a “*Revista de Legislacion y Jurisprudencia*” – doravante, a *Revista* –, dirigida por quatro professores da Universidade de Buenos Aires, “quatro figuras com prestígio do foro portenho”⁵: José M. Moreno⁶, Ceferino Araujo⁷, Antonio E. Malaver⁸ e Juan José Montes de Oca⁹.

O nascimento da *Revista* não foi casualidade, já que, para a época de seu surgimento em 1869, Dalmacio Vélez Sarsfield já havia apresentado ao Poder Executivo o primeiro livro do Projeto de Código Civil para a República Argentina – para o que havia sido convocado¹⁰ por decreto de 20 de outubro de 1864 e que, conforme Cháneton, “já circulava entre o público”¹¹.

⁵ CHÁNETON, A. *Historia de Vélez Sársfield*. T. II. Buenos Aires: Librería y Editorial “La Facultad”, 1937. p. 443. [nota de tradução: “portenho”, habitante de Buenos Aires, em sua origem um porto].

⁶ Foi professor de Direito Civil na Universidade de Buenos Aires (UBA) entre 1864 e 1880, quando começou o estudo do Código Civil, para cujo ensino utilizou o método exegético. A partir de 1872, desempenhou-se no cargo de vice-diretor da UBA, e desde 1876 o fez a nível nacional. Decano (diretor) da Faculdade em 1877 (RESEÑA HISTÓRICA. *Sinopsis sobre la historia de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, s.d. Disponível em: <http://www.derecho.uba.ar/institucional/historia/index_05.php>. Acesso em: 16 setembro 2024).

⁷ Deputado por Buenos Aires e assessor da Municipalidade de Buenos Aires. Segundo Cutolo “seus pareceres como assessor correm em inumeráveis expedientes” (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. V. I. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 199-200). Catedrático suplente de Direito Civil no Departamento de Jurisprudência. Desde novembro de 1872 até 1875, formou parte do Superior Tribunal da província de Buenos Aires. Em 1876, voltou a seu ofício de advogado, na companhia do doutor José María Moreno.

⁸ Primeiro professor de Processo [*Procedimientos*] na Universidade de Buenos Aires e autor de um curso de procedimentos judiciais em matéria civil e mercantil (SEOANE, M. I. *La enseñanza del derecho en la Argentina: Desde sus orígenes hasta la primera década del siglo XX*. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1981. p. 62).

⁹ Foi agente fiscal no Civil e Comercial, chefe do Departamento de Obras Públicas da província de Buenos Aires e assessor de Governo. Em 1866, formou parte da Convenção Nacional que reformou a Constituição. Com Malaver, Moreno e Juan Fernández escreveu um *Manual de Procedimientos Civiles y Criminales*, em 1870. Primeiro professor de Introdução Geral ao Estudo do Direito ou Enciclopédia Jurídica (SEOANE, M. I. *La enseñanza del derecho en la Argentina: Desde sus orígenes hasta la primera década del siglo XX*. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1981. p. 64). Por encargo do governo da província, redigiu, em 1885, um importante projeto sobre a organização da Justiça de Paz. Juntamente com Obarrio e Malaver, elaborou em 1886 um projeto sobre Código de Processo Penal [*Procedimientos en lo Criminal*] na Província de Buenos Aires. Teve uma destacada atuação como magistrado, deputado e senador provincial; logo como deputado nacional, presidente do Conselho Deliberante e várias vezes esteve a cargo da Intendência Municipal. Delegado no Conselho Superior da Universidade de Buenos Aires, acadêmico honorário, depois titular e vice-diretor [*Vicedecano*] da Faculdade de Direito. (NÓMINA completa de Asesores Generales de Gobierno. Dr. Juan J. Montes de Oca (1884). Provincia de Buenos Aires, Argentina: Asesoría General de Gobierno. Gobierno de la Provincia de Buenos Aires, s.d. Disponível em: <http://www.asesoria.gba.gov.ar/informacion/asesores.php#Montes_de_Oca_Juan_Jose>. Acesso em: 17 de abril de 2018).

¹⁰ Vélez Sarsfield levou o projeto ao Poder Executivo livro por livro, a partir de 21 de junho de 1865. Esse primeiro livro apareceu publicado no final de dito ano; o segundo, fracionado em três entregas, em agosto de 1866 e princípios de 1867; o terceiro, em janeiro de 1868 e o quarto e último em agosto de 1869 (LEVAGGI, A. *La cultura forense argentina en la época del nacimiento del código civil*. *IUSHistoria*, 7, p. 106, 2014).

¹¹ CHÁNETON, A. *Historia de Vélez Sársfield*. T. II. Buenos Aires: Librería y Editorial “La Facultad”, 1937. p. 444-445.



Daí a importância de analisar essa publicação periódica que começa a aparecer em um momento de virada da sistematização de nosso sistema jurídico, tal como apontou Pugliese, demarcado “em um processo de transformação do direito argentino, primeiro, de base codificadora, conformada pelas novidades que proporciona ciência jurídica moderna e a filosofia política liberal europeia do século XIX”.¹²

O objeto do presente trabalho consiste em efetuar uma descrição de uma revista pouco estudada até o presente momento em seu conjunto, com particular ênfase em seus objetivos, destinatários, estrutura, autores que contribuíram, polêmicas jurídicas que se criaram em suas páginas, e, definitivamente, seu papel como motor ou impulsionador das mudanças que se geraram a partir do início da aplicação em 1871 do Código Civil argentino de Dalmacio Vélez Sarsfield.

Para tal efeito, começamos com uma referência ao contexto editorial em que surge a *Revista*, para passar logo a sua estrutura e a seu conteúdo. Nessa ordem de ideias, trata-se das decisões judiciais reproduzidas e/ou analisadas e seus respectivos comentaristas, os artigos de doutrina publicados (onde se dará atenção somente a certos aspectos de alguns, tendo em conta que excederia o objeto desse artigo efetuar uma síntese de cada um), as obras comentadas, as discussões, as propostas de reforma e as relações da *Revista* com outras publicações, para terminarmos com algumas considerações finais.

Durante os onze anos de vida da *Revista*, apareceram um total de doze tomos.¹³ Ignoramos o sucedido entre os anos 1874-1875 e 1877 – já que nenhum dos tomos analisados parece corresponder a esses períodos – assim como os motivos pelos quais a *Revista* deixou de ser publicada em 1880. Também teria sido interessante encontrar outros dados, como quais eram as fontes de financiamento ou quantos exemplares se publicavam, dentre outros.

¹² PUGLIESE, M. R. Las Revistas Jurídicas en la Argentina en la primera mitad del siglo XX: Una mirada cultural y didáctica sobre el género. *Revista de Historia del Derecho*, (47), p. 108, 2014.

¹³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1872; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IX. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1873; REVISTA General de Legislación y Jurisprudencia. Tomo X. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1876; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo XI. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1878; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo XII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1880. Esse último tomo aparece mutilado em todas as edições consultadas.



A *Revista* nasceu em um contexto editorial no qual já existiam, ou haviam existido, algumas publicações periódicas que se ocupavam de temas jurídicos – tanto na Argentina quanto no estrangeiro, ainda que nem todas abordassem exclusivamente temas jurídicos. Por sua vez, na Espanha, desde 1853, aparecia uma publicação denominada *Revista General de Legislación y Jurisprudencia*, dirigida por Ignacio Miquel y Rubert e por José Reus García, considerada “a revista jurídica decana da Espanha e da América hispânica e uma das mais antigas do mundo”.¹⁴

Na França, já era conhecida a *Thémis*, de Bonnacase; a partir de 1825, Dalloz editava a *Jurisprudence Générale du Royaume*; desde 1844, circulava a *Revue de Droit Français et Étranger* e a *Revue de Législation* de Wolowski, que se converteria em 1851 na *Revue Critique de Législation et de Jurisprudence*.¹⁵

Na Noruega, publicava-se desde 1836 o periódico jurídico *Norsk Retstidende*, cuja função era servir de órgão de reprodução das decisões da Suprema Corte de Justiça da Noruega, assim como desenvolver tarefas acadêmicas. Igual missão tinha a *Ugeblad for Lovkyndighed*, que se publicou entre 1860 e 1870, quando se fundiu com a *Norsk Retstidende*.¹⁶

Na Bélgica, por sua vez, havia existido em 1828 a *Gazette des Tribunaux* e o *Memorial Législatif et Judiciaire* em 1832, por mais que apenas a partir de 1842 começou a ser editada a *La Belgique Judiciaire*, uma revista publicada duas vezes por semana e que oferecia uma crônica da atividade do foro. *La Belgique Judiciaire* não apresentava somente jurisprudência, senão também artigos de doutrina, escritos judiciais, opiniões de assessores sobre questões jurídicas e pareceres acerca de famosos casos penais. Ainda que não tenha sido a primeira revista desse tipo, foi a que pôde manter-se em circulação durante um certo tempo.¹⁷

¹⁴ *Revista General de Legislación y Jurisprudencia* (1853-). [nota de tradução: tal informação apresentada pela autora consta no próprio site da Editora Reus, da Espanha, bem como na capa do periódico até agora – ver: <https://www.editorialreus.es/revistas/revista-general-de-legislacion-y-jurisprudencia/>]. Ver também: SERRANO GONZÁLEZ, A. Las Revistas jurídicas en España: una cuestión de estilo. In: TAU ANZOÁTEGUI, V. (ed.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. p. 77-109.

¹⁵ Maiores informações sobre as revistas jurídicas francesas em: SORBARA, J. G. Les chroniques de jurisprudence dans les revues juridiques du XIXe siècle. *Revue d'histoire des facultés de droit et de la culture juridique*, du monde des juristes et du livre juridique, p. 49-61, 2012. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01786150>>. Acesso em: 21 março 2019.

¹⁶ MICHALSEN, D. The Making of a Public Legal Sphere. The Legal Journals of Norway in the 19th Century. In: STOLLEIS, M.; SIMON, T. (ed.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2006. p. 33. Para um desenvolvimento completo das revistas jurídicas na Noruega, ver a mesma obra (p. 29-54).

¹⁷ HEIRBAUT, D. Law reviews in Belgium (1763-2004): instruments of legal practice and linguistic conflicts. In: STOLLEIS, M.; SIMON, T. (ed.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2006. p. 347.



Na Argentina, quando em 1869 se iniciou a publicação da *Revista*, já havia circulado, a partir de 1854, *El Plata Científico y Literario*, que contava com uma seção de *Jurisprudencia-Tribunales*, e, em 1855, o periódico *El Judicial*, dedicado ao foro e cujo diretor era o espanhol Mariano P. F. Espiñeira, tal como afirma Leiva.¹⁸

Entre maio e setembro de 1859 também circulava uma publicação a cargo do primeiro Colégio de Advogados de Buenos Aires, chamada *El Foro*, que teve curta vida e que conjugava, além de sentenças, notícias de outro tipo, considerada “a primeira publicação séria que aparecem em Buenos Aires com relação à Jurisprudência”.¹⁹

Em 1864, começaram a aparecer os casos da Suprema Corte de Justiça Nacional – que registravam desde sua primeira decisão de 15 de outubro de 1863 – e a *Colección de Vistas Fiscales y resoluciones en asuntos administrativos, del culto, diplomáticos y civiles* de Ramón Ferreira, que se caracterizava por apresentar o material de maneira sistemática.²⁰

Também em 1864 havia uma *Revista de Legislación y Jurisprudencia* a cargo do periodista e advogado penalista Juan Francisco Monguillot²¹ e publicada pela *Imprenta de Buffet*, da qual saiu somente um número.²²

Em 1867, surgiu a *Gaceta de los Tribunales*, folha de informação de acórdãos que havia obtido autorização do Superior Tribunal para inserir gratuitamente os editos e anúncios de remates de ofício, de forma que “o espaço destinado à matéria doutrinária e jurisprudencial restava limitado ao que deixavam livre os avisos”. Dirigida por Juan Francisco Bustos e Juan Coronado, foi publicada até novembro de 1869.²³

De sua parte, na província de Santa Fe circulou os *Anales del Foro Argentino* até 1870; no primeiro de janeiro de 1873, começou a editar-se a *Revista Criminal* e em 1875 uma *Revista*

¹⁸ LEIVA, A. Del periodismo forense a las revistas jurídicas. Un aspecto en la evolución de la literatura jurídica argentina (1850-1950). In: TAU ANZOÁTEGUI, V. (ed.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. p. 61.

¹⁹ LEIVA, A. Del periodismo forense a las revistas jurídicas. Un aspecto en la evolución de la literatura jurídica argentina (1850-1950). In: TAU ANZOÁTEGUI, V. (ed.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. p. 63-64.

²⁰ PUGLIESE, M. R. Las revistas jurídicas en la Argentina en la primera mitad del siglo XX: Una mirada cultural y didáctica sobre el género. *Revista de Historia del Derecho*, (47), p. 220, 2014.

²¹ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. IV. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 613.

²² LEIVA, A. Del periodismo forense a las revistas jurídicas. Un aspecto en la evolución de la literatura jurídica argentina (1850-1950). In: TAU ANZOÁTEGUI, V. (ed.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. p. 64.

²³ LEIVA, A. Del periodismo forense a las revistas jurídicas. Un aspecto en la evolución de la literatura jurídica argentina (1850-1950). In: TAU ANZOÁTEGUI, V. (ed.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. p. 66.



de Derecho, elaborada por estudantes da Universidade, na qual se apresentaram as lições de José Manuel Estrada e de Amancio Alcorta.

Em 1876 apareceu a *Revista Judicial del Sud*, com o objetivo de dar publicidade às resoluções judiciais de Dolores, província de Buenos Aires, a cargo de Alberto Palomeque, e no mesmo ano se publicaram os *Repertorios de Jurisprudencia* que incluíam uma compilação de acordos, sentenças e resoluções dos Tribunais da Província de Buenos Aires (Civil, Mercantil, Criminal, Correccional), a cargo de Juan Francisco Monguillot. Só apareceu um tomo, e os casos não eram comentados.

Em 1883 surgiu a *Revista de Derecho del Departamento del Centro* em Mercedes, província de Buenos Aires, cujo diretor era José María Cantilo; e em 1884 surgiu a *Revista Jurídica del Centro Jurídico y de Ciencias Sociales*.²⁴

2 Estrutura

Tal como apontavam os próprios diretores em sua Introdução, a *Revista* se propunha a “recolher as sentenças de nossos juízes e Tribunais, sempre que considere que haja resolvido algum ponto interessante ou duvidoso, ou não previsto nas leis; ou que são notáveis pelo estudo que revelam e pelas doutrinas que contêm”.²⁵

É por isso que apontava ser útil aos juízes e aos advogados, “para quem, pode-se dizer, quase não existe a Jurisprudência dos Tribunais; ficando, como ficam, as decisões mais importantes dos juízes perdidas quase sempre nos arquivos, sem que seja possível adquirir sequer o conhecimento de sua existência na generalidade dos casos”.²⁶

Para tais efeitos, colocaria o começo da transcrição das sentenças em cada causa, “uma *relação* ou extrato desta, em que consignaremos laconicamente as razões ou fundamentos das alegações apresentadas e, em seguida, agregaremos frequentemente um juízo crítico das decisões transcritas”.²⁷

²⁴ LEIVA, A. Del periodismo forense a las revistas jurídicas. Un aspecto en la evolución de la literatura jurídica argentina (1850-1950). In: TAU ANZOÁTEGUI, V. (ed.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. p. 67.

²⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 08-09. As citações textuais se transcrevem conforme as regras ortográficas atuais. Os títulos dos artigos se transcrevem tal como aparecem na *Revista* [nota de tradução: a autora refere aqui às citações no original em espanhol].

²⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 08-09.

²⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 08-09.



A *Revista* advertia que o que se publicaria seria “em direito” e que “jamais a personalidade, nem o indigno espírito de hostilidade ou de malquerer para com ninguém, manchará as páginas desta publicação, que empreendemos com vistas tão elevadas como é o assunto a que nos dirigimos”; e que tampouco “se publicará uma linha em que se possa encontrar uma única alusão pessoal, ou que ofenda ao decoro com que devemos guardar todos os que pertencemos à nobre profissão de advogado”.²⁸

Os diretores informavam que a *Revista* estaria atenta às novidades, e para esses efeitos, inseriria “alguns artigos, originais ou traduzidos, sobre matérias interessantes e de aplicação no foro e principalmente alguns estudos sobre os ‘projetos de novos Códigos’ que se preparam ou esperam pela sanção do Legislador”, assim como que “as leis e as resoluções governamentais, de interesse geral, seja pela matéria da qual versem, seja porque se referem ao Direito Administrativo, serão também consignadas nesta publicação, com seus antecedentes em extrato”. Por fim, convocava aos colegas para colaborar com a *Revista* por intermédio da submissão de seus trabalhos, “que receberemos com agradecimento, e publicaremos sempre que preencham as condições de nosso programa”.²⁹

A fim de cumprir com o plano da obra, dividia-se em seções, que correspondiam com os diversos ramos do Direito que nesse momento se ensinavam na Universidade de Buenos Aires – ou cujas disciplinas começavam a ser ministradas – a saber: Direito Civil, Direito Comercial, Direito Administrativo, Direito Penal, Processo [*Procedimientos*], Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado, Direito Constitucional. A estas seções se somavam as correspondentes à codificação, legislação, Direito Público Eclesiástico, jurisdição contencioso-administrativa, administração da justiça, Filosofia do Direito, organização municipal da cidade de Buenos Aires, bibliografia, variedades e necrológicos.

Dentro de cada seção, apresentava as peças principais dos processos judiciais e administrativos, ditames ou vistas pronunciadas por assessores ou fiscais [procuradores] renomados, artigos de doutrina, projetos legislativos etc.

Algumas seções não mantinham continuidade na *Revista*: como, por exemplo, a de Direito Público Eclesiástico, que se abriu por uma única vez em 1869 para alojar, sob o título

²⁸ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 08-10.

²⁹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 11.



El Patronato es un derecho de la Soberanía, a reprodução dos ditames de Gregorio Funes e Juan Luis de Aguirre emitidos em 1810, que não se encontravam no *Memorial Ajustado*.³⁰

Na seção de nome “Processos [*Procedimientos*] Civis e Comerciais”, publicou-se entre 1870 e 1871 e em 304 páginas, alguns *Apuntes sobre los Procedimientos Civiles*, consistindo num resumo do *Tratado de Procedimientos* de Miguel Esteves Saguí, “com as modificações e alterações introduções pelos Tribunais desde a data de publicação em 1852”. Esses *Apuntes* tinham sido elaborados quando os autores – os “editores” da *Revista*, conforme consignavam nos *Apuntes* – preparavam-se para seus últimos exames na *Academia de Jurisprudencia* e obedeceram à intenção destes, de “resumir o que estava contido nos livros e nas leis que lhes haviam servido de guia até então”^{31, 32}

Em 1869, em uma de suas primeiras partes, a *Revista* se viu na necessidade de abrir uma seção de *Necrología*, para dar conta do falecimento de Pablo Cárdenas. Nessa oportunidade, Antonio Malaver – autor da nota necrológica – afirmou com tristeza que “A Direção da *Revista*, formada toda ela por amigos e companheiros de Pablo Cárdenas, associa-se intimamente ao pesar causado por sua prematura morte; e sua dor é tão intensa, que se teve de abrir em suas páginas essa Seção de Necrologia”³³.

Nessa mesma seção e no mesmo ano, a *Revista* reproduziu um artigo do político e magistrado francês Odilon Barrot³⁴, publicado na *Revue de Législation et Jurisprudence* e na *Le Monde Illustré*, traduzido para a *Revista*³⁵, no qual se comentava da morte do jurista e político francês Alejo Dalloz, editor de *Répertoire méthodique et alphabétique de législation, de doctrine et de jurisprudence e Recueil périodique et critique*.

Duas notas de destaque na *Revista* seriam uma publicação na seção *Variedades* (na qual se incluíram diversos trabalhos) de um artigo de título *Un marido según las leyes. Extracto del libro de Memorias de una francesa* – de autor desconhecido, consistindo em uma reflexão

³⁰ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 76-94.

³¹ Referiam-se aqui ao *Tratado elemental de los Procedimientos Civiles de Buenos Aires, adaptado al uso de los estudiantes de derecho, y obra útil para muchas otras personas que tengan por que intervenir en el foro* (1850), publicado pela Imprenta Americana.

³² REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 444-484; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 88-120, 180-240, 295-360, 448-475; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 92-112, 180-208, 263-295.

³³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 332-336.

³⁴ BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. Odilon Barrot. In: *Encyclopedia Britannica* [Internet]. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Odilon-Barrot>>. Acesso em: 22 março 2018.

³⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 336-338.



acerca da inferioridade jurídica da mulher³⁶, como também a nota *Por qué Molière no ha criticado á los abogados*, de Ch. Truinet, que era uma reprodução de um artigo publicado na *Revue Historique de Droit Français et Étranger*, agora traduzido para a *Revista*.³⁷

2.1 Jurisprudência

Sem dúvida uma das seções mais importantes da *Revista* foi a que girava em torno da publicação da jurisprudência. É que a *Revista* surge em uma época na qual, na opinião de Tau Anzoátegui, apresentava-se “um quadro mais favorável à valorização da jurisprudência”, e na qual “a fundamentação obrigatória das sentenças deixou de ser um desejo fervoroso de alguns e tímida preocupação legislativa, para converter-se em um preceito acolhido por constituições e códigos processuais a partir de 1853”.³⁸

Por isso, a publicação de julgados foi alentada por disposições governamentais e iniciativas privadas, quando começavam a ser publicadas várias tentativas de formar coleções destes. Consequência dessa atitude favorável à publicidade de decisões constitui o fato de que, no momento em que se publica em 1859 a revista *El Foro*, fundada pelo *Colegio de Abogados*, destaca-se a seção de *Jurisprudencia* como a principal do periódico.³⁹

Assim como aponta Tau Anzoátegui, a própria revista *El Foro* referenciava sobre o esquecimento das decisões judiciais, “condenadas à obscuridade e ao olvido entre a poeira dos arquivos [...]”.⁴⁰ Lamentavelmente, conforme o autor antes mencionado, “a revista teve vida muito efêmera e só pode iniciar sua atividade de publicar sentenças com comentários críticos”. Menciona as tentativas que seguiram na década de 60 – todas elas que coincidem quanto a apontar para a importância da publicação do precedente. A título de exemplo, faz-se referência ao *El Judicial*, que anunciava em seu número 149, em 5 de dezembro de 1867, “a próxima publicação de quadros estatísticos e sintéticos da jurisprudência dos tribunais”.⁴¹

³⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 95-100.

³⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 70-91.

³⁸ TAU ANZOÁTEGUI, V. La jurisprudencia civil en la cultura jurídica argentina (s. XIX-XX). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 40, p. 60, 2011.

³⁹ TAU ANZOÁTEGUI, V. La jurisprudencia civil en la cultura jurídica argentina (s. XIX-XX). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 40, p. 63, 2011.

⁴⁰ TAU ANZOÁTEGUI, V. La jurisprudencia civil en la cultura jurídica argentina (s. XIX-XX). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 40, p. 64, 2011.

⁴¹ TAU ANZOÁTEGUI, V. La jurisprudencia civil en la cultura jurídica argentina (s. XIX-XX). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 40, p. 65, 2011.



Nesse contexto, em 1869 apareceu a *Revista* que se analisa no presente trabalho, dirigida por “renomados juristas” já para aquela época.⁴²

Na *Introducción* ao primeiro volume, assinalava-se a importância que tinha a jurisprudência dos tribunais, por ser “a terceira maneira de interpretação das leis”, distinta daquelas do legislador ou do comentarista, já que “o juiz, contraindo-se ao caso que tem de resolver, o estuda, fazendo o mesmo com as leis que deve aplicar”.⁴³ É para isso que a *Revista* se propunha “recolher as sentenças de nossos juízes e Tribunais, sempre que se considere que haja resolvido algum ponto interessante ou duvidoso, ou não previsto nas leis; ou que são notáveis pelo estudo que revelam e pelas doutrinas que contêm”.⁴⁴

Tal como apontado previamente, a própria *Revista* esclarecia que seria de utilidade para juízes e advogados, e que vinha a preencher um vazio atento ao “desconhecimento existente acerca das decisões mais importantes dos juízes”.⁴⁵

Sem prejuízo a isso, os diretores advertiam que não tinham “ciência suficiente para julgar os casos dos juízes”, nem pretendiam que “suas opiniões, em caso de desconformidade, hajam de ser preferíveis às dos magistrados probos e inteligentes que temos”.⁴⁶ Talvez tenha sido por esse motivo que praticamente metade dos julgados que foram publicados pela *Revista* carecessem de comentários.

Nesta seção, podem ser encontradas questões de Direito Civil (em que se apresentavam sentenças sobre temas de família, atos jurídicos, contratos, direitos reais, dentre outros), Direito Comercial (que compreendia julgados sobre sociedades, falências, títulos executivos, atos comerciais, seguros marítimos), Direito Administrativo (na qual se recolhiam casos sobre expropriação, conflitos entre órgãos públicos ou entre particulares com o Estado) e resoluções sobre temas de Direito Internacional Público e Privado, Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Processual e Direito Canônico.

A jurisprudência se apresentava – na maioria dos casos, e tal como os diretores já haviam advertido na *Introducción* – precedida de uma relação sucinta dos fatos, uma seleção dos escritos principais e a decisão apresentada.

⁴² TAU ANZOÁTEGUI, V. La jurisprudencia civil en la cultura jurídica argentina (s. XIX-XX). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 40, p. 67, 2011.

⁴³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 06.

⁴⁴ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 08.

⁴⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 08-10.

⁴⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 08.



Segundo dito precedentemente, nem sempre as decisões eram acompanhadas de juízos críticos, e muitas vezes a *Revista* se limitava a efetuar a transcrição das peças principais. Em sua maioria, os comentários se encontravam subscritos, enquanto outros expressavam opiniões anônimas acerca da solução alcançada.⁴⁷ Essa tendência à simples transcrição do julgado parece ter estado alinhada com o que sucedia na mesma época em outros países, tal como refere Dirk Heirbaut para a Bélgica⁴⁸ e Georges Wiederkehr para as revistas francesas de Direito Privado – nesse caso, formato que ainda persistiria durante o século XX.⁴⁹ A maior parte dos comentários estava a cargo dos diretores da *Revista*. O mais ativo nesta seção foi Moreno, quem, desde o início e até o fim da *Revista*, resenhou um total de 26 julgados de Direito Civil, Comercial, Administrativo e Constitucional.⁵⁰ Logo após, segue Montes de Oca⁵¹, que se ocupou de casos de Direito Civil, Comercial, Internacional Público e prática forense; logo mais, Araújo, que comentou casos de Direito Civil, Administrativo, Penal e prática forense⁵²; e, por fim, Malaver, que encarou temas de Direito Comercial e Administrativo.⁵³ Esse diretor foi o que menos colaborou com a *Revista*, provavelmente porque se encontrava ocupado com outras responsabilidades, como, por exemplo, a elaboração do projeto sobre organização municipal da Cidade de Buenos Aires, publicado na *Memoria del Ministerio del Gobierno* de 1870-1871 e do que fez referência a *Revista* uns anos mais tarde⁵⁴, e da Lei de Educação [*Instrucción*] Pública, apresentada como Chefe do Departamento de Escolas, reproduzida em 1872.⁵⁵

Entre os convidados encontramos: Ángel Carranza (relator do Supremo Tribunal de Justiça no civil⁵⁶), que comentou três casos⁵⁷; Ángel Navarro (professor de Direito Mercantil e

⁴⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IX. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1873. p. 217-236.

⁴⁸ HEIRBAUT, D. Law reviews in Belgium (1763-2004): instruments of legal practice and linguistic conflicts. In: STOLLEIS, M.; SIMON, T. (ed.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2006. p. 343-368.

⁴⁹ WIEDERKEHR, G. La culture des revues françaises de droit privé. In: ARNAUD, A. J. (dir.). *La culture des revues juridiques françaises*. Biblioteca “Per la storia del pensiero giuridico moderno”, 29. Milano: Giuffrè Editore, 1988. p. 09-30.

⁵⁰ No Anexo 1 se apresenta a lista de comentários efetuados por Moreno.

⁵¹ Realizou treze comentários, que se apresentam no Anexo 2.

⁵² Escreveu oito comentários, presentes no Anexo 3.

⁵³ Comentou quatro casos, que se apresentam no Anexo 4.

⁵⁴ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo XI. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1878. p. 223-340.

⁵⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1872. p. 61-128, 323-372.

⁵⁶ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. II. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 142.

⁵⁷ ¿Fundada una capellanía sobre el valor total de un bien raíz y tratándose de su redención, debe depositarse el valor íntegro de la finca, ó solo la cantidad que alcance á llenar las cargas de la fundación? (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. II. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 31-36); ¿Debe



Criminal e de Direito Natural e das Gentes no Departamento de Ciência do Direito [*Jurisprudencia*] da Universidade de Buenos Aires e integrante da Comissão de Legislação do Senado que havia examinado o projeto de Código Civil de Vélez Sarsfield⁵⁸) – que se ocupou de dois⁵⁹, sendo que um dos quais foi motivo de uma extensa polêmica com os diretores da Revista (Moreno e Montes de Oca) acerca da qual se falará mais adiante; Ángel Casares⁶⁰; Joaquín Carrillo⁶¹; Roberto Levingston⁶²; o jurista uruguaio e professor de Direito das Gentes e de Direito Mercantil e Penal Gregorio Pérez Gomar⁶³; o assistente de Manuel Obarrio,

considerarse testamento militar el otorgado por un oficial en servicio de frontera? 2º ¿La Ley 4 titulo 1 Partida 6a ha sido derogada, en este punto, por la del 7 de Julio de 1823? (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. II. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 129-134); *¿Cuándo se opera la prescripción del honorario de un Abogado?* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. II. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 210-212).

⁵⁸ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. V. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 20.

⁵⁹ *Privilegios del Banco de la Provincia en los concursos-Cobro de intereses provenientes de créditos hipotecarios. Nueva faz de esta cuestión* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. I. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 283-302); *La excepción de nulidad de un laudo arbitral alegada como fundamento de su inhabilidad para ejecutarlo, es admisible en el juicio ejecutivo; y no solo contra un laudo, sino también contra cualquiera de los títulos que preparan ejecución* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. IX. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 338-369); *El artículo 1543 del Código de Comercio, y los privilegios del banco de la Provincia* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. III. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 188-199).

⁶⁰ *Aceptación y repudiación de la herencia. Aplicación de los artículos 1 y 4 del título segundo, sección primera, libro cuarto del Código Civil* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. VII. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 31-38).

⁶¹ *¿Puede pedirse judicialmente el reconocimiento de filiación natural, á una mujer casada?* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. X. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 225-245). Joaquín Carrillo (1853-1933) foi um jurista e político de Jujuy [*nota de tradução*: Jujuy é província localizada ao noroeste da Argentina]. Ver mais sobre em: ESPOSITO, G. Discursos civilizadores en los Andes de Argentina: políticos y académicos en la mestización de la Quebrada de Humahuaca, Jujuy. *Intersecciones en antropología*, 15(1), p. 219-233, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-373X2014000100016&lng=es&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 10 abril 2018.

⁶² *Pluralidad de las sucesiones inmobiliarias en el derecho internacional privado* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. XII. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 97-131).

⁶³ Escreveu: *¿Al negarse la verdad de un documento se entiende articulado virtualmente el “alibi” y es válida la prueba producida en él?* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. IV. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 306-311); *Ejecución de las sentencias pronunciadas en el Extranjero. Los Tribunales nacionales deben aplicar a los casos que se les presenten, no solo la Constitución y las leyes, sino también los principios del derecho de Gentes* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. II. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 58-62).



Rómulo Avendaño⁶⁴; o jurista e estancieiro Pedro Palacios⁶⁵; Carlos Keen⁶⁶; Aurelio Prado⁶⁷; Tomás Martínez⁶⁸; o professor de Finanças José Antonio Terry⁶⁹; e o Fiscal [procurador] do Estado em Buenos Aires Juan Segundo Fernández⁷⁰, dentre outros. Alguns destes autores também haviam realizado seus comentários em outras publicações, como a *Revista de Buenos Aires*, no caso de Ángel J. Carranza⁷¹, e o de Juan Segundo Fernández – este último, também na *Revista de Legislación y Jurisprudencia* “publicada sob a direção do senhor Monguillot”.⁷²

Na maior parte dos casos que chegaram à Corte, a *Revista* se limitou a efetuar uma transcrição das principais peças processuais, sem consignar nenhum tipo de comentário.⁷³ Em janeiro de 1871, quando entrou em vigência o *Código Civil*, os diretores da *Revista* publicaram

⁶⁴ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. I. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 274. Pode-se identificar no artigo: *¿La obligación de alimentar los estraidos de nuestra inclusa, pasa a los herederos del que los saca?* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. II. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 37-58).

⁶⁵ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. V. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 280. Subscreeveu: *¿La declaratoria de una sentencia debe solicitarse, precisamente, el mismo día de su probación; ó en cualquier tiempo que las partes necesitasen la declaración para su cumplimiento?* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. II. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 359-362). O autor do comentário é um dos advogados que atuou no caso, pelo que obviamente critica a decisão.

⁶⁶ Foi ainda periodista e legislador (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. III. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 730). O trabalho leva o título *Facultad de perdonar* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. IV. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 01-37).

⁶⁷ Professor suplente de Direito Romano e de Direito das Gentes (Direito Internacional). Autor da *Recopilación de leyes y decretos promulgados en la provincia de Buenos Aires desde 1810 hasta 1875*, editada em 1877-1879 em nove volumes. Secretário da Suprema Corte de Justiça da Província de Buenos Aires, autor dos acórdãos e sentenças desse Tribunal em 1875 (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. V. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 593-594). Figura com o trabalho *¿Es, ó no, indispensable estar inscripto en la matrícula de comerciantes, para ser declarado en quiebra?* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. IV. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 169-189).

⁶⁸ *Inteligencia del artículo 888 del Código de Comercio* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. IV. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 378-385).

⁶⁹ *Nuevo caso de quiebra ¿Puede revocarse el auto declaratorio de quiebra, cuando el acreedor que la provocó desiste por hallarse pagado?* (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. V. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 29-294), quem logo seria professor de Finanças na Faculdade de Direito (CASÁS, J. O. *Semblanza del profesor José Antonio Terry. Lecciones y Ensayos*, 79, p. 377-379, 2004).

⁷⁰ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. II. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 41.

⁷¹ *¿Fundada una capellanía sobre el valor total de un bien raíz y tratándose de su redención, debe depositarse el valor integro de la finca, ó solo la cantidad que alcance á llenar las cargas de la fundación?* (REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 31-36).

⁷² A *Revista* reproduziu a “Sentença do Supremo Tribunal de Justiça ditada em um conflito de competência entre o Poder Administrativo e o Poder Judiciário, motivado pela medição de uma propriedade privada que incluía sobrantos do Estado”, publicada originalmente na *Revista de Buenos Aires* (REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 156-167).

⁷³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 253; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872. p. 135-162; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo X. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1876. p. 11-47, 144-224, 246-308; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo XI. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1878. p. 62-84, dentre outros.



uma nota orientada “aos leitores”, na qual apontaram que, “quando fundamos esta *Revista*, oferecemos publicar todas aquelas sentenças que resolvessem algum ponto interessante ou duvidoso, ou não previsto pelas leis, ou que se fizessem notáveis pelo estudo que revelassem ou pelas doutrinas que contivessem”.⁷⁴

Conforme os diretores, “temos cumprido essa tarefa até onde nos tem sido possível, dedicando uma preferencial atenção ao que constitui propriamente a Jurisprudência de nossos Tribunais”. Para os diretores, “muitos casos resolvidos foram examinados nos tomos da *Revista* que até hoje se têm publicado”.⁷⁵

A vigência do Código trouxe novos desafios aos diretores, pelo que fizeram saber a seus leitores que, na sequência, reuniriam “todas as decisões de nossos Tribunais inferiores e do Superior [Tribunal] de Justiça, que no futuro constituirão um corpo de doutrina, digno de ser consultado a cada momento, nas dificuldades que necessariamente oferecerá com frequência o texto da nova lei”.⁷⁶

Não obstante, advertiam que não fariam comentários ou estudos sobre cada uma das sentenças que publicaram, “porque isso retardaria em muitos casos uma publicação que consideramos urgente; porém, sim o faremos, como temos feito até agora, com todas aquelas que requeiram, a nosso juízo, uma dedicação especial”. A Direção solicitava ao Superior Tribunal de Justiça e aos juízes de primeira instância no Civil que lhes fizessem chegar suas sentenças “que resolvam pontos de direito controvertidos por motivo da nova legislação” e que “esta medida demonstra todo o interesse que os anima pela publicidade de seus julgados e seu estudo, que é o melhor meio de se responsabilizar perante a opinião”.⁷⁷

2.2 Doutrina

Conforme apontado pelos diretores na *Introdução*, ademais das sentenças dos tribunais, a *Revista* publicaria “alguns artigos, originais ou traduzidos, sobre matérias interessantes e de aplicação no foro”; e principalmente alguns estudos sobre os “projetos de novos Códigos que se preparam ou esperam a sanção do Legislador”.⁷⁸ Nesse sentido, houve contribuições sobre

⁷⁴ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 90-91.

⁷⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 90-99.

⁷⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 90-91.

⁷⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 90-91.

⁷⁸ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 08-09.



Direito Civil, Comercial, Administrativo, Penal, Constitucional, Internacional Privado e Público, Processual, Administração da justiça e um artigo de Filosofia do Direito.

Os diretores da *Revista*, ademais de comentar – tal como indicado previamente – as sentenças dos tribunais, também publicaram artigos de doutrina, como o fez Montes de Oca com seus trabalhos *Estudios sobre la Acción Pauliana e Venta de bienes raíces de menores con arreglo a las leyes de Partida*⁷⁹; José María Moreno com seu *Comentario Crítico al Artículo 1542 del Código de Comercio*⁸⁰; e Antonio E. Malaver com *¿Las notas de los corredores de comercio, y las certificaciones estraidas de sus libros, tienen el carácter y la fuerza probatoria de un instrumento público?*⁸¹

Outros trabalhos foram redigidos a partir do convite “a nossos colegas, para que nos favoreçam com seus trabalhos, que receberemos com agradecimento, e publicaremos sempre que cumpram com as condições de nosso programa”, tal como indicaram os Diretores.⁸² Quem trouxe aportes na qualidade de convidados foram Amancio Alcorta (juiz, fiscal [procurador] do Estado, professor de Direito internacional público⁸³), que escreveu sobre *La ley 13 de Toro*⁸⁴; Gregorio Pérez Gomar⁸⁵, que escreveu *Nulidad de la institución de heredero a favor del alma del testador e Ejecución de las sentencias dictadas en País extranjero*⁸⁶; Domingo Rivera, que se ocupou de um *Examen sobre varios puntos de derecho resueltos por la jurisprudencia del Tribunal Supremo de Justicia. ¿Es prescriptible el capital de censo?*⁸⁷; e Marcelino Ugarte (professor de Direito Civil no Departamento de *Jurisprudencia* da Universidade de Buenos

⁷⁹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo X. Buenos Aires: Pablo Coni, 1876. p. 105-143, 309-372.

⁸⁰ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Coni, 1872. p. 200-221.

⁸¹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo XII. Buenos Aires: Pablo Coni, 1880. p. 132-141.

⁸² REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 11.

⁸³ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. II. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 72-73.

⁸⁴ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. I. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 404-416.

⁸⁵ Neste último trabalho, Pérez Gomar assinalou a conveniência de “prestar atención a las cuestiones del Derecho internacional privado”, agregando que “estamos convencidos que nadie la desconoce: pero es necesario tener presente que estos estudios recién empiezan a hacerse con formalidad y que, a pesar de que deben constituir uno de los más importantes ramos de la ciencia del Derecho, hasta ahora no hay una serie de principios bien definidos” (CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. I. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 168-176).

⁸⁶ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. I. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 168-176; CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. II. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 277-288.

⁸⁷ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. VII. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 297-324.



Aires⁸⁸ a partir de 1857), que escreveu um *Comentario de la Ley 10 de Toro*.⁸⁹ Tratava-se do comentário lido pelo autor na *Academia de Jurisprudencia* em 11 de maio de 1852, ao render seu exame de ingresso. Do mesmo autor, publicou-se *El servicio á las armas como pena*⁹⁰, que os diretores da *Revista* acreditaram ser de interesse evidente dar a conhecer a seus leitores, “porque servirão para a discussão, nessa parte, do projeto do Código do Dr. Tejedor, entre cujas penas se encontra a do serviço militar”.⁹¹

Do professor e secretário da *Academia de Jurisprudencia* Florencio Varela⁹² se publicou em 1872 seu *Discurso sobre los delitos y las penas*, que havia sido “a dissertação que leu o autor para receber seu grau conforme às prescrições universitárias”.⁹³ Nesse trabalho, Varela se mostrava partidário das ideias de Beccaria, ao sustentar que se tratava de um “defensor de humanidade” e que foi o primeiro que se atreveu a levantar a voz contra os abusos nos procedimentos penais e estabelecer os “verdadeiros princípios da ciência da Jurisprudência Criminal, fazendo dela a aplicação da Filosofia”. Em sua tese, Varela adotava as ideias utilitaristas de Bentham que “estabeleceu seus tratados de legislação civil e penal sobre uma base mais sólida” e propunha a urgente necessidade de reforma de legislação penal porque “é impossível que um povo seja livre quando os primeiros direitos dos cidadãos estejam expostos a serem violados pelas leis que devem defendê-los”; e agregava que “a boa legislação criminal é a alma das instituições liberais”.⁹⁴

O texto de Varela se inscreve em uma escola de pensamento que “emerge” no contexto europeu na segunda metade do século XVIII, no marco das ideias “ilustradas” sobre a questão criminal.⁹⁵ Na Argentina, conforme Tau Anzoátegui, persistia a difusão de “autores do século XVIII que representavam o racionalismo jusnaturalista e que insistentemente haviam lutado por uma nova ordem política e jurídica. *A ciência da legislação* de Filangieri, os *Elementos de*

⁸⁸ SEOANE, M. I. *La enseñanza del derecho en la Argentina: Desde sus orígenes hasta la primera década del siglo XX*. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1981. p. 67.

⁸⁹ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. II. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 182-195.

⁹⁰ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. IV. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 41-42.

⁹¹ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. IV. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 41.

⁹² CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. VII. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 492.

⁹³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 43-84.

⁹⁴ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 43-84.

⁹⁵ SOZZO, M. Florencio Varela y el nacimiento del liberalismo penal en la Argentina. *Nueva Doctrina Penal*, 2, p. 635-648, 2007. Disponível em: <<http://horizontesy.com.ar/?p=3588>>. Acesso em: 19 fevereiro 2019.



Direito natural de Burlamaqui, as *Instituições de Direito natural* de Reynaval e o *Direito das gentes* de Vattel gozaram de ampla difusão, em edições acessíveis, segundo exposto pelos anúncios das livrarias portenhas”.⁹⁶

Referindo-se a esse trabalho, os diretores recomendavam a leitura do artigo “por diferentes títulos”, entre eles porque “a Matéria é das que, nesse momento, mais puderam despertar a atenção de nossos leitores” e o nome do autor “pertence a um de nossos cidadãos cuja memória conquistou por seus destacados méritos o amor e o respeito de todos os argentinos ilustrados”.⁹⁷

Outra contribuição de Direito Penal é a reprodução da primeira conferência do Curso Universitário do 1878 de Manuel Obarrio, na qual apontava que o cultivo do Direito Penal não deveria limitar-se ao estudo da legislação penal, senão que era necessário complementá-lo com outras disciplinas, como a Filosofia, e na qual insistia na lei moral como ponto de partida da ciência do Direito Penal e no papel diferente do penalista e do juiz. Ao longo de sua conferência, Obarrio se aprofundava em matérias tais como o Contrato Social – no qual refutava Rousseau quanto ao direito de castigar da sociedade, alinhando-se com Filangieri e Burlamaqui –, a teoria do interesse público e privado e a teoria da expiação e delegação divina como fundamento punitivo, para encontrar o “verdadeiro fundamento do direito de castigar” na “conservação social” baseada na lei moral.⁹⁸

Em questões de Direito constitucional, encontramos o artigo *El abuso de la facultad de perdonar* de Carlos Keen, no qual tratava de responder à pergunta de se os governos deveriam ou não ter a faculdade de perdoar, oportunidade na qual efetuava suas próprias reflexões e acompanhava parte da tradução de um artigo de Francis Lieber. Pronunciava-se Keen contra essa faculdade, porque a sociedade não poderia exercer atos de piedade que violassem os preceitos da lei, da justiça e da equidade. Não obstante, na opinião de Keen, se a Convenção que nesse momento estava revisando a Constituição provincial mantivesse essa faculdade, deveria rodeá-la de muitas precauções e pôr limitações a seu exercício.⁹⁹

Em Direito administrativo, Cosme Béccar aportou com *Estudio de Derecho público administrativo. Deuda interior de la República*, onde apontava que, atento a que o Governo

⁹⁶ TAU ANZOÁTEGUI, V. *La Codificación en Argentina, 1810-1870: mentalidad social e ideas jurídicas*. Buenos Aires: Librería Histórica, 2008. p. 149.

⁹⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 43-44.

⁹⁸ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo XI. Buenos: Pablo Emilio Coni, 1878. p. 05-29.

⁹⁹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 121-148.



Nacional já havia cumprido com a maioria de seus compromissos relativos à dívida externa, era necessário que abonasse ainda certos montantes não-pagos a alguns cidadãos argentinos – o que considerava um ato de justiça.¹⁰⁰

A *Revista* publicou um trabalho da Secretaria do Arcebispo intitulado *Memoria sobre el orijen, fundación y calidades de las dos Capellanias de Gobierno de Buenos Aires, llamadas antiguamente Capellanias reales*¹⁰¹, outro sobre Procedimentos e Administração de Justiça de Antonio L. Gil, intitulado *Jurisdicción competente para conocer de las acciones que nazcan de actos jurídicos celebrados entre comerciantes y no comerciantes; y legislación que deba determinar las obligaciones de unos y otros*¹⁰², a tempo que Diego González se ocupou das reformas na administração de justiça.¹⁰³

Os trabalhos sobre Direito Internacional também ocuparam algumas páginas da *Revista*, como o do diplomata Norberto Quirno Costa, sobre *Extradición de criminales*, no qual examinava se a República Argentina poderia negar a extradição sem mediação de quaisquer tratados, para concluir que essa questão deveria ser resolvida pela justiça federal e que, enquanto não houvesse tratado vigente, nem esta, nem o Poder Executivo, poderiam entregar um habitante da Nação. No mesmo artigo, Quirno Costa revisava os instrumentos relevantes subscritos pela República Argentina com Uruguai, Chile, Bolívia e Itália.¹⁰⁴

Outro artigo de doutrina – desta vez, sobre Direito Internacional Privado – foi do assíduo colaborador Gregório Pérez Gomar, denominado *De la jurisdicción criminal respecto á los delitos cometidos en territorio extranjero*, no qual sustentou, dentre outras conclusões, que a jurisdição criminal era uma faculdade inerente à direção da sociedade e que apontava à repressão dos delitos. E que aqueles cometidos no estrangeiro não poderiam determinar *a priori* o exercício da jurisdição; e que a jurisdição civil poderia ser exercitada por motivo de reparação de danos por delitos cometidos no estrangeiro, quando os cidadãos demandassem esse ressarcimento de dano ante nossas autoridades [da Argentina]. Neste trabalho, também opinava que a extradição era de Direito natural e que, regulamentada por um tratado, poderia excetuar-se dela ao cidadão, mas que esta exceção não tinha por objeto a impunidade, senão a garantia

¹⁰⁰ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 171-181.

¹⁰¹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 363-370.

¹⁰² REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo XII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1880. p. 142-162.

¹⁰³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872. p. 421-432.

¹⁰⁴ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 229-240.



do juízo em favor do cidadão, para o qual as partes contratantes se cediam reciprocamente suas respectivas jurisdições.¹⁰⁵

Sobre Filosofia do Direito, encontramos apenas um trabalho: a transcrição, por parte da *Revista*, do discurso pronunciado pelo Monsenhor Bispo de Angers, na abertura do Congresso dos Jurisconsultos católicos no 1º de outubro de 1879.¹⁰⁶

A *Revista* também se nutriu de artigos de doutrina publicados em outras revistas – reproduzidos diretamente e às vezes traduzidos especialmente para a *Revista*.

A publicação que mais contribuiu com a *Revista* – apesar de que seu nome não se individualizava corretamente nas diversas oportunidades em que era citada – foi a *Revista General de Legislación y Jurisprudencia*, da qual provieram três trabalhos de A. Charrin (poderia tratar-se do jurista espanhol Acacio Charrin Tigero): *Bienes gananciales*¹⁰⁷, *Efectos de la institución condicional del heredero y si existe el derecho de acrecer*¹⁰⁸ e *Interdicto de obra nueva*¹⁰⁹; um de R. de Fresquet – Professor na Faculdade de Direito de Aix – intitulado *Principios de la expropiación por causa de utilidad publica en Roma y en Constantinopla hasta la época de Justiniano. De las limitaciones impuestas por las leyes al derecho de propiedad tanto por el interés general cuando por el privado*; ¹¹⁰ *Conceptos jurídicos*, do jurista aragonés Joaquín Manoel de Moner¹¹¹ e o artigo *Derechos individuales*, cujo autor era o jurista e político castelhano Cirilo Álvarez.¹¹²

De *La América Ilustrada* advém o artigo do escritor e periodista espanhol Antonio Flores, de título *La naturalización en los Estados Unidos. Equivocaciones relativas á la naturalización en los Estados Unidos*¹¹³. Por sua vez, da *Revue Historique de Droit Français et Étranger* – na opinião de Arnaud, uma das joias da cultura jurídica do século XIX e na qual escreveram as penas mais finas e famosas da história do Direito francês¹¹⁴ –, o trabalho *De la influencia del derecho canónico en el desarrollo del procedimiento civil y criminal*¹¹⁵, a cargo

¹⁰⁵ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 73-96.

¹⁰⁶ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo XII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1880. p. 05-12.

¹⁰⁷ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872. p. 325-326.

¹⁰⁸ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1872. p. 391-399.

¹⁰⁹ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872. p. 227-230.

¹¹⁰ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 43-89.

¹¹¹ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1872. p. 222-224.

¹¹² REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. 149-173.

¹¹³ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872. p. 392-400.

¹¹⁴ ARNAUD, A. J. (dir.). *La culture des revues juridiques françaises*. Biblioteca “Per la storia del pensiero giuridico moderno”, 29. Milano: Giuffrè Editore, 1988. p. 06.

¹¹⁵ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo XI. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1878. p. 30-48.



de G. D'Espinnay (Doutor em Direito, substituto em Segré, Maine-Et-Loire); também o texto do também francês Charles Truinet, *Por qué Molière no há criticado á los abogados*¹¹⁶ e o de Alberto Du Boys – ao que referiam como “Antigo Magistrado” – intitulado *Los fueros de España. Su fisonomía general – Como se constituye la familia bajo su influencia*.¹¹⁷

Da *Revue de Droit International et de Législation Comparée* [Revista de Derecho Internacional y de Lejislacion Comparada, como se cita na revista argentina], o artigo do jurista holandês, especialista em Direito Internacional, Tobías Michael Carel Asser¹¹⁸, *Del efecto ó ejecución de las sentencias extranjerias, en materia Civil y Comercial*¹¹⁹. Enquanto que, de *El Foro*, o artigo *¿Cuál es la verdadera inteligencia del artículo 13 del tratado de amistad y comercio entre S.M.B. y la República Argentina?* – cujo autor não se identificava.¹²⁰

Na seção *Legislação*, reproduziu-se um trabalho do jurista espanhol José Joaquín de Mora¹²¹ sobre a organização do Poder Judiciário¹²², publicado originalmente em *El Mercurio chileno* e que girava basicamente ao redor da conveniência do juízo por jurados.

Um artigo de título *Las sociedades anónimas en Inglaterra y en Italia*, escrito pelo economista francês Paul Leroy Beaulieu e proveniente da *Revista de Ambos Mundos* de dezembro de 1869, foi traduzido para a *Revista* por Vicente Martínez.¹²³ Publicou-se, da mesma *Revista de Ambos Mundos*, um trabalho de título *El régimen municipal de las grandes ciudades*, de 1º de junho de 1870, traduzido para a *Revista* e cujo autor era A. Cochín.¹²⁴

A *Revista* também traduziu um capítulo da obra de Wolowksi, *La Question des Banques*, de título *Una lección sobre bancos*.¹²⁵

¹¹⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 70-91.

¹¹⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 303-319.

¹¹⁸ Participou ativamente na promoção do Direito Internacional e apoiou a celebração das conferências de Haia: FERNÁNDEZ, Tomás; TAMARO, Elena. Biografía de Tobias Michael Carel Asser. In: *Biografías y Vidas*. La enciclopedia biográfica en línea [Internet]. Barcelona, 2004. Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/a/asser.htm>. Acesso em: 21 março 2018.

¹¹⁹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 289-312.

¹²⁰ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 371-376.

¹²¹ Conforme: FERNÁNDEZ, Tomás; TAMARO, Elena. Biografía de José Joaquín de Mora. In: *Biografías y Vidas*. La enciclopedia biográfica en línea [Internet]. Barcelona, 2004. Disponível em: https://www.biografiasyvidas.com/biografia/m/mora_jose_joaquin.htm. Acesso em: 23 março 2018. [nota de tradução: conferir também – AMUNÁTEGUI, Miguel Luis. *Don José Joaquín de Mora: apuntes biográficos*. Santiago de Chile: Imp. Nacional, 1888].

¹²² REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 151-170.

¹²³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 312-345.

¹²⁴ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 392-443.

¹²⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 169-179.



Dentre os temas tratados, mereceu especial atenção a questão da educação [*instrucción*], e nesse sentido a *Revista* se mostrou preocupada não apenas pela educação universitária senão também pela instrução em geral.

Em 1870, apontava-se que os trabalhos sobre o tema educativo “entram de cheio no programa e objeto da Revista, cuja Direção roga ao Dr. Gutiérrez queira dedicar-lhe o resultado de suas investigações, fazendo assim um notável serviço ao país e um favor especial a esta publicação”.¹²⁶

Alinhado a este objetivo, publicou-se uma série de artigos nos quais se colocava a necessidade de estreitar a relação entre a teoria e a prática, a importância de incorporar o estudo de novas áreas do Direito – como o Direito Constitucional e o Direito Processual, por exemplo – e até questões meramente operativas, tais como a necessidade de que o Departamento de *Jurisprudencia* tivesse seu próprio edifício.

Entre os trabalhos que abordaram temas educativos encontramos a publicação de 1869 de um discurso de abertura da *Academia de Jurisprudencia* de 1º de março de 1855 lido por Octavio Garrigós¹²⁷, na Seção *Variedades*, ao que Cutolo se refere como um trabalho de “verdadeiro valor jurídico”.¹²⁸ Tratava-se de um documento de 8 páginas em que se falava da vinculação entre a Teoria do Direito e a “prática da Jurisprudência”, para formar o advogado e o jurisconsulto¹²⁹.

Na mesma seção, reproduziu-se outra relação inaugural da referida Academia, titulada *Relaciones del Derecho con la agrimensura*, proferida por Juan Segundo Fernández.¹³⁰

Moreno, um dos diretores da *Revista*, destacou a importância da Universidade e da gestão de seu reitor, ao tempo que se referiu ao início do estudo do Direito Constitucional na Universidade. Junto com a reprodução do discurso de abertura, este autor também destacou a necessidade do estudo do idioma alemão na Universidade e a urgência da construção de um edifício “adequado à educação superior, que preencha todas as exigências de um grande estabelecimento, onde possa concorrer com toda comodidade o crescido número de jovens que

¹²⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 105-117.

¹²⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 200-208.

¹²⁸ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. II. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 276.

¹²⁹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 200.

¹³⁰ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 92-96.



frequenta as aulas da Universidade, e onde possam colocar-se em salas especiais e adequadas às diversas cadeiras que formam o programa geral de estudos”.¹³¹

Moreno advogada desta forma pela obtenção de um edifício assignado exclusivamente ao Departamento, coisa que somente se tornaria realidade em 1872, quando o Departamento de *Jurisprudencia* [Ciência do Direito] – já transformado em Faculdade de Direito – ocupou um edifício próprio.¹³²

A necessidade de estudo do Direito Processual foi reiterada em 1869, na abertura da aula de *Procedimientos* na Universidade de Buenos Aires¹³³, quando Daniel María Cazón – quem logo seria juiz cível¹³⁴ – afirmou quanto à necessidade de se estudar uma parte importante da jurisprudência, “cujo conhecimento, se bem imprescindível para o advogado, tem sido até hoje pouco observado entre nós”, porque, segundo Cazón, se havia “deixado inorgânico o mecanismo de justiça”, abstraídos “por uma evolução constante e sem descanso nas regiões da política”.¹³⁵

Finalmente, em 1872, foi criada a cátedra de *Procedimientos*, como consequência da supressão da *Academia de Jurisprudencia*.¹³⁶

No mesmo ano, a *Revista* publicou o discurso pronunciado por Manuel Obarrio – professor de Direito Comercial e Penal – ao inaugurar suas conferências na Cátedra de Direito Comercial no Departamento de *Jurisprudencia*¹³⁷, enquanto em 1878 transcreveu a primeira conferência do Curso Universitário a cargo do mesmo professor.¹³⁸ Outro discurso de abertura aparecido na *Revista* foi o de inauguração da Academia de Direito Constitucional, pronunciado por Luis Vicente Varela.¹³⁹

Como já foi mencionado, não só a educação universitária ocupou as páginas da *Revista*: em 1873, publicou os fundamentos e o projeto da Lei de Educação [*Instrucción*] Pública, apresentado por Antonio E. Malaver como Chefe do Departamento de Escolas, que estabelecia

¹³¹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 194-195.

¹³² Trata-se do que atualmente é o Museu Etnográfico Juan B. Ambrosetti, localizado na Rua Moreno, 350, na Cidade Autônoma de Buenos Aires.

¹³³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1872. p. 373-381.

¹³⁴ ESPARZA, Cristian. *¿Quién fue Daniel María Cazón?* Tigre, Provincia de Buenos Aires, Argentina: Partido de Tigre: Historia de Tigre, s/d. Disponível em: <<http://tigre.galeon.com/textos/historia/cazon.htm>>. Acesso em: 08 abril 2018.

¹³⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 373.

¹³⁶ SEOANE, M. I. *La enseñanza del derecho en la Argentina: Desde sus orígenes hasta la primera década del siglo XX*. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1981. p. 61.

¹³⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872. p. 279-296.

¹³⁸ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo XI. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1878. p. 05-29.

¹³⁹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 179-188.



as bases gerais da educação comum e que, tal como apontou Moreno, “vem a preencher um vazio bem notável em nossa legislação, iniciando uma reforma urgentemente reclamada e universalmente sentida em matéria de tanta transcendência”.¹⁴⁰

Juan María Gutiérrez, reitor da Universidade e diretor da *Revista*, mostrava sua preocupação acerca da educação em um artigo de título *D. Alfonso el Sabio y Rabelais como educacionistas*¹⁴¹, quando destacava a “estreita relação com a legislação futura que organize a educação pública” e advertia acerca da necessidade de se extrair do artigo “úteis conhecimentos para os que a formularão em época não muito distante”.¹⁴²

A instrução gratuita e obrigatória ocupou as páginas da *Revista*. Em 1870, reproduziu a tradução do artigo publicado em *Le Courier de la Plata* sobre esse tema – sem identificação de autor¹⁴³ –, enquanto em 1872, traduzia e reproduzia um artigo de 54 páginas intitulado *La libertad de la enseñanza superior en Bélgica*, publicado na *Revue de Deux Mondes*, cujo autor era o economista belga Emile Laveleye.¹⁴⁴

2.3 Bibliografia

Apesar de os diretores não terem afirmado inicialmente na *Introdução* que existiria uma seção dedicada ao comentário bibliográfico, as resenhas de diversos tipos de obras de interesse jurídico povoaram a *Revista*. Assim, Moreno publicou a recensão do *Ensayo bibliográfico sobre M. T. Cícero* de Deschamps, com um prefácio assinado pelo escritor e crítico de teatro francês Jules Janin¹⁴⁵, que na realidade se tratava – como era frequente na *Revista* –, de uma tradução efetuada especialmente por Juan María Gutiérrez.¹⁴⁶

Mais adiante, um de seus diretores, Montes de Oca, informava que “será para nós um dever reproduzir nessa *Revista* alguns dos artigos mais importantes que naquela apareçam, porque assim contribuimos eficazmente ao estudo das matérias que lhe servem de objeto”, pelo

¹⁴⁰ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1872. p. 61-128, 323-372.

¹⁴¹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 105-117.

¹⁴² REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 104.

¹⁴³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 174-179.

¹⁴⁴ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872. p. 80-134.

¹⁴⁵ Nasceu em St. Etienne em 1804 e morreu em Paris em 1874. [Ver: THE FREE DICTIONARY. Jules Gabriel Janin. *The Great Soviet Encyclopedia. 3rd Edition. (1970-1979)*. Disponível em: <<https://encyclopedia2.thefreedictionary.com/Jules+Janin>>. Acesso em: 20 março 2018].

¹⁴⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 417-427.



que introduzia o comentário à reconhecida *Revue de Droit International et de Législation Comparée* [ou como aparece no texto, *Revista de Derecho Internacional y de Legislacion Comparada*] – uma publicação trimestral.¹⁴⁷

Ao longo de suas sucessivas publicações, a *Revista* resenhou obras acerca dos mais importantes tópicos que se estavam debatendo nos principais ramos do Direito. Assim, Juan María Gutiérrez comentou *El juicio por jurados* de Florentino González – primeiro professor de Direito Constitucional na Universidade de Buenos Aires¹⁴⁸ – e seu juízo favorável o fortaleceu ao apontar que “fez bem o governo da Província ao tomar um número considerável de exemplares desta obra, para favorecer sua circulação, porque ela produzirá um movimento saudável na opinião pública, sobre um ponto no qual estão interessados o direito do cidadão e a dignidade do homem chamado a governar a si mesmo como membro de uma sociedade democrática”.¹⁴⁹

Os olhos dos colaboradores da *Revista* pousavam sobre o que estava passando no mundo, o que levou, por exemplo, ao jurista espanhol Pedro Gómez de la Serna¹⁵⁰ a contribuir com um comentário à obra de Manuel Ortiz de Zúñiga – Presidente do Tribunal Supremo da Espanha – de título *Jurisprudencia civil de España conforme á las doctrinas consignadas en los fallos del Tribunal Supremo de Justicia*, consistente em uma reprodução do comentário publicado na *Revista General de Legislación y Jurisprudencia*.¹⁵¹

Em sua resenha, Ortiz de Zúñiga, “com o profundo conhecimento que dá a prática de julgar no Tribunal Supremo de Justiça”, referia-se à conveniência da revisão das sentenças por parte dos tribunais de cassação, e apontava que “não se pode converter os magistrados em autômatos que hão de aceitar sempre a inteligência que os predecessores deram às leis [...]”.¹⁵²

Também despertou o interesse da *Revista* o trabalho *Estudios sobre el gobierno inglés* de J. M. Torres Caicedo, publicado em Paris em 1868 e resenhado por Florentino González.¹⁵³

¹⁴⁷ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 196-200.

¹⁴⁸ Foi um destacado homem político colombiano que, depois de sofrer reveses políticos e pessoais, chegou exilado em Buenos Aires em 1868, com 62 anos. Nestas circunstâncias, foi-lhe oferecida a flamante cátedra de Direito constitucional na Universidade de Buenos Aires, a qual desempenhou até sua morte em 1875 (TAU ANZOÁTEGUI, V. *La Codificación en Argentina, 1810-1870: mentalidad social e ideas jurídicas*. Buenos Aires: Librería Histórica, 2008. p. 374).

¹⁴⁹ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 312-322.

¹⁵⁰ CASTÁN VÁSQUEZ, J. M. Pedro Gómez de la Serna y Tully. Real Academia de la Historia. *Diccionario Biográfico electrónico*. Disponível em: <<http://dbe.rah.es/biografias/14573/pedro-gomez-de-la-serna-y-tully>>. Acesso em: 08 abril 2018.

¹⁵¹ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 101-112.

¹⁵² REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 111.

¹⁵³ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 346-359.



De sua parte, a *Revista* reproduziu o comentário que Emilio Bionne publicou na *Revista Bibliográfica de Derecho y Jurisprudencia*¹⁵⁴ da obra *Elementos de derecho internacional* de Enrique Wheaton, Ministro Plenipotenciário dos Estados Unidos da América e membro correspondente do Instituto da França.¹⁵⁵

Outra obra comentada desde a mesma *Revista Bibliográfica de Derecho y Jurisprudencia* e reproduzida na nossa foi o *Estudio histórico de la legítima y de las reservas, en materia de sucesión hereditaria*, de Carlos Brocher, professor suíço membro da Corte de Cassação de Genebra, cujo comentário foi efetuado por G. Bagelot.¹⁵⁶

A preocupação acerca do tema da educação superior também levou a *Revista* a recolher as obras que se publicavam sobre esta questão, como quando Moreno comentou na seção *Bibliografía*, em duas partes, a obra *Noticias históricas sobre el origen y desarrollo de la Enseñanza Pública Superior en Buenos Aires desde la época de la extinción de la Compañía de Jesus en el año 1767. Hasta poco después de fundada la Universidad en 1827*, de Juan María Guriérrez.¹⁵⁷

3 Grandes polêmicas e propostas de reforma

Tendo-se em conta que, quando da publicação do primeiro número da *Revista*, o projeto de Vélez já era conhecido, não pode nos surpreender que na seção *Bibliografía* o jurista e diplomata Manuel Rafael García, sob o título *Proyecto de Código Civil para la República Argentina trabajado por encargo del Gobierno Nacional por el Doctor D. Dalmacio Vélez Sarsfield*, comentara essa peça jurídica que, segundo o autor, “dará [...] uma ideia do espírito que domina esse trabalho, fazendo conhecer o estado da ciência das leis em um país pouco conhecido até o presente, e que, sem embargo, merece sê-lo”. Na verdade, não se tratava de um artigo original, senão – tal como se fazia com frequência na *Revista* – da reprodução de um artigo publicado na *Revue Historique de Droit Français et Étranger* e traduzido especialmente

¹⁵⁴ Ignoramos se faz referência à *Revista de Legislación y Jurisprudencia* de Monguillot.

¹⁵⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 118-120.

¹⁵⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 118-120.

¹⁵⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 97-106, 202-218.



para a *Revista*.¹⁵⁸ Conforme Cutolo, os comentários efetuados por García ao Código, publicados em Paris, “foram úteis para sua apresentação aos estudiosos desse país”.¹⁵⁹

Quando o último livro do Código de Vélez fez sua aparição, José Francisco López publicou seu comentário *Ultimo libro del Código Civil del Dr. Velez Sarsfield. Rol y relación con nuestras instituciones civiles y políticas en el estado actual de la Sociedad Argentina. Resto feudal colonial que las servilizava y encadena al pasado*¹⁶⁰, no que, tal como antecipava o título, efetuava uma dura crítica ao afirmar que “O novo Código não teve o valor de secularizar-se e secularizar a sociedade argentina”.¹⁶¹

Conforme Tau Anzoátegui, José Francisco López foi um dos juristas que seguiu mais de perto a elaboração do Código, já que, desde 1866, foi publicando na imprensa comentários às sucessivas entregas do Projeto.¹⁶² Na opinião de Tau, seus estudos abordaram não somente a questão geral da codificação, senão uma análise particular das diferentes matérias legisladas e, “em geral, seu juízo foi altamente favorável à obra de Vélez, ainda que não deixasse de atacar severamente o que considerava um vazio na regulação matrimonial”. López esteve por então estreitamente vinculado aos problemas que originou em Santa Fe a tentativa de implementar o matrimônio civil.¹⁶³ O comentário de López na *Revista* refletia efetivamente suas reservas acerca do Código.

Por outro lado, o Código de Comércio foi objeto de observações por parte de José Antonio Terry quando, por oportunidade de comentar um caso sob o título *Nuevo caso de quiebra ¿Puede revocarse el auto declaratorio de quiebra, cuando el acreedor que la provocó desiste por hallarse pagado?*¹⁶⁴, criticava a forma de redação do Código. Ao analisar o julgado, Terry assinalava que “é sabido que nosso Código de Comércio se encontra pessimamente redigido, dando lugar a dúvidas que geralmente se transformam em litígios” e agregava, de forma contundente: “Nossos codificadores se esqueceram que a claridade da lei depende de sua redação, manifestando completo desprezo para com as regras gramaticais e de boa linguagem.

¹⁵⁸ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 197-201.

¹⁵⁹ CUTOLO, V. O. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. T. III. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968. p. 223.

¹⁶⁰ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 415-434.

¹⁶¹ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 434.

¹⁶² TAU ANZOÁTEGUI, V. *La Codificación en Argentina, 1810-1870: mentalidad social e ideas jurídicas*. Buenos Aires: Librería Histórica, 2008.

¹⁶³ TAU ANZOÁTEGUI, V. *La Codificación en Argentina, 1810-1870: mentalidad social e ideas jurídicas*. Buenos Aires: Librería Histórica, 2008. p. 352-353.

¹⁶⁴ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 291-294.



O caso de que nos vamos ocupar foi ocasionado, pode-se dizer, pela ambiguidade e obscuridade da lei”.¹⁶⁵

Porém, não somente se opinava e criticava os códigos – já praticamente uma realidade em 1869 -, senão que, ainda nesse mesmo ano, as páginas da *Revista* faziam eco das polêmicas acerca da conveniência da codificação mesma.

Florentino González, em *Codificación. La jurisprudencia de la Europa continental y las instituciones libres*,¹⁶⁶ se mostrava contrário a plasmar nossas normas em códigos, ao afirmar que “as leis de hoje podem não ser boas amanhã, a menos que a sociedade se mantenha estacionária, porque as necessidades da comunidade variam com os progressos que essa faz” e que “é por isso que se reúnem congressos de representantes do povo para legislar a cada ano, e que esses representantes se renovam pela eleição, a fim de que estejam atentos às necessidades da comunidade”.¹⁶⁷ Sinteticamente, isto explicava, segundo González, que os “congressos de representantes do povo” se reúnam “para legislar a cada ano” a fim de estar “atentos às necessidades da comunidade”. Por isso, acreditava que “esses Códigos, que regulam permanentemente as coisas de uma sociedade que tem governo representativo, são um contrassenso, que está completamente em desacordo com as instituições políticas”; “uma legislação fixa, estacionária”.¹⁶⁸ Para González, “estas se estabeleceram para formar uma legislação progressiva, e os Códigos (os substantivos, como o civil, comercial, penal, de mineração) são uma legislação fixa, estacionária”.¹⁶⁹ Na opinião deste comentarista, “são completamente antiéticos com uma constituição que estabeleça em um país um governo representativo”.¹⁷⁰ “Nada de códigos substantivos, que são desnecessários”, apontava – “os defeitos que se vão notando em uma legislação substantiva se irão remediando de ano em ano; para isso é que se reúnem anualmente as Câmaras”.¹⁷¹

A esse ataque de González respondia José María Moreno¹⁷², completamente em desacordo, ainda que, na opinião de Victor Tau Anzoátegui, tenha exposto sua dissidência “de

¹⁶⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 291.

¹⁶⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 394-404.

¹⁶⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 401.

¹⁶⁸ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 401.

¹⁶⁹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 401.

¹⁷⁰ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 401.

¹⁷¹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 403.

¹⁷² REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 70-75.



maneira suave e cordial, não com a animosidade de outros escritos [...]”.¹⁷³ Não compartia das ideias de González sobre a codificação, “Porque, longe de ver qualquer inconveniente em sistematizar e organizar em um só corpo os princípios e as regras que hão de reger as relações civis do indivíduo na sociedade, dando-lhes um desenvolvimento conveniente e aplicação oportuna, estamos persuadidos de sua absoluta necessidade”.¹⁷⁴

Para Moreno, “A codificação, longe de retardar, acelera a melhor progressiva da legislação, porque encontrando-se a lei ao alcance de todos que a obedecem e têm à sua vez a faculdade de ditar, apreciam-na em seu justo valor às necessidades atuais, as conveniências públicas e os defeitos que oferece o desenvolvimento da ação individual, uma aplicação errônea, uma consequência falsa, um preceito retrógrado, para demonstrá-lo com evidência e obter sua reforma”.¹⁷⁵

Controvérsias passadas, controvérsias presentes, controvérsias futuras... todas refletiam nas páginas da *Revista*.

Em um só artigo em uma única seção denominada *Direito Público Eclesiástico*, a *Revista* recolhia a famosa questão do Padroado, propugnada em 1810, em um trabalho de título *El Patronato es un derecho de la Soberanía*, e que consistia na reprodução dos ditames de Gregorio Funes e Juan Luis de Aguirre.¹⁷⁶ O artigo apresentava as opiniões dos dois prelados, que consideravam que o Padroado era inerente à soberania e não à pessoa dos Reis, porém se pronunciavam contrários a distribuir o cargo que havia ficado vacante.

A *Revista* retratava também outras discussões que os projetos de outros códigos geravam. Assim, Marcelino Ugarte, convencido de fazer um aporte para os leitores em *El servicio á las armas como pena*, introduzia o tema no contexto da discussão que gerava o projeto de Código Penal de Carlos Tejedor, que incluía o serviço militar como pena.¹⁷⁷

Em uma época de fervor legislativo, o magistrado e professor José Roque Pérez se mostrava muito de acordo com o discurso pronunciado por Carlos Keen na sessão de 6 de agosto de 1869 na Câmara de Deputados, pela qual informava, em nome da Comissão de Assuntos

¹⁷³ TAU ANZOÁTEGUI, V. *La Codificación en Argentina, 1810-1870: mentalidad social e ideas jurídicas*. Buenos Aires: Librería Histórica, 2008. p. 378.

¹⁷⁴ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 70-71.

¹⁷⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 73-74.

¹⁷⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 76-94.

¹⁷⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 41-42.



[*Negocios*] Constitucionais, sobre os projetos regulamentares do Art. 6º da Constituição da República, no que se discutia a faculdade da intervenção.¹⁷⁸

Uma das polêmicas mais viscerais, que se desenvolveu entre 1869 e 1870, do Tomo I ao Tomo IV da *Revista*, e que tomou quarenta e quatro páginas, foi a que introduziu Ángel Navarro, ao refutar os comentários a um caso suscitado em nossos tribunais acerca dos privilégios do *Banco de la Provincia* nos concursos, efetuados por Moreno y Montes de Oca.¹⁷⁹

O ponto de partida da polêmica havia sido um comentário efetuado por José María Moreno a um julgado de primeira instância da Câmara sobre os privilégios do *Banco de la Provincia* nos concursos e a cobrança de juros provenientes de créditos hipotecários, com cuja sentença de primeira instância Moreno estava de acordo.¹⁸⁰

A esta recensão se seguiu aquela efetuada por outro dos diretores de *Revista*, Montes de Oca, quem trouxe à tona o laudo arbitral emitido com relação à mesma questão¹⁸¹ e que elaborou uma “resenha legislativa do Banco e seus privilégios”.¹⁸²

Navarro efetuou um comentário muito crítico ao apresentado oportunamente por José María Moreno. Na opinião de Navarro, “essas sentenças são o resultado de uma inteligência errônea das leis, e de uma falsa aplicação de sua letra e de seu espírito...” e “o sentido em que resolveu a Sentença da Turma Cível [*Sala de lo Civil*] é a verdadeira jurisprudência que rege e deve seguir-se em casos semelhantes ao presente”.¹⁸³

As opiniões de Navarro foram refutadas por José María Moreno, quem, quase imediatamente, em um artigo intitulado *El artículo 1543 del Código de Comercio, y los privilegios del Banco de la Provincia*¹⁸⁴, defendeu a solução alcançada pelo julgado de primeira instância, não sem antes agradecer a Navarro por “seu concurso à *Revista*”.¹⁸⁵

Alguns números mais tarde, Navarro continuou com a polêmica, ao afirmar que “por mais que tenha lido e relido” o artigo de Moreno, “Buscando essa contestação, isto é, uma refutação jurídica e fundada em minhas razões e argumentos, não só não a encontro, senão que,

¹⁷⁸ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 206-225.

¹⁷⁹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 44-60, 255-302; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 408-414; REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 97-104.

¹⁸⁰ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 44-60.

¹⁸¹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 129-155

¹⁸² REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 255-282.

¹⁸³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 284.

¹⁸⁴ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 408-414.

¹⁸⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 408.

pelo contrário, pode-se dizer que esse esforço de impugnação não deu outro resultado que manifestar a solidez destas razões”.¹⁸⁶

Apoiado em suas convicções, Navarro dava por concluída a diferença ao apontar “e, com isso, fica encerrada por minha parte esta discussão”.¹⁸⁷

Não obstante, José María Moreno não parecia satisfeito com a resposta de Navarro, porque alguns números mais tarde, em um trabalho denominado *El artículo 1543 del Código de Comercio y los privilegios del Banco de la Provincia*¹⁸⁸ – referindo-se a Navarro, assinalou que “manifestase um tanto irônico e contrariado no artigo mencionado; e o sentimos, tanto mais, quanto que lhe professamos o respeito e consideração que se merece e lhe estamos, ademais, agradecidos pelos trabalhos que dedicou à Revista”.¹⁸⁹

Para Moreno, a *Revista* “não deve jamais ser um campo aberto à polêmica pessoal, que em nada interessa à Legislação e ao Direito”, pelo que “Consequentes com nosso programa, nos limitaremos a contestar, por última vez, as apreciações jurídicas do artigo do Dr. Navarro, deixando a um lado tudo o que nele se refere ao mérito de nossa defesa e aos conhecimentos de que possamos dispor na ciência do Direito”.¹⁹⁰

O espírito combativo de Navarro aflorou novamente quando, no tomo IX da *Revista*, em seu artigo *La excepción de nulidad de un laudo arbitral alegada como fundamento de su inhabilidad para ejecutarlo, es admisible en el juicio ejecutivo; y no solo contra un laudo, sino también contra cualquiera de los títulos que preparan ejecución*¹⁹¹, respondeu à crítica que Montes de Oca havia efetuado em seu comentário à solução alcançada pelo tribunal – do qual Navarro havia formado parte, como magistrado, de título *¿Puede obtenerse, en la estación oportuna del juicio ejecutivo, la escepcion de inhabilidad por causa de nulidad contra un laudo arbitral, revestido de todos los requisitos que la ley establece? La Ley de 2 de noviembre de 1860, reglamentaria del juicio ejecutivo, no es derogatoria de la ley 4, tít.21, lib.4, R.C. (4, tit.17, lib. II, N.R.)*.¹⁹² A questão parece haver sido abandonada com essa última resposta.

Um projeto de Vicente F. López, de reforma da constituição da Província de Buenos Aires no que respeita à organização do Poder Judiciário, foi criticado duramente na *Revista* por

¹⁸⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 189.

¹⁸⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 199.

¹⁸⁸ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 97-104.

¹⁸⁹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 97-98.

¹⁹⁰ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 97-98.

¹⁹¹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IX. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1873. p. 338-369.

¹⁹² REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872. p. 366-391.



um autor desconhecido¹⁹³, que sustentava que a proposta de López “não será a lei que haverá de nos reger; acreditamos também que não conviria que fosse” porque, apesar de que “suas ideias são indubitavelmente adiantadas, não corresponde às necessidades nem ao estado de nossa sociedade no momento atual”. Na opinião do comentarista, “A tarefa do Legislador não se cumpre ao antecipar violentamente à ação que têm os tempos na obra do progresso social. O mais que se pode fazer é aproximar, se assim se pode dizer, o futuro, fazendo adiantar esses tempos que, sem embargo, não podem ser suprimidos”.¹⁹⁴

Todavia, sustentava que: “Talvez chegue o dia no qual as teorias do distinguido Dr. López sejam uma realidade entre nós: porque então, a sociedade haverá chegado a compreender e a necessitar uma organização cujas bases hoje não funcionariam bem, porque não conheceriam seu objeto nem suas funções, e talvez nem sejam os meios próprios e adequados a seu exercício”.¹⁹⁵

Na opinião do desconhecido resenhista, “o comentário do Dr. López é interessantíssimo quanto a várias questões, sobretudo quanto à base da organização judicial, a mobilidade ou imobilidade dos juízes [...]”.¹⁹⁶

A propósito de uma causa judicial, as páginas da *Revista* davam conta da necessidade de reforma de outro aspecto da administração da justiça: o que se referia aos cartórios públicos e à origem do arrendamento e criação de cartórios de registro.¹⁹⁷

Montes de Oca, por sua vez, criticava um projeto de Diego González que propunha reformas no procedimento criminal, consistentes basicamente em que o juiz que sentença não deveria instruir o sumário e deveria ser substituído por agentes fiscais criminais.¹⁹⁸

O júízo por jurados parece ter sido um tema que desvelava nossos autores, assim como aos leitores da *Revista*, já que na seção *Procedimientos* se reproduziu um projeto de Vicente F. López que propiciava seu estabelecimento em matéria civil e comercial.¹⁹⁹

¹⁹³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 394-447.

¹⁹⁴ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 395.

¹⁹⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 395.

¹⁹⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 395.

¹⁹⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 297-327.

¹⁹⁸ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1872. p. 421-432.

¹⁹⁹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1872. p. 382-384.



Um projeto de lei de Habeas Corpus, apresentado por Florentino González²⁰⁰ – “conhecido já entre nós por seus trabalhos jurídicos, sobretudo no Direito público e no Constitucional”²⁰¹ –, se pode consultar na *Revista* em 1872.

Outros projetos transitavam pelas páginas da *Revista*: em 1879, por exemplo, foi reproduzido o projeto de Antonio Malaver sobre a seção de Organização Municipal da Cidade de Buenos Aires, publicado na Memória do Ministério de Governo de 1870-1871, com suas respectivas explicações.²⁰²

A *Revista* também fazia eco das transformações no Direito comparado, e a tal efeito publicava também em uma seção identificada como *Codificação*, a proposta de Augusto Teixeira de Freitas sobre um novo sistema para o Código Civil efetuada no Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1867 ao Ministro e Secretário de Estado dos Assuntos de Justiça.²⁰³

4 Reprodução

Uma seção destacada da *Revista* foi a que esteve dedicada à reprodução de peças jurídicas importantes, tais como escritos, pareceres fiscais ou ditames pronunciados em casos que tomaram destaque. Várias destas peças advinham da pena de Dalmacio Vélez Sarsfield como letrado patrocinador.

Cabe assinalar que a *Revista* não reproduziu nenhum ditame emitido por Vélez Sarsfield na Assessoria de Governo do Estado de Buenos Aires. Tal como apontam José María Mariluz Urquijo²⁰⁴ e Eduardo Martiré, alguns de seus ditames se publicaram contemporaneamente à sua emissão em periódicos de Buenos Aires como *El Orden*, *El Nacional*, *La Tribuna*, *El Judicial*, *El Plata Científico y Literario* e, mais tarde, na *Recopilación de Leyes y decretos de la Provincia de Buenos Aires* de Aurelio Prado y Rojas. Conforme esses autores, vários foram publicados por Juan Goyena em seu *Digesto Eclesiástico Argentino* em 1880 e outros na obra *Informes de los consejeros legales del Poder Ejecutivo*, aparecida em Buenos Aires entre 1890 e 1891.

²⁰⁰ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1872. p. 181-200.

²⁰¹ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1872. p. 181-182.

²⁰² REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo XI. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1878. p. 223-340.

²⁰³ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 320-331.

²⁰⁴ MARILUZ URQUIJO, José María. Prólogo. In: VÉLEZ SARFIELD, Dalmacio. *Dictámenes en la Asesoría de Gobierno de Estado de Buenos Aires*. Edición de José María Mariluz Urquijo y Eduardo Martiré (con la colaboración de Alberto David Leiva). Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales – Instituto de Historia del Derecho Ricardo Levene, 1982 [Colección de Textos y Documentos para la Historia del Derecho Argentino, XII].



Nesse sentido, a *Revista* resgatou antigos – porém vigentes para aquela época – escritos do codificador, como, por exemplo, o informe apresentado pelo codificador ante a Câmara de Justiça na “causa criminal, suscitada contra o sr. Estevan e o sr. José María Yañez”²⁰⁵, ou a transcrição do escrito apresentado pelo autor em uma causa suscitada como consequência do embargo de 1840 contra os bens e ações dos chamados “*salvajes unitarios*”, representando aos embargados.²⁰⁶

Um trabalho de Vélez escrito em 1846 sobre posse de herança foi introduzido por Moreno, que apontava: “Mais de uma vez foi honrada a ‘Revista’ ao publicar interessantes escritos jurídicos deste notável juriconsulto... Cada um desses escritos corresponde à fama que seu autor conquistou no foro e na ciência; e o que têm de realce é que, apesar de destinados a dilucidar pontos determinados em questões judiciais e redigidos com a rapidez que exigem os procedimentos e as numerosas atenções de um advogado habilitado, contêm um estudo comparado de nossa legislação e um tratado conciso, porém completo, da matéria sobre a qual versam”.²⁰⁷

Para Moreno, “Ainda que o escrito tenha por base as disposições de nossa antiga legislação, acreditamos ser útil fazer constar por meio de notas a conformidade ou diferença das teorias e notas manifestadas nele quanto às doutrinas e regras de nosso Direito atual”.²⁰⁸

Outro escrito de Vélez de 1840, de título *Actos jurídicos. Nulidades absolutas y relativas*, foi também transcrito pela *Revista*.²⁰⁹

De sua parte, José Roque Pérez, em um comentário à lei de matrimônio civil de Santa Fe de 1867, reproduziu o ditame elaborado oportunamente por Vélez Sarsfield.²¹⁰

Dois escritos apresentados no pleito que o “Sr. Norman Guillermo Scott Schmalling segue contra Sra. María Cristina Diehl, sobre a nulidade e rescisão de um contrato de compra e venda” foram publicados na *Revista*.²¹¹ Um, o escrito anexado no pleito de referência por Manuel Quintana – professor de Direito civil desde 1859 no Departamento de *Jurisprudencia*

²⁰⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 377-407.

²⁰⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 241-262.

²⁰⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 353-404.

²⁰⁸ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 353-354.

²⁰⁹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872. p. 206-226.

²¹⁰ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 190-205.

²¹¹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IX. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1873. p. 57-160.



da Universidade de Buenos Aires²¹² – em 13 de setembro de 1872 (pelo autor), e o outro o “Informe de Direito” do Doutor Jaime J. Costa, no mesmo processo.

A causa suscitada contra o ex-Governador de San Juan pelo delito de rebelião e a ação de responsabilidade civil também foram reproduzidas, porque os diretores da *Revista* consideraram que era conveniente “dar conta na Revista das causas mais importantes que se decidam pela Justiça Nacional, e no interesse geral dessa publicação, agrega-se hoje a especialidade da que encabeça essas linhas”, na que “Se discute não somente a aplicação das leis nacionais aos atos que afetam a ordem política do país, senão também a interessante questão da responsabilidade civil nos delitos políticos, ainda não decidida com precisão nem aceita por uma jurisprudência uniforme”.²¹³

Outro material reproduzido foram os escritos intercambiados entre o governo da província de Buenos Aires e o da província de San Juan sobre o tema da extradição, ao discutir-se a aplicação do artigo 8º da Constituição Nacional aos delitos políticos.²¹⁴

Em matéria de Direito canônico, a *Revista* deu conhecimento à defesa de Eduardo Lahitte a à sentença do Provisor D. Miguel García em uma causa célebre sobre nulidade de um matrimônio²¹⁵, “uma das causas mais interessantes do foro argentino”²¹⁶, reproduzida originalmente em *El Plata Científico y Literario*.²¹⁷

Também se publicou uma resolução arbitral relativa às reclamações da Grã-Bretanha contra a República Argentina por prejuízos causados por consequência do bloqueio de Montevideo de 1845.²¹⁸

Uma questão tão discutida como a do matrimônio entre dissidentes mereceu que a *Revista* considerasse necessário publicar uma decisão do Departamento de Culto de 31 de junho de 1870, subscrita por Sarmiento como presidente e Avellaneda como ministro, que declarou a desnecessidade de solicitar a escritura ao Ministério de Culto, pelo que se concedia a dispensa para que pudessem contrair matrimônio um católico com um protestante.²¹⁹

²¹² FERNÁNDEZ, Tomás; TAMARO, Elena. Biografía de Manuel Quintana. In: *Biografías y Vidas. La enciclopedia biográfica en línea* [Internet]. Barcelona, 2004. Disponível em: https://www.biografiasyvidas.com/biografia/q/quintana_manuel.htm. Acesso em: 23 abril 2018.

²¹³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 209-451.

²¹⁴ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 149-162.

²¹⁵ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 209-224.

²¹⁶ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 209.

²¹⁷ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 209.

²¹⁸ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 121-137.

²¹⁹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 373-377.



A *Revista* também se embebeu de peças jurídicas provenientes de outras latitudes. Neste sentido, sob o título *Relaciones del Poder Judicial con los demás poderes y de las condiciones y deberes de los que lo ejercen*, pôs à disposição dos leitores o discurso lido por Pedro Gómez de la Serna, Presidente do Tribunal Supremo de Justiça da Espanha, na “solene abertura dos Tribunais”, celebrada em 15 de setembro de 1869.²²⁰

Outros escritos que a *Revista* considerou que mereciam ser reproduzido foram os pareceres fiscais. Neste sentido, publicou o emitido por um dos diretores da *Revista*, José María Moreno, no assunto de *Delaguila y la Municipalidad de Mercedes* em 5 de dezembro de 1871²²¹, assim como outro parecer referente aos cursos de água naturais, publicado junto com o informe do Departamento de Engenharia. Este último teve o mérito de haver constituído o fundamento com o qual o Poder Executivo concedeu em 21 de junho de 1875 o estabelecimento de um moinho de água no rio Luján a D. Miguel Bancalari, e cuja resolução logo serviu “de apoio a outras concessões análogas em outros rios e arroios da província”.²²²

Outra peça jurídica dada a conhecer pela *Revista* foi o parecer fiscal e resolução da reclamação deduzida pela Comunidade de San Francisco com respeito à ocupação de uma parte de seu Convento, em que se faz referência à história de despossessão do edifício do Noviciado, à lei de reforma do clero de 1822 e à resolução do Governo reconhecendo a propriedade privada.²²³

Finalmente, foi publicado o ditame que Juan Segundo Fernández – assíduo colaborador da *Revista* – emitiu como assessor na reclamação dos Diretores dos *Ferrocarriles del Norte y de la Ensenada*, por danos durante a guerra entre a província de Buenos Aires e a autoridade nacional, em 4 de agosto de 1880.²²⁴

5 Relações com outras publicações

Da leitura da *Revista* surge que publicações nacionais e estrangeiras – espanholas, francesas, belgas e chilenas, entre outras – nutriram a *Revista*. Entretanto, a partir da mesma

²²⁰ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 226-249.

²²¹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1872. p. 281-302.

²²² REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo XII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1880. p. 173-176.

²²³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IX. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1873. p. 176-197.

²²⁴ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo XII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1880. p. 163-172.



fonte, não se pode determinar se efetivamente existiram contatos editoriais ou pessoais entre os diretores.

Já nos primeiros números se efetuou um comentário à primeira publicação da *Revue de Droit International et de Législation Comparée*²²⁵ – uma publicação trimestral, aparentemente publicada na Bélgica²²⁶ desde 1869 –, da qual, entretanto, somente se reproduziu um trabalho.²²⁷

A publicação periódica que mais aportou à *Revista* foi a *Revista General de Legislación y Jurisprudencia*, da qual se tomaram oito artigos²²⁸, seguida da francesa *Revue Historique de Droit Français et Étranger*²²⁹ – publicada pela primeira vez em 1855 e editada por A. Durand entre 1855 e 1869 e por L. Larose entre 1877 e 1921 –, que contribuiu com quatro artigos.²³⁰

Apesar de sua curta vida, a *Revista de Legislación y Jurisprudencia* de Monguillot se fez presente mediante a reprodução de dois trabalhos²³¹, tal como sucedeu com a espanhola *Revista de Ambos Mundos*²³², enquanto o resto das publicações com as quais a *Revista* manteve contato foram a *Revista de Buenos Aires*²³³, *El Mercurio chileno*²³⁴, *El Foro*²³⁵, a *Revista Bibliográfica de Derecho y Jurisprudencia*²³⁶, *La América Ilustrada*²³⁷, *Le Courrier de la*

²²⁵ REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 196-200. [nota de tradução: no original em espanhol, o título aparece traduzido, no modo que era citado nesta revista trabalhada no texto – *Revista de Derecho Internacional y de Lejislaçion comparada*].

²²⁶ ÁLVAREZ, L. F. *La historia del derecho internacional público*. Bogotá: Facultad de Ciencias Jurídicas-Pontificia Universidad Javeriana, 2000. p. 128. [nota de tradução: nas edições originais em francês, consta que se imprime em Gand (Gante, Bélgica): “Imprimerie de I.-S. van Doosselaere”].

²²⁷ REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 289-312.

²²⁸ REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 101-112; REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 149-173; REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 43-89; REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872. p. 227-230, 297-326; REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1872. p. 222-224, 391-399.

²²⁹ REVUE Historique de Droit Français et Étranger (1855-1869). Ver maiores detalhes em: <<https://jurisguide.fr/fiches-documentaires/revue-historique-de-droit-francais-et-etranger-rhdfe/>>.

²³⁰ REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 70-91, 197-201, 303-319; REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo XI. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1878. p. 30-48. [nota de tradução: a revista tem outro nome neste período: NOUVELLE Revue Historique de Droit Français et Étranger (1877-1921)].

²³¹ REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 91-108; REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 108-128.

²³² REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 312-345; REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 392-443.

²³³ REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 129-134.

²³⁴ REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 151-170.

²³⁵ REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 371-376.

²³⁶ REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 118-120; REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 250-252.

²³⁷ REVISTA de Lejislaçion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872. p. 392-420.



Plata²³⁸, *El Plata Científico y Literario*²³⁹, e as francesas *Revue de Deux Mondes*²⁴⁰ e *Revue de Législation et Jurisprudence*²⁴¹.

6 Considerações finais

Em 1870, quando a *Revista* estava em seu quarto tomo e o Código Civil ainda não havia começado a ser aplicado, o diário *La Prensa* publicava entre os editoriais de número 244, um artigo dedicado à *Revista* no que afirmava que o mérito da *Revista* “Consiste em ter iniciado a publicação periódica dos notáveis trabalhos jurídicos que se produzem em nosso foro, e que, de outra maneira, restariam relegados ao esquecimento da ciência na biblioteca do jurisconsulto, ou no arquivo dos escritórios”.²⁴²

Segundo os próprios diretores da *Revista*, por intermédio deste texto de *La Prensa*, “se aprecia sua influência e [se] julga sua utilidade de uma maneira tão benévola para esta publicação, que a reprodução pareceria em suas páginas uma manifestação pública de glorificação própria e um exagerado juízo de seu real mérito”.²⁴³

Para as autoridades da publicação que se analisa, “muitos casos resolvidos foram examinados nos tomos da *Revista* que até hoje vão publicados”.²⁴⁴ A *Revista* também efetuou uma importante contribuição ao comentar as novidades bibliográficas, tendência que estava de acordo com o surgimento desse tipo de exercício até o final do século XIX, conforme assinala Michalsen.²⁴⁵

É que a *Revista*, por um lado, preencheu um vazio que existia nas publicações de seu tempo, atento ao variado universo de material que integrava suas distintas seções: na *Revista*, o leitor – advogado, magistrado ou professor – poderia encontrar jurisprudência (nem sempre comentada), doutrina, comentário de livros, reprodução de peças jurídicas que pudessem ser de difícil acesso, Direito comparado etc.

²³⁸ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870. p. 174-179.

²³⁹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 209-224.

²⁴⁰ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872. p. 80-134.

²⁴¹ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869. p. 336-338.

²⁴² REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 360.

²⁴³ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870. p. 360.

²⁴⁴ REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 90-91.

²⁴⁵ MICHALSEN, D. The Making of a Public Legal Sphere. The Legal Journals of Norway in the 19th Century. In: STOLLEIS, M.; SIMON, T. (ed.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2006. p. 29-54.



Por outro lado, um elemento que hierarquizou a *Revista* foi a estreita relação com a Universidade de Buenos Aires e com a *Academia de Jurisprudencia*, já que a maioria dos que contribuíram com ela foram todos professores da Universidade de Buenos Aires nos anos fundacionais da Faculdade de Direito. Talvez tenha sido por isso que as páginas da *Revista* refletiram a preocupação pelas reformas que eram necessárias em matéria de educação, e, em especial, do ensino de Direito.

Tal como aponta Alberto David Leiva, “os quatro diretores haviam publicado antes em forma individual ou coletiva várias obras importantes”, pelo que “resultou natural que a coleção [...] recolhesse trabalhos dos juristas mais destacados da época”.²⁴⁶

A *Revista* também manteve estreitos vínculos com os magistrados e com o foro em geral. Efetivamente, renomados juízes, assessores e fiscais [procuradores] do foro portenho – autores todos consagrados à época – contribuíram com a *Revista* e projetaram nela suas inquietudes, desvelos e propostas. Constituíram-se – parafraseando Arnaud – nos observadores ideais para a reconstrução do debate cultural da época.²⁴⁷ Cada um, desde seu lugar, encontrou na *Revista* a possibilidade de expressar suas ideias, ainda que desde pontos de vista divergentes.

Durante todo esse período, a *Revista*, acompanhando a Tau Anzoátegui, constituiu um grande espelho em que se poderia seguir a vida do Direito, desde os anos da eclosão codificadora até o início da idade da Codificação²⁴⁸. Ainda que tenha logrado “reunir uma pequena, porém significativa, coleção de casos, aproveitável para dar base inicial à empreitada várias vezes tentada, porém ainda insuficiente para formar uma jurisprudência”²⁴⁹, foi um espaço que refletiu uma jurisprudência que serviu de instrumento para seguir o pulso da vida do Direito.

Tal como aponta Michalsen, uma das principais funções das revistas jurídicas é a de apresentar uma fusão de prática e textos acadêmicos.²⁵⁰ Nesse sentido, a *Revista* – como a

²⁴⁶ LEIVA, A. Del periodismo forense a las revistas jurídicas. Un aspecto en la evolución de la literatura jurídica argentina (1850-1950). In: TAU ANZOÁTEGUI, V. (ed.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. p. 64.

²⁴⁷ ARNAUD, A. J. (dir.). *La culture des revues juridiques françaises*. Biblioteca “Per la storia del pensiero giuridico moderno”, 29. Milano: Giuffrè Editore, 1988. p. 03.

²⁴⁸ TAU ANZOÁTEGUI, V. La jurisprudencia civil en la cultura jurídica argentina (s. XIX-XX). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 40, p. 67-68, 2011.

²⁴⁹ TAU ANZOÁTEGUI, V. La jurisprudencia civil en la cultura jurídica argentina (s. XIX-XX). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 40, p. 68, 2011.

²⁵⁰ MICHALSEN, D. The Making of a Public Legal Sphere. The Legal Journals of Norway in the 19th Century. In: STOLLEIS, M.; SIMON, T. (ed.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2006. p. 29-54.



maioria das publicações do século XIX e ainda de nossos dias – foi um fator chave para a difusão da atividade tanto dos tribunais superiores como dos inferiores, objetivo que, segundo Michalsen, constituiu uma razão decisiva para fundar publicações periódicas.

Ao mesmo tempo, a *Revista* se mantinha atenta ao que estava sucedendo fora das fronteiras do país ao publicar as novidades legislativas de outros países, as últimas decisões ou artigos de doutrina escritos por autores estrangeiros, aos que dificilmente se poderia acessar se não tivessem sido publicados na *Revista*.

A *Revista* deu conta do surgimento de novas disciplinas e da consolidação daquelas já existentes, do ajuste entre a teoria e a prática, à maneira daquele laboratório ao qual Paolo Grossi se refere, no qual “a complexidade do Direito se põe perfeitamente manifesta através da presença simultânea do ensaio abstrato do teórico e do texto de um caso prático redigido por um profissional”.²⁵¹

Neste sentido, a *Revista* replicou o sucedido em outras latitudes – tal como aponta Michalsen²⁵² para a Noruega na mesma época –, na que as revistas jurídicas eram amplos canais de difusão de um matizado universo de informação jurídica: praxis judicial, artigos de doutrina e outros tipos de novidades legais. Na opinião de Heirbaut²⁵³ – que refere a situação idêntica para a Bélgica –, mesmo aquelas publicações que detinham pretensões acadêmicas, tiveram de limitar-se a servir de meio de comunicação entre os advogados ativos no pleito e os acadêmicos. Segundo esse autor, na Bélgica não existia nenhuma publicação exitosa que não tivesse de responder, em alguma medida, às necessidades da prática legal.

Não obstante, a *Revista* foi muito mais além, já que ofereceu a seus leitores – advogados, magistrados, professores – não somente jurisprudência, senão também artigos de doutrina, escritos famosos apresentados antes os estrados judiciais, ditames e pareceres fiscais e opiniões de funcionários plasmadas em expedientes judiciais.

Aparecida quase contemporaneamente ao *Código Civil* da República Argentina, os diretores não indicaram expressamente que o motivo da criação da *Revista* fora justamente essa circunstância. Ainda assim, mais adiante, referiram que “a vigência do novo Código desde o 1º

²⁵¹ GROSSI, P. Las revistas jurídicas: un vacío historiográfico que es necesario colmar. In: TAU ANZOÁTEGUI, V. (ed.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. p. 24.

²⁵² MICHALSEN, D. The Making of a Public Legal Sphere. The Legal Journals of Norway in the 19th Century. In: STOLLEIS, M.; SIMON, T. (ed.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2006. p. 29-54.

²⁵³ HEIRBAUT, D. Law reviews in Belgium (1763-2004): instruments of legal practice and linguistic conflicts. In: STOLLEIS, M.; SIMON, T. (ed.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2006. p. 343-368.



do corrente mês de janeiro fará ainda mais interessante nosso trabalho, pela importância que tem em si a matéria para os advogados e os juízes”.²⁵⁴

A tempo, advertiram que “A tarefa é árdua, porém nada nos arreda no desejo de servir a nossos apoiadores e de fazer um bem a nós mesmos, reunindo todas as decisões de nossos Tribunais inferiores e do Superior [Tribunal] de Justiça, que no futuro constituirão um corpo de doutrina, digno de ser consultado a cada momento, nas dificuldades que necessariamente oferecerá com frequência o texto da nova lei”.²⁵⁵

Ao longo das páginas da *Revista*, deu-se conta das problemáticas que o Código suscitava na comunidade jurídica argentina, consoante com o que afirma Marie Laure Martínez Pralong acerca de se as revistas jurídicas são o reflexo ou o sintoma dos ordenamentos jurídicos nos quais aparecem.²⁵⁶

A *Revista* foi – tal como sustenta Arnaud²⁵⁷ – um observatório para a reconstrução dos debates jurídicos de sua época – em nosso caso, a dos primeiros anos de aplicação do Código Civil argentino

Com efeito, a partir das opiniões de quem colaborou com a *Revista*, se vislumbram as controvérsias que a estruturação do futuro sistema jurídico despertava entre magistrados, advogados e professores.

A conveniência ou não da codificação, a necessidade da reforma penal que discutia Varela, a relação entre a teoria e a prática, a formação profissional e acadêmica dos advogados, os planos de estudo da universidade, a conveniência da consideração da Filosofia ao encarar questões jurídicas, o juízo por jurados e o serviço militar, dentre outros temas, foram discutidos na *Revista* para constituir-se logo em eixos ao redor dos quais se delinearía o ordenamento jurídico argentino.

A *Revista* foi justamente o âmbito no qual se efetuaram os primeiros comentários críticos do Código Civil e do Código de Comércio, o espaço no qual se plasmaram as dúvidas que a nova legislação argentina trazia àqueles que deveriam aplicá-la.

Todavia, resta por indagar o peso que efetivamente teve a *Revista* no mundo jurídico do período no qual foi publicada: com que frequência foi citada, através de que canais, que seções

²⁵⁴ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 90-91.

²⁵⁵ REVISTA de Legislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871. p. 90-91.

²⁵⁶ MARTÍNEZ PRALONG, M. L. De la cultura de las revistas jurídicas francesas. *Revista Chilena de Derecho*, 27(4), p. 649-654, 2000.

²⁵⁷ ARNAUD, A. J. (dir.). *La culture des revues juridiques françaises*. Biblioteca “Per la storia del pensiero giuridico moderno”, 29. Milano: Giuffrè Editore, 1988. p. 03.



foram mais consultadas, quem a utilizou mais assiduamente etc. Para além da comprovação da efetiva utilização da *Revista* por parte dos letrados, magistrados e outros funcionários, um repasse pelo conteúdo da *Revista* não deixa dúvidas acerca de seu papel como difusora de uma nascente jurisprudência, de novas doutrinas, de polêmicas jurídicas... enfim, de uma “arena” na qual se desenvolveram teorias, ideias, disciplinas que logo contribuiriam ao perfil da cultura jurídica argentina.

Referências

ÁLVAREZ, L. F. *La historia del derecho internacional público*. Bogotá: Facultad de Ciencias Jurídicas-Pontificia Universidad Javeriana, 2000.

AMUNÁTEGUI, Miguel Luis. *Don José Joaquín de Mora: apuntes biográficos*. Santiago de Chile: Imp. Nacional, 1888.

ARNAUD, A. J. (dir.). *La culture des revues juridiques françaises*. Biblioteca “Per la storia del pensiero giuridico moderno”, 29. Milano: Giuffrè Editore, 1988.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. Odilon Barrot. In: *Encyclopedia Britannica* [Internet]. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Odilon-Barrot>>. Acesso em: 22 março 2018.

CASÁS, J. O. Semblanza del profesor José Antonio Terry. *Lecciones y Ensayos*, 79, p. 377-379, 2004.

CASTÁN VÁSQUEZ, J. M. Pedro Gómez de la Serna y Tully. Real Academia de la Historia. *Diccionario Biográfico electrónico*. Disponível em: <<http://dbe.rah.es/biografias/14573/pedro-gomez-de-la-serna-y-tully>>. Acesso em: 08 abril 2018.

CUTOLO, Vicente Osvaldo. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 1750-1930*. 7 vol. Buenos Aires: Editorial Elche, 1968.

CHÁNETON, A. *Historia de Vélez Sársfield*. Buenos Aires: Librería y Editorial “La Facultad”, 1937.

ESPARZA, Cristian. *¿Quién fue Daniel María Cazón?* Tigre, Provincia de Buenos Aires, Argentina: Partido de Tigre: Historia de Tigre, s/d. Disponível em: <<http://tigre.galeon.com/textos/historia/cazon.htm>>. Acesso em: 08 abril 2018.

ESPOSITO, G. Discursos civilizadores en los Andes de Argentina: políticos y académicos en la mestización de la Quebrada de Humahuaca, Jujuy. *Intersecciones en antropología*, 15(1), p. 219-233, 2014. Disponível em:



<http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-373X2014000100016&lng=es&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 10 abril 2018.

FERNÁNDEZ, Tomás; TAMARO, Elena. Biografía de José Joaquín de Mora. In: *Biografías y Vidas*. La enciclopedia biográfica en línea [Internet]. Barcelona, 2004. Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/m/mora_jose_joaquin.htm>. Acesso em: 23 março 2018.

FERNÁNDEZ, Tomás; TAMARO, Elena. Biografía de Manuel Quintana. In: *Biografías y Vidas*. La enciclopedia biográfica en línea [Internet]. Barcelona, 2004. Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/q/quintana_manuel.htm>. Acesso em: 23 abril 2018.

FERNÁNDEZ, Tomás; TAMARO, Elena. Biografía de Tobias Michael Carel Asser. In: *Biografías y Vidas*. La enciclopedia biográfica en línea [Internet]. Barcelona, 2004. Disponível em: <<https://www.biografiasyvidas.com/biografia/a/asser.htm>>. Acesso em: 21 março 2018.

GROSSI, P. Las revistas jurídicas: un vacío historiográfico que es necesario colmar. In: TAU ANZOÁTEGUI, V. (ed.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. p. 21-27.

HEIRBAUT, D. Law reviews in Belgium (1763-2004): instruments of legal practice and linguistic conflicts. In: STOLLEIS, M.; SIMON, T. (ed.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2006. p. 343-368.

LEIVA, A. Del periodismo forense a las revistas jurídicas. Un aspecto en la evolución de la literatura jurídica argentina (1850-1950). In: TAU ANZOÁTEGUI, V. (ed.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. p. 57-75.

LEVAGGI, A. La cultura forense argentina en la época del nacimiento del código civil. *IUSHistoria*, 7, p. 106, 2014.

MARILUZ URQUIJO, José María. Prólogo. In: VÉLEZ SANSFIELD, Dalmacio. *Dictámenes en la Asesoría de Gobierno de Estado de Buenos Aires*. Edición de José María Mariluz Urquijo y Eduardo Martiré (con la colaboración de Alberto David Leiva). Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales – Instituto de Historia del Derecho Ricardo Levene, 1982 [Colección de Textos y Documentos para la Historia del Derecho Argentino, XII].

MARTÍNEZ PRALONG, M. L. De la cultura de las revistas jurídicas francesas. *Revista Chilena de Derecho*, 27(4), p. 649-654, 2000.

MICHALSEN, D. The Making of a Public Legal Sphere. The Legal Journals of Norway in the 19th Century. In: STOLLEIS, M.; SIMON, T. (ed.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2006. p. 29-54.



NÓMINA completa de Asesores Generales de Gobierno. Dr. Juan J. Montes de Oca (1884). Provincia de Buenos Aires, Argentina: Asesoría General de Gobierno. Gobierno de la Provincia de Buenos Aires, s.d. Disponible em:

<http://www.asesoria.gba.gov.ar/informacion/asesores.php#Montes_de_Oca_Juan_Jose>.

Acesso em: 17 de abril de 2018.

NOUVELLE Revue Historique de Droit Français et Étranger (1877-1921).

PUGLIESE, María Rosa. Las revistas jurídicas en la Argentina en la primera mitad del siglo XX: Una mirada cultural y didáctica sobre el género. *Revista de Historia del Derecho*, (47), p. 105-148, 2014.

RESEÑA HISTÓRICA. *Sinopsis sobre la historia de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, s.d. Disponible em: <http://www.derecho.uba.ar/institucional/historia/index_05.php>.

Acesso em: 16 setembro 2024.

REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo I. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869.

REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo II. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869.

REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1869.

REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta Buenos Aires, 1870.

REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo V. Buenos Aires: La Prensa, 1870.

REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VI. Buenos Aires: La Prensa, 1871.

REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VII. Buenos Aires: La Prensa, 1872.

REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo VIII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1872.

REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo IX. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1873.

REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo X. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1876.

REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo XI. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1878.

REVISTA de Lejislacion y Jurisprudencia. Tomo XII. Buenos Aires: Pablo Emilio Coni, 1880.

REVISTA General de Legislación y Jurisprudencia. Madrid: Editorial Reus (1853-).



REVUE Historique de Droit Français et Étranger (1855-1869).

SEOANE, M. I. *La enseñanza del derecho en la Argentina: Desde sus orígenes hasta la primera década del siglo XX*. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1981.

SERRANO GONZÁLEZ, A. Las Revistas jurídicas en España: una cuestión de estilo. In: TAU ANZOÁTEGUI, V. (ed.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. p. 77-109.

SORBARA, J. G. Les chroniques de jurisprudence dans les revues juridiques du XIXe siècle. *Revue d'histoire des facultés de droit et de la culture juridique*, du monde des juristes et du livre juridique, p.49-61, 2012. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01786150>>. Acesso em: 21 março 2019.

SOZZO, M. Florencio Varela y el nacimiento del liberalismo penal en la Argentina. *Nueva Doctrina Penal*, 2, p. 635-648, 2007. Disponível em: <<http://horizontesyc.com.ar/?p=3588>>. Acesso em: 19 fevereiro 2019.

TAU ANZOÁTEGUI, V. *La Codificación en Argentina, 1810-1870: mentalidad social e ideas jurídicas*. Buenos Aires: Librería Histórica, 2008.

TAU ANZOÁTEGUI, V. La jurisprudencia civil en la cultura jurídica argentina (s. XIX-XX). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, 40, p. 53-110, 2011.

THE FREE DICTIONARY. Jules Gabriel Janin. *The Great Soviet Encyclopedia*. 3rd Edition. (1970-1979). Disponível em: <<https://encyclopedia2.thefreedictionary.com/Jules+Janin>>. Acesso em: 20 março 2018.

TRATADO elemental de los Procedimientos Civiles de Buenos Aires, adaptado al uso de los estudiantes de derecho, y obra útil para muchas otras personas que tengan por que intervenir en el foro. Buenos Aires, Argentina: Imprenta Americana, 1850. Disponível em: <<http://biblioteca.derecho.uba.ar/bibder/busqueda/index.asp>>. Acesso em: 10 abril 2010.

VÉLEZ SARSFIELD, D. *Dictámenes en la Asesoría de Gobierno del Estado de Buenos Aires*. Edición de José M. Mariluz Urquijo y Eduardo Martiré (con la colaboración de Alberto David Leiva). Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Instituto de Historia del Derecho Ricardo Levene, 1982. [Colección de Textos y Documentos para la Historia del Derecho Argentino. Vol. XII].

WIEDERKEHR, G. La culture des revues françaises de droit privé. In: ARNAUD, A. J. (dir.). *La culture des revues juridiques françaises*. Biblioteca “Per la storia del pensiero giuridico moderno”, 29. Milano: Giuffrè Editore, 1988. p. 09-30.



Anexos

Anexo 1: Lista de comentários efetuados por José María Moreno

Privilegios del Banco de la Provincia en los concursos. Cobro de intereses provenientes de créditos hipotecarios (1869, I, p. 44-60); *El protesto anticipado de una letra de cambio es ineficaz para entablar la ejecución cuando el pagador de la letra no se halla legalmente constituido en quiebra* (1869, I, p. 348, 361); *Reivindicación del vendedor en la quiebra del comprador. Si la transferencia de efectos depositados en almacenes de Aduana, importa ó no, entrega efectiva* (1869, II, p. 213-276); *¿Tienen los acreedores derecho á intervenir en el juicio calificativo de la quiebra?* (1869, II, p. 344-358); *El artículo 1543 del Código de Comercio, y los privilegios del banco de la Provincia* (1869, II, p. 408-414) são a resposta de Moreno à crítica de Navarro publicada em 1869 (I, p. 283-302); *El artículo 1543 del Código de Comercio y los privilegios del Banco de la Provincia* (1870, IV, p. 97-104), a nova resposta de Moreno a Navarro sobre o tema que vem desde o Tomo I de 1861; *La vecindad á que se refiere el artículo 100 de la Constitucion Nacional, es la que se tiene al tiempo de los actos ó contratos que dan lugar al litigio. La mención de domicilio, hecha por la parte misma al celebrar el contrato, basta para determinar la competencia. No puede pedirse reposición del auto en que la Suprema Corte se declara incompetente* (1870, IV, p. 163-168); *¿Puede ser compelido el alimentado á recibir los alimentos en la casa habitación del que se los debe suministrar* (1870, IV, p. 361-372); *¿Tiene derecho un menor expósito de proponer curador? ¿Los jueces ordinarios y el Ministerio de Menores tienen derecho á intervenir en la colocación y gobierno de los menores expósitos?* (1870, V, p. 05-40); *¿La obligación de pagar al vencimiento del plazo el valor de un pagaré á la orden, en defecto del principal obligado, importa un aval?* (1870, V, p. 265-290); *¿Una sociedad anónima formada y constituida en país extranjero, necesita ser autorizada por el Gobierno para ejercitar en el territorio del Estado su capacidad jurídica?* (1870, V, p. 366-383); *Recusación del Jurado en los concursos de Medicina* (1871, VI, p. 33-42); *La inscripción en la matrícula no es requisito característico del comerciante* (1871, VI, p. 113-119); *¿El inquilino tiene derecho á que se cumpla su contrato por el comprador de la finca arrendada por su antecesor? ¿Puede considerarse ese derecho como un jus in re?* (1871, VI, p. 05-32); *Patria Potestad sobre los hijos naturales. Fundamentos de la doctrina jurídica. Limitaciones del poder paterno* (1871, VI, p. 341-352); *Aplicación de los artículos 36 y 37,*



tít.12, lib..4, Cód. Civ. El objeto de una formalidad en los actos jurídicos, solo puede conseguirse legalmente por la observancia de la forma prescripta. La designación de la edad tiene por objeto constatar la identidad é individualidad del testigo. La declaración de mayor edad, no comprende ni suple aquella designación. En el testamento público debe constar por mención expresa, la lectura del testamento al testador. La constancia de haber sido dictado por el testador, no comprende ni induce el cumplimiento de aquella formalidad (1872, VII, p. 05-30); Incompetencia de la justicia ordinaria para conocer y decidir las cuestiones promovidas entre las Municipalidades y particulares, sobre la ejecución y efectos de los contratos referentes á servicios y obras públicas. Personalidad jurídica de las Municipalidades. Fundamento y caracteres de la jurisdicción contencioso administrativa. Ilegalidad del embargo y remate de un edificio destinado al servicio público, por ejecución de deudas particulares (1872, VII, p. 49-79); Aplicación del artículo 4, tít.12, lib..4, Cód. Civ. Fundamentos de la prohibición legal del testamento recíproco. El testamento recíproco otorgado antes de la promulgación del Código Civil, es válido (1872, VII, p. 39-48); Prescriptibilidad de los censos. Condición de los censos en nuestro derecho actual (1872, VII, p. 173-199); Aplicación de los artículos 8 y 10, tít.9, sec.1, lib.1, Código Civil. Representación de los hijos por el padre ó madre emancipado en los actos de que son relativamente incapaces. Irrevocabilidad de la emancipación (1872, VII, p. 352-365); Aplicación de los artículos 7 y 8, título 4, sección 2, libro 1, Código Civil. Cuando los otorgantes de una escritura fuesen representados por procuradores, ó cuando las partes se refieren en la escritura á algún otro instrumento público, ¿es necesaria la transcripción del documento habilitante ó referido ó basta la transcripción de la cláusula que contenga la habilitación? Antecedentes y doctrina jurídica de los artículos citados. Fundamento de sus disposiciones. La transcripción del documento habilitante ó de referencia es indispensable para cumplir el precepto y fin de la ley (1872, VII, p. 231-245); Facultad de reglamentar el comercio y la navegación de los ríos interiores. ¿La prohibición de entrar los buques á carenarse ó componerse, establecida por el Gobierno Nacional, perjudica la jurisdicción del Estado, y tiene el P.E. de este personería para reclamar de la medida dictada por el P.E. Nacional? Diferencia de la doctrina de la Constitución Norte Americana y de la establecida en nuestra Constitución (1872, VII, p. 327-339); Aplicación de los artículos 8 y 10, tít.9, sec.1, lib.1, Código Civil. Requisitos que deben llenarse en los testimonios que se espidan por los escribanos de las escrituras que ante ellos se otorguen. Aplicación de los arts. 10, 11 y 12, tít.4, secc.2ª, part. 2ª, lib. 2º del Código Civil (1873, IX, p. 05-11); ¿Puede el Síndico

obligar al Juez Comisario á depositar en la oficina del actuario el importe de su comisión sindical? ¿Son aplicables á los jueces comisarios las leyes que determinan la forma y lugar donde deben los jueces administrar justicia? Naturaleza é importancia de las funciones del Juez Comisario. Su origen. Resumen de sus atribuciones. Acordada del Superior Tribunal de Justicia sobre depósito del dinero (1873, IX, p. 198-216); ¿Puede el comprador, sin pedir judicialmente la rescisión del contrato, dejar este sin efecto, y comprar en plaza otros efectos de la misma clase, por cuenta del vendedor, ó reclamar de este daños y perjuicios? ¿Tiene derecho el vendedor que no ha sido constituido en mora para exigir el cumplimiento del contrato, aplicándose la disposición del artículo 535, inciso 2º, Código de Comercio? (1873, IX, p. 237-281); Filiación natural (1873, XI, p. 85-191).

Anexo 2: Lista de comentarios efectuados por Montes de Oca

¿Cuál es el efecto de las sentencias pronunciadas en país extranjero? (1869, I, p. 13-32); La excepción de inhabilidad no puede oponerse sin manifestar los hechos en que se funda. Los árbitros arbitradores no están obligados á sujetarse á la disposición del artículo 1752 del Código de Comercio (1869, I, p. 61-69); ¿Ante qué Juez debe tener lugar la absolución de posiciones, cuando se encuentra ausente el litigante á quien se dirigen? (1869, I, p. 381-384); Privilegios del Banco de la Provincia. Continuación (1869, I, p. 129-155, 255-282); La prórroga concedida por el acreedor, sin acuerdo del fiador, estingue la obligación de este último (1869, II, p. 05-30); ¿Hasta donde alcanzan las facultades de la autoridad eclesiástica en la distribución de los bienes que se dejan a favor del alma del testador? (1869, II, p. 323-329); El martillero público, á quien en el acto de remate se le notifica la suspensión de éste, tiene derecho á ser remunerado por su trabajo (1869, II, p. 135-138); El que no reúne las condiciones exigidas para el ejercicio público de la medicina, no puede ser considerado como Médico, ni tiene derecho á cobrar, como tal, los servicios que haya prestado (1869, III, p. 06-58); La imposición de pena no es un requisito esencial del compromiso arbitral. Los comitentes no pueden ser obligados á señalarla (1869, III, p. 59-72); ¿Cuáles son las facultades de los albaceas en presencia de los herederos mayores, en una testamentaria? ¿Tienen ellos el derecho de apoderarse de los bienes del finado, para entregarlos á los herederos, ó estos entran en la posesión inmediata y pro-indiviso de los mismos desde el momento del fallecimiento? En los arreglos testamentarios, ¿hasta donde se extiende su intervención? (1870, IV, p. 43-72);



¿Puede, sin interponerse demanda, pedirse un juicio verbal para tentar conciliación? (1870, V, p. 85-87); Los privilegios del Banco de la Provincia. Aplicación del artículo 64 del título 1º, sección 2º, libro 4º del Código Civil. Los acreedores hipotecarios no están obligados á esperar las resultas del concurso general, para el ejercicio de sus acciones (1872, VII, p. 340-351); ¿Es necesario el nombramiento de un defensor en el juicio sobre protocolización de un documento, cuando ha fallecido el otorgante y no han comparecido sus herederos? (1873, IX, p. 282-288).

Anexo 3: Lista de comentarios efectuados por Araujo

¿A qué parte de la herencia del padre tienen derecho los hijos naturales por vía de alimentos, cuando aquel muere intestado, sin descendientes legítimos, y uno de sus ascendientes es declarado su único y universal heredero? (1869, I, p. 03-43); No están sujetas á nuestra Legislacion las Tribus Salvajes, que habitan el territorio de la Provincia bajo la fé de los Tratados (1869, II, p. 201-209); Término de la acción ejecutiva en los créditos hipotecarios. El pago de intereses interrumpe la prescripción (1869, II, p. 330-343); Reivindicación de los bienes parafernales de la mujer vendidos, sin autorizacion, por el marido. La escepcion de prescripción no puede oponerse como artículo de prévio y especial pronunciamiento á la demanda. No puede decirse de nulidad de una sentencia ante el Superior, deduciendo la acción como artículo previo á la expresion de agravios (1869, III, p. 113-167); Venta de Terrenos Municipales (1869, I, p. 107-128); Perjurio en las posiciones (1869, I, p. 385-393); El Tribunal que conoce de una causa, cuya sentencia se eleva en consulta, no puede agravar la pena de la sentencia consultada, sin abrir previamente una instancia (1869, II, p. 62-69); Prueba en las Causas correccionales. ¿El término ordinario y el ultramarino pueden concederse en los juicios correccionales? (1869, II, p. 140-150).

Anexo 4: Lista de comentarios efectuados por Malaver

La suspensión de las faenas de los Saladeros, decretada por el Poder Ejecutivo, no es causa de la rescisión de los contratos de ventas de frutos preparados ó elaborados en ellos (1869, I, p. 219-254); La jurisdicción mercantil es privativa; y no puede ser prorrogada por las partes. La excepcion de declinatoria de un juez que no pertenezca á dicha jurisdicción, puede ser opuesta



en cualquier es estado de la causa (1869, I, p. 348-361); Todo acto que importe un verdadero delito, debe ser juzgado por los jueces ordinarios del crimen, observándose los trámites esenciales del juicio. La facultad correccional que corresponde á toda autoridad para hacer guardar el orden y el respeto que le es debido, no se estiende hasta privar á nadie de la entrada á sus oficinas. Esta prohibición importa, por sí una pena que afecta la honradez y crédito de la persona a quien se impone. La revocatoria de una resolución administrativa por abuso de facultades, debiera contener la declaratoria de la responsabilidad personal de los funcionarios que la adoptaron. Naturaleza del desacato y su penalidad (1872, VIII p. 225-255); Concurso de la Caja de Crédito. Cuestion interesante. ¿Los bonos emitidos por la Caja de Créditos importan una cesión de las hipotecas mencionadas en ellos? (1873, IX, p. 32-56).



II – DOSSIÊ

DOSSIER

APRESENTAÇÃO

IMPrensa E CIRCULAÇÃO DE IDEIAS - DEZENOVE: O SÉCULO DO JORNAL

ISABEL LUSTOSA¹

Parte dos textos reunidos neste dossiê foi apresentada no “Simpósio internacional Imprensa e circulação de ideias: o jornal e o jornalismo no século XI” realizado na Biblioteca Nacional de Portugal em Lisboa, nos dias 29 e 30 de novembro de 2023. Aquele encontro foi promovido pelo Centro de Humanidades, o CHAM, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Nova de Lisboa no âmbito das atividades do Grupo Pensamento Moderno e Contemporâneo liderado por Luís Crespo de Andrade e ao qual sou vinculada. O simpósio também faz parte das atividades do grupo de pesquisa inscrito no CNPq, “Imprensa e circulação de ideias: o papel dos periódicos nos séculos XIX e XX”. Coordenado por Tania de Luca e Isabel Lustosa, o grupo reúne dezenas de pesquisadores que se dividem em dez linhas de pesquisa que pensam o tema a partir de várias perspectivas e formatos, sempre tendo em conta o caráter periódico dos objetos em estudo e o período abrangido: do século XIX ao final do século XX, quando a sobrevivência do jornal impresso começou a ser posta em dúvida diante do avanço da internet.

O espírito que orientou a formação do grupo instituído em 2016 na Fundação Casa de Rui Barbosa foi o de pensar a imprensa como fator de transformação do mundo em múltiplos aspectos: sociais, culturais e políticos e a refletir como a circulação desses impressos foi fator fundamental na conformação de uma cultura ocidental tal como a conhecemos. A ênfase do simpósio bem como a deste dossiê recai sobre a grande imprensa do século XIX, especificamente a publicada em jornais e revistas diários, semanais ou mensais. Mesmo limitada pelas baixas tiragens, a imprensa das primeiras décadas do século XIX circulou e fez

¹ CHAM/Universidade Nova de Lisboa – IESP/UERJ – IHGB. E-mail: isabellustosa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2456-6925>.



circular ideias e projetos que estavam em debate no mundo naquele período. As transformações técnicas que foram pouco a pouco viabilizando o aumento das tiragens e a evolução dos meios de transporte foram promovendo a integração desse mundo moderno pela universalização de discursos e práticas. Daí as semelhanças culturais entre as elites de vários continentes, visíveis em imagens, perceptíveis em textos e constatáveis igualmente no alcance de avanços técnicos e científicos.

A tradição de pesquisas sobre a história da imprensa no CHAM teve como momento propulsor, o estímulo dado pelo professor Santos Dias a um grupo de alunos. Desse grupo fez parte o atual diretor do CHAM, João Luís Lisboa que proferiu a conferência de abertura em homenagem a seu colega José Augusto dos Santos Alves e parceiro no mesmo grupo. Falecido em 2021, José Augusto dos Santos Alves dedicou-se desde então exclusivamente ao estudo da história da imprensa das primeiras décadas do século XIX. Conferência que, sob a forma de artigo, abre o índice dos textos aqui reunidos onde João Luís Lisboa analisa a vasta e longa contribuição de Santos Alves de estudos sobre a imprensa oitocentista, em texto de grande amplitude e profundidade, mas também perpassado pela sensibilidade. Segundo título incluído neste dossiê, o texto extraído da conferência proferida por Tania Regina de Luca apresenta reflexão sobre os desafios que uma fonte como a imprensa periódica coloca atualmente para a escrita da História. O texto de Luca ressalta o notável papel das hemerotecas digitais para a renovação dos métodos de pesquisa ao tornarem acessível uma grande quantidade de títulos de jornais e revistas do século XIX e nos convida a refletir acerca das novas possibilidades analíticas abertas por esses recursos.

Além dessas duas conferências, este dossiê reúne artigos que contemplam a imprensa que se fez ao longo do século XIX, cobrindo um leque abrangente de temas: os circuitos comunicacionais na imprensa carioca das primeiras décadas do século XIX; a imprensa humorística das primeiras décadas do XIX em Portugal; dois importantes debates sobre a questão da escravidão no Brasil, um deles envolvendo o uso da caricatura; a primeira crítica de teatro e a imprensa francesa durante o reinado de D. Pedro I; a circulação internacional e as imitações das revistas de moda francesas; o lugar da moda na escrita jornalística de Julia Lopes de Almeida e a discursão na imprensa sobre os usos do português dos dois lados do Atlântico. Complementam este dossiê as resenhas de dois importantes e recentes livros publicados no Brasil sobre a história da nossa imprensa.

IMPRENSA E CIRCULAÇÃO DE IDEIAS: O JORNAL E O JORNALISMO NO SÉCULO XIX

SIMPÓSIO INTERNACIONAL
29 - 30 DE NOVEMBRO 2023
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL



"O Antonio Maria 1881", 6 de Janeiro de 1881, Rafael Bordalo Pinheiro
Museu Bordalo Pinheiro / EGEAC

Organização: CHAM-Centro de Humanidades (NOVA FCSH)
Seminário Livre de História das Ideias



JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ALVES: A HISTÓRIA DA IMPRENSA COMO PROJETO DE VIDA

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ALVES: THE HISTORY OF THE PRESS AS A LIFE
PROJECT

JOÃO LUÍS LISBOA¹

Resumo

Falar da história da imprensa oitocentista obriga a interrogar quem a produziu, quem explorou sistematicamente títulos e protagonistas, temas e gêneros. Falar de José Augusto dos Santos Alves (1940-2021), que sobre a imprensa oitocentista escreveu milhares de páginas, que ao tema dedicou cerca de quatro décadas de vida, de forma continuada, persistente e crítica, serve dois propósitos. Mostra o percurso de um investigador, rendendo-lhe homenagem. Renova o foco sobre a investigação desenvolvida, mostrando a sua relevância para quem estuda o tema hoje. Há, pois, uma dimensão mais pessoal desta comunicação que se articula com o interesse científico da obra que se deve reler.

Palavras-chave: Imprensa; liberalismo; opinião pública; cidadania.

Abstract

Talking about the history of the nineteenth-century press makes you question who produced it, who systematically explored titles and protagonists, themes and genres. Talking about José Augusto dos Santos Alves (1940-2021), who wrote thousands of pages on the nineteenth-century press, who dedicated around four decades of his life to the subject, in a continuous, persistent and critical way, serves two purposes. It shows the journey of a researcher, paying tribute to him. It renews the focus on the research carried out, showing its relevance for those studying the subject today. There is, therefore, a more personal dimension to these pages that goes hand in hand with the scientific interest of the work that should be re-read.

Keywords: Press; liberalism; citizenship; public opinion.

¹ Professor catedrático no Departamento de História da NOVA FCSH. Trabalhou em vários projetos (nacionais e internacionais) sobre livros e leitura, seus aspectos materiais e formais, redes de informação europeias, seus agentes, especialmente na Europa moderna precoce. Atualmente, é pesquisador e Chefe do Conselho do CHAM, Centro de Humanidades (Nova FCSH e Universidade dos Açores). E-mail: jll@fcs.unl.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2990-3612>.

No princípio havia um horizonte: entender a formação da opinião pública e estudar um veículo, o jornal *O Português*, que João Bernardo da Rocha Loureiro publicou entre 1814 e 1826. Era essa a tarefa do mestrando José Augusto dos Santos Alves. Estava-se em 1982 e, no Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, organizava-se uma equipe para estudar sistematicamente a imprensa do início do liberalismo. O projeto idealizado por José Sebastião da Silva Dias estabelecia uma divisão de trabalho: ao mesmo tempo que outro mestrando ocupar-se-ia do *Investigador Português em Inglaterra* (1811-1819) e outro do *Correio Braziliense* (1808-1822), outro ainda estudaria o conjunto das leituras do mesmo período, a partir dos anúncios da *Gazeta*. Os objetos estavam definidos, bem como a perspectiva, que era a da História das Ideias, não como especialidade, mas como forma de abordagem. Era todo um programa de trabalho a que o Mestrado em História Cultural e Política fornecia mãos e cabeças.

No que diz respeito aos periódicos e, neste caso, à perspectiva de partida de José Alves, havia que andar além da reconstrução biográfica que Georges Boisvert já havia realizado poucos anos antes (1974), com a publicação de uma série de textos cruciais da intervenção política em periódico: os “Memoriais a Dom João VI” (1973). Sentia-se agora a necessidade de entrar numa discussão também teórica sobre o que se entendia por opinião pública, por espaço público, por formas de cidadania, e que tinha em Jürgen Habermas uma das suas referências. Usavam-se conceitos, além do referido espaço público, de racionalidade pública, de espaço burguês de comunicação, de autonomia política pela palavra, autonomia que permitia retirar a política do exclusivo das instituições da monarquia e da igreja.

Estas pistas teóricas eram, para Silva Dias, compatíveis com as da história das ideias, sobretudo tendo em conta a flexibilidade das propostas que vinham desde Lovejoy, meio século antes. Nesse quadro, José Alves assumia uma área de trabalho que era, mais especificamente, a da História das Ideias Políticas, numa equipe na qual as figuras de referência eram, além de Silva Dias, José Esteves Pereira e Zília Osório de Castro. Em José Alves, na verdade, referências então obrigatórias da história das ideias políticas, como Arthur Lovejoy e Quentin Skinner, estarão quase ausentes, face, por exemplo, a António Hespanha, a Michel Foucault ou ao já referido Habermas e, mais tarde, a Hans Robert Jauss, entre outros.

Compreende-se bem que, nesta convergência, não se tratava de trabalhar doutrinas políticas, embora a noção de ideologia liberal estivesse presente como problema. Por um lado, o seu primeiro trabalho abria a porta a discussões de ideias específicas da época, restringindo aparentemente o objeto de estudo ao que os críticos da história das ideias chamariam

pejorativamente “ideias platônicas”. Lembremos a importância das ideias de liberdade e de virtude, naquele contexto, que, como José Alves mostra, se assumem como paradigmas da ação e da comunicação política. “Virtude” é a ideia que dá substância a uma visão de mundo e a “Liberdade”, em todas as suas acepções, está na ação política que deve ser naturalmente livre. Estamos perante a construção prática da ideologia que, fazendo convergir Silva Dias e Habermas, se compreende da diferença entre procurar o que chamam ideosofemas e não filosofemas (1992, pp.88-89).

O processo consistia em problematizar porque Silva Dias decidira interrogar uma construção básica para a própria concretização da liberdade política: a comunicação escrita e, em particular, a que tomou a forma da imprensa periódica. Aquelas fontes deixavam de ser vistas apenas como reservatório de informações úteis sobre acontecimentos e posições, o lugar onde ir procurar as formulações sobre, por exemplo, liberdade e virtude. Passavam a ser elas próprias, enquanto forma específica, produto criado, transportado, objeto de estudo.

Liberdade e virtude encontravam-se na própria ação feita de papel e de pessoas, nas suas circunstâncias, nomeadamente as do exílio que os autores destes periódicos viveram e que é um ângulo de análise privilegiado no seu trabalho, mas também no de João Pedro Ferreira sobre Hipólito da Costa, embora este tenha escolhido destacar a palavra “emigração” em vez de “exílio”. Peças de um projeto articulado.

Assim, liberdade e virtude não são conceitos vagos ou metafísicos porque faziam parte de um debate em que se discutia o poder criando poder. Naqueles trabalhos estudava-se a materialização das opiniões, dos argumentos, os gestos que tornavam efetiva a cidadania, a qual não poderia existir sem modos de se expressar, sem possibilidade de trocar razões, de comunicar, de esclarecer e de mobilizar. A imprensa periódica, que nascera como suporte de informação das Cortes e objeto de civilidade cortesã, reinventara-se como instrumento de cidadania. Mas, a política, que se tornara tema de leitura, fomentava as edições, particularmente na forma de jornais e panfletos. O interesse pela política promovia a leitura, criando cidadãos. Ter opinião deixava de ser um luxo, para ser uma necessidade decorrente do conceito de nação soberana.

Esses problemas haviam de acompanhar José Alves nos anos seguintes, tanto em sua pesquisa para o doutorado, quanto nas aulas que começara a dar, mas, especialmente, no livro lançado em 2005 (*O Poder da Comunicação*) em que se ocuparia de forma mais abrangente da história dos meios de comunicação. Nas aulas da Universidade Autónoma, onde lecionava História dos Media e História da Cultura Portuguesa, e no curso de mestrado em Ciências da

Comunicação, no qual dirigia o seminário Espaço Público e Modernidade, teve sempre a preocupação de alargar o foco, questionar os fenômenos da comunicação em outros períodos, trazendo as discussões para a atualidade, cruzando preocupações históricas e sociológicas. O mesmo se verificaria no formato escolhido para o grande congresso internacional que organizou na Fundação Calouste Gulbenkian em 2000: "De Gutenberg ao Terceiro Milênio".

Em *O Poder da comunicação* (2005), voltava ao assunto, analisando a evolução da informação e do jornalismo, sem se afastar de suas preocupações originais. Sistematizava e alargava o olhar. Discutia os sistemas de comunicação, suas bases, seus instrumentos e seus protagonistas, em relação com o corpo vivo das comunidades que alimentavam aqueles sistemas. Apresentava um quadro vasto, abordando a relação entre o ler e o ouvir e a história da informação na Europa do Antigo Regime, desde o início da imprensa com caracteres móveis, passando pela formação de um mercado das notícias até chegar aos dias do audiovisual.

Da análise do conjunto de sua atuação ressalta seu esforço didático e comunicacional, mas também resta evidente que sua zona de especialidade foi o estudo dos momentos fundadores desse processo, quando convergiram opinião e imprensa periódica e quando, finalmente, se pode falar com propriedade em jornalismo. Continuaria sempre dedicado àquele momento entre o XVIII e XIX, quando surgiu, com os jornais e o teatro, algo a que se podia chamar de espaço público e de opinião pública.

O ponto de partida era a imprensa do tempo de João Bernardo da Rocha Loureiro, tema de seu primeiro livro que ganhara uma segunda edição justamente naquele mesmo ano de 2005. No entanto, decidira aprofundar a questão da opinião pública que desenvolvera nos trabalhos que o ocuparam nos anos 1980 e 1990, ampliando o objeto de seus estudos para além dos órgãos de imprensa. Tinha de procurar testemunhos complementares, elementos que esclarecessem os modos como se entendia a circulação das notícias e das opiniões. Não procurava apenas o que era dado a ler, mas os modos de ler, o valor que se atribuía aos textos em circulação. Daí ter sido necessário recorrer à documentação policial, aos processos relativos à censura.

Nessa documentação, além das ideias expressas, identificou os medos, as intenções dos protagonistas, a vontade de ultrapassar limites, além das contradições dos poderes, das pressões corporativas que levavam à censura e à repressão. Recuou ao final do século XVIII para estudar os circuitos econômicos percorridos tanto pelos impressos como pelos manuscritos. Queria entender o ambiente anterior ao frenesi da discussão política do tempo de João Bernardo e dos jornais que nasceram durante as invasões francesas e em seus desdobramentos.

José Alves conseguiu captar o ambiente em que esses periódicos surgiram e se estabeleceram. Demonstrou que eles não foram o produto de propostas teóricas, mas sim de uma comunidade curiosa, aberta aos novos temas e debates, pronta para ler e partilhar conhecimentos e pensamentos. Ainda no tempo em que apenas a *Gazeta de Lisboa* tinha autorização para ser impressa, a insatisfação do público leitor com a falta de fontes de informação confiáveis estimulava a circulação clandestina de críticas, relatos, notícias e poemas; produção que fazia a fortuna de poetas, críticos, noveleiros e panfletários. Havia “papéis ímpios e sediciosos” que as autoridades não conseguiam controlar. As palavras fluíam, ocupavam os espaços possíveis, multiplicavam-se. Faltava ainda criar o jornalismo, mas as condições objetivas, mesmo antes da difusão do liberalismo, estavam criadas.

Na fase posterior às invasões francesas, mas anterior ao vintismo, os momentos finais do absolutismo, criaram-se, portanto, as condições para a circulação das opiniões liberais que explodiriam em uma infinidade de impressos a partir de 1820. Nos jornais, os textos têm formas, dimensões, estruturas argumentativas e funções diversas, não funcionam do mesmo modo. Em cada periódico o que se convencionou chamar de editorial é instrumento de debate onde alguns argumentos são aprofundados. Em sua lição de agregação, José Alves se concentraria nos editoriais que João Bernardo da Rocha Loureiro publicava em *O Português*, sob o título de “Cartas a Orestes”, reunindo-as posteriormente em um volume.

É manifesta a grande diferença entre os longos textos dos “Memoriais a D. João VI”, trabalhados e editados por Boisvert nos anos 1970 e a matéria mais breve das “Cartas a Orestes”, que José Alves trabalha e edita trinta anos mais tarde. Repare-se que o quarto memorial ocupa cerca de cem páginas, distribuídas em quatro números em 1819. Temos nestes textos a difícil distinção entre livro, libelo político e periódico, sendo a escolha da forma e da identidade do suporte consideradas secundárias, mero instrumento no qual o texto parece reinar indiferente ao contexto.

Mas o suporte em que vem publicado o texto jornalístico não é indiferente aos leitores. As estratégias editoriais adotadas, como a periodicidade e o modo pelo qual se concebem e identificam as seções que se dão a ler, por exemplo, criam expectativas e asseguram a circulação e a continuidade da publicação. Tal como mais tarde vai acontecer com a literatura em folhetim, a opinião política chama os leitores para os jornais e os jornais chamam os leitores para a opinião política.

As “Cartas de Orestes” não são longos libelos como os *Memoriais*, mas artigos de opinião publicados de forma sequencial. Elas correspondem ao editorial do periódico publicado por

Rocha Loureiro e assumem uma dupla representação. Assim, funcionam como voz do periódico, mas que é também a voz do público: o “lugar onde se conciliam o livre exercício da Razão crítica e a necessária procura de novos meios para conseguir um consenso (...)” (2004, p.41). Ou seja, a Razão e as opiniões materializam-se em papel. Aqui estamos tratando sempre das formas, não apenas dos argumentos, mas da verve que segue pelo correio, que se difunde em livrarias, por vezes de forma discreta, mas respondendo às expectativas criadas. São razões dosadas que os leitores esperam contando com sua regularidade. Sabe-se quem escreve, reconhece-se o título e o estilo. A palavra vende.

As formas novas seguem modelos europeus. Inventa-se, certamente, mas como processo global e não como ideias atomizadas, inseridas em cadeias de influências. No caso daquilo a que aqui se chama a gênese do editorial, João Bernardo inspirara-se, sobretudo, nas cartas a Junius que o *Public Advertiser* publicara desde a segunda metade do século XVIII e que terá lido, provavelmente, numa compilação publicada em Londres, em 1805. O jornalista escolhe o seu campo e os seus instrumentos para intervir politicamente. Estamos, pois, na perspectiva de José Alves, claramente no campo da História das Ideias Políticas.

As duas razões mais comuns para a associação entre história da imprensa, história política e história das ideias políticas são o protagonismo político daqueles que fazem os jornais e a materialização em papel do debate político. Os textos são parte da ação: Mobilizam, integram-se e difundem ideários; Dão-lhes forma. Mas o editorial, como o conjunto da informação, não se confunde com a doutrinação em livro, ou a discussão na rua. Alimenta-a, sem dúvida. Organiza o debate. Cria instrumentos e mobiliza razões com consequências em vários tempos. No imediato, face aos tempos da produção e circulação dos jornais, o seu impacto é maior, pois deixa um lastro de ideias e de batalhas cujos argumentos permanecem, ressoando. Ou seja, os jornais cumprem também a função dos livros, ou mais do que os livros, na medida em que o seu alcance entre os leitores é maior. Os editoriais, como estas “Cartas a Orestes”, têm uma dimensão contida e um maior foco e, por isso, são adequados à ação. Chegam ao leitor como chave para a compreensão do jornal e dos seus artigos. Golpeiam. Separam águas.

O que José Alves escreve sobre o editorial em 2004, inserindo-o numa área de História das Ideias, assume-se, assim, não apenas por obrigação de quem tem de fazer provas acadêmicas, explicando a área na qual se revê, mas como clarificação de um posicionamento e dos conceitos pertinentes. Ou seja, esse trabalho reafirma um entendimento de História das Ideias como abordagem totalizante, em que comunicação, sociedade, cultura e protagonismo político não são campos estanques. O trabalho sobre o editorial completar-se-á em 2009 com a

publicação completa destes textos, tal como mais de 30 anos antes Boisvert fizera com os *Memoriais*. Ficamos com a sequência autônoma, mas contextualizada por meio de notas e da introdução, de textos de grande impacto no seu tempo. De novo a história das ideias, graças a um trabalho de edição que esclarece as circunstâncias e identifica os protagonistas mencionados nas cartas.

Já em 2017, no seu livro sobre a imprensa de língua portuguesa no Oriente, a clarificação do ponto de vista adotado continua presente. Escreve então sobre aquilo a que chama a encruzilhada entre História e Teoria das Ideias e a História da comunicação e da informação, na “relação entre ideias, imprensa e poder” (2017a, p.13). O intervalo era ainda o da primeira metade do século XIX, centrando a atenção em oito periódicos e introduzindo uma nova dimensão que é a de um espaço mais vasto, não apenas associado às pretensões imperiais da monarquia portuguesa, mas também dependente de redes comerciais pluricontinentais. O eixo europeu e atlântico era assim ultrapassado, ainda que numa perspectiva de continuidade, na compreensão da imprensa e das notícias na sua plasticidade política, a continuidade das convicções e as circunstâncias da opinião.

O periódico mostra que o pensamento se adapta. Reage. Percebe prioridades, adversários, aliados. Aponta rumos. A própria subsistência do periódico pode indicar esses aliados que o sustentam financeira ou politicamente. O primeiro exemplo é o das cumplicidades e antagonismos dos três títulos que tinham sede em Londres antes da revolução de 1820 e que já mencionamos, o *Correio Brasiliense*, o *Português* e o *Investigador*. Estão associados a pessoas diferentes, a interesses diferentes, dos dois lados do Atlântico e isso percebe-se nos temas e opiniões desenvolvidos, a começar pelo da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

O periódico não é um manual ou um tratado, mas um terreno de confronto. É uma ferramenta de ação com consequências. A opinião política tem impacto, é temida, respeitada, desprezada, incomoda e entusiasma, gera inimizades e notoriedade. Prepara terreno para outras formas de intervenção. Interrompe-se. Recomeça. Como escreveu em 2013, no seu livro *Glória, memória e mito, o periodismo vintista (1820-1823)*, “Um bom periódico deve ter sempre presente que tudo, absolutamente tudo, comunica. Até o silêncio comunica” (2013a, p.23).

Muitos destes títulos dependiam sobretudo de uma pessoa, mas o periódico não se pode confundir com as biografias dos seus redatores. É apenas uma das expressões dessas biografias, se os vemos do ponto de vista de quem os produzia. Hipólito é mais do que o *Correio Braziliense*. João Bernardo é mais do que as várias fases do *Português*, ou antes, o *Correio da*

Península, ou mais, tarde a decadente *Revista de Portugal*. É certamente mais do que o inimigo do padre Agostinho de Macedo, o Cronista mor do Reino ou o deputado da Nação.

Mas, invertendo a questão, do ponto de vista dos periódicos, podemos dizer que os títulos têm a sua própria biografia, como fatias de vida que não dependem apenas dos seus redatores. Essas biografias dos títulos contam mais com as relações que se estabelecem em cada momento do que com o curso ulterior da vida de cada jornalista. Para o *Correio da Península*, por exemplo, João Bernardo é parte da história de José Agostinho de Macedo, não tendo qualquer interesse o percurso ulterior daquele que será Cronista Mor, já após a morte de Macedo. Ou seja, não interessa à história de um jornal se o seu redator (neste caso João Bernardo) mais tarde acaba por receber cargos e reconhecimentos institucionais.

Escolhe-se inicialmente um recorte e aprofunda-se o inquérito, entende-se uma peça num contexto, em seguida estende-se o inquérito a outros títulos. Entretanto, acumulou-se informação, dados sobre redes e discussões. Assim, permitiu-se, para José Alves, partir em novas direções. Por um lado, continuar um trabalho de aprofundamento das áreas iniciais, concretizando até 2009 o projeto de dar a ler de forma mais completa os escritos de João Bernardo da Rocha Loureiro, nas suas fases de intervenção que antecedem o primeiro liberalismo e se estendem até ao fim do vintismo e o novo exílio. Não se aventurará nas fases posteriores da vida deste seu protagonista maior, mas ainda fará uma incursão pelo debate antiesclavagista deste período num artigo publicado em 2019, confrontando o que escreveu João Bernardo no início do século com posições da Intendência Geral da Polícia (2019a).

Desde 2009, coincidindo com uma nova fase profissional, quando se tornou pesquisador em tempo integral no Centro de História da Cultura, José Alves decide ocupar-se de um conjunto mais vasto de problemas, abarcando outros títulos e outros protagonistas. O projeto que então apresenta parecia extremamente ambicioso: até onde poderia estender-se a sua investigação? Pretendia desenvolver as questões que o haviam orientado, em torno da relação entre comunicação, opinião pública e poder, pensando o que chama de paradigma comunicacional. Entretanto, a sua investigação até à primeira República, chegando porventura à terceira década do século XX. Na verdade, os passos que vai dar são igualmente ambiciosos, mas coerentes com o trabalho já feito. Ficarà pelo século XIX, e em particular na sua primeira metade.

Começava um caminho apontando em duas direções distintas.

Uma era a de aprofundar o conhecimento de um conjunto escolhido de jornais, todos da primeira metade do século XIX. É o que fará logo no seu livro de 2013, o já referido *Glória*,

abordando quatro títulos do primeiro liberalismo, publicados entre 1820 e 1823, com “o escrutínio dos grandes, médios e pequenos debates que animam a imprensa dessa época” (2013, p.24). A outra direção era de tratar sistematicamente a imprensa política de todo o século XIX, para um levantamento tão exaustivo e rigoroso quanto possível, identificando, descrevendo e localizando títulos e protagonistas. Uma direção não contradizia a outra, dado que o conhecimento aprofundado de uma parte necessita de uma visão mais vasta, mas sólida do conjunto - e o reverso também era verdade. Conhecer bem uma realidade focalizada criara as condições para dirigir um levantamento mais ambicioso.

A primeira direção de trabalho levou-o a produzir mais três livros e diversos artigos e capítulos num curto intervalo de tempo, como se sentisse que tinha de se apressar. Um dos livros é o aqui já referido publicado em 2017 sobre a imprensa do oriente em língua portuguesa. Ali estuda oito títulos produzidos na Índia e em Macau, na primeira metade do século XIX, para um período delimitado, entre 1835 e 1845. Este trabalho tinha por base um livro anterior a esta virada na pesquisa, que fora publicado em 2000 pela Fundação Oriente. Tratava da opinião pública em Macau, analisando o pioneiro *A Abelha da China*, que, sendo um periódico do primeiro liberalismo, estava relacionado com seus estudos do período do doutoramento.

Já no livro que lançou em 2017, voltou-se para títulos que se relacionam entre si, publicados em intervalos curtos, na Índia, sobretudo entre 1835 e 37, com uma exceção para o período de 1841-42, e para jornais publicados na China entre 1841 e 1845. São títulos que abrem uma janela para uma vasta rede de periódicos em língua portuguesa publicados no Oriente, além de proporcionarem ao autor a realização de um trabalho em que se cruzam as duas direções acima definidas.

O aprofundamento do estudo de títulos escolhidos permitiu-lhe entender que se tratava de uma vasta rede de periódicos composta por uma dezena de títulos em português publicados na Índia e outra dezena e meia publicada na China, num intervalo que vai de 1822 a 1846, com uma única exceção, a de um título dos anos sessenta. A essa rede lusófona o autor associou o estudo de diversos jornais publicados em língua inglesa. O panorama permite montar uma malha densa de relações políticas, pessoais, comerciais, de modelos de jornalismo, de antagonismos e amizades. Já mais recentemente, em 2021, uma obra coletiva sobre a história do jornalismo português no mundo, editada por Pena-Rodríguez e Hohlfeldt, incluía um capítulo de José Alves em que abordava a imprensa em língua portuguesa no Oriente a partir de uma análise do posicionamento internacional de Portugal e de como a imprensa refletia as posições geoestratégicas britânicas e norte-americanas entre 1822 e 1846.

Outro livro, lançado em 2018, *O periodismo político da pós-Vilafrancada ao Setembrismo (1824-1836)*, é uma espécie de continuidade do seu *Gloria* - tinha então ficado por 1823. Agora retoma o percurso, falando de periódicos e do tempo e das circunstâncias em que circularam: entre 1824 e 1836. É um grande volume que reúne estudos e transcrição de textos, e onde, em pouco mais de dez anos de história, a realidade é multifacetada e complexa, abrangendo o regresso do Absolutismo, o início da Carta Constitucional, a Guerra Civil e os primeiros anos dos novos governos liberais, com Dona Maria II. Mais recentemente, em 2019, mas com data de 2017, publicou no número 36 da revista *Cultura* um artigo no qual apresentava o *Correio interceptado* (1825-26), periódico que Ferreira Borges escreve em Londres com outros exilados, precisamente do período a que esse livro se dedica. Nele reflete sobre a adoção da prática epistolar como forma antiga de notícia e modelo reapropriado de jornalismo, nestes anos de novo aperto político da comunicação.

Finalmente, o livro mais recente, com data de 2020, mas lançado já postumamente, é um extenso estudo sobre o jornal *O Patriota* (1842-1853). Obra monumental que abre para tempos e temas que não eram os seus inicialmente, relacionando a imprensa e os movimentos populares da época, questionando governos, sempre numa perspectiva de contrapoder. Jornais que combatiam os resquícios de Miguelismo e os Cabrais, morrendo na praia da Regeneração, período em que se inventaram novos modelos de jornalismo nos quais se associavam o burlesco e a análise e em que foram criadas novas regularidades editoriais, marcada pela introdução da publicidade de forma mais profissional.

Ainda nesta última obra, vemos a relação estreita entre a palavra escrita e a ação política, também testemunhada pela suspensão de 1846/47, quando o próprio redator Manuel de Jesus Coelho troca a pena pelo fuzil da Patuleia. Poder-se-á dizer que há uma linha de continuidade entre o interesse inicial de José Alves pelo *Portuguez* e o que demonstra pelo *Patriota*. Ambos são expressões das correntes mais avançadas do liberalismo do seu tempo. A diferença está, neste segundo caso, na sua entrada no campo já bastante povoado pelos estudos sobre o Cabralismo e da perspectiva radical associada aos movimentos populares, até então, quase invisível em sua obra pregressa.

A segunda direção de trabalho, conduzida desde 2009 enquanto investigador do Centro de História da Cultura, com apoio na Biblioteca Nacional de Portugal, voltava-se para o levantamento e identificação de toda a imprensa política oitocentista, a partir das coleções daquela biblioteca. Inserido em um projeto internacional a que o Centro de História da Cultura estava associado, a “Circulação transatlântica dos impressos – a globalização da cultura no

século XIX”, esse trabalho consumiu anos de dedicação do pesquisador que, para sua realização, estabeleceu-se em sala própria na BN, contando com o apoio de seus funcionários.

Chamava-se *Dicionário do periodismo político português do século XIX* e, infelizmente, desse trabalho só o primeiro volume veio à luz. Foi publicado em 2017, correspondente as letras A à C e conta com mais de três centenas e meia de entradas. Por aqui se pode perceber o que distinguia o projeto de José Alves e o trabalho feito para o catálogo organizado por Gina Guedes Rafael e Manuela Santos, e que a BN publicou, em dois volumes, em 1998 e 2002, com prefácio de José Tengarrinha.

O novo Dicionário apresenta, para cada título, uma descrição mais completa dos periódicos, com notas sobre as características, a orientação e os redatores, além da descrição catalográfica feita também no trabalho anterior. Como escrevia Tengarrinha, o Catálogo de 1998 era um instrumento de trabalho precioso, um “primeiro e importante passo” no sentido de identificar, reconhecer e comparar jornais, permitindo “não apenas captar as dinâmicas do movimento jornalístico e as suas relações com as dinâmicas gerais da sociedade, mas também estabelecer critérios críticos para apreciação de cada jornal aquando da sua utilização como fonte.” (Rafael e Santos, 1998, p.12). Em 2017, o dicionário dava outro passo. Acrescentava informação, completava o elenco, fornecia um instrumento mais especializado que se beneficiava do que então já eram mais de três décadas de experiência de estudos neste terreno por parte do seu autor. Lamentavelmente, o trabalho ficou incompleto. É útil, é esclarecedor, mas é injusto e pouco para o que prometia.

Avaliando-se o conjunto da obra de José Alves, obtém-se uma imagem consistente, coerente, aprofundada e crítica, que beneficia quem se ocupa da imprensa política oitocentista. São milhares de páginas, entre livros e artigos, mas resulta mais que isso. Fica uma discussão aberta sobre um conjunto de questões de grande atualidade, da qual sobressai o problema da cidadania, e da sua relação com as formas de informação e comunicação. Discutir-se esse período e esses títulos de há duzentos anos ajuda a pensar a contemporaneidade, como se formou e se transformou o fenômeno da comunicação.

Mas José Alves pronunciou-se também explicitamente sobre os nossos dias, os seus desafios e ameaças, a partir de problemas atuais da comunicação. Lembremos os textos de 2013 e 2014 sobre a peopolização, conceito tomado de Dominique Wolton, que identifica as práticas dos meios de comunicação que fortalecem a chamada sociedade do espetáculo, como os reality show, e o culto das celebridades, instantâneas e efêmeras. Lembremos a reflexão publicada em 2010, numa revista colombiana, sobre os paradigmas contemporâneos de cidadania e

comunicação, relacionando sujeito racional e pessoa relacional, considerando os seus contextos (2010a). Lembremos o que escreveu também em 2010 sobre a gênese e genealogia da exclusão vistas através da imprensa (2010b). Questionava nesses textos uma ideia ingênua de comunicação como panaceia da cidadania, reconhecendo-a como instrumento e prática nas suas complexidades históricas. Tratava-se também de desenvolver a constante preocupação teórica, no tratamento dos seus temas.

No que me diz respeito, remete-me para outras recordações. Para as reuniões gerais de estudantes na Faculdade de Letras de Lisboa, por volta de 1980, quando aquele trabalhador-estudante se vinha sentar ao pé dos dirigentes associativos, bem mais novos, enturmando e comentando. Ou quando, vinte anos depois, se oferecia para ajudar a distribuir panfletos de uma reunião de cúpula alternativa, contra as políticas neoliberais da União Europeia.

Falo de empenho político, mas falo também de uma relação pessoal de 40 anos, que nunca foi de grande proximidade, mas foi constante. A diferença de idades não se notava, estávamos a fazer tudo ao mesmo tempo, a licenciatura, o mestrado, o doutoramento. A entrada no Centro de História da Cultura e as suas sucessivas batalhas. O grupo de investigação sobre a leitura. A operação bem-sucedida e de grande cumplicidade que foi o processo de fusão no Centro de Humanidades, em 2014. A discussão (também por escrito) do que se ia escrevendo. A entrevista conjunta com Roger Chartier. O apoio quando fui para o Instituto do Livro.

O querer saber onde é que eu comprava as minhas camisas sem colarinho, truque de uma geração que não gostava de usar gravata. Mas o máximo de caminho comum cumprimo-lo no dia 28 de novembro de 1992. Fez 31 anos no dia 28 de novembro de 2023, nasciam ao mesmo tempo os nossos filhos Sofia e Duarte. Tínhamos o mesmo tempo, ainda que ele tivesse tido outra vida antes de começar esta, desde a sua Guarda natal, com tropa, trabalho, família. Em 1982 deveria fazer diferença. Nós tínhamos vinte e poucos, ele quarenta e poucos. Começou mais cedo e recomeçou conosco, companheiros que nunca tratou como miudagem.

A propósito do que escreve no seu livro sobre a Opinião Pública, onde agradece a um amigo e nosso colega deste percurso, o J.P., (assim mesmo, J.P. vem escrito na nota prévia) ocorre-me que, quando publicamos os livros que resultaram do mestrado, embora o sistema de arbitragem não fosse como hoje, já havia pareceres pedidos a especialistas e o INIC precisava desses pareceres para fazer seguir as edições. A minha introdução soou mal a quem fez o parecer sobre o livro, sobretudo a parte em que, referindo o quão gratas eram as nossas conversas no bar da Biblioteca Nacional, mencionava o Zé, o JP, o Chico, o Joaquim. O Zé? O JP? Escrito assim faltava seriedade. Para mim era sério. Mas lá acrescentei nomes e apelidos a esse grupo



do mestrado que se encontrava na BN. O JP passou a João Pedro Ferreira, o Joaquim ganhou o Caetano, o Chico tornou-se Francisco Contente e o Zé passou a ser o José Alves.

A BN continuou a ser ao longo dos anos um lugar de referência, mas ninguém se mostrou tão fiel à biblioteca como o José Alves. Este espaço acaba por ser um símbolo de um projeto de vida, da sua segunda vida, de intelectual e cidadão, de investigador e de companheiro de projetos, sempre com a palavra escrita, a opinião publicada, a imprensa política oitocentista por fio condutor.

Um trabalho a continuar.

Referências

De José Augusto dos Santos Alves.

- 1992, *Ideologia e Política na Imprensa do Exílio "O Portuguez" (1814-1826)*, Lisboa, INIC. (2ª ed. 2005, Lisboa, Imprensa Nacional).
- 2000, *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*, Lisboa, UAL. (2ª ed. 2015, Porto, MediaXXI)
- 2001, *De Gutenberg ao Terceiro Milénio*, Lisboa, UAL.
- 2004, *Comunicação e História das Ideias: A Génese do Editorial Político*, s.l., s.n..
- 2005, *O Poder da Comunicação: A história dos media dos primórdios da imprensa aos dias da Internet*, Lisboa, Casa das letras / Editorial Notícias.
- 2009, *Nas Origens do Periodismo Moderno: Cartas a Orestes*, Coimbra, MinervaCoimbra.
- 2010a, “Da cidadania activa: o sincretismo do sujeito racional e do homem relacional”, *Signo y Pensamiento*. 24, 56, p. 194-205.
- 2010b, “Génese e genealogia da exclusão: práticas universais vistas através da imprensa”, *Trajectos. Revista de comunicação, cultura e educação*, 0, 16-Jan, p. 55-74
- 2013a, *Glória, memória e mito: o periodismo vintista (1820-1823)*, Porto, MediaXXI.
- 2013b, “Na periferia do fenómeno da peopolização: o telemóvel e a telenovela”, *Fórum sociológico*, 22, p. 107-112.
- 2014a, “O fenómeno da peopolização elevado ao último grau de iniquidade”, *Fórum sociológico*, 25, 1, p. 73-80.
- 2014b, “O periodismo brasileiro de transição na dinâmica da circulação transatlântica do impresso”, in Abreu, M. e Deaecto, M. (eds.) *A circulação transatlântica dos impressos. Conexões*, Campinas, S. Paulo, Unicamp IEL, p. 187-197.
- 2017a, *A imprensa de língua portuguesa no Oriente*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.
- 2017b, *Dicionário do periodismo político português do século XIX*. Vol.1 A-C, Lisboa, Imprensa Nacional de Portugal.
- 2018, *O periodismo político da pós-Vilafrancada ao Setembrismo (1824-1836): Um mundo cativante e multifacetado*, Porto, MediaXXI.



2019a, “Antiesclavagismo e mudança de paradigma político” in *Senhores e Escravos nas Sociedades Ibero-Atlânticas*. Pimentel, M. R. P. C. & Monteiro, M. D. R. (eds.). Lisboa: CHAM / Humus p. 197-208.

2019b, “O espaço da escrita epistolar com um novo significado: O *Correio interceptado* (1825-[1826]), *Cultura: . Revista de História e Teoria das Ideias*, 36, p. 229-246.

2020, *O Patriota (1842-1853). Memória do periodismo de contrapoder*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

2021, “A imprensa de língua portuguesa no Oriente (1822-1846), caixa de ressonância da geoestratégia dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha na região” in Alberto Pena-Rodríguez e António Hohlfeldt (Ed.), *Para a História do jornalismo português no mundo*, Lisboa, ICNova.

Outros autores citados.

Boisvert, Georges (ed.), 1973, João Bernardo da Rocha Loureiro, *Memoriais a D. João VI*, Paris, CCP Fundação Calouste Gulbenkian.

Boisvert, Georges, 1974, *Un pionnier de la propagande libérale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*, Lisboa, FLUL.

Rafael, Gina Mendes e Santos, Manuela, 1998 e 2002, *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*, 2 volumes, (prefácio de José Tengarrinha).



**IMPRESSOS PERIÓDICOS E ESCRITA DA HISTÓRIA:
NOTAS SOBRE O CENÁRIO ATUAL**
PRINTED PERIODICALS AND HISTORICAL WRITING:
NOTES ON THE CURRENT SCENARIO

TANIA REGINA DE LUCA¹

Resumo

Os impressos periódicos atraem a atenção de um rol muito diversificado de estudiosos, graças às múltiplas possibilidades que oferecem enquanto manancial de informações e/ou objeto de pesquisa. A proposta do artigo é discutir os desafios que a mobilização desse tipo de fonte coloca para a escrita da História no contexto atual, marcado pela disponibilização de grandes quantidades de títulos em formato digital. Parte-se da sistematização de um conjunto de procedimentos e métodos já bem estabelecidos no que respeita à utilização desse tipo de fonte para, em seguida, problematizar os possíveis impactos das hemerotecas digitais para a prática historiográfica. Os deslocamentos em termos de concepção e realização das pesquisas convidam a refletir criticamente acerca das novas possibilidades analíticas aportadas pela passagem do analógico ao digital.

Palavras-chave: Impressos periódicos; procedimentos metodológicos; acervos digitais.

Abstract

The printed periodicals attract the attention of a highly diversified array of scholars, owing to the myriad possibilities they offer as sources of information and/or subjects of research. The aim of this article is to discuss the challenges posed by the utilization of this type of source for historical writing in the current context, characterized by the availability of vast quantities of titles in digital format. The discussion begins with the systematization of a set of procedures and methods already well-established concerning the use of such sources, followed by an exploration of the potential impacts of digital newspaper archives on historiographical practice. The shifts in terms of conception and execution of research invite critical reflection on the new analytical possibilities brought about by the transition from analog to digital.

Keywords: Printed periodicals; methodological procedures; digital archives.

¹ Doutora e mestra em História Social pela Universidade de São Paulo. Livre Docente em História do Brasil Republicano junto ao Departamento de História da Universidade Estadual Paulista. Atualmente é professora titular do mesmo Departamento, onde trabalha desde 1990. Pesquisadora Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível 1A. E-mail: tania.luca@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8942-5237>.



Poema do jornal
*O fato ainda não acabou de acontecer
e já a mão nervosa do repórter
o transforma em notícia
O marido está matando a mulher
A mulher ensanguentada grita
Ladrões arrombam o cofre
A polícia dissolve o meeting
A pena escreve*

Vem da sala de linotipos a doce música mecânica.
Carlos Drummond de Andrade (2013, p. 41)²

O poema em epígrafe saúda a rapidez e a agilidade dos jornais, que difundiam fatos mal acabavam de acontecer. A velocidade do registro do jornalista está em sintonia com a composição da página pelos linotipistas, envoltos pelo barulho e pelo cheiro do chumbo derretido que, nas palavras do poeta, ganham sabor e musicalidade, numa ode à maquinaria que permitia produzir milhares de exemplares. Esse tempo acelerado, no qual as mudanças se sucediam num inebriante contínuo, remete para o projeto da modernidade que, a partir do século XIX, espalhou-se para além de países do continente europeu que o gestaram desde o século XVI.

O Brasil, monarquia escravista e exportadora de produtos agrícolas, não ficou imune às novidades. A rapidez referida pelo poeta já começava a contaminar a percepção de tempo e de espaço desde meados do Oitocentos, com os navios a vapor, que encurtaram as viagens entre continentes e, diferentemente dos veleiros, dependentes das correntes e dos humores dos ventos, tornaram previsível a duração das travessias transoceânicas. Nos anos 1860, jornais informavam a entrada no porto do Rio de Janeiro de embarcações que partiram de Lisboa e cruzaram o Atlântico em dezoito dias, montante que diminuiu à medida que se avançava em direção ao século XX. Outra inovação com significativo impacto na difusão da informação foi a utilização de cabos submarinos, responsáveis por interligar todo o planeta e colocar, pelo menos no horizonte do possível, a transmissão imediata da informação.

No Brasil, os cabos facilitaram enormemente a conexão entre as diferentes regiões do país. Já a ligação entre a América do Sul e a Europa foi concluída em meados de 1874, a partir da antiga freguesia portuguesa de Carcavelos, próxima da capital, com passagem pelas ilhas da

² Primeira edição do livro publicada em 1930. Poema originalmente estampado em 30/04/1930, no jornal *O Estado de Minas*.

Madeira e de São Vicente, de onde seguia até Recife, uma das cidades costeiras integradas à rede que conectava as províncias do norte à capital do Império, que começou a ser instalada em 1852 (SILVA, 1023, p. 18342–18351). Do Rio de Janeiro, o cabo estendia-se até Montevidéu e Buenos Aires. A despeito dos altos custos, o que deu origem a códigos telegráficos que visavam encurtar as mensagens, e dos constantes cuidados de manutenção requeridos, possibilitou-se transmitir, por meio de impulsos elétricos, conteúdos de forma autônoma, o que acabou por impactar o padrão de produção das notícias e submeter o leitor a múltiplas temporalidades: a instantaneidade do fato e sua análise, que os correspondentes internacionais dos jornais enviavam por navios. (nota excluída para preservar a não identificação da autoria)

O poema, portanto, celebrava prática já bem estabelecida e que somente conheceu nova inflexão nas décadas finais do século XX, com a desmaterialização dos impressos, cuja produção contava, nos seus primórdios, com paginadores e compositores encarregados de transpor textos manuscritos para os sinais tipográficos, enquanto impressores movimentavam prelos, primeiro de madeira e depois de ferro, para reproduzir página a página, cenário que pouco se diferenciava do vigente desde os tempos de Gutenberg, tanto que um indivíduo familiarizado com a rotina das oficinas dos séculos XV e XVI não se surpreenderia diante do funcionamento de um ateliê tipográfico de primórdios do Oitocentos.

A partir de meados do referido século, as práticas tradicionais sofreram transformações muito significativas, com a melhoria da qualidade do papel, agora fabricado a partir da madeira e não de trapos e oferecido também em bobinas; o aperfeiçoamento das prensas mecânicas, planas e rotativas, cada maiores, mais rápidas e potentes, cuja força motriz passou a ser o vapor e a eletricidade. Se a mecanização da impressão estava bastante avançada e difundida, o abandono da seleção manual de letras e de sinais na caixa tipográfica, trabalho paciente e demorado, teve que aguardar até a invenção da linótipo em 1885, saudada no poema (CHARTIER, 1981, p. 191-209). Os novos procedimentos e o potente maquinário, que demandavam considerável inversão de capitais, estavam em sintonia com o crescimento das principais capitais europeias, o aumento do processo de letramento, a crescente demanda por informações e por material impresso, fossem rótulos de mercadorias, folhetos, cartazes, livros, jornais ou revistas, em síntese, com às exigências da florescente industrialização e urbanização.³

³ Cabe alertar que não se trata de uma progressão dotada de linearidade, como se uma nova técnica se soterrasse a antecessora, como exemplifica o seguinte depoimento sobre a composição tipográfica: “A esse regime de produção estive sujeito, de 1906 a 1907, na oficina de *O Século*, período em que começava, com os meus colegas, a encher compondores às oito da noite, para terminar, com frequência, pelas sete horas da manhã, depois de composto parte do original destinado ao número seguinte. E, não obstante o longo horário, eu e os colegas na minha situação

Contudo, a cultura impressa, que por séculos conformou as sociedades ocidentais, foi confrontada nas décadas finais do século XX com o texto eletrônico, que impactou a organização da cadeia produtiva e impôs o silenciamento do que, na percepção do poeta, constituía-se em “doce música mecânica”. Um dos corolários da nova tecnologia foi a diminuição significativa do número de leitores de revistas e jornais no suporte papel, o que alterou práticas sociais e a própria paisagem urbana. As bancas de jornais, antes repletas de opções, desapareceram ou acabaram por se transformar em pontos de recarga de celulares, venda de cigarros e chocolates. O jornaleiro, enquanto figura social, só sobrevive na memória dos antigos compradores. O simpático proprietário conhecia as preferências de cada cliente, informava sobre títulos recém-lançados, prontificava-se a guardar exemplares para fregueses habituais. Parar na banca de jornal nem sempre respondia a necessidades práticas, era um pequeno prazer cotidiano, rever o “seu” jornaleiro, um rosto conhecido e com quem se conservavam amenidades, enquanto os olhos percorriam as novidades estrategicamente dispostas para atrair os transeuntes. Não por acaso, poucas esquinas separavam as bancas, que salpicavam tanto as ruas de bairros simples como as grandes avenidas, e ensejavam uma sociabilidade urbana que as novas gerações não tiveram oportunidade de conhecer.

Promessas da nova era

Os novos meios de difusão de dados sugeriram com a auspiciosa promessa de reunir e dar acesso a todo o conhecimento humano – ou pelo menos parte do que integraria o patrimônio cultural universal, conceito sujeito a múltiplas interpretações e que está longe de remeter a conteúdo consensual. A utopia, bastante antiga, renasceu com redobrada força frente aos meios técnicos disponíveis e que, pelo menos em tese, permitiriam superar “a oposição tida por intransponível entre o mundo fechado de toda coleção – por maior que ela seja – e o universo infinito de todos os textos já escritos” (CHARTIER, 1994 a, p. 91). Umberto Eco escreveu instigante livro acerca da natureza das listas e distinguiu as produzidas para responder a finalidades práticas, fossem para referenciar, nominar, elencar lugares e tarefas, e as poéticas, libertas desses compromissos. Sobre a internet, afirmou:

Eis a *Grande Mãe de todas as Listas*, infinita por definição, pois está em permanente desenvolvimento: a *World Wide Web*, que não é uma árvore ordenada, mas teia de aranha e labirinto, que de todas as vertigens nos promete a mais mística, e que oferece um catálogo de informações que nos dá a sensação de sermos opulentos e onipotentes,

éramos forçados a voltar à oficina antes das catorze horas, para proceder à distribuição” (VIEIRA, 1950, p. 57). O autor nasceu em 1884 e faleceu em 1973.

ao preço de não sabermos quais de seus elementos se referem a dados do mundo real, quais não, sem mais distinções entre verdades e erro (ECO, 2000, p. 360).

De fato, a *Web* parece poder cumprir o ideal da lendária biblioteca de Alexandria, que talvez tanto fascine por expressar os dois lados da condição humana: a capacidade de reflexão, criação e a ânsia pelo saber, mas também a irracionalidade e o afã destrutivo, que fez arder, ao que parece em mais de uma oportunidade, os papiros guardados em suas entranhas. Aliás, diferentemente do uso atual, o termo biblioteca não se referia ao edifício, mas aos nichos nos quais eram acondicionados os rolos. São escassas as referências, quer sobre o acervo, quer acerca da construção erguida por Ptolomeu II (285-246 a.C.) em homenagem às musas. Nem mesmo é possível estabelecer com segurança os revezes que sofreu, as causas e os responsáveis diretos, o que colabora para envolver a Biblioteca de Alexandria num manto de incertezas e fabulação. Há documentos que imputam ao sítio da cidade, levado a efeito por Júlio César, a responsabilidade pelo primeiro incêndio, não faltando, porém, testemunhos em sentido contrário, asseverando que seus tesouros não foram atingidos. Seja como for, as lutas que opuseram cristãos e pagãos cobraram seu preço e culminaram com o seu desaparecimento definitivo no século VII, por alguns atribuído ao invasor muçulmano (CANFORA, 2001).

Entretanto, a *Web* é caótica e labiríntica, bem distante das bibliotecas convencionais, com seus sólidos edifícios e regras seguras, que permitem catalogar e colocar cada obra no seu devido lugar, segundo as convenções internacionais da biblioteconomia. A distância em relação à lógica dos dicionários, construídos a partir de regras lexicográficas, “de critérios para seleção de nomenclaturas ou conjunto de entradas, de sistemas definitórios, de estrutura de verbetes, de critérios para remissões, para registro de variantes” (BORBA, 2002, p. 15) é ainda maior. À oposição entre ordem e caos é preciso acrescentar os aspectos relacionados à perenidade e à duração, pois a rede também se constitui numa investida para tentar burlar o tempo e assegurar a eternidade, justamente o que o novo meio parece incapaz de oferecer. Manguel, de forma sensível, assinalou:

(...) a ilusão de imortalidade é criada pela tecnologia. A *Web* e sua promessa de voz e de espaço para todos é o nosso equivalente para o *mare incognitum*, o mar desconhecido que seduzia os navegantes antigos com a tentação da descoberta. Imateriais como a água, vastas demais para a apreensão mortal, as extraordinárias qualidades da *Web* permitem-nos confundir o inapreensível com o eterno. Como o mar, a *Web* é volátil: 70% de seus conteúdos duram menos de quatro meses. Sua virtude (e sua virtualidade) produz um presente constante – o que para os pensadores medievais era uma das definições do inferno (MANGUEL, 2006, p. 32).

Pode-se argumentar que os esforços de arquivos, bibliotecas, museus e universidades não padece da referida efemeridade, e é inegável a importância de se colocar à disposição de qualquer indivíduo um impressionante conjunto de dados, que contribui para tornar acessível informações em escala até então imaginável e cujo impacto, do ponto de vista epistemológico, ainda não é possível mensurar plenamente. Mudanças de tal envergadura transformam rotinas e hábitos e não deixam de resultar em perdas, pelo menos aos olhos de parte daqueles que as vivenciam. Um amante das velhas bibliotecas, que se deleitava em contemplar “o acetinado das madeiras das estantes, as manchas de cor das peças dos títulos, o calor dos couros, o ouro das ornamentações infinitamente variadas,” (GOULEMOT, 2001, p. 203-204) não pode deixar de lamentar:

A consulta à distância dos catálogos, dos textos digitalizados, a possibilidade de imprimir-los em domicílio fazem que a biblioteca não pareça mais o lugar indispensável à leitura. Ela prepara um evidente processo de dessocialização. Ficar-se-ia tentado a lhe propor um *slogan*: ‘Frequentem melhor a biblioteca pública ficando em casa!’ O que, não de convir, é um enunciado contraditório, O que é uma biblioteca sem leitores? (Idem, p. 17-18).

É interessante que metáfora do mar seja novamente evocada e Goulemot compara a biblioteca vazia a um “navio sem passageiros e para sempre atracado” (Idem, p. 18).

A tela não se constitui apenas num suporte que altera a forma de acesso aos textos, mas institui novas maneiras de ler, apreender e dar sentido ao escrito, aspectos já amplamente discutidos na bibliografia especializada (CHATIER, 1994 b, p. 185-199). Se é inegável que a era eletrônica descortinou novas e revolucionárias perspectivas, não parece que se esteja diante do fim dos impressos, como muitos chegaram a vaticinar, ainda que seja preciso, segundo alertou Robert Darnton, atentar para a estonteante celeridade no ritmo das mutações conhecidas pelos registros escritos:

(...) a velocidade das mudanças é de tirar o fôlego: da escrita ao códice foram 4300 anos; do códice aos tipos móveis, 1150 anos; dos tipos móveis à internet, 524 anos; da internet aos buscadores, dezessete anos; dos buscadores ao algoritmo de relevância do Google, sete anos; e que pode imaginar o que está por vir no futuro próximo? (DARNTON, 2010, p. 41).

Do analógico ao digital

Independentemente do que o futuro nos reserve, é certo que com as atuais infovias, que dão acesso a vasto material em formato digital, e potentes motores de busca, as pesquisas com impressos periódicos mudaram de patamar. As várias possibilidades de abordagem, a exemplo

da história da imprensa em termos mais amplos (no mundo, de um país, região, estado, cidade, período específico, etc.); de um ou mais títulos; de publicista(s)/jornalista(s), artistas do traço, fotógrafos; de setores (imprensa operária, feminina, masculina, esportiva, infantil, étnica, de humor, organizações/partidos políticos, moda, literatura, artes plásticas, música, arquitetura, etc.); de aspectos relativos ao texto jornalístico (reportagem, fotorreportagem, *fait-divers*, folhetim, crônica, etc.); das relações entre imprensa e imagem (caricatura, desenhos, infográficos, fotografia); das técnicas de composição, impressão e dos processos de distribuição, enfim, todo e qualquer questionamento que os pesquisadores formulem, é inegável que se está diante de novos desafios. Pouco importa que se estudem periódicos produzidos muito antes de se sonhar com a possibilidade de desmaterialização, o acesso ocorre, com frequência cada vez maior, apenas em versão eletrônica, enquanto a análise cabe a jovens talentosos, nativos digitais cuja experiência de leitura já não inclui o hábito de folhear cotidianamente jornais impressos.

O novo contexto não invalida a metodologia específica delineada para o estudo de periódicos no suporte papel, razão pela qual vale a pena sintetizá-la, a começar pela questão da materialidade, que engloba o processo de fabricação de cada exemplar e depende de papel, tinta, recursos técnicos disponíveis nas tipografias, trabalhadores especializados para diagramar, compor e imprimir. Obviamente, os jornais do início do século XIX, em geral, com quatro páginas, sem conteúdo iconográfico, com muitas colunas, pouca variabilidade em termos de família e tamanho de letras, apresentam-se de forma muito diversa daqueles que circulavam na segunda metade do século seguinte, com suas manchetes, lides, fotografias, organização temática em cadernos e suplementos dominicais.

Ambos, porém, tinham que chegar às mãos do leitor, daí a atenção ao percurso realizado por cada exemplar e o quanto as rotas disponíveis, fossem terrestres, marítimas ou aéreas, impactavam no alcance geográfico da publicação, na tiragem e nos investimentos para atualização tecnológica, que colaboravam para que os custos baixassem enquanto crescia e sofisticava-se a qualidade do que se ofertava.

Se, no Brasil, os impressos publicados às vésperas da independência não visavam a obtenção de lucros e com frequência eram empreendimentos de indivíduos (LUSTOSA, 2010), a situação tendeu a se tornar bem mais complexa à medida que a atividade passou a requerer investimentos significativos e se tornou uma indústria, o que colocou no centro da cena a questão da sustentabilidade econômica, mas também instituiu hierarquias internas nas

redações.⁴ Enquanto mercadoria, o impresso precisava ser vendido, dirigir-se a determinado público, o que também reverberava na apresentação gráfica, dimensões, periodicidade e preço dos exemplares. Esses aspectos, por vezes negligenciados, são fundamentais, pois ajudam a esclarecer a linha editorial adotada.

Seria enganoso supor que a historicidade de um periódico se esgota na sua materialidade, por mais complexos que seja os aspectos que a cercam, isso porque os textos e as imagens que povoavam as suas páginas também possuem conhecido modificações com o correr do tempo. Assim, a presença de editorialistas e repórteres, que tenderam a se especializar em determinadas temáticas (política, economia, cultura, esportes, relações internacionais, crianças, mulheres, etc.), desenhistas, caricaturistas, chargistas, fotógrafos, revisores, cronistas, críticos (de teatro, literatura, cinema, rádio, televisão), tanto quanto os variados esses os gêneros textuais (entrevistas, enquetes, reportagens, fotorreportagens, crítica cultural, narrativas ficcionais) precisam ser remetidos a contextos históricos particulares, de tal forma que se questione acerca de quem escreve, o que escreve, sob quais condições o faz, o que guarda relação com o processo de profissionalização dos colaboradores, tanto no que concerne ao conteúdo textual e às imagens, que desempenharam funções das mais relevantes a partir do início do século XX, quando a reprodução direta da fotografia tornou-se possível graças à difusão do processo conhecido como similigravura, meio-tom ou meia tinta (GERVAIS, 2010, p. 8-25).

Folhear atentamente uma publicação permite identificar a tecnologia gráfica então disponível, os protocolos vigentes em termos de ordenação interna do conteúdo, o que se entendia por jornalismo e jornalista, os gêneros textuais mobilizados. Já em relação ao conteúdo ofertado ao leitor, nunca se negligência o contexto de circulação (econômico, político, social, cultural, nacional e internacional), o grau (ou a falta) de liberdade de imprensa vigente, as relações de proximidade ou distância mantidas com o poder, entendido não apenas em termos estritamente políticos, mas culturais, literários, científicos, a depender do escopo da publicação. O procedimento convida, ainda, a levar em conta os predecessores de natureza, pois é comum que se evoquem tradições ou que se deseje estabelecer pontos de ruptura.

Além do diálogo com o passado, é preciso ter claro que são os desafios do presente que justificam a decisão de se posicionar no espaço público via lançamento de um novo título, o que justifica a relevância de identificar idealizadores, financiadores, diretores e principais colaboradores, que configuram redes tecidas por laços de amizade e solidariedade.

⁴ É instrutivo o testemunho de DARNTON (1990, p. 41-57) acerca de sua experiência no jornalismo.

As características materiais, por seu turno, estão em sintonia com os valores e ideais defendidos, que têm em vista o público imaginado. As redações, conforme propôs Sirinelli (1996, p. 231-269), aglutinam diferentes linhagens políticas e estéticas, compondo redes que permitem cartografar clivagens no campo intelectual e lhe conferem estrutura e dinâmica. Nesta perspectiva, escolha do título, os textos programáticos e o sumário resultam de intensa atividade de bastidores, o que justifica o esforço de precisar o tipo de diálogo mantido com congêneres em circulação no mesmo momento, noutros termos, trata-se de investigar o tempo quente da sincronia, tendo em vista restabelecer os embates em curso num dado momento. Estudos, por mais detalhados que sejam, a respeito de um título isolado arriscam deixar escapar embates e alianças, uma vez que jornais e revistas não existem de forma isolada, mas conformam um campo atravessado por tensões e cuja marca distintiva é a interação.

Os amalgamas em termos de intercâmbios e apropriação de denominações, modelos, soluções técnicas e projetos gráficos; de rubricas, gêneros jornalísticos e imagens; de projetos e propostas estéticas não se restringiram ao âmbito local, uma vez que a circulação sempre ocorreu em escala transnacional, o que alarga o espectro de análise e convida a refletir sobre circuitos de grande amplitude. Assim, por exemplo, no decorrer do século XIX, o que se observa é o deslocamento físico da figura do livreiro-editor, que atravessava o oceano, seja em nome de uma casa editora, seja por iniciativa própria, para desbravar mercados, não raro desempenhado papel importante no sistema literário local e mantendo abertas vias de mãos duplas para a impressão livros de autores locais, tradução e difusão de obras europeias, lançamento de revistas, numa atuação que permite considerá-lo mediador cultural e cujo exemplo paradigmático no caso brasileiro, ainda que longe de ser o único, é o francês Baptiste Louis Garnier.

Os procedimentos metodológicos sinteticamente referidos precisam dialogar com as atuais hemerotecas digitais e suas milhares de páginas, circunstância que ultrapassa a evidente facilidade de acesso, que liberta o consulente deslocamentos, regras e horários. Há que se lamentar, porém, que algumas instituições, sob o argumento de que a imagem substitui o original, vedem o acesso ao suporte papel daquilo que colocam em seu sítio, decisão que impacta os estudos sobre a materialidade. Isso porque a imagem não permite saber as dimensões da página, problema que poderia ser resolvido com a colocação de uma simples régua no processo de digitalização; tampouco a qualidade e espessura do papel; a cor, quando se decide realizar a transposição em preto e branco; a identificação da técnica utilizada na fatura de imagens, que por vezes exige o uso de microscópio, como revelam, por exemplo, os estudos

sobre a produção de Julião Machado (FONSECA, 2016), ao que se soma a aflitiva questão das coleções incompletas. Não se pode perder de vista que o papel é tridimensional, enquanto a tela só tem duas dimensões, portanto a digitalização é uma representação que pode ser incompleta, como nos casos em que o procedimento se ocupa apenas do anverso, com perda de informações presentes no verso, o que pode induzir a interpretações errôneas.⁵ Algumas das limitações apontadas não devem ser imputadas ao suporte, mas à forma como o processo foi realizado, enquanto outras não dispensam a consulta aos originais.

É inegável que muitos títulos, alguns em vias de desaparecer pela ação do tempo, agora podem ser facilmente confrontados graças aos meios eletrônicos, que não apenas permitem propor objetivos antes irrealizáveis mesmo por amplas equipes, mas também institui novos parâmetros para formulação de questionamentos, potencializam o trabalho com múltiplas temporalidades e o estabelecimento de relações sincrônicas e diacrônicas entre títulos, sem se ater à fronteira geográficas, de modo a recompor as escolhas disponíveis para os leitores num dado momento.

Já a possibilidade de percorrer milhares de páginas em poucos segundos e localizar informações a partir de palavras-chave é outro aspecto que altera os procedimentos de pesquisa e, por mais que os resultados obtidos por meio de ferramentas de recuperação de dados sejam parciais e que sempre restem dúvidas em relação ao montante que escapou ao programa que converte imagem em texto (*Optical Character Recognition*, OCR), o novo horizonte que se abriu é muito diverso do vigente antes da digitalização.

Trata-se de mudança profunda, pois a pesquisa analógica pressupunha que se soubesse o que e onde procurar, sem esquecer que pessoas e acontecimentos secundários, muito possivelmente, não ocupariam espaço nas estantes dos arquivos, exceção feita à documentação policial, judiciária, inquisitorial e registros médicos. Personagens que nunca tiveram papel decisivo tornavam-se, em larga medida, invisíveis e parecia assente que muitos aspectos eram irrecuperáveis em vista dos procedimentos de investigação disponíveis, o que reverberava nas temáticas investigadas e nas hipóteses elaboradas no interior desse universo. Pode-se afirmar que há uma espécie de inversão de percurso enquanto há meios para reunir informações e estabelecer conexões antes insuspeitadas e que de antemão nem sempre se sabe o que procura. O uso do OCR trouxe, portanto, consequências epistemológicas em termos da proposição e do desenrolar da pesquisa, com a consulta, em poucos segundos, a milhares de páginas de

⁵ Exemplar nesse sentido é a comparação de manuscritos de Machado de Assis em diferentes suportes realizado por SILVA (2019, p. 125-160, abr. 2019).

impressos periódicos os mais variados, que registram minúcias do cotidiano, eventos, aspectos e personagens irrecuperáveis por métodos analógicos (BRASIL; NASCIMENTO, 2020, p. 196-2019).

A mineração de dados e o uso de ferramentas digitais altera procedimentos consagrados e gera novos dados, com todos os riscos que um uso inocente coloca. A reordenação e a rearticulação de informações, mesmo aquelas bem conhecidas, acabam por gerar um conjunto diverso que permite propor novos questionamentos, o que aponta para o impacto sobre práticas e métodos de análise que tendem a ser adjetivados de tradicionais, mas que continuam, pelo menos até o momento, indispensáveis.

Entre tantas novidades e potencialidades, resta ainda considerar outro aspecto. Grande parte dos acervos digitais provém de arquivos físicos, o que não continua a exigir reflexão acerca do arquivo em si, seu processo de constituição, conteúdo preservado, ordenação, silêncios ou presenças excessivas. É bem-sabido que a decisão do que guardar não é fruto de escolhas individuais, mas remete aos processos sociais, pois no ato de arquivar intervém o desejo de uma dada sociedade de se apresentar à posteridade, de legar aquilo que, num dado contexto, se considera digno de ser lembrado. Obviamente, se trata de excluir tudo o que não desfrute, aos olhos dos contemporâneos, de tal legitimidade (LE GOFF, 1984, p. 95-106). Assim, a sobrevivência de um conjunto documental informa acerca do lugar social por ele ocupado quando foi produzido e, ainda, acerca dos diferentes sentidos que pode ter adquirido ao longo do tempo, dos rastros que diferentes futuros foram lhe impondo, acrescentando, extirpando.

Digitalizar documentação e disponibilizá-la obviamente não resolve os problemas colocados, só muda o modo de apresentação do que nos foi deixado. Antes do digital, jornais e revistas ganhavam nova vida quando eram publicados sob a forma de fac-símile, e as escolhas do que recolocar em circulação expressavam interesses de diferentes ordens e acabam por legitimar determinados títulos em detrimento de outros e incentivar o seu estudo, em vista da facilidade de acesso (Nota excluída para preservar a não identificação da autoria). O mesmo questionamento pode ser feito para os acervos digitais, uma vez que, seja qual for a tecnologia, o que se decide disponibilizar não é inócuo.

Transpor livros, panfletos, periódicos dos mais diversos gêneros, processos ou objetos da cultura material em representação tridimensional, potencializam as questões colocadas, pois talvez estejamos diante de uma nova espécie de apagamento, pois seja em função de limitações de recursos ou mesmo pela louvável intenção de preservar material frágil, os gestores de



instituições de guarda acabam por disponibilizar o que é mais consultado ou procurado, o que implica em selecionar apenas uma parte do que as sociedades que nos antecederam decidiram preservar, o que pode significar a imposição de silenciamentos, em sintonia com os interesses do presente. Se já contamos com a seleção feita pelos que nos antecederam, esse montante acaba ainda mais reduzido pelas escolhas atuais.

Parece urgente lembrar, especialmente aos jovens pesquisadores, que o mundo não se resume ao digital, pois essa apreensão é uma maneira de tornar ainda mais restrito o universo, já limitado, do que foi preservado. Afinal, os documentos disponibilizados na internet ganham nova vida, com camadas de sentidos acrescentados pelas nossas escolhas e colocam numa espécie de penumbra o que não é acessado pelas infovias.

Bibliografia

ANDRADE, Carlos Drummond. Poema do Jornal. *Alguma poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BORBA, Francisco da Silva. *Organização de dicionários*. Uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, v. 33, nº 69, p. 196-219, jan.-abr. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011>. Acesso em 20 mar. 2024.

CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida*. História da biblioteca de Alexandria. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Primeira edição 1986.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília, UnB, 1994 (a). Primeira edição 1992.

CHARTIER, Roger. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 21, p. 185-199, ago. 1994 (b). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000200012>. Acesso em 20 mar. 2024.

CHARTIER, Roger. L'ancien régime typographique: Réflexions sur quelques travaux récents. *Annales. Économies, sociétés, civilisations*. Année 36, n. 2, p. 191-209, 1981.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros*. Passado, presente e futuro. São Paulo, Companhia das Letras, 2010. Primeira edição 2009.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 41-57. Primeira edição 1990.



DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo. Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Primeira edição 1985.

ECO, Umberto. *A vertigem das listas*. Rio de Janeiro: Record, 2000. Primeira edição 2009.

FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009. Primeira edição 1989.

FONSECA, Letícia Pedruzzi. *Julião Machado e as revistas ilustradas no Brasil (1895-1898)*. São Paulo: Blucher, 2016.

GERVAIS, Thierry. La similigravure. Le récit d'une invention (1878-1893). *Nouvelles de l'estampe*, n. 229, p. 8-25, 2010. <http://journals.openedition.org/estampe/1337>. Acesso em 21 mar. 2024.

GOULEMOT, Jean Marie. *O amor às bibliotecas*. São Paulo: Unesp, 2011. Primeira edição 2010.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, v. 1 Memória-História, p. 95-106. Primeira edição 1977.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Primeira edição 2006.

SILVA, Ana Cláudia Suriani da. *Esau e Jacob e Memorial de Ayres: manuscritos que viajam. Machado de Assis em Linha*, v. 12, n. 26, p. 125-160, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-6821201912268>. Acesso em 22 mar. 2024.

SILVA, Mario Costa da. O cabo telegráfico submarino e sua influência sobre a teoria eletromagnética. *Brazilian Journal of Development*, v. 9, n. 05, p. 18342–18351, 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n5-261. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/60166>. Acesso em 15 mar. 2024.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 231-269. Primeira edição 1990.

VIEIRA, Alexandre., *Em volta da minha profissão*, Lisboa: Editora do Autor, 1950.



**CIRCUITOS COMUNICACIONAIS NA IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO DO
SÉCULO XIX: TEIAS E RELAÇÕES NO MOMENTO INICIAL**
COMMUNICATION CIRCUITS IN THE PRESS OF 19TH CENTURY RIO DE
JANEIRO: WEBS AND RELATIONSHIPS AT THE INITIAL STAGE

MARIALVA BARBOSA¹

Resumo

O artigo aborda alguns aspectos dos circuitos comunicacionais, nas décadas iniciais de circulação da imprensa no Brasil, sobretudo, às vésperas da Independência (1822), quando passam a ser editados, paulatinamente, em todo o território brasileiro jornais impressos, naquilo que podemos definir como explosão da palavra pública de norte a sul do país. O objetivo é refletir sobre o momento inicial da circulação de jornais no século XIX, o século do jornal, também, no Brasil. Utilizando os próprios periódicos como documentação para mostrar trânsitos comunicacionais, destaca, brevemente, a partir das notícias publicadas no Diário do Rio de Janeiro, que circulou na Corte, a partir de 1821, alguns desses circuitos envolvendo Brasil-Portugal.

Palavras-chave: Imprensa; Brasil; Portugal; Independência; Circuitos comunicacionais.

Abstract

The article addresses some aspects of communication circuits, in the initial decades of press circulation in Brazil, especially on the eve of Independence (1822), when printed newspapers began to be published gradually throughout the Brazilian territory, in what we can define as explosion of the public word from north to south of the country. The objective is to reflect on the initial moment of newspaper circulation in the 19th century, the century of the newspaper, also, in Brazil. Using the periodicals themselves as documentation to show communicational transits, it briefly highlights, based on the news published in the Diário do Rio de Janeiro, which circulated in the Court, from 1821 onwards, some of these circuits involving Brazil-Portugal.

Keywords: Press; Brazil; Portugal; Independence; Communication circuits.

¹ Professora Titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. E-mail: marialva153@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8875-7128>.

A imprensa desempenhou papel fundamental na construção do espaço público político na Independência do Brasil e nos processos históricos do Primeiro Reinado², de tal forma que podemos afirmar, só existir jornalismo no Brasil quando este começa a se constituir como ator chave na formação deste espaço, no qual a circulação de ideias passa também a intercambiar, cada vez mais, formas orais e impressas de comunicação.

A partir de 1808, quando a Gazeta do Rio de Janeiro passou a ser impressa, com a chegada de D. João VI, fugindo das tropas napoleônicas que invadiram Portugal e instalou na Colônia a sede do Reino de Portugal e Algarves, os impressos foram, ainda que lenta e paulatinamente, ocupando papel-chave nas tramas narrativas e temporais de um mundo, visto que era, cada vez mais, observado também pelas lentes dos impressos. Mas será apenas a partir de 1821, no contexto do movimento político pela independência, que a imprensa, ao proliferar não apenas na cidade imperial, mas por diversas províncias, passa a ser percebida de múltiplas formas.

Assim, no primeiro momento, o artigo objetiva refletir sobre os circuitos comunicacionais Brasil-Portugal nesta década de explosão da palavra pública sob a forma jornal, evidenciando teias de relações comunicacionais no período inicial da imprensa brasileira. Já no segundo momento, procuraremos mostrar, brevemente, trânsitos e circuitos comunicacionais entre jornais brasileiros e portugueses, a partir de textos publicados no *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878)³.

Uma imprensa luso-brasileira

A circulação de jornais produzidos na Europa, apesar das proibições de sua difusão na Colônia, existia no Brasil desde o século XVIII. Os impressos transpunham os mares e faziam viajar seus leitores por lugares em imagens de terras distantes das quais se produziam múltiplos relatos, informações, opiniões e ideias, fazendo ecoar uma imaginação produtora de sentidos. No Rio de Janeiro, quando da chegada da Corte joanina circulava, sobretudo, a *Gazeta de*

² Diversos autores referem-se a esta ampliação da imprensa como fundamental para a construção de um espaço público político, indispensável para a circulação das ideias no período da independência (Morel, 2005; Morel e Barros, 2003; Neves, 2003; Barbosa, 2010; Lustosa, 2000; Basile, 2008, entre outros).

³ Ainda que no primeiro ano do período que identificamos como o da explosão da palavra impressa na Cidade Imperial (1821) tenham surgidos 10 periódicos, pesou na escolha do *Diário*, o fato de ter sido o primeiro periódico a assumir esta feição editorial, que pela publicação das chamadas “notícias particulares” e “anúncios” permite identificar mais claramente o que estamos denominando circuitos comunicacionais. quatro títulos, por questões metodológicas, a maior longevidade, o que permitiu a análise de maior quantidade de edições. No ano seguinte, 1822, mais 10 novos jornais surge na Corte, e ao final da década de 1820, registra-se o surgimento de 53 novos periódicos (Anais da Biblioteca Nacional, vol. 85, 1965).

Lisboa. Ainda naquele ano circularia também clandestinamente o *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, editado em Londres, por Hipólito José da Costa. Apesar das proibições que vigoraram em relação à publicação e/ou circulação de impressos de maneira geral (Villalta, 1999), jornais produzidos na Europa eram recebidos no Brasil, trânsito que se intensificará, sobretudo, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e, mais ainda, com o término da censura, em 1821. Além disso, há que se considerar que a base comunicacional dos periódicos era a compilação de notícias que já haviam sido publicadas, sobretudo, nos jornais europeus e a partir dos quais os gazeteiros produziam muitos dos textos que compunham estas publicações (Barbosa, 2013).

Assim, o ano de 1821 pode ser considerado como um momento singular em relação ao aparecimento e expansão dos impressos periódicos. Em Portugal, logo após a Revolução Liberal (24 de agosto de 1820) e a subsequente promulgação de legislação sobre liberdade de imprensa, acolhida pela Constituição de 1822, ocorreu, segundo Sousa, um “imparável movimento de fundação de novos periódicos” (Sousa, 2021, 93). No inventário que produz sobre os jornais surgidos em 1820 e 1821, Sousa lista o surgimento de 20 periódicos vintistas liberais e 8 jornais contrarrevolucionários vintistas, mostrando a diversificação das publicações, evidenciando a sua importância nas lutas políticas, permitindo-o afirmar que, em Portugal, o vintismo introduziu uma espécie de “gosto pelo jornal”, produzindo também em Portugal “a solidificação de uma esfera pública burguesa, a partir dos periódicos políticos” (Sousa, 2021, 94).

Essa profusão de periódicos que usava de várias artimanhas para competir pela atenção do público, valendo-se, por exemplo, dos gritos estridentes nos espaços públicos, foi alvo de críticas, tanto pela interferência que causava nos territórios de cidades em busca dos prováveis leitores, como também pela posição extremada e muitas vezes díspares do ponto de vista político. Tudo isso, levava os críticos a esta explosão da palavra impressa durante o vintismo português a se referir a ela como uma verdadeira praga. “Quem não conhece o peso desta praga devastadora (...) quando pela manhã (...) uma nuvem de rapazes, ministros executores da praga, levanta as desconcertadas vozes e grita (...): ‘Quem leva o Astro? Quem vem ao Liberal?’” (Macedo, 1821, 13, citado por Sousa, 2021, 94).

Também no Brasil se assiste à profusão de novos periódicos, já que, no contexto da independência, as palavras mobilizadoras passam a fazer, cada vez mais, parte de uma paisagem letrada onde novos intelectuais se moviam ocupando espaços divergentes: de um lado escritores patrióticos e liberais; de outro, os nostálgicos da República das Letras de meados do século

XVIII. Nesse ambiente efervescente de ideias, os espaços públicos se transformam sob os olhares e a ação dessa primeira geração dos gazeteiros brasileiros (Morel e Barros, 2003, 16).

O primeiro jornal impresso efetivamente em território brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, - o que se deu a partir da instalação da Imprensa Régia, em 1808, - fazia parte, inicialmente, da constelação da imprensa luso-brasileira que terá, sobretudo, a partir da segunda década do século XIX, expansão exponencial. Há que se remarcar ainda que neste período identificado como de formação da esfera pública no Brasil (Morel, 2005), começa a se fazer sentir de maneira consistente a expansão dos periódicos, divididos, inicialmente, em três modos operacionais de produção: os diários, as gazetas e os jornais.

Havia aqueles que faziam da opinião virulenta, da tomada de posição política explícita, o sentido das próprias publicações, além de divulgar outras informações (diríamos hoje notícias) nacionais e estrangeiras: as gazetas. Havia também os que tomavam para si a missão de esclarecer, tendo como objetivo levar luzes aos leitores, dividindo os assuntos entre temáticas científicas, literárias, artísticas, entre outras, com a clara tendência de difundir conhecimentos: os jornais. Por fim, havia os diários, que se ocupavam prioritariamente de questões do cotidiano, publicando avisos e informações variadas, sob demanda dos próprios leitores, que se dividiam em dois gêneros discursivos: as notícias e os anúncios. Esse conteúdo diferenciado, composto, invariavelmente, de pequenos textos veiculados nos jornais diários, passaram a circular, no Rio de Janeiro, a partir de 1821, com o início do *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878). Portanto, mesmo no momento inicial da imprensa no Brasil, observamos a existência de três modelos de difusão das letras impressas sob a forma periódica, sendo os mais correntes as gazetas e os jornais.

Ao estudar a *Gazeta do Rio de Janeiro*, Silva (2007) afirma que no início do século XIX os leitores sabiam diferenciar uma gazeta de um jornal. A gazeta tinha o papel de divulgar notícias, nacionais ou estrangeiras, enquanto o jornal deveria ser mais erudito e analisar várias temáticas, como história natural e ciências de maneira geral, comércio, economia e política e, também, trazer poesias e literatura. Já ao gazeteiro não competia exhibir conhecimentos, mas tentar apagar sua individualidade como letrado.

Mas a imprensa mudaria radicalmente com os debates sobre a independência, fator decisivo também para a proliferação de periódicos, folhetos e panfletos, impressos múltiplos destinados à propagação de ideias políticas. Paulatinamente, afastou-se do modelo das gazetas do Antigo Regime e assistiu-se o surgimento de periódicos, que travariam disputas acirradas para conquistar a opinião pública, conseguindo adeptos que com eles se identificassem e que



passassem a ser leitores das publicações. Houve também o aparecimento dos primeiros diários, de feição mais informativa, diríamos hoje, que publicavam sobretudo anúncios e as chamadas “notícias particulares”.

Outra característica significativa dos impressos surgidos após 1821 era a circulação pelo território, criando redes que interligavam os circuitos letrados: pelos impressos as pessoas se aliavam, se insultavam e se conheciam manifestando-se publicamente, o que faz Marco Morel afirmar ser a “imprensa um dos aspectos constitutivos do novo espaço público que se constituía na nação recém-independente” (Morel e Barros, 2003, 47).

Há que se destacar, ainda, o surgimento de inúmeros jornais efêmeros, muitos dos quais duravam poucos números, em periódicos que faziam das batalhas verbais uma espécie de palco para a encenação do “teatro do jornalismo” (Barbosa, 2013). Há que se acrescentar que os “insultos impressos”, usando aqui a expressão do livro de Isabel Lustosa (2000), presentes nestes periódicos e que tinham a jocosidade muitas vezes no próprio título (*O Macaco Brasileiro*; *O Papagaio*, por exemplo), fazem parte de uma linhagem narrativa em que o apelo às fórmulas retóricas são fundamentais para a ampliação da palavra impressa para o mundo oral e vice e versa. Ao fazerem, por exemplo, dos insultos, das chacotas, dos xingamentos e das bravatas o seu tema fundamental, os periódicos passam também a ser objeto de conversas e dos casos que se contam pela cidade. Incluem-se, assim, compulsoriamente entre as necessidades do público que se alastra, ainda que inicialmente, de maneira tímida.

Devemos remarcar, também, a existência de uma República das Letras, tal como classifica Luís Munaro (2018) entre os portugueses quando da sua dispersão a partir de 1808, através da publicação de grande número de jornais. Em Londres, por exemplo, circularam oito jornais lusófonos após a iniciativa pioneira de Hipólito José da Costa, fundador do *Correio Braziliense*. Essas redes de comunicação abertas pelo jornalismo se sobressaem em três territórios: Inglaterra, França e Brasil.

Assim, parece correto considerar a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico a circular no Brasil, em 1808, ainda que seja um impresso oficial da Impressão Régia, um veículo de produção e expansão desses vínculos diaspóricos, assim como *Idade d’Ouro do Brasil*, surgido em Salvador, em 1811. Portanto, os poucos periódicos publicados no Brasil até 1821⁴ faziam parte da constelação de uma imprensa luso-brasileira que, ainda com diferenças, partilhavam um universo de referências comuns.

⁴ Até 1821, eram impressos no Rio de Janeiro, *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) e *O Patriota* (1813-1814) e em Salvador, *Idade d’Ouro do Brasil* (1811-1823)

Até que ponto houve uma ruptura nesta intenção vinculativa dos portugueses estabelecidos no Brasil quando, no bojo da liberdade de impressão recém-conquistada, a partir de 1821, fizeram circular, ainda naquele ano, não só no Rio de Janeiro, mas também em Pernambuco e no Maranhão⁵, novos periódicos? Quais são enfim os circuitos comunicacionais mais evidentes que estão presentes nestes jornais surgidos no território?

Não estamos com isto negando a constituição de periódicos, mais ou menos inflamados, que, no contexto da independência do Brasil, tiveram papel central “no desenvolvimento de uma consciência política no âmbito de uma esfera pública” (Morel, 2003, 22), muito pelo contrário.

Mas devemos também caracterizar este período como o da passagem de um espaço público marcado por formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes (com as gazetas, pregões, bandos, cartazes impressos e manuscritos nas ruas, leituras coletivas, entre outras formas) para outro no qual se consolidavam os debates por meio da imprensa, e no qual começam a ganhar importância as leituras públicas. É importante remarcar, igualmente, que as formas “antigas de comunicação” não só continuaram presentes após a consolidação da imprensa periódica, como também permaneceram desempenhando papel-chave na difusão da palavra pública no Brasil. Os ecos da oralidade fazem parte de uma cultura duradoura no país, sendo fundamental para a compreensão dos modos e práticas comunicacionais no tempo longo.

Para mostrar, ainda que de maneira tímida, aspectos desses circuitos comunicacionais, vamos nos ocupar do que denominamos teias de relações, observando o *Diário do Rio de Janeiro*. Inicialmente caracterizamos brevemente o jornal objeto de análise, para, no momento seguinte, a partir dos indícios deixados nos textos que publicavam, perceber breves circuitos comunicacionais Brasil-Portugal presentes neste periódico.

A escolha do *Diário* como objeto empírico foi proposital, já que nele era o cotidiano que emergia em cores fortes, uma vez que se, por um lado, se esforçava para não se inserir nas múltiplas polêmicas presentes nos outros jornais, por outro fazia da divulgação de pequenas notas (as “notícias particulares”) e de anúncios do público a estratégia central de aproximação com os leitores.

⁵ Depois dos jornais do Rio de Janeiro, registra-se o aparecimento de outros jornais nas províncias de Pernambuco e do Maranhão: respectivamente, *Aurora Pernambucana* e *O Conciliador do Maranhão*, ambos em 1821. No ano seguinte, 1822, surge no Grão-Pará, *O Paraense*. Em Pernambuco, ainda em 1821, surgiram *Segarrega*, *Relator Verdadeiro* e, no ano seguinte, 1822, seis outros periódicos. Para uma análise da imprensa paraense do século XIX, cf. Seixas, Rodrigues e Brígida, 2024; sobre *O Conciliador do Maranhão* e a imprensa maranhense, cf. Pinheiro, 2024; sobre a imprensa pernambucana no contexto da independência, cf. Cabral, 2024.

Em 1821, só no Rio de Janeiro começam a circular 10 jornais⁶, como já assinalamos, a maioria de vida efêmera e que fazia dos debates e de insultos e injúrias o sentido mais premente das publicações. E entre 1821 e 1822 surgiram no Rio de Janeiro 22 novos periódicos, produzindo também na Corte a emergência de uma “praga de periódicos” semelhante a que era identificada pelos críticos, em Portugal, no mesmo período. Construía-se, assim, pela palavra impressa, um novo mundo público fundamental para transformá-la em poderoso instrumento de combate e para a construção de um espaço público no qual uma nova cultura política se fazia presente.

O Diário: breve caracterização

A criação do primeiro jornal diário, em 1821, no Rio de Janeiro indica uma nova temporalidade que emerge no cotidiano da vida urbana: os acontecimentos se sucediam, ainda que dissessem respeito à vida pessoal daqueles que nos diários anunciavam, sobretudo, vendas e perdas de escravos, vendas de produtos e de moradas, numa sucessão de informações que dividiam a temporalidade urbana mais veloz entre “anúncios” e “notícias particulares” que o próprio público fazia chegar ao redator do periódico.

O *Diário do Rio de Janeiro*, primeiro diário do Brasil, começou a circular em 1 de junho de 1821, e já indicava na materialidade do impresso a sua intenção de ser “útil e curioso” para o público que desejava conquistar, como deixa claro no Prospecto em que desvela a intencionalidade do periódico⁷. O tipógrafo Zeferino Vitor Meirelles, fundador e redator da publicação, que anteriormente trabalhara na Impressão Régia⁸, estabeleceu desde o primeiro número uma série de estratégias para ampliar seu alcance junto ao público, ultrapassando os

⁶ Em 1821, eram editados na cidade os seguintes periódicos: *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822); *O Patriota* (1813-1814); *O amigo do Rei e da Nação* (1821); *O Bem da Ordem* (1821); *O Conciliador do Reino Unido* (1821); *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878); *Despertador Brasiliense* (1821); *O Espelho* (1821-1823); *O Jornal de Anúncios* (1821); *A Malagueta* (1821-1822); *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-1822); e *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem-Comum* (1821-1822). No ano seguinte apareceram ainda *O Constitucional* (1822); *O Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense* (1822); *Correio do Rio de Janeiro* (1822-1823); *O Regulador Brasileiro* (1822-1823); *O Papagaio* (1822); *Macaco Brasileiro* (1822); *A Verdade Constitucional* (1822) e *O Volantim* (1822). Cf. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 85, 1965 <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/anais-biblioteca-nacional-vol85>. Consulta em 24 de maio de 2024.

⁷ Meirelles, Zeferino Vito de. Plano para estabelecimento de um útil e curioso Diário nesta cidade. Diário do Rio de Janeiro, 1º de junho de 1821.

⁸ Zeferino Vitor Meirelles, português nascido em Lisboa, trabalhou na Impressão Régia, desde a sua fundação, tendo sido inicialmente alçador; apontador e, por fim, vice administrador. O primeiro cargo é uma função tipicamente braçal da oficina tipográfica, enquanto o segundo dizia respeito ao controle dos trabalhos gráficos, incluindo apontar os “erros ortográficos”. Ao morrer, vítima de um atentado, em 1822, é substituído na redação do *Diário* pelo tipógrafo de origem francesa Antonio Maria Jourdan (Pires, 2008)

tradicionais com assinantes que habitualmente eram o público dos periódicos neste momento inicial da imprensa no Brasil⁹.

Além de dividir o conteúdo da publicação em duas tipologias textuais, as notícias e os anúncios, ambos encaminhados pelo próprio público para o jornal, o redator distribuiu caixas em diversos estabelecimentos comerciais da cidade nas quais os interessados deveriam depositar os textos que desejavam ver publicados. Nestes pontos, onde também o *Diário* estava à venda, os interessados deveriam depositar nas caixas ali colocadas notícias e/ou anúncios que seriam impressos pelo jornal de forma gratuita, desde que fossem assinantes do periódico¹⁰.

O sucesso da publicação é imediato: no mês seguinte ao seu aparecimento, o número de páginas havia duplicado (passara de quatro para oito) e informavam a impossibilidade de imprimir mais de mil exemplares na Imprensa Régia. Atingira, informavam, a cifra de 800 assinantes, e a Imprensa Régia não poderia atender ao aumento de exemplares impressos, pois isso poderia levá-la a parar “sensivelmente o serviço próprio” (Meirelles, 1821, 31).

Diante deste sucesso imediato, novas caixas são distribuídas, em regiões distantes do centro da cidade, nas boticas que, além de medicamentos, tudo vendiam no século XIX. O *Diário*, a partir de 9 de julho de 1821, poderia ser comprado (e lá também deveriam ser depositados os anúncios e as notícias particulares pelos interessados em caixas postadas) em duas boticas da Rua da Quitanda, em uma da Rua dos Ferradores, outra na Rua dos Barbonis, uma no Largo das Laranjeiras, uma na Cidade Nova e uma na Rua do Mata Porcos. Houve, portanto, o aumento da área da circulação do periódico na cidade, ampliando seu circuito público, passando a englobar sete distritos, alguns bem longe da zona central. E detalhavam o número de assinantes em cada uma dessas localidades, que, somados, eram mais de mil (Meirelles, 1821).

O fato de dividirem os escritos que o público poderia encaminhar para o jornal entre anúncios e notícias particulares mostra que havia por parte do redator, mas também do público, a percepção da diferença entre estes dois tipos de textos: os anúncios diziam respeito às vendas de escravizados, de casas, chácaras e diversos outros produtos que os proprietários gostariam de negociar; além dos achados e perdas das mais variadas natureza; já as notícias particulares se referiam a informações sobre entrada e saída de navios; chegada de correspondências ou

⁹ Em 1826, *Atalaia da Liberdade* informava no seu terceiro número, o total de seus assinantes: 180 (Morel e Barros, 2003, 35).

¹⁰ Essas estratégias e as consequências em termo de ampliação do seu público leitor, fazendo do *Diário* “um jornal da moda” do seu tempo, são descritas detalhadamente em Barbosa, 2022. Baseado neste texto, fizemos breve resumo dessas características apenas para particularizar o impresso que será utilizado para a percepção dos trânsitos comunicacionais entre Portugal e Brasil, no item seguinte.

outras dos mais variados tipos e sobre as quais havia a percepção da necessidade de ampliação do seu circuito de leitura para o espaço público. Ou seja, enquanto os anúncios estavam relacionados diretamente à questão pecuniária, as notícias amplificavam um fato particular para grupo mais amplo.

Circuitos comunicacionais em diálogos de teias impressas

Do ponto de vista do recorte que fizemos, interessa-nos analisar, ainda que brevemente, os trânsitos, circuitos e diálogos comunicacionais de Portugal para o Brasil, presentes nas edições do *Diário do Rio de Janeiro*, em 1821.

Seguindo as edições observa-se a intensa circulação das gazetas portuguesas na cidade, vendidas na própria loja do periódico ou na da *Gazeta do Rio de Janeiro* e sempre divulgadas, quando da sua chegada, na seção “Obras Publicadas”. “Saiu à luz cópia da Gazeta Extraordinária do Correio do Porto, vinda pelo Bergantim Triunphante. Vende-se na loja da Gazeta por 80 réis” (*Diário do Rio de Janeiro*, 16 jun. 1821, 4).

Tal como acontecia com as proclamas e outros avisos que se desejava ser de amplo conhecimento, também a informação da circulação da *Gazeta de Lisboa*, era algumas vezes afixada nos lugares públicos, antes mesmo de a notícia circular, no dia seguinte, no *Diário*. A importância do conteúdo fazia delas “documentos que devem servir de norma a todos (...) e “logo que estiverem reimpressas” seriam distribuídas gratuitamente às “subscritores da Gazeta e do Diário do Rio de Janeiro”.

Ontem se afixou nos lugares públicos a seguinte notícia.

Estão se reimprimindo, com a maior brevidade, as Gazetas de Lisboa n. 278 e 279 (18 e 20 de novembro de 1820), as quais comprovam, de uma maneira irrefragável, o Nobre e Sisudo Caráter Português, e a profunda Política e Dignidade verdadeiramente Nacional (...) e para que estes tão preciosos documentos, que devem servir de norma a todos os bons portugueses seja notórios, quanto antes, a todos, logo que estiverem reimpressas, serão distribuídas gratuitamente pelos diferentes Corpos da primeira e segunda Linha, que tão distintamente guarnecem esta cidade, e pelos senhores subscritores da Gazeta e do Diário” (*Diário do Rio de Janeiro*, 13 jun. 1821, 3. Grifos nossos).

Na informação publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, observa-se duas particularidades importantes: em primeiro lugar, o valor de documento irrefutável e “precioso” do que era publicado no jornal de Lisboa e que deveria ser de amplo conhecimento; e, em segundo, o reconhecimento como leitor privilegiado dos assinantes dos dois jornais que circulavam na cidade, a *Gazeta* e o *Diário do Rio de Janeiro*. A eles seriam distribuídos gratuitamente os

números do jornal de Lisboa que passariam a ser obras de uma coleção exclusiva para aqueles leitores.

As lojas dos jornais era pontos de encontro e lugares facilmente localizáveis. Assim, as indicações das moradas podiam ter como referência, “ao lado da loja do Diário”. Era ali também que se vendiam as diversas obras publicadas: gazetas, folhetos, prospectos e livros, divulgados numa infinidade de anúncios que indicam também a intensa proliferação da palavra impressa e manuscrita pelas ruas da cidade. As lojas do *Diário* ou da *Gazeta* também eram lugares onde se deixavam recados para quem quisesse vender ou comprar alguma coisa. Era onde se marcava encontros os mais diversos. Assim, quem pretendesse comprar, por exemplo, “uma carroça em bom uso, besta e mais pertences” deveria “dirigir-se a loja da Gazeta onde se lhe dirá com quem deve tratar” (*Diário do Rio de Janeiro*, 24 set. 1821, 6).

Nas lojas dos periódicos, nos livreiros, na Imprensa Régia e nas boticas se encontravam as muitas “obras publicadas” a venda por aqueles dias. Sobretudo, folhetos os mais diversos, com intuito de fornecer ensinamentos e ilustrações necessárias, mas a maioria repletos de contendas políticas. “Saiu a luz as Cartas de André Mamede ao seu amigo Bráz Barnabé em que se explica o que são corcundas continua-se a vender nas lojas deste Diário, na da Gazeta, no Livreiro da rua da Cadeia e na Imprensa Régia” (*Diário do Rio de Janeiro*, 23 jul. 1821, 5). Este folheto havia sido impresso em Lisboa e circulava intensamente também no Brasil (Figura 1).

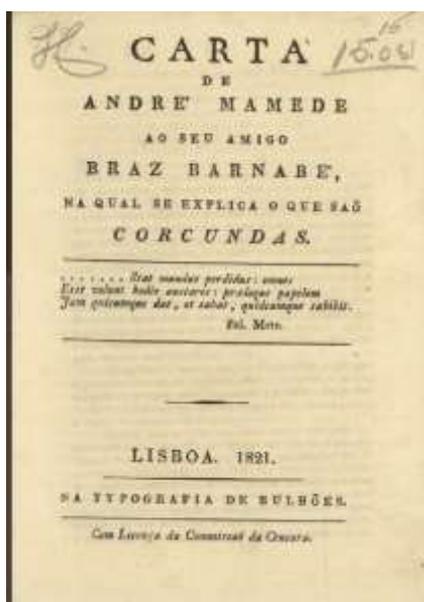


Figura 1. Carta de André Mamede ao seu amigo Bráz Barnabé
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal¹¹

¹¹ <https://purl.pt/38537/1/html/index.html#/1>

Como explica Lúcia Maria Bastos P. Neves (1999), as ideias liberais colocadas na ordem do dia pelo Vintismo português ganharam divulgação exponencial no Brasil, por meio de uma quantidade extraordinária de folhetos e jornais, muitos dos quais circulavam entre os dois lados do Atlântico. De início, tendo por tema central o constitucionalismo, essa cultura política caracterizou-se por uma crítica, tanto no Brasil, como em Portugal, quase unânime aos partidários do Antigo-Regime, os corcundas¹². Mas, as contradições e o questionamento da integridade do Império luso-brasileiro só se tornariam mais evidente no ano seguinte, isto é, em 1822. A partir daí o constitucionalismo converte-se em separatismo (Neves, 1999, 1-2).

A divulgação da palavra impressa numa gama infundável de folhetos, panfletos e jornais, inicialmente no Rio de Janeiro, mas depois também em outras províncias - como Bahia, Maranhão e Pernambuco - foi fundamental na construção dos debates públicos e da formação de uma cultura política no país. Os artigos dos periódicos ou sob a forma de panfletos avulsos, vendidos igualmente nas lojas dos jornais, passam a ser discutidos nas ruas. De caráter didático e polêmico, estes panfletos e folhetos - a maioria anônimo devido à censura -, comentando fatos recentes e discutindo assuntos do momento, traduziam em linguagem acessível os temas fundamentais. Levavam, assim, para um público mais amplo, até então não considerado, informações que passam a circular num espaço público em formação e no qual a imprensa desempenha papel central¹³.

Esses folhetos e panfletos tinham vários formatos e proposições, alguns dos quais impressos em Portugal e que circulavam nos dois lados do Atlântico, enunciadas pela intencionalidade comunicacional: podiam ser “catecismos”, organizados sob a forma de pergunta e respostas; “diálogos”, reproduzindo uma conversa entre, por exemplo, um alfaiate e seus fregueses; “cartas a amigos e compadres”, como as de Andre Mamede ao seu amigo Bráz Barnabé (anunciada pelo *Diário* e a que já nos referimos anteriormente), ou a “Carta em defesa dos brasileiros insultados escreve ao sacristão de Carari o estudante constitucional, amigo do filho do compadre do Rio de Janeiro”; podiam ser folhetos constitucionais, como “Constituição

¹² Corcunda (ou carcunda) se referia de maneira depreciativa a todos que estavam a serviço do Antigo Regime, contrários às ideias constitucionais das Cortes soberanas de Lisboa e favoráveis ao absolutismo. Segundo o *Dicionário corcundativo* (1821, citado por Neves, 1999, 5) o termo significava “homem, que afeito e satisfeito com a carga do despotismo, se curva como o dromedário para recebê-la; e trazendo esculpido no dorso o indelével ferrete do servilismo, tem contraído o hábito de não mais erguer a cabeça, recheada das estonteadas ideias de uma sórdida cobiça”.

¹³ Esses panfletos e folhetos da Independência foram reunidos e estudados por Lucia Neves, Marcelo Basile e José Murilo de Carvalho e reunidos na obra Carvalho, José Murilo; Bastos, Lúcia; Basile, Marcello (org.). 2012. *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. Companhia das Letras/UFMG.

Explicada” ou “Constitucional Justificado”. Havia ainda paródias às orações religiosas, como pode-se ver no folheto “A regeneração constitucional ou a guerra e disputa entre os Corcundas e Constitucionais”.

Creio no Rei, o Senhor d. João VI, no Congresso Nacional, criador da Constituição, no Senhor d. Pedro, Príncipe Leal, primogênito e herdeiro dos tronos, o qual foi concebido por obra e graça de seus Augustos Pais, nasceu de sua Augusta Mãe, a Rainha d. Carlota Joaquina, padeceu sob o poder dos ministros e validos; em 26 de fevereiro desceu ao Rocio para jurar a Constituição por si e seu Augusto Pai; em 22 de abril foi feito regente para premiar os bons, castigar os maus, e fazer justiça aos corcundas, panços e caranguejos. Creio no Congresso Nacional, em a Nação portuguesa, na comunicação dos sábios, na remissão dos abusos, na ressurreição da virtude e da justiça, na conservação da liberdade, na segurança e propriedade e na felicidade da nação. Amém (A regeneração constitucional ou guerra e disputa entre os corcundas e constitucionais. Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1821, 19-20. Citado por Neves, 1999, 6)

Anota-se também as farsas em versos e dicionários, como o “Suplemento ao Dicionário corcundativo ou explicação das frases dos corcundas”, que explicava a política como “ciência de enganar, refinada velhacaria; sistema de tramoias, inventado e propagado na Europa no tempo de Luís XIV e levado a perfeição no tempo de Napoleão Bonaparte” (Lima, 1821, 7, citado por Neves, 1999, 5).

Esses gêneros comunicacionais da nova cultura política eram o principal produto à venda nas lojas tanto do *Diário*, como na *Gazeta do Rio de Janeiro*: pequenos impressos de poucas páginas, de conteúdo os mais variados, que podiam incluir discursos, proclamações, hinos, reflexões filosóficas e poesias. Deles informavam apenas o título e o valor, presumindo-se que seriam facilmente identificados pelo público, ou por ser o título capaz de informar seu conteúdo, ou porque a informação da existência desses opúsculos já circulava na cidade.

Saiu à luz: folhetos que se acham na loja da Gazeta dizem respeito à Constituição. Catecismo Constitucional 80 réis. Relação dos compromissários e eleitores da Freguesia de Santa Rita 80 réis. Portugueses Venturosos 80 réis. A Pátria desoprimida 80 réis. Discurso na Eleição dos Compromissarios na Freguesia do Sacramento 80 réis. Das Constituições 160 réis. Reflexões Filosóficas sobre a Liberdade e Igualdade 80 réis. Poesias e diversos assuntos 160 réis. Proclamação do Governador de S. Paulo sobre a Constituição 120 réis. A Verdade Exposta a Sua Majestade por José Daniel 240 réis. (*Diário do Rio de Janeiro*, 16 jun. 1821, 4).

Algumas das obras haviam sido impressas anteriormente no Porto, em Lisboa e, finalmente, após 1821, puderam ser também no Rio de Janeiro. As dificuldades com os processos gráficos na cidade, levavam algumas a serem publicadas em partes. Isso foi o que ocorreu com a “graciosa obra intitulada Estatutos da Sociedade de Giro dos Vinagres do Alto Douro”, como qualificava o anúncio publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, informando que

após a primeira Sessão dos Estatutos as outras seriam publicadas sucessivamente (*Diário do Rio de Janeiro*, 26 abr. 1821, 3).

Mas havia também, como já mostramos anteriormente, muitos folhetos e panfletos sob a forma manuscrita. Produzidos em momentos de turbulência política, 32 destes panfletos que circularam no Brasil no período imediatamente anterior à independência (Carvalho, Bastos e Basile, 2012), evidenciam a permanência da palavra manuscrita, em modos de comunicação nos quais o impresso se intercambiava com as palavras manuscritas e a expressão do mundo oral. Apenas a título de ilustração, reproduzimos a seguir um destes panfletos (Figura 2).

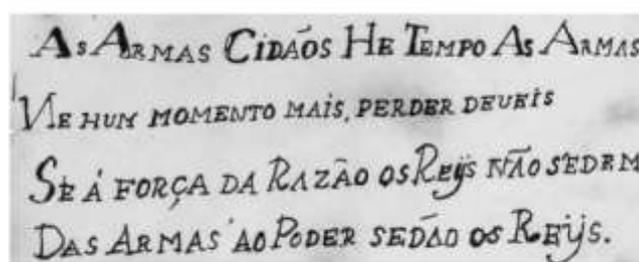


Figura 2. Panfletos manuscritos que circularam no Brasil por ocasião da independência.
Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty, lata 195, maço 6, pasta 13. In: Carvalho, Bastos e Basile (org.). *As armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. Companhia das Letas/UFGM, 2012, 111.

Os novos periódicos que inundam a cidade a partir de 1821 também passaram a ser anunciados com destaque, sob a rubrica, Obras Publicadas, no *Diário do Rio de Janeiro*. Na singular informação de que começara a ser publicado o *Espelho*, observa-se a ampliação da área de venda do periódico - para além do centro nervoso da cidade -, mas também a pronta resposta que o periódico já dava, em seu primeiro número, às acusações proferidas pela *Gazeta do Rio de Janeiro* ao seu redator. O tempo tornava-se cada vez mais urgente, seguindo a lógica aceleradora das letras impressas que inundavam o Rio de Janeiro.

Saiu à luz o 1º número do periódico intitulado o *Espelho*; vende-se na loja de Paulo Marin, na rua da Quitanda n. 33. Na mesma continua a subscrição pelo trimestre corrente por 1\$200 reis; e as pessoas de fora da cidade podem igualmente subscrever nas boticas dos distritos 5º e 7º nas Laranjeiras e Mataporcos, onde mandarão receber os números correspondentes. Com esta primeira folha há se distribui gratuitamente a defesa do redator contra as injustas acusações inseridas na *Gazeta* no. 76. (*Diário do Rio de Janeiro*, 1º out. 1821, 5).

Por último cabe mencionar neste primeiro esforço de perceber trânsitos e circuitos comunicacionais entre os jornais brasileiros e portugueses, a publicação durante meses a fio, no *Diário do Rio de Janeiro* na seção “Miscelânea curiosa, útil e instrutiva” da transcrição de

textos extraídos dos vários tomos dos *Anais das Sciencias, das Artes e das Letras*, originalmente publicado em francês que tinham sido traduzidos para o português (Figura 3). Esses mesmos Anais eram anunciados com destaque, no mesmo período, *pela Gazeta de Lisboa*, informando os pontos de venda na cidade.

*Annaes das Sciencias, das Artes, e das
Letras, etc., tom. XI, Paris.*

Ha dias se acha em *Lisboa* na loja do livreiro *P. J. Rey* este undecimo volume dos *Annaes das Sciencias, etc.*, que em *Paris* tem publicado em *Portuguez* huma Sociedade de compatriotas nossos, com muito boa selecção, dando á Patria hum resumo geral do que nos paizes estrangeiros apparece nos differentes ramos das Sciencias e das Artes. Na *Gazeta de Lisboa*, no *Diario da Regencia* em quanto o redigimos (do 1.º de Novembro de 1820 até o ultimo de Abril de 1821) demos huma breve mas clara idéa de todos os volumes que sahirão destes Annaes até o 10.º e agora o passamos a fazer tambem nesta nossa folha deste 11.º tomo, e o faremos dos que forem apparecendo desta obra.

Figura 3. Estrato anunciando a venda do Anaes de Sciencias publicado na *Gazeta de Lisboa*.
Fonte: *Gazeta de Lisboa*, ed. 24, 28 mai. 1821, 3.

Enquanto na *Gazeta de Lisboa* bastava uma síntese do conteúdo de cada tomo para interessar aos leitores que passariam a procurar os volumes na loja do livreiro, onde estavam a venda; no *Diário* - já que os *Anais* não estavam à venda na cidade - o redator transcrevia literalmente cada trecho que achava ser de interesse do público, muitas vezes pelo conhecimento das ciências que reproduzia, outras pelo inusitado da informação (Figura 4).

MISCELLANEA CURIOZA, UTIL, D INSTRUCTIVA.
TERREMOTOS.

Este curioso Artigo he extrahido do Tomo X. dos Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras.
A *Gazeta de Pekim*, de 2 de Maio de 1817, dá a relação de hum terremoto acontecido, no mez antecedente, em Chang-Ruh nos confins da Provincia de Szeehuen da fronteira occidental da China. Mais de treze mil casas forão derribadas, e mais de 2800 pes oas mortas.

Figura 4. Informação publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, sobre a mesma publicação, do qual o redator extrai um trecho determinado.
Fonte: *Diário do Rio de Janeiro* - 6 jun. 1821, 4

Temas que também colocavam em relevo a transformação do mundo, as intempéries da natureza, tudo aquilo que porventura transformasse uma ordem presumida. Um mundo de ponta a cabeça era já naqueles idos de 1820 matéria-prima dos diários.

Considerações finais

Algumas questões sobressaem na análise que realizamos. A primeira diz respeito à afirmação de que até 1821 não existia uma imprensa brasileira e sim uma constelação de impressos luso-brasileiros. Mesmo os periódicos que eram impressos no país, faziam parte de um mundo escrito que aproximava Portugal e Brasil.

A segunda, decorrente da primeira, faz com que afirmemos que a imprensa brasileira só surgiu no bojo da formação de uma nova cultura política no processo de independência e de expansão e explosão da palavra impressa, formando redes de comunicação, também a partir de 1821.

Entretanto, há que se considerar - e esta talvez seja a conclusão mais importante - que os gêneros escriturários que proliferaram no território brasileiro, extremamente próximos da palavra oral, procuravam reproduzir em materialidades e formatos narrativos maneiras de contar capazes de traduzir em linguagem próxima dos gêneros de fala às temáticas complexas do mundo político. Assim, cartas, orações religiosas, fábulas, dicionários, poesias, entre outros, tomavam a forma de panfletos e folhetos que eram vendidos nas lojas dos diários, nas lojas de livros e nas boticas, tornando acessíveis, pela escritura próxima da oralidade, temas complexos para um público, que passam a carregar, nas marcas de sua cultura duradoura, a oralidade como formato dominante dos seus modos comunicacionais.

Havia que se traduzir em fórmulas narrativas mais próximas dos modos de falar; havia que explicar com uma linguagem direta das expressões do cotidiano, todo aquele mundo político, complexo, repleto de ideias fulgurantes, mas que estavam longe de um público que passou a ser incluído no regime de letramento de um mundo que se reconfigurava. Para isso, trânsitos e circuitos que uniam Brasil e Portugal tiveram que ser reconfigurados em novos modos de comunicar.

Referências

A regeneração constitucional ou guerra e disputa entre os corcundas e constitucional. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1821, p. 19-20.



Anais da Biblioteca Nacional, vol. 116, p. 274, 1997.

Barbosa, Marialva. 2010. *História cultural da imprensa*. Brasil (1800-1900). Rio de Janeiro, Mauad.

Barbosa, Marialva. 2013. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Barbosa, Marialva. 2022. Circuitos Comunicacionais da Imprensa no Brasil do Século XIX: olhares sobre o momento inicial. *Matrizes*, v. 16, p. 75-98.

Basile, Marcello. 2008. Unitários federalistas: a questão federal na imprensa da Corte (1830-1834). In: Lessa, Monica Leite; Fonseca, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a monarquia e a república. Imprensa, pensamento político e historiografia (1722-1822)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

Blake, Augusto Victorino Alves Sacramento. 1883-1903. *Dicionário biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

Carta de André Mamede ao seu amigo Braz Barnabé na qual se explica o que são corcundas. 1821. Rio de Janeiro, Tip. Régia.

Carvalho, José Murilo, e Lúcia Bastos e Marcello Basille (orgs.). 2012. *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letas/UFMG.

Lima, José Joaquim Lopes de Lima. 1821. Suplemento ao Dicionário corcundativo ou explicação das frases dos corcundas. Rio de Janeiro: Imprensa Régia.

Lustosa, Isabel. 2000. *Insultos impressos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Macedo, José Agostinho de. 1821. Carta ao senhor redator do Patriota. Imprensa Liberal.

Meirelles, Zeferino Vito de. 1821. Plano para estabelecimento de um útil e curioso Diário nesta cidade. Diário do Rio de Janeiro, 1º de junho de 1821.

Morel, Marco, & Barros, Mariana Monteiro de. 2003. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A.

Morel, Marco. 2005. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec.

Munaro, Luís Francisco. 2018. A República Lusitana das Letras: um retrato das redes de comunicação dos jornais emigrados no início do século XIX. *Revista Esboços*, v. 25, n. 39, p. 173-196, jul. 2018.

Neves, Lúcia Maria Bastos P. Neves. 1999. “A ‘guerra das penas’: os impressos políticos e a independência do Brasil”. In: *Revista Tempo*, n. 8, ago. 1999, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1-17.



Pires, M. P. B. 2008. *Impressão, sociabilidades e poder: três faces da tipografia do Diário na Corte do Rio de Janeiro (1821-1831)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Seixas, Rodrigues e Brígida, 2024. A imprensa no solo amazônico: momentos-chave da configuração dos impressos no Pará do século XIX. In: Barbosa, Marialva; Ribeiro, Ana Paula Goulart; Hohlfeldt, Antonio Carlos (org.). *História da imprensa no Brasil do século XIX*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Edipuc+.

Cabral, Flavio José Gomes. 2024. “Senhor Redator”: imprensa e cultura política em Pernambuco da época da independência. In: Barbosa, Marialva; Ribeiro, Ana Paula Goulart; Hohlfeldt, Antonio Carlos (org.). *História da imprensa no Brasil do século XIX*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Edipuc+.

Pinheiro, Roseane &. 2024. Letras impressas, disputas e acomodações: a expansão da imprensa maranhense no século XIX. In: Barbosa, Marialva; Ribeiro, Ana Paula Goulart; Hohlfeldt, Antonio Carlos (org.). *História da imprensa no Brasil do século XIX*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Edipuc+.

Silva, M. B. N. da. 2007. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Sousa, Jorge Pedro. 2021. *Portugal – Pequena história de um grande jornalismo I: da manufatura à indústria*. Lisboa, ICNOVA, Universidade Nova de Lisboa.

Villalta, Luiz Carlos. 1999. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo.

Resumen

El artículo aborda algunos aspectos de los circuitos de comunicación, en las primeras décadas de circulación de la prensa en Brasil, especialmente en vísperas de la Independencia (1822), cuando los periódicos impresos comenzaron a publicarse paulatinamente en todo el territorio brasileño, hasta donde podemos definir como una explosión de la palabra pública de norte a sur del país. El objetivo es reflexionar sobre el momento inicial de la circulación periodística en el siglo XIX, el siglo del periódico, también, en Brasil. Utilizando los propios periódicos como documentación para mostrar tránsitos comunicacionales, se destaca brevemente, a partir de las noticias publicadas en el Diário do Rio de Janeiro, que circularon en la Corte, a partir de 1821, algunos de esos circuitos que involucran a Brasil-Portugal.

Palabras claves: Prensa; Brasil; Portugal; Independencia; Circuitos de comunicación.



**O *BILL* PALMERSTON E O IMPÉRIO DO BRASIL: OS DEBATES SOBRE A
POLÍTICA ANTITRÁFICO BRITÂNICA NA IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO,
1839**

THE PALMERSTON ACT AND THE EMPIRE OF BRAZIL: DEBATES ON BRITISH
ANTI-SLAVE TRADE POLICY IN THE RIO DE JANEIRO PRESS, 1839

ALAIN EL YOUSSEF¹

Resumo

Em 24 de agosto de 1839, o Parlamento britânico aprovou o *bill* Palmerston como parte de sua cruzada global contra o contrabando de africanos para a América. A medida, que denotava uma radicalização da política antitráfico da Grã-Bretanha, classificou o comércio de africanos como tráfico, autorizando a marinha do país a capturar embarcações portuguesas suspeitas de realizar essa atividade. Partindo da premissa de que a contenda entre Portugal e Grã-Bretanha não influenciou exclusivamente no destino desses mesmos países, o presente artigo tem como objetivo analisar com a imprensa brasileira, especialmente a do Rio de Janeiro, repercutiu o *bill* Palmerston. Com isso, o texto também pretende analisar as consequências da mesma lei para o futuro do comércio de escravos no Império do Brasil, sobretudo em sua dimensão política.

Palavras-chave: *bill* Parmerston; tráfico de escravizados; imprensa.

Abstract

On August 24, 1839, the British Parliament passed the Palmerston Act as part of its global crusade against the smuggling of Africans to America. The measure, which signaled a radicalization of Britain's anti slave trade policy, classified the trade of Africans as trafficking, authorizing the country's navy to seize Portuguese vessels suspected of engaging in this activity. Based on the premise that the dispute between Portugal and Great Britain did not solely influence the fate of these countries, this article aims to analyze how the Brazilian press reacted to the Palmerston Act, especially in Rio de Janeiro. Additionally, the text intends to examine the consequences of this act for the future of the slave trade to the Empire of Brazil, particularly in its political dimension.

Keywords: Palmerston Act; slave trade; press.

¹ Doutor e Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em política, diplomacia, tráfico negreiro, escravidão e abolição no Império do Brasil. É membro do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (Lab-Mundi/USP). Atualmente realiza Pós-Doutorado junto ao Maria Sibylla Merian Centre. E-mail: alayoussef@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9221-1275>.



No final da década de 1830, a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos viviam momentos decisivos, ainda que seguissem trajetórias opostas. De um lado, o cativoiro sofria um importante abalo com a libertação definitiva dos escravizados do Império britânico em 1838, naquele que se configuraria como o primeiro experimento abolicionista de grande escala em uma sociedade escravista (Drescher 2002, 121-157). De outro, o comércio de africanos ressurgia com toda a força em direção ao Império do Brasil e ao Caribe espanhol, atingindo montantes recordes, a despeito de sua ilegalidade. Assim, enquanto o mundo atlântico era varrido por um processo de libertação em massa de escravizados negros, outros tantos africanos eram forçadamente importados, reforçando a refundação do cativoiro em outras sociedades escravistas da América (Blackburn 2011, 275-327, e Tomich 2011, 81-97).

Em meio a esse processo, um evento marcou, como poucos, esse duplo movimento: a aprovação do *bill* Palmerston no Parlamento britânico em 24 de agosto de 1839. A medida, que autorizava a *Royal Navy* a capturar embarcações portuguesas suspeitas de traficarem africanos, possuía uma série de antecedentes que favoreceram sua passagem pelas duas câmaras britânicas. Desde a segunda metade da década de 1830, o contrabando de africanos havia sido reaberto no Brasil e na colônia espanhola de Cuba, operando, em grande medida, debaixo da bandeira portuguesa e a partir das possessões lusitanas na África (Ferreira 2012, 231-268, e Murray 1981, 103-105). Se na primeira metade da década de 1830 esse comércio ilegal havia dado sinais de estar vivendo seu fim derradeiro, depois de 1835 ele passou a registrar um aumento exponencial, acompanhado, de um lado, pelo crescimento acelerado da produção de açúcar e café e, de outro, pelo fortalecimento político dos grupos vinculados ao cativoiro, tanto no Brasil como no Império espanhol (Berbel, Márcia, Marquese, Rafael, e Parron, Tâmis 2015, 183-255).

A mudança de cenário produziu uma série de demandas políticas, especialmente em Lisboa e Londres. Em Portugal, a subida ao poder dos Setembristas – corrente liberal mais progressista – em 1836 foi acompanhada pela formulação de novos projetos coloniais que deram novo impulso à adoção de medidas antitráfico. Desde 1834, o *Foreign Office* havia reforçado sua pressão sobre o governo lusitano por intermédio de Howard de Walden, plenipotenciário britânico em Lisboa. No entanto, o governo chefiado por Sá da Bandeira, optou por uma solução nacional para a questão. Depois de sentir o pouco entusiasmo da Câmara portuguesa diante de um projeto audacioso que proibia a exportação de escravizados pela via marítima, impunha o registro dos escravos e conferia a libertação do ventre das escravizadas, o



governo setembrista promulgou, via Executivo, a primeira legislação antitráfico do país. Composto por 25 artigos, o Decreto de 10 de dezembro de 1836 proibia a “exportação de escravos, seja por mar seja por terra, em todos os Domínios Portugueses, sem exceção”; incriminava toda a tripulação do navio julgado por contrabando; libertava imediatamente todos os escravos apreendidos nessas embarcações; previa a perda de mandato dos governadores que demonstrassem conivência com a exportação de africanos; e exigia que cônsules e vice-cônsules portugueses aplicassem o decreto alhures em caso de contravenção de súditos lusitanos.²

Em que pese seu alcance mais reduzido que a proposta original – a ideia de libertação do ventre foi retirada do decreto –, o dispositivo de 1836 atingia a raiz da pressão diplomática britânica, tendo um importante efeito sobre as relações luso-britânicas e sobre a salvaguarda da soberania nacional portuguesa. Essa sensação ainda seria reforçada pelo Decreto complementar de 16 de janeiro de 1837, que restringiu a concessão da bandeira portuguesa a navios “construídos nos Portos de Portugal, e seus domínios da Ásia e África”, em clara resposta ao uso da bandeira portuguesa por traficantes brasileiros e hispano-cubanos.³ O problema é que esse efeito teve curtíssima duração. O governo setembrista – ele mesmo rodeado por defensores do comércio transatlântico de escravos – foi incapaz de aplicar a legislação antitráfico nos territórios africanos. Por mais que o Decreto de 10 de dezembro de 1836 tenha sido acompanhado por uma reforma da administração colonial, que conferiu mais poderes aos governadores enviados por Lisboa, nenhum deles chegou a implementar a lei no espaço ultramarino, fosse por incapacidade ou pela cooptação realizada pelas elites negreiras locais (Alexandre 1991).

Ciente da situação, o *Foreign Office* temeu que a lei portuguesa repetisse a trajetória do Brasil e do Império espanhol, onde legislações nacionais e tratados internacionais não haviam sido capazes de dar cabo efetivo do contrabando de africanos. Lord Palmerston, então, endureceu as negociações com Sá da Bandeira. Por meio de seu representante em Lisboa, o primeiro-ministro britânico passou a exigir do governo português a assinatura de um tratado que desse poderes de busca aos negreiros por parte da marinha britânica. Em posição fragilizada, os setembristas anuíram a boa parte dos termos propostos por Howard de Walden –

² Decreto acerca da importação e exportação de escravos. In: *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações, redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva*. Lisboa: Typ. de Luiz Correa da Cunha, 1839, p. 62-68.

³ *Ibidem*, p. 433-434.



notadamente, a formação de comissões mistas e o direito de visitas em uma área ampla. No entanto, quando os termos do acordo já estavam definidos, restando apenas sua assinatura, o governo de Lisboa cobrou “uma formal e explícita garantia” de que os britânicos forneceriam auxílio militar “contra qualquer sublevação” que pudesse ocorrer nas colônias durante o processo de extinção do tráfico transatlântico de africanos. Enquanto determinados historiadores viram nisso um perigo real de perda de territórios coloniais (Alexandre 1991, Capela 1987, p. 149-172, e Guizelin 2013), outros procuraram ressaltar que essa não passava de uma estratégia para postergar uma definição nas negociações bilaterais (Marques 1999, 195-243). Fato é que a tática deu com os burros n’água, levando Palmerston a adotar uma saída unilateral que dava amplos poderes para os cruzadores britânicos frente aos traficantes que se valiam da bandeira lusitana.

Essa saída, bastante radical para o padrão das relações internacionais do século XIX, repercutiu de forma retumbante em Portugal. Ao fim e ao cabo, o *bill* Palmerston trouxe ainda mais instabilidade a uma situação política marcada por governos frágeis. Além de ter contribuído para a queda do gabinete de Sá da Bandeira, a decisão unilateral dificultou a vida de outros ministérios setembristas até o dia 3 de julho de 1842, quando Portugal e Grã-Bretanha assinaram um tratado antitráfico que pôs fim ao *bill* de 1839. Nesse meio tempo, o nacionalismo lusitano – tão significativo para os setembristas – foi exacerbado, a anglofobia foi reforçada nos espaços públicos portugueses e uma série de debates e acusações sobre um tema que não figurava entre os mais corriqueiros tomou conta da imprensa lisboeta (Alexandre 1991, e Marques 1999, 251-266 e 282-296).

O que a historiografia tem indicado, muito em decorrência dos desenvolvimentos da História Global, é que a repercussão do *bill* Palmerston não ficou restrita aos dois países envolvidos na contenda, tendo sido também bastante significativa em outras regiões do espaço Atlântico. Como escreveu João Pedro Marques, “a violenta medida [da Grã-Bretanha contra Portugal] causou consternação no Brasil” (p. 246), fato recentemente comprovado pela pesquisa de Victor Henrique Simonselos Martins (2024, p. 58-107). Não era para menos. Naquele ano de 1839, o país importaria clandestinamente quase 59 mil africanos, quase todos debaixo da bandeira portuguesa.⁴ O recorde anual do contrabando negreiro até aquele momento tinha uma forte dimensão econômica: a sede por escravos da cafeicultura do Vale do Paraíba, que havia

⁴ Dados retirados de www.slavevoyages.org. Acesso em 20/06/2024.



recém se convertido no maior produtor mundial de café (Marquese e Tomich 2009). Mas os números também eram resultado de um rearranjo político marcado pela ascensão dos regressistas (núcleo duro do futuro partido Conservador) e pela respectiva implementação de uma “política do contrabando negreiro” no Estado imperial e nos principais espaços públicos do país (Parron, 2011, 121-178).

Partindo da premissa de que a contenda entre Portugal e Grã-Bretanha não influenciou exclusivamente no destino desses mesmos países, o presente artigo tem como objetivo analisar como a imprensa brasileira, especialmente a do Rio de Janeiro, repercutiu o *bill* Palmerston. Para tanto, o texto está dividido em duas partes: a primeira, mais curta, analisará, por meio da bibliografia, como a imprensa portuguesa e, em especial o jornal *O Nacional*, reagiu à decisão unilateral da Grã-Bretanha; na segunda, o foco recairá sobre os jornais brasileiros, com o intuito de observar, não apenas as semelhanças e diferenças com relação ao que havia ocorrido em Portugal, mas também como as manifestações estavam relacionadas à “política da escravidão” no Império do Brasil. Por fim, a conclusão sintetizará alguns apontamentos realizados ao longo do artigo, procurando avaliar as consequências mais imediatas do *bill* Palmerston em terras brasileiras.

A imprensa portuguesa e o *bill* Palmerston

Evidentemente, a reação ao *bill* Palmerston na imprensa portuguesa foi estridente, atingindo um pico que muito destoava do seu alheamento sobre o tema do contrabando negreiro desde o início do século XIX. Como destacou Valentim Alexandre, as notícias sobre a decisão britânica “tiveram grande repercussão, ocupando todas as atenções da imprensa durante vários meses, a partir de fins de julho de 1839” (1991, 319). Embora as reações tenham sido variadas, elas expressaram uma crescente anglofobia, cujo cerne consistiu em desvelar supostos interesses ocultos que haviam norteado a decisão unilateral da Grã-Bretanha. Na defesa dos interesses e da soberania nacionais, fortemente ultrajados pelo *bill* de 1839, os jornais portugueses raras vezes pouparam os britânicos das mais variadas críticas – atitude que, em última instância, revelava uma inclinação maior pelo prolongamento do tráfico, e não pelo seu fim.

Quem melhor expressou isso foram os periódicos setembristas, especialmente *O Nacional*, que mudou significativamente de opinião entre 1836 e 1839. Durante as discussões



que levariam à aprovação do Decreto de 10 de dezembro de 1836, o jornal expressou abertamente seu desejo pelo fim do comércio de africanos e da própria escravidão “sem perda de tempo”. Não haveria, segundo os redatores, “desculpa alguma para demorar medida tão necessária, justa e conveniente”, que colocaria Portugal no caminho da humanidade e da liberdade que se desenhavam no mundo Ocidental na primeira metade do século XIX. Nessa batalha, até mesmo o “admirável interesse e [o] nobre empenho” da Grã-Bretanha foram saudados, uma vez que o fim do contrabando negreiro era visto como uma etapa necessária para o desenvolvimento do projeto colonial português na África. O pensamento era de que, abolido o tráfico de escravos, seria possível construir novos Brasis em Angola, Moçambique e nas demais possessões lusitanas do continente africano (*apud* Marques 1999, 252-253).

O discurso, no entanto, começou a mudar em 1837, quando a Grã-Bretanha subiu o tom nas negociações diplomáticas diante da constatação de que o Decreto de 1836 não vinha sendo aplicado nos territórios ultramarinos. Nas páginas d’*O Nacional*, o então “admirável interesse” dos britânicos aos poucos foi se convertendo em uma falsa filantropia do governo londrino. Como sintetizou o redator do jornal em 1838, “em tanto empenho, em tanta pertinácia [da Grã-Bretanha com relação ao tráfico de africanos], não anda só filantropia e amor da liberdade”. Com base nessa premissa, o discurso d’*O Nacional* passou a concentrar-se no seguinte raciocínio: ao invés de preocupar-se com o sofrimento dos irlandeses e de outros povos que habitavam seu império colonial (como os indianos), a “nação de mercadores” preferia sempre ter “por alvo uma especulação mercantil”, que fatalmente prejudicaria a economia lusitana e ameaçaria os interesses portugueses na África. Nesse sentido, a falsa filantropia era, ao mesmo tempo, uma filantropia conspiratória, uma vez que teria como fim abocanhar as possessões lusitanas que faziam o contrabando negreiro (*apud* Marques 1999, 254-255). Nas palavras d’*O Tempo*, outro jornal setembrista, a atitude britânica “abriria uma porta ampla” que permitiria ao governo londrino aniquilar “a navegação dos outros povos” e concentrar “em suas mãos todo o comércio do Atlântico” sob o pretexto de dar fim a um ramo comercial que ele havia classificado unilateralmente como pirataria (*apud* Alexandre 1991, 319).

Dentro desse enquadramento, o tráfico transatlântico de escravos começou a ser relativizado e até mesmo abertamente defendido. Em uma peça digna dos maiores propugnadores do contrabando negreiro do espaço Atlântico, os redatores d’*O Nacional* argumentaram que “se os negros [leia-se, africanos] não tivessem compradores aos seus escravos, em vez de poupar as vidas dos inimigos lhes dariam a morte”. Em outras palavras, o



que se dava a entender, de forma declaradamente racista, é que a abolição ampliaria “a crueldade e o caráter sanguinolento dos negros [africanos], e até [su]a antropofagia”, visto que o “tráfico da escravatura, desafiando a cobiça daqueles bárbaros, tem feito menos frequentes estes horrores”. Além de propiciar mais humanidade à África, esse mesmo comércio era considerado benéfico para os próprios escravizados. Incorporando a ideologia do escravismo liberal brasileiro do século XIX, o jornal português questionou: “não existem no Brasil muitos negros livres e bem estabelecidos, vivendo dos seus ofícios e do seu negócio e indústria?”. Indicando que a vida dos africanos melhorava no Brasil, onde eles supostamente encontrariam liberdade e possibilidades de empreendedorismo, sugeria-se que o contrabando de escravizados era capaz até mesmo de civilizá-los – o que dentro dessa perspectiva era impossível no continente africano (*apud* Marques 1999, 256-257).

Diante de tamanhos males – tanto para os povos africanos como para o futuro do Império português –, a solução dada pelo *O Nacional* foi uma abolição gradual do tráfico negreiro, feita com base em um “método ilustrado [...] e indenizador”, que diferisse significativamente do modelo imposto pelo governo britânico. Essa solução, é importante frisar, não ficaria exclusivamente a cargo do governo de Lisboa, devendo incluir as demais nações que adquiriam escravos na costa africana. Como sentenciou o redator do jornal ainda em 1838, o comércio de africanos “deve extinguir-se, mas a pouco e pouco e à proporção que a indústria e o amor ao trabalho se for generalizando aos países que ora compram escravos”. Na disputa entre a oferta e a procura, mais valia direcionar as sanhas abolicionistas britânicas para os territórios americanos e jogar para um futuro indefinido o momento de supressão do comércio de africanos (*apud* Marques 1999, 259).

Com uma ou outra diferença, o discurso d’*O Nacional* foi replicado por outros periódicos portugueses em muitas oportunidades. Argumentos semelhantes são facilmente encontrados n’*O Athleta*, n’*O Constitucional*, n’*O Tempo* e em tantos outros órgãos setembristas, bem como em jornais de outras tendências políticas, como o cartismo e o miguelismo, que evidentemente se aproveitaram da situação para criticar o governo. Em que pesem as nuances e os direcionamentos, importa destacar que, a pressão britânica tirou a imprensa portuguesa de um certo marasmo com relação ao tráfico negreiro. De um tema pouco abordado, ele se transformou em um dos principais objetos de discussão dos redatores de jornal. Mas ao fazê-lo, abriu a oportunidade para que o espaço público lisboeta mostrasse sua face escravista, explicitada, por exemplo, na defesa de uma abolição gradual e nas narrativas sobre



a África e os africanos. Como veremos abaixo, a conjuntura no Brasil seria diferente, mas os discursos da imprensa apresentariam contornos semelhantes.

A imprensa brasileira e o *bill* Palmerston

Todo o processo envolvendo Portugal e Grã-Bretanha, desde as tentativas de aplicação do Decreto de 1836 nas colônias, foi acompanhado passo a passo pelos brasileiros. O *Jornal do Commercio*, principal periódico do país, foi o campeão de publicações, estampando, desde o início de 1839, o texto do *bill* Palmerston e inúmeras notícias sobre o tema, todas replicadas de periódicos estrangeiros, com especial destaque para *O Nacional* (Martins, 2024, p. 83-96).⁵ Além das implicações diretas para o desembarque clandestino de africanos no Império, o entrevero entre os países europeus interessava pela situação semelhante entre Brasil e Portugal no tocante a essa questão. Ambos os países haviam aprovado leis nacionais para abolir o tráfico que haviam se convertido em letra morta. No caso brasileiro, a situação era ainda mais grave: para além da lei de 7 de novembro de 1831, o Império estava descumprindo o tratado antitráfico de 1826-27, que havia estipulado o fim do comércio de africanos para o ano de 1830 (Parron, 2011, 41-103, Bethell, 2002, 85-112 e Mamigonian 2017, 58-89). Por tais razões, havia no Brasil o temor de que o endurecimento da política britânica de combate ao comércio de africanos não ficasse restrita às embarcações portuguesas. Para os contemporâneos, o Brasil foi visto ora como alvo indireto do *bill* Palmerston, ora como o próximo país a ser diretamente alvejado pela diplomacia da abolição britânica.

Tais receios tomaram conta dos brasileiros em um momento de importantes mudanças políticas. Em 1839, o Gabinete de 19 de setembro de 1837, responsável por levar adiante a “política do contrabando negreiro” no âmbito do Executivo, chegou ao fim por divergências entre Pedro de Araújo Lima, Regente e ministro do Império, e Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro da Justiça e principal representante dos interesses escravistas (Parron 2011, 121-178, e Mattos 2004, 164-165). Em 16 de abril de 1839 – portanto, pouco antes da aprovação do *bill* Palmerston –, um novo ministério formado por opositores da política regressista chegou ao

⁵ Cf. *Jornal do Commercio*, 26/01, 31/01, 16/04, 28/04, 29/04, 30/04, 22/05, 29/06, 30/06, 01/07, 16/07 e 24/09/1839. O texto do *bill* Palmerston está no último número citado. O *Sete d’Abril* publicou artigo sobre o tema em 30/01/1839. O *Despertador* estampou artigos de periódicos estrangeiros em 09/04, 12/07, 30/07 e 27/09/1839. Para os textos da imprensa portuguesa que saíram depois da aprovação do *bill* Palmerston, cf. Martins, 2024, p. 83-96.



poder. Capitaneado por Cândido Baptista de Oliveira, que acumulou as pastas da Fazenda e de Negócios Estrangeiros, o gabinete ainda contou com o senador Francisco de Paula Almeida e Albuquerque no Império e na Justiça, Jacintho Roque de Senna Pereira na Marinha e João Vieira de Carvalho (Conde de Lages) no ministério da Guerra.

Com o Gabinete de 16 de abril de 1839, a política do contrabando negro deixou, por algum tempo, de estar alocada no Executivo. Além de focar na política de importação de colonos, a nova administração decidiu retomar as conversas com a Grã-Bretanha no intuito de dar um fim efetivo ao comércio de africanos. Em junho de 1839, Cândido Baptista de Oliveira sugeriu ao plenipotenciário britânico no Rio de Janeiro, W. G. Ouseley, a negociação de um novo tratado antitráfico com base em três eixos: 1) a captura de negreiros brasileiros em alto mar passaria a ser “tarefa exclusiva de navios britânicos”, que levariam as embarcações para julgamento em jurisdição britânica (e não mais às comissões mistas estabelecidas pelo tratado de 1826-27); 2) o governo brasileiro se comprometeria a aplicar a lei de 7 de novembro de 1831 na sua área de jurisdição, o que incluía o mar territorial do país; e 3) os escravos libertados pelos dois países seriam transportados para uma colônia britânica. Em síntese, o que Cândido Baptista oferecia a Palmerston era praticamente o que ele havia arrancado dos portugueses à força. Dessa forma, não tardou para que um projeto de tratado começasse a ser negociado entre representantes brasileiros e britânicos (Bethell 2002, 248-250).

Enquanto as trocas de minutas diplomáticas transcorriam, uma série de transformações estava em marcha na imprensa do Rio de Janeiro. A primeira metade da década de 1830 havia sido caracterizada por uma significativa ampliação dos espaços públicos, propiciada pelo surgimento de muitos jornais desde a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831 (Morel 2005, 200-218). Nesse cenário, além do *Jornal do Commercio*, se destacaram uma série de veículos ligados aos chamados liberais moderados, que dominaram a política na primeira fase do Período Regencial (1831-1840). O maior expoente dessa corrente foi, sem sombra de dúvidas, a *Aurora Fluminense*, periódico dirigido pelo redator e deputado Evaristo Ferreira da Veiga, grande crítico do tráfico negro e até mesmo da escravidão. O predomínio desse jornal viria a ser questionado apenas no momento em que os moderados racharam por conta das reformas constitucionais, levando à formação dos chamados regressistas, núcleo duro do futuro partido conservador. Liderados por Bernardo Pereira de Vasconcelos, deputado e redator d’*O Sete de Abril*, esse grupo conquistou capital político defendendo a escravidão e o tráfico negro no Parlamento e na imprensa, até chegar ao poder em 1837. Desde então, os



regressistas dominaram as instituições estatais e os espaços públicos, imprimindo uma hegemonia política e discursiva que passava pela defesa do contrabando negreiro e pelo silenciamento das vozes discordantes na imprensa do Rio de Janeiro (Basile 2004, 29-109, 130-250 e 338-387, e Youssef 2021).

Ao contrário, portanto, do alheamento que permeava a imprensa portuguesa, no Brasil o debate público vivia, naquele momento, uma fase abertamente escravista. Situação que não foi suficiente para blindar os periódicos regressistas – mais ligados à defesa do contrabando negreiro – da mudança ministerial de 1839 e da forte retração que os espaços públicos sofreram na segunda metade da década de 1830 (Morel 2005, 200-218). No ano que ficaria marcado pelo *bill* Palmerston, *O Sete d’Abril* e *O Cronista*, outro importante periódico ligado ao Regresso, fecharam as portas. No lugar de ambos, passou a ser publicado *O Instincto* (1839-40), periódico que, como não poderia deixar de ser diferente, também emitiu discursos confessadamente favoráveis à continuidade do contrabando. Na outra ponta, o quadro jornalístico dos herdeiros políticos dos moderados também passou por transformações: o *Jornal dos Debates* já havia deixado de circular em 1838 e uma nova *Aurora Fluminense* (esta, sem a direção por Evaristo da Veiga) seguiu a mesma trilha em meados de 1839. Desde então, *O Despertador*, dirigido por Francisco de Sales Torres Homem, que mais tarde ficaria conhecido pela publicação d’ *O Libelo do Povo* (1848) – folheto de crítica ácida à monarquia –, passou a concentrar as vozes contrárias ao tráfico negreiro (Magalhães Júnior 2009, 7-123). Com essa espécie de centralização da imprensa de ambos os lados, os debates concentraram-se, de fato, entre *O Instincto* e *O Despertador*. No meio, permaneceu o *Jornal do Commercio*, que continuou publicando notícias vindas da Inglaterra e de Portugal, com seu redator pouco se pronunciando sobre o tema. Em meio às divergências e as disputas políticas da época, os três órgãos condenaram, cada um a seu modo, a atitude tomada pelo governo londrino.

Sem sombra de dúvidas, *O Instincto* foi o jornal que adotou o discurso mais anglofóbico desde que as notícias do *bill* Palmerston aportaram em terras brasileiras. O redator do periódico conservador aproveitou o ensejo da medida britânica para recuperar o projeto de anulação da lei de 7 de novembro de 1831, criticar o Gabinete de 16 de abril de 1839 e desmascarar a filantropia britânica. Sobre o primeiro ponto, é notável uma das maiores marcas do redator d’ *O Instincto*: o vocabulário empregado em seus textos. No jornal, poucas vezes o comércio de africanos foi classificado como contrabando ou tráfico. Geralmente, os termos usados oscilaram entre “colonização de africanos”, que buscava aproximar o contrabando à importação de



colonos europeus, e “resgate de negros”, que apontava para as benesses da vinda dos africanos ao Brasil. Tal qual visto n’*O Nacional*, *O Instincto* defendeu que o “filantrópico resgate dos pretos cativos em África” melhorava a vida dos africanos transportados ao Novo Mundo. Do outro lado do Atlântico, eles não estariam mais submetidos à “guerra entre as diversas tribos africanas” e “ao estado bárbaro e atrasado” de suas sociedades, pois não seriam mais assassinados ou sacrificados “horrorosa e barbaramente”, como em sua terra natal.⁶

Em segundo lugar, o redator d’*O Instincto* pregou que, para os brasileiros livrarem-se do trabalho dos africanos, haveria só duas saídas: empregar máquinas na agricultura ou recorrer a braços europeus. O problema, a seu ver, é que nenhuma dessas alternativas era viável nas condições brasileiras. Com relação às máquinas, pensava que elas poderiam até moer a cana, mas não fazer o resto do serviço. “Pode-se moer com engenhos à vapor”, questionava, “mas nesse não estão empregados os braços dos escravos”. “Poder-se-á meter na terra a planta do café e colher os bagos por meios de máquinas?”. A resposta, evidentemente, era negativa, como demonstrava o exemplo da Grã-Bretanha, que “tanto açúcar produz na Índia”, mas “não pode ainda dispensar os braços para esse trabalho”. Já, em relação à colonização, o redator ressaltava não haver meios para promovê-la. Mesmo se ela fosse possível, não resolveria o problema da mão de obra, visto que os europeus não se sujeitariam a trabalhar 12 horas ao dia por um “módico salário” no clima tropical. Caso aceitassem, abandonariam seus empregadores logo que soubessem da possibilidade de aumentar seus rendimentos em outros lugares. Além disso, ressaltava a dificuldade de transportar trabalhadores:

Iremos buscar colonos à França, à Inglaterra, a Portugal, e à Suíça? Nesses Estados é vedada a colonização em massa: iremos à Alemanha, à Itália ou à Rússia? Não sabemos que leis há a semelhante respeito nesses Países, mas demos de barato que aí poderíamos obter colonos, isto é, homens avessos ao trabalho, de bons costumes; que número seria necessário mandar vir para o Brasil, a fim de substituir os escravos hoje empregados? E quando não seja pra esse fim; que número seria preciso para equiparar-se aos africanos que entram anualmente no Império? E haveria na Europa algum país que permitisse tão enorme desfalque em sua população?⁷

Tais impeditivos levavam os brasileiros a não se oporem à entrada de africanos no território nacional. Pelo contrário, a “opinião do País” já havia dado provas de que todos “a protegem e promovem duma maneira eficaz” contra a lei de 7 de novembro de 1831. “Se percorrermos o imenso litoral”, escreveu, “vemos quase todos os dias desembarcarem-se

⁶ *O Instincto*, 12/11/1839.

⁷ *O Instincto*, 27/03/1840.



africanos, e auxiliado o desembarque pela população inteira, que corre para os pontos, onde se refazem de braços, que exige o progresso de nossa lavoura, e de todas as indústrias”. O fato fazia com que os brasileiros merecessem “as bênçãos de todos os amigos da Humanidade” e levava o redator d’ *O Instincto* a entender que o “Brasil dependerá sempre deste tráfico para o progresso de sua agricultura”. Nesse sentido, o comércio de africanos não deveria acabar em decorrência de uma legislação que não levasse em consideração as vontades da sociedade. Seu fim se daria quando os habitantes do país recusassem, por seu “interesse particular”, a comprar mais escravizados. Reafirmando seu ponto de vista, o redator concluiu em tom profético: “hoje africanos e mais africanos, [amanhã] nossos netos farão o que os tempos e as necessidades reclamarem”.⁸

Se o fim do tráfico negreiro estava muito distante, ele merecia receber “mui particular atenção do Governo”, sobretudo graças à sua “magnitude e influência na riqueza e na civilização do Brasil”. Assim, ao invés de negociar um novo tratado antitráfico, como vinha fazendo o novo gabinete moderado formado em 16 de abril de 1839, *O Instincto* propôs ao governo imperial que ele solicitasse à Grã-Bretanha a legalização “do resgate dos negros, cativos em África, ainda que só por dez anos”. O redator do jornal desafiou os novos ministros a não se acovardarem frente aos “discursos e projetos desses Palmerstons”, prometendo saudá-los “se tal benefício consegu[iss]em ao Brasil”.⁹ Como sabia que a proposta não seria levada adiante, continuou cobrando o novo governo:

Que fazem nossos Ministérios que não declaram guerra ao Pirata Gabinete Inglês? Receiam que a causa da Justiça sucumba?! Não é patente a todo o Mundo a flagrante violação que ele acaba de fazer do Direito das Gentes, a solene consagração do horroroso dogma de que a força é a única Lei das Nações, e que o mais forte pode tratar de menor ao fraco, até mesmo subordiná-lo?! Não se vê como, por ser mais forte que Portugal, o Gabinete Pirata manda deter, visitar e capturar as embarcações portuguesas que transportam colonos africanos para o Brasil?! Uma tal Potência que tanto abusa dos mais sagrados direitos pode manter-se?!¹⁰

Em pura retórica, o redator do jornal regressista solicitou aos novos ministros que declarassem “guerra ao Gabinete Pirata, embora dela nos possam resultar duríssimos padecimentos”. *O Instincto*, escreveu, “prefere a guerra com todas as suas consequências a uma agonia lenta e ignominiosa, como a que tem de preceder à morte do Brasil”. Adotando essa

⁸ *O Instincto*, 05/11, 19/11/1839 e 07/04/1840.

⁹ *O Instincto*, 08/10/1839.

¹⁰ *O Instincto*, 22/10/1839.



linha, criticou Cândido Baptista de Oliveira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, por ele ter iniciado conversas com os governantes britânicos a respeito do combate ao tráfico negro para o Brasil. A seus olhos, tal atitude fazia com que o governo brasileiro se tornasse “escravo *dessa influência permanentemente maligna, constantemente hostil, infensa à ordem e tranquilidade pública*, que o engenhoso Deputado Sr. Limpo de Abreu, para *materializá-la*, designou por CABEÇA DE MEDUZA [Inglaterra]!”. Dessa forma, o governo atual deixava de atender “aos justos clamores de todos os Brasileiros contra os atentados do GOVERNO PIRATA”.¹¹

Enquanto se aproveitava politicamente do ocorrido, o redator d’*O Instincto* também atacou a Grã-Bretanha por sua pretensa humanidade. Inicialmente, acusou-a de ter sido “a Nação que mais se empenhou no tráfico da escravatura”. Em seguida, enumerou uma série de exemplos que faziam alusão à atitude dos britânicos com relação a outros povos. O primeiro deles fez referência à presença inglesa na China e à Guerra do Ópio, que transcorria naquele exato momento. Forçando uma aproximação com a situação criada pelo *bill* Palmerston, o redator afirmou que, a despeito do monarca chinês ter declarado “contrabando o comércio de ópio”, o produto era “ali importado com transgressão” pelos súditos da rainha da Inglaterra. Sem deixar de explorar as contradições do fato, o redator emendou:

Esse mesmo GOVERNO PIRATA julga consoante com a razão e com a justiça a importação do ópio, de um veneno estragador, que ceifa tantas vidas na China, e vidas de seres mais perfeitos que os africanos, e vidas que ele devia respeitar, se culto sincero rendesse à hospitalidade, à Justiça e à Divindade. É crime, na opinião do Gabinete inglês, salvar os africanos de uma morte certa e atroz [...], é crime que deve ser punido, postergadas as leis das Nações! Não é porém crime, é virtude, e filantropia faltar à palavra, violar a hospitalidade, introduzindo ópio, veneno mortal, para matar os hóspedes generosos que acolhem os súditos da Grã-Bretanha!!! Quem acreditará em tal Governo?! Quem não bramirá de raiva contra sua má fé e abusivo procedimento?! Quem não procurará extinguir, por todos os meios esse escândalo do Universo?!...¹²

O segundo exemplo veio da Índia, onde o governo britânico foi incriminado pelo redator por “presenciar e aplaudir [...] o bárbaro costume de se queimarem vivas, as mulheres dos que morrem”. Mais próximos geograficamente dos ingleses, os irlandeses não foram esquecidos. Aludindo ao ditado que diz que a “caridade bem entendida começa por casa”, o redator d’*O Instincto* foi assertivo ao dizer que os irlandeses morriam de fome. Para comprovar seu argumento, traduziu e publicou um trecho do livro intitulado *A Irlanda social, política e*

¹¹ *O Instincto*, 29/10 e 12/11/1839.

¹² *O Instincto*, 12/11/1839.



religiosa, de M. Gustavo de Beaumont. A obra pintava o país do Reino Unido como um lugar miserável, onde “perto de três milhões de indivíduos [...] estão sujeitos a cair todos os anos em penúria absoluta”, afora os “milhões de desgraçados que não são contados porque não morrem de fome”. Novamente, a contradição dos princípios ingleses foi ressaltada, já que, mesmo estando diante de seus olhos, os súditos da rainha não eram sequer merecedores de “uma lágrima para tanta miséria”, enquanto os distantes africanos recebiam todas as atenções do humanitarismo britânico.¹³

O caso foi tão explorado que mereceu até uma publicação especial por parte d’ *O Instincto*, intitulada “Uma lágrima aos Irlandeses”. Breve, ela resumiu-se à citação de outro trecho do mesmo livro de Beaumont, que comparava a condição dos irlandeses à dos índios americanos e dos negros africanos. Vale tomá-la na íntegra:

“Eu vi o Índio em suas florestas, e o negro em seus ferros, e pensei, contemplando sua condição digna de comiseração, que via o último termo da miséria humana: não conhecia ainda a sorte da pobre Irlanda. Como o Índio, o Irlandês vive pobre e nu; mas no seio duma Sociedade que se apraz com o luxo, e honra a riqueza. Como o Índio, o Irlandês vive desporvido do bem estar material que dão a indústria humana e o comércio das Nações; mas vê uma parte de seus semelhantes gozar desse bem-estar a que ele não pode aspirar. No meio da maior penúria, o Índio conserva certa independência que tem atrativos e dignidade, posto que indigente e esfaimado, é livre em seus desertos, e o sentimento que tem dessa liberdade adoça seus sofrimentos: o Irlandês sofre a mesma penúria, sem ter a mesma liberdade; está sujeito a regras, a obstáculos de toda a espécie; morre de fome e tem leis; triste condição que reúne os vícios da Civilização aos da Natureza selvagem! Sem dúvida o Irlandês que quebrou seus ferros, e tem fé no futuro, é menos de lástimas do que o Índio e do que o escravo negro. Entretanto HOJE não tem nem a liberdade do selvagem, nem o pão da servidão”.¹⁴

Como a filantropia dos britânicos era tida como falsa, incapaz de mirar até mesmo para aqueles que os circundavam, o redator do jornal regressista expressou quais seriam os verdadeiros interesses da potência mundial, em clara sintonia com *O Nacional*. O primeiro consistiria no extermínio das embarcações dos demais países para “animar a sua própria Marinha com as valiosas presas, que resultam de seus cruzeiros”. O segundo seria a aniquilação de seus concorrentes, produtores de gêneros tropicais, no mercado mundial. “Nenhum brasileiro ignora”, emendou, que a intenção da Inglaterra seja “matar nossa indústria para excluir de todos os mercados do Mundo nossos preciosos produtos”. Sem a competição do café brasileiro e das outras marinhas do espaço atlântico, restaria apenas ao governo britânico “apoderar-se dos

¹³ *O Instincto*, 19/11/1839 e 10/03/1840.

¹⁴ *O Instincto*, 13/03/1840.



domínios portugueses da África, e deixar que se degolem os pretos ali cativos”. Com isso, adviria tanto a ruína de Portugal como a do Brasil, dando razão ao dito que afirmava que “AS ÁGUAS DO TEJO E AS DO AMAZONAS CORREM, PORQUE A INGLATERRA O QUER!!”¹⁵

Esse radicalismo d’*O Instincto* não chegou a contaminar plenamente seu principal rival na época: *O Despertador*. Antes de criticar a atitude tomada pela Grã-Bretanha, o redator desse periódico tratou de deixar claro seu posicionamento a respeito do tráfico negreiro. O contrabando, segundo ele, era “uma vergonha às gerações presentes, que desmente o progresso da civilização atual, e não deve existir no século XIX”. Caso os fins pudessem validar os meios, “o governo e o parlamento britânicos seriam justificados, na adoção dessa medida inaudita”. Todavia, como o ditado não correspondia à verdade, “os fins justos não legitimam os meios mais violentos e iníquos, ainda que sejam os únicos eficazes”. Para Francisco de Sales Torres Homem, esses meios significavam um “atentado contra a nacionalidade” portuguesa, pois consistiam em uma “manifesta infração daquele princípio, em que assenta o direito geral das nações”. Eles eram tão contrários ao direito internacional que justificavam a constituição de uma coligação de todos os países para fazer, “com toda a energia”, oposição à Inglaterra – proposta que não diferia substancialmente de uma que *O Instincto* apresentou na edição de 15 de outubro de 1839.¹⁶

Desde o início, Torres Homem adotou a defesa integral do governo português nas páginas de seu jornal. Para ele, Sá da Bandeira “sempre se prestou a celebrar o mencionado tratado” e “só as exorbitantes exigências do governo britânico é que obstaram a sua final conclusão”. Tentando corroborar sua versão, o redator privilegiou a publicação de artigos extraídos de jornais lusitanos e de documentos oficiais produzidos por estadistas da ex-metrópole. Nessa leva, apareceram, na sequência, o “Discurso do Sr. barão da Ribeira de Sabrosa” (sucessor de Sá da Bandeira no governo português), um texto que elogiava a figura do Marquês de Pombal – apresentado como exemplo de político que havia enfrentado a Inglaterra e acabado com a escravidão – e a circular que o mesmo Sabrosa havia enviado aos governos europeus signatários do Congresso de Viena. Começado o ano de 1840, foram publicados um resumo da história das negociações estabelecidas entre os dois países, os artigos “A mudança de ministério em Portugal” e “Plano de ocupação de nossas possessões”, além de extratos de debates da Câmara

¹⁵ *O Instincto*, 26/11, 19/11/1839 e 06/03/1840.

¹⁶ *O Despertador*, 04/10/1839.



dos Deputados lusitana e do opúsculo *O tráfico da escravatura, e O Bill de lord Palmerston*, redigido por Sá da Bandeira.¹⁷

Ao optar por não redigir mais nenhum artigo de seu próprio punho sobre o tema, Torres Homem acabou deixando o tráfico negreiro em segundo plano, fixando-se mais no imbróglio diplomático entre Portugal e Grã-Bretanha. Dessa maneira, acabou adotando a mesma tática do *Jornal do Commercio*, que apenas publicava textos estrangeiros sobre o fato, trazendo ao público leitor os debates ocorridos nos parlamentos britânico e português, além de artigos de jornais europeus sobre o *bill* Palmerston. Da mesma forma que *O Despertador*, o *Jornal do Commercio* também publicou integralmente o opúsculo de Sá da Bandeira, estampando por diversas vezes um anúncio sobre a venda da obra por 500 réis – preço não muito elevado para um livro levando-se em consideração que um exemplar do periódico custava 160 réis.¹⁸

O problema é que, com isso, ambos os periódicos, ao invés de combaterem a continuidade do tráfico negreiro, acabaram reafirmando postulados que foram ventilados n’ *O Instincto* e n’ *O Nacional*. Assim, depreciaram a política britânica de combate ao tráfico no mesmo molde dos regressistas. A começar pelo opúsculo de Sá da Bandeira, publicado nos dois jornais. Nele, o estadista português afirmou que a Inglaterra transportava o ópio indiano “por contrabando para a China, aonde esta droga, segundo os éditos do Governo daquele império, vai cada ano envenenar milhões de pessoas”.¹⁹ Em outro momento, *O Despertador* também estampou um texto assinado por “Um Português”, que combatia o domínio britânico sobre seu país, rebatendo as afirmações de que “A INGLATERRA GOVERNARÁ PORTUGAL COMO SUA COLÔNIA DE BARBADOS” e de que “O TEJO NÃO OUSARÁ LEVAR SUAS ÁGUAS AO OCEANO, SE A INGLATERRA NÃO O CONSENTIR”.²⁰

Ainda na mesma linha, *O Despertador* republicou uma notícia d’ *O Nacional*, que descrevia a condição precária dos irlandeses. Segundo o texto, “a fome faz espantosos

¹⁷ *O Despertador*, 09/12, 10/12, 29/04, 30/04/1839 e 19/01, 04/02, 01/03, 26/03, 28/03, 31/03, 02/04, 04/04, 06/04, 08/04, 10/04, 11/04, 13/04, 15/04, 18/04, 19/04, 03/06, 04/06, 05/06/1840. Cf., também, Visconde de Sá da Bandeira. *O tráfico da escravatura, e O Bill de lord Palmerston*. Lisboa: Typographia de José Baptista Morando, 1840, disponível no endereço http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00258800/002588_COMPLETO.pdf.

¹⁸ *Jornal do Commercio*, 30/09, 10/10, 15/10, 16/10, 18/10, 19/10, 11/11/1839, 03/04 e 04/05/1840. O opúsculo de Sá da Bandeira saiu nas edições de 08/04, 09/04 e 10/04/1840 enquanto o anúncio de venda da obra foi publicado pela primeira vez em 05/04/1840.

¹⁹ Visconde de Sá da Bandeira. *O tráfico da escravatura*, p. 6. O redator d’ *O Despertador* estava tão próximo da interpretação criada pelos jornais portugueses que seus escritos acabaram repercutindo do outro lado do Atlântico, sendo, inclusive citado por Sá da Bandeira em seu opúsculo (cf. p. 35).

²⁰ *O Despertador*, 18/10/1839.



progressos” em alguns municípios do país, a ponto de forçar alguns camponeses a “implorar a caridade pública” e se alimentarem de sangue bovino, algas marinhas e pequenas conchas para não morrerem de fome. “Alguns meninos”, continuava, “têm passado 24 horas sem comer mais que a má erva dos campos. Famílias inteiras têm estado dois dias sem comer, e no meio dessas espantosas misérias *se apresentam os cobradores das contribuições, e as cobram sem compaixão alguma*”. Como se pode notar, sem qualquer menção ao tráfico transatlântico de africanos, a humanidade britânica é questionada na medida em que os habitantes do Reino Unido são tidos como incapazes de demonstrar misericórdia pelos famintos que compõem sua própria união política.²¹

D’*O Nacional* também sairia um artigo que questionava as reais intenções da filantropia britânica. O mote do texto era se o governo de Londres “quer ou não apossar-se de nossas colônias, se os seus protestos de filantropia, no empenho de acabar com o tráfico, são sinceros ou evidentemente partidos e desleais”. A resposta, por suposto, residia no desmerecimento da política britânica, visto que acusava o gabinete de Palmerston de lançar “olhos de inveja para as nossas possessões ao norte da linha [do Equador], para S. Tomé, Cabo Verde, Bissau e Cacheu”. Segundo o periódico lusitano, os britânicos propõem a “ocupação imediata” dessas ilhas “para levar mais eficazmente a efeito a perseguição dos cruzeiros dessa nação [Inglaterra] contra as embarcações portuguesas”. Com isso, logo teria fim o “crime imperdoável” dos portugueses: “ganhar-se dinheiro em nossas possessões” e levar a fama de “bárbaros” e de “traficantes de negros”. Todavia, bastaria os ingleses tomarem posse das colônias portuguesas para se ver

como o crime se torna virtude, como de vender negros na baía do Rio de Janeiro os Ingleses passam a coalhar os mares com moios de escravos e a fornecer as roças de todo o Brasil e de toda a América. As considerações de humanidade se tornarão todas favoráveis aos seus negócios: dirão que levam ao Brasil os pretos prisioneiros nas guerras dos sertões, para evitar que morram às mãos dos vencedores. Assim se tornarão os benfeitores da humanidade. Quanto a nós, seremos sempre os odiosos traficantes de carne humana.²²

Após a publicação desse discurso, não surpreende que, em seguida, tanto o *Jornal do Commercio* como *O Despertador* tenham estampado em suas páginas as duas principais propostas dos regressistas. Sem nenhum comentário, o primeiro periódico publicou uma

²¹ *O Despertador*, 18/10/1839.

²² *O Despertador*, 04/02/1840.



representação da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro que solicitava a revogação da lei de 7 novembro de 1831. Poucos dias antes, Torres Homem havia inserido em seu jornal uma representação da Assembleia Provincial de Minas Gerais requerendo a anulação do mesmo dispositivo legal.²³ Em ambos os casos, fica patente como o *bill* Palmerston reforçou a hegemonia dos regressistas nos espaços públicos do Rio de Janeiro. Em um contexto no qual os discursos antiescravistas eram cada vez mais raros, a atitude do governo londrino fez com que até mesmo os periódicos inclinados a combater o tráfico transatlântico de africanos aderissem às propostas dos defensores do contrabando. Dessa maneira, o Brasil adentraria o Segundo Reinado (1840-1889) sob o signo do contrabando negreiro. Por mais que não fosse propriamente uma *gag rule* (lei da mordaça), que vigorava nos Estados Unidos na mesma época, tornou-se bastante difícil para os contemporâneos criticar abertamente o tráfico transatlântico de africanos na imprensa.

Frente a esse cenário, as condições políticas para a negociação de um novo tratado entre Brasil e Grã-Bretanha se esvaíram completamente. O sucessor de Cândido Baptista no ministério dos Negócios Estrangeiros, Caetano Maria Lopes da Gama, desistiu de levar adiante as negociações com o plenipotenciário britânico, ciente de que uma nova convenção jamais passaria pela Câmara dos Deputados, ainda mais nos termos propostos pelo seu antecessor (Bethell 2002, 250-251). No cálculo político, deve ter pesado também a situação da imprensa, tendo em vista que um novo tratado geraria grande oposição ao gabinete nos espaços públicos do Rio de Janeiro, dominados por interesses escravistas.

A questão é que manter o estado de coisas evitava turbulências imediatas, mas não solucionava o problema do contrabando negreiro, muito menos as contendas diplomáticas com a Grã-Bretanha. Ciente disso, Palmerston começou a articular, em correspondência com Ouseley, as próximas ações com relação ao Brasil. A “única” solução que lhe parecia “eficaz” naquele momento era “o emprego, ou talvez a mera exibição, de força da nossa parte” – no caso, “a força naval” (Bethell 2002, 250). Em que pese o desejo estampado na correspondência diplomática, a escalada da pressão britânica sobre o Brasil não viria a acontecer durante a administração Palmerston. Está aí, contudo, o embrião de uma política que desembocaria, em 1845, no chamado *bill* Aberdeen, instrumento jurídico britânico que classificou o tráfico de escravos para o Brasil como pirataria e autorizou a *Royal Navy* a apreender negreiros em águas

²³ *Jornal do Commercio*, 01/04/1840; e *O Despertador*, 21/03/1840.



brasileiras. Frequentemente, esse dispositivo de 1845 é visto pela historiografia exclusivamente pela dimensão do Estado – isto é, como uma decisão motivada apenas por avaliações políticas feitas por homens que ocupavam postos de poder. No entanto, os apontamentos feitos acima sugerem que suas razões também devem ser buscadas nas relações entre Estado e sociedade, tanto no Brasil como na Grã-Bretanha. A sociedade, via imprensa e outros meios de comunicação, foi parte constituinte de uma disputa que opôs aqueles que queriam universalizar o modelo de sociedade liberal dos britânicos àqueles que desejavam um modelo de civilização calcado no cativo e na despossessão de milhões de africanos de seus territórios de origem.

Considerações finais

O *bill* Palmerston teve uma série de repercussões no Brasil. Um delas foi econômica. Entre finais da década de 1830 e início da de 1840, a produção cafeeira vivia um período de estabilidade depois de quase triplicar em menos de 10 anos. Em 1838, o Império exportou quase 74.500 toneladas métricas de café, número que atingiu a marca aproximadamente 81.500 em 1839, até registrar uma leve queda nos dois anos seguintes: 78.660 em 1840 e pouco mais que 78.000 em 1841. A recuperação, no entanto, viria em 1842, com mais de 82 mil toneladas métricas exportadas (Clarence-Smith e Topik 2003, 432). Se está claro que esses números não possuem relação direta com o *bill* Palmerston, fato é que os senhores brasileiros tiveram que conviver a partir de finais de 1839 com uma redução da oferta de escravos. Em 1838 e 1839, o comércio transatlântico de africanos bateu recordes históricos, alcançando respectivamente as marcas de 52.872 e 55.832 escravos contrabandeados. Mas sob efeito do *bill* o volume do comércio ilegal caiu pela metade. Depois de baixar para 36.546 africanos em 1840, o tráfico atingiu a marca de 26.720 em 1841 e de 25.155 no ano seguinte – redução particularmente sentida nos portos próximos à região cafeeira.²⁴ Em suma, numa conjuntura de estabilidade da cafeicultura, os senhores de escravos tiveram que lidar, graças ao *bill* Palmerston, com uma restrição da oferta de africanos que provavelmente impactou o crescimento produtivo dos anos seguintes.

Os dados acima também indicam que o sistema repressivo naval dos britânicos teve certa eficácia, obstaculizando boa parte do comércio de africanos no Atlântico sul. Isso, no

²⁴ Dados retirados de www.slavevoyages.org. Acesso em 20/06/2024.



entanto, teve um custo político. Tal qual as revoltas escravas na década de 1830, o *bill* Palmerston levou os defensores do cativo no Brasil a cerrarem ainda mais suas fileiras em torno da “política do contrabando negreiro”. Nesse movimento, que fez parte da constituição dos senhores de escravos como classe, a Grã-Bretanha converteu-se no inimigo externo, aquele que atentava contra a soberania e os interesses brasileiros, ameaçando sua independência e seu desenvolvimento (Mattos 2004).

O que importa ressaltar para o presente artigo é que a imprensa foi fundamental para que essa amarra discursiva tivesse capilaridade social. Como veículos responsáveis pela intermediação entre Estado e sociedade, os jornais transformaram-se em porta-vozes de discursos que criaram determinados consensos. Para tanto, o *bill* Palmerston foi essencial. Ao ser adotado em um momento de pleno desenvolvimento da política do contrabando negreiro no Império do Brasil, ele se tornou um elemento fundamental para o fortalecimento de um consenso escravista nos espaços públicos do país. Mesmo os poucos que naquele momento ousavam se posicionar contra o contrabando negreiro se viram na necessidade de criticar a Grã-Bretanha, reforçando postulados de seus opositores. Dessa forma, a imprensa tornou-se uma das grandes responsáveis pelo Brasil ter reforçado seu projeto escravista na década de 1840. No país todo africano que se desenhava na macropolítica imperial, a tinta das prensas não foi usada apenas para imprimir as páginas dos jornais. Ao fim e ao cabo, ela também serviu para marcar o destino de milhares de africanos envolvidos de forma perversa naquele que ainda é o maior crime da história brasileira – e quiçá, do mundo.

Jornais consultados

O Despertador

O Instincto

Jornal do Commercio

O Sete d’Abril

Bibliografia

Alexandre, Valentim. 1991. “Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-1851)”. *Análise Social*, quarta série, vol. 26, n. 111: 293-333.

Basile, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Imperial*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.



- Bethell, Leslie. 2002. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869*. Brasília: Senado Federal.
- Berbel, Márcia, Marquese, Rafael, e Parron, Tâmis. 2015. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Fapesp/ Hucitec.
- Blackburn, Robin. 2011. *The American Crucible: Slavery, Emancipation and Human Rights*. London: Verso.
- Capela, José. 1987. *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico de escravatura, 1810-1842*. Porto: Afrontamento.
- Clarence-Smith, William Gervase e Topik, Steven. 2003. *The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Drescher, Seymour. 2002. *The mighty experiment: free labour versus slavery in British emancipation*. Oxford: Oxford University Press.
- Ferreira, Roquinaldo. 2012. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Luanda: Kilombelombe.
- Guizelin, Gilberto da Silva. 2013. “A abolição do tráfico de escravos no Atlântico Sul, Portugal, o Brasil e a questão do contrabando de africanos”. *Almanack*, n. 5, 1º semestre: 123-144.
- Marques, João Pedro. 1999. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Marquese, Rafael e Tomich, Dale. 2009. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: *O Brasil Imperial: volume 2 (1831-1870)*, organizado por Keila Grinberg e Ricardo Salles, 341-383. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Magalhães Júnior, Raimundo. 2009. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Mamigonian, Beatriz. 2017. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Martins, Victor Henrique Simonselos. *A repercussão do Bill Palmerston na imprensa brasileira em 1839*. Dissertação de Mestrado: UFG, 2024.
- Mattos, Ilmar R. de. 2004. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec.
- Morel, Marco. 2005. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec.
- Murray, David. 1981. *Odious Commerce: Britain, Spain and the abolition of the Cuban Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Parron, Tâmis. 2011. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Tomich, Dale. 2011. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp.
- Youssef, Alain El. 2016. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: Fapesp/ Intermeios.
- Youssef, Alain El. 2021. “A imprensa e a reabertura do tráfico transatlântico de africanos para o Brasil, 1831-1840”. *Tempo*, vol. 27., n. 2 (maio-ago.): 229-246.



**SARAIVA, COTEGIPE E A LEI DOS SEXAGENÁRIOS: DOIS PRESIDENTES DO
CONSELHO DE MINISTROS DO IMPÉRIO DO BRASIL NAS PÁGINAS DA
IMPrensa ILUSTRADA OITOCENTISTA DO RIO DE JANEIRO**
SARAIVA, COTEGIPE AND THE LAW OF THE SEXAGENARIANS: TWO
PRESIDENTS OF THE COUNCIL OF MINISTERS OF THE EMPIRE OF BRAZIL ON
THE PAGES OF THE NINETEENTH CENTURY ILLUSTRATED PRESS OF RIO DE
JANEIRO

ARISTEU LOPES¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar as ilustrações da imprensa ilustrada oitocentista do Rio de Janeiro que abordaram a gestão de dois Presidentes do Conselho de Ministros do Império do Brasil. O primeiro, José Antônio Saraiva, político vinculado ao Partido Liberal, governou entre os meses de maio e agosto de 1885. O segundo, o seu sucessor, João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, do Partido Conservador, ocupante do cargo entre agosto de 1885 e março de 1888. A pesquisa se desenvolveu em dois periódicos: *Revista Ilustrada* e *O Mequetrefe*, que abordaram as presidências a partir da produção de imagens humorísticas e críticas, notadamente sobre a Lei dos Sexagenários.

Palavras-chave: Presidência do conselho de ministros do império do Brasil; imprensa ilustrada; humor; lei dos sexagenários.

Abstract

*The present article aims at analyzing the illustrations of the nineteenth century illustrated press from Rio de Janeiro that approached the management of two Presidents of the Council of Ministers of the empire of Brazil. The first one, José Antônio Saraiva, a politician linked to the Liberal Party, ruled between the months of May and August of 1885. The second, his successor, João Maurício Wanderley, the Baron of Cotegipe, of the Conservative Party, holder of the position between August 1885 and March 1888. The research was carried out in two journals: *O Mequetrefe* and the *Revista Ilustrada*, which approach the presidencies based on the production of humorous images and criticisms, notably about the Law of the Sexagenarians.*

Keywords: Presidency of the council of ministers of the empire of Brazil; illustrated press; humor; law of the sexagenarians.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: aristeuufpel@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0897-5331>.

Considerações iniciais

Os periódicos ilustrados veiculados no Brasil oitocentista tinham por mote apresentar aos leitores e leitoras ilustrações humorísticas do seu tempo. Um conjunto significativo da abordagem de suas páginas foi direcionado para a política imperial. Esses jornais, de circulação semanal, alcançaram notoriedade, em especial, nas três últimas décadas do século XIX, no Rio de Janeiro, centro político do Império do Brasil. Entre outros, destacaram-se: *Lanterna Mágica* (1844), *Semana Illustrada* (1860-1876), *A Vida Fluminense* (1868-1875), *O Mosquito* (1869-1877), *O Mequetrefe* (1875-1893), a *Revista Illustrada* (1876-1898) e *Don Quixote* (1895-1903).²

Esses periódicos acompanharam momentos importantes da política brasileira. A Guerra do Paraguai, ocorrida de 1864 a 1870 (Silveira, 1996; Toral, 2001), o surgimento do movimento republicano, em 1870, e a Proclamação da República, em 1889 (Autor), o crescimento do movimento abolicionista nos anos 1880 e a Abolição dos escravizados, em 1888 (Balaban, 2009) e a vida política de Dom Pedro II (Schwarcz, 1998) constituem exemplos de temas que surgiram nas páginas dos periódicos ilustrados.

Grande parte da cobertura desses temas foi acompanhada a partir da produção de ilustrações referentes aos Presidentes do Conselho de Ministros, fosse em situações elogiosas — como nas páginas da *Semana Illustrada* dedicadas, por exemplo, ao Duque de Caxias (ocupou o cargo por três vezes, entre 1856 e 1857, 1861 e 1862 e 1875 e 1878) — ou com uma crítica contundente — como demonstram as ilustrações caricaturais do Presidente Lafayette Rodrigues Pereira (1883-1884), que constantemente surgia nas páginas da *Revista Illustrada* com os olhos esbugalhados.

Os Presidentes do Conselho de Ministros eram “os agentes do poder executivo, cujo titular era o Imperador, que tinha total liberdade em escolhê-los” (Carvalho, 1996, p. 49). Os ministros compunham um Gabinete que deveria desempenhar as funções administrativas do Império, enquanto o Imperador desempenhava o Poder Moderador, o que lhe dava plenos direitos para demitir o presidente e convocar outro para formar um novo Gabinete. Após a criação do cargo de Presidente, em 1847, o Imperador passou a escolher apenas o presidente que deveria selecionar seus auxiliares, constituindo, então, o Gabinete formado por sete membros (Carvalho, 1996, p. 49).

As mudanças constantes no cargo de Presidente do Conselho de Ministros, levavam a

² Sobre a história da imprensa ilustrada no Brasil, consultar: (Lima, 1963; Lustosa, 1989; Lemos, 2001).

uma certa alternância entre os dois partidos monárquicos, o Partido Liberal e o Partido Conservador. Desde o final dos anos 1860, com a queda do Gabinete Zacarias, os conservadores se mantiveram no poder ao longo dos anos 1870. No entanto, os liberais retornaram a ocupar o principal cargo político do Império no final dessa década e se mantiveram no poder até meados dos anos 1880.

O presente artigo tem por propósito analisar as ilustrações de dois Presidentes do Conselho de Ministros: José Antônio Saraiva, do Partido Liberal, que governou entre os meses de maio a agosto de 1885, e o seu sucessor João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, do Partido Conservador, ocupante do cargo de agosto de 1885 a março de 1888. Durante as gestões desses presidentes, foi discutida e sancionada a Lei dos Sexagenários, em 28 de setembro de 1885³, que concedia liberdade aos escravizados com 60 anos ou mais. Como foi um projeto debatido e aprovado na Assembleia Geral Legislativa na gestão do primeiro e promulgado logo após a ascensão do segundo, passou a ser conhecido como Lei Saraiva-Cotegipe. Esse é o tema que surgiu nas ilustrações dos periódicos *Revista Illustrada* e *O Mequetrefe*, que serão abordadas na sequência. Os desenhos demonstram como os assuntos políticos eram considerados relevantes pelos periódicos, sem perder, contudo, a crítica e a sua verve humorística.

Os periódicos

A *Revista Illustrada* e *O Mequetrefe* acompanharam as gestões dos dois Presidentes, Saraiva e Cotegipe, sem descuidar da defesa da abolição da escravatura, campanha que havia se tornado presente no cotidiano do Império nos anos 1880. Tania de Luca ressalta que, ao trabalhar com jornais, é necessário “ter em vista que a grande variação na aparência, imediatamente apreensível pelo olhar diacrônico, resulta da interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelos periódicos” (Luca, 2006, p. 132). Os dois jornais selecionados fazem parte de um dos momentos da imprensa brasileira demarcado pela produção de publicações em pequeno formato, com oito páginas, sendo quatro com ilustrações e quatro textuais. As páginas ilustradas utilizavam a técnica da litografia⁴ e as demais eram tipográficas. Tratava-se de dois processos independentes, já que

³ A Lei n.º 3.270, de 28 de setembro de 1885, pode ser consultada no seguinte endereço: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm. Acesso em 24/02/2024.

⁴ Conforme Letícia Fonseca, “A litografia apresentava um amplo repertório de métodos para a construção de imagens e ainda permitia a simulação de diversas técnicas de pintura e gravação. Com o auxílio do lápis litográfico, giz ou crayon na produção das artes, foi possível obter uma enorme escala de meios-tons em gradações suaves, o

eram incompativeis de impressão “simultânea de texto e imagem, razão pela qual a dissociação entre esses elementos tornou-se o padrão dominante nas publicações produzidas localmente que circularam com ilustrações” (Luca, 2018, p. 20). Dessa forma, as legendas ou qualquer outra parte escrita nas páginas das ilustrações eram manuscritas.

Outro cuidado apontado por Tania de Luca ao pesquisar um jornal é a necessidade da identificação dos seus responsáveis, as pessoas que estavam envolvidas na sua concepção, no seu desenvolvimento e se estavam vinculados a alguma agremiação política:

jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (Luca, 2006, p. 140)

Tais ponderações permitem o desenvolvimento de uma metodologia que possibilita compreender os impressos não como publicações aleatórias, mas sim veículos que, no conteúdo de suas páginas, apresenta uma intenção e, em muitos casos, a defesa de um ponto de vista ou de uma causa. É necessário perceber quais as razões que levaram os responsáveis pelos periódicos a publicar determinado assunto, nem sempre isentos e, na maioria das vezes, apontando opiniões. Averiguar os detalhes das ilustrações permite perceber as motivações, os objetivos, as defesas inseridas na produção de uma determinada imagem que era publicizada aos leitores.

A *Revista Illustrada* era propriedade de Angelo Agostini e seu primeiro número foi lançado em 1876. Sua apresentação fazia uma referência ao seu fundador: “E notem bem que não sou nenhum calouro (...) sou, pelo contrário, um veterano, já há muito calejado nas lides semanais, que, tendo se recolhido temporariamente aos bastidores, volta agora resfolgado à cena” (*Revista Illustrada*, 01 de janeiro de 1876, n.º 1, p. 2). Nascido na Itália, em 1843, Agostini se mudou para Paris aos nove anos, permanecendo na capital francesa cerca de oito anos. Ele veio para o Brasil em 1859 e se estabeleceu em seus primeiros anos na cidade de São Paulo iniciando sua carreira de caricaturista com o lançamento de dois periódicos: *Diabo Coxo* (1864-1865) e *Cabrião* (1865-1867) (Balaban, 2009).

Ao se mudar para o Rio de Janeiro, em 1867, contribuiu com o periódico *Arlequim*, substituído no ano seguinte por *A Vida Fluminense*, no qual ficaria até 1871 quando, então, assumiu o periódico *O Mosquito*, permanecendo neste até 1875. No ano seguinte, portanto, começava a veiculação da *Revista Illustrada*. Em 1885, o periódico passou a contar com a

que era impossível de se realizar com os outros métodos de gravura existentes. Essas variações tonais dependiam tanto da consistência do lápis litográfico quanto do acabamento de superfície da pedra, que podia ser granulada ou preparado para ficar liso como um vidro” (Fonseca, 2012, p. 40).

colaboração do jornalista Luiz de Andrade, que assinou vários textos com o pseudônimo Julio Verim. Ele “logo se tornou o seu principal redator e, posteriormente, sócio de Agostini” (Oliveira, 2011, p. 109).

O periódico contou, na parte ilustrada, além de Agostini, com a colaboração de outros artistas como Bento Barbosa, Hilário Teixeira e Antônio Bernardes Pereira Netto. Este contribuiu com as ilustrações da *Revista Illustrada* a partir de 1888 e, de maneira direta, após a saída de Agostini ainda nesse ano devido à sua mudança para Paris. Sobre a substituição, Herman Lima destaca que Pereira Netto “se tornaria mesmo quase um duplo, pela facilidade inaudita com que substituiria o mestre italiano” (Lima, 1963, p. 903). Embora Agostini tenha retornado ao Brasil em 1894, não retomou seu posto a frente das ilustrações por desentendimentos com o sócio, Luiz de Andrade (Oliveira, 2011). Assim, Pereira Netto permaneceu na *Revista Illustrada* até o encerramento de suas atividades em 1898.

O *Mequetrefe* surgiu na Corte em 07 de janeiro de 1875 e era propriedade de Pedro Lima e Eduardo Joaquim Correa; este se tornou único proprietário do jornal em 1879 e se manteria nessa condição até sua morte, em maio de 1891. A viúva assumiu os negócios do marido, colocando seu cunhado, José Joaquim Correa, no comando do jornal. Alguns números de 1892 circularam apontando Pedro Lima, seu antigo proprietário, como dono do jornal, em seguida começou a circular como propriedade de José Joaquim Correa até o fechamento, em janeiro de 1893 (Autor). O periódico contou, ao longo de sua circulação, com um número variado de colaboradores na sua redação, como Olavo Bilac, Artur Azevedo, Henrique Lopes de Mendonça, Lúcio de Mendonça, Raimundo Correia, Filinto de Almeida e Lins de Albuquerque, este exercendo o cargo de diretor por um determinado tempo. Entre os caricaturistas, passaram pelo periódico Cândido Aragonez de Faria, Antônio Alves do Vale, Joseph Mill, Aluísio Azevedo, que abandonaria mais tarde os desenhos para se dedicar à literatura⁵, e Antônio Bernardes Pereira Netto (Lima, 1963, p. 116).

Saraiva, Cotegipe e a Lei dos Sexagenários

No dia 28 de setembro de 1885 foi promulgada a Lei 3.270, também conhecida como Lei dos Sexagenários “porque libertou os escravos com mais de 60 anos existentes no país após um ano de debates no Parlamento, sob três diferentes ministérios” (Mattos, 2002, p. 471).

⁵ Aluísio Azevedo, contudo, ao optar pela literatura, tornou-se um dos literatos mais conhecidos do século XIX. É de sua autoria, por exemplo, *O Mulato* (1881), *Casa de Pensão* (1884) e *O Cortiço* (1890).

Iniciada na gestão do Presidente Manuel Pinto de Souza Dantas (1884-1885), integrante do Partido Liberal, foi com o seu sucessor, José Antônio Saraiva, que o projeto se desenvolveu e teve sua redação final aprovada, mas foi somente na gestão do Barão de Cotegipe que o projeto foi promulgado. Tanto a *Revista Illustrada* como *O Mequetrefe* acompanharam as discussões, desde o surgimento da proposta até a sua concretização.

O primeiro periódico destacou o projeto de Saraiva em sua edição de número 413, de 30 de junho de 1885, nas páginas 1, 4 e 5. Na primeira página (Figura 1), o desenho apresenta o Presidente puxando um homem escravizado para uma cova, o que se denota pelas mãos e pés acorrentados, enquanto no buraco jazem outros dois corpos. A cova foi aberta por Saraiva, que retirou seu casaco e seu chapéu e os pendurou na árvore, juntamente com sua pasta — uma clara referência ao seu cargo. Ainda, é notado ao chão os instrumentos utilizados para abri-la.

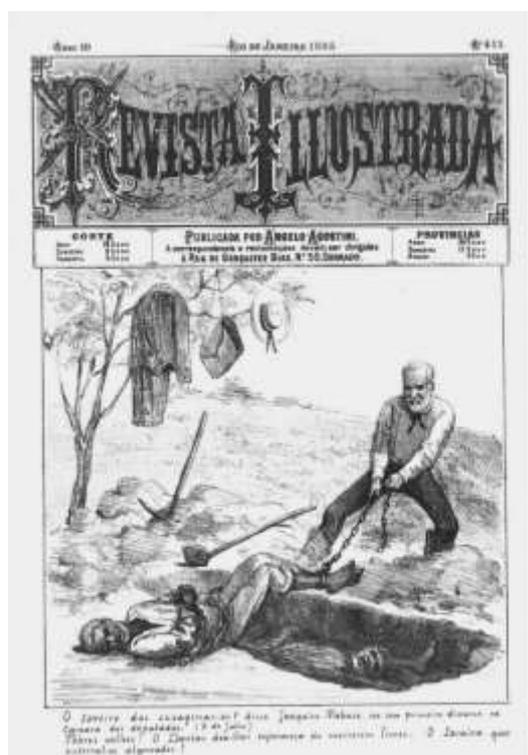


Figura 1: *Revista Illustrada*, 30 de junho de 1885, n. 413, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

O desenho foi concebido apresentando-o com um semblante indiferente, seu rosto não demonstra nenhuma expressão diante do ato praticado. Essa elaboração artística pode ser analisada a partir da concepção de que parte da sociedade oitocentista considerava as pessoas escravizadas como “mercadorias”. Nesse sentido, as propagandas veiculadas em jornais diários com anúncios de vendas de pessoas escravizadas é um exemplo contundente: “compras, vendas,

troca, aluguel, leilões e fugas. Anúncios que só vieram a desaparecer nos fins do século XIX, aos brilhos mais intensos da campanha abolicionista” (Freyre, 2010, p. 95). A ilustração apresenta uma crítica à gestão recém-iniciada de Saraiva — que havia tomado posse no cargo um mês antes da publicação dessa edição da *Revista Illustrada* — em relação à continuidade ou não do projeto de seu antecessor. A legenda reforça essa constatação ao trazer um trecho de uma frase pronunciada por Joaquim Nabuco, na Câmara dos Deputados: “O coveiro dos sexagenários”. E complementa: “Pobres velhos! O Dantas deu-lhes esperança de morrerem livres. O Saraiva quer enterrá-los algemados!” (*Revista Illustrada*, 30 de junho de 1885, n. 413, p. 1).

Joaquim Nabuco, um dos principais abolicionistas brasileiros e que pertencia ao grupo dos Novos Liberais⁶, foi eleito deputado pelo estado de Pernambuco, em 1885, na legislatura que substituiu a anterior, dissolvida por não concordar com o projeto de libertação dos sexagenários iniciado por Dantas (Mattos, 2002, p. 472). A *Revista Illustrada* destacou um excerto do discurso que serviu de inspiração à produção do desenho, tornando visível a adjetivação dada por Nabuco ao Presidente do Conselho, um coveiro que enterraria o projeto de libertação das pessoas escravizadas com mais de 60 anos.

Associada com esta constatação, também é possível considerar a ilustração como parte da própria campanha abolicionista defendida por Agostini nas páginas do periódico. Marcelo Balaban, ao analisar o discurso proferido por Joaquim Nabuco após a promulgação da Lei Áurea, coloca que este proferiu que a *Revista Illustrada* “tinha entre seus leitores muitas pessoas interessadas na manutenção do sistema escravista, ainda assim manteve-se o seu proprietário fiel à ‘causa do escravo’” (Balaban, 2009, p. 81). O desenho de Saraiva como coveiro está de acordo com o apontamento de Nabuco, a intenção de Agostini é evidente ao expor o Presidente dessa forma, com uma crítica tenaz à possibilidade da não continuidade do desenvolvimento do projeto abolicionista iniciado na gestão anterior. O projeto, todavia, avançou, mas as críticas não arrefeceram.

Nas páginas 4 e 5 (Figura 2), embora a narrativa não fosse uma continuação da página 1, o tema da lei foi abordado a partir das alterações propostas por Saraiva, o que, certamente, levou Nabuco a associá-lo aos atos praticados por um coveiro. A ilustração se intitula “Quadros

⁶ Conforme Ângela Alonso, a “dissidência liberal de fins dos anos 1860 não chegou a romper propriamente com o regime. Os ‘novos liberais’ eram vinculados às famílias tradicionais do Império que estavam politicamente marginalizadas, dada a supremacia conservadora, e que viviam a decadência econômica. Eram filhos ou afilhados de políticos importantes das províncias do norte e quase todos se diplomaram em Direito, condição para a carreira política” (Alonso, 2002, p. 112). Sobre Joaquim Nabuco, a autora aponta que ele “tinha posição estável, embora economicamente oscilante. Sua mãe vinha de uma linhagem de engenhos de açúcar em Pernambuco que caminhavam para a obsolescência, mas ainda garantiam algum pecúlio” (Alonso, 2002, p. 115).

da Atualidade! O ministro-fazendeiro explicando o seu projeto a lavradores”. O texto apresentado por Saraiva possuía uma mudança significativa em relação ao anterior, previa o pagamento de indenização aos senhores:

Ainda que as resistências às reformas da ‘questão servil’ tivessem sido vencidas em grande parte pela simples substituição de ministérios, a maior aceitação do Projeto Saraiva deveu-se também às reformas por ele efetuadas. Uma delas, a indenização na forma de prestação de serviços pela libertação dos sexagenários. (Mendonça, 2008, p. 91)



Figura 2: *Revista Illustrada*, 30 de junho de 1885, n. 413, p. 4-5. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

Agostini critica esse encaminhamento previsto no projeto, o que é evidente na concepção de sua ilustração. O cenário do desenho remete a um leilão realizado em um ambiente externo. É possível notar junto ao grupo, no segundo plano da ilustração, a figura de um leiloeiro, com o martelo erguido, prestes a dar o encerramento de um lote. Saraiva está posicionado no primeiro plano, no centro do desenho, conversando com outros três homens, os quais, assim como ele, também eram fazendeiros. Um deles segura nas mãos um chicote, instrumento utilizado nas torturas impostas aos animais e, também, aos escravizados. O instrumento recebe destaque ao contrastar com a alvura do casaco do homem, reforçando a sua posição de fazendeiro e, nesse caso, comprador de lotes.

O desenho remete a proposta do projeto com indenização, a qual era prevista “na forma de prestação de serviços” (Mendonça, 2008, p. 91). Conforme Joseli Mendonça, para muitos

parlamentares, havia a “necessidade da manutenção dos laços de atrelamento pessoal entre libertos e ex-senhores” (Mendonça, 2008, p. 91), o que se tornou previsto no projeto de Saraiva a partir da inserção da indenização: “Além de prever obrigação de prestação de serviços pela alforria, o projeto do Sr. Saraiva determinava que os libertos, mesmo depois de cumprido o prazo de três anos dos serviços, deviam permanecer em companhia dos antigos senhores, recebendo cuidados que compensariam prestando-lhes serviços ‘compatíveis com suas forças’” (Mendonça, 2008, p. 91).

A crítica de Agostini sobre os pagamentos se evidencia na placa do leilão integrada ao desenho e que destacava os itens dispostos aos compradores: animais e pessoas. Entre cavalos, porcos, carneiros e vacas, eram ofertados “Agostinho, preto velho doente”, “Ignez, preta velha cega”, Luiz, crioulo, 28 anos”, “Joanna e um ingênuo” e “Antonio, 50 anos aleijado”. Na placa constam também os valores iniciais apontados ao lado de seus nomes, sendo que os dos animais eram maiores do que aqueles dos escravizados idosos. Enquanto os oito porcos custavam 240\$00 e os seis carneiros 90\$00, Antonio valia 70\$000, Agostinho 60\$000 e Ignez apenas 10\$000. Somente Luiz e Joanna, com seu filho, eram valiosos, com os preços de 900\$000 e 600\$000, respectivamente.

A oposição do artista ao projeto se explicita na adjetivação das pessoas leiloadas. A identificação de suas condições físicas — com a exceção de Luiz e Joanna — aponta para um tipo de informação que certamente não seria revelada, já que o objetivo era negociar as pessoas e receber um bom valor por elas. Por outro lado, a crítica também se evidencia ao expor que Agostinho, Ignez e Antonio, apesar de somente o último ter a idade revelada, já não terem mais condições de trabalho e, portanto, mereciam suas liberdades de forma ampla, sem necessidade de trocá-las por uma indenização.

Agostini também deixava um sutil recado no desenho ao colocar duas pessoas jovens, Luiz e Joanna, e uma criança, que já nascera liberta devido à Lei do Ventre Livre de 1871, mas que não tinha a sua liberdade plena⁷. Ela representava a liberdade que, mesmo com temor, agarrada a mãe, permanecia almejando a plenitude de sua condição de liberta. A referência apontada no desenho pela colocação dessas três pessoas remete à permanência da escravidão, ou seja, libertar os sexagenários — da mesma forma que as crianças nascidas desde 1871 —

⁷ A Lei n.º 2040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, tornou os nascidos de mães escravizadas livres. Contudo, a lei não previa uma liberdade plena dos nascidos. De acordo com Kátia Mattoso, a lei permitiu que as crianças negras continuassem no julgo dos senhores de suas mães, até os 8 anos ou até os 21 anos: “é quando o filho da escrava completar oito anos que a lei permite ao senhor — que tem prazo de um mês para fazê-lo — escolher a modalidade de “libertação” que lhe convém” (Mattoso, 1988, p. 54). Se assim desejasse, poderiam manter o menor vinculado à sua responsabilidade até os 21 anos, explorando treze anos de sua mão de obra. Coincidentemente, a Lei dos Sexagenários também foi promulgada na mesma data, 14 anos depois.

não resolvia, já que ainda havia milhões de outras pessoas escravizadas no Brasil. A ilustração evidencia para a importante permanência da campanha abolicionista, tanto na imprensa como na sociedade e na política, e a necessidade de lutar pela liberdade de todos e todas.

As pessoas escravizadas foram desenhadas com suas cabeças baixas e seus rostos com semblantes sérios, talvez cansados, tristes. Os dois homens que estão sentados, um apoiando a cabeça nos braços sob as pernas e o outro com a cabeça segurada por uma de suas mãos, demonstram exaustão. Somente a criança foi colocada em uma posição diferente, revelando sua ingenuidade nos olhos que encaram os homens e atenta à conversa entre eles. A posição das pessoas, colocadas todas juntamente com os animais, reforça que se tratam de “itens” ofertados em leilão, corroborando a ideia de mercadoria conforme abordado na análise da figura anterior. É nesta perspectiva, das pessoas como mercadorias, que as duas ilustrações possuem um diálogo identificando uma concepção do Brasil escravocrata que tornava as pessoas escravizadas em mercadorias, que poderiam ser enterradas, mesmo que simbolicamente, com indiferença (Figura 1) ou vendidas (Figura 2).

A legenda complementa a crítica de Agostini à indenização prevista no projeto de Saraiva:

Vocês compreendem que, sendo eu lavrador, não podia deixar de tranquilizar a lavoura, garantindo a propriedade escrava e fixando-se um valor. Podem, pois, continuar a considerar o escravo um animal como qualquer outro e sujeito a ser comprado, vendido, surrado etc., pelo menos nestes 10 anos. É o que lhes garante o meu projeto. (*Revista Ilustrada*, 30 de junho de 1885, nº 413, p. 4-5)

A imagem e os textos (o título e a legenda) se complementam e permitem compreender que, antes de ser somente uma ilustração que tratava sobre a proposta de lei que visava conceder liberdade aos escravizados com mais de sessenta anos, a concepção artística de Agostini evidencia sua crítica à escravidão. Assim, é necessário considerar não somente o que está aparente na imagem, mas verificar também o porquê de sua produção. No caso dessa ilustração, há uma defesa da liberdade total direcionada a todos que ainda são cativos no Brasil nos anos 1880.

Na edição de número 414, de 15 de julho de 1885, a crítica não é dirigida somente à Saraiva como idealizador do projeto, mas também à sua suposta intenção com a aprovação da lei com indenização (Figura 3).



Figura 3: *Revista Illustrada*, 15 de julho de 1885, n. 414, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

A ilustração é parte de um desenho maior, que aborda a política daquele momento, a qual, conforme a primeira legenda, “anda sempre a apoquentar-nos o espírito”. Nela aparecem dois homens, o primeiro, vestido com as roupas que o identificam com o cargo que ocupa, o de Presidente do Conselho de Ministros, enquanto o outro veste roupas comuns, iguais àquelas usadas pelos fazendeiros da figura 2. Ambos os homens são a mesma pessoa: Saraiva. A legenda revela o suposto motivo dele assim desejar apresentar o seu projeto: “E, como a caridade bem entendida começa por casa, o Saraiva-ministro indenizará o fazendeiro-Saraiva dos prejuízos causados pela propaganda abolicionista. É nisto que consiste a finura do adiantado projeto, e assim ficará tranquilla a lavoura... do Sr. Saraiva”. No desenho, Saraiva-ministro aparece entregando um saco de dinheiro ao fazendeiro-Saraiva, retirado do cofre aberto ao fundo, uma alusão ao uso do dinheiro público como forma de indenizar os senhores de escravizados. A crítica, que poderia ser lida também como uma denúncia, coloca-o como sendo um dos beneficiários da lei, caso essa fosse aprovada com as indenizações.

Tanto a imagem como o texto denotam que Agostini tinha conhecimento dos negócios do Presidente. Ele era “senhor de engenho, proprietário de terras e escravizados na Bahia” (Cruz, 2022, p. 32). Itan Cruz destaca que Saraiva demorou 10 dias para chegar à Corte após ser anunciado por Dom Pedro II no cargo. Nesse intervalo,

assentou a pedra fundamental do engenho central Pojuca, localizado às margens do rio Jacuípe e da estrada de ferro que ligava Salvador ao Rio São Francisco, nos limites da freguesia de Santana do Catú, sita cerca de 90km de Salvador, o qual procurava aperfeiçoar para ampliar a capacidade de produção e, logo, seus lucros de proprietário. (Cruz, 2022, p. 32)

Saraiva não era um desconhecido, suas atividades econômicas eram manifestas, da mesma forma que sua atuação na política brasileira não se iniciou ao assumir a presidência em 1885. Ele já havia ocupado a mesma posição entre os anos de 1880 e 1882, foi deputado provincial, senador, ministro em outros gabinetes e presidente da Província do Piauí, sendo o responsável pela fundação da nova capital, Teresina, em 1852 (Gandara, 2008). Agostini, não somente como artista, mas um profissional da imprensa, tinha conhecimento sobre a trajetória pessoal e política de Saraiva, sabia que ele era um homem de posses, incluindo pessoas escravizadas.

A crítica averiguada nesta ilustração não foi um ato isolado por parte do artista, sendo uma constante durante as duas gestões de Saraiva. Em 1880, a *Revista Illustrada* publicou uma ilustração apresentando-o lendo o telegrama que o convidava para assumir o cargo pela primeira vez. A análise dessa imagem, realizada por Itan Cruz, torna evidente a crítica ao senhor de escravizados e, ao mesmo tempo, evidencia a propaganda de Agostini pela abolição. No desenho, enquanto Saraiva faz a leitura, é possível “identificar escravizados carregando pesados feixes de cana-de-açúcar, nas costas, para dentro do que seria o engenho do senador” (Cruz, 2022, p. 33). Complementa o autor:

Os negócios de Saraiva explicitados pelos traços de Agostini, reforçam que o baiano não tinha motivos aparentes para alterar o status quo da escravidão. Longe disso, indica a sua confiança na continuidade das coisas, na preservação das hierarquias sociorraciais e de classe dentro das quais nasceu, cresceu e firmou-se. (Cruz, 2022, p. 33)

Ao assumir o cargo pela segunda vez, e com o projeto iniciado pelo seu antecessor como um entrave a ser solucionado, Saraiva não passou despercebido pelo crivo do lápis aguçado de Agostini. Nas páginas da *Revista Illustrada*, o novo presidente foi espezinhado, chamado de coveiro e com suas prováveis reais intenções denunciadas. O foco foi, sem dúvida, a defesa da manutenção do projeto de liberdade dos sexagenários, o que seria confirmado durante a sua gestão.

Saraiva também não passou sem ser notado em *O Mequetrefe*. Na edição 380, de 10 de julho de 1885, o Presidente surgia associado à sua versão do projeto (Figura 4).

dois pertenciam ao Partido Liberal — e alterações no texto já deveriam ser articuladas antes mesmo da mudança no cargo, o que levou a apresentação da nova redação não ter sido demorada.

As mudanças do projeto foram os motivos para as críticas realizadas pelos dois periódicos. No entanto, Saraiva conseguiu aprovar o texto na Câmara, tornando-o lei, mas decidiu por não permanecer no cargo:

Saraiva, por sua vez, deu-se por satisfeito ao vencer a terceira discussão do projeto na Câmara e, embora ainda houvessem discussões a serem realizadas sobre a redação da proposta, confiante do cumprimento da sua missão, deixou o cargo espontaneamente, em 16 de agosto de 1885. A escolha da demissão beirava cálculos políticos importantes, já que uma parte significativa dos liberais se opunham ferrenhamente à figura de Saraiva e o grosso dos conservadores aparentemente não estaria disposto a apoiar o governo para além do projeto aprovado. (Cruz, 2022, p. 123)

O pedido de demissão levou a *Revista Illustrada* a publicar um texto intitulado: “O Ministério dos 100 dias”, assinado por Blick, um pseudônimo. Com frases irônicas, apontavam que a gestão teve uma designação que não se comparava com nenhuma outra. Contudo, o autor revela que sua avaliação dos 100 dias de governo era parcial: “Mas, deixemos o Sr. Saraiva e o seu projeto. Eles pertencem, ambos, à história, e estamos certos que ela há de ser muito mais imparcial do que esses oradores”. Em outra parte, revelavam: “Nós o dissemos nestas páginas: os inimigos da grande reforma nacional, apontam para o Sr. Saraiva, só com o fim de derrubarem o gabinete Dantas, que lhes causa pavor” (*Revista Illustrada*, 20 de agosto de 1885, n.º 416, p. 2). O pavor era pela libertação dos sexagenários sem a indenização, proposta defendida por Dantas e combatida na versão de Saraiva. O periódico reforçava no momento da saída do Presidente sua opinião sobre ele e seu projeto, evidenciando que ela não era imparcial, caberia somente à história analisá-los dessa forma. O texto tinha a assinatura de um autor que optou por permanecer no anonimato, o que possivelmente representava o ponto de vista defendido por todos os integrantes do periódico, os redatores, os colaboradores e, especialmente, de seu artista e proprietário, Angelo Agostini.

Com a demissão de Saraiva aceita, Dom Pedro II chamou João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, para assumir o cargo. Caberia ao novo Presidente os encaminhamentos necessários para a promulgação da lei, o que aconteceria cerca de um mês após sua posse. Apesar da mudança no cenário político, a posição dos jornais não se alterou, e sua verve humorística e crítica agora se dirigia ao novo ocupante da cadeira da presidência. *O Mequetrefe*, na edição de número 385, de 10 de setembro de 1885, publicou na primeira página Cotegipe fugindo de Saraiva — ou do que restou dele (Figura 5). Na ilustração, o presidente anterior surge como um corpo sem cabeça, sem um braço, sem uma mão e somente com partes das

pernas, mas a identificação ocorre pela inscrição “Projeto Saraiva” nas calças. Cotegipe surge fugindo, com expressão de pavor, os traços faciais caricaturados e as mãos agigantadas. A legenda revela que ele fugia enquanto Saraiva o perseguia ou, o motivo para a fuga, fosse o projeto, ainda pendente de detalhes à sua promulgação.

O Saraiva desmembrado permite percebê-lo como a concepção da conclusão da sua gestão. Primeiro, ao apresentá-lo dessa forma, o periódico demonstra a contrariedade com os desdobramentos do projeto apresentado por ele, especialmente no item que previa a indenização que deveria ser paga com o trabalho excedente por parte do escravizado idoso que seria libertado ao completar 60 anos. Em outras palavras, a abolição dos sexagenários era parcial, dependia de acordos com os senhores e colocava limites para quem fosse contemplado por ela:

A lei sinalizava ainda a perspectiva de 13 anos para a libertação final de todos os escravos através do fundo de emancipação, conforme tabela de redução progressiva do valor de indenização, e transformava em crime passível de prisão o acoutamento de escravos fugidos, buscando conter a radicalização do movimento abolicionista. Previa, enfim, um código repressivo de regulamentação do trabalho dos libertos, que deviam permanecer por cinco anos nos municípios onde fossem libertados e neles celebrar contrato de locação de serviços sob pena de prisão com trabalhos forçados. (Mattos, 2002, p. 472-73)



Fig. 5: *O Mequetrefe*, 10 de setembro de 1885, n. 385, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

Os termos da lei certamente não agradaram o artista de *O Mequetrefe*. Não era, portanto, uma etapa da vitória da campanha abolicionista defendida nas páginas do periódico, a qual seguiu presente nas edições posteriores. Essa constatação remete para a segunda percepção

dessa ilustração, o desmembramento do presidente é uma referência à sua gestão, encerrada de forma precipitada pelo próprio Saraiva antes de acompanhar os trâmites finais do projeto, e, assim como sua presidência, era inconcluso, ou seja, a escravização ainda era presente no Brasil oitocentista. Uma terceira interpretação dessa ilustração está na inscrição “Projeto Saraiva”, uma provável analogia ao próprio texto alterado pelo Presidente, ou, como apresenta o desenho, o projeto se tornou um corpo desmembrado se comparado à proposta original de Dantas. Dessa forma, a ilustração é uma referência ao Presidente que pediu demissão, mas, concomitantemente, também é do seu projeto de lei.

Cotegipe não foi poupado das sátiras e críticas, e essa ilustração demonstra como ele foi apresentado nas páginas dos periódicos. Os traços faciais exagerados acompanharam a grande maioria da produção dos desenhos sobre ele. Conforme Joaquim Fonseca, a caricatura “é a representação plástica ou gráfica de uma pessoa, tipo, ação ou ideia interpretada voluntariamente de forma distorcida sob seu aspecto ridículo ou grotesco” (Fonseca, 1999, p. 13). O Presidente surgiu ao longo de sua gestão com tais atributos, com distorções de sua fisionomia e envolvido em situações que o ridicularizavam. No mesmo número em que foi veiculada essa ilustração que o apresentava fugindo do Saraiva desmembrado, ele apareceu metamorfoseado em uma figura satânica (Figura 6).



Fig.6: *O Mequetrefe*, 10 de setembro de 1885, n. 385, p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

O desenho faz parte de uma narrativa gráfica intitulada “Cavaco político”, que contava o processo que levou Cotegipe ao cargo e as agruras que enfrentaria ao aceitá-lo. Esse é o quadro final e faz referência a uma declaração do senador Affonso Celso, conforme a legenda: “Na opinião do senador Affonso Celso, o Sr. de Cotegipe foge da questão do elemento servil

do mesmo modo que Satã fugindo da cruz”. O Presidente novamente aparece com seus traços faciais caricaturados, seu corpo nu é pequeno e contrasta com o tamanho do rabo que completa a sua estrutura física. Ele também é diminuto quando comparado à figura de Affonso Celso. Em contraposto, está colocada a cruz, representada por uma pessoa escravizada, com correntes nos braços. A transformação do escravizado em cruz, símbolo importante para os cristãos, identificando a dor de Jesus Cristo que foi crucificado, fazia uma alusão ao sofrimento dos escravizados, clamavam por libertação.

O desenho também remete ao fato de que Cotegipe, assim como Saraiva, era um senhor de engenho da Província da Bahia (Cruz, 2022, p. 28), motivo pelo qual ainda poderiam surgir impeditivos ao processo de concretização da Lei dos Sexagenários. No entanto, como já apontado, a aprovação foi finalizada cerca de um mês após o início de sua gestão. Por outro lado, o teor dos termos nos quais a lei foi sancionada contemplava a bandeira defendida tanto por Saraiva como por Cotegipe, uma vez que, como afirma Itan Cruz, a “formação ministerial organizada pelo barão expressava um pacto com a classe senhorial do país em favor da continuação do cativo, sob o pretexto de manter o trabalho organizado” (Cruz, 2022, p. 124-25). Ainda, ele “procurou retardar o máximo possível a abolição total da escravidão ao longo da terceira regência de Isabel” (Cruz, 2022, p. 28). Entretanto, a campanha abolicionista seguiu firme nesse período e não era uma realidade distante da gestão imperial. José Murilo de Carvalho aponta que Isabel, na regência do trono, tentara aproveitar o ensejo da abolição como um ganho político e religioso: “podia converter-se em crédito a favor do terceiro reinado” e, também, era “um imperativo da caridade cristã” (Carvalho, 2007, p. 188). O autor aborda que a Princesa “pressionou Cotegipe a agir. O matreiro político, que não queria saber do assunto, fazia-se de desentendido, procrastinava” (Carvalho, 2007, p. 188). O desenho pré-anunciava o comportamento do futuro Gabinete, ou seja, comandado por um senhor de engenho, escravocrata, que negava discutir o assunto, o jornal antevia os empecilhos colocados à abolição plena das pessoas escravizadas pelo “Satã” que presidia o Conselho de Ministros do Império.

Após a promulgação da lei, Cotegipe continuou no cargo até março de 1888. Nesse período, os dois jornais não deixaram de satirizar e criticar suas ações. A *Revista Illustrada* publicou, em 31 de agosto de 1886, que o ministério comandado por Cotegipe era visto como “um doente que está enchendo os dias. Não tem seiva, é uma espécie de múmia conservada num gabinete em São Cristóvão” (*Revista Illustrada*, 31 de agosto de 1886, nº 438, p. 2). A sua demissão não deixou de ser comentada, ao mesmo tempo que o novo Presidente, João Alfredo Correa de Oliveira, que, assim como seu antecessor, também era das fileiras do Partido

Conservador, foi celebrado, fazendo votos de que “o novo gabinete capte a estima e a confiança do público. Só assim, nossa pátria, livre dos erros seculares que a mantém, caminhará para o brilhante futuro que, certamente, a aguarda” (*Revista Illustrada*, 10 de março de 1888, n.º 488, p. 2).⁸ Dois meses depois, o periódico, da mesma forma que grande parte da imprensa brasileira, comemorava o fim da escravidão com a promulgação da Lei Áurea, em 11 de maio de 1888, finalizando uma das bandeiras defendidas com afinco por Agostini e seus companheiros, campanha igualmente escudada nas páginas de *O Mequetrefe*.

Considerações finais

As ilustrações veiculadas nas páginas da *Revista Illustrada* e em *O Mequetrefe*, analisadas no decorrer deste texto, permitem averiguar a opinião dos artistas e seus colaboradores sobre um momento específico da política imperial brasileira, notadamente, as discussões em torno da Lei dos Sexagenários. É possível considerar que os desenhos foram concebidos conforme a realidade na qual estavam inseridos e dela eram participantes ativos.

Os dois jornais ilustrados defenderam o projeto que previa o fim da escravização para os maiores de 60 anos, embora fossem contrários a determinados artigos da redação aprovada da lei. A avaliação é que ela era apenas um caminho para uma abolição ampla e que, para conquistá-la, precisavam continuar abordando o tema e criticando os seus opositores. Dessa forma, a proposta foi comentada, especialmente a partir das alterações feitas durante a gestão de Saraiva. As críticas eram produzidas nas concepções dos desenhos, tornando como protagonistas das sátiras os Presidentes, Saraiva e Cotegipe, que levaram o projeto adiante. Para isso, os artistas tinham um excelente argumento ao observar as biografias dos dois, ambos senhores de escravizados e oriundos dos engenhos da Província da Bahia.

A lei se tornava mais uma tentativa de frear o avanço da campanha abolicionista, em pleno desenvolvimento nos anos 1880, do que uma ação, de fato, benemérita aos idosos escravizados. A apreciação negativa do projeto ocorria, especialmente, pela inserção da indenização prevista de ser paga pelo próprio libertado em três anos de serviços ao seu antigo senhor. Em outras palavras, era uma liberdade parcial que pouco alterava a condição de vida dos sexagenários. No final, ela praticamente não se tornou uma realidade, já que em um período menor do que os três anos previstos de serviços que deveriam ser prestados, outra lei, em maio de 1888, declarou extinta a escravidão no Brasil.

⁸ Sobre as ilustrações que abordaram a gestão de João Alfredo Correa de Oliveira, ver: (Autor).



As imagens veiculadas nas páginas dos periódicos, portanto, não são meras ilustrações, mas elas engendram possibilidades de análise, de compreender o passado. Os desenhos não devem ser tomados isoladamente como receptáculos do tempo pretérito, e sim eles são considerados vetores para averiguar nuances sobre o que se passou. É a partir deles que é possível averiguar o momento histórico que estava sendo comentado, noticiado e satirizado pelos artistas e, sobretudo, compreender os seus pontos de vista defendidos na sociedade escravocrata brasileira oitocentista. A Lei dos Sexagenários, “geralmente negligenciada pela historiografia” (Mendonça, 2008, p. 23), como aponta a sua principal estudiosa, foi averiguada neste texto com outro viés, a partir dos lápis perspicazes dos artistas caricaturistas que amplamente a discutiram nos seus desenhos e não pouparam os políticos envolvidos no seu projeto.

Referências

- ALONSO, Ângela. 2002. *Ideias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra.
- BALABAN, Marcelo. 2009. *Poeta do lápis: A trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro (1864-1888)*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- CARVALHO, José Murilo de. 1996. *A Construção da ordem. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume Dumará.
- CARVALHO, José Murilo. 2007. *Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CRUZ, Itan. 2022. “Saraiva, Dantas e Cotegipe: baianismo, escravidão e os planos para o pós-abolição no Brasil (1880-1889)”. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36441>.
- FONSECA, Joaquim da. *Caricatura. A imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- FONSECA, Leticia Pedruzzi. 2012. “As revistas ilustradas *A Cigarra* e *A Bruxa*: a nova linguagem gráfica e a atuação de Julião Machado”. Tese de Doutorado em Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=21767@1>
- FREYRE, Gilberto. 2010. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado*. 4 ed. São Paulo: Global.



GANDARA, Gercinair Silvério. 2008. “Rio Paraíba... cidades beira”. Tese de Doutorado em História, Universidade de Brasília, Brasília. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/1661>
LE MOS, Renato. 2001. (Org.) *Uma história do Brasil através da Caricatura. 1840-2001*. Rio de Janeiro: Bom Texto/Letras & Expressões.

LIMA, Herman. 1963. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

LUCA, Tania Regina de. 2018. *A Ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora da UNESP.

LUCA, Tania Regina de. 2008. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: *Fontes históricas*, organizado por PINSKY, Carla (Org.). 111-153. São Paulo: Contexto.

LUSTOSA, Isabel. 1989. *Histórias de presidentes. A República no Catete*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/Fundação Casa de Rui Barbosa.

OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. 2011. *Angelo Agostini. A imprensa ilustrada da Corte à Capital federal, 1864-1910*. São Paulo: Devir Editora.

O MEQUETREFE (1875-1893). *Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709670&pesq=&pagfis=1>

MATTOS, Hebe. 2002. “Lei dos Sexagenários”. In: *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, organizado por VAINFAS, Ronaldo (Org.) 471-473. Rio de Janeiro: Objetiva.

MATTOSO, Kátia. 1988. “O filho da escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre)”. *Revista Brasileira de História*, vol. 8, n. 16 (março-agosto). 37-55.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. 2008. *Entre a Mão e os Anéis. A Lei de 1885 e os caminhos da Abolição no Brasil*. 2 ed. Campinas: Editora Unicamp.

REVISTA ILLUSTRADA (1876-1898). *Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332747&pagfis=1>

SILVEIRA, Mauro César. 1996. *A batalha de papel. A Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1998. *As Barbas do Imperador. Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

TORAL, André Amaral de. 2001. *Imagens em desordem. A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.



QUEM ENFIA AS CARAPUÇAS? SÁTIRA SOCIAL E ESTEREÓTIPOS SOCIAIS N' *O PIOLHO VIAJANTE* (1802-1804)

WHO WEARS THE CAP? SOCIAL SATIRE AND SOCIAL STEREOTYPES IN *O PIOLHO VIAJANTE* (1802-1804)

JOÃO PEDRO FERREIRA¹

Resumo

O periódico satírico *O Piolho Viajante* foi publicado em 72 folhetos reunidos em quatro volumes, de 1802 a 1804. Teve uma recepção notável, com sucessivas edições e reimpressões até à segunda metade do século XIX. A crítica social foi um contributo decisivo para a formação da opinião pública e um traço distintivo do humor de *O Piolho Viajante*, editado por António Manuel Policarpo da Silva, livreiro e editor lisboeta. Ao longo das suas viagens, o “Piolho” faz uma sátira ao Portugal do início do século XIX através das carapuças enfiadas na cabeça dos seus alvos, estereótipos sociais representativos da realidade social da época.

Palavras-chave: *O Piolho Viajante*; António Manuel Policarpo da Silva; imprensa; século XIX; história cultural; *Humor studies*.

Abstract

The satirical periodical *O Piolho Viajante* ('The Travelling Louse') was published in 72 booklets collected in four volumes from 1802 to 1804. It had a remarkable reception, with successive editions and re-impressions into the second half of the nineteenth century. Social criticism was a decisive contribution to public opinion and it was a distinctive feature of the humor of *O Piolho Viajante*, edited by António Manuel Policarpo da Silva, a Lisbon bookseller and publisher. Throughout its travels, the 'Louse' provides a satire of early-nineteenth-century Portugal by means of the carapuças ('hoods') shoved into the heads of its targets, social stereotypes representing the social reality of the time.

Keywords: *O Piolho Viajante* ('The Travelling Louse'); António Manuel Policarpo da Silva; press; 19th century, cultural history; *Humor studies*.

¹ Investigador integrado do CHAM - Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), no grupo de investigação Informação, Leitura e Formas de Escrita. Doutor em História e Teoria das Ideias e Mestre em História Cultural e Política pela NOVA FCSH. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investiga em história da imprensa, história política e humor studies. É vice-presidente da International Society for Luso-Hispanic Humor Studies (ISLHHS). Membro da International Society for Humor Studies (ISHS) e da Society for the History of Authorship, Reading and Publishing (SHARP). E-mail: jprferreira@fcs.unl.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0860-2471>.

1. Introdução

*O Piolho Viajante Divididas As Viagens Em Mil E Huma Carapuças. Obra muito útil para o Inverno, e para o Verão. Vertida da Lingua Piolha, com algumas notas do Traductor. Dividida Nos Tomos Que Forem, E Offerecida A Quem A Quizer*² foi um periódico publicado em Lisboa entre 1802 (Balbi, 1822, ccxlix) e 1804. Palma-Ferreira adianta que os primeiros fascículos podem ter sido escritos ainda no século XVIII (Palma-Ferreira, 1981, 102). O censor João Guilherme Cristiano Müller (Abreu, 2008, 76-94) emitiu parecer favorável para os dois primeiros folhetos a 14 de julho de 1802 e autorização para imprimir – para aqueles e para os dois seguintes – a 23 do mesmo mês. O despacho favorável para correr o primeiro folheto data de 17 de setembro de 1802 e o último de 27 de abril de 1805 (Tengarrinha, 2013, 139-140). Os últimos folhetos publicados não teriam sido escritos depois de 1804: é essa a data da edição mais antiga consultada do tomo IV. Também de 1804 é a última referência do geógrafo e estatístico veneziano Adrien Balbi a *O Piolho Viajante* no *Essai Statistique* (Balbi, 1822, cclix).

O Piolho Viajante foi publicado anonimamente e o problema da sua autoria originou longa controvérsia. O autor foi enfim identificado como António Manuel Policarpo da Silva, um dos requerentes das licenças para imprimir a obra em 1802, depois dos requerimentos iniciais de António Nunes dos Santos, António Xavier do Vale e João Procópio Correia da Silva (Tengarrinha, 2013, 140).

António Manuel Policarpo da Silva foi livreiro-editor, com loja na Praça do Comércio, “debaixo da arcada do antigo Senado, ou Camara Municipal” de Lisboa, nas primeiras décadas de oitocentos. O seu nome aparece como tradutor de uma publicação contemporânea do *Piolho: Leituras Uteis e Divertidas*, impressa em Lisboa, na oficina de João Procópio Correia da Silva, em 1802. Foi ainda editor do periódico *Varietades*, redigido por D. António da Visitação Freire de Carvalho (Silva, 1867, 235-236). Palma-Ferreira atribui-lhe simpatias liberais, com base no

² Foram consultadas as seguintes edições da fonte: tomo I, edição de 1805, impressa na Nova Oficina de João Rodrigues Neves, e edição de 1846, na Imprensa Nevesiana; tomo II, edição de 1803, com a indicação: “Segunda edição emendada”, impressa na Oficina de António Rodrigues Galhardo, e edição de 1821, com a indicação: “Nova edição emendada”, impressa na Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos; tomo III, edição de 1803, impressa na Oficina de João Procópio Correia da Silva, e edição de 1854, com a indicação: “Nova edição emendada”, impressa na Tipografia de J. B. Morando; tomo IV, edição de 1804, impressa na Oficina de António Rodrigues Galhardo, e edição de 1837, com a indicação: “Nova edição emendada”, impressa na Imprensa Nevesiana. Entre as edições mais antigas e as mais recentes de cada tomo verificam-se apenas algumas diferenças de ortografia e pontuação. As citações, salvo indicação expressa, são da edição mais antiga.

pedido de licença para a publicação do manuscrito *Manifesto dos Espanhóis aos Povos da Andaluzia*, negada pela Censura (Palma-Ferreira, 1973, 19-20).

2. “Mil e uma carapuças.” Ou setenta e duas

O humor ocupa um lugar central em *O Piolho Viajante*. Protagonista das viagens, o Piolho satiriza a Portugal do início de oitocentos através das carapuças enfiadas nas cabeças dos seus alvos – tipos sociais representativos da realidade da época.

São 72 as carapuças que se dividem nas quatro partes do periódico, bem menos do que o anunciado no subtítulo “Divididas as viagens em mil e uma carapuças”, inspirado provavelmente no êxito das *Mil e uma Noites* que, na tradução francesa de Antoine Galland, ocupava um dos lugares cimeiros na lista dos livros mais procurados em Portugal e no Brasil nos primeiros anos do século XIX (Abreu 2013, 16).

Com o objetivo de abordar *O Piolho Viajante* em função do problema de aferir o papel do humor do periódico e o seu lugar no espaço público e na construção da opinião pública, optou-se por reordenar a lista das 72 carapuças de acordo com uma grade temática que acolhe os critérios seguidos na obra para a distribuição dos diferentes tipos. Constatou-se que o critério da atividade socioprofissional é usado em 45 carapuças, isto é, 62,5% dos capítulos do periódico; os traços de carácter cobrem 12 (16,7%); a condição física ou psicológica, incluindo a deficiência, serve para apontar 8 (11,1%); a origem étnica ou regional 4 (5,6%); e a ligação familiar a portadores de outras carapuças 3 (4,1%). Não obstante a utilização destes últimos critérios – traços de carácter, condição física ou psicológica, origem étnica ou regional – num total de 37,5% das carapuças, convém sublinhar que, tal como nos restantes capítulos, também nestes se manifesta a crítica social que, mais do que uma simples crítica de costumes, constitui a marca diferenciadora de *O Piolho Viajante* em relação, por exemplo, aos periódicos de José Daniel Rodrigues da Costa seus contemporâneos (Ferreira 2023, 106-120).

Por outro lado, o elenco temático das carapuças permite identificar os alvos das “picadelas” do Piolho, estereótipos ilustrativos da realidade social portuguesa na passagem do século XVIII para o século XIX (Palma-Ferreira, 1980, 157).

A antipatia pela figura do morgado (carapuça XXXIII), através da qual o Piolho revela uma clara rejeição dos valores que norteiam a sociedade do Antigo Regime, é um elemento central para a leitura do periódico. O humor ocupa aqui um lugar determinante, quer na

exposição do alvo ao ridículo, quer no desvendar de um pensamento social cuja coerência só poderá ser plenamente aferida numa leitura de conjunto da obra:

[...] era hum homem dos seus trinta annos, e sabia tanto como quando tinha tres: tinha laivos de nobre, tinha bens, e huma ignorancia tão grande, que para tolo não lhe faltava huma oitava; mas elle presava-se muito disso pela antiguidade, em que a asneira andava na sua casa, que havia o melhor de trezentos annos; e mesmo não estudavam pelo assim mandar o instituidor, e ele não querer perder o vinculo. E fazia muito bem, que o tempo não está para perder³ (Tomo II, 131-132).

Assinale-se, desde já, a sátira da ignorância, da nobreza e do sistema dos vínculos e morgadios, obstáculo cuja remoção era indispensável para a evolução de uma sociedade de ordens para uma sociedade de classes (Silva 1993, 339-353; Fonseca 1993, 459-477; Mendes 1993, 493-496).

Visados com particular ironia são o avarento (carapuça VIII) – “nunca na sua vida fez cousa boa, á excepção de morrer, que todos lho louvarão, e agradecerão” (Tomo I, p. 74) –, cuja parcimônia, até no uso da água, é exemplarmente descrita: “a agua, com que se lavava tinha seiscentas serventias primeiro, ao depois, lavava a boca, a cara, as mãos, o cachaço, os peitos, o lenço do tabaco, os pés, e botava-a por fim em hum carveiro [craveiro], e muitas vezes coava-a, e servia-lhe no outro dia” (I, 77-78); e o “homem amigos de todos” (carapuça XXXV), “que tinha cabelo no coração. Espreguiçava-se nos males do seu próximo” (Tomo II, p. 173). O Piolho descreve um pseudo-filantropo hipócrita, pondo em guarda o leitor com uma alegoria marcada pelo contraste: “[...] quantas vezes a boca está cheia de assucar, e o estomago amarga como fel [...] he preciso cuidado com estes negociantes de palavras de caramello, feito de assucar mascavado: ha tal, que ajoelha para melhor dar huma facada” (Tomo II, p. 185). Por fim, antecipando uma frase destinada a um futuro literário feliz (Carvalho 1991, 15), remata o retrato: “[...] era hum homem que nunca tinha sido amigo de pessoa alguma, chamava-se Germano, e era inimigo do genero humano” (Tomo II, 187).

Também o usurário, caracterizado como um falso sincero (carapuça XLVII), incita uma crítica ácida, mais agressiva do que a habitual sátira. Hipócrita – “[...] má palavra nunca a deo; na sua boca tudo era doce, ainda que do coração lhe viesse o azedo” (Tomo III, p. 122-123) –, é apontado como responsável direto pela miséria de muitos. Esta carapuça ocupa um lugar central na crítica social do periódico:

[...] como tudo comprava a dinheiro, os mais necessitados erão as suas victimas: huma occasião salvou hum sujeito de quebrar com trinta mil cruzados, por letras, que tinha a pagar, comprando-lhe a fazenda, que valia sessenta, por trinta [...] muitas vezes succedeo dar hum cruzado novo de esmola áquelle mesmo, que elle tinha chegado ao

³ Nas citações da fonte respeita-se a ortografia, a acentuação e a pontuação originais.

estado de a pedir, e quem via dar de esmola um cruzado novo, louvava-lhe a caridade e a liberalidade, mas não conhecia o resto (Tomo III, p. 123-124).

Enquanto o avarento, o pseudo-filantropo e o falso sincero são definidos por traços de carácter, a maioria das figuras socialmente antipáticas aparece nomeadas em função das respectivas atividades ou profissões. É o caso do tendeiro (carapuça V):

Tinha a habilidade de transformar sebo em manteiga [...] tinha a pachorra, só para fazer bem, de andar procurando óvos que estivessem chocos: comprava-os a trinta réis a duzia, e vendia cada hum por vintem, quando muito por vinte e cinco, hum ovo e hum pinto (Tomo I, p. 45-46).

A profissão de dono do botequim (carapuça X) tem vivas afinidades com a anterior, nomeadamente quanto à confusão com que burlava os consumidores.

O chocoláte era a melhor coisa, que ele tinha: botava-lhe graixa, de fórmula, que era gordo, e substancial. Tinha huma receita de fazer pão de ló sem ovos, que muita gente, que jejuava (desta pouco escrupulosa) tomava a sua chicara de chocoláte, e o seu pão de ló, e ficava jejuando. [...] O ponche á noite era o chafariz d'El-Rei com todas as suas bicas: não havia mãos a medir (Tomo I, p. 100-102).

O mesmo se passa com o contratador de vinhos (LXX):

[...] e então este amigo sabia dos adubos, para fazer do vinho máo bom que era hum pasmo, he certo que lhe botava algumas michurufadas que não erão muito boas para a saude, mas a isso respondia elle quando o mettião em escrupulos: e quem he que faz caso da saude? (Tomo IV, p. 206-207).

Ou com o dono da casa de pasto (carapuça LXIII):

[...] o dono da casa quando compra não lhe importa se o macarrão está podre, se o presunto tem bicho, se o azeite tem saibo [ácido], se a carne he de cavallo, o caso está em que tudo seja o mais barato; e o pobre que o come tudo paga como se tudo fosse do melhor (Tomo IV, p. 125).

O estalajadeiro (dono de estalagem) (carapuça XLVIII), por sua vez, é colocado pelo Piolho num nível agravado de criminalidade. Não tanto pela prática desonesta, que, aliás faz parte dos próprios hábitos alimentares:

[...] perguntou o que havia de cear, ao que a mulher lhe disse: que nada tinha capaz de lhe dar, por quanto ella já o tinha feito mais a familia; que os ovos que havia todos erão chocos; que a carne era de hum burrinho pequeno, que tinha morrido; que sim havia hum pouco de peixe frito, mas que bem sabia elle, que era frito em azeite de peixe, e que tinha medo de lho dar, não lhe fizesse mal ao estomago; que o melhor, que tinha, era hum gato de mólho de vilão, mas já havia cinco dias que estava feito: ao tempo que a mulher dizia estas ultimas palavras, sentio-se hum estalo, assim de modo de quem fechava huma porta, ao que o marido disse muito contente: aquillo foi rato, que cahio na ratoeira, vão ver se he, e se fôr, vai-mo assar em hum bocadinho de manteiga, com huma canada de vinho está a ceia feita (Tomo III, p. 133-135).

A apropriação indevida – “ganhos extraordinários” (Tomo III, p. 135) – não se fica pelos meios fraudulentos: “[...] a todos os que comêrão pedi o dobro do valor” (Tomo III, p. 136).

Encobre a forma de furto:

[...] a Marioleta (que era huma das filhas) tinha furtado huma espora de prata a hum passageiro, que ficára alli a noite passada, e poz a culpa a hum criado, que trazia consigo, no qual tinha dado meia duzia de bofetões, e que quanto mais o criado se esconjurava, mais o amo lhe dava de enraivecido. A Catharina em hum troco (isto era a outra filha) furtou dezoito vinténs (Tomo III, p. 135-136).

E mesmo de roubo: “[...] esperâmos ámanhã huma boa remessa, porque esteve aqui hum passeiro [na edição de 1854: passageiro, III, 96], que levava a bolça bem provida, nós avisámos o teu amigo Capitão, que lá foi atraz delle, mais os seus companheiros” (Tomo III, p. 136).

Presume-se o grau de violência desta associação entre o estalajadeiro e o chefe dos ladrões de estrada (carapuça XLIX). Contudo, o Piolho sublinha alguma cordialidade na aparência deste e chega a comparar o seu *modus operandi* nos assaltos com o dos cortesãos aristocratas.

[...] elle rarissimas vezes puxava pela espada, ou atirava tiro.... não senhores, quasi sempre roubava com o chapéo na mão, e com elle na mão se despedia daquelles, a que muitas vezes nem deixava o chapéo: eu vendo este modo, dizia comigo: valha-me Deus, este maroto rouba nas estradas como se rouba nas Cortes, que he com o chapéo na mão, com muitas cortezias, e varios rodeios mais, que não os digo por não ser importuno, ainda que são muito sabidos, e até quasi de ninguem ignorados, porque mais ou menos tem passado por todos: huns pela activa, outros pela passiva (Tomo III, p. 151-152).

Não está longe do procurador de causas (carapuça XI): o advogado corrupto “muito habil no seu officio, nunca perdeo causa; quem as perdia erão sempre os seus Constituintes” (Tomo I, p. 111). Chegava a dizer consigo mesmo: “Eu merecia estar nas galés pelo que tenho feito” (Tomo I, p. 113-114).

A corrupção dos profissionais da justiça foi também alvo do Piolho, ao passar pela cabeça do quadrilheiro (carapuça XIII):

[...] huma ronda feita por ele, ninguém hia á cadêa, só se não traziam dinheiro, que a verdade manda Deos que se diga: elle era tentado com este metal [...] e se algum seu companheiro fazia a sua obrigação, como devia, e lhe era mandado, tinha-lhe raiva, e dizia: *Nem tudo se leva á risca* (Tomo I, p. 133).

A Guarda Real de Polícia fora criada em 1801, no ano anterior ao início da publicação de *O Piolho Viajante*, e o agente da força pública não é poupado pela sátira do periódico: “O tal amigo era capaz de enforcar o pai, e botar o cordão á mãe. [...] Tinha muito amigo

côtrabandista que ele mesmo entregava, quando podia” (Tomo I, p. 129-130). Com efeito, “[...] já se sabe, que o maior papa o menor!” (Tomo I, p. 129).

A saúde, ou antes, a falta dela, num contexto de atraso da medicina científica, ignorância e superstição (Palma-Ferreira 1973, 273-275 e 1980, 161) justifica sucessivas carapuças dedicadas a protagonistas do ramo. A começar pelo boticário (carapuça VI), um falsificador que “[...] jámais dá o que se lhe pede, por isso mesmo sempre vendem gato por lebre, e nunca lhes falta nada na botica” (Tomo I, p. 50). A proverbial ignorância dos boticários, ridicularizada no anedotário português ao longo de boa parte de oitocentos, merece a seguinte “picadela”, baseada no desconhecimento da designação corrente para o sulfato de magnésio (sal inglês), de efeito purgante:

Huma vez, que hum Medico receitou sal Inglez para huma purga, exclamou elle: ó tempos! ó costumes! Não se faz caso senão dos generos Estrangeiros; pois não ha de ser assim: fez a purga de sal Portuguez, e o pobre doente esteve a beber agoa todo o dia: sobreveio-lhe huma febre á noite, e no outro dia foi para a Eternidade; mas á Portugueza (Tomo I, p. 56-57).

Também o cirurgião, prático da medicina popular, vê a sua ignorância exposta (carapuça XLII): “Hum officio, ou arte, que se aprende por principios, exercita-la por curiosidade, he cousa linda; e o mais he que muita gente morreo por ter a curiosidade de se curar com este curioso” (Tomo III, p. 43).

Já o médico ganancioso é alvo de uma longa carapuça (LXV). Comparado ao Dr. Sangrado, personagem do romance pícaro *Gil Blas* (Abreu 2008, 84), o charlatão revela-se hipócrita, ao alardear o seu desprezo pelo dinheiro – “[...] não he o dinheiro, que me eleva, apesar de que sem elle se não póde passar, e hum homem, que só pensa na saude dos outros, he preciso que os outros cuidem na sua subsistencia, pois que a sua cabeça só póde, e deve estar sobre os livros” (Tomo IV, p. 162-163) – quando, na verdade, é essa a sua principal preocupação: “Ter muito cuidado em fazer diário dos seus doentes, isto he, dos que pagão, e de quanto dão, para que se for outra vez chamado para alli, ver se deve ir lá ou não” (Tomo IV, p. 174-175).

Com cuidado para se defender em caso de insucesso do diagnóstico e/ou da terapêutica – “[...] dizia por entre os dentes: está mais adiantada do que pensão. Isto já para se salvar, no caso que o doente morresse, porque era esse o costume de quasi todos, a quem elle tinha a infelicidade de curar” (Tomo IV, p. 165) – não hesitava em apropriar-se dos bens dos doentes mortos do mal ou da cura. Afinal, “[...] ninguém póde estranhar, que procure cada hum, que lhe renda o officio” (Tomo IV, p. 166).

Os tratamentos adotados eram ineficazes e quase sempre prejudiciais ao doente.

Para tísicas tinha remédio especial, nada de fóra da terra, tomar fumo de carvão de pedra, andar muito, e que o ar de Inglaterra era o melhor para esta molestia. Para molestias venereas, cabelo do mesmo cão, que era com que elle se tinha achado bom. Tiricia amarella curava-a em hum minuto com a despeza de dous vintens de carmim, que mandava pôr na cara aos doentes, e a Deos amarelidão (Tomo IV, p. 167).

Mas ainda pior era a doutrina que fazia questão de transmitir. A um discípulo ensinava: “O Medico he como o carrasco [...] está absolvido, fez o seu officio” (Tomo IV, p. 172). Continuação desta lógica peculiar era a instrução sobre o que fazer em caso de ser chamado para tratar um rico pai de família: “Se o Pai for rico, e tiver filho, logo na cara se lhe vê se elle tem vontade que o Pai lhe morra; se a tem albarda-se o burro á vontade de seu dono, dar com elle na cova, e daqui se tira grande conveniência” (Tomo IV, p. 173).

Uma cautela, porém, era necessária: “Se for chamado a junta, estar sempre pelo voto do que tem mais fama; contradizer o mais novo se é pobre. Quanto menos gente houver no officio mais ha que fazer” (Tomo IV, p. 176-177).

A ganância do médico é, contudo, ultrapassada pela crueldade do enfermeiro (carapuça LIII), “[...] a quem Deos ajudara tanto, que tratando sempre de pobres ficou rico” (IV, 27). As suas maiores vítimas eram as pessoas com doenças mentais – não é, certamente, coincidência o fato de o doido (carapuça LII) ser dos raros casos em que o Piolho manifesta simpatia pelo seu alvo – enclausurados em “locais de pesadelo” (Palma-Ferreira 1980-184). As condições eram desumanas e o movimento pela reforma dos “asilos de alienados” tornou-se uma causa da Ilustração e do liberalismo (Foucault 1977, 531-557). A descrição aproxima-se do humor negro (Minois, 2000, 80; Carroll, 2014, 32-33):

[...] se entrava algum doudo recommendado, e que alguma cousa rendia, levava menos pancadas, veção a força que tem o dinheiro, que até para isto serve⁴ (Tomo IV, p. 29).

Outro grupo de tipos socialmente nocivos inclui figuras de estatuto intermediário, pequenas chefias com pequenos poderes, as quais, com recurso à deslealdade, ao desfalque, ao abuso de confiança ou à usura, arruinavam os patrões e tomavam-lhes o lugar. O Piolho desenha nestas carapuças autênticas alegorias da ascensão da burguesia à custa da aristocracia decadente. Veja-se o caso do locatário (carapuça LXXI),

[...] o geito que elle tinha tambem para usuras! era hum lince [...]. Arrendou huma vez huma quinta a hum morgadete, destes que gastão o dinheiro assim a modo de quem queima estopa pelo entrudo, que foi hum gosto ver o ajuste. Sabem o que me pareceo? assim a modo de hum que o encontrão os ladrões, e que o vão despindo pouco a pouco; ora lhe tirão a casaca, ora os calções, depois a camisa, e acabão com a pancada da paz, dando-lhe huma facada: da mesma fórma foi o miserável (Tomo IV, p. 215-216).

⁴ Na edição de 1837 a frase é ainda mais enfática, rematada por um ponto de exclamação.

A ironia é o recurso preferido para retratar o mordomo (carapuça LX): “[...] ventou-lhe tanto a fortuna, pelo bem, limpeza e amor com que servia seu amo, que em quatro annos se pôz no estado de ser hum villão ruim perfeito” (Tomo IV, p. 97). Com efeito, “[...] certamente o dono da casa se não fosse este habil homem, não ficava perdido tão depressa” (Tomo IV, p. 93). Até nos sinais de respeito por parte dos criados se notava a inversão da hierarquia, sublinhada pelo Piolho com uma nota jocosa:

Os criados fazião-lhe muito mais festa do que ao amo, olhem lá não passasse elle por parte, onde elles estivessem, que logo se não puzessem a prumo, e ao amo muitas vezes nem lhe tiravão o chapéo, e chamavão-lhe tolo (Tomo IV, p. 94-95).

Moral da história:

[...] nem a este mordomo se podia chamar ladrão; pois parece não ser furto, quando eu á vista do dono lhe levo o dinheiro, e elle me não diz nada. Vem hum criado para casa, que apenas traz pés, em que possa metter çapatos quando os tiver, no fim de dous meses já anda de niza, e empresta dinheiro ao amo, e o amo está por isto (Tomo IV, p. 100-101).

Longe de conseguirem, como os tipos acima referidos, a acumulação primitiva indispensável à sua mobilidade social, outras figuras assumem nos folhetos o papel de delinquentes menores, alternando entre a maldade, a “esperteza saloia” e a estupidez. Dominadas sempre pelo ridículo são, também, a figura do outro em oposição ao qual se situa o Piolho.

Estão neste grupo a lavadeira (carapuça IX), cujo officio exige “mais, do que muita gente lhe parece: precisa-se huma grande memoria; saber mentir, e saber furta” (Tomo I, p. 89); a mulher que contratava criadas de servir (carapuça XLI), dúplice na maneira como se dirigia às patroas, ciosa do principal segredo da profissão: “bom he saber os podres alheio” (Tomo I, p. 33); o algibebe (vendedor de roupas de tecido barato) (carapuça LVII) que “[...] com meia vara de riscadilho fazia humas calças e hum jalleco, tão justo que a segunda vez que se vestia, arrebetava por todas as ilhargas com riso, por ver o opio em que cahio quem o comprou” (Tomo IV, p. 64); ou o caixeiro (carapuça XXI) que, com sucessivos desfalques, levou o patrão à falência:

[...] erão três interessados na loja, o patrão, elle, e a gaveta: a ultima quebrou ás duas palhetas; e como era o sócio principal, pôdem vv. mm. suppôr, como ficarião os dois! mas sempre o mais culpado foi o socio gaveta pelo seu bom genio, que se ella se não deixasse persuadir, e abrir tantas vezes quantas o meu caixeiro queria, não lhe havia de succeder esta desgraça (Tomo I, p. 216-217).



Cabe ainda incluir aqui o alfaiate (carapuça LXIV) que defraudava assumidamente os clientes, de acordo com um critério determinado por razões econômico-sociais muito próprias, refletindo com assinalável oportunidade o humor de *O Piolho Viajante*:

[...] de boa consciência, fazia a tres freguezes iguaes e da mesma altura tres pares de calças, e a hum levava-lhe covado e meio de panno, a outro dous covados, e a outro hum covado e terça; e dizia elle, que lhas fazia conforme os seus teres: ao mais pobre levava-lhe menos fazenda, ao mais rico mettia-lhe mais a unha, e ao mais tolo carregava-lhe [cravava-lha, na edição de 1837, p. 116] de todo (Tomo IV, p. 137-138).

Fixado – ou cravado – de todo pelo Piolho é o estudante (carapuça XXVIII) com aspirações a taful (vadio), frívolo seguidor de modas (Lisboa 2015, 354), que, aos trinta e cinco anos, tinha passado trinta a estudar. Aos catorze já sabia ler e escrever... Chegado à Universidade, “foi reprovado em tudo: e vendo-se tão adiantado deixou-se de estudos, e ficou com a alcunha de estudante, que bastante lhe custou [...] no dia em que eu lhe passei para a caximonia, vendeo elle a Presodia, e os Quintilianos para comprar Bertoldo, humas comedias, e humas pinturas do jogo do páo” (Tomo II, p. 59-60)⁵. Com semelhante preparação, o estudante – de alcunha – evoluiu para taful, um dos alvos favoritos da sátira do Piolho:

[...] não jantava em casa, zombava do pai, ralhava com a mãe, dava nas irmãs: isto era outro melro: era rapaz de tom. Taful, [...] nunca tinha que fazer coisa que lhe fosse util, nem a si, nem aos seus semelhantes. Que rapaz! que moço! que perola! Então o pai, e a mãe concorrião muito para isto, [...] dizia o pai parece impossivel, que este rapaz saiba tanto sem estudar nada [...] (Tomo II, p. 63-64).

As carapuças do ciumento (XXXI) e do preguiçoso (XXXII), além de escarnecerem aquele sentimento – “O Ciume não serve aos homens senão de se atormentarem huns aos outros. Arte de envenenar os prazeres [...], remedio, que nunca curou ninguem, e que tem morto muita gente” (Tomo II, p. 103) – e de manifestarem uma curiosa simpatia pelo que é geralmente considerado um vício⁶ – “Este era o modo de pensar do meu preguiçoso [...] e eu gostava daquelle modo de pensar” (Tomo II, p. 126-127) –, contribuem para veicular uma crítica ao modo como os homens tratavam as mulheres.

Na sátira ao ciumento, o Piolho ridiculariza o marido que tentava impedir a mulher de olhar para outros homens: “Ora que se lhe ha de metter a este homem na cabeça? Querer que a rapariga fosse céga para a metade do genero humano, que não visse homens” (Tomo II, p. 107-

⁵ Referências à *Prosódia*, ao escritor latino Quintiliano, autor do tratado *De Institutione Oratoria*, compêndio usado na época, e a *Bertoldo*, *Bertoldinho* e *Cacasseno*, tema popular de origem medieval fixado pelo italiano Giulio Cesare Croce (1550-1609), cujas sucessivas versões traduzidas faziam parte da literatura de cordel mais procurada no final do século XVIII e início do século XIX (Palma-Ferreira 1973, 254). Em 1984, Mario Monicelli realizou um filme homónimo, com Ugo Tognazzi no papel de Bertoldo.

⁶ Com a assinalável excepção de Paul Lafargue, em obra publicada cerca de 80 anos após *O Piolho Viajante* (Lafargue, 2002 [1883], 7-9).

108). Mais significativa ainda é a defesa da instrução como meio de emancipação: “[...] queria que ella não soubesse ler nem escrever depois de ter aprendido: ora isto não he frenesi, que merecia azorrague?” (Tomo II, p. 108-109).

A contrapartida é a compreensão pelo consequente afastamento – no limite por um eventual adultério. “[...] a rapariga andava já tão arrenegada, que em vendo outro homem, que não fosse elle, era huma alma nova, que lhe entrava no corpo, e estava já prompta a larga-lo, e saffar-se, inda que [na edição de 1821: “ainda que”] fosse com quem fosse” (Tomo II, p. 108-109).

O consequência é notável: “Por mais que se ame, he preciso liberdade” (Tomo II, p. 110). Cabe, ainda, sublinhar o reconhecimento da sensibilidade do outro, neste caso a mulher: “Meio termo, meio termo, meus Senhores, e antes de menos, que demais, que onde ha menos póde ir a mais, onde ha mais póde ir tocar na impertinencia, e as impertinencias nem no amor se aturão” (Tomo II, p. 110-111).

É justamente a falta de meio-termo que corrompe a relação com o preguiçoso:

Esta pobre moça tinha de passar huma vida bem desgraçada: acabava de viver com hum homem, que não lhe deixava a mais pequena acção livre; veio para este, que todas lhe deixava, e não lhe importava nada do que ella fazia [...] que ella estivesse á janella, que sahisse fóra, que conversasse com o visinho, que não lhe apparecesse todo o dia, para elle era o mesmo [...]. A mulher enraivecia-se com isto (Tomo II, p. 114-115).

Quando a mulher lhe pediu explicações, o preguiçoso expôs uma concepção de casamento avançada para o contexto da época:

Olha, mulher, eu tenho preguiça de responder a tanta cousa; mas por te dar gosto, por esta vez, sem exemplo, te responderei a tudo [...] o homem quando casa, não he para aborrecer o resto das mulheres, nem a mulher para aborrecer o resto dos homens, he para ter aquele homem por seu, para lhe guardar fé, para o ajudar nos seus trabalhos, e ter parte nos seus prazeres; mas isto não tem nada para viver com o resto do mundo em boa harmonia: não, mulher, eu confio mais em ti, que tu mesmo (Tomo II, p. 118-120).

Podia ter ficado por ali, mas, naquele dia, a preguiça não o impediu de procurar mais uma justificativa:

[...] descança, que eu não caso com outra em quanto tu fores viva, olha, de mais a mais, tu tambem já não estás muito para cobiçar, vas-te fazendo feia. Oh, diabo, que tal disseste! Foi o demo em casa do alfacinha, gritou, arrepelou-se, bateo com a cabeça pela parede, jurou que havia de fazer e de acontecer (Tomo II, p. 120).

Vivendo nas margens da sociedade, o pedinte (carapuça XVIII) é, para o Piolho, um profissional bem-sucedido – “Tomaram muitos ricos passar, como passava este Pobre! elle era

Negociante de pobres: andavão pobres a pedir esmola por sua conta” (Tomo I, p. 182) –, a ponto de ter codificado o seu ofício num manual para formar discípulos.

Compôz hum pequeno Tratado, intitulado: *Methodo de pedir esmola a tôrto, e a direito*. Cujos descrevo aqui por me parecer util, se algum dos meus Leitores cahir em pobreza, ou a mandreice lhe der vocação para isso; porque he bem certo, que a não se ser cêgo, côxo, ou muito velho, ella he quem conduz á relaxação da pedintaria (Tomo I, p. 183-184).

Nesta leitura do outro, é-se pobre, preferencialmente, por opção, em resposta à vocação do preguiçoso. O manual condena ao ostracismo os que são pobres por doença ou velhice – a ironia da marginalização pelos marginais: “[...] lá pobre, que precise, e que peça por verdadeira necessidade, nada de amizade com elle, isso são huns pobres, e quasi sempre são tolos, botão a perder o officio, nada, nada” (Tomo I, p. 196-197).

A recolha de papel, uma das mais antigas práticas de reciclagem – “andar ao papel” – é aqui apresentada como uma “descoberta”, “muito nova”, capaz de gerar lucros significativos (Tomo I, p. 198-199). O cálculo dos ganhos milionários com as esmolas está inflacionado devido à estimativa muito exagerada (França 2008, 480) de um milhão de habitantes para Lisboa na época (Tomo I, p. 200).

O humor é particularmente eficaz no capítulo dedicado ao dono da casa de jogos (carapuça LXII) e aos “alquimistas do dinheiro alheio”. O Piolho começa por usar a ironia para caracterizar o vício do jogo e a hipocrisia da sua proibição – “[...] cousa de jogo prohibido não o consentia, só se era muito ás escondidas para fazer a vontade aos parceiros [...] e dizia-lhes elle, sabem vv. mm. porque eu lhes tiro tanto? para ver se lhes tiro o vicio” (IV, 113-114) –, acabando por fazer da crítica aos costumes o ponto de partida para a crítica social: “[...] alguns até o furtão para o ir allí dar; mas o dono da casa não lhe pertence lá indagar se he furtado ou não o que jogão [...] e até era arriscar-se a darem-lhe muita bofetada: elle que o joga he porque o tem [...] tinha que ver se nós andavamos a perguntar huns aos outros: donde lhe vem a v. m. o dinheiro? [...] habilidade he eu gastar tres mil cruzados tendo só hum, aqui he que está o buzilis, mas isto não he para todos, he cá reservado para os alquimistas do dinheiro alheio” (IV, 119-120).

O riso torna-se irresistível numa cena que descreve uma briga entre dois jogadores de gamão e culmina numa situação cujo efeito cômico resistiu à passagem dos séculos, com eficácia comprovada nas comédias burlescas do cinema mudo e nos filmes sonoros da parolha o Gordo e o Magro (Bucha e Estica em Portugal), interpretada por Oliver Hardy e Stan Laurel:

[...] erão ambos de cabelleira, hum delles que era o mais baixo tinha huma cabeça do tamanho de huma melancia de Abrantes, destas que custão hum cruzado novo, e o outro

mais alto tinha huma cabeça do tamanho de huma melancia de dez réis [...] o que tinha jogado errado, quiz emendar o lance, este não consentio; descompozerão-se, passarão ás mãos, esbofetearão-se, em cujas bulhas forão as cabelleiras de ambos á casa [ao chão]: forão accommodados pelos circumstantes, e tanto trabalhárão que os reconciliárão ao ponto de tornarem a jogar: feitas as pazes foi cada hum buscar a sua cabelleira, mas infelizmente pegárão nellas trocadas; porque a raiva do jogo ainda não estava bem dissipada: pozerão as cabelleiras na cabeça, e ficárão galantes; o que tinha a cabeça grande ficou-lhe a cabelleira pequena no alto da cabeça, e o que tinha a cabeça pequena ficou-lhe a cabelleira tapando as orelhas e parte da face, e assim se pozerão a jogar, sem nenhum dar nem pela falta nem pelo sobejo: todo o mundo estava parado para os dous velhos; mas elles tão encarniçados estavão, que se despedirão à noite, e forão com as cabelleiras trocadas para casa e não deram por tal (Tomo IV, p. 114-117. Sobre as duplas cômicas de duas personagens com características opostas ver Pereira 2016, 45-46).

Algumas das cabeças visitadas ao longo das viagens são vítimas das circunstâncias. O Piolho revela por elas compreensão e até alguma simpatia. Está neste caso o criminoso (carapuça XII), “homem depravado” que, no entanto, merecia compaixão. Debaixo de todos os defeitos, “tinha hum coração bem formado. A sua educação, e os seus parentes erão os factores desta obra, e elles não tinham perdido hum instãte de o fazerem desgraçado” (Tomo I, p. 121). Abandonado pelos familiares que o acusaram, falsamente, de ser ladrão,

[...] entrou a rapinar algumas bagatelas: o animo era pouco, a fome muita; [...] achou nos ladrões mais amor que nos parentes: começou a embebedar-se, tomou tabaco de fumo, passou a outros vicios, e em pouco tempo se fez o homem que disse [na edição de 1846: dizião], e foi á cadêa (Tomo I, p. 122-123).

O doido (carapuça LII) – “que tomárão muitos com juizo pensarem, como elle muitas vezes discorria” (Tomo III, p. 217) – foi levado à loucura por um desgosto de amor. Este capítulo, dividido pelos tomos III e IV da obra, desenvolve uma reflexão sobre a doença mental, apresentada como um problema médico-científico, mas também legal/normativo, social e filosófico. O outro é aqui a mulher sobre quem se projeta uma relação de amor-ódio:

[...] dizia, que era mais formosa do que Venus; mais casta que Diana; e que tinha mais juizo que Minerva: depois de ter dito isto parava, e desdobrava tudo quanto tinha dito, e de novo tornava a dizer: Mas de quem fallo eu? [...] ella enganou-me! enfeitou-me a cabeça com fitas de osso! aquella cachorra por quem eu morria de amores (Tomo III, p. 226-227).

Mas o outro é também o doente mental, lúcido bastante para questionar o seu confinamento à margem da sociedade. A comparação entre o antes e o depois da declaração da loucura, estimula o pensar e abre espaço à contestação, parte integrante do tópico do doido com juízo:

[...] doudo era eu quando todos dizião, que eu tinha juízo [fazia noitadas, andava em más companhias, pilhava dinheiro...] hoje que não faço metade das asneiras, que então

fazia, hoje he que sou o doudo: algum dia andava sempre em hum pontinho, e todos me chamavão asseado, homem de Corte, que conhecia o trato das gentes, mas era-me preciso muito dinheiro para estes preparos: hoje que não estrago nada, que me dura o fato immenso tempo, chamão-me doudo, mas eu nego tal (Tomo IV, p. 3-6).

Essa declaração oficializando o ostracismo acaba por assentar apenas num argumento de autoridade: “[...] sou doudo, porque estes senhores o mandão” (Tomo IV, p. 6).

Vence, mas não convence, perante a realidade exterior à prisão/manicômio – “[...] e vejo eu tantos por ahi, que ainda estão muito peiores do que eu, e não os prendem, só porque não ha hum que levante a lebre, e diga: Fulano está doudo!” (Tomo IV, p. 6). A resposta encontrada abre caminho a todas as perguntas: “[...] ter paciencia he o unico refugio do meu mal” (Tomo IV, p. 6. Ver Foucault 1977, 24-27 e 373-400).

Escravo do vício, o jogador compulsivo (carapuça XXIV), é vítima por excelência da sua circunstância. A “quinta essência das más cabeças” (Tomo II, p. 9), sujeita-se aos piores vexames para conseguir dinheiro para o jogo,

[...] vicio, que abrange em si os outros vicios; e eu o provo: o ser ladrão he máo, mas he ser ladrão só: ser matador ainda he peor, mas bem póde ser hum homem matador, e não ser capaz de ser ladrão: ser mentiroso, ninguem se fia nelle, e a perda he só sua: ser bebado he um vicio alegre, e nesta occasião se podem fazer mil cousas boas: hum bebado entusiasma-se às vezes em hum Heróe, humas vezes é liberal, outras vezes valente, algumas Poeta, e quasi sempre engraçado etc., mas um jogador he hum animal que começa logo por fazer mal a si, gasta o que tem, pede o que não póde pagar, furta quando se lhe acabão estes dous meios, e está prompto para toda a qualidade de má acção só para ter dinheiro, e encher o vicio, o vicio que reune em si todos os outros (Tomo II, p. 25-26).

Merece destaque, neste capítulo, um momento de humor de considerável modernidade, capaz de ombrear com qualquer cena cômica de absurdo contemporânea: o jogador tinha um “cão, que lhe chamavão *Noroega* (por ter vindo da America)” (Tomo II, p. 11-12).

Já o bêbado (carapuça LV) revela estarmos perante um vício que beneficiava, ao tempo, de uma sintomática tolerância social. Na carapuça do jogador, o alcoolismo é apresentado, em contraponto ao jogo, como “um vício alegre” e o bêbado é “quase sempre engraçado”. No capítulo que lhe é dedicado, apesar de reconhecer a gravidade do resultado – “Assim vivia este pobre homem e esta triste mulher com cinco innocentes desgraçados, sendo disto a causa o summo da cepa” (Tomo IV, p. 55) – limita-se «clamar» pela moderação do consumo:

[...] huma cousa tão bella como se torna pernicioso pela demazia; em conta conforta, com excesso estraga: em conta anima, com excesso enfraquece: em conta faz a alegria de huma companhia, com excesso, a tristeza de huma familia inteira: nada de excessos, meus companheiros, eu vos lhes clamo (Tomo IV, p. 55).

Vítima da sua condição é, igualmente, o ator cômico (carapuça XV) que “não tinha graça nenhuma” (Tomo I, p. 145). Por ironia do destino, “o unico papel, que lhe vi desempenhar bem, era hum em que elle não fallava nada, e até levou palmas, mas indo-as agradecer com huma cortezia, fê-la com tanta graça, que logo lhe deram pateada” (Tomo I, p. 146). Distinguiu-se ainda em outra peça, “[...] em que era preciso transformar hum homem em burro, fe-lo muito bem, e só com o simples trabalho de pôr as mãos no chão, e tudo gritou: Bravo, bravo, e foi a primeira vez que ouviu louvor” (Tomo I, p. 151-152).

Neste capítulo surge, ainda, uma referência à homossexualidade: “A mulher tinha-lhe fugido, elle desconsolado, sahio por alli fóra, encontrou hum amigo, que era escudeiro, a quem contou a sua desgraça: consolou-o, deo-lhe de cear essa noite, dormirão ambos [a edição de 1846 acrescenta: “juntos”]” (Tomo I, p. 152-153). Não sendo inédita, a alusão ao tema é rara no periódico: aparece mais uma vez na carapuça XXI, a propósito da relação entre o marinheiro e o caixeiro condenado ao degredo (exílio) por desfalque.

[...] tanta amizade tomárão que dormião ambos [na edição de 1846: ambos juntos]. No outro dia pela manhã [...] o meu marujo teve licença para acompanhar o seu amigo preso. Chegámos á terra, entrárão a despedir-se, e sou obrigado a dizer: o caixeiro tinha o coração mais duro, que o marujo; nem uma lagrima botou, e o marujo cahião-lhe pelas barbas abaixo. Salta-me nelle aos abraços, que não havia quem os apartasse (Tomo I, p. 225-227).

A última vítima das circunstâncias em *O Piolho Viajante* é o menino do último capítulo (carapuça LXXII). Mimado pelo zelo protetor da família, que lhe permitia todos os excessos:

[...] tinha sete annos e meio, dormia na cama com a mãe, e por gosto se podia dormir com o rapaz de verão, porque no discurso da noite mijava as suas tres ou quatro vezes; e por mais que o pai ralhasse com elle não se emendava, e a mãe e a avó não lhe querião dar, porque elle estava muito magrinho, e tinhão medo, que se o amofinassem morresse tísico (Tomo IV, p. 227-228).

Acabou por sofrer de uma biliosa fatal: “Ver agora o cuidado com que o pai, a mãe, e a avó mataram o pequeno á força de remedios e de cuidados! [...] quando chegava a ocasião de lhe darem o remedio era huma confusão tal que se não entendiam [...] e, por fim de contas, nunca o remedio hia no seu lugar” (Tomo IV, p. 237).

Na extensa galeria de carapuças do *Piolho* devem salientar-se ainda os alvos escolhidos em função de estereótipos. A origem étnica, nacional ou regional, a deficiência física ou a idade alimentam preconceitos que delimitam o outro. É o caso do negro (carapuça XIX), um dos raros a quem é dado nome próprio – “Pedro, se chamava o Preto [...] casado com huma branca, porque havia então muita falta de pretas” (Tomo I, p. 203) –, objeto de trocadilhos jocosos a

propósito da cor da pele: “Elle caiava; mas era hum Preto tão cordato, que andava fazendo diligencias para entrar para o Caes do carvão, e ser carvoeiro” (Tomo I, p. 203).

Já a cigana (carapuça XXX) é retratada à luz do duplo preconceito étnico e de idade:

Eu cuidava, que huma cigana era uma mulher bem feita, bonita, [...] mas não, senhores, a tal cigana era huma mulher setentona, [...] muito bem talhada para esqueleto, bastante negra; alguma coisa enxovalhada, [...] creio, que não preciso dizer, que era feia [...] ladra (Tomo II, p. 83-84).

A reprodução do estereótipo está garantida. “Todos os dias á tardinha vinhão as ciganitas pequenas para tomarem a lição; que constava de enganar o mundo [...] e huma das coisas, que a velha mais recommendava, era, que furtassem” (Tomo II, p. 88).

Cabe também aqui o velho (carapuça XXIX), “que tem os seus setenta no bucho, mas com todos os vicios de hum rapaz de vinte” (Tomo II, p. 71). A diminuição das capacidades devido à idade é aproveitada para o ridicularizar: “[...] já não ouvia bem: mas não queria dar o seu braço a torcer, era então hum gosto ouvi-lo conversar: perguntava-lhe huma senhora; que annos tem? respondia elle; se lhe quero bem? ainda o duvida ingrata!” (Tomo II, p. 75).

Do mesmo modo, a velha (carapuça XXXVIII), que se vestia “no ultimo gosto da móda, quero dizer, andava quase nua” (Tomo II, p. 215). Nota-se neste capítulo o reconhecimento de um duplo estereótipo, sendo um deles apresentado como positivo. Ao persistir em afirmar a sua identidade, recusando o papel que lhe é atribuído como «natural», a mulher é rotulada negativamente:

Que extremos tão oppostos são estes das velhas: as de boa conducta (de que ha muitas), as de probidade, quanto servem para a instrucção da mocidade [...], ás avessas aquellas de huma qualidade como esta, em cuja cabeça eu estou: esta com a sua vaidade, fazia-as vaidosas, com os seus costumes relaxava-lhes o coração (Tomo II, p. 217-218).

Pior: corrompia a mocidade, no caso, a sobrinha, a quem ensinava: “Nunca entregues o coração a hum homem, nunca lhe falles verdade, nunca lhe digas os teus sentimentos, e saca-lhe a camiza se poderes [...] em sendo pobre, foge delle, como de peste” (Tomo II, p. 221).

O outro é ainda o que vem de fora. Seja de perto, como o saloio, o rural dos campos nos arredores de Lisboa (carapuça XIV), “simples como hum; malicioso como trinta” (Tomo I, p. 138), ou o emigrante do país vizinho, o galego (carapuça XXV), estereotipado como avarento, desconfiado, teimoso, crédulo e invejoso. Queria ir à terra bater na mulher porque lhe disseram que esta tinha emprestado a burra a um primo; tinha comprado um pandeiro, “mas não tocava diante dos amigos, tangia sosinho, e dizia a isso; se se querem divertir, que gastem, que tambem eu fiz o mesmo” (Tomo II, p. 32); e ambicionava comprar um relógio “só para fazer figas aos da sua freguesia” (Tomo II, p. 33).

Alvo de sátira especialmente direcionada é o estrangeiro que vem para Portugal ganhar dinheiro à custa dos naturais. Fazem parte deste grupo de expatriados o dentista charlatão (carapuça XLIII); o exibidor de câmara ótica (carapuça XLIV) que, tendo começado em espetáculos de feira conhecidos como *tutto il mondo* – “[...] tal he o negócio! ganhar com cem cinco, faz qualquer tolo, agora ganhar com cinco cem, isto he reservado para outra qualidade de cachimónias” (Tomo III, p. 83) –, chegou a armador de navios; e, ainda que com menos êxito, o mestre de esgrima (carapuça XLV). É neste capítulo que se encontra um exemplo da crítica social do Piolho, com o pretexto de mostrar a maneira como os do exterior viam os portugueses:

V. m. está em huma bella terra, porque aqui ha muita perguiça, e por consequencia muito pouca industria, não se olha mesmo para o necessario, por isso morre muita gente de fome, que podia morrer de fartura, se usassem dos braços que Deos lhes poz no corpo, que bem se deixa vêr que forão para trabalhar, e em vez de com elles abrirem a terra para lhe dar o sustento, pizão-na com os pés, e deitão-se em cima della até que ella cançada de os soffrer, os cobre (Tomo III, p. 90-91).

O preconceito social recobre ainda as figuras da criada (carapuça XL), gulosa, ladra e ingrata; do poeta (carapuça VII) – “Nunca já mais comeo a horas competentes; comia quando tinha, e era muito parco, comia poucas vezes” (Tomo I, p. 64-65. Ver Santos 1983, 7-16); e do filósofo (carapuça XVII), que

[...] não fazia caso de nada, e nada tinha: passava sem tudo que não tinha, e não tinha nada [...] Mas reparava eu no meu Filosofo, que se o convidavão para jantar, sempre comia do melhor, que vinha á mesa [...] Que diabo de Filosofia he esta?, dizia eu comigo, elle não faz nada do que préga (Tomo I, p. 163-166).

O outro é, por fim, aquele que está marcado pela doença ou pela deficiência: o tinoso (carapuça I), o gotoso (carapuça XXIII) ou o corcunda (carapuça LXI). De sublinhar, no tocante ao mordomo referido acima (carapuça LX), a deficiência física aparece como uma marca visível dos defeitos morais e sociais que carrega: “[...] tinha quatro dedos em huma mão, e dous delles pegados hum no outro, que vinhão a ser na configuração só tres dedos, deffeito este, que lhe embarçava muito abrir a bolsa; mas mesmo assim se servia, porque ninguem lha abria” (Tomo IV, p. 89).

Exceção ao tom satírico do conjunto da obra é o elogio da menina virtuosa (carapuça XXXIX), uma crítica de costumes conformista fazendo a apologia da ordem familiar patriarcal, apresentada como um louvor à firmeza das mulheres que, ao contrário de outras – e dos homens – não cedem às tentações: “[...] como os homens estão depravados! Nós infelizes mulheres devemos ter por guia a religião, e vós, monstros, o prazer, e o interesse! Não ingrato tu não me

amas, se tu me amasses tu não quizeras, que eu fizesse huma acção contra o meu decoro” (Tomo III, p. 6-7).

3. “Pobre com rico não faz boa liga”. Crítica social

Enquanto os outros folhetos jocosos, seus contemporâneos, nomeadamente os de José Daniel Rodrigues da Costa (autor, entre outros, do *Almocreve de Petas*), raramente ultrapassam a crítica de costumes, as carapuças de *O Piolho Viajante* veiculam com frequência, além daquela, uma verdadeira crítica social, “um largo fresco satírico de carácter social” inspirado na literatura picaresca (Carvalho 1974, 69).

Com recurso à perspectiva do narrador que conta uma realidade outra, à semelhança das *Cartas Persas* de Montesquieu, do *Zadig* de Voltaire ou das *Viagens de Gulliver* de Swift, a distância é assumida logo na apresentação da obra, “vertida da língua piolha”, e do narrador, um piolho vindo da Ásia – embora a polémica com José Daniel, que o acusava de ser uma mera tradução, acabe por obrigá-lo, no último prólogo, a declarar-se “filho de Lisboa e educado na Pátria” – que assume um ponto de vista “exótico”: “Furta hum vinte mil cruzados, e o outro outros vinte, hum escapa, outro he apanhado, o apanhado he ladrão, o que fugio vivissimo e experto como hum azougue: e então que tal vai o mundo cá pela Asia?” (Tomo III, p. 111).

Os tipos retratados nos diferentes capítulos servem de pretexto ao narrador para evidenciar um pensamento social que apresenta em tom negativo não só a sociedade hierarquizada em ordens e o parasitismo de uma certa nobreza, mas também a burguesia ascendente e as contradições entre classes, em vias de agudização no início do século XIX.

A propósito do falso sincero, que amontoava ouro “sem lhe importar a macilenta fome, pintada no rosto do seu semelhante” (Tomo III, p. 125), aponta “a regra quasi geral: aonde mora hum muito rico serem pobres todos, que o cercão; porque como he arvore maior, chuxa [na edição de 1854: chupa] todos os succos da terra. O rico, bem comparado, he como o Tubarão” (Tomo III, p. 127-128). Sem hesitar, sentencia: “cá para mim este homem he o peor do mundo” (Tomo III, p. 125). Em contrapartida, “[...] huma vez que se vive, he preciso que se sustente, com tanto que para eu me sustentar melhor não seja preciso, que morrão seis á fome” (Tomo II, p. 23). Em 1846, o mesmo ano de uma reedição de *O Piolho Viajante*, perguntava Garrett “aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à

ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico” (Garrett 1976 [1846], 19).

A propósito das mortes que o cirurgião não consegue evitar, pergunta – e responde: “[...] o mais a que eu acho graça, he perguntar muita gente de que morreu fulano? Se elle he pobre, ha mais que perguntar: morreo de fome” (Tomo III, p. 53). A propósito, menciona um piolho seu conhecido, mas rico, para desabafar: “pobre com rico não faz muito boa liga” (*Ibidem*).

Até o preguiçoso – para se esquivar ao trabalho – desenvolve uma argumentação socialmente avançada:

[...] ajuntar dinheiro, para mais do que he preciso: Isso he tirallo aos que precisarem [...] o trabalhar muito não serve de nada para o que trabalha, sempre he para hum, que não trabalha nada. [...] o que faz a desordem de huns terem muito trabalho e outros nenhum, he não serem obrigados todos a trabalhar para comer (Tomo II, p. 123-125).

Igualmente radical é o caseiro, mas, ao contrário do anterior, afirmando o valor do trabalho: “[...] todos neste mundo, quando nascêrão, lhes coube a sua porção de terra, e que ella não pertencia a quem tinha dado ouro por ella; mas sim áquelle, que com o seu suor a regava” (Tomo IV, p. 198-199).

Nesta crítica alargada, a própria origem da mentira tem raízes sociais: “O mentir não he muito antigo, he do tempo que nasceo a Politica e tomou a sua maior força do tempo, que os homens quizerão passar com mais do que tinhão [...] A semente do Luxo he quem produzio os mentirosos” (Tomo II, p. 166). Resultado: “Chega a idade de sete annos e a pobre criança não ouve senão mentir: os criados dão Senhoria aos Pais, e he mentira: dá-se dom a huma amiga, e he mentira: procura hum crédor o Pai, diz-se-lhe, que não está em casa, e he mentira” (Tomo II, p. 155).

Mas *O Piolho* não fica apenas na crítica aos grupos dominantes: satiriza, igualmente, as classes médias e baixas, desenhando de forma exemplarmente cruel o retrato do pedinte.

Marginal por excelência, o chefe dos ladrões tem um lado de bandido social.

[...] o que tinha de máo sendo ladrão, trocado em soldado, seria maravilhoso; vejão como huma pequena mudança faz mudar as cousas, sem tirar a essencia ás mesmas, porque este não precisava mudar de costumes, bastava só que seguisse os que tinha, contra os inimigos da pátria, mas elle pensava de outra fôrma, e dizia, que todos os que tinhão dinheiro erão seus inimigos (Tomo III, p. 149-150).

A carapuça que lhe cabe serve também para apresentar uma curiosa genealogia do dinheiro – “Isto de ter muito dinheiro, indagada bem a geração do mesmo, quasi sempre vem por bastardia” (Tomo III, p. 155) – e do roubo.

4. “A obra não é tão ridícula como a muitos parece”. Recepção e circulação

As sucessivas reedições de *O Piolho Viajante* são testemunho da recepção do periódico. Os folhetos, cuja publicação se iniciou em 1802, foram reunidos em livro logo a partir de 1803: são desse ano as edições do tomo II, com a indicação “segunda edição emendada”, impresso por António Rodrigues Galhardo (que publicita a qualidade de “impressor do Eminentíssimo Cardeal Patriarca”), e o tomo III, impresso por João Procópio Correia da Silva. No ano seguinte, foi editado o tomo IV, impresso também por António Rodrigues Galhardo (já na qualidade de “impressor do Conselho de Guerra”). De 1805 há uma edição do tomo I, impressa na Nova Oficina de João Rodrigues Neves. A obra foi reeditada em 1821, na Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos; em 1826 (Silva 1860, 119; Tengarrinha 2013, 140); em 1837, na Imprensa Nevesiana; em 1846, também na Imprensa Nevesiana; e em 1854, na Tipografia de João Baptista Morando. Essas reedições trazem a indicação “nova edição emendada”.

As reedições de *O Piolho Viajante* ao longo da primeira metade do século XIX e até ao início da segunda metade de oitocentos, permitem estimar a sua eficácia. Um número significativo da escassa percentagem de portugueses alfabetizados ter-se-á disposto a pagar o preço de cada fascículo: “ha folheto, que tem seis Carapuças, fóra o Prologo, e ei-las ahi a menos de trinta réis” (Tomo III, p. ii). Os habituais lugares de leitura dos periódicos – botequins, cafés, casas de pasto, praças, além, naturalmente, das casas particulares –, indiciam a presença do *Piolho* no espaço público e a sua influência na formação de uma embrionária opinião pública (Alves 2005, 128).

Mas a circulação não se limitou a Portugal continental: transpôs as fronteiras do reino e espalhou-se pelo império, atravessando o Atlântico em direção ao Brasil onde, entre 1808 e 1822 – desde a chegada da família real até à independência –, foi um dos dez livros mais lidos, com base nos pedidos de autorização de remessa de Lisboa para o Rio de Janeiro. Enquanto original português e novidade editorial, *O Piolho Viajante* foi uma exceção, ao lado de reedições de obras dos séculos XVII e XVIII, sobretudo francesas ou traduções do francês⁷.

Sinal da recepção transatlântica do periódico foi a escolha do pseudônimo “Piolho Viajante” pelo imperador D. Pedro I (futuro rei D. Pedro IV de Portugal). Com ele assinou

⁷ Da lista fazem parte: “*Aventuras de Telémaco*, de Fénelon; *As mil e uma noites*, de Galland; *Historia de Gil Braz de Santilhana*, de Lesage; *Thesouro de meninas ou diálogo entre uma sábia aia e suas discipulas*, de Beaumont; *História do Imperador Carlos Magno*, anónimo; *O Feliz independente do mundo e da fortuna*, de Pe. [Teodoro de] Almeida; *Lances da Ventura, acasos da desgraça e heroísmos da virtude*, de Monroy y Ros; *Thesouro de meninas*, de Blanchard; e *O Piolho Viajante*, de Policarpo da Silva” (Abreu 2008, 84 e 2013, 16).

artigos e cartas nos jornais do Rio de Janeiro em 1823, logo a seguir à independência (Bignotto s.d.).

A recepção da obra confirmou a reflexão do censor João Guilherme Cristiano Müller, que se “envergonharia de hesitar hum unico momento” em dar o seu voto a favor da publicação de *O Piolho Viajante*, após comparar as suas “caricaturas plebeias e feias, mas com hum feliz acerto de Verdade” aos quadros de Hogarth (Bastos, 1926, 289). Se, ao tirar as carapuças, destapa o ridículo da sociedade portuguesa da época, o autor reclama mérito para o seu trabalho – “a obra não he tão ridícula como a muitos parece [...] póde ser, que este meu Piolho não parecendo nada, ainda venha a ser hum Piolho nomeado, ao menos eu espero, que lhe não ponhão a unha [...] Deos me livre de tal desgraça” (Tomo IV, xx-xxii). Afinal, o que interessa não é o juízo da crítica: é fazer rir a gente (Lisboa 2015, 350).

5. “Unindo a moral com o riso”. O humor de *O Piolho Viajante* na formação da opinião pública

O Piolho Viajante é uma fonte fundamental para o estudo do humor periodístico. Apesar de não ter saltitado entre novas carapuças desde 1804, as constantes reedições até 1854 são prova disso mesmo. E, juntamente com as notícias das remessas para o Brasil, são, pela abrangência da sua circulação, ainda mais significativa, dado o quão limitado era o âmbito do público leitor, à época.

A recepção, testemunhada de forma prudente pelo autor – “a obra não tem hido mal, e eu estou muito obrigado ao Público, porque a vai comprando” (Tomo III, xx) – e saudosa, décadas mais tarde, por Inocêncio – “Depois de servir por muito tempo de agradável entretenimento e diversão aos serões de nossos paes, acha-se de todo esquecida, ou pouco menos” (Silva 1860, 119) – permite aferir, ao menos por estimativa, a eficácia do humor do periódico.

A procura do público consumidor das sucessivas reedições denota a existência de um espaço público adequado à leitura do periódico (e dos outros) – mas também, o que não é menos importante, alargado por essa leitura e pela apropriação da obra. Dessa apropriação e desse espaço público formou-se, ainda que de forma embrionária, a opinião pública que desempenharia papel de relevo no triênio liberal.

Para a gênese dessa opinião pública cabe reconhecer o lugar do humor de *O Piolho Viajante*, particularmente na crítica social que constitui a marca diferenciadora da obra no

panorama do periodismo contemporâneo, sobretudo em contraste com a crítica de costumes, globalmente conformista, de José Daniel Rodrigues da Costa, autor do *Espreitador do Mundo Novo*, do *Barco da Carreira dos Tolos* e do *Hospital do Mundo*, seus concorrentes e interlocutores de polêmica.

A sátira de diversos tipos sociais presentes e atuantes na sociedade portuguesa na transição do Antigo Regime para o liberalismo, dos estratos mais altos aos mais baixos, não obscurece um pensamento social em que avulta, sobretudo, a crítica aos de cima – ou aos que para lá caminham, tendo sempre presente que “pobre com rico não faz boa liga” (Ferreira 2020, 176-191).

Apesar da crueldade próxima ao humor negro – a expressão “quem he tolo pede a Deos que o mate” surge por duas vezes na obra (Tomo IV, 72 e 178) – são os “alquimistas do dinheiro alheio” os principais visados por esta combinação de sátira social e pícaro tardio (Carvalho 1974, 69-73) que, sintomaticamente, encontra na desarranjada cabeça do doido “os pensamentos mais acertados, unindo a moral com o rizo” (Tomo III, 219).

Sujeito ao tempo – “o tempo he que faz as cousas [...] vamos como elle quer, visto elle não querer o que eu quero” (Tomo III, p. 209-212) –, o riso que resulta da mordidela do Piolho – “se me morder de leve, hei de rir, e se me emendar algum vicio hei de chorar pelo não ter emendado antes, que ele mo anunciasse” (Tomo III, ix) – revela, afinal, a sua eficácia: subverte e esconjura o medo (Pereira 2016, 107-110).

Fonte

[Silva, António Manuel Policarpo da]. [1802-1804]. *O Piolho Viajante Divididas As Viagens Em Mil E Huma Carapuças. Obra muito útil para o Inverno, e para o Verão. Vertida da Lingua Piolha, com algumas notas do Traductor. Dividida Nos Tomos Que Forem, E Offerecida A Quem A Quizer.*

Tomo I. 1805. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves; 1846. Lisboa: Imprensa Nevesiana.

Tomo II. 1803. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo; 1821. Lisboa: Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos.

Tomo III. 1803. Lisboa: Oficina de João Procópio Correia da Silva; 1854. Lisboa: Tipografia de J. B. Morando.

Tomo IV. 1804. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo; 1837. Lisboa: Imprensa Nevesiana.

Bibliografia

Abreu, Márcia. 2008. “Livros ao mar – circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil.” *Tempo* 12, nº 24. 76-94. <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a05v1224.pdf>.

Abreu, Márcia. 2013. “Conectados pela ficção: circulação e leitura de romances entre a Europa e o Brasil.” *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira* 22, Nº. 1. 16. http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/5363/4769

Alves, José Augusto Santos. 2005. *O Poder da Comunicação*. Lisboa: Casa das Letras.

Balbi, Adrien. 1822. *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe et suivi d'un coup d'œil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères*. Tome Second. Paris : Chez Rey et Gravier, Libraires. <https://books.google.pt/books?id=otViAAAACAAJ&pg=PP9&lpg=PP9&dq=adrien+balbi+essai+statistique+sur+le+royaume+de+portugal&source=bl&ots=f5dS81yzPv&sig=Vmo618ApjrFBMBAATHJU23HQGrM&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjrqXBmavQAUB74MKHbQTDPAQ6AEITTAH#v=onepage&q=adrien%20balbi%20essai%20statistique%20sur%20le%20royaume%20de%20portugal&f=false>.

Bastos, José Timóteo da Silva. 1926. *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a compressão do pensamento português)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Bignotto, Cilza. “O Piolho Viajante, agora na rede”. *Margens do Cânone*. Campinas: Unicamp. S.d. Acesso em 10.06.2024. <http://www.unicamp.br/iel/memoria/MargensdoCanone/Piolho/index2.htm>.

Carroll. Noël. 2014. *Humour. A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Carvalho, José Adriano. 1974. “A picaresca tardia em Portugal: O Piolho Viajante.” *Colóquio/Letras* 19. 69. http://coloquio.gulbenkian.pt/grafica/cl/revistas/19/lg_19_p69.jpg.

Carvalho, Mário de. 1991. *Casos do Beco das Sardinheiras*. Lisboa: Caminho.

Ferreira, João P. R.. 2020. “O Humor Na Imprensa periódica Portuguesa (1797-1835).” *Revista Territórios E Fronteiras* 13 (1):176-91. <https://doi.org/10.22228/rtf.v13i1.1055>.

Ferreira, João Pedro Rosa. 2023. “What Did the Portuguese Laugh at 200 Years Ago?”. *The European Journal of Humour Research* 11 (2):106-20. <https://doi.org/10.7592/EJHR.2023.11.2.773>.

Fonseca, Fernando Taveira da. 1993. “Elite e classes médias”. In *História de Portugal. 5º Volume. O Liberalismo*, dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores. 459-477.

Foucault, Michel. 1977. *Histoire de La Folie à l'Age Classique*. Paris: Gallimard.

França, José-Augusto. 2008. *Lisboa: História Física e Moral*. Lisboa: Livros Horizonte.



Garrett, J. B. L. de Almeida. 1976 [1846]. *Viagens na Minha Terra*. Mem Martins-Sintra: Publicações Europa-América.

Lafargue, Paul. 2002 [1883]. *Le droit à la paresse*. Chicoutimi: Québec. http://classiques.uqac.ca/classiques/lafargue_paul/droit_paresse/le_droit_a_la_paresse.pdf.

Silva, António Manoel Policarpo da. 1802. *Leituras Uteis e Divertidas. Traduzidas em Vulgar por Antonio Manoel Polycarpo da Silva*. Lisboa: Na Offic. de João Procopio Corrêa da Silva.

Lisboa, João Luís. 2015. “Read, watch and laugh (with eighteenth century humorous books).” In *Views on Eighteenth Century Culture, Design, Books and Ideas*, editado por Leonor Ferrão e Luís M. Bernardo. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing. 346-357.

Mendes, J. Amado. 1993. “As camadas populares urbanas e a emergência do proletariado industrial.” In *História de Portugal. 5º Volume. O Liberalismo*, dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores. 493-496.

Minois, Georges. 2000. *Histoire du Rire et de la Dérision*. Paris: Fayard.

Palma-Ferreira, João. 1973. Prefácio, glossário e notas. In *O Piolho Viajante*, António Manuel Policarpo da Silva. Lisboa: Estúdios Cor.

Palma-Ferreira, João. 1981. *Obscuros e Marginados*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Palma-Ferreira, João. 1981. *Do pícaro na literatura portuguesa*. Lisboa: ICALP.

Pereira, Ricardo Araújo. 2016. *A Doença, o Sofrimento e a Morte Entram num Bar*. Lisboa: Tinta da China.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos. 1983. “«Os Fabricantes dos Gozos da Inteligência» – Alguns aspectos da organização do mercado de trabalho intelectual no Portugal de Oitocentos.” *Análise Social* XIX. N° 75. 7-16. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223461717T2jSC3in9Lg24ME5.pdf>.

Silva, António Martins da. 1993. “A desamortização.” In *História de Portugal. 5º Volume. O Liberalismo*, dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores. 339-353.

Silva, Inocêncio Francisco da. 1867. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo VIII. Lisboa: Imprensa Nacional.

Tengarrinha, José. 2013. *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.



A TIPOGRAFIA DE PIERRE PLANCHER E A CRÍTICA TEATRAL EM LÍNGUA FRANCESA NO RIO DE JANEIRO DO PRIMEIRO REINADO

PIERRE PLANCHER'S TYPOGRAPHY AND FRENCH-LANGUAGE THEATER

CRITICISM IN RIO DE JANEIRO DURING THE REIGN OF PEDRO I

FERNANDO SANTOS BERÇOT¹

Resumo

Inaugurada em 1824 no Rio de Janeiro, a Tipografia de Pierre Plancher transformou o cenário da imprensa na cidade. Alçado à dignidade de impressor régio sob a proteção de D. Pedro I, o tipógrafo e jornalista francês teve papel decisivo no surgimento da crítica teatral durante o Primeiro Reinado (1822-1831). Os primeiros jornais em francês publicados no Rio de Janeiro também vieram à luz graças ao incentivo de Plancher. Nas páginas do *L'Indépendant* e do *L'Écho de l'Amérique du Sud*, que circularam entre 1827 e 1828, ressoam com vigor os espetáculos de ópera e *ballet* do Imperial Theatro São Pedro de Alcântara.

Palavras-chave: Brasil Império; Ópera italiana; Crítica teatral

Abstract

Inaugurated in 1824 in Rio de Janeiro, Pierre Plancher's typography transformed the city's press scene. Elevated to the dignity of royal printer under the protection of Pedro I, the French pressman and journalist played a decisive role in the emergence of theatre criticism during the first years of the Empire (1822-1831). The first French-language newspapers published in Rio de Janeiro also came into being thanks to Plancher's encouragement. In the pages of L'Indépendant and L'Écho de l'Amérique du Sud, which circulated between 1827 and 1828, the opera and ballet performances of the Imperial Theatro São Pedro de Alcântara resounded with vigour.

Keywords: *Imperial Brazil; Italian Opera; Theatre criticism*

¹ Doutorando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integra o corpo técnico de nível superior do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Membro regular da International Musicological Society (IMS), filiado ao grupo de estudos Italo-Ibero-American Relationships (RIIA). Entre 2022 e 2024, atuou como servidor vinculado à Coordenação de Cooperação Institucional da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na administração de projeto de colaboração internacional junto à UNESCO. E-mail: fernando.bercot@cefet-rj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7694-2809>.

Em 29 de agosto de 1822, Zeferino Vito de Meirelles, dirigente e proprietário do *Diário do Rio de Janeiro*, foi vítima de um tiro fatal. O jornal era impresso na tipografia da Rua dos Barbons, atualmente conhecida como Evaristo da Veiga. O crime, ocorrido às vésperas da Independência, foi resultado de vingança por razões políticas ou pessoais. Antes de falecer, Meirelles confiou seu trabalho a um francês identificado nas fontes com o nome aportuguesado de Antônio Maria Jourdan.² A viúva, Maria Luiza Meirelles, manteve Jourdan como responsável interino pelo *Diário*, que não apenas publicava as principais deliberações do governo, mas também incluía informações particulares, anúncios de compra e venda de mercadorias e ofertas de serviços.³ Nos anos seguintes, sabemos que Jourdan emprestou sua pena à redação de outros jornais, como o *Diário Mercantil do Rio de Janeiro*, do qual se desvincilhou em abril de 1826.⁴ No ano seguinte, o jornalista reaparece na tipografia de seu compatriota Pierre René Plancher de la Noé, localizada na Rua do Ouvidor, desta vez como responsável pela redação da primeira folha em francês publicada na capital do Império: *L'Indépendant*.⁵

A chegada de Plancher ao Rio de Janeiro e a abertura de sua tipografia, em 1824, haviam impactado significativamente o panorama da imprensa no Rio de Janeiro.⁶ A casa da Rua do Ouvidor vendia também livros, calendários e outros impressos, bilhetes de teatro e frascos do remédio de Leroy, recomendado para o tratamento de diversas enfermidades. Pouco a pouco, e sob a inspiração dos modelos europeus, ampliava-se o escopo das matérias examinadas nos jornais para além dos temas de política, finanças e anúncios particulares, e foi na tipografia de Plancher que vieram à luz alguns dos primeiros artigos de crítica teatral publicados no Rio de Janeiro. A trajetória do teatro de ópera na capital do Brasil remontava ao Período Colonial, mas atravessava uma nova fase desde a transferência da Corte Portuguesa e a inauguração do Real Theatro São João, no Largo do Rossio, em 1813. A casa era um empreendimento privado sob a administração do Coronel Fernando José de Almeida, empresário responsável pela organização das companhias e pela manutenção do edifício. Foi da varanda do São João que o príncipe D. Pedro jurou a Constituição Portuguesa em 1821, e as récitas de gala no palco do

² Sobre a trajetória de Meirelles, cf. Pires 2010, 115-129. Sobre o jornal que fundou, convém consultar também as investigações de Marendino (2016). Sobre Jourdan, cf. Sodré, 1999, 51.

³ Aos senhores subscriptores. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1822, p. 96.

⁴ *Diário Mercantil do Rio de Janeiro*, 3 de abril de 1826, p. 2.

⁵ No primeiro número do jornal, logo abaixo do título, lemos: “As cartas e as reclamações devem ser endereçadas, gratuitamente, ao Sr. Jourdan, no escritório de subscrição do l'INDÉPENDANT, Rua do Ouvidor n.º 95”. *L'Indépendant*, 21 de abril de 1827, p. 1, tradução nossa.

⁶ Sobre a chegada de Plancher ao Rio de Janeiro, convém consultar Lustosa (2017) e Dutra Santana Jr. (2019).

Real Theatro marcaram os festejos da Independência e da coroação do novo imperador nos últimos meses do ano seguinte. Àquela altura, pouco se publicava sobre o teatro e seu repertório nas folhas da Corte, embora uma companhia de ópera com solistas europeus já estivesse ativa às vésperas da emancipação política. É bem verdade que os diários da Corte estampavam os anúncios das obras em cartaz e divulgavam as extrações de loteria que ajudavam a financiar o empreendimento, mas apenas os espetáculos celebrativos das grandes solenidades despertavam interesse que justificasse alguma descrição ou comentário sobre o que se via ou ouvia no principal palco da Corte. Nessas ocasiões, o foco da imprensa recaía sobre a tribuna real, assumindo-se que os espetáculos devessem estar à altura da ocasião, e evitando maiores referências às obras encenadas e aos artistas que as representavam. Bastava anotar que as representações eram sublimes e impossíveis de descrever. Era, pois, o *topos do inefável*, ou do *inexprimível*, que prevalecia nos relatos sobre os espetáculos, e esse silêncio respeitoso parecia compatível com a grandeza do cerimonial e da “liturgia” que o governava.

O silêncio sobre o palco só seria rompido após o incêndio do São João, em 1824, e a reabertura da casa reconstruída pelo proprietário sob o nome de Imperial Theatro São Pedro de Alcântara, em 1826. Àquela altura, a contratação de novos solistas europeus para reforçar a companhia italiana e o corpo de baile excitava a atenção da imprensa, e as estreias dos novos artistas suscitou o nascimento dos primeiros ensaios críticos nos jornais. Primeira publicação impressa no estabelecimento de Plancher, *O Spectador Brasileiro* foi um dos pioneiros na publicação de recensões dos espetáculos de ópera e dança, ocupando-se do desempenho dos artistas nas criações de Rossini e nos bailados que abrilhantavam a temporada. Os primeiros comentários do *Spectador* raramente evitavam o tom lisonjeiro da “crítica suave”. Quase tudo era satisfatório ou digno da admiração do público, e as poucas reprimendas diziam respeito a aspectos secundários das atuações ou eram dirigidas à administração do teatro. Embora o impressor pudesse participar ativamente na lavra do *Spectador*, o próprio Plancher admitia que seu conterrâneo Jean-François Despas atuava como redator do periódico. Despas era natural de Avinhão e havia chegado ao Brasil em 1818, a bordo da embarcação *Uranie*, comandada por Louis de Freycinet e destinada a uma expedição de circum-navegação. Abandonando o projeto de origem, permaneceu na capital do Brasil até sua morte em 1828, dedicando-se a atividades que variavam de professor particular a jornalista.⁷ Antes de colaborar no *Spectador*, foi responsável pelo jornal *A estrela brasileira*, impresso na Tipografia de Silva Porto entre 1823

⁷ *L'Écho de l'Amérique du Sud*, 9 de fevereiro de 1828, p. 3.

e 1824. Nesse período, não deixou de dar alguma atenção ao teatro e fez publicar um relato detalhado do incêndio que destruiu o principal palco da corte.⁸ É digna de nota a proximidade entre Despas e o Conde de Gestas, cônsul-geral da França no Rio de Janeiro nos primeiros anos do Império. Após a morte do jornalista, em 1828, o diplomata fez publicar um anúncio nos jornais da cidade solicitando aos amigos do defunto a devolução de livros e outros itens emprestados para apressar a venda do espólio em favor dos herdeiros.⁹

O *L'Indépendant*, de Jourdan, teve uma existência breve, com apenas dez edições publicadas entre abril e junho de 1827. Semelhante a outros jornais da época, ele tinha apenas quatro páginas, com notícias de política e assuntos internacionais predominando na primeira folha. O subtítulo da publicação era “*feuille de commerce, politique et littéraire*”, e o jornal era lançado aos sábados. No prospecto de apresentação, o editor justificava a criação de um semanário francês na capital do Império do Brasil, mencionando que publicações semelhantes existiam em outros países não francófonos. Ele enfatizava o papel da língua francesa como idioma universal e garantia que, no Rio de Janeiro, “toda pessoa cujo espírito recebeu alguma cultura, fala ou ao menos compreende e lê o francês”.¹⁰

É interessante observar que o início da publicação do jornal coincidiu com a reabertura do Imperial Theatro São Pedro de Alcântara, que estava fechado desde a morte da imperatriz D. Leopoldina, no final de 1826. Não por acaso, os comentários sobre as representações teatrais começaram a aparecer no jornal logo em seu segundo número e permaneceram constantes até a última edição. Geralmente, esses artigos apareciam na quarta página do hebdomadário, e não era incomum que essa última lauda fosse impressa em caracteres menores para permitir a inserção de textos mais longos.

Àquela época, o teatro do Rio de Janeiro contava com uma companhia de ópera que liderada pelo *castrato* Giovanni Francesco Fasciotti, cantor de destaque que atuava também na Capela Imperial e na Real Câmara. Os cantores italianos contratados na Europa pela direção da casa incluíam os tenores Vittorio Isotta e Angelo Marciali, o baixo Gioachino Bettali e o contralto Margherita Caravaglia, que vinham somar-se a outros de seus compatriotas já estabelecidos no Rio de Janeiro à época da Independência.¹¹ O repertório da companhia destacava-se pelas obras do já renomado Gioachino Rossini (1792-1868), mas também incluía

⁸ *A estrela brasileira*, 31 de março de 1824, p. 267-269.

⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de fevereiro de 1828, p. 7.

¹⁰ *L'Indépendant*, 21 de abril de 1827, p. 1.

¹¹ Sobre a trajetória de Fasciotti, cf. Miranda (2018). Para uma análise detida da companhia de ópera do São Pedro de Alcântara, cf. Berçot 2022, 41-58.

títulos de compositores mais velhos, como Ferdinando Paer (1771-1839), Francesco Basili (1767-1850) e Pietro Generali (1773-1832), entre outros. Também havia uma companhia de dança capaz de apresentar bailados de grande porte, com solistas franceses liderados pelo mestre de dança Lefèvre. Faziam parte do corpo de baile alguns dançarinos já estabelecidos na cidade e outros recém-contratados na França, como o casal Louis e Adalaide Labottière, Henri Cellarius, Heloïse Maginot e Adèle Paillier.¹² As representações de canto e dança ocorriam nas mesmas récitas, e os bailados podiam ser inseridos ao final das óperas ou entre os atos das composições vocais.

O primeiro artigo de crítica musical do *L'Indépendant*, publicado na edição de 28 de abril de 1827, trazia a análise detalhada das récitas que marcaram a reabertura da casa de ópera após mais de quatro meses de silêncio. O crítico descrevia a expectativa dos *dilettanti* e comentava em minúcias o desempenho dos artistas. Não poupava palavras, contudo, e o tom de seus comentários pouco se assemelhava ao da crítica suave praticada no *Spectador*. Suas censuras mais severas eram dirigidas ao baixo Bettali e ao contralto Margherita Caravaglia. Segundo ele, o primeiro deveria abandonar a carreira musical e dedicar sua juventude a outra ocupação. Para a cantora, por sua vez, a reprovação era mais contundente. O comentarista lamentava a contratação da solista pela direção do teatro e expressava sua insatisfação em termos de insulto:

A primeira vez que se escuta cantar a *signora* Caravaglia, experimenta-se uma sensação totalmente nova e que seria bem difícil de analisar. A falta de termos mais precisos obriga-nos a dizer que aquilo que se ouve é uma voz, mas essa voz nada tem de humano. É um diapasão à parte, umas intonações e inflexões tão estranhas como inesperadas. É preciso, quiçá, sair deste mundo real para encontrar um lugar onde possa agradar um órgão semelhante, e nós não o vemos, de fato, senão no *Sabat*; pois, se devemos crer nas nossas avós, os gatos nele desempenham um grande papel, e bem certamente há algo de gato naquela voz.¹³

A polêmica estava instaurada e se estenderia por alguns dias. Nas edições seguintes, o jornal registrou a resposta de um leitor em defesa de Caravaglia. Além disso, o próprio diretor do teatro e o baixo Bettali se pronunciaram publicamente. Este último, para se defender, informou ao redator do *L'Indépendant* que havia sido contratado para o teatro de Corte após audições em Milão. Ele acrescentou: “Nós somos, você e eu, europeus, mas vivemos entre um

¹² Os primórdios da companhia de bailado do Imperial Theatro são abordados na investigação de Eduardo Sucena (1988). Para notas biográficas sobre os artistas das companhias de ópera e bailado, cf. Berçot (2013).

¹³ *L'Indépendant*, 28 de abril de 1827, p. 3, tradução nossa.

povo igualmente esclarecido, e devemos, creio eu, seguir nossa carreira como se estivéssemos na Europa.”¹⁴

Convém notar que o surgimento do *L'Indépendant* ocorreu na época em que estavam emergindo as primeiras publicações francesas voltadas para a análise crítica de espetáculos de música e teatro. No *Journal des Débats*, os artigos de comentadores como Castil-Blaze (1784-1857) tinham grande influência, e a *Revue Musicale*, dirigida por François-Joseph Fétis (1784-1871), foi fundada no mesmo ano de 1827. Destarte, se o *L'Indépendant* tomava como modelos os jornais franceses e valorizava as novidades que chegavam da Europa, não é surpreendente que dedicasse atenção especial à crítica das óperas e dos bailados apresentados no Imperial Theatro São Pedro de Alcântara. Essa abordagem refletia a visão de que os espetáculos desempenhavam um papel civilizador na capital do Brasil recém-independente, e era forçoso zelar pela qualidade dos espetáculos, instruindo o público e corrigindo os artistas. A crítica irônica e mordaz não se distanciava, assim, da tradição que definia o teatro como escola de civilidade e de bons costumes. Os artigos sobre o palco não representavam mero esforço para impor-se sobre o público e a direção do teatro, mas ganhavam legitimidade como contribuições para o desenvolvimento das artes na capital do novo país, que buscava para si um lugar entre as nações civilizadas da Europa. Não por acaso, quando os artigos de crítica do *L'Indépendant* passam a ser assinados por outro correspondente, escondido sob as iniciais Y.Y., o novo comentarista apresenta sem demora os objetivos que se dispõe a alcançar perante o público e os artistas. Nas suas palavras:

Eu tomei a fêrula de censor tão prontamente abandonada por meu predecessor. Prometi, ao menos por algum tempo, manter os leitores do *L'Indépendant* informados sobre as novidades do Teatro. Eu ignoro se os artistas ficarão contentes comigo, mas duvido. Estou decidido a dizer-lhes o que acredito ser a verdade, e seu amor-próprio possui algo de tão suscetível que eu julgo quase impossível não o ferir. No entanto, como eu creio que a crítica é útil à própria arte e aos prazeres do público, usarei do direito que tenho de dizer minha opinião. Tudo o que posso prometer a esses senhores, é ser sempre polido, e a essas damas, ser sempre tão galante quanto permita o meu amor pela verdade.¹⁵

Outro exemplo servirá de ilustração ao que acabamos de afirmar. Em comentário de junho de 1827, o crítico lamentava o desempenho inadequado do tenor Vittorio Isotta, intérprete do Conde de Almaviva na ópera *Il barbiere di Siviglia*, de Rossini, destacando a cena em que

¹⁴ *L'Indépendant*, 12 de maio de 1827, p. 4, tradução nossa.

¹⁵ *L'Indépendant*, 26 de maio de 1827, p. 4, tradução nossa.

o conde faz-se passar por um soldado bêbado para censurar os vícios de Isotta na caracterização do personagem:

O papel de Almaviva, escrito nas cordas mais altas da voz de tenor, está bem além das capacidades de Isotta. Seu mal é sem remédio; mas se não está em seu poder cantar melhor um papel tão difícil, pode ao menos representá-lo de uma maneira mais decente. Ele é insuportável na cena do soldado bêbado, e exagera bastante aquela da lição de música. Há, no teatro, certas conformidades que não podem ser eliminadas, e um grande senhor, mesmo disfarçado, não deve jamais assemelhar-se a um herói de taverna.¹⁶

As reprimendas contra o mau gosto, o exagero ou as veleidades dos artistas estavam, pois, na ordem do dia. O espetáculo teatral precisava estar à altura da dignidade de uma casa que, embora administrada por empresa particular, estava intimamente ligada aos detentores do poder político, contava com visitas frequentes do imperador e abrigava as comemorações das principais solenidades oficiais da Corte. Na mesma esteira, a crítica musical podia chegar a ceder espaço à crônica de costumes, que se estendia para além do teatro e tomava por personagens os solistas das companhias do São Pedro de Alcântara. Em junho de 1827, o crítico do *L'Indépendant* não poupou censuras ao comportamento público do baixo Fabrizio Piacentini, acusado de embriaguez excessiva, e acrescentou ao veredicto: “Não posso ser acusado de me ocupar da conduta privada dos artistas, pois isso ocorreu *coram populo*.”¹⁷ Ao que parece, a voga recém-inaugurada da crítica podia ampliar sua jurisdição para outros lugares de sociabilidade, apropriando-se de um espaço público cada vez mais extenso, que tinha o Imperial Theatro como centro de gravidade e escapava aos limites das discussões inflamadas da política ou dos negócios que animavam a praça, matéria por excelência dos principais jornais que circulavam à época.

O tom de polêmica que permeava a redação do *L'Indépendant*, gerando discussões acaloradas na imprensa da Corte, parece estar por trás do fim prematuro da folha. Em julho de 1827, Pierre Plancher fez publicar uma nota no *Diario Mercantil* garantindo que Antonio Maria Jourdan, que suscitara muita reclamação, não trabalhava mais na tipografia da Rua do Ouvidor.¹⁸ Nos anos seguintes, vamos reencontrar o nome de Jourdan em São João del Rei, cidade onde instalou uma tipografia e tornou-se redator da folha *O constitucional mineiro*, fundada em 1832.¹⁹ Também em Minas Gerais envolveu-se em polêmicas e processos, ao que

¹⁶ *L'Indépendant*, 2 de junho de 1827, p. 4, tradução nossa.

¹⁷ *L'Indépendant*, 24 de junho de 1827, p. 4, tradução nossa.

¹⁸ *Diario Mercantil*, 14 de julho de 1827, p. 47.

¹⁹ O nome de Jourdan já aparece nos debates da imprensa mineira antes mesmo da instauração da Regência. Em novembro de 1832, lemos no *Astro de Minas*: "Antonio Maria Jourdan participou, que havia mudado o local da Typografia do Constitucional Mineiro para a rua da Praia desta Villa..." "Camara constitucional da Villa de S.

parece. Continuou a viver em São João del Rei nos primórdios do Segundo Reinado, ao lado da esposa Maria Claudina Jourdan.²⁰

Na tipografia de Plancher, a saída de Jourdan não significava o fim do projeto de manter em circulação um jornal em língua francesa para os leitores do Rio de Janeiro. A extinção do *L'Indépendant* também não podia acarretar prejuízo aos seus assinantes, razão pela qual foi prontamente substituído por outra folha com o título *L'Écho de l'Amérique du Sud*, que nascia do entendimento entre o impressor e outro jornalista, Émile Sévène. O prospecto que iniciava o primeiro número repetia alguns dos propósitos do *L'Indépendant*, prometendo aos leitores uma folha imparcial e isenta de paixões.²¹ O redator não garantia a publicação de comentários sobre o teatro, mas já a primeira edição trazia na quarta página um artigo sobre as representações mais recentes da ópera *La caccia di Enrico IV*, de Vincenzo Pucitta (1778-1861), que havia feito sucesso à época da Independência e voltava a figurar em cartaz na temporada de 1827. A obra, contudo, parecia aos olhos do crítico bem menos interessante após cinco anos, padecendo de desacertos lamentáveis entre os responsáveis pela execução, que teriam contribuído para o frio acolhimento do público à reencenação da ópera.²²

Durante o período em que veio a público o *L'Écho*, Sévène encontrou inimigo acerbo e declarado na figura de João Maria da Costa, dono de uma das penas mais procazes da Corte, a serviço da rival *Gazeta do Brasil*. Sabemos que a disputa entre os dois redatores quase chegou as vias de fato na própria tipografia de Plancher, em agosto de 1827, quando o francês foi acusado de conspirar com o governo de Buenos Aires contra os interesses do Brasil. Conta-nos o próprio Sévène, em artigo de agosto de 1827:

No sábado passado, alguns momentos após a distribuição do n.º 11 do *L'Écho*, o Sr. João Maria da Costa chegou ao estabelecimento de Pierre Plancher e, sabendo que eu estava no primeiro sobrado, lançou-se no gabinete onde eu me ocupava, pacificamente, de discutir o mérito de uma cavatina e a teoria do entrechat. O Sr. João Maria tem o aspecto luminoso, o olho ardente, o gesto expressivo: como adiginhar sua cólera à primeira vista! Sua primeira frase, dirigindo-se a mim, foi: "Então, Senhor Sévène, Vosmecê quer brigar comigo?" Pouco familiarizado com a língua portuguesa, e confundindo a palavra brigar com brincar, eu respondi ao Sr. João Maria que estava à disposição. Mas, ao ver que o cabo de seu guarda-chuva avançava na direção do meu olho direito, eu percebi que entendia tão bem o português quanto o Sr. João Maria

Joaõ. Sessão ordinária de 10 de Outubro de 1832". *Astro de Minas*, 13 de novembro de 1832, p. 4. As informações surgem no contexto de averiguações de responsabilidade e troca de acusações na imprensa local.

²⁰ Nos anos 1840, Jourdan e a esposa figuram como padrinhos de batismo de várias crianças na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Tome-se como exemplo: AEDCSJR, Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Livro n.º 32, Batismos (1843-1854), 9/9/1844 fl. 64v.

²¹ *L'Écho de l'Amérique du Sud*, 30 de junho de 1827, p. 1. A continuidade entre os dois jornais ficava em evidência na decisão de entregar os três primeiros exemplares da nova folha aos assinantes do *L'Indépendant* para quitar as subscrições em andamento, conforme o aviso publicado logo abaixo da epígrafe, no primeiro número do *L'Écho*.

²² *Ibid*, p. 4.

entende o ofício de jornalista. Eu respondi que não lhe devia satisfação alguma das minhas opiniões; e, após sua réplica e a proposta bem gentil de me dar uma surra bem no meio da Rua do Ouvidor, eu lhe fiz observar friamente que o combate era desigual, que o lugar era mal escolhido, e que seria muito agradável ver dois redatores de gazeta betendo-se à porta de um impressor. Enfim, não seria nem decente, nem econômico que eu, vencido e surrado por causa da força desigual do meu punho, descesse rolando pelo estabelecimento do Sr. Plancher, arrastando na minha queda, as porcelanas, os papéis de parede e as garrafas do remédio de Leroy.²³

João Maria da Costa, por sua vez, bem fiel ao seu estilo, limitou-se a publicar uma resposta tão lacônica quanto atrevida: “Tenho duas mãos, e muita vontade de lhas assentar na cara. Já o procurei; recusou-se; em querendo experimentar a areça de dia, ou de noite; toda a hora he boa, todo o lugar he bom.”, registrou em seu jornal o ousado redator da *Gazeta*.²⁴ O episódio nos leva a concluir que, muito provavelmente, era o próprio Sévène o responsável pelos artigos de crítica teatral publicados nas páginas do *L'Écho*, os quais eram, sem dúvida, menos ferinos, mais comportados do que os de seus antecessores no *L'Indépendant*. O período de publicação da nova folha, porém, acabaria por coincidir com a principal querela teatral da época. A chegada repentina de uma cantora proveniente de Nova Iorque, a francesa Elisa Barbieri²⁵, logo suscitou uma renhida disputa com a outra *prima donna* da Companhia Italiana, Maria Teresa Fasciotti, e a rivalidade extravasava as paredes do teatro para reverberar na imprensa, onde acabou por imiscuir-se com o debate político. Tomando o partido de Fasciotti, um correspondente fez publicar longo artigo em defesa da cantora no jornal *Astrea*, folha de inclinação liberal que, no dia a dia, não se ocupava de assuntos teatrais.²⁶ A *Gazeta do Brasil* havia tomado o partido de Barbieri, e não deixava de publicar comentários crivados de acusações e termos pejorativos, que não poupavam Fasciotti e o diretor do Imperial Theatro, Fernando José de Almeida. Ainda que em tom mais moderado, o *L'Écho* também sustentou sua preferência por Barbieri. A estreia de cantora no papel-título da célebre *L'italiana in Algeri*, de Rossini, suscitou comentários entusiásticos no jornal de Sévène:

A representação de sexta-feira passada foi um verdadeiro triunfo para a Madame Barbieri. Anunciada havia muito tempo, louvada por quase todos aqueles que tinham-na ouvido nos ensaios ou em seu salão, essa cantora era aguardada com impaciência: ela enfim se fez ouvir na *Italiana in Algeri*. A benevolência, da qual era fácil notar que

²³ *L'Écho de l'Amérique du Sud*, 8 de agosto de 1827, p. 2.

²⁴ *Gazeta do Brasil*, 11 de agosto de 1827, p. 4.

²⁵ Élisabeth Barbieri se apresentava ao público com a versão italiana de seu nome, como convinha a uma cantora de ópera. Ativa em Nova Iorque na temporada anterior, havia integrado a companhia de Manuel García, responsável pelas primeiras encenações de ópera na cidade. Sobre a rivalidade com Maria Teresa Fasciotti, cf. Giron (2004).

²⁶ *Astrea*, Suplemento não numerado, outubro de 1827.

ela era objeto, deu lugar ao entusiasmo a partir do momento em que ela cantou sua primeira cavatina e, em termos de *dilettanti*, a estreante foi alçada *alle stelle*.²⁷

Com o crescimento da polêmica nos meses seguintes, o redator do *L'Écho* viu-se obrigado a defender sua preferência por Barbieri, embora tivesse de admitir a limitação de sua análise no que tocava à técnica vocal das cantoras. Não deixava, porém, de expressar opiniões algo sofisticadas sobre trechos importantes de *L'italiana in Algeri*. Citava, por exemplo, a ária *Languir per una bella*, da qual o tenor Isotta havia feito “uma obra-prima do mau gosto”, e o dueto *Ai capricci della sorte*, entre Barbieri e Fabrizio Piacentini, prejudicado por uma transposição mal sucedida. Comentava a respeito do fraseado do soprano, e rebatia a opinião negativa do correspondente da *Astrea* quanto à abertura da ópera.²⁸ Destarte, a polarização das opiniões sobre as solistas obrigava os críticos a adentrar um pouco mais os aspectos formais das execuções, que não eram esmiuçados nas resenhas publicadas ordinariamente em folhas como o *L'Écho*, embora o ideal pedagógico sempre estivesse presente no horizonte dos críticos dilettantes. O debate entre os jornais aguçava as rivalidades no palco e na plateia, e reforçava o papel central do teatro entre os principais espaços de sociabilidade da capital em franco crescimento.

Se o papel primordial da crítica era o exame do desempenho dos artistas e de sua conduta no palco cênico, o ideal instrutivo dos censores não podia prescindir, vez por outra, de reprimendas dirigidas aos espectadores na plateia sob a desculpa de garantir que a polidez e o decoro fossem devidamente observados. Os críticos investiam na defesa do teatro como espaço familiar e ordeiro, refúgio vespertino das pessoas decentes. Assim, a agitação dos espectadores era um problema a ser combatido com insistência, já que apenas alimentava as reservas daqueles que ainda associavam os espetáculos à desordem e à imoralidade. Essa fratura entre a plateia desordeira e o público ideal, culto e pacífico, estava na raiz dos propósitos instrutivos da crítica tal como praticada no *L'Écho*, que propunha a si mesma a tarefa de formar uma assistência composta, senão de verdadeiros *connoisseurs*, ao menos de indivíduos capazes de compreender os fundamentos do que viam e ouviam no palco. Concorria para esse mesmo fim a impressão de libretos e argumentos dos espetáculos, destinados a orientar a plateia e vendidos aos *dilettanti* na tipografia de Pierre Plancher; ou iniciativas como a publicação de um “Pequeno

²⁷ *L'Écho de l'Amérique du Sud*, 26 de setembro de 1827, p. 4.

²⁸ *L'Écho de l'Amérique du Sud*, 3 de novembro de 1827, p. 4.

dicionário dramático", espécie de glossário de termos teatrais para a instrução do público, impresso na edição de 16 de fevereiro de 1828, num dos últimos números do *L'Écho*.

Em setembro de 1827, Sévène transferiu a publicação da folha da tipografia de Plancher para a casa de outro francês instalado na Rua da Quitanda: René Ogier, que se apresentava ao público como “antigo impressor de Paris, fixado há algum tempo nesta capital”.²⁹ O contrato firmado entre os dois levou o redator a transferir, em fevereiro de 1828, a redação do *L'Écho* ao sócio, decisão que culminou no fim da publicação da folha, logo substituída por outro jornal redigido em francês: o *Courrier du Brésil*.³⁰ Sabemos, porém, que Sévène continuou a viver no Rio de Janeiro, mantendo-se ativo na carreira das letras e no ensino do idioma nativo, chegando a editar uma gramática da língua francesa durante o Período Regencial. Do assento de seu matrimônio com Maria Clara Pires, celebrado na Paróquia de São José em maio de 1832, consta que Sévène fosse natural da Freguesia de Saint-Philippe-du-Roule, em Paris.³¹ Àquela época, figurava como editor do jornal *A Verdade*, impresso à Rua da Quitanda na Tipografia de Gueffier, outro compatriota e padrinho do seu casamento. A esposa, filha de um alto oficial da Marinha de D. Pedro I, deu à luz um menino em fevereiro de 1833, batizado com o mesmo nome do pai no mês seguinte.³² De seu sócio René Claude Ogier, por seu turno, consta que fosse natural de Lyon, e sabemos que permaneceu no Rio de Janeiro até sua morte às vésperas do Golpe da Maioridade.³³ Em 1834, desposou sua compatriota Angélique Desirée Wallard, proveniente de Lille, com quem já vivia maritalmente havia muitos anos.³⁴ Constam dos assentos paroquiais da Freguesia da Sé as transcrições que o pai mandou fazer dos batismos de dois filhos do casal, legitimados pela união tardia dos pais e nascidos em cidades da atual Bélgica em 1819 e 1823.³⁵

Primeira publicação destinada às senhoras da Corte, o semanário *O Espelho Diamantino* completava o elenco das dos jornais da tipografia de Plancher que estampavam artigos sobre o teatro.³⁶ O prospecto da nova publicação, que veio à luz em setembro de 1827, prometia às leitoras da Corte a revista de temas que variavam da política à literatura, passando pelo teatro, as artes e a moda. O objetivo confesso era “promover a instrução e entretenimento do bello

²⁹ *L'Écho de l'Amérique du Sud*, 31 de outubro de 1827, p. 4.

³⁰ *L'Écho de l'Amérique du Sud*, 22 de março de 1828, p. 1.

³¹ ACMRJ, Freguesia da Candelária, Casamentos (1809-1837), 12/5/1832, fl. 171.

³² ACMRJ, Freguesia de São José, Batismos (1825-1843), 25/3/1833, fl. 303v.

³³ ACMRJ, Freguesia da Candelária, Óbitos de livres (1838-1867), 8/7/1840, fl. 20v.

³⁴ ACMRJ, Freguesia do Sacramento da Sé, Casamentos (1827-1835), 8/3/1834, fl. 163.

³⁵ ACMRJ, Freguesia do Sacramento da Sé, Batismos (1833-1837), 2/6/1834, fls. 69v-70.

³⁶ Pode-se acrescentar a este elenco o *Jornal do Commercio*, publicado a partir de 1827 na Tipografia de Plancher, mas que só passou a estampar artigos de crítica teatral algum tempo mais tarde.

sexo desta Corte apresentando-lhe as notícias, e novidades mais dignas de sua atenção.” O formato da nova publicação destoava bastante dos padrões adotados pelos jornais da época, e trazia vinte páginas impressas em caracteres grandes numa única coluna de texto. Os comentários sobre as representações do São Pedro de Alcântara foram constantes ao longo da curta existência desse periódico, que circulou até abril de 1828. Embora fosse redigido em português, é digna de nota a inserção de artigos inteiros em francês nas páginas do *Espelho*. O redator da folha classificava o francês como “língua geral”, a qual “entra como indispensável elemento d’uma boa formação”, anotando em seguida que “huma senhora com hum Livro Francez na mão está no bello tom da moda; tem cara de civilização”.³⁷ Com efeito, três extensas *Lettres sur le Théâtre* submetidas por um crítico anônimo foram publicadas nos últimos números da publicação, entre fevereiro e abril de 1828, e continham recomendações à direção do Imperial Theatro, além de detalhes bastante interessantes das representações que estavam em cartaz à época.

No *Courrier du Brésil*, por seu turno, Ogier começou por reservar a quarta e última página do periódico para as publicações de finanças, preços correntes, anúncios comerciais e outros artigos semelhantes, comprometendo o espaço até então ocupado pela crítica de espetáculos nas páginas do *L’Écho*. Como resultado, os artigos dedicados ao teatro não encontraram lugar nas páginas do *Courrier du Brésil* durante os primeiros meses da nova publicação, o que o próprio redator reconhece como uma falta ao inaugurar uma coluna dedicada aos espetáculos em setembro de 1828.³⁸ Logo na semana seguinte, uma récita extraordinária em benefício do soprano Maria Tani deu lugar a novas reflexões sobre o papel reservado à crítica nas folhas públicas:

[...] a crítica só é perdoável quando pode corrigir e, na verdade, no caso presente, ela não teria nenhum fruto. Nós nos contentaremos em fazer uma só observação, e esperamos suscitar alguma simpatia no coração dos *habitués* do teatro. Um dia de benefício, particularmente para uma mulher, é um dia de festa e deveria ser um dia de indulgência; é cruel envenenar uma noite em que se prometeu um triunfo, e fazer com que o interesse satisfeito perca o seu encanto pelo rigor de uma desaprovação expressa com crueldade. Não pretendemos que um sentimento de benevolência ou galanteria excessiva deva fazer a plateia adotar a mais desesperada mediocridade, e assim privá-la do único prazer público de que goza no Rio de Janeiro; mas, por uma noite, uma noite apenas, não poderia ela relaxar um pouco a sua severidade!³⁹

³⁷ *O Espelho Diamantino*, 18 de fevereiro de 1828, p. 185.

³⁸ *Courrier du Brésil*, 20 de setembro de 1828, p. 4.

³⁹ *Courrier du Brésil*, 27 de setembro de 1828, p. 3, tradução nossa.

Como notamos, as reprimendas dirigidas ao público permaneciam frequentes, e até mesmo o rigor da plateia podia tornar-se objeto de censura se fosse julgado desproporcional ou inadequado para a ocasião. Sabe-se, por exemplo, que as vaias ou outros sinais ruidosos de desaprovação não eram tolerados na presença do imperador, ou em récitas de grande gala, e eram desaconselhados nas festejadas noites de benefício, quando o produto da venda de ingressos revertia em favor de um dos solistas, como estava previsto nos contratos entre a direção do teatro e os cantores das companhias de ópera e bailado.

Embora não tenha desaparecido de todo, a publicação das colunas de crítica no *Courrier du Brésil* não se manteve constante. O jornal parecia acompanhar a gradativa perda de interesse pelo teatro que verificamos em outras folhas impressas na cidade a partir de meados de 1828, ainda que as estreias de novos títulos e as récitas mais importantes continuassem a ser noticiadas e analisadas como de costume. Quando o *Courrier du Brésil* deixou de circular em 1830, foi substituído por uma folha bilíngue intitulada *O Moderador, Nouveau Courrier du Brésil*, que imprimia o mesmo conteúdo, lado a lado, em francês e português. Impresso na tipografia de outro francês, Pierre Gueffier, *Le Messager* apareceu logo em seguida e continuou a ser publicado durante os primeiros anos do Período Regencial.

Assim, os jornais em língua francesa não deixavam de encontrar espaço entre o público da cidade e, graças aos paquetes transatlânticos, ajudavam a divulgar no exterior as notícias do Brasil. Sabemos que havia um contingente significativo de estrangeiros na capital do Império do Brasil durante os anos 1820, e batalhões de mercenários europeus reforçavam o exército de Dom Pedro I. Não é razoável, porém, concluir que os estrangeiros fossem o público-alvo preferencial desses jornais. Assim como as óperas italianas, a literatura em língua francesa encontrava acolhida mais ampla num Rio de Janeiro que já havia adquirido certo ar cosmopolita e se destacava como porto importante nas rotas comerciais do Atlântico Sul. A circulação de livros impressos em francês, sempre divulgados pela imprensa, estimulava o cultivo do idioma entre as famílias mais abastadas, desejosas de instruir seus filhos na língua de Voltaire e interessadas nas notícias e novidades que chegavam da Europa. A crítica musical expressava certa paridade entre o Rio de Janeiro e as principais capitais europeias, numa época em que o país recém-independente buscava para si um espaço entre as nações civilizadas. Com efeito, o balanço dos artigos de crítica publicados nesses jornais permite concluir que os comentaristas pouco se aprofundavam em pormenores estéticos ou na análise criteriosa do desempenho dos artistas, mas o objetivo de instrução do público era sempre privilegiado. Em geral, os autores das colunas anônimas sobre o teatro da corte confessavam a insuficiência do seu juízo no exame

da técnica vocal, por exemplo, e preferiam tecer observações mais gerais sobre o bom ou o mau gosto das execuções, ou sobre os aspectos visíveis da representação, sem deixar de dar destaque aos bailados que, como notamos, estavam a cargo de uma companhia de artistas franceses.

Cabe notar que o próprio Plancher mantinha relações estreitas com o teatro e, em especial, com os bailarinos franceses. Sua tipografia servia de local de venda de ingressos e ponto de referência para os artistas que organizavam seus próprios benefícios. Também imprimia os resumos das óperas e dos espetáculos de dança para o acompanhamento dos *dilettanti*, tal como o programa do bailado *Jenny*, recomendado pelo crítico do *L'Écho* em julho de 1827 e vendido por 160 réis.⁴⁰ Sem dúvida, o negócio teatral interessava a Plancher por várias razões, e o aumento do interesse do público pela casa do Largo do Rossio podia gerar bons lucros, mas é preciso atentar para o papel central que o impressor desempenhava no seio da colônia francesa do Rio de Janeiro, que transcendia a sua importância como tipógrafo e divulgador de opiniões. Quando o bailarino Henri Cellarius desposou sua colega Heloïse Maginot na Igreja do Santíssimo Sacramento, em outubro de 1826, Plancher figurou entre as testemunhas das núpcias e fez questão de incluir suas credenciais sob a própria assinatura no livro de registro da paróquia: "P Plancher, Impressor livreiro de Sua Magestade".⁴¹ Eram, com efeito, as redes de relações e amizades que ofereciam sustentação a esses homens e mulheres expatriados nas difíceis circunstâncias do Rio de Janeiro do pós-Independência.

Os últimos anos do Primeiro Reinado, contudo, foram marcados por um cenário cada vez mais difícil para a subsistência da ópera e do *ballet* no Rio de Janeiro. As crises política e econômica, somadas à morte do diretor do São Pedro de Alcântara, Fernando José de Almeida, em 1829, impactaram severamente os espetáculos, e muitos artistas das companhias fixas acabaram por abandonar a cidade. Mantendo-se a duras penas nos primeiros meses de 1831, as representações de ópera não sobreviveram ao fechamento do Imperial Theatro, ordenado após a instauração da Regência. Carentes de espetáculos na capital e fartos de polêmicas no terreno da política, os jornais em língua francesa que sucederam ao *Courrier du Brésil* pouco tiveram a acrescentar em matéria de crítica teatral. Com efeito, a sede dos diletantes da corte só seria satisfeita após o Golpe da Maioridade, com a retomada das temporadas de ópera na capital, já nos tempos de Martins Pena e Gonçalves Dias. O Segundo Reinado testemunhará o renascimento de uma tradição inaugurada nos ensaios atrevidos do *L'Indépendant* e de seus contemporâneos.

⁴⁰ *L'Écho de l'Amérique du Sud*, 7 de julho de 1827, p. 4.

⁴¹ ACMRJ, Freguesia da Sé, Casamentos de livres (1819-1827), 2/10/1826, fl. 183v.

Referências

Fontes primárias

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ)

Freguesia da Candelária, Casamentos (1809-1837)

Freguesia da Candelária, Óbitos de livres (1838-1867)

Freguesia do Sacramento da Sé, Batismos (1833-1837)

Freguesia do Sacramento da Sé, Casamentos de livres (1819-1827)

Freguesia do Sacramento da Sé, Casamentos (1827-1835)

Freguesia de São José, Batismos (1825-1843)

Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del Rei

Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Livro nº. 32, Batismos (1843-1854)

Jornais brasileiros:

Astrea. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1826 – 18 de agosto de 1832.

Astro de Minas. São João del Rei, novembro de 1827 – junho de 1839.

Courrier du Brésil. Feuille politique, commerciale et littéraire. Rio de Janeiro, abril de 1828 – março de 1830.

L'Écho de l'Amérique du Sud. Journal politique, commercial et littéraire. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1827 – 29 de março de 1828.

O Espelho Diamantino. Rio de Janeiro, setembro de 1827 - abril de 1828.

Gazeta do Brasil. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1827 – 05 de junho de 1828.

L'Indépendant: feuille de commerce, politique et littéraire. Rio de Janeiro, 21 de abril – 24 de junho de 1827.

Bibliografia

Berçot, Fernando Santos. 2013. *As funções do palco: ópera, ballet e crítica de espetáculos no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (dissertação de mestrado).

Berçot, Fernando Santos. 2022. “Giving singers a voice: the Italian Opera Company and the press in Rio de Janeiro, 1820-1831”. In: *Italian opera in global and transnational*



perspective: reimagining italianità in the long nineteenth century, org. Paulo Kühn, Axel Körner, 41-58. Cambridge: Cambridge University Press.

Dutra Santana Júnior, Odair Dutra. 2019. “Jornais Em língua Francesa Pela Tipografia De Pierre Plancher: (Rio De Janeiro, 1827)”. *Non Plus* 8 (15): 50-67.

Gimenez, Priscila Renata. 2019. “Crítica e sociabilidade: a rubrica teatral do L’Écho de l’Amérique du Sud (1827-1828)”. *História (São Paulo)* 38: 1-22.
<https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019031>

Giron, Luís Antônio. 2004. *Minoridade crítica: a ópera e o teatro nos folhetins da Corte: 1826-1861*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Ediouro.

Lustosa, Isabel. “O papel dos franceses na imprensa do Primeiro Reinado”. In: *Imprensa estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões*, org. Tania Regina de Luca, Valéria Guimarães, p. 21-51. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2017.

Marendino, Laiz Parrut. 2016. *O Diário do Rio de Janeiro e a imprensa brasileira do início do oitocentos (1808-1837)*. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (dissertação de mestrado).

Miranda, Sérgio Anderson de Moura. 2018. *Giovanni Battista Francesco Fasciotti: sobre o castrato que influenciou a prática vocal carioca no Brasil joanino*. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (tese de doutorado).

Pires, Myriam Paula Babosa. 2010. “Zefferino Vitor de Meireles: impressão e civilidade na Corte do Rio de Janeiro (1808-1822)”. *Almanack Brasiliense* 11: 115-129.

Sodré, Nelson Werneck. 1999. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.

Sucena, Eduardo. 1988. *A dança teatral no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Artes Cênicas; Ministério da Cultura.



O VIOLÃO NA IMPRENSA CARIOCA DOS OITOCENTOS

THE GUITAR IN RIO DE JANEIRO'S 19TH - CENTURY NEWSPAPERS

MARCIA TABORDA¹

Resumo

O artigo ressalta a importância da consulta à imprensa periódica como ferramenta indispensável ao desenvolvimento e à abrangência de temas abordados pela musicologia brasileira. São apresentadas informações acerca da presença do violão clássico no Rio de Janeiro oitocentista, instrumento levado à cena pelas mãos de artistas estrangeiros que fomentaram a vida musical da cidade. Uma movimentada agenda de concertos permitiu conhecer o repertório do violão, composto por obras originais e principalmente transcrições de árias de ópera.

Palavras-chave: Imprensa periódica; violão; Rio de Janeiro; século XIX.; concertistas estrangeiros.

Abstract

This article aims to reveal how newspaper archives can support musical history research by providing an important tool for developing and covering themes focused by Brazilian musicology. The presence of the classical guitar in Rio de Janeiro is highlighted beginning in the 1840s in the hands of foreign artists, who fostered the development of the city's nineteenth-century musical life, a busy agenda of musical performances that allows us to become acquainted with the guitar's repertoire, which was composed of original works and especially transcriptions of opera arias.

Keywords: Newspaper archive; classical Guitar; Rio de Janeiro; 19th Century; foreign guitarists.

¹ Professora de Violão e Coordenadora do Núcleo de Estudos de Violão da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou Pós-doutoramento na University of New South Wales e na Universidade Nova de Lisboa. E-mail: marciataborda.ufrj@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7109-8322>.

O prefácio à edição italiana de *O queijo e os vermes*, cita Carlo Ginsburg: “ ‘Quem construiu Tebas das sete portas? – Perguntava o leitor operário de Brecht’. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso” (Ginsburg, 2006,17).

A pertinência desta questão tomada em paralelo ao objeto de pesquisa ao qual venho há tantos anos dedicando meu olhar e sensibilidade de pesquisadora é incontestável. Em contrapartida à abrangência da presença do violão na sociedade brasileira, a construção de uma narrativa dedicada à trajetória do instrumento é marcada pela escassez de testemunhos sobre o comportamento e realizações das classes subalternas que sempre estiveram não exclusivamente, mas fundamentalmente, ligadas à prática do instrumento. Neste artigo pretendemos relacionar a importância da consulta aos periódicos para o desenvolvimento e abrangência de temas abordados pela musicologia brasileira e apresentar exemplos de utilização desta ferramenta voltados à pesquisa acerca do violão no Rio de Janeiro durante o século XIX.

1. Breves considerações sobre a música na imprensa periódica

Com o lançamento do livro “*Minoridade Crítica: A ópera e o teatro nos folhetins da corte*” de Luís Antônio Giron (2004), a pesquisa em música no Brasil foi contemplada com uma obra construída exclusivamente a partir da consulta sistemática à imprensa periódica, abordando a documentação publicada entre 1826-1861, tendo por objetivo evidenciar as origens e a trajetória da crítica musical e sobretudo compreender suas características específicas.² O trabalho, fruto de uma dissertação de mestrado em musicologia histórica desenvolvida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (1999), reúne extensa documentação que nos permite vislumbrar a trajetória daquele ofício, inicialmente exercido por escritores e jornalistas como José de Alencar, Machado de Assis, Martins Pena,

² Não é nosso objetivo apresentar uma seleção de obras da bibliografia musical brasileira constituídas a partir da consulta aos periódicos, tarefa que não caberia no âmbito desse artigo. Importante mencionar que especialmente nos últimos anos houve uma produção vultuosa e relevante. Tomaremos apenas alguns exemplos e desde já, nos desculpamos por omissões.

apenas para nomear alguns pesos pesados, até o surgimento de textos de profissionais como Oscar Guanabarro (1852-1937), considerado fundador da crítica especializada em música.

De 1999 pra cá, a produção musicológica especialmente fomentada pelos programas de Pós-graduação das universidades brasileiras, alcançou novos patamares, relacionados sobretudo ao surgimento da Hemeroteca Digital Brasileira, importantíssima ferramenta de pesquisa disponibilizada pela Fundação Biblioteca Nacional, um portal de publicações nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, a seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc, – e de publicações seriadas.

Em capítulo publicado no livro “Periódicos e literatura: aproximações”, da série Cadernos da Biblioteca, Maria Alice Volpe observa que pela diversidade do conteúdo relacionado à música, periódicos suscitam abordagens interdisciplinares convidando à aproximação da musicologia com a história social, econômica, cultural, estudos literários, história da arte e iconografia. A autora propõe uma metodologia específica englobando desde categorias amplas de classificação dos periódicos em grupos: (I) periódicos especializados em música; (II) periódicos de ciências, letras, artes, política e variedades; (III) imprensa de notícias diárias; e (IV) coleções periódicas de partituras musicais, assim como e sobretudo, modelos detalhados de fichamento, numa proposta de oito tipos organizados por temas, fornecendo ampla possibilidade de sistematização de dados na consulta a este tipo de publicação (Volpe, 2022,127)³.

Se a abrangência e possibilidade de rápido acesso à informação proporcionada pela busca por palavras-chave na consulta aos dados da Hemeroteca Digital fez com que a pesquisa em música alcançasse grande produtividade, há contrapartida que demonstra as possíveis falhas no uso da ferramenta.

Como exemplo, mencionarei novamente Oscar Guanabarro, personagem que em 2019 foi contemplado com a obra “Oscar Guanabarro e a crítica musical no Brasil”, organizada por Luiz Guilherme Goldberg, Amanda Oliveira e Patrick Menuzzi, produção que rendeu quatro alentados volumes, em que são apresentados textos críticos do autor, publicados entre os anos de 1884 a 1917.

³ O fichamento proposto por Volpe refere-se às seguintes categorias: dados editoriais, elementos editoriais, coluna, artigo, anúncio musical, iconografia, partitura musical, correspondência de nomes, abreviaturas e pseudônimos. Para mais informações, ver Volpe, in Periódicos e literatura: aproximações, 2022, p.127.



Curiosamente, ao relacionar os procedimentos editoriais adotados e as ações desenvolvidas, notadamente a consulta à Hemeroteca Digital, os autores acrescentam:

em virtude das limitações de rastreamento apresentadas pelo sistema da Hemeroteca Digital Brasileira, que não identificou a totalidade das assinaturas de Oscar Guanabarro nas notícias d'O Paiz, procedeu-se à leitura diária, página a página, de todo o periódico, no período compreendido entre 1884-1917. Através deste procedimento, também foi possível diagnosticar as lacunas existentes no acervo desse jornal, depositado na Fundação Biblioteca Nacional, transcritas ao final desta apresentação (Goldberg, Oliveira e Menuzzi 2019, 26).

Esta observação é muito importante ao salientar as falhas e omissões do sistema, as mesmas que certamente habitam os trabalhos feitos pela consulta à Hemeroteca Digital baseada apenas em busca por palavras-chave, entre os quais incluo a minha produção.

Outro aspecto a ser ressaltado é a credibilidade cega que aparentemente musicólogos dão às informações veiculadas em jornais, tomados como fontes fidedignas e de primeira hora, que como veremos a seguir devem sempre e na medida do possível, ser verificadas. Sigo com a biografia de Guanabarro; ao mencionarem nome e data de nascimento do crítico, os autores abrem uma nota: “Embora Sacramento Blake, no seu Dicionario Bibliographico Brasileiro (1900), informe ter Oscar Guanabarro nascido em 1851, o que é reverberado por Grangeia (2005) e Passamae (2014), em entrevista concedida para O Malho, em 13 de setembro de 1934, o próprio crítico afirma ter nascido em 1841 (Idem 2019,17)”. Esta mesma nota, reproduzida pela musicóloga Maria Alice Volpe no capítulo “A música na imprensa periódica: Metodologia e interdisciplinaridade”, publicado no livro “Periódicos e literatura: aproximações” (Volpe 2022,142), me chamou a atenção e procurei averiguar.

Localizei dois documentos importantes: a certidão de casamento com Eulália de Salles,⁴ atesta que Oscar Guanabarro de Souza e Silva, filho do célebre escritor Joaquim Norberto de Souza e Silva, nasceu em 1852; a certidão de óbito informa que faleceu no dia 17 de Janeiro de 1937 com 85 anos de idade.⁵ Estes documentos, que evidenciam a

⁴ Ver, “Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012”, (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGJY-Y9M6>), entrada para Oscar Guanabarro de Souza e Eulalia de Salles.

⁵ Registro Civil da Capital Federal, Segunda pretoria cível, Freguesia do Sacramento. Óbito n.9, fl 116 do livro n.34 do registro de óbitos. Ver “Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012”, (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6R9W-B3Q3>), entrada para Oscar Guanabarro de Souza e Joaquim Norberto de Souza, 17 de janeiro de 1937.

imprecisão das informações replicadas por importantes pesquisadores, jogam também por terra a comemoração dos 89 anos que Guanabarinno não cumpriu, evento divulgado em nota reproduzida nos 4 volumes dedicados ao crítico:

Luís Antônio Giron, ao considerá-lo “o fundador da crítica especializada no Brasil, cujos primeiros folhetins surgiram na década de 1870” (GIRON, 2004: 16), faz eco aos contemporâneos de Guanabarinno, como se pode observar na notícia *Glorificação de um mestre*, veiculada no jornal *O Paiz*, na ocasião da divulgação do concerto comemorativo ao seu aniversário, em 1923: Oscar Guanabarinno, o “pai” da crítica musical brasileira, completa hoje 89 anos de idade e mais de 60 de crítico. Seu nome e sua autoridade transpuseram as fronteiras nacionais, para tornarem-se conhecidos e respeitados em toda a parte. Oscar Guanabarinno é bem a história viva de meio centenário da vida artística brasileira, à qual ele tem dado o melhor da sua existência, num esforço ininterrupto e do maior labor para a elevação da nossa cultura (Ibidem 2019,17).

Lendo a nota, fica muito difícil acreditar no erro. Oscar Guanabarinno estaria cumprindo, em 1923, 71 anos. Se fossem 79, ficaríamos mais satisfeitos supondo um pequeno erro, mas acreditando na fidelidade dos documentos, só nos resta aceitar: jornais cometem muitos erros e no caso, estamos apenas contemplando erros de informação, não falamos de opinião.

Ao longo dos anos de exercício acadêmico, não foram poucas as informações erradas e imprecisas que por vezes eu mesma divulguei, o que também acontece com colegas bastante experientes. Estas constatações servem para chamar nossa atenção ao apuro metodológico e à vigilância que devemos impor às informações divulgadas em nossos trabalhos, especialmente aquelas provenientes da consulta a periódicos.

Por outro lado, confesso que a eles devo a parte mais rica de meu ofício de pesquisadora, como veremos adiante.

Ainda sobre a produção e reflexão acadêmicas voltadas à pesquisa em periódicos, importante mencionar que em 2015, na comemoração aos 80 anos de atividade da Revista *Brasileira de Música*, a então editora da publicação, Maria Alice Volpe, dedicou o volume ao tema “Periódicos Musicais: História, Crítica e Políticas Editoriais”. O conjunto dos treze estudos apresentados contemplaram perspectivas críticas e historiográficas voltadas a temas como história do periodismo e crítica musical, repertórios, estéticas, estilos, práticas musicais, ideologias, nacionalismo, migração e identidade, patrimônio e acervos; música, sociedade e política; estudos interdisciplinares, entre outros.



Na ocasião foi realizado o V Simpósio Internacional de Musicologia da UFRJ “Periódicos Musicais: História, Crítica e Políticas Editoriais”, em conjunto com o IV Fórum Nacional de Editores de Periódicos de Música, importante iniciativa de fomento ao debate sobre pesquisa em jornais e revistas e políticas editoriais. Cumpre ainda mencionar o surgimento em 2019 do Grupo de Trabalho “Música e Periódicos” da Associação Regional para a América Latina e o Caribe, da Sociedade Internacional de Musicologia - ARLAC/IMS, cuja finalidade é promover o conhecimento sobre a música nas publicações periódicas dos diversos países da América Latina e Caribe, tendo por principais objetivos formular metodologias, debater questões críticas e desenvolver abordagens interdisciplinares em perspectivas micro e macro históricas, locais e transnacionais.

Apesar de sucinto, este breve panorama nos permite vislumbrar o interesse, as iniciativas, resultados de pesquisa e sobretudo, as contribuições que a área da música vem fornecendo à bibliografia ao longo dos anos, a partir da solidificação do uso da pesquisa em periódicos como importante ferramenta de trabalho.

2. O violão nos periódicos cariocas dos oitocentos

Em fevereiro de 2004, defendi a tese de doutorado “Violão e identidade nacional: Rio de Janeiro 1830-1930”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, com orientação do querido e saudoso José Murilo de Carvalho.⁶ Na introdução, cuidei de apresentar justificativa às falhas do trabalho proposto, pois sabia que para tratar de um arco temporal tão amplo, só poderia fazê-lo com um olhar superficial, uma primeira abordagem a temas que forçosamente iriam requerer aprofundamento.

À época, ainda não contávamos com a Hemeroteca Digital e o trabalho árduo se realizou na consulta diária a jornais microfilmados, especialmente do acervo da Biblioteca Nacional, e ainda a exemplares físicos de algumas publicações como o Almanak Laemmert, que tive a oportunidade de manusear no belo edifício do Real Gabinete Português de Leitura. A tese, contemplada com o Prêmio Funarte de Produção Crítica em Música, foi publicada

⁶ Para tratar da trajetória do violão no século XIX a partir da consulta a periódicos, utilizarei como exemplo, pesquisas por mim desenvolvidas.

pela Civilização Brasileira (2011), livro que, pela escassez bibliográfica do momento, acabou se tornando leitura fundamental para interessados em conhecer a presença do violão no Rio de Janeiro oitocentista.

Ao longo dos anos tive a oportunidade de retomar vários assuntos mencionados na obra. Entre estes, a pesquisa pós-doutoral vinculada à Universidade Nova de Lisboa, “A arte da violaria no Rio de Janeiro oitocentista” (2014), onde fui recebida por Rui Vieira Nery, que se realizou através do levantamento sistemático da imprensa portuguesa e brasileira, permitindo desvelar aspectos de uma profissão que tem sido bastante ignorada pela musicologia e identificar artesãos até então totalmente desconhecidos, em geral proletários não contemplados pela narrativa histórica, um total de 46 nomes de violeiros estabelecidos no Rio de Janeiro ao longo do século XIX. Posteriormente, foi também possível aprofundar informações acerca da vida de alguns violeiros, dos quais conhecíamos apenas o nome e endereço da oficina, o que resultou na elaboração de verbetes para cada profissional. O primeiro contato com este universo, iniciou-se na consulta sistemática ao Almanak Laemmert.

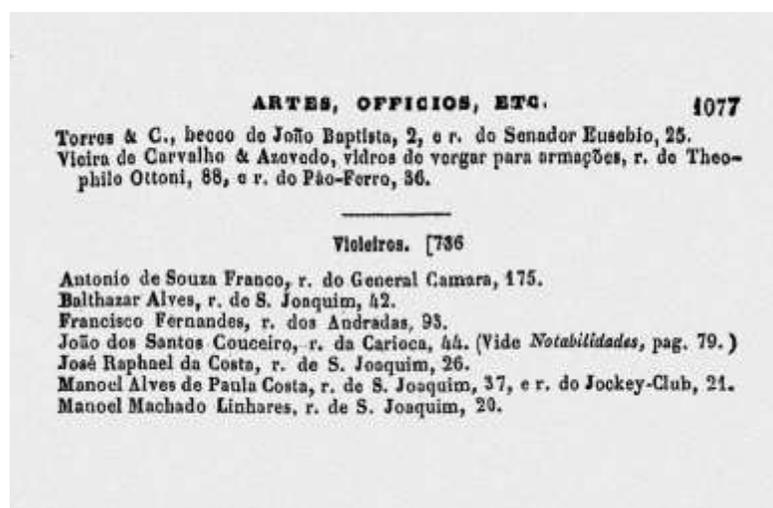


Fig 1. Anúncio de violeiros publicado no Almanak Laemmert, 1888.

Para este artigo farei referência à pesquisa que resultou no livro “O violão na corte imperial” publicado pela Fundação Biblioteca Nacional inicialmente em edição digital (2021) e posteriormente em papel, na série Cadernos da Biblioteca (2023).

Englobando diferentes aspectos da profissão, a consulta aos periódicos trouxe à luz fatos e personagens relevantes para a construção da cultura musical do Rio de Janeiro. Como exemplo, foi possível atestar que a presença do violão nas principais salas de concerto do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, deveu-se sobretudo à atividade de violonistas estrangeiros residentes na cidade que atuaram em diversas frentes de trabalho, assim como ocorre atualmente: faziam recitais, divulgavam seu trabalho de professor e, em alguns casos, sua produção de compositor. Não deixavam de mencionar as instituições às quais estavam ligados, fosse para abalizar sua formação musical, fosse para demonstrar o vínculo com a elite europeia.⁷

Curiosamente, num dos mais antigos anúncios de apresentação pública na qual o violão fez parte da programação, aparece o nome de Heliodoro Norberto Florival da Silva, sobre quem quase nada foi possível apurar, salvo um documento manuscrito que faz parte do acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, divulgado e transcrito pelo musicólogo Lino Cardoso. Em uma relação dos músicos empregados na Capela Imperial no ano de 1828, consta o nome de Heliodoro como instrumentista (assim como o do compositor Gabriel Fernandes da Trindade), função que manteve por algum tempo, como pode ser visto em uma lista de músicos atuantes na Capela no ano de 1844, na qual seu nome reaparece. Sobre a apresentação musical, no dia 4 de outubro de 1838, o *Diário do Rio de Janeiro* divulgou o evento realizado em benefício de quatro professores de música:

Depois que os professores da orquestra, que nesse dia será aumentada, tiverem executado a overture [*sic*] Roberto do Diabo, seguir-se-á a academia de música distribuída da maneira seguinte:

- 1^a Variações de pistom pelo Sr. Dorison
 - 2^a Ditas de trompa por um beneficiado
 - 3^a Ditas de rebeca pelo Sr. Noronha
 - 4^a Ditas de violão pelo Sr. Heliodoro
 - 5^a Ditas de flauta por um beneficiado
 - 6^a Ária de Donizetti pelo Sr. Gabriel Fernandes da Trindade
- (THEATROS, 4 out. 1838: 2).

⁷ Apresentamos no livro uma extensa lista das obras divulgadas no período, com nomes de compositores e periódicos em que os anúncios foram publicados.

O nome de Norberto Florival na cena carioca foi mencionado outra vez por sua participação em dueto com o espanhol Vicente Ayala, talvez o mais conhecido violonista da primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro, que se apresentou continuamente nos anos 1840 e que também atuava como cantor da Capela Imperial.

A biografia de Ayala é pouco conhecida. Seu nome está relacionado no *Diccionario de Guitarristas*, de Domingo Prat, que, citando Soriano Fortes, informa que Ayala era natural de Murcia. No método de violão de A. Cano, publicado em 1868, Ayala é mencionado por sua habilidade na execução de harmônicos oitavados e ainda por seu talento para o improviso. O autor afirma que o jovem deixara Madri por não ter encontrado apoio para o desenvolvimento de sua atividade artística. Sabemos, assim, que o espanhol teve alguns anos de prática artística no ambiente musical de seu país até a transferência para o Rio de Janeiro, por volta de 1840.

Uma das primeiras notícias que encontramos sobre o violonista data de 28 de julho de 1841, quando foi anunciada no Teatro de São Pedro de Alcântara uma academia musical e vocal em benefício dos professores João Victor Ribas (violino) e José Huerta (clarineta), a ser realizada no dia 30 do mesmo mês. Na ocasião foram apresentados concertos para os dois instrumentos, árias de ópera e, encerrando a primeira parte, “*Pot-pourri, sobre motivos espanhóis*, compostos e executados no violão francês pelo Sr. Vicente Ayala” (THEATRO, 28 jul. 1841: 4). No mês seguinte, em 27 de agosto de 1841, na sala de baile de Matacavalos n.º 19, foi realizado um “divertimento de música” por Carlos Corty, conhecido professor de piano; em seguida foi apresentada uma *Fantasia para guitarra francesa e canto espanhol* executada pelo Sr. Vicente Ayala (ANNUNCIOS, 27 ago. 1841: 4).

Os anúncios dão a entender que Ayala se integrou rapidamente ao meio musical carioca, ao tomar parte em concertos em benefício das mais distintas personalidades locais, incluindo ele próprio. A feliz ocasião se deu no teatro de São Pedro de Alcântara, em 15 de outubro de 1841, concerto que contou com a participação de João Victor Ribas, do trompista Luiz José da Cunha, do cantor Antonio Tornaghi e de Vicente Ayala, que cantou na primeira parte uma cavatina da ópera *L'Esule di Roma*, de Donizetti, e interpretou ao violão a introdução, a ária e o coro da ópera *O barbeiro de Sevilha*, de Rossini, numa versão para dois violões, na qual contou com a participação do professor Heliodoro Norberto Florival; na

segunda parte, apresentaram o dueto da ópera *Chiara di Rosemberg*: “O beneficiado, ajudado da generosa cooperação de seus companheiros, espera seja esse divertimento agradável, e não duvida do favorável acolhimento de tão indulgente benefício” (THEATROS, 15 out. 1841: 4). Importante ressaltar que à época o repertório violonístico compunha-se sobretudo de variações sobre temas de óperas de sucesso.

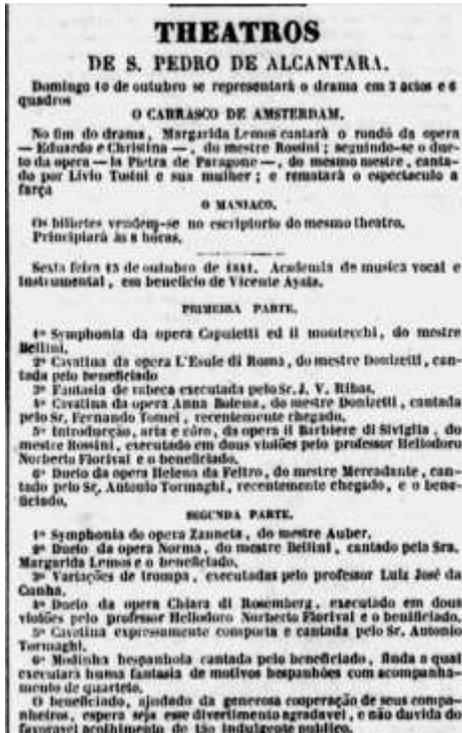


Fig 2. Anúncio publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 15 out. 1841, p. 4.

Pouco depois, em 1º de dezembro de 1841, foi realizado no Teatro de São Francisco um espetáculo em benefício da atriz Joana Maria da Silveira. Na abertura feita pela própria atriz, que recitou um monólogo, houve a participação da orquestra, que nesse dia foi aumentada. Em seguida, a apresentação de uma nova comédia intitulada *Miguel Perrin*, com a presença do violonista espanhol. “Depois da comédia, o Sr. Vicente Ayala, que já tem recebido tão merecidos aplausos, executará, em obséquio à beneficiada, umas lindas variações de violão” (THEATROS, 27 nov. 1841: 2).

Ayala continuou participando de concertos em benefício de artistas, como o dedicado ao famoso ator Martinho Correia Vasques, que contou com a orquestra executando uma abertura, seguida da comédia intitulada *O ministro traidor ou o Triunfo da imprensa*. Ao fim,

foi apresentada a ária da ópera *Semiramide*, executada no violão pelo Sr. Vicente Ayala (THEATROS, 7 dez. 1841: 2). O ano de 1842 teve registro de outras apresentações. Em 1843, o artista publicou um pequeno anúncio no *Jornal do Commercio* informando de sua mudança de endereço: “Vicente Ayala, professor de violão, mudou sua residência para a rua da Valla n.º 88, 2º andar, onde dá lições às terças e sábados pela manhã, até as duas horas da tarde” (ANNUNCIOS, 16 maio 1843: 4).

A consulta aos periódicos da época leva à percepção de que, nos anos de 1840, a presença do violão estava consolidada na cena musical do Rio de Janeiro como uma atividade desempenhada sobretudo por artistas estrangeiros que se estabeleceram na cidade. Dentre estes, também merece destaque o músico Marziano Bruni.

Em 25 de janeiro de 1846, o *Jornal do Commercio* noticiou uma representação francesa que seria realizada no Teatro São Januário no dia 31. Por conta da indisposição de um dos artistas, o concerto, com a finalidade de contribuir para o retorno de M. Edmond à França, só aconteceu em 7 de fevereiro, contando com a raríssima participação de Mademoiselle Simon, há dois anos ausente dos palcos cariocas. Marziano Bruni participou do evento executando a *Fantasia para violão sobre motivos da Norma*, de Bellini, com acompanhamento de orquestra composta por ele e ainda a *Abertura de Guilherme Tell*, para violão solo, também escrita por ele, na qual propunha reproduzir no instrumento efeitos orquestrais.

A atividade de Bruni dividia-se entre aulas e apresentações. No dia 25 de novembro de 1847 aconteceu no Teatro de São Francisco uma “representação extraordinária em benefício do professor de música Marziano Bruni, virtuoso da camara e capella de S. M. o Rei de Sardenha”. Na ocasião interpretou suas composições para violão solo, uma Sonata intitulada *Invocação ao gênio do Brasil* e ainda uma grande marcha para violão, “com a qual reproduzirá o som de todos os instrumentos de sopro” (THEATROS, 20 nov. 1847: 3).

THEATROS.

DE S. FRANCISCO.

QUINTA FEIRA 25 DE NOVEMBRO DE 1847
REPRESENTAÇÃO EXTRAORDINARIA EM BENEFICIO DO
PROFESSOR DE MUSICA

MARZIANO BRUNI,
VIRTUOSO DA CAMARA E CAPELLA DE S M O REI
DE SARDENHA.

Depois de uma das melhores ouverturas, executada pela orchestra, terá lugar a 4.^a representação do drama em 5 actos e 8 quadros:

POBRE IDIOTA

OU

O SUBTERRANEO D'HEILBERG

Findo o qual executar se-ha o novo — BAILADO RUSSIANO — composto expressamente pelo Sr. York e executado pelo Sr. De Vecchi e a Sra. Ricciolini

Pelo Sr. Ronchetti, uma aria da opera *Columella*, scena e coros.

Terá tambem lugar, pelo beneficio uma brilhante *Sonata*, composta e executada pelo mesmo, intitulada :

INVOCACAO AO GENIO DO BRAZIL.

Seguir-se ha, pelo mesmo, uma grande marcha de sua composição, no violão, com a qual reproduzirá o som de todos os instrumentos de sopro.

Dará fim ao espectáculo o sempre applaudido

DUETTO DAS PISTOLAS

da opera *Chiara de Rosemberg*, pelos Srs. Ronchetti e Theolier.

N B. O espectáculo d'este dia principiará ás 7 horas e meia, para acabar mais cedo.

Fig 3. Anúncio publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 20 nov. 1847, p. 3.

Ainda em 1847, divulgou no *Almanak Laemmert* sua atividade didática no Rio de Janeiro, mantendo-se como anunciante até o ano de 1851. Além de Bruni, foram também anunciantes:

Demétrio Rivero – piano, violão e rabeca. Rua do Espírito Santo n.º 2.
Luiz Vento – canto, violão francês, violoncelo.
Marziano Bruni – harpa e violão. Rua de São José n.º 60.
Pedro Nolasco Baptista – oficleide, flauta e violão. Rua Senhor dos Passos n.º 136.

No ano seguinte, reiterando seu compromisso com a atividade docente, Marziano Bruni – professor de harpa, piano, canto etc. – informou aos ilustres senhores que poderia ser encontrado todos os dias às nove horas da manhã ou das 15h às 17h na rua de São José n.º 60. “A superioridade de seu original método de ensino é assaz provada, tanto aqui como em Paris, Londres, etc., pelo rápido adiantamento de seus discípulos” (ANNUNCIOS, 27 fev. 1848: 4).

É importante ressaltar que Bruni publicou na Inglaterra, em 1834, o método *Treatise on the guitar*, no qual demonstra rara compreensão das possibilidades de realização musical ao violão, afirmando que a técnica deveria ser utilizada não apenas para o acompanhamento de canções, mas para a execução de obras de maior envergadura, como fantasias e concertos. A pesquisa em periódicos estrangeiros possibilitou o conhecimento de que em outubro de 1822 Bruni estava em Cambridge anunciando seus serviços como professor de música: “Senhor Bruni, violonista do rei da Sardenha, informa à nobreza e elite da universidade e da cidade de Cambridge que pretende aqui residir por algum tempo e que terá a felicidade de dar instruções a qualquer senhora ou cavalheiro que queira aprender ou aperfeiçoar conhecimentos no violão e no canto” (SIGNOR BRUNI, 18 out. 1822: 3).

Em junho de 1831, ainda na Inglaterra, participou de um concerto ao lado da esposa que, além de pianista, era cantora.

No mesmo período de atuação de Marziano Bruni, temos notícia da atividade artística de outro violonista, em concerto realizado no Teatro de São Pedro de Alcântara em benefício do professor de trompa Luiz José da Cunha. Após a apresentação da orquestra e do drama em cinco atos *Clotilde*, no qual João Caetano dos Santos e a S^{ra}. D. Estella desempenharam as principais partes, “o S^r. Pedro Nolasco Baptista, professor de música há pouco chegou a esta corte, executará umas brilhantes variações de guitarra francesa – violão” (THEATROS, 11 jul. 1847: 4). Também participou do concerto o grande compositor Henrique Alves de Mesquita, que executou variações para trompete compostas por Desidério Dorison.

Também em 1847, o professor e violonista Luiz Vento atuou como cantor num espetáculo realizado no Teatro de São Pedro de Alcântara em benefício do baixo Paulo Franchi. Sobre Luiz Vento, existe um anúncio publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 7 de abril de 1853, informando que o discípulo do Instituto de Música de Gênova, já conhecido

na capital, oferecia-se para dar lições de canto italiano, violão ou guitarra francesa, trompa, clarim de chaves e todos os instrumentos do então novo sistema Goutreau ou Sase, pelo método moderno. Encarregava-se também de qualquer comissão musical, redução e composição para diferentes instrumentos. Podia ser procurado na rua do Ouvidor n.º 116 e do Sabão da Cidade Nova n.º 32. Além de multi-instrumentista, Luiz Vento era compositor. Um pequeno anúncio sobre o festejo da Virgem do Terço, comemorado no dia 2 de outubro, informa que seria apresentada a missa composta por Luiz Vento, com regência de Demétrio Rivero e participação dos cantores Augusta Candiani, Gentil, Delauro, Securo, Troncone e Martine.

Ainda no contexto dos anos de 1840, Don José Amat, professor de piano e canto que emigrou da Espanha para o Rio de Janeiro em 1848, alcançando grande reconhecimento pela atuação na Imperial Academia e Ópera Nacional, foi citado como executante do violão.

Em meio a muitos anúncios divulgando as novidades musicais, leilões em que o violão estava presente, vendas de cordas, etc., a segunda metade do século XIX terá como principal notícia um concerto que marcou a fundação do Club Mozart; assistido por “moços em geral empregados no comércio que consagraram as suas horas vagas ao cultivo da música”, que na noite da inauguração, em 1º de julho de 1868, “mostraram-se verdadeiros cultores da deusa euterpe”. O programa, como sempre muito variado, foi composto de obras para orquestra, piano, árias de ópera e teve a participação de Arthur Napoleão, apresentando uma obra de sua fatura, e do violonista amador Clementino Lisboa, que executou o *Carnaval de Veneza*, de Julius Schulhoff (1825-1898), e a valsa *A Faceira*, de Reichert, peças por ele arranjadas para o violão.

Numa crítica ao concerto, o semanário *A Vida Fluminense* destacou a atuação do violonista:

Lisboa, um dos amadores mais notáveis do Rio de Janeiro, começou a desferir do seu violão sons tão repassados de melodia, que deixavam em dúvida o instrumento de que eram arrancados. Todos sabem que o violão não se presta facilmente aos cantos ligados nem à pureza dos sons se o trecho que cai executar-se requer velocidade de digitação pois bem: ouçam a fantasia da “Traviata” e a “Faceira” e digam-se depois se continuam a pensar assim (*A VIDA FLUMINENSE*, 30 maio 1868: 262).

Outra participação de Lisboa foi junto aos músicos Ada e J. Heine, recebidos no Club Mozart para uma apresentação musical da qual tomaram parte artistas como Arthur Napoleão

e seu irmão Aníbal, cantores e cantoras e a orquestra do Club regida por André Gravenstein. Segundo o crítico, “O Sr. Clementino Lisboa, ao violão, praticou prodígios de sentimento e agilidade. É uma inteligência especial. Quando eu ouço o Sr. Lisboa, imagino que o governo deveria mandar meter no xadrez todos os amigos de serenatas ao violão, que andam aí pelas ruas à noite” (Diário do rio de janeiro, 4 set. 1870: 1). O conteúdo da nota permite perceber que a essa altura o violão já estava disseminado e incorporado à prática urbana, tendo tomado as ruas da cidade especialmente na promoção de serenatas, como a que acabou por levar à delegacia um “tocador de violão” que em plena madrugada incomodava a vizinhança ao promover um bom encontro musical desfrutado na companhia de amigos (Tocador de violão, 24 jan. 1873: 2).

Na década de 1880, o instrumento esteve presente nas apresentações da orquestra organizada por João dos Santos Couceiro, destacado fabricante de instrumentos e criador da loja A Rabeca de Ouro, que se estabeleceu no Rio de Janeiro em 1871 proveniente de Coimbra.⁸

Responsável pela difusão do bandolim na sociedade carioca, lecionou o instrumento para um grande número de senhoras e promoveu inúmeros concertos em benefício da sociedade amante da infância e dos pobres realizados no Cassino Fluminense, nos quais tomou parte a orquestra de bandolins formada por suas alunas. É impressionante o número de componentes dessa orquestra, fato que revela a intensa atividade de Couceiro como divulgador do bandolim, instrumento para o qual provia repertório através da adaptação de obras escritas originalmente para o violino.

⁸ Para mais informações, ver *De artesão a empresário: a atividade de João dos Santos Couceiro mestre da viola no Rio de Janeiro oitocentista*, Taborda (2017).

Indústrias e Profissionais do Brazil 1008

GRANDE EMPORIO

DE

FUMOS

20 Rua do Visconde do Rio Branco 20

LIMA & COMP.

Têm importantes machinas a vapor de picar e desfiar fumos e grande sortimento de fumos:
Rio Grande, Rio Novo, Pomba, Baependy: palhas, linhas, rotulos e papel para cigarros.
Ninguem vende mais barato.

Art. 508-510

EXPOSICION DO BRAZIL 1872
ARABECA DE OURO
PORTUGAL E PHILADELPHIA 1876

44
RUA DA CARIOCA

João dos Santos Couceiro.

Com fabrica de rabecas, violoncellos, contrabaixos e arcos, violões guitarras, bandolins, bandurras, cavaquinhos e violas
Especialidade em concertos de harpes e de todos os instrumentos. tanto de madeira como de metal

VENDE CORDAS PARA TODOS OS INSTRUMENTOS

Art. 507-510

Fig 4. Anúncio da loja A Rabeca de Ouro publicado no Almanak Laemmert

Foram inúmeros os concertos em que Couceiro participou como músico e sobretudo organizador; apresentações no Clube da Gávea, no salão do Liceu de artes e ofícios, em sessão solene comemorativa do 33º aniversário da Sociedade Propagadora das Belas Artes, no Clube do Engenho Velho, no salão do Conservatório de Música, no salão da *Société Française de Gymnastique*, como também numerosos os recitais no Cassino Fluminense, num dos quais a orquestra foi constituída por 40 senhoras ao bandolim, duas bandolas, quatro violoncelos, um contrabaixo, 13 violões e ainda castanholas executadas por seu filho, Alfredo dos Santos Couceiro (Artes e artistas, 28 set. 1899: 2). Importante observar a participação do

jovem Joaquim Francisco dos Santos (1873-1935), que se tornaria o famoso Quincas Laranjeiras, grande mestre do violão em princípios do século XX.⁹

3. Considerações finais

A partir destes breves exemplos é possível constatar a abrangência de informações fornecidas pela consulta a periódicos. Concretamente nos deram o conhecimento detalhado do violão na agenda musical carioca, das obras divulgadas, dos professores estabelecidos na cidade, anúncios de editores, métodos publicados, fabricação e venda de instrumentos, leilões, etc.; não seria exagero dizer que a historiografia recente dedicada ao violão no século XIX, abrangendo também a produção de outros colegas, foi totalmente redimensionada pelas possibilidades de pesquisa em fontes hemerográficas, facilitada sobretudo pelo acesso à Hemeroteca Digital.

Neste sentido, cumpre lembrar o artigo “How Historians use Historical Newspapers”, publicado em 2010, pelos professores Robert B. Allen e R. Siczekiewicz, em que aprofundam o tema da utilização de periódicos como fontes de pesquisa para a escrita da história, focalizando não apenas as necessidades dos historiadores em investigar coleções de jornais e as formas de gerenciar as informações que encontram, mas trazendo importantes considerações resultantes de entrevistas a acadêmicos que adotaram amplamente os jornais digitalizados como material de base para o desenvolvimento de seus trabalhos. Os autores citam o extenso estudo realizado por Tibbo (2002) que demonstrou que os jornais continuam a ser vitais para os historiadores, sendo por estes identificados como o tipo de material "mais importante" e "mais frequentemente utilizado".

A afirmação parece não deixar dúvidas, e este volume reverbera a percepção dos autores.

⁹ Para mais informações, cf. a obra *Violão e identidade nacional* (2011).

Referências

ALLEN, Robert B and SIECZKIEWICZ, Rob. “How Historians use Historical Newspapers”, *ASIS&T - Association for Information Science and Technology Annual Meeting*, 2010.

GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIRON, Luis Antônio. *Minoridade crítica: a ópera e o teatro nos folhetins da corte 1826-1861*. São Paulo: Edusp, 2004.

GOLDBERG, Luiz Guilherme, OLIVEIRA, Amanda e MENUZZI, Patrick (orgs). *Oscar Guanabary e a crítica musical no Brasil: transcrições guanabarys antologia crítica O Paiz*. 4 vols. Porto Alegre: LiquidBook, 2019.

PRAT, Domingo. *Diccionario de Guitarristas*. Buenos Aires: Romero y Fernandez, 1934.

SILVA, José Amaro da. *Música e ópera no Santa Isabel: subsídio para a história e o ensino da música no Recife*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

SORIANO FUERTES, Mariano. *Historia de la música española desde la venida de los fenicios hasta el año 1850*. 4 v. Madrid, Barcelona: Martín y Salazar Narciso Ramírez, 1855.

TABORDA, Marcia. *O violão na corte imperial*. 2ª ed. revisada. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2023.

_____. De artesão a empresário: a atividade de João dos Santos Couceiro mestre da viola no Rio de Janeiro oitocentista. In: ALVES, Ida; CRUZ, Eduardo da; FRANCO, Suely Campos (Orgs.). *450 anos de portugueses no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2017. p. 143-157.

_____. *Violão e identidade nacional: Rio de Janeiro 1830-1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VOLPE, Maria Alice. A música na imprensa periódica: Metodologia e interdisciplinaridade. In BARROS JÚNIOR, Fernando Monteiro de (In memoriam) e SANTOS FERREIRA, Raquel França dos (Orgs). *Periódicos e literatura: aproximações*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2022.

_____. (Org). Anais do V Simpósio Internacional de Musicologia da UFRJ “Periódicos Musicais: História, Crítica e Políticas Editoriais”. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Música, Programa de Pós-graduação em Música, 2015 .



Periódicos

- ANNUNCIOS. *Correio Mercantil*, 27 fev. 1848, p.4.
- ANNUNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 maio 1843, p. 4.
- ANNUNCIOS. *O despertador*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1841, p. 4.
- ARTES E ARTISTAS. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 28 set. 1899, p. 2.
- A VIDA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, Anno I, n. 22, p. 262, 30 mai. 1868.
- CORRESPONDÊNCIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 out. 1841, p. 3.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 4 set. 1870, p.1.
- SIGNOR BRUNI. *Cambridge Chronicle and Journal*, Cambridheshire, 18 out. 1822, p. 3.
- THEATRO. *O despertador*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1841, p. 4.
- THEATROS. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 4 out. 1838, p. 2.
- THEATROS. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1841, p. 2.
- THEATROS. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 7 dez. 1841, p. 2.
- THEATROS. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1842, p. 2.
- THEATROS. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1847, p. 3.
- THEATROS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15 out. 1841, p. 4.
- THEATROS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1847, p. 4.



**A EMPREITADA DE CAMILLE ADOLPHE GOUBAUD NA FORMAÇÃO DE UMA
REDE DE IMPRESSOS DE MODA FRANCESA NO SÉCULO XIX**
CAMILLE ADOLPHE GOUBAUD'S ENDEAVOR TO CREATE A FRENCH FASHION
PRINTING NETWORK IN THE 19TH CENTURY

EVERTON VIEIRA BARBOSA¹

Resumo

Este artigo busca apresentar o papel do redator Camille Adolphe Goubaud na formação de uma rede de impressos de moda franceses no século XIX. Para isso, analisaremos as estratégias utilizadas na criação, gestão e distribuição nacional e internacional do impresso *Le Moniteur de la Mode*, e na compra ou junção de outras revistas para constituir um monopólio no segmento de publicações sobre vestimentas e acessórios. Consideramos que essa rede buscou universalizar a moda parisiense em outros países ao mesmo tempo que tentou atender aos diferentes gostos e interesses dos consumidores franceses, pois as revistas compradas e/ou anexadas por Goubaud continuaram a circular em solo francês. Assim, compreendemos que essa pesquisa permite um breve panorama inicial sobre a produção e difusão de um segmento de impressos ainda pouco estudado pela historiografia, além de contribuir na reflexão e discussão sobre a circulação transatlântica dos impressos.

Palavras-chave: Camille Adolphe Goubaud, *Le Moniteur de la Mode*; imprensa de moda; circulação de ideias; internacionalização.

Abstract

*This article seeks to present the role of editor Camille Adolphe Goubaud in the formation of a network of French fashion publications in the 19th century. To do this, we will analyze the strategies used in the creation, management and national and international distribution of the printed material *Le Moniteur de la Mode*, and in the purchase or merger of other magazines to create a monopoly in the segment of publications on clothing and accessories. We consider that this network sought to universalize Parisian fashion in other countries while at the same time trying to meet the different tastes and interests of French consumers, as the magazines purchased and/or attached by Goubaud continued to circulate on French soil. Thus, we understand that this research allows a brief initial overview of the production and dissemination of a segment of printed matter that is still little studied by historiography, in addition to contributing to reflection and discussion on the transatlantic circulation of printed materials.*

Keywords: Camille Adolphe Goubaud; *le Moniteur de la Mode*; fashion press; circulation of ideas; internationalization.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e professor na Université Catholique de Lille e na Université Catholique de l'Ouest. É pesquisador associado ao Centre d'Histoire Culturelle des Sociétés Contemporaines (CHCSC), ao Réseau transnational pour l'étude de la presse en langues étrangères (TRANSFOPRESS) e ao grupo de pesquisa Imprensa e circulação de ideias: o papel dos periódicos nos séculos XIX e XX. Suas pesquisas se concentram nas mediações e transferências culturais da imprensa. E-mail: semusico@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2480-7397>.

Os primeiros passos para a constituição de um periódico internacional de moda francesa

Conhecido como o século da imprensa (Charle, 2004), o Oitocentos foi a época de predomínio absoluto de jornais e revistas como os principais suportes de informação e de comunicação social. Sem a necessidade de competir com a variada gama de dispositivos utilizados em nosso século, tais como o rádio, a televisão, os celulares e tantos outros aparelhos conectados à internet, a imprensa era o único recurso midiático existente no século XIX capaz de alcançar outras cidades, países e continentes, transmitindo diferentes conteúdos visuais e textuais a um variado público leitor.

O conjunto de textos e imagens inseridos nos jornais e nas revistas da época eram escolhidos por seus redatores, editores e demais homens e mulheres de letras ligados à produção e circulação dos impressos. Esses indivíduos, também conhecidos como *passeurs culturels* (Cooper-Richet, Mollier, Silem, 2005), *hommes double* (Charle, 1992) ou ainda *intelectuais mediadores* (Gomes, Hansen 2016) eram os principais agentes históricos responsáveis pelas transferências culturais (Espagne, Werner, 1988) de tudo aquilo que acontecia num determinado tempo e espaço e que poderia interessar o seletivo e restrito grupo de homens e mulheres que adquiriam e liam esses materiais.

Dentre esses mediadores culturais, damos destaque nesta pesquisa à Camille Adolphe Goubaud (1808-1879), um redator marselhês instalado em Paris e que se engajou na publicação, circulação e internacionalização da revista de moda² *Le Moniteur de la Mode* entre 1843, quando o periódico foi lançado, até 1879, ano de morte desse homem de letras.

Para produzir sua revista de moda e fazê-la circular em vários países do mundo, Goubaud utilizou diferentes estratégias editoriais e comerciais e realizou vários acordos estabelecidos com ilustradores, litógrafos, redatores e comerciantes ligados à diferentes atividades e venda de produtos. Todos esses mecanismos contribuíram na construção e fixação de uma rede de revistas de moda que contribuiriam para manter o universalismo da cultura francesa no mundo, senão em todo o Ocidente.

É sabido que o universalismo francês já era uma realidade em diferentes dimensões culturais, tais como na língua (Lescure, 2012), na literatura (Casanova, 1999) e, em nosso caso, nas modas. Conforme explicam Dominique Waquet e Marion Laporte,

² Segundo Ana Claudia Suriani da Silva, “No século XIX, uma revista de moda era essencialmente um periódico com uma variedade de conteúdos visuais e textuais [...] exclusivamente dedicado[s] à moda ou no qual o conteúdo textual ou visual relativo à moda fosse predominante” (SILVA 2017, 180).

O que poderia ser mais favorável do que a literatura, a pintura, a música, a arquitetura, a escultura para transmitir na França, mas especialmente fora da França, a imagem de um país rico em capacidade de criação, emoção, estética, e cuja moda do vestuário vai, de fato, atrair a atenção, e, assim, suscitar a adesão. Pois a moda-vestimenta é o contrário de um fenômeno isolado e se encontra sempre incluída num movimento de criação ou num movimento cultural mais amplo. Para que a moda exista, ela precisa de um contexto de apoio. As criações artísticas francesas do século XIX souberam dar-lhe isso (WAQUET, LAPORTE 2022, 89, Tradução do autor).³

Assim, podemos compreender que a criação de vestimentas, e, em nosso caso, a produção de revistas de moda francesa no século XIX vinham de encontro com um movimento duplo: de um lado, o interesse francês em manter a hegemonia cultural da *República mundial das Letras* (Casanova, 1999) sob os demais países, e de outro lado, o desejo das nações, especialmente as recém-independentes na América Latina, de se apoiarem na cultura e no vestuário francês enquanto marca de civilidade, modernidade e progresso para projetarem suas identidades nacionais em construção.

Ao que concerne a produção da imprensa de moda, é importante salientar que antes da criação do *Le Moniteur de la Mode*, em 1843, outros impressos do mesmo gênero já circulavam em Paris (Gaudriault, 1983; Kleinert, 1982) e em alguns países da Europa (Batchelor, Powell 2018, Borchert, Dressel, 2004). Além disso, desde 1839 já existia na capital francesa uma *Sociedade de jornais de moda reunidos* (Le courrier français n° 163 12/06/1839) sob a direção do ex-cabelereiro Louis-Joseph Mariton, que foi responsável pela gestão de, pelo menos, nove revistas de moda (Steele, 2017, 96; Davis, 2008, 9). Assim, podemos observar que a formação dessa rede de impressos de moda, bem como a circulação de outras revistas do gênero na França e em outros países, concorreria com as revistas de moda dirigidas por Goubaud.

Nesse panorama, o redator marselhês não se intimidou com a existência de diferentes impressos de moda e seus respectivos redatores, adentrando no universo da edição e da publicação com o lançamento do *Le Moniteur de la Mode*. Desde o início de sua aventura editorial, Goubaud fixou diferentes acordos e parcerias na construção de sua própria rede de periódicos de moda. O casal de comerciantes Popelin-Ducarre foi um dos primeiros parceiros do redator. Esses indivíduos eram proprietários de uma fábrica de bordados em Paris, e em

³ Do original : “Quoi donc de plus favorable que la littérature, la peinture, la musique, l’architecture, la sculpture pour véhiculer en France, mais surtout hors de France, l’image d’un pays riche en capacité de création, d’émotion, d’esthétique, et dont la mode vestimentaire va de ce fait attirer l’attention, puis susciter l’adhésion. Car la mode-vêtement est tout le contraire d’un phénomène isolé et se trouve toujours comprise dans un mouvement de création ou un mouvement culturel plus large. Pour que la mode-vêtement existe, il lui faut un contexte porteur. Les créations artistiques françaises du XIX^e ont su le lui donner” (WAQUET, LAPORTE 2022, 89).



Nancy, confeccionando gorros, golas, lenços, vestidos infantis e outras peças (Bazar Parisiense 01/01/1826, 70).

Desde 1838, o casal de comerciantes havia deixado a rua Beaurepaire, número 22, para se instalar na rua Neuve-Vivienne, número 41, localizada mais ao centro de Paris e perto de outras lojas de vestimentas da moda. A mudança de endereço permitiria aos sócios de Goubaud de se aproximarem do nicho comercial na qual já atuavam há alguns anos, por conseguinte, facilitando o acesso de suas clientes e angariando novas interessadas em seus produtos. Além disso, o endereço se tornou o escritório de assinaturas do *Le Moniteur de la Mode*, contribuindo para ampliar a visibilidade da revista entre o público atraído por informações atualizadas do mundo da moda.

A sociedade estabelecida entre o casal Popelin-Ducarré et Goubaud pode ter sido motivada pela visibilidade e notoriedade que os comerciantes adquiriram no ramo das vestimentas. No ano seguinte à instalação dos proprietários no centro de Paris, eles alcançaram o terceiro lugar no concurso quinquenal da exposição de produtos da indústria francesa, ganhando a medalha de bronze (Gabalde, Duret, 1939). Ainda em 1939, o casal lançou uma revista de moda chamada *Nouveautés (Novidades)*, com o objetivo de divulgar ao público consumidor os principais produtos vendidos em seu estabelecimento comercial. O periódico, que circulava mensalmente com uma ilustração de modas, foi publicado até 1843, quando a parceria firmada com Goubaud encerrou as atividades do periódico de Popelin-Ducarré, dando origem ao *Le Moniteur de la Mode*.

A sociedade estabelecida entre o casal de comerciantes e o redator marseilhês foi anunciada no periódico *Le Droit*, dois meses após o lançamento da revista de modas. Conforme descrito no jornal, os novos parceiros comerciais realizaram a assinatura de um contrato comercial no dia 20 de maio de 1843, registrado nos nomes de Antoine-Popelin Ducarré e Adolphe Camille Goubaud. O documento declarava a união dos indivíduos “para a fundação e publicação de uma revista de modas, sob o título de Moniteur de la Mode, Journal du Grand Monde, e para a fundação e publicação de todas as outras revistas de modas” (Le Droit 02/06/1843, 04, Tradução do autor).⁴

O que chama a atenção nessa primeira parte do registro é a possibilidade de os sócios Goubaud e Popelin-Ducarré lançarem outros periódicos do mesmo gênero, vindo de encontro

⁴ Do original : “pour la fondation et la publication d'un journal de modes, sous le titre de Moniteur de la Mode, journal du grand monde, et pour la fondation et publication de tous autres journaux de modes” (Le Droit 02/06/1843, 04).

com os interesses do redator na formação de uma rede de impressos de moda francesa. Na continuação do documento, era declarada que a razão social da sociedade seria Goubaud et Companhia, e que a gestão e as assinaturas pertenceriam ao redator, enquanto Popelin-Ducarré permaneceria como simples acionário. Além disso, o escritório da sociedade ficaria localizado no Boulevard Montmartre, número 15, enquanto a gráfica responsável pela publicação do periódico seria Bourgogne et Martinet, localizada na rua Jacob, número 30, e, por fim, a sociedade, iniciada dia 15 de fevereiro do mesmo ano duraria, ao menos, dezoito meses (*Ibid.*).

Com a sociedade estabelecida, não tardou muito para que a primeira revista de moda de Goubaud alcançasse o mundo. Isso porque, no mesmo ano de lançamento, *Le Moniteur de la Mode* já era endereçado para diferentes correspondentes localizados em várias cidades da França, e também em outros países. Além de Paris, a revista de moda era enviada para Lion, Estrasburgo e Marselha, sendo distribuída nos respectivos departamentos dessas cidades francesas. No exterior, o periódico era distribuído em Genebra e Viena na Suíça, em Estugarda e Frankfurt na Alemanha, em Nápoles, Livorno e Turim na Itália, em Bruxelas na Bélgica, em Hamburgo na Holanda e em Nova Iorque nos Estados Unidos (*Le Moniteur de la Mode* 1843). O alcance da revista de moda em outros países europeus e do outro lado do Atlântico revelava, assim, o interesse de Goubaud e seus sócios na internacionalização do periódico, aproveitando do universalismo da cultura francesa sobre o mundo no século XIX.

A parceria firmada entre o redator e os comerciantes Popelin-Ducarré também renderiam novos frutos. Logo após o lançamento do *Le Moniteur de la Mode*, a rede de impressos de moda que Goubaud almejava, começava a ganhar forma com a publicação de outros periódicos: “O primeiro, sob o título: Moniteur de la mode; a segunda, no âmbito do *Le Parisien*, jornal de alfaiates; o terceiro, sob o do *Echo du Moniteur de la Mode*; e a quarta, sob o título: *Le Castor*, jornal da *Chapellerie parisienne*” (*Gazette des tribunaux* 31/07/1845, 06, Tradução do autor).⁵

A variedade de periódicos que se formava ao redor da empresa de Goubaud sinalizava, de um lado, a ramificação dos segmentos do mundo da moda, com revistas direcionadas aos chapeleiros, sapateiros, alfaiates, cabelereiros e demais profissionais do setor. De outro lado, a rede de impressos revelava a sagacidade do redator na produção de diferentes revistas que pudessem englobar um grande número de leitoras e consumidoras na assinatura de suas folhas e na compra dos variados produtos anunciados e vendidos nas lojas do casal Popelin-Ducarré.

⁵ Do original : “Le premier, sous le titre de : Moniteur de la mode ; le deuxième, sous celui du Parisien, journal des tailleurs ; le troisième, sous celui de l’Echo du Moniteur de la Mode ; et le quatrième, sous celui : Le Castor, journal de la Chapellerie parisienne” (*Gazette des tribunaux* 1845, 06).

Três anos após o início da aventura editorial encabeçada por Goubaud, diferentes jornais anunciaram que a administração do *Le Moniteur de la Mode* já contava com mais de oito mil assinaturas (Journal des débats politiques et littéraires 19/03/1846, 4; La France 21/03/1846, 4; Le Constitutionnel n°84, 22/03/1846, 4; Le droit 11° ano n° 71, 23/03/1846, 4; Démocratie pacifique 15° ano n° 82, 23/03/1846, 4; La Patrie n° 24, 24/03/1846, 4; La Reforme 27/03/1846, 4; Journal des villes et des campagnes 32° ano n° 44, 28/03/1846, 8), número bastante expressivo para a época. Ainda que a quantidade de assinantes não correspondesse à realidade, sua divulgação em diferentes impressos de grande circulação servia como uma estratégia de marketing para atrair a atenção das leitoras e, conseqüentemente, de novas assinantes. No mesmo anúncio, a grande quantidade de clientes inscritos era justificada graças às ilustrações de moda litografadas por Reville, Lecomte, Gervais, Blanchart, Tavernier e outros gravadores, e desenhadas pelo artista Jean-Baptiste David (1808-1892) que assinava suas criações com o pseudônimo Jules-David.

O ilustrador, que já era celebre por diferentes trabalhos realizados anteriormente, havia sido contratado pelo casal Popelin-Ducarré, em 1842, para elaborar as estampas de moda, anexadas na revista *Nouveautés*. Uma vez estabelecida a parceria entre os comerciantes de moda e o redator Goubaud, David tornou-se o ilustrador oficial da rede de periódicos gerida por essa sociedade. Suas ilustrações concorriam em beleza, detalhe e precisão com as de Suzanne Héloïse Colin, conhecida como Héloïse Leloir e sua irmã Adèle-Anaïs Colin (1822-1899), conhecida como Anaïs Toudouze. As irmãs desenhavam para as revistas de moda da sociedade de jornais de moda reunidos, dirigido por Louis-Joseph Mariton, tais como *Le Bon Ton* et *Le Follet*.

A concorrência entre Goubaud et Mariton não se resumia apenas nas belas ilustrações anexadas nos impressos, mas a disputa também ocorria na circulação das revistas em toda a França e no exterior. Assim como *Le Moniteur de la Mode*, outros periódicos de Goubaud também foram enviados para algumas cidades francesas e em outros países, potencializando a internacionalização de sua rede de impressos. A revista *Le Parisien*, por exemplo, recebeu uma versão inglesa entre os anos de 1845 e 1852, intitulada *Le Parisien: Theoric journal of the tailors' art*, circulando na Inglaterra e nos Estados Unidos, e uma versão em alemão ano de 1851, chamada *Le Parisien: Theoretische Zeitschrift der Schneiderkunst: Ergänzung des Modeblatts: Zeitung für die Elegante Welt*, circulando na Alemanha.

As traduções para o alemão e o inglês realizadas pela empresa de Camille Adolphe Goubaud inserem-se no contexto de universalismo da cultura francesa. Afinal, como nem todos

os leitores estrangeiros dominavam a língua francesa, a transposição dos textos para o idioma local facilitaria a assimilação do sistema simbólico da moda. Tal como analisam Gisèle Sapiro e Johan Heilbron (2008) o processo de tradução está inserido num sistema assimétrico, ampliando as escalas da desigualdade entre os países no contexto de mundialização. Assim, traduzir obras e autores franceses para outras línguas fortalecia a hegemonia literária da França nesses espaços.

Como aponta Roger Chartier (2021), o procedimento da tradução e sua consequente edição também devem ser analisadas por diferentes procedimentos, envolvendo a instabilidade das obras traduzidas, as variantes textuais e os suportes em que esses textos serão inseridos, para, então, compreender sua materialidade e circulação internacional.

Para além das cidades e dos países já evocados, ao longo da década de 1850, o principal periódico da rede de Goubaud, *Le Moniteur de la Mode*, passou a ser distribuído em Leipzig e Munique na Alemanha, Londres na Inglaterra, São Petersburgo na Rússia, Barcelona na Espanha, Porto e Lisboa em Portugal e Rio de Janeiro no Brasil (*Le Moniteur de la Mode* 1852), consolidando, assim, o processo de internacionalização da rede de impressos de moda do redator.

A rede de impressos de moda de Camille Adolphe Goubaud no exterior

Em menos de dez anos de existência, a sociedade de Goubaud já fazia concorrência à *sociedade de jornais de moda reunidos* dirigido por Louis-Joseph Mariton na França e no exterior. O rápido sucesso da empresa do redator marselhês podia ser atribuído, de um lado, pela qualidade das ilustrações de moda realizadas por Jules-David e que podiam ser colecionadas por suas assinantes, criando, assim, um álbum de imagens, e, de outro lado, pela rede de redatores, correspondentes e demais comerciantes franceses e estrangeiros que Goubaud agrupou para transferir suas revistas de moda.

O principal periódico da rede, *Le Moniteur de la Mode*, era distribuído em diferentes nações, mas o uso dos textos e das imagens podia variar de um país para outro. Na Espanha, por exemplo, Goubaud celebrou um acordo com diferentes correspondentes. Em Madri, a redação do periódico *El Correo de la moda*, atribuída à Francisco Castelló (MOREL 1992: 170), realizava a tradução da descrição da imagem francesa para o espanhol e anexava a ilustração, mantendo o paratexto francês que indicava sua procedência.

O redator francês publicava uma edição especial em espanhol, chamada *El Monitor de la Moda*, contendo um artigo sobre modas, a descrição de uma litografia e a anexação da respectiva imagem, mantendo o paratexto original que indicava sua origem. Uma vez publicada em uma casa de impressão francesa, o suplemento era enviado para diferentes cidades espanholas.

Em Madri, o suplemento publicado por Goubaud podia ser assinado na livraria de Charles Bailly-Ballière, na rua do Príncipe, nº 11. Em Barcelona, na oficina do litógrafo Don José Eusébio Montfort, instalado na rua Riera de San Juan. Em Valência, na loja do Sr. Novella, localizado na rua del Bany dels Pavesor, nº 8. Em Sevilha, no estabelecimento do senhor Troyano, rua de Escobas, nº 27. Em Cadiz, no comércio do Sr. Rey, rua da Carne, nº 101. Em Valladolid, na botica do senhor Huerta. Em Zaragoza, na loja do senhor Clavillar. Em Santander, no estabelecimento do senhor Cartilho. Em Vitória, com livreiro Sr. Robles. Em Bilbao com o senhor Velasco. Em Málaga com o senhor Moya na passagem de Lario. Em Irún com o comissionista Sr. Garcia. Em Almeria com o encarregado da Agência mineira *La Equidad*. Em Coruña com o senhor Perez. Em Tafalla, na botica do senhor Landa. E em Córdoba com o senhor Lopez de la Torre.

Na Bélgica, alguns artigos de moda publicados no *Le Moniteur de la Mode* e as respectivas ilustrações eram inseridos no *Le Moniteur des dames et des demoiselles*, conservando o idioma francês. Já na Inglaterra,

Em Março de 1860, o editor londrino Samuel Beeton contratou seu colega francês Adolphe Goubaud para importar mensalmente placas de moda e designs de roupas do *Moniteur de la mode* de Goubaud para a *Englishwoman's Domestic Magazine*, o periódico feminino que ele havia criado em 1852 (REMOORTEL, 2019: 46, Tradução do autor).⁶

Os diferentes modos de utilização dos textos e das imagens do *Le Moniteur de la Mode* sinalizava certa flexibilidade nos acordos estabelecidos pelo redator Goubaud com seus correspondentes. As parcerias firmadas no exterior contribuía, assim, para a internacionalização do *Le Moniteur de la Mode*, mas também para a divulgação da cultura e da moda francesa em solo internacional.

No entanto, a constituição de uma rede de impressos de moda na França e sua internacionalização não era tão simples quanto possa parecer. Afinal, uma das principais

⁶ Do original: “In March 1860, LONDON publisher Samuel Beeton contracted with his French colleague Adolphe Goubaud to import monthly fashion plates and dress patterns from Goubaud’s *Le Moniteur de la mode* to the *Englishwoman's Domestic Magazine*, the periodical for women that he had established in 1852” (REMOORTEL, 2019: p. 46).

preocupações de Goubaud na transferência de suas revistas e ilustrações era com os contrafadores franceses e estrangeiros que podiam adquirir seus periódicos e copiar os artigos e as imagens para inseri-las em revistas predadoras de conteúdo, vendendo-as mais baratas para um público leitor.

A vigilância contra os copistas pode ser identificada logo no ano seguinte ao lançamento do *Le Moniteur de la Mode*, com a publicação de uma nota em *La Gazette de France* (07/04/1944: 3) informando sobre uma queixa que o Goubaud havia prestado contra o jornal *Le Caprice* por copiar os desenhos de Jules-David sem a autorização de redator. Como resultado, o juiz determinou:

Considerando que **GOUBAUD** detém o direito exclusivo de propriedade sobre os desenhos que publicou no *Moniteur de la Mode*; que a partir de então só ele poderá imprimir e vender ou distribuir as composições em questão; esperado, etc.; o tribunal, aplicando os artigos 427 e 429 do Código Penal, condena o réu a 200 francos de multa, ordena o confisco dos desenhos infratores, condena o arguido, pessoalmente, a pagar a **GOUBAUD** a quantia de 800 francos em complemento de sua indenização; ordena a inserção do presente julgamento no *Le Caprice* e em dois outros jornais da escolha de **GOUBAUD**, tudo às custas do réu; fixa a duração da contenção física em um ano e condena o réu no pagamento de todas as custas (*La Gazette de France* 07/04/1944: 3).⁷

O caso serve de exemplo para constatar a atenção que Goubaud fazia nos atos de contrafação das revistas e ilustrações de moda de sua empresa, ao mesmo tempo em que revela o conhecimento do redator em relação ao direito do autor e as penas cabíveis a esse tipo de crime, conforme os artigos do Código Penal francês (1810: 66-67).

O mesmo cuidado foi tomado pelo redator francês no exterior, quando ele publicou em maio de 1852, na edição franco-inglesa do *Le Moniteur de la Mode* (1852: 65), um parágrafo extraído da revista inglesa *Gazette of Fashion*, no qual o redator Edward Minister felicita a lei de Direitos autorais estabelecidas entre o Reino Unido e a França. Ao declarar ter inscrito a revista de modas no livro de registros *Stationers' Hall*, o impresso de Goubaud estaria, assim, protegido contra os contrafadores ingleses que já faziam uso de suas ilustrações anteriormente.

No entanto, até meados do século XIX nem todas as nações possuíam códigos, leis ou decretos para regulamentar os direitos autorais estrangeiros e impedir a contrafação de impressos vindos de outros países. Este era o caso do Brasil, que possuía apenas direitos

⁷ Do original : « Attendu que **GOUBAUD** a un droit exclusif de propriété sur les dessins qu'il a publiés dans le *Moniteur de la Mode*; que dès lors il peut seul imprimer et vendre ou distribuer les compositions dont il s'agit; attendu, etc.; le tribunal, faisant application des art. 427 et 429 du Code pénal, condamne le prévenu à 200 fr. d'amende, ordonne la confiscation des dessins contrefaits, condamne le prévenu, par corps, à payer à **GOUBAUD** la somme de 800 fr. pour complément de son indemnité; ordonne l'insertion du présent jugement dans le *Caprice* et dans deux autres journaux au choix de **GOUBAUD**, le tout aux frais du prévenu; fixe à un an la durée de la contrainte par corps et condamne le prévenu à tous les dépens.» (*La Gazette de France* 07/04/1944: 3).

exclusivos aos brasileiros, conforme o artigo 261 do código criminal de 1830 (1886: 461-462). Nesse sentido, os redatores brasileiros não tinham a obrigação de citar a fonte dos textos e das imagens extraídas de periódicos internacionais.

A desobrigação da citação pode ser constatada no periódico *O Jornal das Senhoras*. Em seu primeiro ano de publicação, em 1852, e nos primeiros meses de 1853, a redação da revista feminina brasileira inseria as descrições das ilustrações do *Le Moniteur de la mode* traduzida do francês para o português e com adaptações textuais, mas sem mencionar sua origem. As alterações eram realizadas para adequar as indicações dos estabelecimentos comerciais e outros recursos, facilitando a compreensão das leitoras brasileiras nos modos de utilização das vestimentas desenhadas. No caso das ilustrações originais da revista de moda francesa, conforme podemos comparar nas Imagens 1 e 2, ao serem copiadas em *O Jornal das Senhoras*, vemos que os paratextos eram extraídos, impedindo que suas assinantes identificassem sua real procedência.

Imagem 1: Ilustração original do *Le Moniteur de la Mode*



Fonte: *Le Moniteur de la Mode*. 12/1851. gravura 312, Paris : Imprimerie de L. Martinet, rue Mignon, 2.

Imagem 2: Cópia da ilustração do *Le Moniteur de la Mode* publicada em *O Jornal das Senhoras*



Fonte: *O Jornal das Senhoras*. 04/07/1852. Rio de Janeiro: Typographia de Santos & Silva Junior, Rua da Carioca, n. 32.

A inserção dos paratextos em *O Jornal das Senhoras* só começou a ser realizada no final de março de 1853, quando a redatora Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco (1817-1875) explicou às suas assinantes que “Desde que a Redação do Jornal das Senhoras foi autorizada para poder publicar regularmente os figurinos do *Moniteur de la Mode* que os deve apresentar às suas assinantes tais quais chegam eles de Paris” (O Jornal das Senhoras 2º ano, nº 65, 27/03/1853: 2).

A explicação da redatora brasileira leva a compreensão de que, até meados de março de 1853, ela ainda não tinha autorização para publicar a origem das ilustrações anexadas em *O Jornal das Senhoras* e as respectivas descrições das imagens que eram traduzidas do francês para o português. No entanto, ela afirma às suas assinantes ser contrária à prática de apagar ou cortar os paratextos, escrevendo não compreender tal ato, que já era praticado por sua antecessora e continuado por Violante Vellasco desde seu ingresso na direção da revista feminina brasileira em julho de 1852.

Apesar de o artigo 426 do código penal francês de 1810 condenar as contrafações de obras francesas no estrangeiro, o mesmo não se aplicava ao código criminal brasileiro de 1830, pois ele “só garantia as obras originais de brasileiros e as traduções” (NEVES, FERREIRA 2010, 507). Isso quer dizer que para a justiça praticada no Brasil, a inserção das ilustrações francesas em *O Jornal das Senhoras* sem os paratextos, indicando pertencimento ao *Le Moniteur de la Mode*, não era caracterizado como um crime. As traduções das descrições das imagens também não eram consideradas como contrafação, pois a lei protegia apenas a transposição de textos produzidos por brasileiros e não por estrangeiros.

No entanto, como os tratados internacionais de proteção à propriedade intelectual estavam em pleno desenvolvimento ao longo do século XIX, e Goubaud estava atento aos atos de contrafações, recorrendo a todos os recursos nacionais e estrangeiros que existiam para impedir a cópia de suas revistas de moda e ilustrações, Violante Vellasco não tardou em estabelecer um acordo com o redator francês para obter a autorização de publicação das ilustrações do *Le Moniteur de la mode* sem precisar extrair o paratexto que revelava sua procedência, assim como, agora, ela podia mencionar nos artigos sobre moda a origem do conteúdo francês traduzido para o português.

A parceria estabelecida entre Adolphe Camille Goubaud e Violante Vellasco provavelmente foi mediada pelos cabeleireiros Alexandre e Francisco Demarais, correspondentes do *Le Moniteur de la Mode* desde 1845, e do *Jornal das Senhoras* desde 1852. Instalados na rua do Ouvidor, número 86, famoso local onde havia grande concentração de



modistas, estabelecimentos de moda e imigrantes franceses, os dois negociantes, responsáveis pelo corte de cabelo e penteado de Sua Alteza Real D. Pedro II e sua família, eram reconhecidos pela atividade em seu salão de beleza, mas também pela venda de revistas de moda francesas. Antes de se tornar parceiro comercial de Goubaud, o cabeleireiro Desmarais já era correspondente da revista *L'Élégant: Journal des Tailleurs* (20/01/1837: 128), ao lado de seu ex-sócio Gérard.

A recepção e venda de revistas de moda francesas no salão de beleza foi, portanto, uma forma de conquistar o público feminino brasileiro interessado nas novidades que chegavam da Europa nos principais navios à vapor da época. Enquanto as mulheres esperavam para serem atendidas, elas podiam folhear as páginas das revistas de moda para se atualizarem e conhecerem as aparências do momento vindas da França.

O tempo de travessia dos navios à vapores da Europa para o Brasil era, em média, de um mês. Segundo a nota publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, “pelo transatlântico *Teviot* chegando hoje de Southampton com escala em Lisboa, Madeira e Portos do Norte [Pernambuco e Bahia], recebemos jornais de Paris até o dia 8 e de Londres até o dia 9 de abril” (*Diário do Rio de Janeiro* 10/05/1851, 2, acréscimo do autor).

O transatlântico *Teviot* era um dos vários barcos à vapor que transportava as revistas de moda, os vestidos, além de outras informações, produtos e pessoas do velho para o novo continente. Como esses meios de transportes partiam da Inglaterra para o Brasil, Goubaud precisava enviar sua revista de moda inicialmente de Paris até o porto de Southampton, na Inglaterra, para que ela pudesse, enfim, seguir viagem e alcançar seu destino no Rio de Janeiro. Todas as escalas feitas pelos navios à vapores revelavam, de um lado, as relações comerciais entre os ingleses, portugueses e brasileiros, e, de outro lado, representavam diferentes públicos de leitores e consumidores que Goubaud podia endereçar *Le Moniteur de la Mode*, expandindo, assim, sua rede internacional.

Com o intento de ganhar o Atlântico, a partir de 1851, Goubaud criou uma edição franco-americana do *Le Moniteur de la Mode*, alcançando ao mesmo tempo um público leitor francófono e anglófono. A edição, publicada na França até 1865, podia ser assinada em Nova York no estabelecimento de William Strange, mas também em Londres, num escritório que recebia outras revistas de moda, localizado na Greek-street, n° 10, Soho.

Dado o contexto da época, podemos considerar que a edição bilíngue do *Le Moniteur de la Mode*, publicada por Goubaud, tinha uma tripla função. A primeira era impedir a cópia de estampas de moda e traduções clandestinas publicadas em outros periódicos sem autorização,

como acontecia antes de registrar a revista de moda no *Stationers' Hall*, e como ocorria no Brasil. A segunda função, foi permitir que as mulheres de língua inglesa que viviam em Paris lessem a revista de moda na sua língua nativa, pois

ela atesta a presença de visitantes de língua inglesa em número suficiente para o subscreverem, mas também a sua vontade de ler essencialmente, na sua língua materna, apenas informação das Ilhas Britânicas, embora tenham optado, para a maioria deles, por ficar em França pelo prazer e atracção que este país e a sua capital, a sua cultura e os seus numerosos entretenimentos exercem sobre eles (COOPER-RICHET, 2014: 1).⁸

E a terceira função, vinculada à anterior, era ensinar o francês ao público anglófono, preservando-a como língua universal. Esta ideia pode ser compreendida com a análise de Pascale Casanova (2008; 2015), que apresenta diferentes elementos, como a política e a economia literária, o reconhecimento dos autores franceses como referências literárias e conseqüentemente o contexto histórico francês com a revolução de 1789, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua referência nas artes e na moda, tornando-a conhecida por seu prestígio literário em todo o mundo. Esses elementos somados à relação do francês com outras línguas por meio do bilinguismo, da diglossia e das traduções de obras literárias nos permitem compreender como o idioma de Goubaud se tornou universal.

O fato de o redator francês não ter alterado, na tradução para o inglês, a indicação dos estabelecimentos comerciais franceses por lojas localizadas da Inglaterra ou nos Estados Unidos também reforçavam o universalismo da cultura e, nesse caso, da moda francesa. Afinal, se Goubaud indicasse um estabelecimento comercial estrangeiro, seria o reconhecimento de que outras nações também eram capazes de criar e ditar a moda, enfraquecendo, assim, a hegemonia parisiense sobre o mundo. Por esse motivo, o redator francês realiza uma tradução textual sem grandes alterações e apoiada nas ilustrações, chamada de transposição intersemiótica (AUBERT, 1998), mantendo, assim, a produção da moda francesa no centro dos debates e do interesse do público estrangeiro.

Assim, podemos afirmar que o processo de internacionalização liderado por Camille Adolphe Goubaud conseguiu completar uma longa jornada, atravessando o país e o continente. Ao longo da década de 1850, *Le Moniteur de la Mode* também podia ser adquirido em Argel na Argélia, em São Petersburgo na Rússia, em São Francisco e Califórnia, nos Estados Unidos.

⁸ Do original : « elle témoigne de la présence de visiteurs anglophones en nombre suffisant pour s'y abonner, mais également de leur souhait de ne lire pour l'essentiel, dans leur langue maternelle, que des informations en provenance des îles britanniques, bien qu'ayant choisi, pour la plupart d'entre eux, de séjourner en France pour le plaisir et l'attrait que ce pays et sa capitale, sa culture et ses nombreux divertissements, exercent sur eux » (COOPER-RICHET, 2014, 1).

Além disso, os preços das assinaturas mensais ou anuais foram anunciados diretamente por correio para a Turquia, Grécia, Alexandria no Egito, Peru, Chile, assim como nas cidades e nos países já mencionados.

Até meados da década de 1870, Goubaud havia conseguido legitimar sua rede internacional de revistas de moda ao redor do mundo. Se no início de sua aventura editorial, o redator francês precisou estabelecer uma série de acordos e parcerias para competir com seus concorrentes, no auge de sua carreira, já era adquirido reconhecimento nacional e internacional por sua empreitada com os impressos.

Com a criação de uma rede de colaboradores e de periódicos, ainda faltava a esse empresário uma última ação para consagrar seu nome entre os principais empresários editoriais no ramo das revistas de moda: participar e dirigir uma instituição que reunisse diferentes proprietários e suas respectivas revistas de moda que circulam por toda a França e em outros países.

Conforme o aviso às senhoras publicado em *La Gazette de France*, a *Société des Journals de Mode et Professionnels réunis* “foi fundada em 1º de novembro de 1864” (13/01/1866: 4), o que indica que outros proprietários de jornais já sentiam a necessidade de organizar uma instituição que pudesse reunir esses homens de negócios e de letras para discutir acordos, melhorias, formas de proteção, internacionalização e direitos trabalhistas e autorais.

Dez anos após a criação da empresa, em 1874, Camille Adolphe Goubaud assumiu a gestão da entidade para tentar manter e contribuir para o avanço da rede criada para a defesa dos editores de revistas de moda. Essa alta posição consolidou a trajetória de um empresário e redator que empreendeu inúmeras ações para publicar sua revista e torná-la conhecida internacionalmente.

No final da carreira, Camille Adolphe Goubaud formou uma nova e importante parceria. Seu filho Abel Goubaud veio trabalhar para o maduro editor de revistas de moda e, em 1879, com a morte de seu pai, assumiu a direção do *Le Moniteur de la mode*, mantendo o negócio da família até 1913, quando a revista de moda deixou de ser publicada.

A guisa de conclusão

O redator Camille Adolphe Goubaud se apresentou como um verdadeiro homem de negócios, estabelecendo diferentes tipos de acordos comerciais para comprar, anexar, criar e fazer circular diversas revistas de moda. Essa rede de publicações, por vezes iguais, manteve a

ambição de atingir todos os tipos de públicos na França, mas também ao redor do mundo, apresentando e universalizando a moda, a língua e a cultura francesa.

No âmbito da internacionalização de sua empresa, desde o início de sua aventura editorial, o redator-chefe francês realizou parcerias com vários correspondentes em diversos países para tornar acessível as ilustrações de modas pintadas por Jules-David e suas respectivas descrições, popularizando um sistema intersemiótico no qual texto e imagem tornavam-se os principais recursos de instrução e sedução de um público leitor e consumidor atento aos movimentos da moda.

Atento aos problemas que poderiam atrapalhar o crescimento de sua rede, Goubaud não hesitou em recorrer à justiça para se valer de seus direitos, impedindo que contrafactores copiassem suas ilustrações. Quando esse recurso não surgia efeito, a negociação continuava sendo sua principal aliada no avanço de sua empreitada sobre o mundo, tal como realizado com a redatora brasileira Violante Vellasco, e mediado pelos cabelereiros Alexandre e Francisco Desmarais, para anexar as imagens do *Le Moniteur de la Mode* em *O Jornal das Senhoras*, mantendo os paratextos.

Assim, a constituição de uma rede de colaboradores, e a participação e direção de Camille Adolphe Goubaud na Sociedade das Revistas de Moda Reunidas permite identificar a constituição de uma instituição cada vez maior e complexa de redatores, editores, tradutores, gravadores, ilustradores, jornalistas, correspondentes, e outros mediadores culturais ligados à imprensa de moda. Este grupo, que ainda precisa ser melhor mapeado em um estudo de prosopografia, atestará o projeto de internacionalização da imprensa de moda e sua contribuição no universalismo da cultura francesa no século XIX.

Fontes

Bazar parisien, ou Annuaire raisonné de l'industrie des premiers artistes et fabricants de Paris : offrant l'examen de leurs travaux, fabrications, découvertes, produits, inventions, etc. Paris : Imprimerie de Selligie, Brevet pour les presses mécaniques et à vapeur, Rue des Vieux-Augustins, n° 8. 6° année, 01/01/1826.

Code Pénal de l'Empire français. Édition conforme à celle de l'imprimerie impériale. Paris : Prieur, Librairie, Rue des Noyeurs, n° 45 ; Belin fils, Librairie, Rue Saint-Jacques, n° 41 ; Merlin, Librairie, quai des Augustins, n° 29 ; Rondonneau, Librairie, place du Palais de justice, 1810.

Código Criminal do Império do Brazil. Annotado pelo Juiz de Direito Antonio Luiz Ferreira Tinôco. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, Rua da Ajuda n° 75, 1886.



Démocratie pacifique. Paris: Imprimerie Lange-Lévy et C^o, rue du Croissant, 16. 15^o ano, 1^{er} Série quotid. T. VI, n^o 82, segunda-feira, 23/03/1946.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, Rua d'Ajuda, n^o 79. 30^o ano, n^o 8691, sábado, 10/05/1851.

Gabalde, Bernard e A. Duret. *L'exposant de 1839 : publication spéciale et complète sur les produits de l'industrie française admis au concours quinquennal*. Paris : Imprimerie de Félix Malteste et Cie, rue des Deux-Portes-Saint-Sauveur, n^o 18, 1839.

Gazette des tribunaux. Journal de jurisprudence et des débats judiciaires. Paris: Imprimerie de Fournier. 30^o ano, n^o 5638, quinta-feira, 31/07/1845.

Goubaud, Camille Adolphe. *Le Moniteur de la Mode. Journal du Grand Monde*. Paris : Imprimerie de Bourgogne et Martinent. 1843.

Journal des débats politiques et littéraires. Paris : Rue des Prêtres-S.-G.-l'Auxerrois, 17. 19/03/1846.

Journal des villes et des campagnes. Paris : Imprimerie de Pillet aîné, rue des Grands-Augustins, 7. 32^o année, n^o 44, samedi, 28/03/846.

L'Élegant : journal des tailleurs. Paris : Bureau du Bon Ton, 69, Rue Richelieu. 3^o année, 16^o livraison, 20/01/1837.

La France. Paris : Imprimerie de Poussielgue, 12, rue du Croissant. 21/03/1846.

La Gazette de France. Paris : Imprimerie de Sapia, Rue du Doyenné, 12. 07/04/1844.

La Gazette de France. Paris : Imprimerie de Sapia, Rue du Doyenné, 12. 236^o année, 13/01/1866.

La Patrie : journal quotidien, politique, commercial et littéraire. Paris : Boulé, Imprimeur, rue Coq-Héron, 3. N^o 24. 24/03/1846.

La Reforme. Paris : Rue du Croissant, n^o 16. 27/03/1846.

Le Constitutionnel : Journal du commerce, politique et littéraire. Paris : Imprimé par Fain, rue Montmartre, 121. N^o 84, domingo, 22/03/1846.

Le courrier français. Paris: Imprimerie de Paul Dupont et C^o. N^o 163, Quarta-feira, 12/06/1839.

Le Droit : Bulletin des Tribunaux. Paris : Imprimerie de Vinchon, Rue J.-J. Rousseau, 8. 11^o année, n^o 71, 23/03/1846.

VELASCO, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e. *O Jornal das Senhoras*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal das Senhoras, de Santos & Silva Junior, rua da Carioca, n. 32. Tomo II, 2^o ano, n^o 65, 27/03/1853.



Referências bibliográficas

- AUBERT, Francis Henrik. Modalidades de tradução: teoria e resultados. *TradTerm*, v. 5, n. 1, p. 99-128, 1998.
- BATCHELOR, Jennie; POWELL, Manushaug N. Appendix. In: BATCHELOR, Jennie; POWELL, Manushaug N. (Org.). *Women's Periodicals and Print Culture in Britain, 1690-1820s. The Long Eighteenth Century*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2018, p. 488-491.
- BORCHERT, Angela; DRESSEL, Ralf (Org.). *Das Journal des Luxus und der Moden: Kultur um 1800*. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 2004
- CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des lettres*. Paris : Éditions du Seuil, 1999.
- CHARLE, Christophe. Le temps des hommes doubles. *Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine*, 39-1, (janvier-mars), p. 73-85, 1992.
- CHARLE, Christophe. *Le siècle de la presse (1830-1939)*. Paris: Seuil, 2004.
- CHARTIER, Roger. *Éditer et traduire. Mobilité et matérialité des textes (XVIe – XVIIIe siècle)*. Paris: Gallimard et Seuil, 2021.
- COOPER-RICHET, Diana. Les périodiques anglo-parisiens de la première moitié du XIX^e siècle : passeurs de culture et de modèles éditoriaux. *Études Épistémè*, 26, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/episteme/317>. Acesso 07 de julho de 2024.
- COOPER-RICHET, Diana; MOLLIER Jean-Yves; SILEM Ahmed (Org.). *Passeurs culturels dans le monde des médias et de l'édition en Europe (XIX^e et XX^e siècles)*. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2005.
- DAVID, Mary E. *Classic chic: Music, Fashion and Modernism*. Berkeley: University of California Press, 2008.
- ESPAGNE, Michel; Michael Werner (Org.). *Transferts. Les relations interculturelles dans l'espace franco-allemand (XVIIIe – XIXe siècles)*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, 1988.
- GAUDRIAULT, Raymond. *La gravure de mode féminine en France*. Paris: Éditions de l'Amateur, 1983.
- GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN Patrícia Santos, (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. 1^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- HEIBRON, Johan; SAPIRO, Gisèle. La traduction comme vecteur des échanges culturels internationaux. In: SAPIRO, Gisèle (Org.). *Translatio : Le marché de la traduction en France à l'heure de la mondialisation*. Paris : CNRS Éditions, 2008, p. 25-44.



KLEINERT, Annemarie. La naissance d'une presse de mode a la veille de la Révolution et l'essor du genre au XIX^{ème} siècle. In: RETAT, Pierre (Org.). *Le Journalisme d'Ancien Régime*. Lyon : Presses universitaire de Lyon, 1982, p. 189-197.

LESCURE, Jean-Claude. L'universalisme de la langue française en Europe à la fin du XIX^e siècle. In : FINOCCHIARO Laura Fournier; HABICHT Tanja-Isabel (Org.). *Gallomanie et gallophobie : Le mythe français en Europe au XIXe siècle*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2012, p. 271-288.

MOREL, Immaculada Juménez. *La prensa femenina en España (Desde sus orígenes a 1868)*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1992.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. Privilégios ou direitos? A questão autorial entre intelectuais e homens de Estado no Brasil do século XIX In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Org.). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 503-518.

REMOORTEL, Marianne Van. Women Editors' Transnational Networks in the Englishwoman's Domestic Magazine and Myra's Journal. In: EASLEY, Alexis; GILL, Claire; RODGERS, Beth (Org.). *Women, Periodicals and Print Culture in Britain, 1830s-1900s. The Victorian Period*. Edinburg; Edinburg University Press, 2019, p. 46-56.

SILVA, Ana Claudia Suriani da. Moda, transferências culturais e história do livro. *Dobra[s]*, V. 10, n. 22, p. 177-201, 2017.

STEELE, Valerie. *Paris Fashion: A Cultural History*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

WAQUET, Dominique; LAPORTE Marion. La mode en action : le cas exemplaire de la France. In: *La Mode*. Paris : Presses Universitaire de France, 2022, p. 78-121. Collection : Que sais-je?



A MODA ENQUANTO ESPAÇO DA ESCRITA PARA JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

FASHION AS A WRITING SPACE FOR JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

ANA CLÁUDIA SURIANI DA SILVA¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo examinar a interseção entre a imprensa de moda e a grande imprensa por meio da coluna “A moda” de Júlia Lopes de Almeida, publicada sob o pseudônimo Ecila Worms no jornal *O País* (RJ, 1834-1934), entre 24 de fevereiro de 1892 e 16 de agosto de 1901. Analisarei como Almeida equilibrou referências ao cotidiano do Rio de Janeiro com autorreferências retiradas de periódicos de moda para construir uma dualidade de realidade, conforme sugerido por Niklas Luhmann (1886). Além disso, explorarei o papel do espaço físico na sua escrita. A vista da janela, juntamente com os objetos sobre a mesa de trabalho – especialmente os materiais impressos e os manuscritos – serviram como uma rica fonte de inspiração para os textos de “A moda”. Argumento que o espaço físico da sua escrita e os impressos de moda que circulavam no Rio de Janeiro no início do século XX proporcionaram à escritora uma nova perspectiva para explorar a interseção entre os espaços doméstico e público na crônica brasileira.

Palavras-chave: *O País* (RJ, 1884-1934); Júlia Lopes de Almeida; moda; crônica.

Abstract

This article aims to examine the intersection between fashion journalism and the mainstream press through the column “A moda” by Júlia Lopes de Almeida, published under the pseudonym Ecila Worms in the newspaper O País (RJ, 1834-1934), between 24 February 1892 and 16 August 1901. I examine how Almeida balanced references to everyday life in Rio de Janeiro with self-references taken from fashion periodicals to construct a dual reality, as suggested by Niklas Luhmann (1886). Moreover, I explore the role of the physical space in her writing. The view from her window, along with the objects on her writing desk – particularly printed and handwritten materials – served as a rich source of inspiration for the texts in “A moda”. I argue that the physical space of her writing, together with the fashion publications circulating in Rio de Janeiro at the beginning of the 20th century, provided the writer with a new perspective for exploring the intersection between domestic and public spaces in the Brazilian crônica.

Keywords: *O País* (RJ, 1884-1934); Júlia Lopes de Almeida; fashion; chronicle.

¹ Associate Professor in Brazilian Studies, na University College London (UCL). É mestre em teoria e história literária pela Unicamp, mestre em literatura europeia e doutora em letras modernas pela Universidade de Oxford. Sua pesquisa tem foco na relação entre os processos criativos de um texto, seu gênero e meio de publicação, e na circulação de ideias entre a Europa e o Brasil através da imprensa. E-mail: a.surianidasilva@ucl.ac.uk. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1617-2504>.

Júlia Lopes de Almeida, nascida Júlia Valentina da Silveira Lopes e conhecida por seus admiradores como Dona Júlia, nasceu no Rio de Janeiro em 24 de setembro de 1862. Em 1902, um jornalista da *Gazeta de Notícias* (RJ, 1875-1956) a respeito do romance *A falência* (1901) escreveu que “com franqueza, não vemos mesmo quem no atual momento a sobrepuje no gênero a que mais se dedica, a não ser Machado de Assis, o mestre” (A. G. 1902, 1). A escritora foi considerada para a lista inaugural de membros da Academia Brasileira de Letras em 1896, mas seu nome foi excluído por ser mulher e substituído pelo do seu marido, o poeta e jornalista português Francisco Filinto de Almeida como uma espécie de prêmio de consolação, segundo a apreensão dos contemporâneos, uma vez que ela já havia sido informada sobre sua nomeação. A despeito da reconhecida competência de Júlia, a imortalidade foi concedida a Filinto (Fanini 2009).

Almeida foi incrivelmente prolífica. Publicou dez romances, além de crônicas, contos, peças de teatro, poemas, histórias infantis e manuais para jovens mulheres.² Sua escrita reflete as mudanças profundas de sua época: a abolição da escravidão e suas consequências, o fim do Império e a onda de avanços tecnológicos e transformações sociais que tornaram o Rio de Janeiro – cidade onde a escritora nasceu e faleceu aos setenta e um anos, em 30 de maio de 1934 – em um lugar irreconhecível.

A cena literária da Belle Époque, da qual a Almeida fazia parte era predominantemente masculina. Era um ambiente repleto de competição e rivalidade, alimentada por redes de relacionamentos entre editores, escritores e livreiros que criavam grandes obstáculos para a participação das mulheres. No entanto, não era possível desconsiderar as mulheres enquanto leitoras de periódicos, tanto que não tardou para que surgissem, ainda na segunda década do século XIX, títulos destinados a esse público, o denominado periodismo feminino, cujo marco inaugural foi *O Espelho Diamantino* (RJ, 1827–1828). No que diz respeito à concepção, havia os lançados e dirigidos por homens e destinados às mulheres, como *A Estação* (RJ, 1879-1904), outros feitos por e para mulheres, a exemplo de *A Família* (SP, RJ, 1888-1898), com conteúdo combativo, adjetivados de feministas, ou em sintonia com a ordem vigente.³ No campo da grande imprensa, *O País* (RJ, 1884-1934) foi o primeiro jornal diário a sistematicamente abrir espaço para colunas direcionadas a mulheres e escritas por mulheres (Silva e Luca 2022). A presença da autoria feminina em *O País*, e na grande imprensa em geral, oferecia complicações e atrativos adicionais ao conteúdo informativo do jornal e às posições políticas e visões de

² O romance *O funil do diabo* não entra nessa contagem por se tratar de uma edição póstuma, organizada por Zahidé Lupinacci Muzart e publicado pela editora Editora Mulheres pela primeira vez em 2015.

³ Sobre *A Estação*, ver Silva 2008 e 2009; sobre *A Família*, ver Souto Maior 2004 e Duarte 2019.

mundo predominantemente masculinas e patriarcais dos seus colunistas. Considerada como o quarto poder ou quarto estado, a imprensa exerce uma grande influência sobre a sociedade através do enquadramento de notícias que são levadas a conhecimento público. E mesmo que a suposta imparcialidade de *O País* tenha sido mais declarada do que efetiva (Pessanha 2006), a abertura de espaço em suas páginas para a colaboração feminina atesta os avanços de liberdade de expressão na imprensa brasileira finissecular. *O País* concedeu sistematicamente lugar de fala (Ribeiro 2017) para as mulheres de letras abordarem a questão feminina de ângulos e com técnicas diferentes, sem, no entanto, que elas confrontassem abertamente a ordem estabelecida e propor renovações, tarefa a cargo, sobretudo, das pequenas folhas, dirigidas no mais das vezes por mulheres que se atreviam a afrontar o coro dominante (Silva e Luca 2023).

Uma faceta menos conhecida da extensa obra de Júlia Lopes de Almeida é a sua coluna “A moda”, que foi lançada quando o jornal já se firmara no cenário da imprensa do Rio de Janeiro e contava com vários colaboradores de nomeada, inclusive mulheres, como Maria Amália Vaz de Carvalho, que manteve uma coluna regular no jornal entre 6 de outubro de 1884 e 08 de setembro de 1889 (Silva e Luca 2022), e Maria Benedita Câmara Bormann (pseudônimo Délia), que colaborou com o romance *Angelina* (Melo, Silva e Volpini 2024) e contos (Paixão e Silva 2024). A colaboração foi solicitada pelos editores à escritora, com o objetivo de diversificar o conteúdo do jornal destinado ao público feminino. Almeida havia iniciado a sua colaboração em *O País*, assinando como Júlia Lopes os textos “A irmã Christina” e “Iluminuras”, estampados, respectivamente, em 06 de dezembro de 1884 e 11 de fevereiro de 1885. Quando reatou a sua colaboração com o jornal, depois de um hiato de mais de uma década, Almeida já era um nome conhecido e respeitado como cronista de moda, tendo, por exemplo, publicado 14 textos em *A Estação* entre 31 de maio de 1885 e 15 de dezembro de 1891. Coincidência interessante diz respeito às datas de sua última crônica em *A Estação* (Almeida 15 de dezembro de 1891) e do primeiro texto na coluna “A moda” (Almeida 24 de fevereiro de 1892), o que sugere que a interrupção na colaboração em *A Estação* tenha sido motivada pelo espaço obtido junto a um jornal que alcançava público mais amplo, para tratar do tema moda.

Cabe assinalar que, depois do seu casamento com Filinto de Almeida, realizado em 28 de novembro de 1887, a escritora passou a assinar com o nome de casada obras como a coletânea de contos *Traços e iluminuras* (1887), o romance *A família Medeiros* (1892) e a coluna “Dois dedos de prosa”, esta também publicada em *O País* anos mais tarde, entre 29 de abril de 1907 e 27 de agosto de 1912 (Silva, no prelo). No entanto, para a sua nova empreitada

jornalística sobre moda, Almeida preferiu adotar o pseudônimo Ecila Worms, muito provavelmente inspirado em Anna Clémence Bertha Abraham Worms, uma pintora e professora de arte nascida na França e naturalizada brasileira. Mais conhecida como Berthe Worms, a pintora compôs e presenteou-lhe o “Retrato de Júlia Lopes de Almeida” (1895), obra mantida por Claudio Lopes de Almeida, neto da escritora (Jornal da USP 2017). Ao longo de mais de nove anos em que as leitoras de *O País* puderam acompanhar a série “A moda”, que figurou no jornal em cento e cinco oportunidades, entre 24 de fevereiro de 1892 e 16 de agosto de 1901, a identidade de Almeida escondeu-se por trás desse pseudônimo.⁴

O título “A MODA”, estampado em letras maiúsculas e negrito, ocupou espaço fixo na geografia do jornal, pois foi alocado, na grande maioria das vezes, na primeira página, mais especificamente nas últimas das oito colunas que a compunham, além de eventualmente comparecer na primeira coluna da segunda página. Tal prática não apenas permitia a rápida localização da colaboração como conferia-lhe identidade visual. No dia anterior à estreia da nova coluna, *O País* comunicou a novidade por meio de nota publicada, na mesma região da página que seria destinada à seção:

A MODA

Ecila Worms é um pseudônimo que desde amanhã adota gloriosa escritora brasileira nas suas crônicas de modas, para *O País*.

Não nos houvesse ela proibido que aqui escrevesse o verdadeiro nome, e dar-nos-ia pressa em deixá-lo inscrito nesta coluna, exposto de novo aos aplausos que já o tem por diferentes vezes saudado.

Temos a certeza de que as suas crônicas vão obter o mesmo sucesso que têm obtido os seus outros trabalhos literários. E por isso nos limitamos a chamar atenção do público para a elegante escritora, que se vem juntar às distintas colaboradoras de *O País*, oferecendo às nossas leitoras notícia do que vai pelo mundo onde se veste bem. (*O País*, 23 de fevereiro de 1892, 1)

As leitoras de “A moda” muito provavelmente sabiam quem era a misteriosa Ecila Worms porque, em pelo menos uma oportunidade, o jornal associou, em pequena nota, Ecila Worms a Almeida:

Publicando ontem, na nossa “seção livre”, o artigo que Figueiredo Pimentel contrapôs aos reparos feitos na *Moda* pela nossa distinta colaboradora *Ecila Worms*, adiantamos que o seu escrito ia para aquele local da folha, que não podíamos cecear a forma da defesa.

Dentro da latitude dessa defesa o autor dos *Contos da carochinha* foi até o ponto de dizer que a *Moda* tem guarida em *O País* por condescendência da amizade.

⁴ Para o levantamento completo dos textos de ‘A moda’, ver Silva e Luca 2024. Apesar de a intenção de exaustividade, sempre há possibilidade de algum texto ter passado despercebido pelos pesquisadores. Cabe assinalar que Nahete de Alcântara da Silva refere-se a 111 textos, incluindo a última crônica que Almeida publicou sob o pseudônimo Ecila Worms: “Crônicas femininas” (Alcântara da Silva, 2015).

Não só não é isso exato, como fato contrário dá-se a respeito dos trabalhos da apreciada escritora: a colaboração de D. Júlia Lopes de Almeida foi por nós solicitada, e quando os seus originais não nos aparecem assiduamente, ou por enfermidade da escritora ou por afazeres próprios de uma mãe de família cheia de extremos, nós os reclamamos, como quem os quer e os deseja.

Nas colunas editoriais de *O País* nunca se refletem as condescendências da amizade, o melhor exemplo não poderíamos citar do que o que agora mesmo ocorreu com Figueiredo Pimentel: nosso ex-companheiro, não pudemos, no entanto, dar ao seu artigo o lugar que desejávamos na nossa parte editorial. (*O País*, 27 de janeiro de 1899, 1)

Entretanto, para os estudiosos, Ecila Worms permaneceu incógnita por décadas. Foi graças aos diligentes esforços de Nahete de Alcântara da Silva que se pode creditar a autoria à Júlia Lopes de Almeida (Alcântara da Silva 2015). A pesquisadora descobriu o pseudônimo exatamente por meio dessa disputa entre a escritora e Figueiredo Pimentel, iniciada com uma menção negativa ao livro *Contos da carochinha*, de Pimentel, publicada em “A moda” em 20 de janeiro de 1899. Pimentel e o próprio jornal acabam identificando quem estava por trás do pseudônimo Ecila Worms, como se lê na citação acima, na qual seu redator defende o profissionalismo adotado nas relações com os colaboradores.

A redescoberta da colaboração de uma autora que alcançou sucesso crítico e comercial e um espaço na República das Letras, tradicionalmente dominada por homens, é prova de que a pesquisa de fontes primárias em jornais e revistas continua a ser o principal dispositivo para o descentramento do cânone literário no que diz respeito à autoria feminina e, portanto, para a reescrita da história da literatura brasileira.

Ao mesmo tempo em que contribui para a reavaliação da presença das mulheres de letras na grande imprensa no período que se convencionou denominar de *Belle Époque*, a leitura crítica de sua colaboração, em grande parte inédita, diretamente no suporte do jornal torna evidente a tensão entre o que Roger Chartier define como, de um lado, a identidade de uma obra, que é reconhecível e perpetuada independentemente da sua materialidade, e do outro, a mobilidade dos textos, a mobilidade de suas leituras, formas materiais e modos de atribuição (Chartier 2020).

Em primeiro lugar, a qualidade da composição tipográfica e impressão originais, as marcas da passagem do tempo, que resultaram em páginas mutiladas ou ilegíveis, a qualidade da digitalização e por fim a leitura dos textos por meio de uma representação digital, realizada por um programa que converge imagem em texto, criam vários desafios para o reconhecimento da identidade da obra.

As páginas de *O País* em que foram publicadas as crônicas de 29 de março de 1892 e 12 de novembro de 1892, reproduzidas nas figuras 1 e 2, ilustram os vários desafios na transcrição e edição dos textos. O jornal encontra-se mutilado, tornando ilegíveis vários trechos da crônica.

Figura 1: “A moda”, *O País*, 29 de março de 1892, p. 1. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

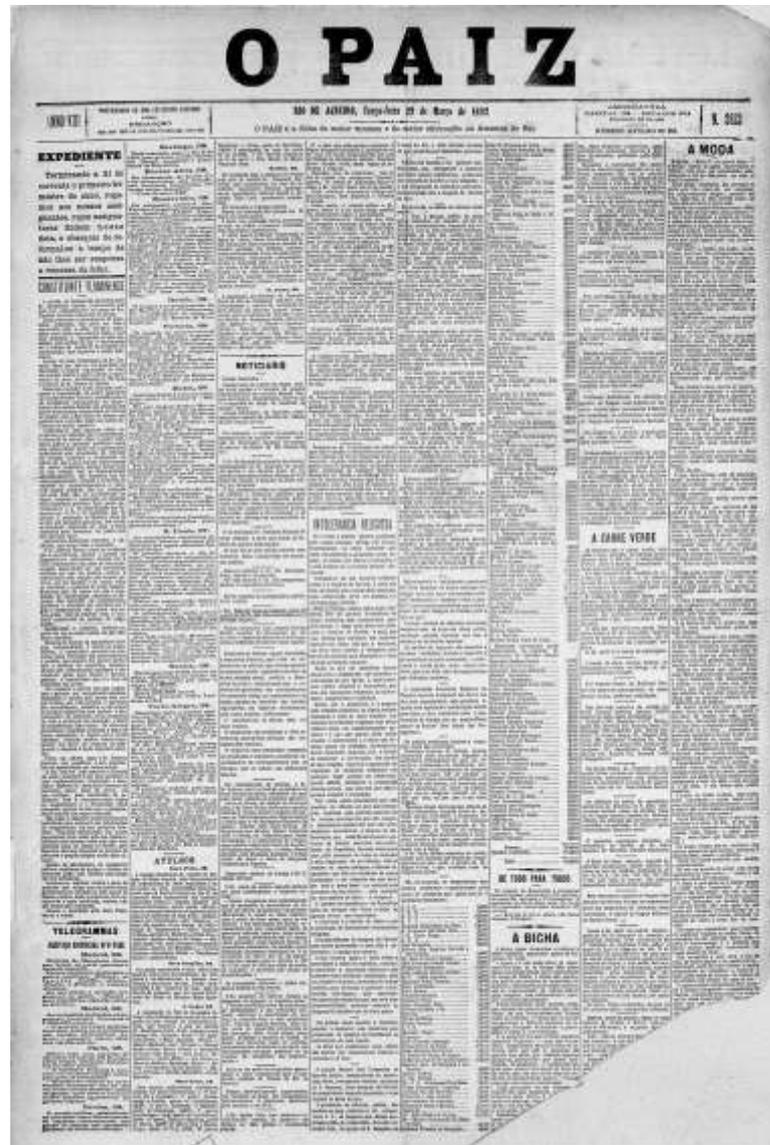
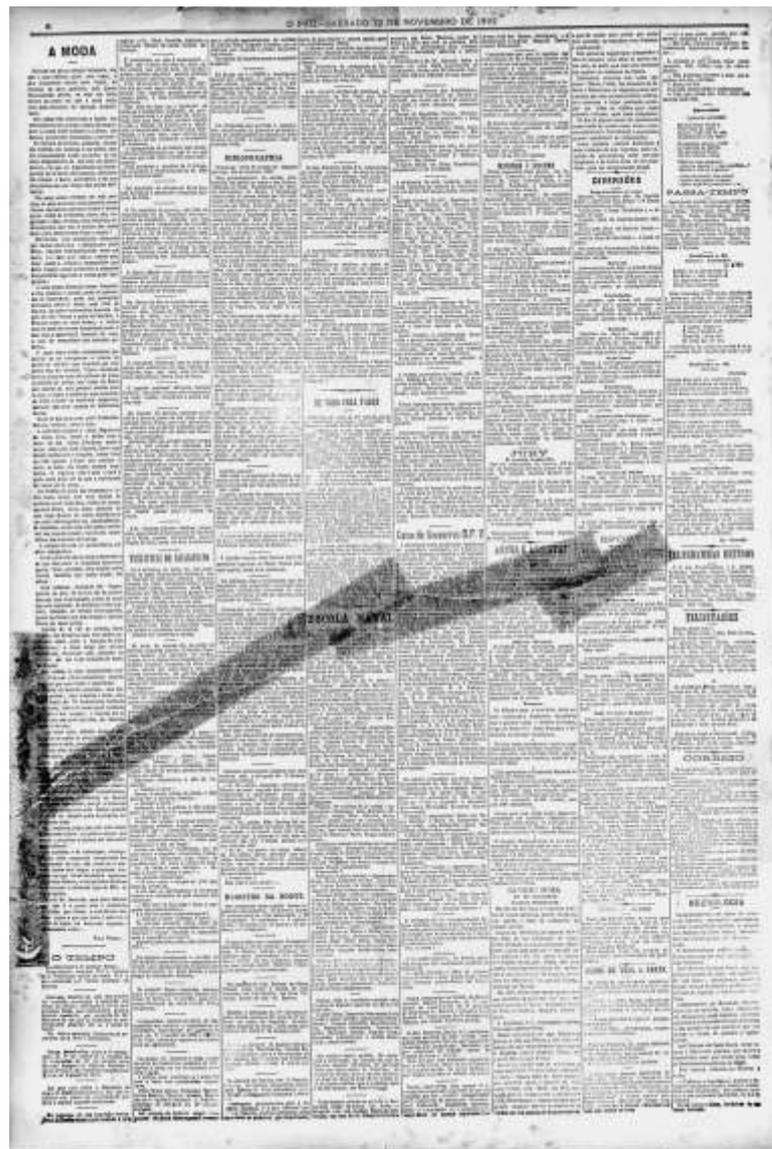


Figura 2: “A moda”, *O País*, 12 de novembro de 1892, p. 2 Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira



Podemos comparar a fragilidade da transmissão da produção jornalística de Almeida aos fragmentos sobreviventes da obra de Safo, os quais talvez sejam o exemplo mais expoente na literatura ocidental da vulnerabilidade do patrimônio literário da antiguidade. Assim como os escritos de Safo, a perda ou destruição das produções das escritoras brasileiras da *Belle Époque* pode ser atribuída a vários fatores, incluindo a deterioração física dos manuscritos ou impressos, a passagem do tempo, mudanças políticas e sociais e o silenciamento sistêmico em vida e *post-mortem* da autoria feminina. Ao mesmo tempo, no entanto, os fragmentos sobreviventes da obra de Safo continuam a cativar a imaginação de sucessivas gerações de leitores e estudiosos por todo o mundo, pois evocam emoções, exploram temas de amor, desejo

e anseio, e oferecem uma perspectiva única sobre as experiências das mulheres na Grécia Antiga.

Os textos de Júlia Lopes de Almeida também nos oferecem uma porta de entrada às experiências e opiniões das mulheres finiseculares e um retrato mais fiel do que era ser mulher ou, melhor dizendo, do que era preciso para se tornar mulher no final do século XIX. Sobretudo a coluna “A moda” apresenta inúmeros elementos que podem ser relacionados ao conceito de performatividade de gênero, conforme argumentou Judith Butler, pois o gênero não é uma característica inata, mas sim uma construção social, continuamente realizada e reforçada por meio de ações repetidas e performances (Butler 1988).

A coluna “A moda” foi criada com objetivo educar e orientar as leitoras em relação à moda. Indo além das tendências passageiras, Ecila Worms enfatizava a importância de se escolher roupas com propriedade e acerto. Destaca-se das suas crônicas a importância de saber vestir-se corretamente, o que envolve escolhas conscientes, a compreensão das nuances de estilos e a adesão a ideais de beleza influenciados por padrões europeus, além da atenção à higiene corporal e da adequação à situação, à idade e à estado civil da mulher. A coluna de moda, portanto, oferece informações valiosas sobre como as identidades de gênero eram construídas e negociadas no período, destacando as influências culturais, as contradições e as expectativas sociais.

Mesmo que o trabalho de recuperação da obra das escritoras de *O País* apresente menos desafios do que a de Safo, a comparação, por um lado, serve como um aviso da importância de esforços diligentes de preservação e transmissão das obras de escritoras brasileiras do passado e das limitações inerentes à nossa compreensão da literatura brasileira devido às inúmeras lacunas existentes na sua história e, por outro, aponta para o potencial ilimitado de redefinição e reinterpretação do cânone literário.

Em segundo lugar, a mobilidade dos textos, de suas leituras e formas materiais requer um melhor conhecimento da relação entre os textos e seu meio de publicação. No Brasil do século XIX era regra os escritores publicarem seus contos e romances em periódicos antes de os reunir em livro. E a crônica por muito tempo teve a sua disseminação limitada devido ao seu suporte, na maioria dos casos só sendo recolhida em volumes muitos anos depois da morte do escritor. O periódico superou o livro como o meio de disseminação predominante da prosa de ficção, porque as suas tiragens eram maiores do que as das primeiras edições em livro.

Júlia Lopes de Almeida, por ter tido uma carreira literária e jornalística longa – ela faleceu em 1934 com 71 anos –, teve tempo de planejar a recolha de parte da sua produção

jornalística em livro. Como escreveu João do Rio em *O momento literário*, num acréscimo à entrevista que realizara em 1905 com o casal Júlia e Filinto para o jornal *Gazeta de Notícias*, “A colaboração da Sra. D. Júlia nos jornais aumenta a edição dos mesmos” (Rio 2019, 329). A escritora adquiriu aos longos dos anos bastante experiência com o mercado editorial e as instâncias oficiais brasileiras. Mirava tanto o nascente mercado editorial de livros infantis como o mais tradicional mundo dos manuais de conduta, tão em voga no período. Tal como seus colegas homens, migrar seus textos da imprensa para o livro lhes garantia sobrevida maior do que a propiciada por voláteis páginas de jornais e revistas. No âmbito dos manuais, Almeida lançou em 1896 o *Livro das noivas*, pela Tipografia da Companhia Nacional. Posteriormente, publicou *Livro das donas e donzelas* (1906) e *Eles e elas* (1910), ambos pela Livraria Editora Francisco Alves e ricamente ilustrados, tendo recebido várias reedições. Algumas das crônicas estampadas em “A moda” acabaram reproduzidas no *Livro das donas e donzelas*, entre as quais “Minhas amigas”, “Natal brasileiro”, “Conventos”, “Vestuário feminino”, “A arte de envelhecer”, “A mulher brasileira”, “Carta”, “A água”, “Por quê?”, “Folhas de uma velha carteira”, “Quiromancia”, “Arte Culinária” e “Amuletos” (Almeida 1906).

Em terceiro lugar, é possível investigar a relação entre os textos de moda de Júlia Lopes de Almeida, mesmo quando escritos sob pseudônimo, e o espaço físico em que eram produzidos. Almeida escrevia em sua casa no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, o que permite entender como o público e o privado se entrelaçam em sua escrita. O ambiente doméstico, incluindo a casa, o jardim, a vista da janela para a cidade do Rio de Janeiro e a vizinhança, muitas vezes foram o ponto de partida de suas crônicas. Além disso, o espaço da escrita mais imediato, ou seja, a mesa de trabalho e os objetos que nela se encontravam, especialmente os impressos e manuscritos, serviam como fontes de inspiração para suas produções. Como veremos a seguir, a escrita jornalística de Almeida se alimentava diretamente da leitura desses impressos, evidenciando uma conexão íntima entre o espaço físico da escritura, a imprensa de moda e o conteúdo das suas crônicas.

Na verdade, muito antes da desentendimento na imprensa no início de 1899 entre a Júlia Lopes de Almeida e Figueiredo Pimentel, as leitoras já sabiam quem estava por trás da coluna “A moda”. Na crônica de 29 de maio de 1893, Ecila revela o medo, a surpresa e o constrangimento que inicialmente sentiu ao ser abordada por uma senhora alta e gorda na sua perfumista, que lhe pergunta: “— A senhora é que escreve as crônicas da *Moda* para *O País*?!”. Essa sensação, continua a cronista, foi imediatamente acalmada pelos elogios e beijos da leitora e, já em casa, por uma carta de Mlle. Dagmar:

Na minha saleta de leitura encontrei um calmante delicioso, numa gentilíssima carta, que a minha criada grave, rapariga perspicaz, havia colocado à parte da correspondência, sobre um colchãozinho de flores naturais, que adorna sempre a minha mesa de trabalho.

Esta carta, assinada com o elegante pseudônimo de *Mlle. Dagmar*, veio trazer-me a consoladora ideia de que os humildes conselhos destas crônicas não chovem no molhado e, ao contrário, preparam terreno ubérrimo para melhor sementeira. A minha distinta e amável *Dagmar* sugere na sua cartinha belos assuntos para futuras palestras, mais referentes a costumes do que a modas, e que irei intercalando nestes escritos, quando vir de feição fazê-lo. (Almeida 29 de maio de 1893, 1)

Mesmo que *Mlle. Dagmar* fosse uma personagem fictícia, usada para justificar a crescente diversificação dos temas da coluna para muito além do que o título prometia, essa crônica revela, como muitas outras, que a escritora recebia frequentemente cartas elogiosas e de apoio de suas leitoras, cujo conteúdo proporcionou-lhe muitas vezes um terreno fértil para futuras discussões.

O perfil de Ecila Worms foi construído nas primeiras crônicas com bastante minúcia e cuidado para distinguir física e psicologicamente Júlia de Ecila. Ecila Worms tem 32 anos, é “solteirinha da Silva” (Almeida 29 de março de 1892, 1), baixa, loira, econômica, gulosa e se sente mais à vontade discutindo moda do que arte. Para dar-lhe autoridade no que diz respeito à moda, a autora atribui a Ecila gostos refinados e “uma longa educação de *atelier* de modista (Mme. Lucian Dorelle, em pleno *boulevard* parisiense)”. Além disso, a moça é um pouco tagarela, tem o hábito, adquirido em Paris, de chamar as leitoras de suas amigas e de mesclar sua linguagem com frases francesas e galicismos” (Almeida 29 de março de 1892, 1). Almeida, portanto, estabelece com todas essas características um tom para a sua nova empreitada jornalística, de uma conversa íntima com as leitoras sobre assuntos diversos ligados à moda. Mesmo que Ecila fosse um pouco arrogante e opinativa, a final tinha o “narizinho arrebitado” (Almeida 14 de junho de 1892, 1) e “a pretensão de julgar que me faço bem entender” (Almeida 24 de fevereiro de 1892, 1), a coluna prometia ser leve, despreziosa, variada, repleta de humor e ironia, sobretudo mais para o final da série, quando fica evidente uma tensão entre a escritora e suas leitoras, exatamente por muitas delas deixar o assunto da moda de fora.

Com o passar do tempo, no entanto, as diferenças entre Ecila e Júlia vão se apagando. As causas, os gostos e os hábitos da cronista de “A moda” antecipam muitas características da escrita de “Dois dedos de prosa”, que Almeida viria a inaugurar em 29 de abril de 1907.

Assim como a Júlia de “Dois dedos de prosa”, Ecila tem hábitos de escrita que demonstram uma forte conexão entre o seu espaço de trabalho e as reflexões compartilhadas

com as leitoras. Como se viu na citação acima, ela escreve em um espaço fixo e preciso, ou seja, em uma mesa cheia de livros, cartas e revistas, “Meu Deus! quantos jornais de modas amontoados sobre a minha mesa! Verdade é que só os folheio quando tenho de falar deles...” (Almeida 02-03 de janeiro 1896, 1-2), localizada em uma saleta de leitura, e frequentemente enfeitada com flores: “Exatamente no momento em que escrevo, sorri na minha mesa de trabalho um galho vermelho de umas flores do mato cujo nome ainda ignoro”, comenta em 16 de agosto de 1901 (Almeida 16 de agosto de 1901, 1).

Essa saleta se encontra na casa da escritora no alto de Santa Teresa, de onde ela observa seu jardim, sua vizinhança e a cidade do Rio de Janeiro: “Pela minha janela aberta vejo a grama e o arvoredo do jardim ainda molhados do orvalho da noite, e as nuvens cinzentas que se aglomeram cobrindo os belíssimos morros da nossa cidade” (Almeida 14 de junho de 1892, 1). Assim como em “Dois dedos de prosa”, Ecila confessa que o mundo exterior compete com a atividade da escrita e com a leitura das revistas de moda de onde selecionava os itens da indumentária e os acessórios para descrever e comentar na sua coluna: “Interrompi estas linhas para ver passar uma procissão sob as minhas janelas”, escreve ela em 07 de julho de 1895 (Almeida 06 de julho de 1895, 2).

O local de trabalho da escritora desempenha um papel crucial na escrita das crônicas de “A moda”. O escritório, como um refúgio pessoal, permite que a autora estabeleça novas conexões entre as esferas doméstica e pública, engendrando uma forma inédita de análise do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, sendo a primeira vez que se observa tal método na crônica brasileira. A escrita de Almeida se nutre tanto do espaço doméstico, incluindo os impressos e manuscritos em sua mesa de trabalho, quanto de suas experiências cotidianas e urbanas como mulher. Essa abordagem pioneira reflete a maneira como Almeida integra elementos de sua vida pessoal e do ambiente urbano em suas crônicas, enriquecendo sua narrativa com uma perspectiva única e profundamente contextualizada.

Chegamos aqui ao último ponto interessante de “A moda” que se pretende examinar neste artigo, o qual diz respeito à relação entre a coluna, publicada num jornal diário, e outros periódicos que circulavam no Rio de Janeiro, brasileiros e estrangeiros, os quais a escritora consultava e nos quais buscava inspiração para boa parte dos figurinos que apresentava às suas leitoras. Almeida lia e consultava vários periódicos para escrever a sua coluna, entre os quais *A Estação*, *Echo de Paris* (Paris, 1884-1938), *Le Figaro* (Paris, 1826) e *La Revue du Bien* (Paris: 1902-1907), sendo evidentemente o seu preferido *A Estação*, com o qual, como vimos acima, a escritora também colaborou:

Este último número de *A Estação*, jornal que cito de preferência por ser o mais conhecido por todas as leitoras, depois de descrever as toilettes para os bailes que não temos, dá-nos a agradável novidade de que os botões começam a ser muito usados e a preencherem o seu verdadeiro emprego. (Almeida 22 de fevereiro de 1897, 1-2)

Quando a cronista abre uma revista de moda para produzir uma nova crônica para *O País*, ela se depara com representações distintas de roupas. A primeira é uma representação visual, por meio de gravuras, chamada de vestuário-imagem. A segunda representação envolve as legendas, que fornecem descrições curtas e técnicas sobre a mesma peça de roupa, usando palavras e transformando, portanto, a roupa real em vestuário-escrito (Barthes, 1990). Por exemplo, na crônica de 38 de dezembro de 1892, Ecila Worms comenta:

Quem folhear o último número da *Estação* há de notar entre as muitas *toilettes* elegantes que o adornam, o vestido de interior, com o corpinho curto, sob o n. 83. Ora a verdade é que a moda vem se transformando a passos largos e que já não nos desagrade esse modelo, isolado entre outros de diversa estética. (Almeida 28 de dezembro de 1892, 1).

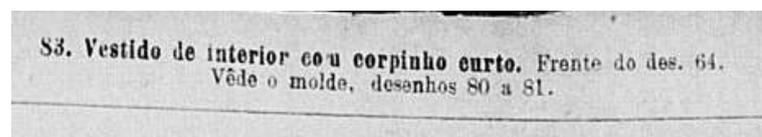
Trata-se do vestuário-imagem de duas senhoras publicado em *A Estação* em 15 de dezembro de 1892 (Figura 3), do qual Almeida seleciona a que está em pé à direita. O vestuário-escrito correspondente é a legenda número 83 (Figura 4), que explica que se trata da frente do vestido e se refere aos moldes e desenhos correspondentes. Essas duas formas, vestuário-escrito e vestuário-imagem, que essencialmente se referem à mesma vestimenta real ou imaginada pelo desenhista, possuem, entretanto, estruturas diferentes devido à sua composição. O vestuário-imagem depende de elementos visuais como formas, linhas, cores e relações espaciais, enquanto o vestuário-escrito de palavras e segue padrões sintáticos. O primeiro é uma estrutura plástica, enquanto o segundo é verbal.

Figura 3: *A Estação*, 15 de dezembro de 1892, 184. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira



Figura 4: Vestuário-escrito do figurino número 83, *A Estação*, 15 de dezembro de 1892, 184.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira



A transposição do vestuário-escrito e do vestuário-imagem de *A Estação* para *O País* passa por um processo de seleção e contextualização. Por um lado, a cronista se concentra num elemento da gravura, observando que no último número da revista, entre muitos trajes elegantes, havia um vestido de interior com um corpete curto. Por outro, coloca o modelito selecionado

no contexto das outras gravuras da mesma edição de *A Estação*, que representam vestidos de estilos diferentes, para ilustrar como a moda é volátil e as tendências podem mudar rapidamente.

Com humor e em tom conversacional, ‘rien ne soulage comme la rhetorique’, escreve ela, citando George Sand, em 15 de junho de 1899,⁵ e partir de gravuras selecionados de revistas ilustradas, a cronista apresenta um leque variado de itens da indumentária sobretudo feminina, mas também masculina, para atender a pedidos de leitoras (Almeida 15 de junho de 1899, 1). Entre os acessórios e as peças de roupa, encontram-se a roupa de mortalha, casamento, íntima, para crianças, para ir à igreja, branca, de banho, para os bailes de carnaval, vestidos pretos, enxovais de noiva, sobrecasacas, a moda das saias balão e de dar corações como presente de Natal em Paris, coleiras para bebês, lenços, chapéus, joias, leques, pintas falsas e botões. Ecila também trata das cores dos vestidos, da versatilidade das parisienses em combinar peças diferentes, da etiqueta de mesa, por exemplo. O vocabulário utilizado pela cronista abre novos campos linguísticos relacionados à vestimenta esportiva, aos diversos tipos de tecidos e estilos de saias, vestidos e penteados, destacando em itálico os galicismos e anglicismos que introduz no jornalismo brasileiro e na língua portuguesa, muitas dos quais hoje foram dicionarizados, como *atelier, bond, bouquet, parquet, cachemire, chalet, club, reporters* e *toilette*.

Na crônica de 25 de janeiro de 1901, por exemplo, ela trata da importância do trabalho das modistas que adaptam os figurinos do inverno europeu para o clima brasileiro. Destaca como essas profissionais são capazes de criar estilos, combinando elementos das estações opostas de forma criativa, para atender às necessidades das consumidoras brasileiras, que requeriam cores mais alegres e tecidos mais leves, em contraste com as cores sombrias e os tecidos pesados das gravuras importadas.

Vejamos um jornal de modas:

Lãs... veludos... peliças... O que há pelos jornais não pode ter aplicação aqui. Neles só vêm cores sombrias e tecidos pesados, para os quais se desenhavam feitiços simples dos bonitos vestidos *tailleur*. A nossa estação requer o contrário: cores alegres e claras, tecidos leves, feitiços de mais fantasia. As modistas inteligentes sabem aliar modelos de inverno com outros de verão, e dessa aliança criar tipos novos, às vezes um tanto disparatados, mas quase sempre graciosos. Como recurso há as *toilettes* de Cassino, que a parisiense elegante leva para a *jetée* de Nice e os jardins de Monte Carlo, e que a indiscrição dos figurinos e a vaidade das costureiras atiram à circulação do mundo inteiro. (Almeida 25 de janeiro de 1901, 2)

⁵ A citação de George Sand vem ‘Lettres d’un Voyageur. — VI. – Souvenirs de jeunesse, un Mot sur Lélia, Prière d’une matinée de printemps’, *Revue des Deux Mondes* 6 (1836), pp. 513-550, <[https://fr.wikisource.org/wiki/Lettres_d%E2%80%99un_voyageur_\(RDDM\)/06](https://fr.wikisource.org/wiki/Lettres_d%E2%80%99un_voyageur_(RDDM)/06)> [accessed 29 Dec 2023].

A mediação de normas e valores culturais através da comunicação é um elemento fundamental do princípio de reprodução, da autopoiese de Niklas Luhmann (1986). Segundo Luhmann, os sistemas sociais, entre eles a comunicação de massa, são entidades autorreplicantes e autossustentáveis que usam a comunicação como seu principal modo de reprodução. O conceito de autopoiese destaca que as comunicações só existem como tais em relação a outras comunicações. Seus elementos são produzidos e reproduzidos por uma rede de comunicações e ganham status como interações significativas por meio de suas relações contextuais (Luhmann 1986, 174).

A ausência de conteúdo visual em *O País* e a profusão de revistas ilustradas de moda em circulação no Rio de Janeiro criaram um espaço único – dentro do jornal e na grande imprensa – para a expressão textual e interpretativa de Almeida sobre a moda. Almeida estava ciente de que a moda desempenhava um papel significativo na construção e perpetuação da identidade de gênero. Ela percebia a moda como um repositório de significados, um veículo para perpetuar papéis e normas de gênero. Nas suas crônicas, explorou como o vestuário é um mecanismo que revela informações sobre o comportamento individual, de acordo com as normas de gênero, papéis e expectativas sociais. Ciente dos mecanismos e dinâmicas da produção dos bens culturais, a escritora desempenhou, portanto, um papel crucial como mediadora cultural, que refletia sobre fenômenos, atividades e práticas que permeavam o universo da moda. Suas crônicas reconheciam a moda como um poderoso meio simbólico utilizado pelas estruturas de poder para moldar o corpo individual, e a entendiam não apenas como um fenômeno estético, mas também como uma técnica do corpo, destacando como as escolhas de vestuário influenciam a identidade das pessoas e a forma como seus corpos são percebidos e vivenciados em espaços domésticos ou públicos. Ela contribuiu para a compreensão de como a moda não apenas reflete, mas também transforma as normas socioculturais do comportamento de gênero, definindo e reproduzindo as fronteiras que delineiam o feminino e o masculino. A sua coluna tornou-se parte do ecossistema de comunicações, contribuindo para a reprodução e expansão do discurso sobre moda nos periódicos brasileiros e, portanto, para a inserção do Rio de Janeiro no sistema de moda parisiense (Silva 2020).

A incorporação do Brasil no sistema de moda francês foi impulsionada pelos habitantes do Rio de Janeiro interessados em roupas parisienses e artigos de luxo. Esse processo envolveu mão de obra obtida por meio da imigração, importação de produtos e tecidos de luxo, promulgação de leis, desenvolvimento de um distrito comercial na cidade e criação de uma

imprensa especializada em moda. A imprensa especializada em moda promoveu um discurso sobre moda como um produto cultural de Paris através da disseminação de ilustrações de moda, editoriais, moldes em papel e descrições de roupas em grande escala.

No caso da coluna “A moda”, o que temos é a moda na grande imprensa: ou seja, uma coluna num jornal diário para um público mais heterogêneo, e com conteúdo político e comercial, mas também romances folhetins e anúncios. Almeida dialoga com a imprensa especializada em moda europeia, para selecionar e contextualizar o seu conteúdo, adaptando-a ao contexto da vida urbana, do cotidiano das leitoras e do Rio de Janeiro. Suas crônicas partem da autorreferência para tratar do mundo externo ao jornal, no qual na verdade reside o seu principal interesse, trazendo para dentro de uma coluna sobre indumentária uma variedade de temas. Em uma delas, adota a forma de carta para descrever uma loja de brinquedos do Rio de Janeiro. Em outras escreve uma curta história da moda, descreve o interior de uma casa burguesa carioca e discursa sobre o hábito de arrumar as malas. Em várias trata de festas, bailes e exposições, e com alguma frequência de obras de caridade e das condições das ruas do Rio de Janeiro. Aborda também questões polêmicas e notícias sensacionais, como um crime ocorrido em São Paulo, a violência doméstica, o trabalho infantil, o tratamento de cães nas ruas, o papel da mulher na política, o desejo de algumas mulheres de entrarem para o convento, a proposição de creches para os filhos das empregadas, a relação das mulheres com seus empregados, o mercado de trabalho feminino, o hábito de algumas mulheres talentosas desafiam estereótipos ao se masculinizarem, exemplificado pelo uso de bengalas, o que revela ora uma posição mais conservadora e classista, sobretudo em relação à aparência feminina e ao trabalho doméstico, ora bastante coerente com a pauta feminista da época, que reivindicava sobretudo o direito à educação da mulher (Vaquinhas 2000). Ecila também apresenta livros, defende a leitura de autores nacionais e compartilha suas experiências em viagens, como à Ilha de Paquetá.

Esses dois eixos – a autorreferência e a referência externa – conferem uma estrutura binária à crônica. A crônica de 06 de julho de 1895 serve com um bom exemplo dessa estrutura. Ecila Worms começa com uma anedota sobre uma amiga pintora e o traje de uma cliente para uma sessão de fotografia, para depois criticar o luxo demasiado de um vestido para receber visitas íntimas reproduzido em uma ilustração de um jornal de modas parisienses, o qual, escreve Ecila Worms, não condiz com o guarda-roupa das brasileiras. Em seguida ela comenta com ironia a moda mais recente de rendas de couro e vestidos *pekines*. E finalmente passa para o vestuário-escrito, ou seja, para itens da indumentária e acessórios selecionados das revistas

francesas: as fazendas, o retorno de modas antigas de enfeitar vestidos com pérolas, vidrinhos e contas, e os chapéus (Almeida 06 de julho de 1895, 2).

Ela abre uma outra crônica com a descrição da visão da sua janela: “Eis-nos em plena estação balneária, em que o mar estende, quase sem rugas, o seu formidável manto azul. Daqui, do recanto do meu gabinete, pela janela francamente aberta, eu vejo um belo trecho de praia em que a areia reluz com uma brancura de açúcar cristalizado” (Almeida 12 de novembro de 1892, 2). Essa paisagem serve-lhe de ensejo para criticar a falta de hábito dos brasileiros de praticar exercícios físicos e desfrutar da natureza. Ela recomenda o passeio pela praia, pelos seus benefícios para a saúde, além de comparar os hábitos dos europeus, estes adeptos a viagens para estações balneárias, aos dos cariocas que, apesar de terem à sua disposição o mar, não tinham o costume de ir à praia. Finalmente, na segunda metade da crônica, ela se ocupa das roupas e acessórios adequados à estação balneária:

As *toilettes* de praia são elegantes e leves. Saias curtas, sem viés, blusas de sedinha ou de linho fino, cintos de couro, sapatos fortes, luvas altas, chapéus de aba larga. Quanto às cores, admitem-se as mais extravagantes ou espalhafatosas. O escarlate, sendo uma cor pouco aceitável nas ruas da cidade, vai às mil maravilhas nos vestidos de campo. (Almeida 12 de novembro de 1892, 2)

Inspiro-me na teoria dos sistemas de comunicação de massa de Luhmann (1986) para argumentar que a coluna "A moda" não reflete exatamente a realidade do mundo exterior, ou seja, o que se vestia no Rio de Janeiro na Belle Époque. Em vez disso, a coluna constrói sua própria realidade ao reproduzir e adaptar outras matérias jornalísticas sobre moda e tendências, especialmente as europeias, que os figurinos promoviam. A mídia, ao selecionar certos temas, constrói memórias que influenciam outras comunicações e estabelecem conexões com outros sistemas sociais. Esse processo de seleção resulta em uma segunda realidade, que pode ser legitimada quando entendemos como é criada e consumida. Meu interesse aqui não reside em entender como a coluna "A moda" distorce o mundo exterior, mas sim em como ela constrói sua própria realidade. "A moda" criava para as leitoras de *O País* uma versão própria da realidade – uma segunda realidade – que reflete a forma como a mídia opera internamente, observando e processando o mundo exterior para si e para os outros.

Os meios de comunicação, como o jornal *O País* e suas colunas, conseguem distinguir autorreferências de referências externas, embora nem sempre com olhar crítico. No entanto, parece-me que Almeida estava ciente de que a realidade do jornal e o mundo exterior eram quase incompatíveis, além de questionar a adequação de uma coluna exclusivamente dedicada ao vestuário feminino na imprensa diária. Segundo Luhmann, os critérios para a seleção de

informações a serem disseminadas pela mídia de massa incluem a importância da surpresa, a presença de conflito, julgamento moral, escândalo, violações normativas e relevância local. Esses elementos são utilizados para captar a atenção, evocar preocupação comum e indignação, e, em última instância, moldar normas sociais por meio da representação midiática. Esse processo de seleção visa tornar as informações compreensíveis para um público amplo (Luhmann 1986, 29-30). Notícias que desafiavam os papéis de gênero, especialmente aquelas envolvendo conflitos relacionados à aparência e a violações normativas, podem se alinhar mais de perto a esses critérios. Entretanto, o que vestir, embora seja um aspecto importante da vida cotidiana e da cultura, nem sempre se alinha tão de perto a esses critérios, porque, sobretudo no século XIX, a moda tinha uma natureza cíclica (Young 1937) e sua presença na mídia de massa tinha o objetivo de reforçar papéis de gênero e moldar normas sociais.

Entretanto, a palavra “novidade” é usada 43 vezes por Ecila Worms em sua coluna, ora para introduzir um *cliffhanger* no final da crônica: “Espero carta de Paris brevemente e nela terão as leitoras um punhado de novidades!” (Almeida 28 de dezembro de 1892, 1). Em várias ocorrências, a palavra está associada à apresentação, de uma nova tendência da atual estação europeia, cumprindo, portanto, os objetivos da coluna. Reproduzo a título de ilustração alguns exemplos, já que se trata de textos até muito recentemente amplamente desconhecidos dos leitores contemporâneos:

As caxemiras de uma cor só ou mesmo mescladas figuram neste outono da Europa como alta **novidade**;⁶ estão igualmente em grande moda as sedas *pekine* e as *pied de poule*. (Almeida 11 de setembro de 1894, 4)

Agora as **novidades**:

Musselina *peau de cygne*, que tem a sedosa flexibilidade da musselina com a consistência dos fortes tecidos de lã. As fazendas *crêpelés* continuam em voga, sobretudo nos estofos de uma cor só. Além destas, usam-se muito os vestidos *pekines*, os *pompadour* e as sedas furta-cores. (Almeida 06 de julho de 1895, 2)

Vamos ao que importa.

A **novidade**, à saída do último correio de Paris, eram os vestidos em *plissée soleil* diverso do *plissée accordéon* usado até agora. (Almeida 17 de junho de 1897, 1)

A última **novidade** é o manto Luís XVI, curto ou comprido com folhas *coupés en forme*. Os curtos são para as grandes *toilettes* e os longos para viagens.

Os tecidos em voga, *foulards*, seda *Liberty*, musselina, e, principalmente, as *étamines* e os *linons*.

E aí têm as senhoras tudo o que sei no assunto. (Almeida 22 de junho de 1898, 2)

⁶ Grifo meu.

E agora esmiucemos o que por aí há de **novidade** por essas lojas e por esses jornais parisienses acerca da *toilette*. (Almeida 07 de novembro de 1898, 1)

Na crônica de 21 de março de 1893, Ecila trata de uma novidade que viola o binarismo feminino e masculino no que diz respeito à aparência:

Uma **novidade** que não quero esquecer, mas que julgo não pegará, como se diz na gíria dos *ateliers*, são as bengalas, aliás bem *chics*, que a Moda, a eterna caprichosa, quer pôr de novo ao uso das senhoras!

Sim, as mãozinhas delicadas das moças podem firmar-se, por essas ruas fora, em grossas bengalas de cana da Índia, sem receio de que as acoimem de extravagantes ou de *poseuses*! (Almeida 21 de março de 1893, 1)

Em outras colaborações, toca na ambiguidade inerente à moda devido ao seu caráter cíclico:

Nesta febre inventam-se processos de falsificação, com que se embasbaquem os povos e se acalmem os nervos dos sôfregos por novidades. Mas, afinal, as **novidades** são velharias ressuscitadas, feitas com mais talento e pressa do que antigamente e... com menos boas intenções. (Almeida 06 de fevereiro de 1893, 1)

E em 30 de dezembro de 1894, mostra-se surpresa pela abolição do colete e perplexa com os novos penteados parisienses:

O colete (pasmai!) vai ser abolido. Várias atrizes parisienses entrevistadas pelos *reporters* dos primeiros jornais, declaram não usar em cena essa ignomínia... (Entre nós e em segredo, não creio!) Há ainda uma **novidade** de sensação: os penteados crescem, crescem, crescem numa ameaça terrível! (Almeida 30 de dezembro de 1894, 1)

Nessa crônica, percebe-se que a autora introduz um tom de ceticismo ao expressar dúvidas sobre a veracidade da entrevista publicada no jornal e ao adotar um tom dramático para abordar a crescente ameaça representada pelos penteados volumosos. Esse tom exagerado e humorístico sugere seu descrédito em relação à capacidade de a imprensa representar a realidade com fidedignidade, ou seja, refere-se à segunda realidade da imprensa, além de uma objeção pelos excessos da moda.

A última crônica da coluna “A moda” parece ser uma sátira à forma como a mídia cria uma realidade para si mesma. Ecila Worms compartilha com suas leitoras o seu desejo de criar um caminho de mesa decorativo com arame, coberto por flores naturais, para embelezar sua mesa de jantar. Após conceber o projeto, ela se dirige à Casa Flora para obter orientação sobre sua viabilidade. O dono da loja elogia a ideia, porém expressa ceticismo quanto à sua realização prática. Ela deixa seu desenho com o ferreiro e parte desapontada. Algumas semanas depois, ela é surpreendida pela visita inesperada do ferreiro que lhe trazia o trilho de mesa em questão, agora confeccionado em arame. No entanto, ao invés da beleza esperada, ela se depara com

uma estrutura óssea, despida e extravagante. Ela lamenta que a execução da ideia tenha sido mais difícil do que imaginara. Pondera sobre a facilidade de idealizar coisas bonitas, contrastada com a dificuldade de transformá-las em realidade. A cronista decide cobrir o trilho de mesa com flores para disfarçar sua aparência indesejada. Inicialmente procura por jasmims e avencas, mas só encontra hastes de hera e silvina. Finalmente opta por combinar essas folhagens sombrias com rosas e margaridas, embora o resultado não seja completamente encantador. Apesar da decepção, Ecila persiste e finalmente consegue criar uma composição atraente com as flores. Esse percurso serve até certo ponto com uma pequena lição de moral: sobre as vantagens de se perseguir pequenos projetos domésticos, o prazer de criar algo com suas próprias mãos e a satisfação de superar desafios. Entretanto, a sua obra, o ornamento de arame e flores que enfeita o caminho de mesa de Ecila Worms, representa implicitamente a forma como a sua coluna e as revistas de moda ilustradas constroem uma ilusão da realidade, que não condiz com o que as brasileiras de todas as classes e idades vestiam na Belle Époque. (Almeida 16 de agosto de 1901, 1)

Nas 105 crônicas da coluna “A moda”, que Júlia Lopes de Almeida publicou em *O País* sob o pseudônimo Ecila Worms, fica evidente a sua predileção pelo mundo exterior em detrimento do mundo das ilustrações e descrições de figurinos das revistas de moda. Isso não passou despercebido das suas leitoras. A antepenúltima crônica, datada de 31 de maio de 1901, é, na verdade, uma resposta à reclamação de uma leitora sobre a falta de comprometimento da cronista com a moda:

Logo hoje, que chego da rua contente como um pintassilgo, é que venho encontrar esta cartinha, em que uma senhora desconhecida me interroga sobre a coesão que há entre o título e o assunto destas crônicas

Sentindo ainda no olfato o aroma dos jardins por onde andei, que dia azul! eu medito um segundo se devo ou não responder a essa senhora. Penso que não; mas logo resolvo que sim; que não primeiro, porque não quero que a carta pareça um pretexto para o artigo; que sim depois, porque já não é a primeira pessoa que alude ao disparate do título com os assuntos da maior parte destas garatujas. (Almeida 31 de maio de 1901, 2).

A autora se dirige à sua pena, pedindo-lhe leveza ao escrever sobre a moda. Mas ainda assim, defende que a moda pode abranger tanto o modo de vestir quanto outras tendências presentes na sociedade. Almeida viria a publicar somente mais uma crônica na série “A moda” em 16 de agosto de 1901 e a derradeira de Ecila Worms em 05 de setembro de 1901. A esta última dá o título de “Crônicas femininas”, claramente indicando a intenção de começar uma nova série sobre assuntos mais gerais relacionados ao universo da mulher, a qual supostamente a libertaria da obrigação de tratar de moda no sentido mais restrito. No entanto Almeida não dá continuidade à empreitada e a persona Ecila Worms desaparece de *O País* nesse mesmo número

do jornal. A colaboração da escritora com seu próprio nome continuaria por muito mais tempo, assim como o tema da moda permanece na sua escrita, mesmo depois de encerrada a série, como na crônica “Ah os chapéus!”, de 22 de setembro de 1901. Quem morria era aquela “moça de gosto *exquis*” e “um pouco tagarela”, que certamente cativou por quase uma década e atraiu para o mundo da imprensa diária um novo público feminino, anteriormente mais habituado à leitura de revistas semanais e mensais. Ecila Worms, no entanto, desapareceu sem se despedir das leitoras. Como ficou escrito acima, alguns dos seus textos, selecionados a dedo, ganharam uma nova roupagem e codinome em *Livro das donas e das donzelas*. As crônicas de “A moda” certamente deleitarão os leitores contemporâneos com o humor e as dicas de moda de Ecila Worms. Mas que estes não se iludam, devo avisar, que elas não representem com fidedignidade os vestuários das mulheres na Belle Époque carioca!

Bibliografia

“A moda”, *O País*, 23 de fevereiro de 1892, p. 1. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/pdf/178691/per178691_1892_03588.pdf> [acesso 04 de maio de 2024].

A Estação. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1892, 184.

A. G. "Portugal e o Brasil." *Gazeta de Notícias*, April 28, 1902, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1902_00118.pdf> [acesso 04 de maio de 2024]. Alcântara Silva, Nahete de. "Júlia Lopes de Almeida e sua trajetória de consagração em *O País*." PhD diss., Universidade Federal da Paraíba, 2015.

Almeida, Júlia Lopes de. "A irmã Christina." *O País*, 6 de dezembro de 1884, p. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_01/266> [acesso 04 de maio de 2024].

——— (pseudonym Ecila Worms). "A moda." *O País*. Rio de Janeiro, de 24 de fevereiro de 1892 a 16 de agosto de 1901.

———. "Iluminuras." *O País*, 11 de fevereiro de 1885, p. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_01/54> [acesso 04 de maio de 2024].

———. "Concessões para a felicidade". *A Estação*. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1891, 130-131.

———. *A família Medeiros*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fluminense, 1892.

———. *Eles e elas*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Francisco Alves, 1910.

———. *Livro das donas e das donzelas*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Francisco Alves, 1906. Disponível em



<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7554> [acesso 04 de maio de 2024].

———. *Livro das noivas*. Rio de Janeiro: Tipografia da Companhia Nacional, 1896.

———. *O funil do diabo*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2015.

———. *Traços e iluminuras*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1887.

Barthes, Roland. *The Fashion System*. Tradução de Mathew Ward e Richard Howard. Los Angeles: University of California Press, 1990.

Butler, Judith. "Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory." *Theatre Journal* 40, no. 4 (1988): 519-531. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/3207893>> [acesso 04 de maio de 2024].

Chartier, Roger. "Literature and Written Culture: Stability of Works, Mobility of Texts, Plurality of Readings." In *The Cultural Revolution of the Nineteenth Century: Theatre, the Book and Reading in the Transatlantic World*, organizado por Ana Cláudia Suriani da Silva e Márcia Abreu. Londres: Bloomsbury, 2020, 11-26.

Duarte, Constança Lima. "Feminismo: uma história a ser contada." In *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, organizado por H. B. de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 25-47.

"Escritora mais publicada da Primeira República foi vetada na ABL". *Jornal da USP*, 03 de agosto de 2017. Disponível em <<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/escritora-mais-publicada-da-primeira-republica-foi-vetada-na-abl/>> [acesso 28 de abril de 2024].

Fanini, Michele Asmar. "Júlia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras." *Estudos de Sociologia* 14, no. 27 (2009): 317-338.

Figueiredo Pimentel. *Contos da carochinha*. São Paulo: Editora Quaresma, 1958 [1894].

Luhmann, Niklas. "The Autopoiesis of Social Systems." In *Sociocybernetic Paradoxes: Observation, Control and Evolution of Self-steering Systems*, editado por F. Geyer and J van der Zouwen. London: Sage, 1986, 172-192.

Nota sem título, *O País*, 27 de janeiro de 1899, p. 1. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/pdf/178691/per178691_1899_05227.pdf> [acesso 28 de abril de 2024].

Pessanha, Andréa Santos da Silva. "*O País* e a *Gazeta Nacional*: Imprensa Republicana e Abolição. Rio de Janeiro 1884-1888." PhD diss., Universidade Federal Fluminense, 2006. Disponível em https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_PESSANHA_Andrea_Santos_da_Silva-S.pdf.Ribeiro [acesso 7 de janeiro de 2024].

Ribeiro, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

Rio, João do. *O momento literário*. Organização, introdução e notas de Silvia Maria Azevedo e Tania Regina de Luca. São Paulo: Rafael Copetti, 2019.

Sand, George. « Lettres d'un Voyageur. — VI. — Souvenirs de jeunesse, un Mot sur Lélia, Prière d'une matinée de printemps, » *Revue des Deux Mondes* 6 (1836), 513-550, Disponível em <[https://fr.wikisource.org/wiki/Lettres_d%27un_voyageur_\(RDDM\)/06](https://fr.wikisource.org/wiki/Lettres_d%27un_voyageur_(RDDM)/06)> [acessp 29 de dezembro de 2023].

Silva, Ana Cláudia Suriani da. "From Germany to Brazil: The History of the Fashion Magazine *A Estação*, an International Enterprise." In *Books without Borders*, editado por R. Fraser e M. Hammond, Vol. 1: *The Cross-National Dimension in Print Culture*, 2008, 67–88. London: Palgrave Macmillan.

———. "Júlia Lopes de Almeida, cronista da Belle Époque e intérprete do Brasil". In Júlia Lopes de Almeida. *Dois dedos de prosa (1907-1912)*, editado por A. C. S. da Silva. Campinas: Editora da Faculdade de Educação, Unicamp, no prelo.

———. "Moda e literatura: o caso da revista *A Estação*." *Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte* 2, no. 1: 1-16, 2009. Disponível em http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistaiara/wp-content/uploads/2015/01/07_IARA_vol2_n1_Artigo.pdf [acesso 04 de maio de 2024].

———. "The Role of the Press in the Incorporation of Brazil into the Paris Fashion System." In *Books and Periodicals in Brazil 1867-1930: A Transatlantic Perspective*, editado por A. C. S. da Silva e S. G. Vasconcelos, 148-162. London: Routledge, 2020.

Silva, Ana Cláudia Suriani da, e Tania Regina de Luca. "Ecila Worms e 'A moda'." In Júlia Lopes de Almeida (pseudonym Ecila Worms), *A moda (1892-1901)*, editado por A. C. S. da Silva e T. R. de Luca, 7-34. Campinas: Editora da Faculdade de Educação, Unicamp, 2024.

Silva, Ana Cláudia Suriani da Silva e Alexandro Henrique Paixão. "Contos de Délia: Confissões sobre a sedução." In Bormann, Maria Benedita Câmara (pseudônimo Délia). *Contos por Délia (1887-1892)*, editado por A. C. S. da Silva e A. H. Paixão, 7-26. Campinas: Editora da FE – Unicamp, 2024.

Silva e Ana Cláudia Suriani da e Tania Regina de Luca. "A mulher jornalista na Belle Époque carioca." In *Mulheres no Brasil: como chegamos até aqui*, editado por C. Facchinetti, 17-37. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2023.

———. "Maria Amália Vaz de Carvalho nas páginas de *O Paiz* (1884-1889): levantamento dos textos e notas iniciais de pesquisa". *Herança – Revista de História, Patrimônio e Cultura*, 5(1):7–37, 2022. Disponível em <https://revistas.ponteditora.org/index.php/heranca/article/view/454> [acesso 04 de maio de 2024].

———. "Maria Amália Vaz de Carvalho: De Portugal para o Brasil." In *Conversas lisboenses e outros escritos (1884-1889)*, de Maria Amália Vaz de Carvalho, editado por A. C. S. da Silva e T. R. de Luca. Campinas: FE – Unicamp, 2022, 9-34. Disponível em <<https://www.fe.unicamp.br/noticias/editora-fe-unicamp-publica-e-book-maria-amalia-vaz-de-carvalho-conversas-lisboenses-e>> [acesso 04 de maio de 2024].

Silva, Ana Cláudia Suriani da, Javer Wilson Volpini e Ana Cecilia Agua de Melo. "Angelina, um folhetim de Délia." In Bormann, Maria Benedita Câmara (pseudônimo Délia). *Angelina*,



editado por A. C. S. da Silva, J. W. Volpini e A. C. A. de Melo. Campinas: Asa da Palavra, 2024.

Souto Maior, Valéria Andrade. “Josefina Álvares de Azevedo: teatro e propaganda sufragista no Brasil do século XIX.” *Revista Acervo Histórico*, 2:65–82. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/525_arquivo.pdf> [acesso 28 de abril de 2024].

Vaquinhas, Irene. “*Senhoras e mulheres*” na sociedade portuguesa do século XIX. Lisboa: Colibri, 2000.

Young, Agnes Brooks. *Recurring Cycles of Fashion (1760–1937)*. New York: Harper & Row, 1937.



**DA BOCA DO POVO, NA LÍNGUA ERRADA DO POVO, LÍNGUA CERTA DO POVO”:
(A DISCUSSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA IMPRENSA ENTRE 1922 E 1955).
“FROM THE MOUTH OF THE PEOPLE, IN THE WRONG LANGUAGE OF THE PEOPLE, THE
RIGHT LANGUAGE OF THE PEOPLE”: (THE DISCUSSION OF THE PORTUGUESE
LANGUAGE IN THE PRESS BETWEEN 1922 AND 1955).**

ELIZABETH DA SILVA¹

Resumo

Para Antonio Candido e Afrânio Coutinho, o nacionalismo artístico foi uma marca das letras brasileiras, pois correspondia à busca por uma identidade nacional. No plano linguístico, os escritores brasileiros defenderam “a língua brasileira” como um elemento de emancipação política e de autonomia cultural. O presente trabalho visa mostrar, por meio de excertos de jornais e suplementos literários do século XX, como, após a independência política do Brasil em 1822, a literatura foi utilizada como um instrumento para se forjar a independência linguística. Estes debates, que atravessam o século XIX, tiveram a Semana de Arte Moderna como ápice. O Modernismo brasileiro modificou o modo de ver e de pensar a literatura e a língua. No século XIX, a invenção da “língua brasileira” torna-se uma bandeira, pois a norma portuguesa tornara-se um obstáculo para afirmação nacional. Na década de 1950, nos suplementos literários brasileiros e portugueses, tais debates ainda encontraram ressonâncias.

Palavras-chaves: Língua portuguesa; Suplementos literários; Circulação de ideias; História cultural luso-brasileira.

Abstract

For Antonio Candido and Afrânio Coutinho, artistic nationalism was a trademark of Brazilian letters, as it corresponded to the search for a national identity. At the linguistic level, Brazilian writers defended “the Brazilian language” as an element of political emancipation and cultural autonomy. This work aims to show, through excerpts from newspapers and literary supplements from the 20th century, how after Brazil's political independence in 1822, literature was used as an instrument to forge linguistic independence. These debates that lasted throughout the 19th century culminated in the Modern Art Week. Brazilian modernism changed the way we see and think about literature and language. In the 19th century, the invention of the “Brazilian language” became a flag, as the Portuguese norm became an obstacle to national affirmation. In the 1950s, in Brazilian and Portuguese literary supplements, such debates still found resonance.

Keywords: Portuguese language; Literary supplements; Circulation of ideas; Luso-Brazilian cultural history.

¹ Doutoranda em Estudos Portugueses: Área de Especialização: História do Livro e Crítica Textual, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH NOVA). Bolsista da Fundação para Ciência e Tecnologia, de Portugal - FCT/PT (SFRH/BD/145768/2019). Pesquisadora Integrada do Centro de Humanidades (CHAM FCSH NOVA) e membro do Grupo de Investigação em Informação, Leitura e Formas de Escrita do CHAM NOVA FCSH. E-mail: elizabeth.olegario@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3718-2966>.

Editores, escritores e jornalistas, desde o século XIX, imaginaram um universo virtual, mas nunca cumprido, de leitores e compradores dos mesmos livros e jornais. Este universo comum imaginado tinha como veículo a língua portuguesa. A língua é um espaço comum, é um elemento de aproximação, mas é também um território de disputa de poder e de incompreensão.

Olhamos para a imprensa, para o modo como ela discute e assume aqueles que são os problemas da cultura em língua portuguesa e, neste caso específico, a própria língua como questão. Um tema que atravessa os séculos XIX e XX, mas que tem um foco de discussão acesa entre os anos 20 e 50 do século XX, quando está em causa a norma sintática e ortográfica, quando essa norma se afasta e quando se assume, tanto as diferenças de uso que já existem, quanto a necessidade de assumi-las política e literariamente. Neste processo, o papel dos intelectuais e das suas revistas, após o centenário da independência do Brasil e da Semana de Arte Moderna, será ponto de referência para toda a discussão posterior.

Arnaldo Saraiva, no ensaio *A Língua Portuguesa e o Modernismo Brasileiro (o exemplo de Carlos Drummond de Andrade)*², dirá que “Por volta de 1920, diversas circunstâncias se conjugam para que nos meios intelectuais das principais cidades brasileiras se esboce uma certa reacção contra Portugal e os portugueses”. (Saraiva, 1970, p.623).

Como escrevia em 1947, Tristão de Athayde³,

O nosso Modernismo foi antes e acima de tudo, anti. Foi anti-clássico, anti-romântico, anti-parnaziano, anti-simbolista, anti-burguês e anti-luzitano. Foi contra tudo que representasse uma tradição, um passado, uma permanência. (*A Manhã*, 24/8/1947, p.4)

Para Arnaldo Saraiva, esse suposto antilusitanismo que marcou os anos 20, como insiste mais tarde Tristão Athayde, suscitou como central o problema da língua portuguesa e uma norma que se tornara um obstáculo para afirmação nacional:

Os modernistas de 22 inventaram “de dia prá noite a fabulosíssima *língua brasileira*”. O autor desta frase, escrita em 1942, foi exactamente a personalidade que na década de 20 mais batalhou pela “língua brasileira”: Mário de Andrade. Nas cartas aos seus inúmeros correspondentes, não cansava de insistir na necessidade de “abrasileirar” a língua literária do Brasil, e referia-se com frequência à aventura em que ele se empenhara de “estilizar o brasileiro vulgar” – Aventura essa que o levaria a escrever o “manifesto linguístico” que é o romance *Macunaíma*. Muitos escritores vieram a apoiar a campanha conduzida - e, pode dizer-se, iniciada - por Mário de Andrade. Em 1923, Menotti del Picchia – que celebrou num poema o “nascimento” da “ágil, acrobática, sonora e rica e fidalga” língua brasileira – já falava na existência de uma “gramática

² SARAIVA, Arnaldo. *A Língua Portuguesa e o Modernismo Brasileiro (o exemplo de Carlos Drummond de Andrade)*. In: *Arquivos do Centro de Cultural Português*. V. II, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1970, p.623

³ATHAYDE, Tristão. “Neo-Modernismo”. *A Manhã*, 24/8/1947, p.4. Disponível em: Letras e Artes : Suplemento de A Manhã (RJ) - 1946 a 1954 - DocReader Web (bn.br). Acesso 26 de junho de 2023.

brasileira”, que só faltava codificar. Pouco tempo depois, Cassiano Ricardo proclamava: “O Brasil é uma nação livre, logo deve ter uma língua própria”. E Graça Aranha insistiu, na já referida conferência da Academia, em que era necessário “alargar a separação” linguística e literária de Portugal e do Brasil. (Saraiva, 1970, p.624-625).

Apesar de todos esses discursos, salvo algumas exceções, o “antilusitanismo”, não era o primeiro aspecto nas “atitudes” linguísticas dos modernistas brasileiros, “mas a necessidade urgente de trazerem para a realidade uma literatura e uma língua que dela se afastavam cada vez mais”. (Saraiva, 1970, p.625). Essa “necessidade faz-se sentir dentro de um país, dentro da mesma literatura e da mesma língua sempre que estas abandonam ou desprezam os domínios da *parole* para se instalarem nos domínios da *langue*”. (Saraiva, 1970, p.625).

Como dirá Ribeiro Couto, não foi a leitura dos grandes livros da humanidade, mas a rua, os falares e a infância dos meninos do morro do Curvelo, entre 1920 e 1930, que levou Manuel Bandeira a rememorar sua infância na Rua da União, em Recife. Posteriormente, o autor de *Estrela da Manhã* esclarece que foi o Morro do Curvelo que amadureceu o poeta que Bandeira viria a ser. No poema *Evocação do Recife*⁴, presente no livro *Libertinagem* (1930), livro escrito durante a sua estadia no Morro do Curvelo, dizia Manoel Bandeira:

[...] A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
Ao passo que nós
O que fazemos
É macaquear
A sintaxe lusíada.

No prefácio ao livro *Pau Brasil*⁵, de Oswald de Andrade, Haroldo de Campos⁶ explica que “O Brasil intelectual das primeiras décadas [do século XX] era um Brasil trabalhado pelos ‘mitos do bem dizer’” (Mário da Silva Brito), no qual imperava o “Patriotismo ornamental” (Antonio Candido). Os versos de Bandeira ironizam este bem dizer, macaqueamento da sintaxe lusíada.

Os modernistas recuperam os múltiplos falares e trazem para o espaço elitista da literatura recortes da realidade sociolinguística do português falado no Brasil, desestabilizando-o. No

⁴BANDEIRA, Manuel. *Evocação do Recife*. In: _____. *Poesia Completa e Prosa* (Volume único). Biblioteca Luso-Brasileira. Série brasileira. Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1998. p.213.

⁵ ANDRADE, Oswald de. *Pau Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2003 – (Obras Completas de Oswald de Andrade), p.8.

⁶ CAMPOS, Haroldo de. *Uma poética da radicalidade*. In: Oswald de Andrade. *Pau Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2003 – (Obras Completas de Oswald de Andrade).

poema “*Falação*”⁷, diz Oswald de Andrade: “[...] Contra o gabinetismo, a palmilhação dos climas. /A língua sem arcaísmos. Sem erudição. Natural e neo-lógica./A contribuição milionária de todos os nossos erros”.

Haroldo de Campos refere ainda, que no prefácio da primeira edição de *Pau Brasil* (1924), Paulo Prado via no livro de Oswald de Andrade. “a reabilitação do nosso falar cotidiano, *sermo plebeius* que o pedantismo dos gramáticos tem querido eliminar da língua escrita⁸”. Esta atitude radical com a linguagem se pode constatar também no poema “*vício de fala*”⁹

Para dizerem milho dizem mio
Para melhor dizem mió
Para pior pió
Para telha dizem teia
Para telhado dizem teiado
E vão fazendo telhados.

As ondas de choque desses anos vão sentir-se durante décadas e vão estar presentes nos jornais e suplementos de meados do século XX. A vantagem destes suplementos está em que materializam espaços de discussão, nos dois lados do Atlântico. Wilson Martins no artigo *Filologia Portuguesa*¹⁰, publicado no *Suplemento Literário*, do jornal *O Estado de São Paulo* explica as mudanças operadas pelo Modernismo. De acordo com o crítico, abandonam-se a luneta e os limites gramaticais, por uma mentalidade filológica:

[...] o Modernismo deixou, também no campo da meditação filológica, os seus resultados positivos e salutares: houve um alargamento de horizontes; o fenómeno linguístico passou a ser considerado científica e inteligentemente; a noção de “evolução” instalou-se para sempre em todos os espíritos; o “português do Brasil”, se não é um dialecto como queria Leite de Vasconcelos [não o é, nem científica, nem materialmente, apesar da grande autoridade desse e do sr. Gladstone Chaves de Melo, que o defende], passou a ser estudado em si mesmo, como qualquer coisa diferente do “Português de Portugal”; a ideia de língua como entidade autónoma cede lugar à concepção da linguagem como “uma criação indissolivelmente ligada ao espírito humano e a sociedade. (*O Estado de São Paulo*, 19/10/1957, p.2)

Martins estava a escrever sobre a publicação de dois livros de filologia publicados no Brasil, *Iniciação a Filologia Portuguesa*, de Glastone Chaves de Melo, e *Ensaio de Filologia Portuguesa*, de Serafim da Silva Neto:

O sr. Serafim da Silva Neto enche páginas e páginas do seu livro com uma polémica, desse género, em que o esclarecimento dos problemas ortográficos (no caso), deu lugar

⁷ ANDRADE, 2003, p.102.

⁸ ANDRADE, 2003, p.12.

⁹ ANDRADE, 2003, p.119.

¹⁰ MARTINS, Wilson. *Filologia Portuguesa. O Estado de São Paulo*, sessão: últimos livros, 19 de outubro de 1957, p.2. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br)

a ferozes retaliações na reputação do seu competidor; quanto ao senhor Gladstone Chaves de Melo, dirige expressamente seus livros aos charlatões, os gramatiqueros, os obsessos de erros de gramáticas de bitola estreitas. (*O Estado de São Paulo*, 19/10/1957, p.2)

Instrumento de afirmação da identidade nacional, num tempo de nacionalismos em todo o mundo, a língua é ferramenta nas mãos dos modernistas. Afrânio Coutinho, em *A Literatura como fator da Nacionalização Brasileira*¹¹, diz que a literatura foi um instrumento de afirmação do nacionalismo brasileiro e que “Ela teve um relevante papel em todo o longo processo de busca e encontro da identidade nacional, vale dizer, do caráter autônomo do brasileiro”. (Coutinho, s.d., p.204) O crítico explica ainda que a evolução do pensamento brasileiro desde o período da colonização tem por constante a progressiva nacionalização.

Entendo por nacionalização o processo intenso e persistente de busca da identidade nacional, de integração e globalização da realidade brasileira. [...] O processo de nacionalização brasileira consistiu antes em um movimento de afirmação nacional, de busca da própria identidade, de conquista de um caráter nacional, de afirmação de qualidades peculiares. E, diga-se de passagem, nem sempre se realizou contra outros povos. Pode-se mesmo afirmar que o nacionalismo brasileiro não é nacionalismo *contra*, porém um nacionalismo *a favor*. Um nacionalismo a favor das nossas peculiaridades nacionais de povo, de nação, de civilização-mestiça. (COUTINHO, s.d., p.204).

Na década de 1950, Antonio Candido, em *A Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*¹², explica que na segunda metade do século XVIII, período em que a literatura brasileira tornara-se um sistema literário e estético, o empenhamento para uma identidade era notório: “os escritores neoclássicos são quase todos animados do desejo de construir uma literatura como prova de que os brasileiros eram tão capazes quanto os europeus”. (Candido, 2000, p.26). A propósito deste anseio, escreve Machado de Assis o ensaio crítico *Notícia da actual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*¹³, publicado em 1873, no jornal *Novo Mundo*, periódico editado ininterruptamente em Nova Iorque. Nele, o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* relata:

Quem examina a actual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas litterarias do pensamento buscam vestir-se com as côres do paíz, e não há negar que semelhante preocupação e symptoma de vitalidade e abono de futuro. [...] Reconhecido o instincto

¹¹ COUTINHO, Afrânio. *A Literatura como fator da nacionalização brasileira*. In: *Separata da Revista Arquivo Municipal*. Vol. CLXXXIV – XXXV. 201 a 220, São Paulo- Brasil. s.d., p.204

¹² CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*. Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 2000, p.26 Disponível em 117023824-candido-antonio-formacao-da-literatura-brasileira-vol-1-e-2.pdf (wordpress.com). Acesso 23 de agosto de 2023.

¹³ ASSIS, Machado de. *Notícia da actual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*. *Jornal Novo Mundo*, 24 de março de 1873, p.107. Disponível em: per122815_1873_00030.pdf (bn.gov.br)

de nacionalidade que se manifesta nas obras destes últimos tempos, conviria examinar se possuimos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade litterária; esta investigação (ponto de divergência entre litteratos), além de superior às minhas forças, daria em resultado levar-me longe dos limites deste escripto. Meu principal objecto é attestar o facto actual; ora, o facto é o instinto de que fallei, o geral desejo de crear uma litteratura mais independente. (*Jornal Novo Mundo*, 24/03/1873, p.107).

Afrânio Coutinho, no livro *A tradição afortunada*, relata que o debate crítico sobre a emancipação literária e mental do Brasil tem grande força no século XIX. Para ele, é neste século que “ficou estabelecido o *rationale* de pensamento crítico a respeito da noção de nacionalidade literária”. (Coutinho, 1968, p.181), e conclui:

Não se pode opor a menor restrição à tese de que a literatura do século XX é construída sobre o sentimento nacional ou instinto de nacionalidade, que lhe empresta o carácter e lhe imprime o enlace. Daí a importância que se deve dar ao pensamento crítico do século XIX, que o formulou e estabeleceu. (Coutinho, 1968, p.181).

Machado Assis reconhecia o instinto de nacionalidade como um traço da literatura brasileira, já Antonio Candido via o nacionalismo artístico como uma consequência das condições históricas do país, sendo, portanto, um processo natural dos povos desprovidos de autonomia. Adotamos a visão de Antonio Candido, segundo a qual a literatura brasileira, sendo inicialmente um ramo da literatura portuguesa, individualizou-se no século XIX¹⁴. O Arcadismo e o Romantismo foram, para Antonio Candido, os momentos decisivos para a formação de um sistema literário brasileiro, pois articularam autores, obras e públicos, estabelecendo, assim, uma tradição literária. Para o autor de *O Direito à Literatura*, desde o século XVI, o que se tinha eram “ralas e esparsas manifestações sem ressonância”. (CANDIDO, 2000, p.15). Em seu ponto de vista, é a partir da primeira metade do século XVIII, através do arcadismo e do romantismo, que a literatura brasileira vai se constituir enquanto sistema. Para o autor da *Formação da Literatura Brasileira*, o romantismo foi o momento de “tomada de consciência nacional” e a “(...) afirmar a autonomia no setor literário significava cortar mais um liame com a mãe Pátria”.¹⁵

Vemos em Antonio Candido, Afrânio Coutinho e Machado de Assis que o nacionalismo literário correspondia aos anseios dos escritores, muito antes da Semana de 1922. Correspondia à busca por uma identidade nacional e, nos anos 20 do século XX, o nacionalismo artístico

¹⁴ Esta ideia se contrapõem a visão de Afrânio Coutinho que defende que a literatura colonial “é tão brasileira quanto a da chamada fase nacional”. Para o autor, a literatura brasileira começou com a obra de Padre José de Anchieta. Ver: *A Tradição Afortunada (O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira)*. Jose Olympio Editora, São Paulo. 1968, p.169-170.

¹⁵ CANDIDO, 2000, p.281.

atingiu seu ápice. Mais que propor uma independência mental brasileira na literatura e nas artes, no plano linguístico, os escritores modernistas provocam uma emancipação sintática e lexical, ao aproximar a língua escrita e a língua falada.

Para Tristão de Athayde, os modernistas foram contra tudo o que representava a tradição. Já Antonio Candido, na revista *O Tempo e o Modo*,¹⁶ esclarece que os modernistas não vieram abolir a influência de outros países:

Pelo contrário, - pois os nossos modernistas, bem como os escritores de agora, são de modo geral mais informados e permeáveis a correntes internacionais do que a média dos predecessores. Mas como são mais autônomos e já encontram na cultura local uma continuidade ponderável de experiências e soluções fecundas, podem tratar as fontes estrangeiras sem a fascinação paralisadora de outrora e explorá-las com maior penetração, transformando-as em substância própria com uma eficácia que, no passado, era excepcional, mesmo nos altos talentos. Assim, vemos a olho nu as infiltrações de Byron e Musset num poeta romântico com Álvares de Azevedo; ou as de Zola e Eça de Queirós num romancista naturalista como Aluísio de Azevedo; mas só com boa lente e um micrótomo afiado poderemos avaliar quanto de Joyce andar (ou não andar) circulando nos tecidos de Guimarães Rosa. Por tais motivos, pode-se dizer que o Modernismo foi uma fase ao mesmo tempo de nacionalismo militante e sôfrega assimilação das contribuições externas - num movimento dialético criador. Isto é visível na obra de Mário de Andrade, como vimos, e também na do grande animador Oswald de Andrade. (*O Tempo e o Modo* caderno 1 [1967], p.83)

Para a construção da história do modernismo, Silva Brito utilizou como fonte histórica jornais e revista da época. Assinalando a importância dos suplementos literários, revistas e jornais, escreveu Adalmir da Cunha Miranda, no *Suplemento de Literário* de *O Estado de São Paulo*, o artigo *Mário em “Estética”*¹⁷.

As revistas e os jornais literários sempre desempenharam um papel de relevo na evolução da literatura brasileira. Entre as “Variedades ou Ensaios de Literatura” e as revistas que em 1922 e 1950 refletiram a problemática desenvolvimentista das nossas letras há um valioso repositório de elementos para o estudo da literatura brasileira. Não seria impropriedade admitir que possivelmente nas páginas das revistas de existências mais efêmeras, que enfrentaram maior vicissitudes para manter-se, será encontrada maior soma de subsídios para a compreensão dos nossos movimentos literários e surpreender-se-ão elementos que determinarão, com minúcias as dinâmicas da nossa **intelligentsia** literária. Infelizmente, durante longos anos, não se atribuiu a devida importância às fontes vivas representadas pelas revistas e muitos historiadores ou pesquisadores têm pecado pelo descaso às coleções antigas de periódicos literários. (*O Estado de São Paulo*, 6/12/1958, p.4.).

¹⁶ CANDIDO, Antonio. Movimento geral da literatura contemporânea. *O Tempo e o Modo*, 1.º série, Cad. 1: , pp. 83-88. Disponível em Revistas de Ideias e Cultura - O Tempo e o Modo - A Revista. Acesso 28 de junho de 2023.

¹⁷ MIRANDA, Adalmir da Cunha. “Mario em ‘Estética’”. Sessão: Literatura Brasileira. *Jornal O Estado de São Paulo* 6/12/1958, p.4. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br). Acesso: 9 de agosto de 2023.

Cunha Miranda destaca a importância da revista *Estética* 3¹⁸, abril-junho de 1924, dirigida por Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda. Os impressos foram os espaços de iniciação literária de gerações e gerações de escritores de um lado e do outro do Atlântico. Palco de debates e espaço aberto ao diálogo crítico, as revistas literárias e os suplementos foram modos de acompanhar as novidades e os movimentos de ideias. Antes de publicar a *História do Modernismo Brasileiro*, pela Editora Saraiva, Mário da Silva Brito publicou uma série de textos sobre a Semana de Arte Moderna no *Suplemento Literário*, de *O Estado de São Paulo*. A obra é um dos primeiros esforços para se tentar compreender os movimentos que antecederam a Semana de Arte Moderna. No artigo *Pauliceia Desvairada*, publicado na sessão *Últimos Livros*, Wilson Martins escreveu:

Melancolicamente, eis que o Modernismo se transformou em História. Quem a escreve, pela primeira vez com a ambição da totalidade e com a simpatia que não exclui, antes aguça, a objetiva compreensão dos fatos, e o Sr. Mário da Silva Brito. (*O Estado de São Paulo*, 9/5/1959, p.2.).

O lançamento da *História do Modernismo Brasileiro* é noticiado na sessão *A Semana e os Livros*¹⁹, do suplemento literário do *Estado de São Paulo*, assinada por Rolmes Barbosa, no qual ele destaca o trabalho arquivístico feito pelo autor:

O trabalho do autor de **Biografia** sobre os acontecimentos que culminaram na famosa “Semana” (e do qual o volume ora lançado pela editora Saraiva é apenas a primeira parte), constitui o produto de dez anos de esforços, de busca em arquivos e coleções de jornais e revistas de outrora; de entrevistas com alguns dos principais responsáveis pela revolução modernista; de, enfim, coleta e coordenação de vasto material que, de outra maneira, provavelmente, estaria condenada ao desaparecimento. Aliás, somente no futuro poder-se-á avaliar devidamente o alcance da realização de Mário da Silva Brito. (*O Estado de São Paulo*, 7/2/1959, p.4).

Heteróclitos no plano linguístico, os modernistas foram contra o purismo linguístico, buscaram recuperar a historicidade do português falado no Brasil, que, ao longo do século XIX, era vetada pelos gramáticos puristas. Os modernistas vão recuperar os múltiplos falares para mostrar como a língua portuguesa é heterogênea. Wilson Martins, no artigo *Última Flor do Lácio*²⁰, publicado no *Suplemento Literário*, do jornal *O Estado de São Paulo*, conta que, ao

¹⁸Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda (direção). Revista *Estética* 3, abril- junho, 1925. Disponível em: 060053-3_COMPLETEO.pdf (usp.br)

¹⁹ BARBOSA, Rolmes. “História do Modernismo Brasileiro”. Sessão: “A Semana e os Livros”. Jornal *O Estado de São Paulo*, 7 de fevereiro de 1959, p.4. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br) Acesso 8 de agosto de 2023

²⁰ MARTINS, Wilson. “Última flor do lácio”. *O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br). Acesso 16 de junho de 2023.

longo de trinta anos, o Modernismo instaurou na vida literária um descrédito nos gramáticos e na Gramática:

Na década de 30, tudo se passava nos ginásios como se o Modernismo não houvesse ocorrido; mas, fora dos ginásios, aqueles mesmo alunos liam Mário e Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, José Américo de Almeida, Manotti del Picchia, e, até, escritores que não eram mais que “deviam ser”, modernistas a exemplo de Monteiro Lobato. Havia qualquer coisa de novo, evidentemente na literatura e na língua para além das teorias e das disputas, dos acertos e dos erros, dos exageros e temeridades, um “clima” novo, uma nova maneira de ser e de sentir compunham a atmosfera em que respirava a “mocidade das escolas (quero dizer, como sempre, aquela meia dúzia de alucinados que, em cada geração, constituem, para a futura história das ideias e do gosto, a “mocidade das escolas”. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

Embora houvesse resistência às mudanças conquistadas pelos modernistas, para Wilson Martins, o Modernismo modificou sensibilidades e pontos de vistas em matéria de literatura e língua, a tal ponto que a sua geração já não enxergava a literatura e a língua como a geração anterior à Primeira Guerra Mundial. “Porque o período anterior do Modernismo não é para nós a História, é já a Pré-História, pois o tempo mental não é cronológico: ele a reescreve à sua maneira”. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2). Com um discurso irônico, relata a resistência dos gramáticos, face à mudança operada no modo de se pensar a norma da língua portuguesa falada e escrita no Brasil:

Aquela vida nas catacumbas dos colégios e dos programas foi suficiente para salvar, não a língua, mas o Português, a concepção que da Língua Portuguesa se fazem esses bravos oficiantes da Gramática que são os professores. Para eles, a Gramática não depende da Língua, mas, sim, a Língua depende da Gramática; e como não há Gramática, mas gramáticos, há tantas pequenas linguazinhas particulares quantos professores (em particular os que, por escreverem livros didáticos, acreditam adquirir, como isso, autoridade científica).(*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

Acompanhamos, mais uma vez, nos suplementos, as tensões que se vão processar com a criação de novas disciplinas universitárias. A linguística só foi instituída, como disciplina no curso de Letras, no Brasil, dois anos depois da publicação deste artigo, isto é, nos anos 1960. No entanto, já nos finais dos anos 1940, Joaquim Mattoso Camara Júnior, aluno de Roman Jakobson, ministrou o primeiro curso de linguística do Brasil.

Ainda nesse artigo, Wilson Martins explica que, nos anos 20 do século XX, surgiu uma ilha de puristas que queriam sujeitar a literatura à língua, isto é, “queriam fazer depender da pureza linguística uma língua que nacionalmente já não era a nossa, a existência de uma literatura que sentíamos obscuramente dever ser nossa”. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

Passados trinta anos, ele afirma que os puristas voltaram com um novo nome, no entanto, voltaram mais pretensiosos: “Chamam-se hoje linguistas e filólogos, e já não desejam tanto imobilizar a língua quanto dirigi-la. Repletos de teorias e de nomenclaturas complicadas”. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2), e que estes, ao aludirem à língua portuguesa, acreditavam estar a tratar da língua falada e escrita em Portugal:

[...] se se diz que as línguas evoluem, modificam-se através dos tempos e dos lugares (fato, entretanto, da mais elementar observação), respondem que se trata de uma concepção “biológica” dos fenômenos linguísticos, “inteiramente superada pela ciência” – Como se dar às coisas uma denominação pejorativa fosse explicá-las e como a ciência se divertisse em negar a realidade. Se mudaram terminologias e as ambições, a mentalidade continua a mesma, e infelizmente, os mais numerosos das linguistas continuam a ser, pura e simplesmente, gramáticos. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

O problema era que os linguistas continuavam a ser gramáticos e a sua reação não era contra a gramática. Ele acreditava que era preciso ter uma visão linguística da língua e não uma visão gramatical. Era necessário ter uma visão histórica da gramática e vê-la como mutável e dinâmica, pois assim é o funcionamento da língua. O autor de *A Crítica Literária no Brasil* afirma que, na história da língua, os gramáticos representavam uma força conservadora e, de modo simples, oferece o seguinte exemplo aos leitores do suplemento:

As línguas como nos navios, não possuem apenas estabilizadores, mas hélices propulsoras: com esta concepção náutica, e não mais “biológica” dos fenômenos linguísticos” podemos passar ao estudo “terrestre” do Sr. Barbosa Lima Sobrinho. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

Na sequência, adentra a análise do livro *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*, de Barbosa Lima Sobrinho. Nesta obra, o autor defendia o “esforço para ‘unificação’ de um idioma comum ao mundo português” (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2), sustentava que Portugal e Brasil deveriam se unir em prol da mesma causa. Advogava a destruição do “complexo metropolitano de Portugal e o complexo colonial do Brasil” (pág.193) e que se considerasse a língua portuguesa como o “penhor da unidade” brasileira (pág.200)”. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

De acordo com Martins, o livro de Lima Sobrinho é marcado por contradições, pois, ao mesmo tempo em que o autor defendia que não existia diferenças entre o português brasileiro e o português de Portugal, também admitia que “só os idiomas mortos se cristalizam em uma língua literária”. (*O Estado de São Paulo*, 15 /11/1958, p.2).

Do ponto de vista da sociolinguística, ao se trabalhar com a língua portuguesa, é preciso acostumar-se a olhá-la “como uma realidade heterogênea” e romper “com a imagem da língua

cultivada pela gramática tradicional e veiculada pela escola, imagem que homogeneiza a realidade linguística, cristaliza uma certa variedade como única”.²¹ Do ponto de vista linguístico, a língua portuguesa é um conjunto de variedades, logo a língua portuguesa falada e escrita no Brasil, em Portugal, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau devem ser vistas como resultado das experiências históricas e socioculturais de cada grupo, já que “todas servem para articular a experiência do grupo que as usa”²². Embora a sociolinguística tenha se estruturado apenas nos anos 60 do século XX, as pesquisas dialetológicas datam do início no século XIX e já apontavam a heterogeneidade como uma marca das línguas.

Para Wilson Martins, Lima Sobrinho, embora desejasse ser liberal e reagisse contra as forças reacionárias, não compreendia que a língua portuguesa falada e escrita no Brasil tinha características próprias e que a existência da língua portuguesa não dependia da unificação política dos diversos registros do português. É importante essa observação feita por Wilson Martins, ao reconhecer a plasticidade da língua portuguesa e a sua complexidade. Como já falamos, não há uma língua portuguesa homegênea, há normas que se vão diferenciando uma das outras a partir dos diferentes contextos de uso.

É este também o caso, por exemplo, do inglês e do francês, línguas que são o veículo oficial de comunicação de diferentes comunidades humanas, cada uma com sua diversidade e características, sempre influenciadas pelos contextos geográficos e socio-históricos.

Para Wilson Martins, as línguas estavam sempre evoluindo e frear a evolução da língua seria um atentado linguístico. Logo, para ele, as ideias defendidas no livro *A língua portuguesa e a unidade do Brasil* eram inaceitáveis. Em sua concepção, a universalidade da língua portuguesa não dependia da unificação política, nem linguística com Portugal, mas dependia da criação de obras universais. Dependia de que ambos os países alcançassem importância na esfera política e, ao se alcançar esta importância na esfera política, os demais países reconheceriam linguisticamente o valor e a necessidade de se aprender o português:

Assim o russo, falado apenas pelos russos, e o chinês apenas falado por chinês, são “línguas oficiais” dos organismos internacionais, obtiveram o reconhecimento político que nada tem de linguístico, antes do reconhecimento linguístico ou literário que nada tem de político; o mesmo acontece com o espanhol, pelo curioso erro de apreciação da importância política, geográfica ou demográfica, a que recentemente se referia o professor Roger Bastide; enquanto isso, o português, falado, teoricamente, por oitenta milhões de pessoas, numa área de dez milhões de quilômetros quadrados, continua, política e literariamente, do ponto de vista universal, língua morta. É que não basta à

²¹ FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica. uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p.30. Disponível em: Faraco, Carlos Alberto - Linguística Histórica.pdf (usp.br). Acesso 01 de junho de 2024.

²² FARACO, 2005, p.33.

línguas, existir; é preciso que elas vivam. E as línguas vivem quando as suas nações representativas desfrutam de uma efetiva presença no campo do pensamento, na história da civilização. (*O Estado de São Paulo*, 15/11/1958, p.2).

Deste modo, para o autor, o destino do português poderia estar em Moçambique, na Guiné-Bissau, em Cabo Verde ou em Macau, mas para Barbosa Lima Sobrinho este destino estaria apenas em Portugal e isso demonstraria uma estreiteza de visão. Para Wilson Martins, a visão de Lima Sobrinho revelava um complexo colonial que tinha como base a condição metropolitana de Portugal, pois Angola e Moçambique eram maiores do que Portugal tanto demograficamente, como territorialmente. No entanto, política e literariamente, para Lima Sobrinho, “Portugal era o império português”²³. Wilson Martins estava convicto de que o futuro linguístico do Brasil não dependia da harmonização com o português de Portugal. Nas franjas do discurso de Lima Sobrinho, percebe-se um rastro colonial, pois ele não reconhecia a diversidade dialetal do português brasileiro, nem o seu processo de historicização, isto é, o português brasileiro e o português de Portugal haviam sido construídos a partir de “imaginários linguísticos de povos culturalmente destintos²⁴”, sendo, portanto, diferentes. A ideia de uma unidade linguística entre o português do Brasil e o português de Portugal tinha como base o século XVIII e a instituição do Decreto Real - Diretório dos Índios, de três de maio de 1757, criado pelo Marques de Pombal e promulgado por Mendonça de Furtado, governador do Grão-Pará (atualmente, estado de Pará), em 17 de agosto de 1758. A instituição do Diretório objetivava forjar uma política linguística com o objetivo de construir uma unidade linguística. E essa homogeneidade linguística era “imaginariamente necessária à hegemonia do português na colônia”. (MARIANI, 2018, p.129). O diretório vigorou por 40 anos e foi aplicado em todo o território brasileiro.

No artigo *1822, pátria independente: Outras palavras*²⁵, Mariani e Sousa referem que, nos séculos XVIII e XIX, a afirmação nacional do Brasil passou pela língua, mas foi com a independência do Brasil, em 1822, que o debate sobre a independência linguística ganhou força, por meio de nomes como José de Alencar e Gonçalves Dias. No livro *Colonização Linguística e Outros Escritos*, Bethânia Mariani explica que:

²³ *O Estado de São Paulo*, 15/11/1958, p.2

²⁴ MARIANI, Bethânia B.C. *Colonização Linguística e Outros Escritos*, New York, United States of America: Peter Lang Verlag. 2018, p.159. Disponível em: (2) Colonização Linguística e outros escritos | Bethânia Mariani - Academia.edu. Acesso em: 17 de junho de 2024.

²⁵ MARIANI, Bethânia B.C. e SOUSA, Tânia C.C. de. 1822, Pátria Independente: Outras Palavras?. In *Organon*. “Questão de Lusofonia”. Nº 21. Volume 08. Porto Alegre, UFRGS, 1994, P.43-52. Disponível em: [hals,+digitalizar0005 \(4\).pdf](https://doi.org/10.23927/revihgb.v.185.n.495.2024.190). Acesso 17 de junho de 2024.

[...] embora a declaração da independência ocorra apenas na segunda década do século XIX, pode-se falar de um português brasileiro sendo constituído desde antes. Mas é no oitocentos que uma resistência frente à colonização linguística toma uma forma política mais visível, colocando em causa a subordinação imposta por Portugal ao falar do Brasil. Luta-se tanto pelo nome da língua falada na ex-colônia quanto pela defesa das práticas discursivas vigentes; luta-se pelo que foi fruto de uma outra história linguística, cujo início se deu com o confronto entre diferentes línguas, cada uma com sua memória. (MARIANI, 2018, p.7).

Bethânia Mariani, no artigo *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira: O Diretório de Pombal segundo Celso Cunha*²⁶, defende que no século XIX, três formações discursivas vão disputar o sentido e o imaginário da língua falada no Brasil. São elas: Os escritores românticos de que José de Alencar é um dos grandes representantes. Os gramáticos e a lei - Os deputados da Assembleia constituinte de 1823.

No saldo da polêmica travada no século XIX, constata-se a vitória da formação discursiva dos gramáticos. Numa perspectiva purista, eles queriam preservar o *bom português* e este era o *dos escritores de boa nota* do século XVI. Do século XIX aos dias de hoje, ainda é possível detectar o predomínio da formação discursiva dos gramáticos sobretudo no que se refere ao ensino. (MARIANI, 1994, p.136).

Antonio Candido (2000) destaca o papel da literatura na reivindicação e explica que, após a independência, a atividade literária passou a ser pensada como uma atividade que poderia auxiliar na construção de um país livre. Apesar da imposição jurídica da língua portuguesa, a literatura foi um instrumento vital na textualização da oralidade, no resgate dos múltiplos falares. Em 1872, José de Alencar, com o pseudônimo de Senio, em *Bênção Paterna*²⁷, prefácio do romance *Sonho d'ouro*, buscava rasgar os trajes coloniais da literatura e abraçar cada vez mais a língua portuguesa e assim expressa seu ponto de vista:

[...] Não alcançarão jamais que eu escreva neste meu Brasil coisa que pareça vinda em conserva lá da outra banda, como a fruta que nos mandam em lata. Tinha bem que ver, se eu desse ao carioca, esse parisiense americano, esse ateniense dos trópicos, uma paródia insulsa dos costumes portugueses, que entre nós saturam-se de dia em dia do gênio francês. [...] A manga, da primeira vez que a prova, acha-lhe o estrangeiro gosto de terebentina; depois de habituado, regala-se com o sabor delicioso. Assim acontece com os poucos livros realmente brasileiros: o paladar português sente neles um travo; mas se aqui vivem conosco, sob o mesmo clima, atraídos pelos costumes da família e da pátria irmã, logo ressoam docemente aos ouvidos lusos os nossos idiotismos brasileiros, que dantes lhes destoavam a ponto de os ter em conta de senões. [...] O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual

²⁶ MARIANI, Bethânia S. C. Língua Portuguesa e Realidade Brasileira: O Diretório de Pombal segundo Celso Cunha. In *Organon*. Porto Alegre, UFRGS, 1994, disponível em: Vista do LÍNGUA PORTUGUESA E REALIDADE BRASILEIRA: O DIRETÓRIO DE POMBAL SEGUNDO CELSO CUNHA* (ufrgs.br) Acesso 18 de junho de 2024.

²⁷ ALENCAR, José de. *Bênção Paterna*. 1872, p. 8. Disponível em: bc3aanc3a7c3a3o-paterna-prefc3a1cio-de-sonhos-doiro-j-a.pdf (wordpress.com). Acesso 23 maio 2024.

pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?
(ALENCAR, 1872, p.8)

Mariani e Sousa (1994) explicam ainda que, no século XIX, a gramática de Francisco José Freire, intitulada *Reflexões sobre a língua portuguesa*, era “considerada uma das descrições mais fiéis e adequadas da verdadeira língua portuguesa, pois pautava-se nos clássicos seiscentistas²⁸”. Ao longo desse século o português brasileiro, na visão de alguns gramáticos, era considerado “desvios ao ‘bom português”.

Para Mário de Andrade, abraçar a língua portuguesa era uma luta que estava a ser travada. Em carta a Pedro Nava²⁹, Mário de Andrade celebra a coragem deste autor em filiar-se a essa trincheira:

Versos, carta, a Revista... Vamos a ver se dou conta de tudo nesta manhã. Você também está tentando por seu lado uma solução de língua brasileira que corresponda ao nosso caráter realidade função etc. Faz mais que bem. Dou-lhe meus parabéns pela coragem de entrar nessa luta. (...) Do abraço de linguagem de você tenho duas observações: você está acentuando todos os prs. Isso traz confusão Nava. Acentue só quando tiver contração com artigo. Vou prá escola. Me dê pra mim. Não acha razoável? A outra observação é sobre *estar* que você escreve *star*. Realmente nós pronunciamos assim mesmo: tar. Não posso ir tou pronto, por estou pronto, sem dinheiro. Porém a gente não deve se esquecer que não estamos fazendo uma fotografia do falar oral, e sim uma organização literária (Em todas as línguas sempre teve um falar oral diferenciado da linguagem erudita) baseado apenas no falar comum que inconscientemente condiciona a língua às precisões de raça clima época etc. D’áí o valor desse falar popular. (ANDRADE, 1982, p.54).

Mário de Andrade, ao defender o abraço da língua portuguesa, legitimou a riqueza do falar popular. A poesia modernista tenta captar esse movimento dinâmico e vivo que tem a língua. Vemos, na poesia modernista, o resgate dos principais agentes dessas dinâmicas – os falantes. Essa opção política e linguística, que tem como ápice os anos 20 do século XX, vai evidenciar e marcar o afastamento entre o português brasileiro e o português europeu. É a historicidade da variante do português brasileiro que o Modernismo recupera. Como mostra o poema *Pronominais*, de Oswald de Andrade:³⁰

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno

²⁸ Bethânia B.C. Marini e Tânia C.C. de Sousa. “1822, Pátria Independente: Outras Palavras?”. In *Organon*. “Questão de Lusofonia”. Nº 21. Volume 08. Porto Alegre, UFRGS, 1994, p.47-48. Disponível em: [hals,+digitalizar0005 \(4\).pdf](https://doi.org/10.23927/revihgb.v.185.n.495.2024.190). Acesso 17 de junho de 2024.

²⁹ ANDRADE, Mário de. *Correspondência Contumaz*: Cartas a Pedro Nava, 1925-1944. Edição preparada por Fernando da Rocha Peres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.54.

³⁰ ANDRADE, Oswald de. *Pronominais*. In: _____. *Pau Brasil*. Edição fac-símile. Lisboa: A Bela e o Monstro, Edições. 2014, p.77-78.

E do mulato sabido
Mas o negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro

Se para Wilson Martins, o Modernismo foi uma revolução, para Paulo Mendes de Almeida, a Semana de 1922 “foi o primeiro movimento coletivo no sentido da emancipação das artes e da inteligência brasileira” (*O Estado de São Paulo*, 26/7/1958, p.6). Memorialista, o texto de Paulo Mendes de Almeida recupera os nomes que na literatura e na pintura animaram a pacata cidade de São Paulo e traz um depoimento de Mário de Andrade, no qual o autor de *Macunaíma* explica que não sabia quem tinha tido a ideia de realizar a semana:

Quem teve a ideia da Semana de Arte Moderna? Por mim não sei quem foi, nunca soube, só posso garantir que não fui eu. O Movimento alastrando-se aos poucos, já se tornara uma espécie de escândalo permanente. Já tínhamos lido nossos versos no Rio de Janeiro; e numa leitura principal, em casa de Ronald de Carvalho, onde também estavam Ribeiro Couto e Renato Almeida, numa atmosfera de simpática, “Paulicéia Desvairada” obtinha o consentimento de Manuel Bandeira, que em 1919 ensaiara os seus primeiros versos livres no “Carnaval”. E eis que Graça Aranha, celebre, trazendo da Europa sua “Estética da Vida”, vai a São Paulo, e procura nos conhecer e agrupar em torno da sua filosofia. Nós nos ríamos um bocado da “Estética da Vida” que ainda atacava certos modernos europeus da nossa admiração, mas aderimos francamente ao mestre. E alguém lançou a ideia de se fazer uma semana de arte moderna. (*O Estado de São Paulo*, 26/7/1958, p.6)

Mário de Andrade destaca como grande nome da Semana de Arte Moderna Paulo Prado e explica que só uma cidade grande e provinciana como São Paulo poderia realizá-la. No entanto, para Paulo Mendes de Almeida, a Semana foi fruto de um esforço coletivo e que Oswald de Andrade e Mário de Andrade foram os expoentes máximos dessa realização: “Mário era ruminante. Desconfiava do fácil e da própria facilidade. Era um homem de pensar e repensar. A ele, pois, se adequava, perfeitamente, o papel de teorista documentado. Oswald, ao contrário, se entregava às primeiras ideias”. (*O Estado de São Paulo*, 26/7/1958, p.6)

Mário de Andrade seria o cimento e Oswald de Andrade, a areia. Mas, para Paulo de Almeida, mais importante do que saber quem teve a ideia de realizar a Semana de Arte Moderna, era compreender o objetivo a que ela se propunha. A ânsia de mudar foi um ponto fulcral, embora não se precisasse ao certo que caminho se estava a seguir. Explica ainda que o sentimento de nacionalidade era uma constante, bem como o desejo de redescobrir o Brasil; no entanto, adverte que só posteriormente o Brasil seria desvendado pelos romancistas de 1930 e que o sociólogo de *Apipucos* - Gilberto Freire - explicou isto através da sociologia.

Se a questão da autoridade sobre a norma linguística era central e, nesse sentido, a afirmação de uma autonomia em face de Portugal era inevitável, o certo é que a luta é, sobretudo, interna, contra as elites acadêmicas e literárias brasileiras, e as tradições parnasianas e simbolistas. Mas, também, vai ser um palco de confronto entre vários projetos, que têm a língua como elemento fulcral.

Nos suplementos, encontramos múltiplos olhares sobre a Semana de Arte Moderna. Ledo Ivo, em *O Caminho dos Búfalos*, publicado no *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de São Paulo*, abre seu artigo com o excerto de um ensaio do escritor paraibano José Lins do Rego, onde se lê: “Para nós de Recife, essa semana de Arte Moderna não existiu”³¹.

Ledo Ivo ressalta a amizade existente entre Lins do Rego e Gilberto Freyre. Nos anos 20, o autor de *Casa Grande & Senzala* tinha chegado recentemente da Europa e dos Estados Unidos e foi o convívio com Lins do Rego que fez com que o autor de *Menino do Engenho* se ligasse ao regionalismo. É Gilberto Freyre que abre os olhos de Lins do Rego para o Nordeste açucareiro e para a tradição regionalista. Enquanto os modernistas buscavam um ideal estético, Gilberto Freyre, devido a sua especialização, sustentava a adoção do regionalismo e priorizava os aspectos socioeconômicos e antropológicos, isto é, a questão ideológica. Ledo Ivo apresenta de modo sucinto a tensão existente entre modernistas e regionalistas – eis a riqueza de leituras que podemos encontrar nos suplementos literários. Ângulos diferentes e modos diversos de contar uma mesma história.

Ledo Ivo conta ainda que Lins do Rego, no início da sua carreira literária, ligara-se ao Modernismo através da “inconformação diante dos padrões artísticos da época”³². No entanto, adverte que via o romance *Menino do Engenho* como uma oposição às ideias modernistas e conta que a geração de Lins do Rego, isto é, Raquel de Queiroz, Jorge Amado e Graciliano Ramos, tinha trazido uma dupla novidade para a literatura brasileira na linguagem e na denúncia social, e que essa descoberta do Brasil, feita pelos escritores regionalistas, fez com que Oswald de Andrade denominasse estes literatos de Os Búfalos do Nordeste.

Wilson Martins traz, em seu texto, a tensão entre gramáticos e modernistas; Ledo Ivo traz, em seu artigo, a tensão entre modernistas e regionalistas e aí traz mais um excerto escrito por Lins do Rego:

O movimento literário que se irradia no Nordeste muito pouco teria que ver com o modernismo do Sul. Nem mesmo em relação a língua de Mário de Andrade em *Macunaíma* nos pareceu tão arrevesada quanto a dos sonetos de Alberto Oliveira. A

³¹ *O Estado de São Paulo*, 4/1/1958, p.3.

³² *O Estado de São Paulo*, 4/1/1958, p.3.

língua que Mário de Andrade quis introduzir com o seu livro é uma língua de fabricação; mais um arranjo de filólogo erudito do que um instrumento de comunicação oral ou escrito” - e completa – “Este livro de Mário de Andrade é um repositório do folclore, o livro mais cerebral que já se escreveu entre nós. Se não fosse o autor um grande poeta, seria o Macunaíma uma coisa morta, folha seca, mais um fichero de erudição folclórica do que um romance. (*O Estado de São Paulo*, 4/1/1958, p.3).

Luís Bueno, no livro *Uma História do Romance de 30*, fala da tensão entre os escritores modernistas e escritores regionalistas e afirma que, apesar das tensões, tanto Mário de Andrade, como José Lins do Rego ansiavam por uma “língua literária despida dos atavios da forma”³³. Para Bueno, Lins do Rego consegue em seus romances uma língua natural, diferente da de Mário de Andrade. Como exemplo, relata que o romance *Macunaíma*, publicado em 1928, só ganhara uma nova edição em 1937, ao passo que Lins do Rego vendeu milhares de exemplares e suas obras tiveram inúmeras edições.

Para Ledo Ivo, Mário de Andrade replicava uma “língua de fabricação”³⁴, enquanto Lins do Rego uma “língua de fabricação do povo”³⁵:

É preciso, porém, reconhecer que foi o modernismo através de seus postulados de liberdade e pesquisa e da criação artística, valorização de um critério de expressão antiacadêmico, que desbravou o caminho pelo qual passariam os búfalos. (*O Estado de São Paulo*, 4/1/1958, p.3).

Em 1974, João Luís Lafetá, no livro *1930: A Crítica e o modernismo*,³⁶ defendeu a tese de que “o Modernismo se desdobrou como passagem do ‘projeto estético’ dos anos de 1920 ao ‘projeto ideológico’ dos anos de 1930”. (LAFETÁ, 2000, p.8). O Modernismo foi o responsável pela libertação linguística, logo, os escritores regionalistas beneficiaram desta transformação. A este propósito, no ano 1980, Antonio Candido, em *A Revolução de 1930 e a Cultura*,³⁷ afirmou que os anos 20 do século XX “foi uma sementeira de grandes e inúmeras mudanças”. (CANDIDO, 1980, p.27). Ainda de acordo com este crítico brasileiro, os anos 20 propiciaram:

O enfraquecimento progressivo da literatura acadêmica; da aceitação consciente ou inconsciente das inovações formais e temáticas; do alargamento das “literaturas regionais” à escala nacional; da polarização ideológica. Até 1930 a literatura predominante e mais aceita se ajustava a uma ideologia de permanência, representada sobretudo pelo purismo gramatical, que tendia no limite a cristalizar a língua e adotar como modelo a literatura portuguesa. Isto correspondia às expectativas oficiais de uma cultura de fachada, feita para ser vista pelos estrangeiros, como era em parte a da

³³ Bueno, 2006, p.62.

³⁴ *O Estado de São Paulo*, 4/1/1958, p.3.

³⁵ *O Estado de São Paulo*, 4/1/1958, p.3.

³⁶ João Luís Lafetá. *1930: A Crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p.8. Disponível em: (PM6) 1930-ACEOM (wordpress.com). Acesso 22 de julho de 2023.

³⁷ Antonio Candido. *A Revolução de 1930 e a Cultura*, 1980, p.27-30. Disponível em: ANTONIOCANDIDO_Revolucao30eaCultura.pdf (usp.br). Acesso 22 de julho de 2023.

República Velha. (...) A incorporação das inovações formais e temáticas do modernismo ocorreu em dois níveis: um nível específico, no qual elas foram adotadas, alterando essencialmente a fisionomia da obra; e um nível genérico, no qual elas estimulavam a rejeição dos velhos padrões. Graças a isto, no decênio de 1930 o inconformismo e o anticonvencionalismo se tornaram um direito, não uma transgressão, fato notório mesmo nos que ignoravam, repeliam ou passavam longe do modernismo. (CANDIDO, 1980, p.29).

No plano cultural, a literatura brasileira vai auxiliar não só na criação de uma ideia de Brasil, mas também na compreensão da realidade brasileira e da diversidade linguística da língua portuguesa. Os modernistas recuperam a “língua errada do povo, língua certa do povo”³⁸ e a colocam a serviço da literatura. Essa riqueza do falar popular rompeu barreiras e autorizou os brasileiros a celebrarem as múltiplas línguas portuguesas. Viva, a língua é heterogênea e complexa. Recria-se e desdobra-se fonética e semanticamente.

Entretanto, no outro lado do Atlântico, Álvaro Salema afirmava que a literatura brasileira iria cada vez mais se diferenciar do “velho tronco clássico lusitano”, mesmo vendo na escrita machadiana uma continuidade da literatura portuguesa.³⁹ Em sentido muito geral, a cultura brasileira das classes não populares teve, no Brasil oitocentista, uma ligação estreita com a cultura portuguesa e, portanto, parte das raízes brasileiras estão aí; mas há a outra grande parte, aquela que os modernistas de 1922 destacariam, e essa nada tem a ver com a cultura portuguesa. Em 1953, esse distanciamento, bem como essa diferenciação já eram uma realidade.

Álvaro Salema acreditava que a língua era um organismo vivo e estava sempre a revitalizar-se pelas forças juvenis. No entanto, ele pensava que a literatura se diferenciava mais rapidamente do que a língua. Atestam os estudos sociolinguísticos, a exemplo da obra *Linguística Histórica. uma introdução ao estudo da história das línguas*, de Carlos Alberto Faraco, que as línguas estão em constantes movimentos, que transcorrem de forma lenta e gradual, motivo pelo qual temos dificuldade de percebê-los. A percepção só é possível quando comparamos momentos distintos (e distantes) de sua história. A maior ou menor lentidão do processo é decorrente da velocidade das alterações do contexto sócio-histórico. Outro fator relevante é que a mudança linguística pressupõe variações no tempo (diacrônicas), no espaço (diatópicas), no estrato social (diastráticas) e no uso formal/informal (diafásica) e não resultam de uma decisão individual, uma vez que ela acontece de forma inconsciente e coletiva.

³⁸ BANDEIRA, 1998, p.213.

³⁹ SALEMA, Álvaro. *O Apelo de Machado de Assis*, suplemento literário “Cultura e Arte”, *O Comércio do Porto*, 10/3/1953.

Quanto ao uso que fazemos da língua, convém observar outro fator de suma importância, que é a diferença de modalidade de uso entre língua escrita e língua falada. Nessas duas modalidades, o contexto determina uma diferença de uso. Enquanto a língua falada flui continuamente, a língua escrita (que não é mera transcrição da fala), por sua natureza, tem um caráter mais permanente e está menos sujeita a alterações. Como a literatura tem como base um uso formal e padronizado da modalidade escrita da língua, está sujeita também aos elementos internos e externos que a circundam, mas a mudança ocorre de forma muito mais lenta. Ainda conforme Álvaro Salema:

Depois de Eça de Queiroz nunca mais foi possível invocar qualquer influência de escritores portugueses na literatura brasileira; e, pelo contrário, se há influências recíprocas a considerar, depois do grande renovador da língua e da arte literária portuguesas no século XIX, a que mais avulta é a da literatura populista brasileira nos escritores modernos do nosso País que trouxeram alguma coisa de novo à criação e à projecção humana do romance. Nesta contemporânea e tantas vezes mistificada história das relações literárias entre Portugal e o Brasil, é ainda a figura de Machado de Assis um elo perfurável a ligar as duas literaturas, condenadas a cissiparidade que talvez não seja desejada, mas que está na própria natureza do fenómeno social em todas as suas formas. Machado de Assis, sem que muitas vezes o reconheçam os que mais lhe devem continua a exercer uma influência formidável na literatura brasileira deste século. (*O Comércio do Porto*, 10/3/1953, p.6.)

Salema considerava Machado de Assis o maior escritor da literatura brasileira e o responsável por colocar o conto e o romance brasileiro no movimento das letras europeias e americanas. É certo que Machado de Assis tinha respeito pelo vernáculo português e foi contaminado pelas leituras dos clássicos da literatura portuguesa, a exemplo de Castilho, António Vieira, Garrett, Camões, Herculano entre outros. Álvaro Salema defendia que o estilo, a mentalidade e a cultura de Machado de Assis “eram raízes acentuadamente portuguesas”. (*O Comércio do Porto*, 10/3/1953, p.6). De fato, o estilo de Machado de Assis lembra o estilo de vários autores portugueses do século XIX e também alguns temas e desenvolvimentos narrativos, embora em cenários naturais e sociais bem diferentes daqueles dos escritores portugueses. Para Salema, sem os contos e romances de Machado de Assis, a literatura brasileira teria se afastado cada vez mais da literatura portuguesa:

Dele poderiam dizer os escritores em língua portuguesa de além-Atlântico o que Dostoievsky dizia de Gogol, emparceirando com Turguenef e Tolstoi: “Todos nós nascemos do ‘Capote’ de Gogol”. Toda a literatura brasileira dos últimos oitenta anos, com exceção da poesia, nasceu de “Quincas Borbas” e das “Memórias póstumas de Braz Cubas”; e se nela se infiltram influências francesas, inglesas e, sobretudo nos últimos anos, norte-americanas – é ainda a sombra curvada, discreta e melancólica de Machado de Assis que continua de longe a reger os destinos de uma arte que não tem fundamentos nacionais muito mais profundos em que assentar o seu destino de voluntária ou involuntária autonomia. (*O Comércio do Porto*, 10/3/1953, p.6).

E considera ainda que Machado de Assis mereceria ser largamente lido e que a “ação perduravelmente *lusitanizante* que tem exercido nos escritores do seu país devia torná-lo particularmente grato aos portugueses de hoje, como os do passado e aos de um extenso futuro ainda a entrever”. (*O Comércio do Porto*, 10/3/1953, p.6). Essa tal “ação perduravelmente lusitanizante”. (*O Comércio do Porto*, 10/3/1953, p.6.), de que fala, dava-se pela linguagem comum aos escritores portugueses do século XIX.

Referindo-se ao autor de *Memória Póstumas de Brás Cubas*, considera que era pouco lido em Portugal e estava distante do grande público pela falta de edições que o pudessem vulgarizar e continuar “a impregnar de portuguesismo a literatura brasileira de ontem e de hoje⁴⁰”. Machado de Assis seria, portanto, o escritor que servia a continuidade da presença estética e espiritual de Portugal no Brasil. Ao insistir nesse elo, Salema procura contrariar um movimento então imparável de afastamento, não entre as literaturas dos dois países, mas entre as normas linguísticas. Tinha-se, entretanto, de estabelecer um acordo ortográfico que o Brasil não aceitara subscrever e, desde 1943, afirmara-se fortemente uma norma culta brasileira que já não reconhecia a autoridade portuguesa. O episódio que Raquel de Queiroz conta na revista *O Cruzeiro*, em 1955, é um exemplo desse afastamento, marcado por preconceitos, desconhecimentos mútuos e estreiteza de visão. O caso é contado em forma de carta a um editor português.⁴¹”

...A necessidade que se impõe para uma edição portuguesa de obras de autores brasileiros, de certas e inofensivas alterações, como sejam a deslocação de pronome (em certos casos), harmonização da ortografia com as determinações do Acôrdo Luso-Brasileiro – que em Portugal é cumprido, e uma ou outra substituição de termos pouco usados em Portugal ou que tenham sentido diferente daquele que o autor lhe quis dar. (*O Cruzeiro*, 10/9/1955, p.114).

Aos leitores de *O Cruzeiro*, explica que um editor português lhe havia solicitado permissão para publicar os seus livros, mediante algumas condições. Ela lhe responde nestes termos: “a resposta que tenho a dar ao prezado editor português é a mesma que já lhe deu, tempos atrás, meu editor José Olímpio: - Muito obrigado, mas, assim, não⁴².”

José Olympio Pereira Filho, a quem se refere Raquel de Queiroz, foi o maior editor e livreiro brasileiro do vinténio 1930-1950. A *Livraria José Olympio Editora* editou a geração de Raquel de Queiroz no Brasil e em Portugal, bem como impulsionou o nascimento da *Editora*

⁴⁰ *O Comércio do Porto*, 10/3/1953, p.6.

⁴¹ Raquel de Queiroz. “Carta a um editor português”, revista *O Cruzeiro*, 10 setembro de 1955, p. 114. Disponível em *O Cruzeiro: Revista (RJ) - 1928 a 1985 - DocReader Web (bn.br)*. Acesso 20 junho de 2023

⁴² *O Cruzeiro*, 10/9/1955, p.114.

Livros do Brasil, de Souza Pinto, responsável por publicar a geração de Raquel de Queiroz em Portugal, destacando-se pela difusão das letras brasileira e tendo, de 1944 a 1993, publicado 107 obras de autores brasileiros.⁴³

Nos suplementos literários, vemos os diálogos estabelecidos por meio dos impressos e o modo como eles vão agrupar ou separar tais agentes. Adolfo Casais Monteiro leu o artigo de Raquel de Queiroz publicado na revista *O Cruzeiro* e, a 8 de novembro de 1955, no suplemento literário *Cultura e Arte*, do jornal *O Comércio do Porto*, em resposta ao tal editor português de quem falou Raquel de Queiroz, publicou o artigo *Brincadeira de Mau Gosto*:

É a pura verdade que nós, portugueses, usamos o qualificativo “imbecil” a torto e a direito, como notava com espírito Paulo Duarte ainda há pouco; mas acontece, como ele próprio reconhecia no caso em questão que o “imbecil” é, por vezes, imbecil mesmo...Vale mais, contudo, e é uma lição que bem podemos aprender com o brasileiro, levar o caso para a graça, e deixar os nomes feios no tinteiro. Ou nem levar para graça, e fazer de conta que se trata da coisa mais natural do mundo, à qual se pode responder sem qualificar os actos ou as pessoas. Foi esta a lição que aprendi de um dos maiores escritores brasileiros da actualidade, Raquel de Queiroz, com o seu artigo recente “Carta a um editor português”, em “*O Cruzeiro*”⁴⁴. (*O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5).

A solicitação das alterações pelo tal editor português suscita em Raquel de Queiroz algumas interrogações: “será verdade, realmente que o público português não entende a língua portuguesa do Brasil, tal como a falamos?”⁴⁵. A segunda interrogação feita pela autora é: “Não haverá, na idéia dessas alterações, mais uma questão de prestígio do que de necessidade?”⁴⁶. Explica que convivia com inúmeros portugueses, dentre eles, parentes e amigos, e eles nunca se tinham desentendido “por incompreensão ou modismos”.⁴⁷

A autora de *O Quinze* acrescenta ainda que, embora o Brasil seja grande e mesmo com as inúmeras variantes regionais existentes no país, um editor do Sul jamais pediria a um editor do Norte para fazer alterações nos textos de autores do Norte para que os leitores do Sul os compreendessem. Em Portugal, também há variantes regionais ou dialectos. Pegando boleia no texto de Raquel de Queiroz, indaga Adolfo Casais Monteiro:

Mas, pergunto, que será a literatura para esse sujeito? Julga ele que as obras literárias se destinam a servir de textos nas escolas primárias, e que é necessário não atrapalhar as criancinhas com expressões ou construções alheias ao seu elementar conhecimento da

⁴³ Ver a tese de Gilberto Gilvan Souza Oliveira. *Invenção Autoral nas Bordas dos Livros: Os percursos editoriais dos escritores brasileiros na coleção Livros do Brasil (1940 – 1970)*. Fortaleza, 2022, p.19. Disponível em repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/69696/3/2022_tese_ggsoliveira.pdf. Acesso 01 de junho de 2023

⁴⁴ *O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5

⁴⁵ *O Cruzeiro*, 10/9/1955, p.114.

⁴⁶ *O Cruzeiro*, 10/9/1955, p.114.

⁴⁷ *O Cruzeiro*, 10/9/1955, p.114.

língua? Julgara ele, realmente, que os escritores portugueses do Sul podem ser lidos pelos portugueses do Norte sem o risco de depararmos com termos “que tenham sentido diferente daquele que o autor lhe quis dar”?! Afinal é a mesma observação que lhe faz Raquel de Queiroz. (*O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5).

Embora o artigo de Casais Monteiro tenha sido escrito quase dois meses depois do de Raquel de Queiroz, vemos como os diálogos entre os impressos mantêm vivos temas que aparentemente já se tinham sido encerrados. O autor de *Europa* pede desculpas a Raquel de Queiroz em nome de todos os portugueses que a admiram e diz sentir-se envergonhado. Buscando aproximar o debate do público, o presencista dialoga com o leitor e busca situá-lo no assunto.

Mas o leitor não sabe talvez do que se trata. Eu conto: um editor português, interessado em publicar as obras de Raquel de Queiroz em edição portuguesa, prospôs-lhe nem mais nem menos do que “certas inofensivas alterações como sejam a deslocação de pronomes (em certos casos), harmonização da ortografia com as determinações do Acordo Ortográfico. (...) Eis ao que a Raquel de Queiroz se recusou - e ainda bem; sem se indignar como seria seu pleníssimo direito, com uma generosidade que ainda me faz subir ao rosto uma vermelhidão que decerto nem foi cor de rosas nas faces desse... (bem lá me ia a escapar um nome feio), desse sujeito que é editor e se julga no direito de passar o diploma de idiota a todos os patrícios. (*O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5).

Sem pejo, esclarece Casais Monteiro que o público português entende o português brasileiro, portanto escusa a gentileza que o tal editor pretendia fazer aos leitores de Portugal. “Esquece ele que a literatura brasileira se tornou popular entre nós, graças precisamente aos escritores da geração de Raquel de Queiroz⁴⁸”

O Brasil é grande, todos o sabemos. E os cinquenta e tantos milhões de brasileiros falamos e escrevemos de inúmeras maneiras a língua que nos deu Portugal. Compare-se um texto de Simões Lopes a outro de José Lins do Rego e notar-se-ão as infinitas diferenças que separam os dois, no vocabulário e na sintaxe. Mas ousaria um editor do Norte ou do Sul propor alterações nas páginas do Paraibano para que “o entendessem” os gaúchos, ou nas do gaúcho para que o entendessem os Paraibanos? Meu caro editor português talvez, essa ideia o irrite, mas a verdade é que, hoje, a sua língua é um património tanto nosso como seu. Sei que o trabalho de formá-la, assim bela e nobre, foi dos portugueses. Mas, também, já há quatrocentos anos que a amamos e a apuramos ao nosso modo. Nem tinha ela mais idade quando a usou Camões. (*O Cruzeiro*, 10/9/1955, p.114).

Raquel de Queiroz traz em seu texto um ponto fulcral: a língua portuguesa é património tanto do Brasil, como de Portugal. Já Casais Monteiro explica que “a linguagem do escritor não obedece às mesmas exigências que a fala simplificada suficiente para comprar e vender batatas,

⁴⁸ *O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5

prédios ou o jornal da manhã”⁴⁹. E conclui, a dizer que “a literatura vale precisamente pelo enriquecimento constante, pelas diferenças, pela renovação”⁵⁰ Tem toda razão Raquel de Queiroz em não considerar “um serviço de aproximação das duas culturas” esse sistema das correções.

A língua portuguesa, como todas as línguas, será um espaço de disputa e de luta pela representação em torno das práticas intelectuais tanto no século XIX, como em meados do século XX. Afirmar a diferença do português falado e escrito no Brasil, em relação ao português falado e escrito em Portugal correspondia ao desejo de afirmar uma forma literária que fosse brasileira, uma cultura, uma existência autônoma, que passou pela língua.⁵¹

Referências

ALENCAR, José de. *Benção Paterna*. 1872, p. 8. Disponível em: bc3aanc3a7c3a3o-paterna-prefc3a1cio-de-sonhos-doiro-j-a.pdf (wordpress.com). Acesso 23 maio 2024.

ANDRADE, Mário de. *Correspondência Contumaz: Cartas a Pedro Nava, 1925-1944*. Edição preparada por Fernando da Rocha Peres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.54.

ANDRADE, Oswald de. *Pau Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2003 – (Obras Completas de Oswald de Andrade), p.12.

_____. *Falação*. In: _____. *Pau Brasil*. São Paulo: Editora Globo. 2003 – (Obras Completas de Oswald de Andrade), p.102.

_____. *Vício de fala*. In: _____. *Pau Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2003 – (Obras Completas de Oswald de Andrade), p.119.

_____. *Pronominais*. In: _____. *Pau Brasil*. Edição fac-símile. Lisboa: A Bela e o Monstro, Edições. 2014, p.77-78.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. *Jornal Novo Mundo*, 24 de março de 1873, p.107. Disponível em: per122815_1873_00030.pdf (bn.gov.br)

⁴⁹ *O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5.

⁵⁰ *O Comércio do Porto*, 8/11/1955, p.5.

⁵¹ Duas gramáticas brasileiras lançadas recentes a *Gramática do português brasileiro*, de Mário A. Perini e a *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho estarão voltadas para a descrição do português brasileiro. “essas duas obras rompem com a tradição de vincular sempre o estudo gramatical da língua da maioria dos brasileiros à comparação entre essa língua e a língua dos portugueses” Já em “*Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*”, Marcos Bagno considera “O português brasileiro uma língua autônoma (e não como uma “variedade” do português europeu), dentro de um grupo de línguas” a que chama “portugalego”. Ver Marcos Bagno. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p.21. Disponível em: [BAGNO_GramaticaPedagogicaDoPortuguesBrasileiro\[Introducao\].pdf](https://usp.br/BAGNO_GramaticaPedagogicaDoPortuguesBrasileiro[Introducao].pdf) (usp.br)



ATHAYDE, Tristão de. Neo-Modernismo. *A Manhã*, 24/8/1947, p.4. Disponível em: Letras e Artes: Suplemento de A Manhã (RJ) - 1946 a 1954 - DocReader Web (bn.br). Acesso 26 de junho de 2023.

BANDEIRA, Manuel. *Evocação do Recife*. In: _____. *Poesia Completa e Prosa* (Volume único). Biblioteca Luso-Brasileira. Série brasileira. Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1998. p. 213.

BARBOSA, Rolmes. “História do Modernismo Brasileiro”. Sessão: “A Semana e os Livros”. *Jornal O Estado de São Paulo*, 7 de fevereiro de 1959, p.4. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br) Acesso 8 de agosto de 2023

CAMPOS, Haroldo de. *Uma poética da radicalidade*. In: Oswald de Andrade. *Pau Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2003 – (Obras Completas de Oswald de Andrade).

CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira (momentos decisivos)*. Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 2000. p. 26. Disponível em 117023824-candido-antonio-formacao-da-literatura-brasileira-vol-1-e-2.pdf (wordpress.com). Acesso 23 de agosto de 2023.

_____. Movimento geral da literatura contemporânea. *O Tempo e o Modo*, 1.º série, Cad. 1, pp. 83-88. Disponível em Revistas de Ideias e Cultura - O Tempo e o Modo - A Revista. Acesso 28 de junho de 2023.

_____. *A Revolução de 1930 e a Cultura*, 1980, p.27-30. Disponível em: (Microsoft Word - A_REVOLU\307\303O_DE_1930_E_A_CULTURA_ANTONIO_C\302NDIDO_04_ABRIL_1\205) (usp.br). Acesso 22 de julho de 2023.

COUTINHO, Afrânio. *A Tradição Afortunada: o Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira*. Jose Olympio Editora, São Paulo. 1968, p. 169-170.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p.30. Disponível em: Faraco, Carlos Alberto - Linguística Histórica.pdf (usp.br). Acesso 01 de junho de 2024.

LAFETÁ, João Luís. *1930: A Crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p.8. Disponível em: (PM6) 1930-ACEOM (wordpress.com). Acesso 22 de julho de 2023.

MARINI, Bethânia B. C. *Colonização Linguísticas e Outros Escritos*, New York, United States of America: Peter Lang Verlag. 2018, p.159. Disponível em: (2) Colonização Linguística e outros escritos | Bethânia Mariani - Academia.edu. Acesso em: 17 de Junho de 2024.

_____; SOUSA, Tânia C.C. de. 1822, Pátria Independente: Outras Palavras?. In *Organon*. “Questão de Lusofonia”. Nº 21. Volume 08. Porto Alegre, UFRGS, 1994, P.43-52. Disponível em: hals,+digitalizar0005 (4).pdf. Acesso 17 de junho de 2024.

_____. Língua Portuguesa e Realidade Brasileira: O Diretório de Pombal segundo Celso Cunha. In: *Organon*. Porto Alegre, UFRGS, 1994, disponível em: Vista do



LÍNGUA PORTUGUESA E REALIDADE BRASILEIRA: O DIRETÓRIO DE POMBAL
SEGUNDO CELSO CUNHA* (ufrgs.br) Acesso 18 de junho de 2024

MARTINS, Wilson. Filologia Portuguesa. *O Estado de São Paulo*, sessão: últimos livros, 19 de outubro de 1957, p.2. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br)

_____. Última flor do Lácio. *O Estado de São Paulo*, 15/11/1958, p.2. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br). Acesso 16 de junho de 2023.

MIRANDA, Adalmir da Cunha. Mario em “Estética”. *O Estado de São Paulo* 6/12/1958, Literatura Brasileira. p. 4. Disponível em: Suplemento Literário (SP) - 1956 a 1985 - DocReader Web (bn.br). Acesso: 9 de agosto de 2023.

QUEIROZ, Raquel de. Carta a um editor português, *O Cruzeiro*, 10 setembro de 1955, p. 114. Disponível em *O Cruzeiro* : Revista (RJ) - 1928 a 1985 - DocReader Web (bn.br). Acesso 20 junho de 2023

SALEMA, Álvaro. *O Apelo de Machado de Assis*, suplemento literário “Cultura e Arte”, *O Comércio do Porto*, 10/3/1953.

SARAIVA, Arnaldo. *A Língua Portuguesa e o Modernismo Brasileiro (o exemplo de Carlos Drummond de Andrade)*. In: *Arquivos do Centro de Cultural Português*. V. II, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1970, p.623.

FONTES

Jornal *O Estado de São Paulo* (1956-1960)

Jornal *O Comércio do Porto* (1955-1960)

Jornal *A Manhã*, (RJ) (1947-1950)

Revista *O Tempo e o Modo* caderno 1 [1967]

Revista *O Cruzeiro* (1955)



RESENHA: MEDIAÇÕES TRANSNACIONAIS E IMPRENSA ESTRANGEIRA PUBLICADA NO BRASIL

BIONDI, Luigi; LUCHESE, Terciane Angela; GUIMARÃES, Valéria dos Santos (orgs.) **Mediações transnacionais e imprensa estrangeira publicada no Brasil**. - São Paulo: Editora Unesp, 2022.

TÂNIA TAVARES BESSONE CRUZ FERREIRA¹

François Furet ao refletir sobre a historiografia contemporânea afirmou que ela só progride à medida que delimita seu projeto.² O Grupo Transfopress Brasil, Grupo de Estudos da Imprensa em Língua estrangeira no Brasil, criado em 2012 e vinculado à rede internacional Transfopress-*Transational network for the study of foreign language press* tem perseguido este horizonte à medida que desenvolve pesquisas, debates, eventos e publicações sobre os estudos da Imprensa em língua estrangeira no Brasil.

O livro *Mediações transnacionais e imprensa estrangeira publicada no Brasil* foi publicado em 2022, pela editora da Unesp, tendo como organizadores Luigi Biondi, Terciane Luchese e Valéria Guimarães. Trata-se da segunda obra sobre o tema desenvolvido por estudiosos da imprensa alófona e é uma contribuição importante para estudos do tema.

Os textos escolhidos para esta publicação são originários de debates ocorridos em encontros da Transfopress Brasil (2017), realizados respectivamente na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) no Rio de Janeiro, e em São Paulo (2019), na Universidade Federal de São Carlos (Unifesp) com apoio da Fapesp e outros órgãos de fomento.

Na apresentação do livro, os organizadores chamam a atenção dos leitores quanto aos pontos de destaque dos dezesseis artigos que compõem a obra, enfatizando as abordagens relacionadas à busca para realizar uma história transnacional, a partir das perspectivas propostas pelos estudiosos Akira Iriye e Pierre-Yves Saunier³. Destacam, ainda, a importância

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Mestra em História pela Universidade Federal Fluminense. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sócia Titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Concentra seus estudos no período de Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes recortes temáticos: história cultural, história política, relações culturais e história do livro e da leitura, com publicações em diversos livros, capítulos e artigos em revistas científicas nacionais e internacionais. E-mail: taniabessone@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6363-193X>.

² François Furet. *A oficina da História*. Lisboa, Gradiva, s/d.

³ Ver *The Pelgrave Dictionary of Transational History- From the, mid-19th century to the presente day*, Londres: Pelgrave Macmillian, England, 2009.



do estudo da difusão massiva dos periódicos pelo mundo, tendo em vista a modernização das técnicas ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX.

Além disso, a crescente mobilidade de pessoas pelas mais diversas regiões do globo tornou possível que muitos indivíduos, homens de letras, jornalistas e associações pudessem atuar como impressores, publicistas e divulgadores em suas línguas originais nos mais diferentes países, mantendo os vínculos entre culturas estrangeiras e locais. Portanto, uma das principais intenções do livro é “mobilizar as pesquisas para evidenciar como o contexto brasileiro hospedou, interagiu, ressignificou a experiência da escrita jornalística e do fazer-se dos impressos alófonos, que certamente tinham suas bases sociais e culturais de recepção fortemente definidas pelo circuito étnico, ainda que se operasse numa perspectiva transnacional e global”.⁴

Os textos presentes no livro guardam os sentidos de atuação dos *passseurs culturels*, conforme abordagem dada ao termo por Michel Espagne.⁵ Analisam temas diversos, demonstrando a conquista de novos objetos e de novos territórios, acrescentando ao tema as numerosas possibilidades de pesquisas em fontes, bem como o aprofundamento dos métodos quanto à temática selecionada. Constituem, no seu conjunto, um balanço importante quanto à existência de periódicos alófonos publicados no Brasil e ainda pouco estudados.

A história dos impressos foi se definindo após muitos debates e reflexões, desde o século XIX, mas foi no século XX que diversos estudiosos a privilegiaram, focalizando as diversas técnicas de imprimir e disseminar folhetos, folhinhas, jornais, livros, folhetins, bem como as maneiras de atuação dos divulgadores e a recepção dos núcleos de leitores consumidores, temas especialmente escolhidos nesta publicação. A renovação historiográfica contribuiu para redimensionar a importância da imprensa, considerada nas mais diversas facetas, como fonte e objeto, agente histórico que intervém nos processos e nos episódios, e não mero “reflexo”.

O livro *Mediações transnacionais e imprensa estrangeira publicada no Brasil* vem contribuir com esta renovação à medida que reúne estudos com perspectivas interdisciplinares diversas, aprofunda temáticas ainda pouco estudadas, destaca a centralidade dos periódicos, o papel exercido por seus editores e jornalistas. Em momentos históricos nos quais a mídia

⁴ Em *Mediações transnacionais e imprensa estrangeira publicada no Brasil*, p. 14.

⁵ Conforme Michel Espagne. A noção de transferência cultural. *Jangada*, n.9, p.136-47, jan./jun.2017



impressa predominava, era lida, incorporada aos conhecimentos do público leitor, isto é, eram “apropriados pelo entorno e negociam sentidos e significados”⁶

Os textos estão organizados em áreas temáticas, dentro de recortes cronológicos e linguísticos diversos, divididos em blocos que compreendem temas denominados respectivamente *Narrativas Transmidiáticas: Imprensa e cultura*; *Mediações políticas: redes transnacionais e conflitos*; *Mediações além das fronteiras: o Brasil sob olhares cruzados*; e *Mediações, Processos identitários e Educação*.

O texto que abre o conjunto de dezesseis estudos intitula-se *Figaro-Chroniqueur* (1859): migrações trans midiáticas de um personagem, de autoria da pesquisadora Monica Pimenta Velloso que se debruça sobre as contingências do proprietário da publicação e do impacto exercido na sociedade do Rio de Janeiro à época. Descortina aspectos saborosos de um jornal que se tornou atraente ao público e cujo viés satírico possibilitou o surgimento de polêmicas, não só pelo teor das matérias, mas também pelo jornalista que as assinava. Sob o pseudônimo de Arthur de Mouton, este personagem exigiu da autora uma pesquisa minuciosa, alinhavada pelo que significava a “*petite presse* franco-brasileira do século XIX” e suas implicações para o público leitor.

Em seguida, Valéria Guimarães, uma das organizadoras do volume, apresenta a “Imprensa franco-brasileira e redes de intelectuais nos entreguerras: o caso da *Revue Française du Brésil* (RJ, 1932-1939). Esse periódico foi muito importante para a comunidade intelectual brasileira e estrangeira. A *Revue* integrou membros de diversas tendências políticas e literárias relevantes, incorporando nomes muitas vezes em campos opostos, relacionados a instituições e tendências diversas, convivendo no contexto de um governo autoritário no Brasil.

O capítulo *Entre vínculo e disjunção: literatura e contexto no Courrier du Brésil (RJ, 1854-1862)* de Yuri Cerqueira dos Anjos focaliza debates e interseções presentes na publicação cuja proposta envolvia interesses e perspectivas diversas no mundo das letras do período. Com tratamento inédito no contexto de querelas políticas entre franceses e brasileiros, essa publicação foi editada por um grupo de proscritos que defendiam ideais republicanos no período imperial. Buscou, através de narrativas ficcionais, com requintados recursos estilísticos, atingir um público mais amplo do que aquele que seria desejado se ousasse expor de maneira mais contundente suas propostas políticas.

⁶ *Mediações transnacionais e imprensa estrangeira publicada no Brasil*, p. 14.



O romance folhetim *L'Ultimo Scopiero* e seu autor são fontes privilegiadas estudadas no capítulo *Gigi Damiani: autor de folhetim anarquista* por Vera Maria Chalmers. Damiani foi um dos protagonistas da greve geral de 1917, em São Paulo, e em tempos anteriores, ativista em grupos anarquistas de Curitiba. As mutações e os empreendimentos na trajetória em que Damiani esteve envolvido demonstram como se articulou para produzir um texto de melhor compreensão para seus leitores. A literatura política da época, sobretudo as obras francesas, tornou-se importante referência quanto à circulação de leituras e sua assimilação pela militância libertária, no afã de divulgar propostas palatáveis no meio operário e ampliar o impacto dos impressos em língua estrangeira entre militantes.

Na Parte II do livro, os textos de Angelo Trento *As redações na trincheira: a imprensa italiana no Brasil na Primeira Guerra Mundial*; o de Edilene Toledo – *La Scure - Giornale de Lotta* (São Paulo, 1910); e o de Luigi Biondi *La Battaglia: jornal, o grupo e as redes étnicas anarquistas (1904-1913)* trazem excelentes contribuições quanto aos estudos de periódicos italianos que deixaram marcas importantes no cenário das lutas operárias e se tornaram fontes privilegiadas para estudos de periódicos alófanos. Há um interessante diálogo entre estes textos uma vez que trouxeram à luz jornais ainda pouco estudados e os impactos de sua circulação no Brasil à época. Desta forma, permitem aos leitores se inteirarem de estudos nas mais diversas facetas da imprensa em língua italiana, analisando rupturas, contradições e lutas internas nas redações e seus perfis transacionais, relevantes para o entendimento das lutas e contradições dos movimentos libertários e da formação do sindicalismo no Brasil.

Lúcia Chermont aborda tema pouco estudado, com viés inédito em virtude das raras pesquisas anteriores e da necessidade que a levou a um significativo levantamento em acervos diversos. O texto *Imprensa ídiche no Brasil durante o século XX: preservação e guarda*, incorpora acervos de periódicos publicados em Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e em Salvador pelas comunidades judaicas. O foco está no esforço de sistematizar os principais centros produtores de impressos que guardam a história do período da chamada grande migração judaica para o Brasil e suas conexões transnacionais.

A Parte III do livro traz excelentes abordagens que partem do exame minucioso de fontes e contribuem para expor as dificuldades existentes no Brasil do século XIX, não só na imprensa, mas também entre leitores, jornalistas e animadores culturais. De grande interesse quanto às questões das “mediações das fronteiras”, os debates presentes nestes textos apresentam formas diversas de analisar a imprensa e seus impactos nas práticas culturais.



No primeiro texto, *A honra dos brasileiros ofendida por um jornal francês de 1828*”, de autoria de Isabel Lustosa, a questão recai sobre as repercussões de notícias publicadas em matérias no jornal *L’Echo de L’Amérique du Sud*, e a polêmica desenvolvida a partir de textos publicados neste jornal por um certo M. K ***. A autora analisa os contextos que levaram a diálogos ácidos entre periódicos do período, as afirmações de M. K *** sobre a dura realidade das populações escravizadas, as mazelas quotidianas na cidade do Rio Janeiro, que acabaram recebidas com profunda insatisfação por autores e cronistas de jornais brasileiros. Modos de ver a realidade entre indivíduos franceses e brasileiros completamente discrepantes deram vazão a um intenso debate que se ampliou por jornais brasileiros ao perceberem ofensas e não críticas por parte do autor de *L’Echo*.

No texto *Émile Deleau em busca de uma trajetória de vida*, Tania Regina de Luca realiza uma pesquisa acurada, reunindo formas atualizadas de pesquisa em fontes que permitiram recuperar a vida de um indivíduo com história obscura, mas cheia de peripécias, responsável por publicar no Brasil o jornal *Le Gil Blas*. Este cidadão francês, escrutinado pela autora através de consultas minuciosas em notícias na imprensa, almanaques, anúncios em diversos periódicos, deixa marcas sobre sua presença no Brasil, sobretudo a partir da década de 1870. Escalou de maneira fulgurante na vida social do Império, tanto na esfera particular quanto na pública, realizando interessantes negócios no comércio entre França e Brasil.

Os dois textos que fecham a terceira parte do livro tratam da contribuição da imprensa italiana no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX (1916/1931) e de periódicos nipo-brasileiros no pós-guerra (1946-1970). As dificuldades e conflitos na luta para superar questões culturais que antagonizavam tanto imigrantes italianos no Sul, quanto grupos de imigrantes japoneses em São Paulo, estão postos em destaque. No primeiro artigo, escrito em coautoria por Antonio de Ruggiero e Tamara Zambiasi, os autores produzem uma contribuição original para o tema a partir da análise de *O jornal semanal La Patria Italo-brasileira e seus almanaques: a construção de uma identidade coletiva entre imigrantes italianos*. O destaque é o papel da imprensa em língua italiana no sul do Brasil, suas contradições, as formas como imigrantes puderam se integrar, assimilando e equilibrando ideias muitas vezes em conflito, mantendo viva uma publicação duradoura e cheia de nuances.

Monica Okamoto fecha essa seção do livro com um artigo sobre a imprensa nipo-brasileira no pós-guerra, suas contradições, conflitos e orientações ideológicas. O texto *Intelectuais nipo-brasileiros nos jornais de língua japônes do pós-guerra (1946-1970)* percorre



a trajetória de três destacados jornalistas, Hideo Onaga, José Yamashiro e Hiroshi Saito nos principais jornais que eram consumidos pela colônia japonesa, o *São Paulo Shimbun* e o *Paulista Shimbun*. O destaque dado refere-se às atitudes e debates entre imigrantes japoneses que se posicionaram de maneira radicalmente diversa em relação ao fim da II Guerra Mundial. A oposição entre *derrotistas* e *vitoristas* nas folhas destes periódicos ampliou-se e as polêmicas ideológicas entre aqueles de orientação ultranacionalista e o grupo favorável à assimilação cultural ou *abrasileiramento* são testemunhos de muito interesse para os estudiosos do tema.

Os textos que compõem a Parte IV contribuem para um diálogo privilegiado entre pesquisas sobre os jornais que se distinguem e tem presença nos processos identitários, bem como os papéis que exercem na Educação e seus processos. O foco em periódicos que se consolidaram no sul do Brasil permite que Claudia Panizzolo, no artigo *O jornal Fanfulla e seus mediadores culturais: formar, informar e conformar uma identidade italiana (1893-1910)* se detenha sobre uma equipe editorial que transitava em vários impressos, assumindo os diversos contatos e demandas que este tipo de publicação exige, além da importância exercida na identidade italiana em São Paulo. Apresenta também um conjunto diversificado de fontes, ao lado de um material iconográfico excelente.

Terciane Angela Luchese, focaliza um impresso publicado em italiano no sul do Brasil – *Nas páginas do jornal católico La Libertà, Caxias-RS (1909-1910): produção e rastros de mediação cultural*, trazendo contribuições inéditas. A autora utiliza o jornal como fonte e objeto, e ao recorrer às imagens e quadros da publicação fornece um panorama dos recursos iconográficos da imprensa local. Escrutina o crescimento das colônias italianas e o papel da Igreja Católica na disseminação do que foi denominado um “alimento para a alma”, na busca por consolidar as tradições católicas perante um público considerável.

Isabel Arendt e Marluza Harres abordaram a imprensa de língua alemã no texto *A imprensa alemã no sul do Brasil e a mediação cultural: a prática jornalística e editorial de Wilhelm Rotermund*. O destaque é a trajetória deste editor e sua importância como mediador cultural, à frente da publicação *Deutsche Post*, jornal que teve largo consumo entre a população imigrante alemã e sua descendência. Ao mesmo tempo exerceu funções diversas, pois além de editor, era pastor luterano, escritor e professor, contribuindo para fortalecer a missão recebida de “edificar, fortalecer e defender os cristãos evangélicos do Brasil”.

Alberto Barausse e Maria Helena Bastos exploram novas contribuições para o tema no texto *-O jornal Stella d'Italia: “Italianita” e Educação (1902-1908)* que fecha o volume.



Tratam da presença italiana no Rio Grande do Sul, seus periódicos e o fenômeno de grande impacto na imprensa em língua italiana e seus mediadores culturais. Reforçam o argumento quanto à necessidade de estudos sobre a língua italiana nas escolas, os processos de escolarização e de modelos educacionais, fundamentando-se nos jornais, considerados veículos de construção identitária e de fortaleza da italianidade.

O livro apresenta diversas formas de recepção cultural e seus desdobramentos em diferentes estratégias de comunicação. É, portanto, um excelente exemplo de como trabalhos com periódicos, sejam como fontes ou objetos de estudos historiográficos, respondem ao argumento de François Furet, citado no início desta resenha.



RESENHA: TRAMAS JORNALÍSTICAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX: UM OLHAR INTERPRETATIVO A PARTIR DAS PERIFERIAS.

BARBOSA, Marialva; Ribeiro, GOULART, Ana Paula; e HOHLFELDT, Antonio (orgs.) **História da imprensa no Brasil do século XIX**. Porto Alegre: ediPUCRS; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2024.

MARIA DE FÁTIMA TOMAZ¹

Resumo

Esta resenha do livro *História da imprensa no Brasil do Século XIX*, organizado por Barbosa, Ribeiro e Hohlfeldt, tem como objetivo apresentar o trabalho em redes feito por um grupo de pesquisadores, ligados tanto a área da Comunicação, quanto da História, onde se privilegia a comunicação produzida no contexto local – territorialidades específicas – revelando a antinomia entre os termos periferia e centro na construção da imprensa brasileira do século XIX. Desse modo, podemos nos aproximar das pesquisas, ao mesmo tempo em que apontamos como principal ponto do debate o olhar capaz de produzir novas interpretações a partir das múltiplas territorialidades periféricas.

Palavras-chaves: Imprensa; território; periferia; metodologia.

Abstract

*This review of the book *História da imprensa no Brasil do Século XIX [History of the Press in Nineteenth-Century Brazil]*, organized by Barbosa, Ribeiro and Hohlfeldt, aims to present the work in networks carried out by a group of researchers, linked to both the areas of Communication and History, which prioritizes communication produced in the local context – specific territorialities – revealing the antinomy between the terms periphery and center in the construction of the Brazilian press in the nineteenth century. In this way, we can approach the research, while at the same time pointing out as the main point of the debate the perspective capable of producing new interpretations based on the multiple peripheral territorialities.*

Keywords: Press; territory; periphery; methodology.

¹ Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGCOM/ECO/UFRJ na linha de pesquisa Mídia e Mediações Socioculturais. Mestra em Comunicação e Cultura pelo PPGCOM/ECO/UFRJ. Graduada em Serviço Social pela UFRN e em Jornalismo pela Escola de Comunicação da UFRJ. E-mail: tomazfm@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5321-5353>.



Certamente o que mais me cativou no processo de fazedura deste livro é o anúncio sobre a importância da construção de perspectivas metodológicas no campo da historiografia do jornalismo, evocando o trabalho em redes² de diversos pesquisadores emaranhados – por este Brasil. Tais autores em seu território local e/ou de origem no intuito de preencher espaços vazios ou esvaziar espaços convenientemente cheios apontam também a importância e a multiplicidade de outros territórios culturais.

Três expressivos/as pesquisadores/as da área de História da Comunicação no Brasil pautam e nos indicam, particularmente, que pensar e problematizar as redes e conexões como método científico comunicacional requer um novo olhar. Outras interpretações são capazes de construir uma síntese histórica que privilegie o contexto comunicacional, a partir da desmitificação de ideias cristalizadas dentro dos territórios excluídos do cenário nacional.

Para os/as autores/as, isso se deu devido à estruturação dos movimentos históricos no que se refere as pesquisas de cunho jornalístico. Criou-se uma antinomia: de um lado análises simplistas e/ou particularistas feitas de regiões distantes do centro regulador de informação e poder, e de outro generalizações exacerbadas de processos ocorridos na capital imperial como sendo emblema comum inerente as demais regiões. Dessa forma, percebemos, a partir da leitura dos textos a opção de lançar um olhar sobre territórios distintos. A partir da formação de uma rede de pesquisa de História da imprensa no Brasil do século XIX, se fez a escolha de desnaturalizar o olhar interpretativo feito a partir da periferia e percorrer novos territórios.

Mesmo com todas as dificuldades inerentes a um trabalho dessa envergadura, por meio dessa rede de informação e diálogo, se faz necessário enaltecer a pluralidade de territórios. Isso porque é perigosa a apropriação discursiva desse conceito a partir de um “nós” falso, no qual se mascaram diferenças profundas em uma dada região, desconhecendo por vezes, o fato de que um grupo dominante defende seus interesses como se fossem os daquela região. Daí pensar território – mesmo este conceito estando presente em múltiplas dimensões e sentidos – é adentrar espaços físicos concretos, mas com uma grande carga simbólica que incluem posições que vão do sentido geográfico e

² A criação da Rede de Pesquisa, com dezenas de pesquisadores de todas as regiões, permitiu a sintetização de alguns processos da construção das redes de comunicação dos impressos no século XIX, quando passaram a ser editado, de norte a sul do país.



espacial às questões identitárias com seus aspectos históricos, sociais, econômicos e raciais.

E nessa compreensão, é a “lógica do lugar” que assume uma função de base na estrutura dinâmica global, que segundo Sodré (2019) explicita a articulação que há entre a organização do território e as relações sociais. Por isso a importância das denominadas autonomias expansivas defendida por Haesbaert (2007), que rompem os binarismos dos espaços absolutos - territórios estanques, rigidamente delimitados - e criam/ampliam espaços transitáveis. Em O terreiro e a cidade, Sodré (2019) destaca a importância da relação entre o homem e o espaço e explicita a capacidade que tem o meio físico de afetar o comportamento humano provocando reações simbólicas, ou seja, o território se converte na força motriz que engendra ou refreia as ações das pessoas.

O empenho de diversos pesquisadores da Rede de História da Imprensa no Brasil do século XIX, em realizar um trabalho de síntese histórica com centralidade no contexto comunicacional, deu origem a este livro. Netília Seixas, Leonardo Rodrigues e Jessé Brígida se concentraram no estudo da imprensa do território que era denominado no século XIX de Grão-Pará. O capítulo “A imprensa em solo amazônico: momentos-chave da configuração dos impressos no Pará do século XIX”, se detém sobre o surgimento da imprensa no Pará. Apesar das dificuldades com a aquisição de equipamentos e com a contratação de tipógrafos e litógrafos, os principais temas nacionais como a Independência, a Abolição e a Proclamação da República, não deixavam de influir sobre os movimentos de grande importância local/regional como, por exemplo, a Cabanagem.

Os dois capítulos seguintes se voltam para o chamado Oeste Marítimo que englobava o Maranhão e o Piauí a época. “Letras impressas, disputas e acomodações: a expansão da imprensa maranhense no século XIX”, da autoria de Roseane Archanjo Pinheiro e Thays Assunção Reis, analisa O Conciliador do Maranhão (1821-1823), publicado em um contexto de ruptura contexto nacional provocado pela Independência. As autoras analisam esse que é o marco inaugural da imprensa do Maranhão, destacando sua especificidade e apresentando contexto das lutas pelo poder local e das articulações presentes nas dinâmicas sociais, históricas e culturais da região.

“O inimigo do Império: O Amigo do Povo”, assinado por Ana Regina Rêgo, Ranielle Leal e Vinícius Ferreira, concentra-se na trajetória do piauiense David Moreira Caldas que atuou na imprensa política do Segundo Reinado fazendo forte oposição a Dom



Pedro II. O texto revela, a partir de memórias revisitadas, as lutas posteriormente silenciadas sobre a história da imprensa Piauiense.

De autoria de Hérica Lene, “A imprensa ‘especializada’ da Bahia no século XIX: para crianças, mulheres e espíritas”, apresenta os territórios intitulados Governos Gerais do Leste, na então província baiana. O trabalho é baseado em vasta pesquisa de periódicos reunidos na Hemeroteca Digital Brasileira tendo como recorte temporal o período que vai de 1810 a 1870. Duas questões se revelam essenciais no texto: uma, já anunciada no título que é a existência de uma imprensa “especializada” no espiritismo em pleno século XIX, e outra, a importância da imprensa em Salvador e em localidades expressivas do Recôncavo baiano.

Os três próximos capítulos do livro referem-se à imprensa de Pernambuco. O primeiro, é o texto de Flavio José Gomes Cabral, “ ‘Senhor Redator’: imprensa e cultura política em Pernambuco da época da Independência”, que demonstra o crescimento dos entusiastas liberais, assim como a discussão relacionada às liberdades naquele contexto. O autor analisa o papel educativo de impressos como *Aurora Pernambucana*, o *Segarrega* e o *Relator Verdadeiro*; as repercussões do Fico em *O Maribondo* e a *Gazeta Pernambucana*, destacando as articulações dos liberais em favor de um projeto social fundamentado em valores da brasilidade.

No capítulo seguinte, Tércio de Lima Amaral destaca as contribuições para o avanço da imprensa pernambucana através do estudo do jornal há mais tempo em circulação na América Latina: *O Diário de Pernambuco* fundado em 7 de novembro de 1825. Durante a turbulenta história política de Pernambuco no século XIX, o jornal sofreu sanções de várias naturezas e consequentemente teve que percorrer um longo caminho entre oficioso, combativo, liberal, conservador, chegando a adotar uma postura mais comercial, com a atenção voltada para anúncios. Ainda assim, como mantenedor do *status* de publicação oficial conseguiu ter vida longa, bem como imprimir um legado na cultura impressa pernambucana.

Na sequência do livro vem o capítulo de Aline Maria Grego Lins: “O *Typhis Pernambucano* e a Confederação do Equador”. Em dois de julho de 1824, Pernambuco inicia um movimento revolucionário que se alastra para outras províncias da região, como o Rio Grande do Norte, a Paraíba e o Ceará. O *Typhis Pernambucano*, publicado pela principal liderança da Confederação do Equador - Frei Caneca, criticava dura e



abertamente o governo imperial. É importante destacar que a autora também se valeu de uma rara coleção pertencente ao Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

Para apresentar os territórios dos Governos Gerais do Leste, o livro ainda percorre São Paulo, São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O capítulo “A evolução do jornalismo em São Paulo no século XIX: reflexo do processo de desenvolvimento urbano, político e cultural”, de Gisely Valentim Vaz Coelho Hime, se detém sobre os três grandes grupos de impressos da imprensa paulista no século XIX. O início se dá com o manuscrito *O Paulista* – lançado por Antônio Mariano de Azevedo Marques, em 1823 – e finaliza com a mudança de nome d’*A Província de São Paulo* para *O Estado de S. Paulo*. O texto chama a atenção para o atraso na implantação da imprensa em São Paulo. Mas destaca o posterior avanço com a ação política dos dirigentes das publicações, como também a emergência de um pensamento empresarial construído a partir da exaltação de um “espírito de modernidade” que marcaria a excepcionalidade paulistana.

A pesquisa realizada sob coordenação de Aline Strelow, intitulada “Apontamentos para uma história da imprensa no Rio Grande do Sul no século XIX”, apresenta o primeiro jornal a circular na região, o *Diário de Porto Alegre*, de 1827; a presença feminina nos jornais e a imprensa negra, representada pelo jornal *O Exemplo*, datado de 1892 e conclui com *Correio do Povo* surgido na passagem do século XIX para o XX. São múltiplas as particularidades interpretativas oferecidas nesse capítulo.

Fechando os capítulos referentes a territorialidade denominada Governos Gerais do Leste, o livro apresenta “O pioneirismo do áulico *O Catharinense* e o longo hiato até o surgimento da primeira publicação satírica ilustrada de Santa Catarina” de Mauro César Silveira. onde é demonstrado que, assim como se deu em toda essa região, a imprensa periódica surgiu tardiamente em Santa Catarina. O primeiro jornal, *O Catharinense*, começou a ser publicado em 1831, na então capital Nossa Senhora do Desterro – hoje Florianópolis. O capítulo analisa o contexto histórico em que surgiu *O Catharinense*, dissecando as relações que os editores desse periódico estabeleceram com o poder político e econômico da região.

A região denominada Governos do Interior compreende os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Chama a atenção do leitor, a complexa rede que se



estabeleceu entre os sete³ pesquisadores provindos de diversas universidades de Minas Gerais. “Desejos de modernidade entre burburinhos da urbanização: a imprensa oitocentista em Minas Gerais”, além de apresentar o processo de produção de jornais locais, no século XIX, procura conectar o surgimento desses periódicos aos processos de urbanização das diversas regiões de destaque econômico da província. Nesse sentido resta demonstrado o tensionamento que marcou a unificação das diversas partes em uma única província e a conseqüente homogeneização identitária de Minas Gerais. É entre “silêncios e burburinhos” que o texto avança com o intuito de demonstrar as diversas facetas da imprensa mineira em interação com as múltiplas pluralidades possíveis nesse território.

No penúltimo capítulo do livro, temos a presença dos territórios de Goiás e Mato Grosso. O texto intitulado “Por uma história cultural da imprensa no Centro-Oeste brasileiro”, de Rosana Borges, Mario Luiz Fernandes e Wéber Félix de Oliveira, começa fazendo uma provocação acerca da ausência de uma análise histórica ou síntese histórico-comunicacional da imprensa do Centro-Oeste brasileiro, apesar dos 200 anos de seu surgimento. O precursor da imprensa goiana foi o jornal *A Matutina Meiapontese* (1830-1834), nascido fora da capital e custeado por iniciativa privada, mas que também era fazia as vezes como ‘correio oficial’ das Províncias de Goyaz e Mato Grosso. Vale destacar o registro das mulheres – brancas e negras – que atuaram como tipógrafas na Cidade de Goiás no final do século XIX.

“Tempos de independência: circuitos comunicacionais da imprensa no século XIX”, de Marialva Barbosa é o capítulo final. Seu objetivo é, a partir da leitura dos textos produzidos pelos pesquisadores da Rede de História da Imprensa no Brasil do século XI, desvendar as tramas dos territórios “periféricos” sob um olhar crítico que privilegie as ações humanas, as experiências e emoções. Neste sentido a autora procura identificar sinais, vestígios e dados marginais, que validem a historicidade dos processos comunicacionais nos circuitos do jornalismo impresso em um movimento de fluxo e contrafluxo simbólico. Esse movimento da produção e circulação de impressos entre Corte/província/Corte e das províncias entre elas mesmas, não tinha uma organização homogênea nem hegemônica. É, portanto, a partir das pesquisas apresentadas, assim

³ Pesquisa e capítulo assinados por: Aline Strelow, Ana Gruszynski, Antonio Hohlfeldt, Cida Golin, Claudio Cruz, Daniel Marcílio e Deivison Campos.



como das novas interpretações possíveis do cenário da imprensa brasileira oitocentista, que encontram-se os múltiplos circuitos comunicacionais em redes e conexões.

O que podemos concluir da leitura do livro *História da imprensa no Brasil do Século XIX*, é que além de construir um trânsito inovador no campo da historiografia do jornalismo, a partir de ecos e reflexões de territorialidades múltiplas e diversas, os textos trazem a marca pungente das escritas desses/as autores/as que é a ênfase nas relações humanas. Fazia falta um projeto como esse, que tomasse como fio condutor o trabalho de redes de pesquisadores voltados para os territórios periféricos com suas vastas pluralidades, abrindo a possibilidade de desvencilhar as tramas, desatar nós e costurar elos fortes entre história e comunicação.

Referências

BARBOSA, Marialva; Ribeiro, Ana Paula Goulart; e HOHLFELDT, Antonio. (orgs.). (2024). **História da imprensa no Brasil do século XIX**. Porto Alegre: ediPUCRS; Rio de Janeiro: PUC-Rio. 551 p.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *In: Revista de pós-graduação em Geografia da UFF*: v. 9, n. 17, 2007.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2019.



RESENHA: UMA BREVE HISTÓRIA DO DIREITO (A MATRIZ EUROPEIA NOS ÚLTIMOS DOIS MILÊNIOS E MEIO)

HERZOG, Tamar. **Uma breve História do Direito** (a matriz europeia nos últimos dois milênios e meio). – São Paulo: Contracorrente, 2024.

ARNO WEHLING¹

Recentemente publicado em português, o livro da historiadora Tamar Herzog foi traduzido pelos igualmente historiadores Samuel Barbosa e Ariel Engel Pessa do original inglês.

A autora tem uma longa e relevante trajetória acadêmica, em especial como professora da Harvard Law School. Seus estudos e pesquisas trataram de temas como a administração da justiça penal em Quito, os ministros e os escrivães desta Audiência, as práticas de negociação colonial espanhola e em suas relações com a metrópole, a formação dos limites entre os países ibéricos na Europa e na América e a situação de colonos e estrangeiros nos territórios espanhóis, sempre considerando as relações atlânticas dos países ibéricos num quadro que cobre a História Moderna até o início do século XIX.

A abordagem das diferentes obras evidencia a competência de Tamar Herzog em aliar a perspectiva do historiador geral com a do historiador do direito, entendido o ordenamento jurídico como um dos elementos que compõem o processo de institucionalização de estados e sociedades.

A síntese nunca é tarefa fácil. Indispensável para os especialistas e os leigos, fixa categorias e análises que resultam em certas ideias genéricas que correspondem, quando se faz com maestria, como aqui é o caso, às referências básicas de determinado estado do conhecimento de uma ciência ou área. Antônio Manuel Hespanha fez tal esforço a propósito de um milênio – Tamar Herzog estendeu a linha para mais que o dobro.

¹ Livre docente em História Ibérica pela Universidade de São Paulo. Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Realizou pós-doutorado em História nas Universidades do Porto e Portucalense. Professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor emérito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Academia Brasileira de Letras. Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida. E-mail: arno@wehling.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7965-1628>.

Uma breve história do direito propõe-se um grande desafio: encontrar coordenadas estruturantes ao longo de dois e meio milênios, sendo que de antemão a autora adverte tratar-se de uma proposta desconstrutora de velhos paradigmas historicistas. Recusa, portanto, uma visão cumulativa e “progressista” do direito, bem como qualquer laivo “essencialista” de uma normatividade periodicamente redescoberta. O direito, diz a autora e pensamos nós, historiadores, como os demais processos e categorias, encontra-se sob a permanente pressão da historicidade dos homens, das instituições e de suas construções materiais e simbólicas, embora muitas vezes juristas não pareçam dar-se conta disso.

Essa desconstrução tem a ver, é evidente, com a crítica genericamente rotulada como “pós-moderna” (e mais diretamente a trabalhos teóricos como os de Derrida e Foucault) no plano epistemológico e, numa ótica política e sociológica, com a descolonização das décadas de 1960 e 1970, duas vertentes que, entre outros campos, incidiram sobre um direito euro-norte-americano autoconfiante de parâmetros como a codificação, a common law, a hierarquia normativa e o controle constitucional.

Tal perspectiva revelou-se fecunda e certamente foi facilitada para a autora por sua sensibilidade para as relações entre a cambiante realidade histórica e a aparente fixidez da normatividade. Sensibilidade que se construiu a partir de pesquisas sobre o concreto da aplicação do direito e o fenômeno da circularidade entre a norma, as instituições e os agentes coletivos e individuais.

A partir dessa “vida do direito”, buscada primeiro pela sociologia e pela antropologia do direito e somente mais tarde pelos historiadores, percebe-se como esquemas, simplificações e racionalizações aparentemente corretas desmoronam como generalizações inconsistentes – justamente por não terem fundamento na realidade empírica ou baseadas em situações cuja vigência foi muito menor do que supunha a vã interpretação generalizadora.

A tal problema do conhecimento histórico-jurídico, séria aporia deste e de outros campos do conhecimento, Hespanha, no prefácio ao livro, diz corresponder uma história feita “contra o senso comum consolidado” e contra o presentismo. Poderíamos chamá-la também de uma história feita **contra** a memória, como frequentemente, aliás, ocorre na pesquisa histórica em geral, no sentido da desmontagem de “verdades” adquiridas, de conceitos muitas vezes invariantes e tidos como atemporais ou de interpretações que são desmentidas por investigações factuais ou pela reação de desconforto ante conclusões logicamente insatisfatórias.

Quem, treinado na metodologia da história do pós-guerra, não se incomodou com etiquetas como as de “burguesia” e “proletariado” nas análises do século de Péricles por grandes nomes da historiografia francesa da primeira metade do século XX, que projetavam candidamente as tipologias da III. República para o V. século AC?

Tal enfoque a fez lembrar, no início do livro, o questionamento da percepção tradicional da Magna Carta como pilar das liberdades inglesas em cima do qual teria sido construído o universo dos direitos, numa espécie de *crescendo* sinfônico até chegar à Revolução Gloriosa, ao governo de gabinete e ao arremate da grande ordem jurídica contemporânea. É notável como, quase um século depois da obra de Herbert Butterfield sobre as distorções da “interpretação whig” da História, ainda em vastos territórios do universo jurídico, aquela construção ideológica permanece intacta.

A proposta de Tamar Herzog a fez optar por “decifrar como as normas eram geradas, a fim de indicar como elas devem ser lidas e compreendidas em seu contexto histórico particular”, em lugar de descrever regras e instituições. Dessa forma, seu primeiro objetivo foi, em suas palavras, “desestabilizar a ideia de que as soluções jurídicas mudavam, mas que a estrutura jurídica (quem concebeu essas soluções, quem as implementou, que autoridade tinham e como a obtiveram) era irrelevante”. Outro objetivo que aponta, desdobrando essa abordagem, foi o de combater a interpretação tradicional de que a *common law* e o direito europeu continental terem características acentuadamente diversas.

Tais desafios envolvem a desmontagem de mitos nacionais, como bem lembrou Hespanha, alguns ciosamente preservados nas arcas dos respectivos nacionalismos. O problema é que estes mitos acompanham a formulação e desenvolvimento do Estado nacional a partir da virada da Revolução Francesa e quando projetados para um passado mais recuado do que o século XVIII, revelam-se profundamente distorcidos em relação àquele. Assim, buscar um “Estado”, uma “consciência nacional” ou mesmo um “direito nacional” para épocas mais remotas, envolve equívocos que pedem exercícios relativistas, sensibilidade empática e profundo conhecimento das fontes documentais – o que a autora demonstra na obra, em especial nos capítulos sobre a Idade Média, o *jus commune*, a *common law* e a relação *jus gentium*/direito natural.

Outro ponto em que se revela sua maestria é na percepção sobre os reais objetivos e efeitos da “continuidade e mudança” na formação dos ordenamentos jurídicos, chamando a atenção para o fato de que, enquanto retoricamente se afirmava a continuidade, se inovava, ou

vice-versa. Em matéria de elaboração e desenvolvimento do ordenamento jurídico, tal percepção é instrumento fundamental do historiador.

Mais uma vez se revela o embate entre a memória e a história e nesse ponto pode ser lembrada a observação de Marc Bloch a propósito das pesquisas sobre a memória coletiva, de Maurice Halbwachs: enquanto este destacava a importância – aliás inequívoca - da memória coletiva para a construção do direito consuetudinário, o medievalista chamava a atenção justamente para a dialética continuidade-descontinuidade, sublinhando o fato de que muitas inovações foram sendo introduzidas no ordenamento jurídico sob o manto protetor da tradição. Interpretar uma norma introduzida em determinado momento como a confirmação de uma antiga tradição poderia ser apenas artifício jurídico para garantir sua exequibilidade e não o retrato de um imobilismo normativo.

Trata-se, certamente, de um grande tema-problema, que Tamar Herzog enfrenta com argúcia, beneficiada, penso, por seu treinamento na pesquisa empírica e pela escuta da voz das fontes.

Tais abordagens permitiram que os temas do livro se desenvolvessem com grande fluidez e a sensação de permanente descoberta: assim se dá com o estudo da vasta polissemia do direito romano (três ou quatro no próprio ambiente romano e romano-bizantino, releituras medievais, *jus commune*), do *jus gentium* na colonização da América, dos avatares da *common law*, da transição para o direito natural/racional, dos desafios representados por um direito comum europeu para os próprios países da União Europeia e para as antigas áreas coloniais.

O livro encerra várias contribuições não apenas para a revisão da História do Direito, como para o próprio Direito, libertando-o de amarras quer teológicas, quer filosóficas, mostrando-o como o produto social que é, cujas construções, se podem obedecer a uma (ou mais de uma) lógica jurídica, também implicam numa intensa circularidade de aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Não se trata mais de um quadro axiológico e normativo derivado da transcendência ou dos gabinetes de sábios metafísicos, mas de uma historicidade própria de cada cultura, o que não impede recepções e translações, desde que referidas a processos históricos concretos.

Por outro lado, para os historiadores do Direito, evidencia como é importante na sua formação o papel da pesquisa empírica não só para a origem e adoção das normas, mas com a finalidade de compreender como agentes *individuais* (os operadores jurídicos, os que sofrem



os efeitos do mundo jurídico) e *coletivos* (as instituições) criam, ajustam, modificam e extinguem os elementos que compõem o ordenamento jurídico.

Uma breve história do direito é uma excelente oportunidade de reflexão sobre todas essas questões.